

S. Martinho de Avidos

Comunidade Rural do Vale do Ave



Demografia e Sociedade (1599-1995)

ODETE PAIVA

Odete Paiva

S. MARTINHO DE AVIDOS

COMUNIDADE RURAL DO VALE DO AVE

DEMOGRAFIA E SOCIEDADE (1599-1995)

Vila Nova de Famalicão
2001

Ficha Técnica:

Título: S. Martinho de Avidos
Comunidade Rural do Vale do Ave

Autor: Odete Paiva

Capa: Vítor Mesquita

Colecção: Monografias

Edição: NEPS e C. M. V. N. F.

N.º Edição: 11

Tiragem: 1500 ex.

Fotografias: Vítor Mesquita

Execução Gráfica: Graficamares, Lda.
Lugar de Redondelo - Besteiros - 4720-138 AMARES
Tel./Fax 253 992 735 - E-mail: grafamares@clix.pt

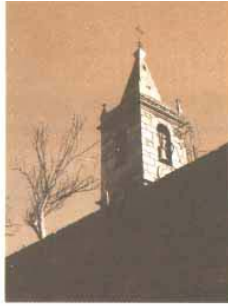
Depósito Legal: 166347/01

I. S. B. N.: 972-9152-81-0

*Aos meus Pais, pelo exemplo de vida,
à minha izmã, pelo companheirismo,
ao Zé, à Carla e à Drene,
pela sua generosidade.*

NOTA PRÉVIA

Uma grande parte deste livro é fruto da dissertação de mestrado apresentada por nós na Universidade do Minho, em 1999. No sentido de o aproximarmos ainda mais da população avidense, ultrapassámos o pendor essencialmente demográfico, que no princípio nos havíamos proposto, e procurámos uma incursão pela sua história, feita nos primeiros capítulos.



prefácio

As publicações do Núcleo de Estudos de População e Sociedade, desta vez em parceria com a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, vêm-se agora enriquecidas com o trabalho da autoria de Odete Paiva, *S. Martinho de Avidos – Comunidade rural do Vale do Ave. Demografia e Sociedade (1599-1995)*.

Antes de referir a importância científica deste trabalho, vale a pena chamar a atenção para a valorização do mesmo, em termos de resposta à apetência natural das comunidades em disporem de uma base de dados genealógica que às mesmas se refira. Os naturais de S. Martinho de Avidos ou descendentes de avidenses, em qualquer parte do mundo onde se encontrem, poderão, eventualmente, através da internet, recuar quinze ou mais gerações, conhecendo as suas antigas raízes. A satisfação desse gosto natural só foi tornada possível através do paciente e cuidadoso trabalho de reconstituição da paróquia que Odete Paiva levou a cabo.

Mas a base de dados genealógica constitui apenas um esqueleto da base de dados paroquial preparada pela autora. Os registos de baptizados, casamentos e óbitos foram primeiro organizados com vista ao acompanhamento do percurso de vida de cada residente no período multissecular. A base de dados demográfica resultante permitiria por si uma análise da evolução dos comportamentos demográficos ao longo de quatro séculos, acompanhando-se as mudanças estruturais que conduziram ao mundo que hoje vivemos. A autora, seguindo metodologias de análise clássicas, faz-nos assistir a esse fascinante percurso demográfico. No entanto, a sua capacidade de trabalho, a sua sensibilidade em relação ao social em campo histórico, levaram-na a procurar outra documentação disponível referente à freguesia, desde *Inquirições de genere*, Visitas e Devassas, impostos da Décima e Subsídio Literário, Recenseamentos Eleitorais, a várias outras documentação, que passou também pela respeitante a Passaportes. O cruzamento dessas fontes sobre a base de dados demográfica conduziu à forma-

ção de uma base de dados paroquial sobre Avidos, que constitui em si uma fonte histórica de extraordinário valor.

Odete Paiva soube extrair da informação que organizou as consequências patentes neste trabalho, tanto em termos de estudo raro de transição demográfica, como em termos de demografia diferencial, como em termos de evolução social em muito longa duração.

Espero vivamente que Odete Paiva nos continue a brindar com provas do seu entusiasmo e capacidade de seguir e compreender a evolução das gerações do passado que as fontes históricas permitem identificar.

Norberta Amorim,
Instituto de Ciências Sociais, U. M.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, só foi possível devido à orientação científica da Professora Doutora Norberta Amorim, aliada à imensa sensibilidade e generosidade desta Mulher que tem dado “inspiração” a um grupo de novéis investigadores, entre os quais nos incluímos. Coordenadora e alma mãe do Núcleo de Estudos de População e Sociedade da Universidade do Minho, tem contribuído para um conhecimento cada vez maior da vida das populações, nomeadamente do Minho e dos Açores. A ela pois, o nosso testemunho de imensa gratidão.

À Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, na pessoa do seu Presidente, Dr. Agostinho Fernandes, que, com o seu amor por tudo o que diga respeito ao seu concelho e às suas gentes, soube acolher e acreditar neste projecto, e ao Dr. Sá da Costa, do Departamento da Cultura, que o acompanhou de perto.

Ao Senhor Padre Joaquim da Silva Freitas e Senhor Padre Domingos Viana, o primeiro pela abertura do arquivo paroquial, numa prova de confiança que não queremos deixar de registar, e o segundo pelo entusiasmo posto na publicação desta monografia.

À Junta de Avidos, cujo Presidente, Senhor Manuel da Silva Cunha, pôs todo o seu empenho para que esta obra visse a luz do dia.

Ao Senhor Sérgio Nogueira, estimado avidense, que muito nos ajudou com o seu entusiasmo, total disponibilidade, partilhando generosamente connosco as suas memórias, pedaços de uma vida, e a quem se devem as informações sobre as escolas e a casa de Avidos. Ao Senhor Fernando Ribeiro, que amavelmente respondeu às nossas perguntas, e nos deu a conhecer melhor o lugar de Penso, onde vive.

À amiga Ana Moreira, sempre generosa e sensível, que nos acompanhou pela freguesia, e nos levou a vê-la com os seus olhos de artista.

Ao colega e amigo Vítor Mesquita, que se prontificou a ajudar-nos na ilustração, deixando neste livro uma presença marcante.

À nossa família com quem dividimos perguntas e a quem subtraímos horas.

À população de Avidos, que de uma forma ou de outra contribuiu para esta obra.

INTRODUÇÃO

Como a existência e a conservação dos documentos se devem a um conjunto de forças que não foram ordenadas (...), resulta daí que nunca saberemos desse passado tudo o que ele foi (...). A História faz-se tanto com documentos como o motor de explosão funciona com carburante.

Henri Marrou¹

A história local ficará incompleta se não se introduzir a dimensão da história da família. À medida que avançávamos na investigação sobre S. Martinho de Avidos, sentíamos que íamos a pouco e pouco esventrando a terra, conhecendo as gentes, visionando a história social.

Propondo-nos fazer um estudo demográfico em longa duração, entendemos fundamental percorrer as trajectórias de vida da sua população, alimentando-as com a substância de outras fontes documentais que as pudessem vivificar. Dado o nome se constituir como elemento aglutinador, procurámos conhecer os contextos relacionais, dando vida a um conjunto de estudos de caso, onde se encontram corporizados, porventura, elementos desviantes, que trarão à cena actores e interacções capazes de nos mostrar uma sociedade poliédrica e polifónica, que nos permitirá levantar a teia de uma comunidade cujos comportamentos nos propusemos estudar.

Conhecer a evolução dos comportamentos demográficos da paróquia de Avidos, freguesia minhota situada no âmago do vale do Ave, entre o século XVII e finais do século XX, implica o recurso a fontes que nos padronizem a realidade social e nos façam ouvir a partitura demo-social. As fontes primárias por nós compulsadas (séries de Baptizados, Casamentos e Óbitos), instituição de capelas e do Santíssimo Sacramento, prazos, fontes de emigração (Registos e Processos de Passaportes, Livro de Reconhecimentos Notariais), Livros de Visitas e Devassas, Inquirições *de genere*, Livros da Décima, Subsídio Literário, Livros de Recenseamento Eleitoral, Livros de Actas das Juntas de Paróquia e das Juntas de Freguesia, encontram-se no Arquivo Distrital de Braga², Cartório Paroquial, Arquivo Municipal de Barcelos, Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão³ e Junta de Freguesia de Avidos.

A primeira etapa do nosso trabalho corporizou-se na análise dos registos paroquiais, assumindo-se a reconstituição da paróquia, como trave mestra de todo o edifício. Com séries cronológicas praticamente contínuas, revelou ser o plasma que suportou e configu-

1 - Cf. do autor, *Do Conhecimento histórico*, Lisboa, Editorial Aster, 1976, pp. 61 - 62.

2 - A partir de agora irá ser sempre designado por A.D.B.

3 - Adiante sempre designados por A. M. de Barcelos e A. M.V.N.F.

rou as outras fontes que se subsumiram como elementos complementares e aferidores, permitindo o refinamento do conhecimento do quadro demo-social. Foi nosso propósito fazer uma aproximação à reconstituição da paróquia, servindo-nos dos conhecimentos da ainda novel ciência, a Demografia Histórica⁴, e usando a metodologia da reconstituição de paróquias da autoria de Maria Norberta Amorim, entre outros motivos, por melhor se adaptar às características dos registos paroquiais portugueses.

Mas as gentes habitam um espaço, que está distribuído, a terra foi adubada por agricultores, caseiros, jornaleiros, nela vivendo também alguns proprietários, tanoeiros, sapateiros, ferreiros, carpinteiros, moleiros... As cabanas foram desaparecendo, dando lugar a casas mais confortáveis, a propriedade foi mudando de mãos, a igreja foi ajudando a acontecer história, e assim foi aparecendo a trama desta obra que é uma pequena viagem através dos tempos, numa comunidade do Baixo Minho, que procurámos conhecer e mostrar através de fontes escritas e orais.

PARTE I

4 - A Demografia Histórica, como ciência autónoma ganha corpo nos anos que se seguem à Segunda Guerra Mundial, em que nomes como Landry, A. Sauvy, Meuvret, P. Ariés e outros se ligam determinadamente a estudos de Demografia Histórica. No entanto, foi o aparecimento do método científico baseado na reconstituição de famílias de Louis Henry, que consagrou a Demografia Histórica como disciplina. Em pouco tempo, esta vai conquistando terreno e adeptos.

1. Da *Villae* à freguesia

A emergência de um Estado abrangente de todo o território nacional, nas suas teias administrativas, judiciais e fiscais é muito recente. Séculos e séculos decorreram em que era muito mais viva a consciência de se pertencer, primeiro a um qualquer senhor, eclesiástico ou não, depois a uma paróquia, o que vale por dizer, a uma pequena comunidade de vizinhos.

*Dicionário Enciclopédico das Freguesias*⁵

O controle fiscal e administrativo, bem como a facilidade na cultura dos terrenos, e a sua fertilidade fez com que os Romanos não adoptassem o *habitat* castrejo, introduzindo um novo ordenamento territorial, nesta parte da Hispânia, com o objectivo de praticar a exploração intensiva da agricultura, e fazer a demarcação das terras, o que se conseguiria melhor nas terras mais baixas⁶.

Estava criado o cenário para o aparecimento das *villae*, que terão sido a base das futuras paróquias, cuja rede se desenhou no século XI, e foi consagrada nas Inquirições do século XIII. Assim, «as paróquias substituíram as vilas na sua função de células cívicas e a chefia moral das comunidades passou dos *dominus* ao pároco⁷».

Os *filli ecclesiae* reunidos à volta da sua igreja, explorando a floresta e os campos aráveis, terão sido a substância da actual freguesia, «nova unidade de povoamento e vizinhança⁸».

Nos princípios do século XIII, com os processos de organização administrativa, as freguesias estavam integradas nas "Terras", com sede, por norma, no castelo, sob a superintendência de um Tenente ou Senhor da Terra ajudado por outros funcionários.

Avidos faria parte da Terra de Vermoim, com o seu castelo e o seu tenente.

2. Um Breve olhar sobre Avidos

As gentes campesinas destes ervaçais e pradarias do Minho foi noutro tempo folgazã, vivacíssima, pitoresca. Nos campos aporfiavam as cantilenas aldeãs, e amavam-se as raparigas e rapazes cantando, como as aves. Nos adros das igrejas, em dias de repouso e oração, os velhos falavam das grandes coisas da sua lavra, os moços das valentias, as moças dos casamentos, as crianças dos ninhos.

Camilo Castelo Branco

⁵ - Minha Terra (Ed.), Matosinhos, 1977, Vol. I, Introdução, p. 1.

⁶ - Id., *ib.*

⁷ - João de Pina Cabral, *Filhos de Adão, filhos de Eva, a visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Lisboa, Edições Dom Quixote, 1989, p. 34, apud José Hermano Saraiva, *História concisa de Portugal*, Lisboa, Europa América, 1978, p. 22.

⁸ - Id., *ib.*

A povoação e freguesia de Avidos, pertence ao concelho de Vila Nova de Famalicão, distrito e arquidiocese de Braga, e insere-se na região geográfica do Baixo Minho.



Vista actual da freguesia

Situa-se junto da estrada que liga Famalicão a Santo Tirso, ficando a 4,5 quilómetros a SE da sede do concelho, distando 18 quilómetros de Braga, sede do distrito, 36 quilómetros do Porto e 248 de Lisboa.

Tem como concelho limítrofe Santo Tirso e confina com as freguesias de Lagoa, Cabeçudos e Landim, bem como Areias e Palmeira, pertencendo as três primeiras ao concelho de Vila Nova de Famalicão, e as duas últimas ao de Santo Tirso.

Ocupa uma área de 280 ares e a sua população era constituída em 1991, segundo o Recenseamento Geral à População, por 1359 habitantes, sendo 673 homens e 686 mulheres, ocupando 315 fogos. Segundo dados da Junta de Freguesia, o número de residentes em 1998 era de 1800, o que configura um forte crescimento. Tem Avidos como Orago S. Martinho, Bispo de Dume. Era uma antiga abadia de concurso, da apresentação do Ordinário, no termo de Barcelos, tendo sido donatária

MAPA 1
LOCALIZAÇÃO NO CONCELHO



Fonte: Páginas de Vila Nova 1991 (adap.)

da Casa de Bragança⁹. No inquérito paroquial respondido pelo Abade Diogo Luis Soares Coelho, em 15 de Maio de 1758, este refere que o território em que se acha esta freguesia, é da Sereníssima Casa de Bragança, e parte dele pertence ao Couto de Landim de que é donatário o Prior do Mosteiro do mesmo Couto, e a outra parte pertence ao Geral da Vila de Barcelos¹⁰.

O *Censal do Bispo D. Pedro*, também conhecido por *Censal de entre Lima e Ave*, (1084-1091), é o primeiro documento que nos fala da freguesia, sendo esta designada por *Sancto Martino de Avides*. Nas Inquirições de D. Afonso II (1220), surge como *Sancto Martino de Avidos*. No ano de

9 - É de recordar que todo o Julgado de Vermoim fora doado por D. João I a seu filho o Conde de Barcelos, e integrado no seu termo.

10 - Luís Cardoso, *Dicionário Geográfico de Portugal*, manuscrito do A.N.T.T., vol. V, fl. 893.

1258, é indicada como *Sancto Martino Avidus*, e em 1371, é nomeada por *Sancto Martino de Ouvidos*¹¹. No século XVII, segundo informações dos registos paroquiais, tinha a freguesia 12 lugares, que eram o de Penso, Avidos, Castelãos, Carvalho, Cristins, Serufe, Ribeiro, Ribeira, Moinhos, Prazins, Reis e Devesas. No século XVIII (1758), as *Memórias Paroquiais* indicam 13, todos os acima referidos e o de Corredoura. O lugar mais populoso era o de Penso com 27 vizinhos, logo seguido do de Avidos habitado por 14. Neste lugar ficava a Igreja e a residência paroquial, sensivelmente a meio da freguesia¹². O lugar das Devesas tinha apenas um vizinho.

Para o século seguinte, as indicações dos assentos paroquiais referenciam-nos 17 aglomerados. Os novos lugares são os de Quintinha, Casas Novas, Paulinhos e Bouças. No século XIX, surgem os novos lugares de Cambois, Agra do Souto ou Agra, Barreiro, Igreja, Penteeira, Esqueiro, Rabadela e Tojeda.

Que razões explicativas encontrar para a discrepância entre as informações dadas pelo Padre Diogo Luis Soares Coelho no inquérito paroquial e as notícias dos assentos? Cremos poder relacioná-las com a finalidade das mesmas, uma vez que para o primeiro, uma descrição que fornecesse os polos principais da freguesia, traduziria a geografia física e social da mesma, indicando os principais aglomerados da freguesia, enquanto que para os registos paroquiais, necessário se tornaria identificar com precisão cada indivíduo, e, havendo nomes iguais, o redactor paroquial ou se socorria dos apelidos, ou tentava uma individualização através da toponímia, servindo o lugar, ou sub-lugar, e algumas vezes o nome da Quinta ou Casa, para particularizar a residência.

No século XX, e também de acordo com os registos paroquiais, acrescentam-se os lugares de Arrochela, Bairro Novo, Caldinhas, Penedo Rachado e Laje. Tem actualmente a freguesia, segundo o mapa topográfico, os seguintes lugares: Penso, Casas Novas, Penteeira, Penedo Rachado, Estrada, Castelãos, Carvalho, Esqueiro, Rabadela, Serufe, Tojeda, Paulinhos, Ribeira, Portela e Pateiras.

Segundo as *Memórias Paroquiais*, a freguesia está situada numa campina e dilatado vale, a terra é muito fértil¹³, abundante de águas, nela passando dois regatos, o Pele e o Gerem. Nas suas margens cresce um frondoso arvoredado, e vêem-se vinhedos. Refere ainda o Padre Diogo que circundando a Igreja e residência paroquial se encontram *vários arvoredos de fruto e sem ele*¹⁴. Os cereais são referenciados como a principal base de subsistência, neles se destacando o milho¹⁵.

11 - Num dos altares da Igreja paroquial encontra-se Santo Ovídio, dizendo-nos o Padre Diogo que muita gente o visita pedindo alívio para as suas dores de ouvidos e ajuda para a falta da faculdade de ouvir.

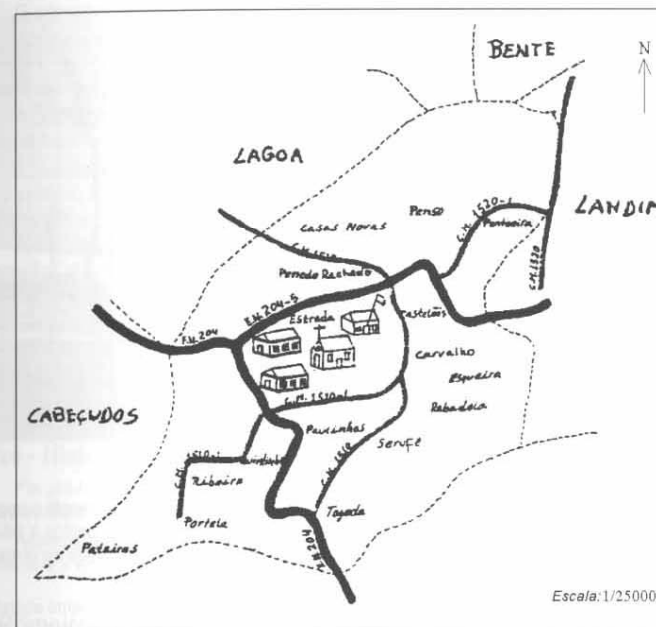
12 - O lugar de Avidos, onde ficava a Igreja e a residência, é relativamente próximo do de Penso e é o segundo mais habitado, o que configura a tendência de aproximação ao templo. De notar a centralidade marcada pela Igreja e pela Quinta de Penso, numa dualidade estreita entre a terra e o templo.

13 - A sua fertilidade estará na razão proporcional da sua densidade populacional, conforme a mesma fonte que acrescenta *não sendo menos abastada de gente para comer tudo o que nela se reproduz, pois é o povo com tanta abundância que parece ocuparem mais terra em casas do que fica livre*. Cf. *Op. cit.* fl. 898 v.º.

14 - Luís Cardoso, *Op. cit.*, fl. 895.

15 - A dar-nos conta da natureza intersticial entre os cereais e o homem, encontramos a laborar no século XVIII, onze moinhos, dois no Gerem e nove no Pele.

MAPA 2
LUGARES ACTUAIS DA FREGUESIA



Fonte: Páginas de Vila Nova de Famalicão 1987 (adap.)

A sua população vai buscar aos rios, ou regatos, segundo também a mesma fonte, barbos, bogas e trutas, *não lhe dando tempo a fazerem-se velhos*¹⁶.

Como contributo para a economia, refira-se que embora das águas do Gerem e do Pele não se extraísse ouro, aí se ia buscar *grande quantidade de areia preta de que se usa nas escritas*¹⁷.

Quanto ao seu património edificado, só referem as *Memórias Paroquiais* a Igreja, e duas capelas ou ermidas. A primeira localizada, como já fizemos alusão, quase no meio da freguesia, e

16 - Luís Cardoso, *Op. cit.*, fl. 900.

17 - *Ib.*, fl. 902.

num pequeno monte, e as capelas situam-se uma no meio do lugar de Penso, e outra no lugar dos Reis, sendo a primeira da invocação do Bom Jesus e a outra de S. João Baptista



Panorâmica da Igreja, passal, actual cemitério e cruceiro

Nos dias de hoje, para além da agricultura e pecuária, que estão longe de revestir o papel de outros tempos, possui a freguesia como principais indústrias sete unidades pertencentes à indústria têxtil do vestuário, duas unidades do grupo da alimentação e bebidas, e uma unidade do grupo das metalúrgicas de base, minerais não metálicos¹⁸.

Segundo fontes orais da freguesia, a «lavoura» tem vindo a ser progressivamente abandonada. O que era uma grande fonte de rendimento, deixou de o ser. Aqui, há alguns anos, havia «muitas dezenas de cabeças de gado e muitas dezenas de pipas de vinho». Só a Casa das Devesas colhia um grande número delas, bem como Paulinhos, e esta Casa até exportava vinho para o Brasil. A Casa de Serufe também tinha muito vinho, e todas as casas agrícolas colhiam muitos carros de milho, porque nesses tempos tudo vivia da agricultura. Um mau ano agrícola era a ruína, inclusive dos barbeiros, porque estes, os alfaiates e os sapateiros trabalhavam com uma avença o ano todo, e eram pagos em géneros ou em dinheiro, este último só se o lavrador vendia o vinho. O ferreiro e o carpinteiro também dependiam do agricultor pois, o primeiro, consertava as atouguias da lavoura,

18 - Câmara Municipal de Famalicão (Ed.), *Páginas de Vila Nova de Famalicão*, Vila Nova de Famalicão, 1991, p. 34

fazia ou arranjava os portões das propriedades, as ramadas, e o segundo fazia a conservação das construções, vivendo, deste modo, tudo "à base" da lavoura.

O artesanato de marcenaria pode ombrear com actividades congêneres de outras freguesias.

Actualmente, o património edificado da freguesia é constituído pela Igreja Matriz, pequena em dimensões, mas possuindo uma frontaria toda em pedra, bem como a torre sineira, quatro cruzeiros e duas "Alminhas"¹⁹ situadas no lugar da Ponte.

A Quinta de Penso, com capela, figura como um dos *ex-libris* da freguesia. A capela do Bom Jesus, no lugar de Penso, e a capela de S. João, no lugar dos Reis, são também dignas de registo.

À boa maneira minhota, as suas gentes realizam várias festas, em que se mistura o sagrado com o profano, a de Santo Ovídio, no quarto domingo de Agosto, a do Bom Jesus, no primeiro domingo de Maio, e a do gado, no segundo domingo de Abril.

A dar conta do dinamismo desta população, encontramos diversas colectividades, a saber: Associação Cultural e Recreativa de Avidos, Centro de Cultura Musical das Caldas da Saúde, Centro Ciclista de Avidos e Grupo Recreativo de Avidos e Lagoa.

II. AVIDOS REVISITADA

1. Pré - História da freguesia

Por pré-história de uma localidade entendemos, como de resto é comum, o período anterior ao do primeiro documento escrito que é conhecido sobre a mesma.

Assim, e como o século XI é a data em que nos aparece a primeira referência a Avidos, iremos reportar-nos à época que o precedeu.

1.1 Primeiros habitantes

Não se conhecem vestígios arqueológicos, que indiquem a presença humana nesta localidade, em período anterior à era cristã. Nem instrumentos líticos, osteolíticos, nem monumentos megalíticos foram até agora referenciados.

19 - Estas "Alminhas" inserem-se no tipo de "Alminhas" apologéticas. Lembre-se, que existem ainda as memoriais, que se destinam a assinalar o local onde ocorreu uma ou mais mortes violentas. É na região geográfica do Minho, onde se encontram mais Alminhas, segundo A. Martins Vieira. Cf. do autor, «Alminhas no Concelho de Vila Nova de Famalicão», in *Separata do Boletim Cultural 8*, Ed. da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1991.

Numa freguesia próxima, Esmeriz, Franquelim Neiva Soares²⁰, diz-nos da existência de uma mamoa, (monumentos funerários também conhecidos entre outras designações por antas, orcas e mamoeiras), o que nos poderá levar a admitir que talvez em Avidos existisse presença humana em épocas muito recuadas.

Conquanto até ao momento, não tenha sido encontrado qualquer castro nem em Avidos, nem nas suas imediações, em diversas freguesias do concelho de Vila Nova de Famalicão há vestígios da presença de populações no período castrejo, antecedendo, portanto, a dominação romana.

A partir do século II antes de Cristo, os Romanos fizeram diversas investidas na Península Ibérica, e a região de Braga foi também alvo de contendas, tendo acontecido a paz já em inícios do século I depois de Cristo, e com ela uma era de franco progresso. A cidade de Braga foi um grande centro, cujos reflexos se terão feito sentir na região, e, pensamos, nas terras do actual concelho famalicense, pois, por algumas das suas freguesias passava uma importante via romana, a *cafe Bracara*, havendo marcos miliários, que nos documentam a sua presença.

2. Avidos segundo documentos do século XI

O titular da mitra bracarense, após terem sido expulsos os mouros, pretendeu organizar a diocese, e conhecer os direitos eclesiásticos que eram devidos por cada paróquia. Estes foram registados no *Censual de Entre Lima e Ave* (1084-1091), onde se diz que Avidos pagava à catedral de Braga, de dádiva ou colheita um moio por ano, o que corresponde a 408 litros de cereal. É este, pois, o primeiro documento conhecido que nos fala da freguesia.

3. Avidos no século XIII

3.1 As Inquirições de 1220

Estamos no reinado de D. Afonso II, e o País começa a gozar de alguma acalmia face às arremetidas dos Mouros. A Reconquista está quase concluída e o monarca pode, agora, direccionar a sua atenção para o fortalecimento do seu poder, pois, os reis seus antecessores estavam principalmente preocupados com a luta contra os Infiéis. O clero e a nobreza e mesmo alguns vilãos iam usurpando terras e direitos, que pertenciam ao poder régio, daí que D. Afonso II tivesse mandado as *alçadas*, que eram constituídas por homens da sua confiança, que percorreram diversas regiões do País, designadamente as paróquias situadas a Norte do Douro, averiguando da legitimidade da posse das terras, conhecendo, assim, os bens e direitos da Coroa.

Nestes inquéritos, eram ouvidos normalmente os «homens-bons» e outros elementos da comunidade, de maior respeito e conhecimentos, entre as quais o pároco.

²⁰ -Franquelim Neiva Soares, *Monografia de S. Pedro de Esmeriz*, Edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1987, pp. 9 - 10.

Em *Sancto Martino* de Avidos aparecem a depor o abade João Pires, Pedro Peres, Pedro Pais (Pelaio ou Paio), Gonçalo Dias, Pedro Vicente, Gonçalo Soares, Pedro Gonçalves, Mendo Dias, Diogo, Gonçalo Peres, Estêvão, Gonçalo Mendes. Ao todo doze pessoas foram inquiridas, depois de jurarem dizer a verdade e manter segredo, tendo o abade sido a primeira, e não havendo indicação de alguém privilegiado.

No que respeita aos foros e dâdivas, as Inquirições referem que eram dados ao rei para a fossadeira²¹ três bragais²², Prazins pagava quatro côvados, Castelãos, da herdade de Santiago de Antas, um pato e oito côvados, do casal de Requião (?) de Penso quatro côvados e do casal de Lagoa de Fonte quatro côvados e pagavam voz e coima²³ de Prazins e de Cimo de Avidos.

3.2 As Inquirições de 1258

No reinado de D. Afonso III, fizeram-se novas inquirições, encontrando-se Avidos abrangida pela quinta alçada, que compreendia a região entre os rios Cávado e Ave, a terra de Barroso, e Chaves, até ao rio Tâmega.

A comissão inquiridora começou o seu trabalho por Vila do Conde, a 31 de Julho de 1258.

A freguesia de Avidos aparece-nos incluída na Terra de Vermoim.

Foi tomado o testemunho de seis pessoas, de que fazia parte o abade João Anes. Foram elas Pedro Obreiro, Estêvão Peres, Pedro Arteiros, Gonçalo Peres, e Pedro Silvestre, que subscreveram o testemunho do Abade.

As testemunhas disseram que o rei não era patrono, nem possuía aí qualquer propriedade, mas, que para a fossadeira, os seus habitantes eram obrigados a pagar ao rei por ano da herdade que foi de Dona Judeia 9 varas de linho grosso, da herdade da Lagoa, em Avidos, 8 varas de linho grosso, da herdade dos netos de Pedro Neto, 4 varas de linho grosso, em Prazins, do casal de Santiago de Antas, 4 varas de linho grosso, em Penso do casal da Lagoa, 4 varas de linho grosso, no mesmo lugar, do casal de Santo Tirso, as mesmas 4 varas. Do casal de S. Tiago de Antas, um pato.

²¹ - Tal como nos é dito no *Dicionário de História de Portugal* dirigido por Joel Serrão, volume III, pp. 61 - 62, nas Inquirições, a fossadeira, aparece-nos como uma contribuição fixa e permanente, mas de montante muito variável, paga pelos vilãos, em dinheiro, serviços ou em gêneros, principalmente em linho grosso, o bragal, proveniente da remissão do dever militar.

²² - O bragal, no território bracarense podia, ter 7 varas (7 metros e 70) ou 8 côvados (5 metros e 28), segundo Avelino de Jesus da Costa, em «Organização da diocese de Braga», in *Biblos*, vol. XXXIII, p. 210, nota 4. Na Idade Média, estavam em uso três variedades de tecido, o bragal, o pano e o lenço. O primeiro era o mais grosseiro. A lei da almotaçaria de 26 de Dezembro de 1283, taxou a vara do primeiro em um soldo (preço igual ao de uma boa galinha). Id., *ib.*, p. 211.

²³ - Multa criminal, exigida por autoridade régia e pertencente ao fisco, e que se destinava a reprimir determinadas infracções como homicídio, rapto de mulher, esterco na boca, roubo, casa arrombada ou destruída. O rei, ou o couto, ou honra, a quem por vezes pertenciam os réditos, não ficava com a totalidade deste imposto, uma vez que parte dele revertia a favor da vítima e seus familiares e das populações. Joel Serrão (Dir.), in *Dicionário de História de Portugal*, vol. VI, p. 343.

Mais disseram que o mordomo do rei tinha o direito de aí entrar, e que os habitantes pagavam voz e calúnia ou coima, excepto no couto de Landim, no qual há paroquianos, e excepto na honra antiga que foi de Monio Aires.

Vemos que o número de testemunhas foi reduzido para metade. Encontram-se nomeados os lugares de Avidos, Penso e o de Prazins, embora as inquirições de 1220 nos refiram já outros lugares da freguesia, que aqui não se acham expressos.

4. Avidos em documentos do século XIV

D. Dinis, a fim de combater os Mouros obteve do papa João XXI, uma bula em que durante três anos recebia a décima parte dos benefícios de todas as igrejas do Reino. Para se saber quanto era devido ao rei, houve que fazer o levantamento da renda anual de cada paróquia. Pelo que sabemos do *Catálogo de todas as igrejas comendas e mosteiros que havia nos reinos de Portugal e Algarves pelos anos de 1320 e 1321*, Avidos foi taxada em noventa libras.

5. Avidos no século XV e XVI, segundo os censuais e livros de confirmações e mostras

A casa do arcebispo era uma casa senhorial, com um grande número de pessoas. Em geral, as remunerações e as condições de subsistência eram garantidas através da concessão de benefícios, ficando, assim, aliviada a tesouraria da Mitra²⁴. Da casa arquiiepiscopal fazia parte Fernando Afonso, licenciado em Leis, cônego de Braga, vigário-geral do arcebispo D. Fernando da Guerra, a quem entre 11 de Junho de 1430 e 26 de Março de 1451, foi concedida além da conezia de Braga, o benefício de S. Martinho de Avidos²⁵, pois, segundo o arcebispo, era necessário para suportar a despesa inerente ao cargo de Fernando Afonso.

À mesma casa pertencia Rui Vasques, clérigo com ordens menores, que era criado do arcebispo D. Fernando da Guerra, em 1 de Outubro de 1462, a quem este dá, em retribuição dos seus serviços, a conezia de Braga e o benefício da igreja de S. Martinho de Avidos. Em 9 de Maio de 1467, Rui Vasques é moço de câmara do senhor arcebispo e mantém os benefícios.

No *Censual de D. Diogo de Sousa*, não nos foi possível obter qualquer dado sobre Avidos, pois o índice encontra-se em muito mau estado, nos locais onde deveria aparecer a freguesia. Contudo, no *Censual de Frei Baltazar Limpo* indica-se que paga 90 libras e 1 marco²⁶.

No *Livro dos Benefícios e comendas*²⁷ de 1528, indica-se como rendimento 24 mil reais.

24 - José Marques, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1988, p. 213.
25 - *Ib.*, p. 172.

26 - A.D.B., *Registo Geral*, n.º 335, fl. 54.

27 - Avelino de Jesus da Costa, «o Bispo D. Pedro...», *Op. cit.*, p. 41.

6. O Tombo da freguesia

As constituições diocesanas referiam a necessidade da realização dos tombos das igrejas, pois era uma forma de acautelar as propriedades da Igreja, evitando-se também problemas entre as freguesias limítrofes. No início do século XVI, o arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, ordena que se façam os tombos em duplicado, ficando um no mosteiro ou benefício e outro a enviar para Braga²⁸.

Embora existam tombos de outras freguesias do concelho, algumas bem próximas de Avidos, não encontramos nas nossas pesquisas o tomo desta.

Pela análise do tomo de Rebordões²⁹, concelho de Santo Tirso, documento da segunda metade do século XVI, vê-se que o Abade Miguel da Paz, que foi simultaneamente arcediogo de Viseu, abade de Rebordões, concelho de Santo Tirso, bem como abade de Avidos, terá pedido atombamento destas duas freguesias. Prestemos atenção à parte do documento que interessa a esta freguesia:

Doutor Balthasar alures provisor e uigairo geral nesta corte he arcebispado de Braga pello hilustrissimo senhor Dom Baltasar limpo Arçebispo e senhor de Braga. Primas etc. faço saber a uos gomçalo uaz e dieguo fernandes clériguos de missa que Miguel de paz arcediaguo na se de uiseu e abbade das igrejas de samtiaguo de Rebordões e de sam martinho davides (sic) me emuihou dizer por sua pitição que simtindo helle ser serruiço de des (sic) e proueito das ditas igrejas queria hora fazer tomo dos assemtos e propriedades dellas conforme a constituição deste arçebispado pidindome lhe mandase pasar carta em forma pera os ambos o que visto por mim mandouos hem virtude de hoberdiença e so pena descomunnhão que vos ambos juntamente em pesoa com dous homens bõos, com um notario que com hesta minha carte for requerido vades atomar e demarcar os asentos e todas propriades³⁰ das ditas igrejas fazendo çitar pera as marcaçais (sic) todas as pessoas que com partem e demarquarem serem presentes a dita apeguação e sopena descomunnhão mando aos fregueises caseiros foreiros das ditas igrejas he quaisquer outras pessoas que diguão e descubirão ao dito abbade hou seu procurador e vedores todas as herdades e cousas que has ditas igrejas pertemcerem seuem por quallquer uia (...).

Na escritura de renovação do prazo da Ribeira de 1722, pertencente à igreja paroquial de Avidos, faz-se também alusão ao tomo da igreja.

Daqui decorre a quase certeza da existência do tomo da igreja de Avidos, de que terão desaparecido os dois exemplares.

28 - *Constituição MXXXIX acerca de se fazerem enventairos de todas as herdades das igrejas*, in Antonio Garcia Y Garcia, *Synodicon Hispanum*, vol. II, ed. BAC, Madrid, 1982, p. 171.

29 - F. Carvalho Correia, «Apontamentos históricos», in *Jornal Ecos de Negrelas*, Outubro de 1999, p. 11.

30 - *Texto emendado*.

7. A Igreja paroquial

Era na Idade Média, a igreja paroquial o lugar por excelência da freguesia, o porto de abrigo da população, que nela se recolhia em tempo de insegurança, lá assistia aos actos religiosos, encontrando aí o repouso espiritual, a palavra do seu pastor, que temperava os seus temores e lhe dava alguma estabilidade.

Numa sociedade em que a maior parte das pessoas não sabia ler, o sacerdote era, muitas vezes, a testemunha e o conselheiro, para além de ser o mentor espiritual.

7.1 O Santo titular

Está documentada a existência da Igreja de Avidos com o seu santo titular por meados do século XI.

São Martinho, bispo de Tours, padroeiro da paróquia até aos nossos dias, foi um exemplo de vida. Nascido no século IV, filho de um oficial do exército romano, seguiu a carreira militar, após estudos humanísticos. A sua vocação era, desde cedo, para a vida monacal, o que só aconteceu na idade madura. De grande humildade, e com carácter conciliador, a sua nobreza de carácter tornou-o um membro dos mais queridos da Igreja.

Contam-se muitos milagres feitos por São Martinho, sendo durante muitos séculos o santo mais popular da Europa Ocidental³¹. A sua festa litúrgica é a 11 de Novembro.

7.2 A Igreja e o padroado

A igreja de Avidos, na altura dos inquirições de 1220, não pertencia ao padroado real. Presume-se assim, que a igreja paroquial, já então existente, teria sido construída por iniciativa dos respectivos moradores, que assumiriam igualmente os encargos inerentes à sua manutenção, com a provável afectação de propriedades resultantes de doações, compras e trocas.

Nalgumas paróquias havia dúvidas sobre quem seria o padroeiro, surgindo casos em que vagamente se falava ter havido padroeiros ou padroeiro, mas ninguém aparecia a reclamar o padroado, pelo que, segundo a legislação, passavam ao padroado da Mitra. Terá acontecido assim com muitas paróquias, entre elas Avidos, de acordo com o *Livro das Confirmações do arcebispo D. Fernando da Guerra* (1417 a 1467).

7.3 O Edifício com seus altares e as imediações do templo

O primitivo edifício seria uma modesta igreja de paredes grossas de granito, com poucas aberturas, talvez uma porta principal e uma lateral, com uma ou duas frestas por onde penetrava alguma réstia de luz, e o chão pavimentado com placas de granito.

31 - Verbo (Ed.), *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, 1963 - 1991, vol. XII, pp. 1717 - 1718.

Construção, pensamos, de planta cruciforme, de uma só nave, com abóbada de berço em madeira, duas águas, sendo constituído pela capela-mor e pelo corpo da igreja. Logo à entrada, de um dos lados, estaria a pia de baptismo, também em granito.

Um edifício românico, singelo mas firme na sua pedra acinzentada tirada ao ventre da terra, talvez no cimo desse pequeno monte, de formato de meia laranja, como no-lo localiza, no século XVIII o Padre Diogo.

A capela-mor, estaria orientada para o oriente, tendo o Abade como responsável, e o corpo da igreja encontrava-se ao cuidado da freguesia.

Não sabemos se já teria o cabido, pois fugiram no tempo os documentos que nos poderiam responder.

Para o período compreendido entre o século XVII até meados do século XVIII, conseguimos aproximar-nos da reconstituição do edifício e suas imediações, através dos registos de óbito. Era formado pela capela-mor e corpo da igreja. Tinha duas portas, uma principal e uma travessa. A primeira possuía uma soleira, e um resguardo. No lado norte do edifício existia um alpendre, que era suportado por colunas. Dentro do corpo da igreja, junto da porta principal, via-se uma pia da água benta. Na banda do norte, colocada junto à parede lateral, e antes do púlpito, uma pia baptismal. O púlpito encontrava-se a meio do corpo do edifício. Entre a capela-mor iluminada por uma fresta, e o corpo da igreja, viam-se os altares de Nossa Senhora e Santo Inácio. Possuía também um arco cruzeiro. Fora, estava o adro, que ia para além do alpendre da igreja, vendo-se num recanto deste uma latada. A casa de residência do Abade e a chamada casa da renda, estavam pegadas ao mesmo adro, estendendo-se este também pela frente da capela-mor, onde existia uma passagem, junto da fresta que possuía esta capela-mor.

Para o século XVIII, nas *Memórias Paroquiais*, encontramos elementos que nos ajudam a completar a descrição da igreja. Quase no meio da freguesia, levemente encostada ao poente, no cimo de um vale, vêem-se dois edifícios, o da igreja e o da residência paroquial, e o cristão, que ao templo se dirige, encontra um lugar calmo, de onde se avistam os montes, e onde a paz parece irmanada com o homem. Rodeada de arvoredo, igreja e residência, convidam à aproximação.

Entramos. É uma igreja de uma só nave, com três altares. Vamos à capela-mor e deparamos com um altar tendo na peanha da tribuna a Senhora da Conceição, no segundo tabuleiro da mesma as imagens de São Francisco Xavier e São Lourenço Mártir, da parte do Evangelho, o Menino Jesus olha-nos, na sua candura, e o padroeiro da freguesia, bondoso bispo, acolhe-nos, repartindo connosco a sua capa, tal como fez um dia, com o pobre que o abordou, em dia de tempestade, em épocas já longínquas. Da parte da epístola, estão São João Baptista e o Arcanjo São Miguel. Continuamos pela igreja e encontramos mais dois altares, o colateral da parte do Evangelho, tendo na peanha da tribuna a imagem de Nossa Senhora do Rosário, e dos lados, Santo António de Lisboa, e Santa Quitéria, natural de Braga.

Por uma visita do Arcediago de Vermoim à freguesia, levada a efeito no mês de Maio de 1831, vimos que a igreja tinha taburnos, que cobriam as sepulturas no corpo da mesma, e que o tabuado carecia de arranjo. Possuía um coro, que ficava repleto em tempo de Quaresma, aquando dos sermões. O corpo da igreja era pintado de branco, quer dentro, quer fora.

Existia também um cabido onde se reuniam o juiz do subsino e os mais «homens de fala» da freguesia.

Junto da igreja, encontrava-se a casa da fábrica, entrando-se muitas vezes para ela, não pela sua porta, mas através do templo.

No inquérito do Arciprestado de Vila Nova de Famalicão de 1845-46, diz-se que a igreja estava segura, decente, e com limpeza, tinha sacrário com o Santíssimo Sacramento e os paramentos necessários, e que pela sua posição, podia continuar a ser matriz, afirmando-se que tinha uma boa residência paroquial. Em 1843, segundo uma acta da Junta da Paróquia, procedeu-se na residência a obras de beneficiação, com arranjo das portas denominadas do adro, os dois portais do eirado, a cancela da varanda, tudo arrematado pelo preço de dois mil e quatrocentos reis, e os mais reparos como vidros, fechaduras e ferragens foram feitos a jornal, a duzentos reis diários. Nos projectos de orçamento da Junta da Paróquia de 1863 e 1864, foi inscrita a verba de dois mil reis para conserto da residência e de quatro mil e quinhentos reis para o telhado da igreja. Em 5 de Setembro de 1859, foi arrematada a compostura de carpinteiro do corpo da igreja, sendo tudo forrado a castanho, com a cumieira da grossura suficiente para sustentar a obra. Foram arrematantes Francisco Fernandes, da freguesia da Lagoa e Manuel Lourenço da Silva Viana, de Avidos, por setenta e dois mil seiscientos e noventa reis, e em 23 de Outubro desse ano, é arrematada a obra de toda a telha, cal e feição para a obra. A igreja será caiada por dentro e por fora, pelo preço de vinte e sete mil trezentos e cinco reis, pelo arrematante José Francisco Osório, de Avidos. Em 15 de Junho de 1865, ficou registado numa acta, o auto da arrematação das obras da igreja, com a pintura do forro do corpo da mesma, da capela-mor, do coro, do púlpito, do confessional, dizendo-se que

o retábulo da pia do baptismo será pintado de novo no gosto em que está, a pintura da porta principal e travessa será pintadas (sic) de verde e as outras ficarão da cor do café, o corpo da igreja será pintado de azul, a cornija será pintada a fingir pedra mármore, o coro no mesmo gosto, as grades do coro serão fingidas a madeira, o púlpito será pintado a branco, onde convier será dourado, nas colunas afolheado, o confessional será fingindo madeira e a capela-mor será pintada de azul e a cornija será fingindo a pedra mármore. Estas pinturas serão todas dadas a óleo e levará tudo três mãos de tinta, o que for em cor e o que for em branco levará quatro mãos, e a estada, e tintas e óleo serão por conta do arrematante, os azulejos levarão uma facha da altura de três palmos no corpo da igreja e a capela-mor e corpo da igreja será rebocada (sic) tudo de novo e branqueado em toda a volta, e raspado, levará uma barra preta por baixo. Os telhados da sacristia, casa da fábrica e capela-mor serão todos assentados em cal, o trolha será obrigado a dar os azulejos, cal, um carro de telha, areia, saibro e tudo o mais que lhe for preciso.

Foi entregue a obra por 85 mil reis, a Félix Ferreira Maia, de Landim. Foram testemunhas António José Pereira de Magalhães, da Lagoa e José Francisco Osório, de Avidos, tendo sido dispensado fiador. No dia 18 desse mês, foi arrematada a porta da igreja e coro, nas seguintes condições: o forro do coro a pinho e a porta principal a folha de ferro da largura de toda a porta e em toda a altura da mesma, a chapa terá de grossura uma coroa, e será toda pregada a cabeçotes. O

arrematante foi Manuel Lourenço da Silva Viana, de Avidos, pelo preço de sete mil reis, com dispensa de fiador, sendo testemunhas José Francisco Osório e José da Costa Mesquita, de Avidos. Em 23 de Maio de 1869, procedeu-se à arrematação das obras da igreja, que constaram do gradeamento do corpo da mesma, do rebaixar os taburnos, pôr dois confessionários, dois bancos e três mochos. Esta obra foi arrematada por Francisco Joaquim das Chagas, carpinteiro, de Avidos, pela quantia de vinte mil reis. Em 4 de Maio do mesmo ano, foi arrematada a compostura do telhado por quatro mil reis, sendo arrematante Manuel de Araújo, e testemunhas José Francisco Osório e Manuel Pereira Marques Júnior, todos da freguesia. Em 18 de Abril de 1878, procedeu-se à arrematação do campanário para se pôr o sino. José Francisco Osório comprometeu-se a fazer a obra do campanário com arco por cima, por quarenta e cinco mil reis, obrigando-se a dar pronta a obra até 12 de Dezembro desse ano. Foi dispensado de fiador, e testemunhas António José Barbosa, Manuel Lourenço da Silva Viana e Manuel Pereira Marques Júnior, todos de Avidos. Em 25 de Agosto de 1881, teve lugar a arrematação do fornecimento de telha, cal e trabalho de caiador na igreja sendo arrematante Joaquim da Silva, de Santiago da Carreira, que se prontificou a fazer a obra e a fornecer os materiais, tudo por trinta e um mil e quinhentos reis.

A igreja e residência, em finais do século XIX, sofreram algumas obras de beneficiação, e em Agosto de 1891, encontrava-se já concluído esse trabalho. Foi dourado o altar-mor e a tribuna, encarnadas as imagens, modificado o subpedâneo do mesmo altar, soalhada de novo a capela-mor, retocado o tecto. Procedeu-se à remoção dos altares laterais e de um oratório e caixas de esmolos. Colocou-se uma chave na pia baptismal, e no pequeno armário que ficava ao lado, que continha as êmbolas. Para estas obras participaram para além da paróquia, três beneméritos, o primeiro da freguesia da Palmeira, e os outros de Santo Tirso. Vicente Pereira Lourenço, doou sessenta e nove mil reis, o Conde de S. Bento, António José Ribeiro, vinte mil reis, e Manuel de Sousa Teixeira cinco mil reis, tendo a Junta elaborado uma acta de gratidão, cuja cópia lhes foi enviada.

Acerca da residência paroquial sabemos que a Junta gastou para a assoalhar sete mil reis, dinheiro esse abonado ao Abade, segundo deliberação desse órgão, de 21 de Agosto de 1890.

Já no século XX, nos anos 30, o conde de S. Bento mandou pintar o tecto da Igreja e construir um altar a Santo Ovídio. Em 1936, constituiu-se uma comissão composta por Amândio Martins Barbosa, António José Nogueira, José Maria Sampaio e António Duarte da Cunha Guimarães, com o fim de se levar a efeito a construção da torre da igreja paroquial. Sérgio Nogueira, filho de António José Nogueira, então um rapaz de vinte e poucos anos, fez a planta, vindo a ser entregue a obra a um construtor de nome Osório. O sino foi pago por Abel Alves de Figueiredo, industrial de Avidos.

Entre 1993 e 1994, procedeu-se ao restauro da igreja, obra essa feita à custa dos habitantes da aldeia, sendo pároco Joaquim da Silva Freitas. Segundo este, as obras incidiram fundamentalmente sobre o corpo da igreja, tendo-se, na altura, encontrado ossadas humanas, que foram levadas para o cemitério.



Fachada da actual Igreja

Segundo testemunhos orais, o acesso ao adro da igreja fazia-se em três lanços de escadas, e não em dois como agora, e a casa da residência do abade, era semelhante a uma casa de lavoura, com eira, cortes de gado, uma latada, mas, com a ausência do pároco, começou progressivamente a degradar-se, vindo a actual a construir-se entre 1966-67, em terreno cedido por José Bento de Carvalho, da Casa de Paulinhos. O primeiro pároco a habitá-la foi José de Azevedo Mendes de Carvalho.

No início da primeira República, José Bento de Carvalho, emigrante "brasileiro" que fez fortuna no Brasil, comprou o passal e os terrenos que a ele pertenciam. A freguesia foi anexada à Lagoa, (1920-1929?) em tempo do reitor Manuel de Oliveira Júnior. Mais tarde foi anexada a Cabeçudos (até 1946), deixando assim, de ter padre residente até o padre José de Azevedo Mendes de Carvalho vir para a nova residência, que é a actual.



O Passal

7.4 O Sacrário do Santíssimo Sacramento

Por volta da primeira metade do século XVIII, terão sido colocados os sacrários na maior parte das igrejas rurais da arquidiocese de Braga. Assim, em data que não conhecemos, (por não ser indicada), o Abade Diogo Luís Soares Coelho requer ao Arcebispo Primaz de Braga autorização para a colocação na Igreja de Avidos, do Santíssimo Sacramento para se administrar o sagrado viático aos fregueses, referindo que a Igreja já dispõe de sacrário e tabernáculo dourado e os mais preparos para o culto do mesmo, e ele Abade toma como obrigação a assistência da lâmpada que deve arder diante do tabernáculo, como consta da escritura que junta ao processo. Indica no requerimento que a freguesia tinha mais de 70 fogos, sendo muitos deles perto da Igreja.

Se o pároco assumiu a obrigação da lâmpada, a que se comprometeram os paroquianos?

Na escritura feita em Avidos, a 4 de Setembro de 1741, nas casas de residência da freguesia, compareceram o Abade, o juiz do subsino Manuel de Araújo, Afonso Gomes, procurador, e os homens de fala António Marques, Manuel Francisco, Manuel de Araújo dos Moinhos, Luís Correia, Francisco Correia de Araújo e João de Araújo Pereira, todos da freguesia.

Nesta escritura, estava exarada a obrigação do Abade e seus sucessores na dita Igreja, mas também se vê a contribuição da freguesia, que constou de um vaso, de um turíbulo e de uma naveta, tudo de prata, uma capa de asperges e véu de ombros de seda.

Têm lugar os trâmites necessários, entre eles a informação de um pároco vizinho, no caso em apreço, o Reitor de São Salvador da Lagoa, Francisco Ferreira. Este relata que a trepena e o sacrário da Igreja de Avidos estão dourados com muita perfeição e decência, e que o sacrário possui cortinas muito preciosas e também o pavilhão, feito tudo de seda branca guarnecida de ouro fino. Escreve também que perto da Igreja viviam diversas pessoas, que nomeia.

A 10 de Outubro desse mesmo ano, é concedida a licença, sendo arcebispo primaz D. José de Bragança.

7.5 Paramentos, vasos sagrados, ornamentos e outras alfaias

Com data de 28 de Novembro de 1698, lê-se num livro de baptismos, casamentos e óbitos³²:

Obras que mandou fazer o Reverendíssimo Senhor D. Veríssimo de Lencastre Arcebispo Primaz as quais mandou fazer ao Reverendo Abade José da Costa em acto de visitação e são as seguintes: Um retábulo de madeira dourada, uma vestimenta³³ vermelha de (?), uma vestimenta verde para os domingos, uma roxa para os funerais, duas alvas com cordões, três amitos e duas toalhas, uma fina para as festas.

Por aqui se pode ver que a igreja da paróquia passa a ter um retábulo dourado, na capela-mor. Ou já teria e o abade deveria mandar consertá-lo?

No ano de 1879, encontramos um inventário dos paramentos, vasos sagrados, ornamentos e outras alfaias, que indicamos:

6 casulas (emendado a lápis para 5), duas roxas (emendado a lápis para 1), 1 de seda, 1 de lã, ambas usadas, 1 branca usada, 1 branca e vermelha usada;

3 alvas de linho em meio uso, com os competentes amitos e cingulos;

2 bolsas com os competentes corporais;

1 cálice de latão dourado;

1 vaso de sacrário dourado, porém de pau;

2 dalmáticas incapazes de servir;

2 capas de asperges, uma delas branca e vermelha em meio uso, e uma roxa nova;

1 véu de ombros em meio uso;

1 pálio branco em meio uso;

1 umbela coberta de novo;

1 *araceli* em meio uso;

32 - *Livro Misto* 3, fl. 1.

33 - Composta, na época, por casula, estola e manipulo.

4 lanternas de acompanhar o Santíssimo Sacramento;
1 pavilhão do sacrário em meio uso;
1 estola paroquial branca em meio uso;
1 cruz paroquial de latão em bom estado;
3 missais todos em bom estado;
1 banqueta do altar-mor, de pau, dourada em bom estado;
4 bancos de pinho (emendado a tinta para cinco);
3 mochos;
2 tocheiras;
4 toalhas do altar;
1 toalha do altar de Santo Amaro.

Em 1885, acrescentou-se:

1 paramento branco novo;
1 missal novo;
1 estola paroquial nova;
1 ... (?) nova
2... (?) novas
1 paramento preto novo;
1 confessionário novo;
1 mesa nova.

Em 1890, fez-se o inventário seguinte:

6 casulas (acrescentou-se 1 preta, ao 1.º inventário);
2 alvas de linho em meio uso,
1 alva ordinária;
3 missais ordinários, 1 em bom estado;
1 mesa nova de pinho;
1 mesa velha de castanho;
1 sobrepeliz usada;
1 vela;
3 livros de fazer a prática e 1 ritual;

TOALHAS

Do Altar-Mor

- 1 de linho nova de folhos grandes;
- 1 de linho, recortada em meio uso;
- 1 de linho de folhas de cassa³⁴;
- 1 velha;
- 1 de paninho vermelha de cobrir o altar;
- 1 de limpar os dedos;

Do Altar da Senhora das Dores

- 3 toalhas de linho, 2 em bom uso e 1 ordinária;
- 1 coberta de chita.

Do Altar de Santo Amaro

- 1 toalha de linho nova;
- 1 coberta de chita vermelha;

Outros bens

- 2 cordas novas, da cintura;
- 1 vaso de água para a comunhão;
- 2 tocheiras;
- 1 confessionário grande e novo, de pinho;
- 1 confessionário de castanho grande, em bom estado;
- 3 confessionários pequenos de pinho, em bom estado;
- 2 véus em bom estado;
- 8 opas de lã para acompanhar o Santíssimo Sacramento;
- 2 campainhas.

Em 1910 foi feito novo inventário a que se acrescentou:

- Cortinas de encerrar o altar da Senhora das Dores e da Senhora do Rosário;
- vaso de vidro para a missa;
- estantes para missal;
- estantes para cantochão;

34 - Musselina.

- 2 tocheiras;
- 1 turíbulo de latão;
- 1 naveta de latão;
- 2 lâmpadas;
- 1 colar de Aviz com estrela do mesmo metal;
- 1 par de brincos do mesmo metal;
- 1 par de botões do mesmo metal;
- 1 fio de contas do mesmo metal.

7.6 Algumas Doações

Em 14 de Abril de 1262, Gonçalo Gonçalves, chantre da igreja do Porto e de Coimbra, tio de Sancho Pires, bispo do Porto, faz o seu testamento em que deixa à Igreja de S. Martinho de Avidos cinco libras, para uma lâmpada acesa que arda enquanto o dinheiro durar³⁵.

Em 9 de Maio de 1742, morre Manuel Dias de Araújo, da Quinta das Devesas, legando cem mil reis para se comprar um guião para o Santíssimo Sacramento.

António José Ribeiro, conde de S. Bento, faz a doação de um altar a Santo Ovídio na década de trinta do século XX, e em meados do mesmo século, Dona Cristina Leite da Silva, proprietária da Quinta de Penso, oferece uma imagem do Sagrado Coração de Jesus.

7.7 Património fundiário

Em inícios do século XIII, segundo as Inquirições de 1220, para além da Igreja local, possuíam propriedades na freguesia, a Ordem do Hospital, o Mosteiro de Landim, a Igreja da Lagoa e Requião. Nas Inquirições de 1258, faz-se referência aos casais ou herdades da Igreja da Lagoa, de Santiago de Antas e do Mosteiro de Santo Tirso.

Já falámos do desconhecimento do tombo, pelo que nos restará o estudo dos bens emprazados pertencentes à igreja da freguesia. Segundo o estado do nosso conhecimento, esta última só tinha emprazado o casal da Ribeira.

Nas inquirições de 1220, quando se fala dos bens das ordens, as testemunhas dizem que a igreja era proprietária de searas, não se fazendo alusão a qualquer casal.

Sabemos que no século XIV, com a enorme pestilência que grassou, as doações à Igreja aumentaram. Terá crescido o património da igreja de Avidos?

Certo é que hoje, por ausência de outra documentação, só podemos falar no casal da Ribeira, que era no início do século XVIII, constituído por 27 *artigos*, a saber:

35 - F. Carvalho Correia, «Página literária de cultura tirsense», in *Jornal de Santo Tirso*, 28.07.2000, p. 9.

1. **uma corrente de casas** umas torres e outras sobradadas onde estão as moradas do caseiro, que é uma casa torre sobradada e telhada e as casas que servem de cozinha pela parte do norte e um eido espaçoso de estrumeiras com suas cortes, eidos de gados, tudo reformado de novo e bem composto, com seu portal de escadaria coberto de colmo, uma fonte que é própria (sic) destes caseiros, um barraco que serve de guardar a eira, uma nogueira grande, castanheiros e algumas uveiras³⁶, que darão 3 canadas de vinho.
2. o **Cortelho da Horta**, com algumas árvores de castanheiros e uveiras, se acha de horta com algumas estacas de oliveiras. Levará de sementeira meio alqueire;
3. a **Bouça do Giestal e Bacelo** se se lavrassem, levariam de sementeira a primeira meio alqueire e a segunda 2 alqueires;
4. uma leira de mato chamada da **Carvalheira**, que levará de sementeira meio quarto de centeio, semeando-se;
5. a **Bouça do Quintal**, que é terra muito fraca, que se não lava e semeando-se levará de sementeira 1 alqueire e meio;
6. a leira da **Costeira de Cima** tem uveiras e um castanheiro muito velho. Levará toda de sementeira, semeando-se, meio alqueire de centeio;
7. a leira da **Costeira de Baixo** tem uveiras, que darão de vinho 2 almudes e levará de sementeira 3 quartos de centeio;
8. uma leira de monte chamada do **Vidainho**, tem carvalhos, salgueiros e castanheiros, ao todo são 20 pés, levará de sementeira, a semear-se, 2 alqueires. É terra fraca;
9. o **Talho da Ponte**, todo cheio de carvalhos, que serão 20 pés, é terra que se não pode lavar;
10. a leira chamada do **Espinheiro** na agra do mesmo nome, tem uma carreira de carvalhos, em que entram 3 uveiras, que darão 2 canadas e levará tudo de sementeira 3 quartos. É terra fraca e alguma está de mato;
11. uma leirinha ou talho do **Espinheiro**, que está na sobredita agra, levará de sementeira meio quarto de centeio, por ser terra fraca e de pouco rendimento;
12. na mesma agra, **uma leira de terra**, que levará de sementeira um quarto de centeio, é terra de pouco rendimento;
13. na mesma agra do **Espinheiro**, uma leira de terra, tem pela parte do rio 4 uveiras e amieiros que darão as uveiras de vinho 3 canadas, e levará de sementeira um quarto e meio de centeio, também é terra fraca e não tem água;
14. um talho de terra, que hoje serve de eira e estendedouro de palha e mais alguma parte dele de giestal por ser fraca, por cima da cancela está um alpendre, que serve de recolhimento da mesma eira;

36 - Vinha de enforcado.

15. duas leiras de terra no campo do **Olmo**, que levarão de sementeira alqueire e meio³⁷ de centeio, tem 5 uveiras por junto do caminho, que darão de vinho 1 almude, tem também alguns carvalhos no valo da estrada;
16. **outra leira no mesmo campo**, que levará de sementeira 2 alqueires de centeio e dará de vinho 2 almudes e meio pouco mais ou menos;
17. o campinho **da Porta**, que tem uma corte e uveiras, que darão de vinho 6 almudes, levará de sementeira esta terra alqueire e meio com pouca diferença;
18. a leira chamada **de Bouças**, na bouça do mesmo nome, a qual é toda de mato. Esta terra se fora lavradia poderia levar de sementeira 6 alqueires pouco mais ou menos;
19. a **leira Torta**, que é terra lavradia, com árvores de castanheiros e carvalhos ao longo do rio, levará de sementeira 3 quartos de centeio;
20. o **Porto de Marienes**, que levará de sementeira meio alqueire de centeio, tem castanheiros e amieiros na ribanceira do rio;
21. uma leira, que a vedoria velha chama da **Forca do Rio**, levará de sementeira meio quarto de centeio;
22. a boucinha de **Porto de Lobos**, tudo terra de mato, até chegar o lavradio, que fica junto de um souto de castanheiros (sic), lavrando-se tudo com a que está de mato, levará de sementeira 2 alqueires de centeio pouco mais ou menos;
23. **uma leira** com um castanheiro e um amieiro levará de sementeira pouco mais de meio quarto;
24. **uma leirinha** de terra e um talhinho, que levarão meio quarto de sementeira;
25. uma leira de terra na **Agra de Serufe**, que levará de sementeira meio quarto de centeio, é terra fraca;
26. **uma devesinha** com 20 carvalhos e 2 castanheiros;
27. um talhinho de terra, no **Campo da Boucinha**, que levará de sementeira pouco menos de um quarto de centeio;
28. a **Leira da Figueira**, terra lavradia, em redor do rio, tem muitas árvores de castanheiros e amieiros e carvalhos, levará de sementeira um quarto pouco mais ou menos;
29. **outra leira** de terra neste mesmo campo, que levará de sementeira um quarto pouco mais ou menos;
Além dos logradouros ditos ordinários, faziam parte deste casal, o logradouro do moutado de Cambois e do moutado da Tojeda.

37 - O alqueire valia em Landim 15,045. Dez alqueires de sementeira equivaleria a um hectare. Veja-se F. Carvalho Correia, «Apontamentos históricos», in *Jornal Ecos de Negrelos*, Outubro de 1999, p. 11.

Este casal foi aforado pelo Abade Mateus da Graça Lopes, depois dos trâmites legais, em 7 de Agosto de 1722, a Manuel Simões e sua mulher, Madalena Dias, de Avidos.

A renda que em cada ano pagava o casal ao senhorio directo era, segundo a vedoria velha, de 25 alqueires de pão meado, 2 alqueires de trigo, 2 tostões em dinheiro e 1 frango pago tudo no dia de S. Miguel de Setembro. Os caseiros disseram que tudo se pagava até ao presente, menos o frango e que nunca tiveram conhecimento que os seus antecessores o pagassem. Porém, confessou o emprazado Manuel Simões, por ser o que nasceu nesta fazenda, que ouvira dizer a seus antepassados que por morte de cada vida deste prazo se pagava um tostão de lutuosa.

Os louvados, atendendo a tudo o referido, e também ao facto de nenhuma das terras ter água ou pastos, a maior parte delas estar de monte e serem terras muito fracas, e só algumas estarem tapadas, como o campo do Olmo e a boucinha de Porto de Lobos, e todas as mais serem agras livres, *lhe acrescentam somente um tostão em dinheiro*. De maneira que daqui em diante, *pagará três tostões em dinheiro, além de toda a mais pensão acima referida, como também outro tostão de lutuosa, na forma da confissão do emprazado Manuel Simões, que neste prazo ficará sendo a primeira vida e sua mulher Madalena Dias a segunda vida e um filho ou filha deles a terceira vida, e não havendo filho ou filha por morte de ambos, poderão nomear neto ou neta, e na falta destes em sucessão directa, poderão nomear quem quiserem, não podendo ser pessoa de maior condição que eles caseiros*.

Em 10 de Abril de 1770, foi passada licença de emprazamento deste casal a favor de Madalena Dias e de Francisco da Silva, de Avidos, a pedido do Abade da freguesia António José de Abreu. Foi juiz comissário da vedoria Bento José de Macedo e Castro, Abade de Cabeçudos, e escrivão o padre Domingos Dias de Araújo, da mesma freguesia, sendo nomeados como louvados Manuel de Araújo, de Santiago de Areias, do lugar de Sande, e Luís Manuel da Silva, de Santa Eulália da Palmeira, lugar de Palmeirô, por o juiz comissário achar que eles eram *homens entendidos em matéria de fazendas e boas e sãs consciências*.

Manteve-se a mesma renda por considerarem os louvados que as terras do prazo não eram de qualidade e grande parte estar em agras soltas e pouco correspondentes ao benefício da altura.

Ficou como primeira vida Madalena Dias, *actualmente possuidora* dele por nomeação testamentária de seu tio António Dias, como segunda vida Maria Joana de Sampaio, mulher de António da Silva da freguesia de S. Miguel da Lama, e terceira vida um filho ou filha da segunda vida, na forma da disposição testamentária de seu tio António Dias. Não havendo filhos, a segunda vida nomeará uma pessoa dos ascendentes de onde o prazo procede, e não o havendo nomeará quem quiser, não podendo ser em pessoa de maior condição que eles caseiros.

Como sabemos, só em 1875 é aceite em Portugal o sistema métrico, sendo até essa altura, a medição da terra feita pelo sistema de varas (1,096 metros em Landim), ou das margens, ou então indicava-se a sementeira que o terreno levava, em alqueires (em Landim valia 15,045), ou em rasas, e nas terras com vinha usava-se o sistema de homens de cava.

Das propriedades deste prazo sobressai a fraca qualidade das terras que possuía, subsiste a lutuosa, paga aquando da morte de cada uma das vidas do prazo, sendo igual à renda anual.

As produções principais são o centeio e o vinho, havendo também castanha e azeitona e nozes, carvalhos, amieiros e salgueiros, bem como bastante terra de mato, que, de resto, era necessário para se fazer o estrume, indispensável como fertilizante. Constatamos a reconversão de um pomar em terra de horta.

Pensamos, que na freguesia, o emprazamento em três vidas, com um contrato escrito, seria a forma comum, não tendo nós conhecimento de outro sistema de arrendamento, embora possa ter existido, e sendo feito por palavra (via oral), não chegou até nós o testemunho.

Só os contratos de emprazamento pertencentes à igreja de Santiago de Antas, (em anexo) incluem a prestação de determinados serviços ou jeiras, mesmo em finais do século XVIII.

Desde o século XIII, que a maior parte das terras de Avidos pertencia ao clero, continuando a constatar-se esse facto ao longo do tempo. Os processos de emprazamento dão disso testemunho.

Da análise da renovação do prazo da Ribeira, vemos que em 1722, Manuel Simões e sua mulher Madalena Dias, tinham terras da Comenda da Lagoa, bem como de uma capela de Ruivães, e que estas se localizavam em Avidos, dizendo ele que esta última é uma leirinha no campo do Olmo.

7.9 Os Direitos e encargos paroquiais

Deve ter existido um livro de usos e costumes, onde estavam registadas as principais contribuições que o abade recebia dos seus paroquianos, uma vez que, no início do século XVIII, o arcebispo de Braga D. Rodrigo de Moura Teles, assim ordenou para toda a diocese bracarense.

Em conformidade, todos os paroquianos pagavam à igreja onde recebiam os sacramentos, os dízimos ou décima a Deus, que incidia sobre pessoas e prédios. Nos primeiros, era o trabalho que era taxado, e no segundo, as coisas, havendo ainda o imposto misto, que recaía sobre ambos. Conforme se infere do nome deste rendimento eclesiástico, a igreja recebia uma décima parte dos proventos. Pelo S. João Baptista, eram recolhidos os dízimos pessoais, e os prediais eram devidos quando estivessem bons de receber. Os fregueses davam também ao abade os primeiros frutos da terra ou dos animais, as denominadas primícias, e as sanjoaneiras que constavam de frangos, anhos e algum leite das segundas-feiras da Páscoa até ao S. João³⁸.

Ofertas e pé de altar contavam-se entre as outras receitas devidas a igrejas, ermidas e capelas, bem como outras dádivas voluntárias.

Com a primeira República, muita coisa mudou nas paróquias e uma delas dizia respeito à sustentação dos párcos.

38 - Franquelim Neiva Soares, *Visitações e inquéritos paroquiais da comarca de Torre de Moncorvo de 1755-1845*, Braga, s.e., 1981, p. 402.

A arquidiocese de Braga, procedeu à revisão dos diversos usos e costumes das freguesias sujeitas à sua jurisdição eclesiástica³⁹, de que destacamos, do exemplar de Avidos, os pontos que entendemos fundamentais. Veja-se que a cõngrua ou oferta era paga em produtos provenientes da agricultura. Nesta freguesia instituiu-se que fosse o milho, o centeio, o feijão e o vinho, por serem os que mais se cultivavam, mas ficou salvaguardado que poderiam ser substituídos por outros, caso houvesse alterações em termos de culturas predominantes.

1.º Os chefes de família, pelo S. Miguel, pagariam de oferta uma rasa de milho branco, limpo e seco, em condições de ser recebido;

2.º No que respeito às primícias estava determinado que os proprietários⁴⁰ que colhessem de 1 a 3 carros de medidas, pagariam 1 rasa de milho, de 3 a 6 carros de medidas, 1 rasa de milho e 1 de centeio, de 6 a 10 carros de medidas 2 rasas de milho, 1 rasa de centeio e 1 quarto de feijão, de 10 carros de medidas para cima, 3 rasas de milho, 1 de centeio e meia de feijão.

3.º Os lavradores caseiros estavam divididos de acordo com a renda devida ao senhorio e pagariam se esta fosse de 1 a 3 carros de medidas, meia rasa de milho, de 3 a seis carros de medidas, meia rasa de milho e meia de centeio, de 6 a 10 carros de medidas, 1 rasa de milho e meia de centeio, de 10 carros para cima, 2 rasas de milho, meia de centeio e 1 quarto de feijão.

4.º Quanto ao vinho, os proprietários contribuía de acordo com a sua produção, e assim, os que colhessem de 1 a 5 pipas, pagariam 1 cântaro, de 5 a 10 pipas 2 cântaros, de 10 a 20 pipas, 3 cântaros, de 20 para cima, 4 cântaros. Os lavradores caseiros eram colizados em 1 cântaro.

5.º Aquando dos baptismos e casamentos o pároco receberia os emolumentos, de acordo com a tabela diocesana.

6.º Regulamentou-se quanto aos funerais que os paroquianos que colhessem ou recebessem de 1 a 3 carros de cereais teriam um ofício com assistência de 5 eclesiásticos e missa cantada, de 3 a 10 carros um ofício com assistência de 10 eclesiásticos e missa acolitada, mais de 10 carros um ofício com assistência de 15 eclesiásticos e missa acolitada. Os filhos família, ainda que não tivessem herdado, teriam ofício e missa, conforme a condição de seus pais.

7.º Os lavradores caseiros que pagassem de renda 10 carros e daí para cima, teriam ofício de 5 eclesiásticos e missa.

8.º Aos pobres, que não tivessem quem lhes fizesse sufrágios, o pároco providenciaria para que lhes fosse feita uma missa de corpo presente;

9.º Mantiveram-se os direitos de cabeceira, que eram iguais à oferta e primícia daquele ano, continuou a haver resposos e reza ânua, pagando os fregueses por cada resposo dez centavos, e de reza ânua uma rasa de milho ou três mil reis de dinheiro.

39 - Id., *Monografia de S. Pedro de Esmeriz, Op. cit.*, p. 473.

40 - Estavam para estes fins equiparados a proprietários os paroquianos que possuíssem bens provenientes da sua posição social, heranças, negócios, indústrias lucrativas, etc.

11.º Os paroquianos deveriam garantir ao pároco casa decente para habitação, o mais próximo possível da igreja, e pelo menos terra para horta;

12.º No caso de não se arrecadar o suficiente para a cõngrua sustentação dos párocos, lançar-se-ia uma quantia subsidiária, no mês de Maio, que seria distribuída por uma comissão constituída por cinco paroquianos;

13.º São indicadas as penalidades de quem não pague a cõngrua sustentação do pároco.

Tal como nas outras paróquias da diocese, era da responsabilidade do abade a fábrica da capela-mor da igreja, as alfaias litúrgicas, a conservação, reparação e fábrica da residência paroquial, despesas com os visitantes, a colheita ao arcebispo de Braga, ao Celeiro do Micho, em Braga, talvez ao seminário de Braga, Patriarcal de Lisboa e Votos de Santiago⁴¹.

7.10 O Clero da freguesia

Inserimos no final deste livro, um quadro, baseado nos dados do registo paroquial, em que figuram os padres que paroquiaram a freguesia. Entendemos, porém, fornecer mais alguns dados quer sobre estes, quer sobre os que, embora não havendo exercido formalmente o cargo na freguesia, a ela estiveram ligados, e de que temos notícia através de outras fontes.

Vamos, pois, de início, encontrar os abades, responsáveis primeiros da paróquia, os curas ou coadjutores seus auxiliares e os encomendados, que exerciam quando o abade não podia paroquiar ou quando este morria, até à colocação de um novo abade e, por último, o outro clero.

Os Abades

João Pires (Johannes Petri), o primeiro abade de que temos notícia, testemunhou em primeiro lugar nas inquirições de 1220, no tempo do rei D. Afonso II, pois devia ser a pessoa que mais apta estaria para poder responder às questões colocadas, acerca dos padroados, dos bens das ordens, foros e dádivas.

João Johannis, prestou depoimento nas inquirições de D. Afonso III, em 1258, com mais cinco paroquianos, que corroboraram o seu testemunho.

Fernando Afonso (licenciado) terá falecido por volta de 1462, uma vez que no *Livro de Confirmações e mostras do Arcebispo D. Fernando da Guerra*⁴², nos aparece como último «cõnego» da igreja de S. Martinho de Avidos, sendo provido, nesta data o seu sucessor.

Rui Vasques foi provido em 1 de Outubro de 1462, por D. Fernando da Guerra⁴³ e, em 9 de Maio de 1467, ainda continuava a ser beneficiado. Rui Vasques era clérigo de ordens menores, criado de D. Fernando da Guerra, e mais tarde seu moço de câmara.

41 - Franquelim Neiva Soares, *Monografia de S. Pedro de Esmeriz, Op. cit.*, pp. 290 - 297.

42 - A.D.B., *Livro do Registo Geral* n.º 329, fl. 227 v.º.

43 - *ib.*

Miguel da Paz era abade de Avidos, de Rebordões (Santo Tirso), e arcediogo da Sé de Viseu⁴⁴. Em 18 de Abril de 1554, o Provisor de Braga, Baltasar Álvares acede ao requerimento de Miguel da Paz para se proceder à elaboração do tombo de Rebordões, passando carta de vedoria nessa data.

Diogo da Paz, que em 1566, toma posse de Rebordões, seria seu familiar.

André Pires era abade em 26 de Dezembro de 1583, e juntamente com o vigário da Lagoa, Gonçalo Ribeiro, é nomeado vedor do empraçamento do casal da Porta a favor de Gonçalo Martins e sua mulher, sito em Santa Maria de Abade de Neiva e foreiro à mesma igreja, quando era vigário nesta Baltazar Gonçalves.

Sebastião Gonçalves Peres vamos encontrá-lo pela primeira vez, em 25 de Agosto de 1599, a baptizar Domingas, primeiro registo de criança, que conhecemos na paróquia, e, em 20 de Abril de 1625, é baptizado António por este sacerdote, sendo que depois os registos passam a ser assinados por outro sacerdote, de nome Luis Machado de Miranda, que é o cura da freguesia.

Francisco da Cunha da Silva é Abade desde 28 de Agosto de 1649, até 9 de Maio de 1660, vindo a falecer em 15 de Junho de 1660, e o seu registo de óbito diz que não lhe fizeram legado algum por não ter herdeiros.

O Abade **Matias de Matos Filho** surge-nos pela primeira vez a fazer um assento de óbito na freguesia, a 29 de Junho de 1665, continuando nesta até falecer em Braga em 9 de Maio de 1672, dizendo-se no registo de óbito que fez testamento e teve todos os sacramentos.

José da Costa era natural do Souto, na cidade de Braga, filho de Domingos Dias da Costa e Andreza da Graça, naturais de Gualtar, e residentes no Souto na cidade de Braga. Diz assim o seu registo de baptismo: *aos seis dias de Janeiro de 1630 baptizou o padre António de Araújo, sendo cura desta freguesia a José filho de Domingos Dias da Costa mercador e de sua mulher Andreza da Graça moradores fora da porta do Souto nesta freguesia de S. João. Foram padrinhos Manuel Pereira de Freitas e Maria Cerqueira mulher de José de Gouveia todos desta cidade*⁴⁵. É colocado como abade em Avidos, sendo o seu primeiro acto registado na paróquia, o baptizado de Natália, em 23 de Dezembro de 1674, e permanece como Abade até 28 de Junho de 1706, data em que assina um registo de óbito. Morre em 21 de Fevereiro de 1709, em Avidos. No seu assento de óbito, feito pelo Abade Mateus da Graça Lopes, diz-se que recebeu todos os sacramentos e ficou sepultado na capela-mor. Deixou dois ofícios e vinte mil reis para missas, sendo dezassete mil reis em missas nesta igreja de Avidos ou no Mosteiro de Landim, e o restante em S. Pedro da Sé de Braga.

Fez testamento e deixou por seu herdeiro e testamenteiro seu filho legitimado António da Costa⁴⁶, que sempre viveu na residência paroquial com ele, continuando na mesma depois da morte do pai.

44 - F. Carvalho Correia, «Apontamentos históricos», in *Jornal Ecos de Negrelos*, Outubro de 1999, p. 11.

45 - *Livro Misto* n.º 7, Braga, Souto (S. João), fl. 2.

46 - *Inquirição de genere*, proc. 5771.

O padre António da Costa era seu irmão, também nasceu em Braga, e teve um filho de nome **Manuel da Costa**, com uma mulher solteira, Isabel de Araújo. Em 8 de Janeiro de 1731, Manuel candidata-se também à vida sacerdotal. No processo,⁴⁷ diz-se que Manuel viveu sempre em Avidos e só há dois ou três anos habita em casa do Abade de Cabeçudos.

Mateus da Graça Lopes teve como terra natal a cidade de Braga. Registou o seu primeiro assento de baptismo nesta freguesia em 16 de Dezembro de 1708, e paroucou-a 23 anos. Foi considerado um homem de virtude, e zeloso no ensino da doutrina. Faleceu aos 28 de Outubro de 1727, com todos os sacramentos. No testamento, nomeou por seus herdeiros o irmão Manuel Lopes da Graça, morador a S. Sebastião, em Braga, e Manuel da Costa seu parente, a viver com ele na residência paroquial, com ele testador. Nele deixou escrito que lhe fizessem mais 30 ofícios de 20 padres cada um e dissessem 200 missas gerais na mesma igreja e se lhe dissessem mais 100 missas de intenção e outras esmolos que constam no testamento. Foi sepultado em hábito sacerdotal, no meio da capela-mor.

Gaspar Soares Coelho nasceu em São Lourenço de Prado, Valença. Não temos a certeza da sua filiação, uma vez que a irmã nos aparece a casar em Avidos, em 17 de Janeiro de 1763, e indica como pais José Soares Coelho, e Josefa de Araújo, solteira, naturais de São Lourenço de Prado, Valença, onde ela também nasceu. Pensamos serem os mesmos pais. Contudo, poderão ser só irmãos por parte do pai. Estudou no Seminário de S. Pedro em Braga. Veio para Abade de Avidos com 24 anos. Fez o seu primeiro assento em 10 de Junho de 1728, estando 8 anos na paróquia, sempre a orientando nos bons preceitos cristãos. Vai depois para o Seminário do Varatojo, assumindo o nome de Frei Gaspar da Virgem Maria. Ai são realçados os seus dotes para a oratória sagrada. Em 1731, é nomeado visitador da primeira parte de Basto.

Diogo Luis Soares Coelho foi primeiro coadjutor e só depois vem a ser abade. É irmão deste último Abade, que resignou para seguir a vida missionária. Tal como já indicámos para o irmão, não temos a certeza da sua filiação, uma vez que a irmã nos aparece a casar em Avidos, em 17 de Janeiro de 1763, e indica como pais José Soares Coelho, e Josefa de Araújo, solteira, naturais de São Lourenço de Prado, Valença, onde ela também nasceu. Colocamos como hipóteses ter vindo a acompanhar um dos irmãos ou ambos, servindo-os na residência, ou vir com os pais e os irmãos e terem ficado a residir todos em Avidos. Pensamos serem os mesmos pais, contudo poderão ser só irmãos por parte de um dos progenitores, talvez pelo lado paterno. Foi este abade que respondeu ao inquérito feito pelo oratoriano Padre Cardoso para a elaboração das *Memórias Paroquiais de 1758*, documento mais completo sobre a freguesia que até hoje conhecemos. Vem a ter um sobrinho, seu homónimo, que também vai seguir a vida sacerdotal.

António José de Abreu faleceu em Avidos no dia 4 de Junho de 1815, refeito com os sacramentos da Comunhão e Extrema Unção, e antes disto foi absolvido sob condição, em virtude de ter ficado demente há alguns meses, e neste estado, passar os dias a rezar. Não fez testamento, por

47 - *Inquirição de genere*, proc. 16347.

não estar capaz disso. Foi sepultado nesta igreja, no meio da capela-mor, deixando como herdeiros seus irmãos. Teve o ofício de enterro de 50 padres, mais dois ofícios, um de 10 padres, e outro de 11, e ofício de aniversário.

É de presumir ter nascido em Braga, uma vez que encontramos suas irmãs a residir na freguesia do Souto, em Braga, em 1826, e a vender o Campo Novo em Avidos, por intermédio de um procurador.

Foi nomeado visitador da primeira parte de Basto em 1786.

Manuel José Pereira do Lago faleceu a 9 de Maio de 1842, pelas 10 horas, confortado com os sacramentos, sendo sepultado a 11. Teve o primeiro ofício de 40 padres, o segundo e terceiro de 10. Depois da sua morte surgiu um diferendo na freguesia acerca da falta de um par de galhetas de estanho, um cálice de prata, dezassete sanguinhos e uma custódia de bronze dourada. Depois de algumas reuniões da Junta da Paróquia, soube-se que a residência paroquial teria sido assaltada, tendo os ladrões levado muita coisa pertencente ao Abade, e também os objectos mencionados, que se encontravam à guarda do Reverendo. Posta a questão assim pelo seu sucessor Manuel Bernardo da Silva, em reunião com os outros elementos da Junta da Paróquia, no dia 26 de Agosto de 1842, decidiu-se arquivar o assunto.

Joaquim Pires da Veiga⁴⁸ tomou posse em Abril de 1842, não tendo ficado na paróquia por ser nomeado secretário do Arcebispo Primaz, e residir no Paço Arquiepiscopal. Paroquiou a freguesia o encomendado Manuel Bernardo da Silva, de Landim, desde 27 de Abril de 1842 até 20 de Janeiro de 1843, e a seguir o encomendado José Manuel Claudino Teixeira.

José Manuel Claudino Teixeira foi primeiro encomendado e só depois abade. No *Inquérito do Arciprestado de Vila Nova de Famalicão de 1845 – 46, fl. 3*, diz-se que a igreja é curada por ele, pois o actual abade está a desempenhar as funções de secretário do Arcebispo Primaz. Tem o cura ou presbítero *carta de coadjutor, 29 anos, frequentou as aulas de Gramática Latina, Filosofia Racional e Moral e tomou a ordem de presbítero em 1840, e é de bons costumes. Sua naturalidade é da província de Trás-os-Montes*. Faleceu na idade de 68 anos, em Avidos, no lugar da Igreja, em 7 de Janeiro de 1887, recebeu os sacramentos.

Manuel Leandro Cardoso da Cruz é empossado em 30.07.1890, encontrando a igreja e residência muito abandonada, e com ele se procedeu a obras de fundo nas mesmas.

José de Azevedo Mendes de Carvalho era filho de Luís Gonzaga Mendes de Carvalho e de Balbina Carvalho de Azevedo, natural de Vila das Aves, onde nasceu a 2 de Dezembro de 1917.

Neto paterno de José António de Carvalho e de Ana da Silva Mendes, e materno de Manuel Carvalho de Azevedo Júnior e de Delfina Rosa Rodrigues de Azevedo.

O padre José Carvalho foi ordenado sacerdote no Seminário C. de Braga, por D. António Martins Júnior, no dia 30 de Junho de 1940, e celebrou missa nova em Vila das Aves, a 7 de Julho deste mesmo ano.

48 - *Inquérito do Arciprestado de Vila Nova de Famalicão de 1845 – 46, fl. 3*

Entre 1940 e 1942, foi coadjutor de Monsenhor Torres Carneiro, pároco de Santo Adrião, Vila Nova de Famalicão, e em 1942, foi nomeado pároco de Romarigães e S. Martinho de Coura. Em Agosto de 1946, começa a paroquiar Avidos e Lagoa, ficando a habitar nesta última freguesia, por Avidos não ter residência para o pároco, uma vez que a mesma foi vendida em inícios da primeira República. Inaugurou a actual residência paroquial de Avidos, nos anos sessenta do século XX.

Teve uma intensa vida paroquial, que se vê representada na criação do grupo coral, (era o padre José Carvalho um exímio organista), na criação da Cruzada Eucarística, Confrarias da Santa Infância, do Santíssimo Sacramento e do Sagrado Coração de Jesus, na Liga Operária, na Juventude Operária Católica, no Agrupamento de Escuteiros (Agrupamento n.º 268). Foi também grande pregador, tendo sido na sua paroquialidade que se reavivou a festa de Santo Ovídio. Além da sua intervenção no campo religioso, deu contributos a nível autárquico, desempenhando o cargo de Conselheiro Municipal e de Presidente da Junta da Lagoa.

Faleceu com 72 anos, na casa de saúde da Boavista, em 19 de Setembro de 1990, e foi sepultado no cemitério de Avidos, encontrando-se agora no actual cemitério, no jazigo capela reservado aos párocos da freguesia ou sacerdotes dela naturais, que foi inaugurado no dia 17 de Setembro de 2000.

Adelino de Sousa Lopes, nasceu no dia 31 de Agosto de 1939, em Bagunte, concelho de Vila do Conde, sendo seus pais Tomás Gomes Lopes e Maria Joaquina Martins de Sousa. Frequentou o seminário de Braga, cidade onde foi ordenado sacerdote, em 14 de Julho de 1963. Foi docente no seminário menor até Outubro de 1969, e deste ano até 1970, no colégio de Cabeceiras de Basto. A 28 de Janeiro de 1971, partiu para o Brasil onde trabalhou na diocese de Sete Lagoas, até ao mês de Julho de 1986. De 13 de Outubro deste ano, até Julho de 1991, foi pároco de Avidos. Regressou ao Brasil ainda no ano de 1991, onde presentemente se encontra, também na diocese de Sete Lagoas.

Joaquim da Silva Freitas nasceu em 25 de Janeiro de 1930, em S. Miguel de Ceide, localidade onde viviam os pais, que foram Manuel da Silva Freitas, lavrador, natural de Avidos, e Adelaide Pinheiro Alves, de S. Miguel de Ceide. Teve quatro irmãos. Frequentou o seminário de Braga de 1944 a 1956, tendo sido ordenado em 7 de Julho de 1956, pelo arcebispo D. António Bento Martins Júnior, (natural da freguesia de Arcos, concelho de Vila do Conde). Foi coadjutor da então vila de Fafe, até 1959. Em Agosto desse ano, veio para pároco de Touguinha, concelho de Vila do Conde, e sua anexa Argivai, do concelho da Póvoa de Varzim, onde esteve até 1968. Deste ano, até 1977, foi só pároco de Touguinha, uma vez que foi desanexada a freguesia de Argivai. Esteve depois em Nabais, concelho de Póvoa de Varzim, até 1990, data em que veio paroquiar Avidos e Lagoa, onde permaneceu até 1997.

Encomendados

Jerónimo de Carvalho⁴⁹ era filho do padre Mateus de Carvalho da freguesia de Requião e Marta ou (Maria?) Gonçalves, solteira. Sua mãe vem a falecer em Avidos, a 14 de Maio de 1694. Os avós paternos eram Manuel de Carvalho, vigário de Vermoim, e Isabel Lopes, natural de S. Martinho de Leitões. Os avós maternos chamavam-se Pedro Gonçalves e Catarina Francisca.

49 - *Inquirição de genere, proc.1508.*

Manuel Carvalho de Araújo⁵⁰ era filho de Domingos Álvares de Araújo e Ana Correia de Carvalho. Fez o primeiro registo nesta paróquia, que foi um assento de óbito, em 28 de Outubro de 1727, e o último que assinou, e também foi de óbito, aconteceu no dia 18 de Fevereiro de 1728.

Outros padres relacionados com a paróquia:

Manuel Machado da Cunha viveu em Avidos, no lugar de Castelãos, teve com Maria Gonçalves um filho, Ambrósio Machado, que casou em Avidos, em 28 de Julho de 1687, vivendo algum tempo no lugar de Penso e morreu também nesta freguesia, no estado de viúvo. Faleceu o padre Manuel Machado da Cunha nesta freguesia, em 30 de Agosto de 1705, morando nessa altura no lugar de Castelãos. Teve todos os sacramentos, e foi sepultado dentro da igreja da freguesia. No dia do seu funeral, fizeram-lhe os seus herdeiros um ofício de 10 padres, segundo e terceiro também de 10 padres cada um. Fez testamento.

Manuel Fernandes era vigário em S. Miguel de Ceide, anexa de S. Salvador de Bente, falecendo na residência paroquial em 18 de Fevereiro de 1713, e o seu corpo ficou enterrado na igreja de Avidos, defronte do altar de Santo Inácio. Fez testamento no mês de Fevereiro, deixando por herdeiro seu irmão Francisco de Araújo do lugar das Devesas, ficando este encarregado de lhe pagar as dívidas. Teve os ofícios do dia do funeral com 5 padres, do mês com 9 e do ano com 5.

Seu irmão Francisco de Araújo parece ter sido pessoa de posses, como vemos pelo seu assento de óbito, e também teve um filho sacerdote, de nome Domingos Ferreira.

Domingos Ferreira nasceu em Avidos, em 15 de Dezembro de 1670. Era filho de Francisco de Araújo e Isabel de Sá, do lugar das Devesas. Sabemos que teve quatro irmãos, um deles seu gêmeo de nome Tomé. Em 1726 ainda vivia, uma vez que aparece no assento de óbito do pai a referir que o filho, Padre Domingos Ferreira, lhe fez um ofício de sete padres.

António da Costa era filho do Abade de Avidos José da Costa, que este instituiu como herdeiro, nasceu a 23 de Junho de 1690, em Avidos, filho de Catarina Correia, natural de Landim e residente em Avidos, lugar de Castelãos. Quem o baptizou foi o Padre Jerónimo de Carvalho, paroquiano da freguesia. Foi padrinho Maurício de S. Domingos, religioso de Santo Agostinho, natural da freguesia de Oliveira, e madrinha a ama de Jerónimo de Carvalho. Foram seus avós paternos Domingos Dias da Costa e Andreza da Graça, naturais de Gualtar, e residentes no Souto na cidade de Braga, e maternos, Francisco Gomes e Catarina Correia, lavradores, sendo ele também marchante, naturais de Areias e residentes no lugar de Carvalho, Avidos. António da Costa viveu sempre na residência com o pai. Em 26 de Agosto de 1730, morava no Porto, em casa do deão desta cidade. Teve ordens menores, tendo falecido em Avidos em 9 de Setembro de 1756, como minorista, no lugar de Castelãos, com todos os sacramentos. Fez testamento e codicillo, em que além de algumas esmolas e legados que deixou instituiu a sua alma por herdeira para se lhe distribuir toda a sua herança em missas de cem reis. Foi sepultado dentro da igreja e teve 3 ofícios.

50 - *Inquirição de genere*, proc. 15826.

Diogo Alves Soares, natural de Santa Marinha de (?), comarca de Valença, que vivia na residência paroquial, faleceu com todos os sacramentos em 13 de Abril de 1746. Está sepultado na capela-mor da igreja de Avidos, para a parte da sacristia. Fez testamento em que deixou pela sua alma 300 missas e 3 ofícios de 20 padres cada um. *Excedeu em muito o número de padres que assistiu aos ofícios, o primeiro ofício teve 68 padres, o segundo 53 e o terceiro 71.*

Domingos Ferreira de Sá faleceu no lugar das Devesas, a 16 de Janeiro de 1747. Fez testamento, em que para além dos sufrágios do costume deixou pela sua alma 50 missas e deu a esmola costumada. Está sepultado dentro da igreja da freguesia.

Manuel José de Araújo faleceu a 4 de Julho de 1746, no lugar das Devesas, em Avidos. Está sepultado no meio da igreja da freguesia, da parte da porta travessa. Não fez testamento. Pela sua alma lhe disseram os sufrágios conforme o costume da freguesia.

António Ribeiro da Costa era subdiácono e morreu em Avidos no dia 13 de Junho de 1780, com 66 anos. Residia no lugar da Corredoura, Avidos. Foi sepultado na igreja ao lado do altar de Santo Inácio, com ofício e acompanhamento de sua irmandade da Senhora da Boa Morte de Vila Nova de Famalicão, *revestido das vestes do seu carácter*. Teve 3 ofícios de 12 padres cada um.

José Bernardo de Abreu, era irmão do Abade de Avidos António José de Abreu, faleceu nesta freguesia com 42 anos, em 28 de Abril de 1791, era *pensionário* nesta igreja. Foi sepultado na capela-mor, para a parte do Evangelho. Não fez testamento, tendo seu pai por herdeiro necessário. *E por urgentíssima e notória causa de não acelerar a morte a seus irmãos que nesta residência jazendo, permaneceu em um lastimoso hospital*. Foi sepultado com um ofício de sepultura que lhe fizeram 26 ou 28 padres. Teve o primeiro ofício de 27 padres, em Landim, 39 missas, segundo e terceiro de 10 padres e 12 missas.

Diogo Luís Soares Coelho⁵¹ nasceu a 15 de Março de 1766, em Avidos, filho dos lavradores Manuel Francisco da Silva e de Maria Luísa Soares, filha natural, ambos de Prado, Valença, casados em Avidos a 17 de Janeiro de 1763. O padre Diogo teve como avós paternos André Francisco Dias e Custódia Francisca da Silva, de Avidos, e maternos José Soares Coelho e Josefa de Araújo, de Prado, Valença. Os pais de seu avô paterno eram Domingos Francisco e Ana Dias de Avidos, e de sua avó paterna Domingos da Silva e Teresa Francisca, estes últimos do lugar de Cimo de Vila, Lama. Faleceu no lugar das Casas Novas, Avidos, a 9 de Fevereiro de 1827, com todos os sacramentos, e foi a sepultar no dia 12, na sepultura debaixo do arco cruzeiro, que entesta com o altar da Senhora das Dores. Não deixou testamento. Fez um ofício geral, e o segundo e terceiro de 7 padres. Cumpriu o trintário em missas pelos padres que faltaram. Pagou reza.

Manuel Carvalho Sampaio era natural da freguesia de Avidos, onde faleceu no dia 2 de Dezembro de 1843, e foi sepultado a 4, recebendo todos os sacramentos. O seu sobrinho satisfaz todas as suas obrigações espirituais.

51 - *Inquirição de genere*, proc. 34189.

Manuel José Correia de Sampaio, nasceu no lugar de Carvalho, Avidos, a 8 de Abril de 1766, tendo sido baptizado pelo Reverendo Manuel de Araújo Carneiro, natural de Landim e abade de Lomar. Foram padrinhos o baptizante e Ana solteira, filha de Angélica de Araújo, de Landim. Era filho de Manuel Correia de Sampaio e Josefa Correia naturais de Landim. Seus pais casaram em 23 de Maio de 1762, no Mosteiro de Landim, tendo em solteiros morado o noivo no lugar de Carvalho, em Avidos, e a noiva em Santa Marinha, Landim. Foram seus avós paternos Manuel de Sampaio e Catarina Correia, que casaram em Landim a 6 de Março de 1728, e maternos Manuel Correia, de Landim e Angélica de Araújo, de Cabeçudos, unidos pelo matrimónio em Cabeçudos a 10 de Agosto de 1710. O seu bisavô⁵² materno era Manuel Correia Rodrigues. Em 1797, surge este eclesiástico como procurador de José Correia de Faria, proprietário da Quinta de Penso, neto de José Correia de Faria, na compra a Bernarda Rosa, do lugar de Penso, de umas propriedades nesse lugar. Nesta altura, o Reverendo residia no lugar do Carvalho, da freguesia de Avidos, e em 30 de Junho de 1811, é referido no registo de óbito de sua mãe. No *Livro de Actas* das sessões da Junta de Freguesia de Avidos, na acta respeitante a 18 de Março de 1840, é indicado como um dos cidadãos que pode votar na eleição dos deputados e senadores.

Francisco Correia Pereira nasceu em Penso, Avidos a 13 de Maio de 1708. Filho de Francisco Correia Pereira de profissão imaginário, e Sebastiana Rodrigues. Seus pais casaram em Avidos a 1 de Fevereiro de 1691, e lá vieram a falecer, o pai em 15 de Junho de 1732 e a mãe a 27 de Agosto de 1756.

Neto paterno de Tomás Correia do lugar dos Moinhos, Landim, e de Serafina Ferreira, natural de Cruz de Pedra, freguesia de S. Paio de Maximinos. Eram seus avós maternos António Gonçalves, natural de Bente, filho de Pedro Enes e Maria Gonçalves e Maria Antónia, natural da Lagoa, filha de Manuel Gonçalves e Maria Antónia, que casaram em Avidos e residiram durante algum tempo nesta freguesia, no lugar de Penso.

O padre Francisco é o mais novo dos oito irmãos.

Manuel Cardoso Pereira, nasceu no lugar de Penso, em Avidos a 23 de Outubro de 1792, *com muita dificuldade e perigo*⁵³. Foram seus pais Bento José Pereira, lavrador, e Joana Maria Cardosa, que casaram em Joane a 15 de Fevereiro de 1786. Os avós paternos eram Manuel Pereira e Ana Francisca de Araújo da freguesia de S. Salvador de Joane e os avós maternos Tomé de Araújo e Maria Teresa Cardosa, de S. Julião de Calendário. Seu bisavô materno era filho de Manuel de Araújo e Maria da Rocha, de S. Paio de Ceide e casaram em S. Julião de Calendário, a 23 de Março de 1748, e sua bisavó materna era filha de Manuel da Costa e Maria Cardosa também de S. Julião de Calendário. O bisavô paterno chamava-se António Pereira, e a bisavó paterna Francisca de Araújo, sendo esta filha de Francisco de Araújo e Dona Ana, naturais de S. Salvador de Joane. Estudou Gramática, Filosofia, Teologia e Moral. Lendo nós no *Inquirito da terceira parte de Vermoim e Faria, de 1822* a seu respeito: *Dá este Parocho as mais decedidas provas e esperanças de ser*

52 - *Inquirição de genere*, proc. 17402.

53 - *Inquirição de genere*, proc. 11064.

*hum perfeito e vigilante Pastor, por ser dotado de virtudes, instruído e exemplar, e suposto seja pouco activo nas suas acções, o tempo e o exercício o fara dezembaraçar, e tem todas as qualidades para ser Examinador e por isso o nomei Presidente da Palestra, que fas naquelle districto e o insinuei para provover de sua Excelencia Reverendissima sua confirmação*⁵⁴.

É pároco de Esmeriz, desde 15 de Abril de 1820, tendo sido destituído por ser a favor de D. Miguel, rei absolutista, pensamos que em 1834. Faleceu na sua terra natal, em 22 de Abril de 1841, dizendo-se no registo de óbito que foi retirado da Igreja de Esmeriz por motivos políticos. Foi confortado com todos os sacramentos, e sepultado na capela-mor desta igreja ao pé da sepultura dos párocos da parte do sul, no dia 23 do dito mês e ano. Não fez testamento. Fizeram-lhe seus herdeiros um ofício de 10 padres.

O padre Manuel Cardoso teve dois irmãos, um rapaz e uma rapariga, sendo ele o filho do meio. Seu irmão mais novo veio a morrer no estado de casado em Avidos, no dia 2 de Março de 1879, tendo assistido ao sofrimento do irmão, aquando da sua destituição da paróquia de Esmeriz. Já seus pais faleceram antes, sendo poupados desse desgosto.

António José Ribeiro da Silva⁵⁵ nasceu em 16 de Abril de 1851, em Avidos, filho de João José Ribeiro e de Úrsula Maria Correia da Silva, lavradores proprietários, residentes no lugar de Penso, casados em Avidos a 5 de Maio de 1838. A mãe era natural de Avidos, nascida no lugar de Penso, em 28 de Maio de 1818, e o pai viu a luz do dia em S. Salvador da Lagoa. Os avós paternos foram Inácio José Ribeiro e Maria Teresa da Silva, da freguesia da Lagoa. Sua avó paterna faleceu em Avidos, no dia 17 de Janeiro de 1894, sendo enterrada no dia seguinte, nesta freguesia, e os avós maternos foram Jacinto Carneiro Saldanha e Josefa Maria Correia da Silva, do lugar de Penso, Avidos. Seus bisavós pelo lado paterno eram naturais de Santiago de Rebordãos e chamavam-se Manuel José de Carneiro Saldanha e Eufrásia Maria Carneiro de Leão e pelo lado materno eram António Correia da Silva, nascido a 5 de Agosto de 1751, em Penso, Avidos, e Luísa Maria Monteiro de Araújo do lugar de Penso, Avidos. António Correia da Silva era filho de João da Silva e Maria Correia, de Avidos, e os pais de Luísa eram João Monteiro e Maria Pereira de S. Silvestre de Requião. Os pais de António Correia da Silva são João da Silva e Maria Correia do lugar de Penso, Avidos. Tendo António falecido em 10 de Agosto de 1824, e seu pai em 7 de Outubro de 1779 e a mãe a 28 de Dezembro de 1777. O padre António José faleceu na sua terra natal, a 18 de Janeiro de 1894, com 43 anos, no lugar de Penso, tendo recebido todos os sacramentos. Seu pai faleceu alguns anos depois, com 96 anos, no estado de viúvo.

Conhecemos ao padre António José catorze irmãos, sendo oito raparigas e seis rapazes. Josefa Maria Ribeiro foi a única irmã que casou, tendo as outras falecido no estado de solteiras, e de duas só sabemos a data do seu nascimento e baptismo. Dos irmãos um morreu solteiro, de quatro só temos a data de nascimento e baptismo e o irmão que nasceu um ano depois dele, de nome Francisco, seguiu também a carreira eclesiástica, e falaremos de imediato dele.

54 - A.D.B., Estantes das Visitas, *Inquirito da terceira parte de Vermoim e Faria*, de 1822, fl. 13.

55 - *Inquirição de genere*, proc. 13229.

Francisco Ribeiro da Silva⁵⁶ era irmão do padre António José Ribeiro da Silva. Nasceu em Avidos, a 10 de Novembro de 1852, e faleceu nesta freguesia, no lugar de Penso, com todos os sacramentos, no dia 7 de Maio de 1935.

Flávio Marques Nogueira, nasceu em Avidos, no dia 6 de Dezembro de 1921, tendo sido baptizado na igreja paroquial da freguesia, no dia 1 de Janeiro de 1922. Era filho do primeiro professor da escola primária de Avidos, Manuel José Nogueira (natural de Cabeçudos), e de Maria Marques da Silva (natural de Esmeriz). Teve três irmãos, Sérgio, Noémia Adelaide e António, este último do primeiro casamento de sua mãe. Os avós paternos foram Joaquim José Nogueira e Emília Rosa de Cabeçudos, e maternos Joaquim Lourenço da Silva, natural de Esmeriz e Carolina Rosa Marques Araújo, de Avidos. Foi ordenado sacerdote em 24 de Fevereiro de 1946, na capela privativa do Seminário de Teologia de Braga, pelo arcebispo de Braga, D. António Bento Martins Júnior. Disse a sua missa nova em Março de 1946, na igreja de Avidos. Foi nomeado coadjutor da freguesia de Vermil, concelho de Guimarães, em 10 do mesmo mês e ano, e pároco de S. Paio de Figueiredo, anexa a Vermil, em 30 de Março de 1946.

Homem que além do seu trabalho de pastor, deixou que a pedra perpetuasse a sua memória, promoveu em S. Paio de Figueiredo, a construção de uma torre, pois a igreja só possuía um pequeno campanário, sendo a freguesia muito pobre. Em Vermil, que paroucou desde Junho de 1946, até à sua morte, continuou a mostrar todo o seu espírito empreendedor e dedicado. A ele se deve a iniciativa da construção do cemitério paroquial, que até aí era no adro da igreja. Deu início à construção de uma torre da igreja, mas pouco tempo existiu, uma vez que, por se tornar pequeno o templo, foi demolido, sendo substituído por um novo, em que pôs todo o seu empenho. As obras deste local de culto duraram vários anos, a expensas dos vermilenses e de benfeitores de fora da paróquia, entre os quais o próprio padre Flávio, não tendo os poderes públicos tido qualquer participação. Terminadas estas, deu início à construção do Centro Paroquial, e, com a colaboração da Junta de Freguesia e Câmara de Guimarães, lançou o pavilhão gimnodesportivo. E, como era necessário muito dinheiro, "promoveu a divulgação" na freguesia de várias alminhas.

Com todo este trabalho, o padre Flávio começou a ter problemas de saúde, e um dia o seu coração traíu-o, e, serenamente, foi descansar nos braços do Criador, era o dia 8 de Abril de 1991.

8. O Cemitério

Até 1835, os enterros eram feitos nas igrejas, reservando-se nesta paróquia para os sacerdotes a capela-mor e para o outro povo cristão o corpo da igreja, ou o adro.

A freguesia já teve dois cemitérios fora do espaço destinado ao templo. O primitivo, que ficava mesmo junto do adro, cuja primeira notícia nos surge em acta da Junta de 21 de Outubro de 1883. Em reunião ordinária, sob a presidência de António José Barbosa, deu-se cumprimento a uma circular emanada do Administrador do Concelho, que dizia respeito à organização de um cemitério paroquial, tendo-se procedido à medição do terreno na Bouça do passal, junto ao adro da Igreja, da parte

56 - *Inquirição de género*, proc. 2620

do norte, o qual teve a medição de 24 metros quadrados. Resolveu-se oficiar ao Administrador do Concelho para que ele mandasse examinar o terreno pelos subdelegados de saúde, obtendo-se dessa forma a respectiva aprovação. Em acta de 15 de Maio de 1884, a Junta insere a verba de 280 mil reis para a construção e conservação do cemitério. Em sessão de 31 de Agosto desse ano, são designados três possíveis terrenos para o cemitério, o primeiro é o **Campo da Compra** que pertence ao Abade José Manuel Claudino Teixeira, de terra lavradia, no lugar do Esqueiro do Alferes, que confronta de nascente com Manuel Dias Palmeira, poente com o caminho e Manuel Pereira Marques e do sul com a Bouça de José de Sampaio, e norte com o caminho que segue para Landim. O segundo é na **Bouça da Igreja** de que é usufrutuário o Abade da freguesia, ficando no sítio onde se acha colocado o Cruzeiro Novo, que confronta do nascente e sul com terras do passal, e poente com terras do mesmo, e norte com o caminho que segue para Landim, o terceiro é o campo chamado a **Bouça**, de lavradio e mato, pertencente a Manuel Pereira Marques, no lugar dos Amiães (sic), que confronta do nascente com o caminho de Landim, do poente com terras de José Correia e do Norte com terras de António José Barbosa, é situado no lugar do Esqueiro do Alferes. Em 8 de Fevereiro de 1885, foi posta à arrematação a obra do cemitério e entregue a Ernesto José de Sousa, proprietário residente no lugar da Tojeda, pela quantia de 281 mil reis, sendo fiador José Francisco Osório. O local escolhido foi a **Bouça do Passal**, e pensamos que terá sido inaugurado em 1885, uma vez que no portal de acesso ao cemitério, as ombreiras têm, no topo superior de um e outro lado, inscrita essa data. Em 27 de Julho de 1890, a Junta da Paróquia reúne para *tratar de pôr em praça a escavação dentro do cemitério, mediante as seguintes condições: que dentro dos quadros será com a fundura de seis palmos, e que em volta dos quadros serão para a parte de fora dois palmos de largura, e dois palmos de fundura, que depois de acabado será aplainado, que toda a pedra e cascalho serão tirados para fora do cemitério, que depois de tudo concluído a Junta tem de examinar a fundura da escavação, e serão obrigados a abrir os possos (sic) onde esta determinar, e que a obra terá de estar concluída por todo o mês de Agosto próximo.* Foi o serviço entregue a Manuel Joaquim dos Santos, desta freguesia, pela quantia de 16 mil e quinhentos reis. Este já havia sido incluído no projecto de orçamento da freguesia, apresentado em 13 de Outubro de 1889, sob proposta do vogal José Soares, dizendo este que uma vez não haver escola pública nesta freguesia, em virtude da sua diminuta população, e tanto assim que as crianças desta frequentam a escola pública de Landim, e havendo absoluta necessidade de se proceder à escavação e aterro no cemitério paroquial, visto que na sua maior parte é solha (sic), que impossibilita a feitura das sepulturas, que esta obra é muito urgente, porque não haverá lugar para sepultar, podendo resultar conflitos sérios, é de opinião que se peça autorização para canalizar a verba destinada ao fundo escolar, que era de oitenta mil quatrocentos e trinta e três reis, para esse fim, não se lançando derrama sobre a freguesia por esta se encontrar sobrecarregada. Em 1 de Janeiro de 1891, procedeu-se à arrematação da plantação da murta, e da sua rega, tendo sido entregue ao vogal da Junta Joaquim Rodrigues Ribeiro, pela quantia de quatro mil e duzentos reis. Em 1964, foi feita a escritura do terreno que circunda o cemitério, para a ampliação deste e construção da residência paroquial, terreno oferecido por José Bento de Carvalho, emigrante "brasileiro". As obras começaram em 1966, tendo sido o seu alargamento para a parte poente do mesmo, com a passagem das escadas da entrada do cemitério para dentro do mesmo, uma vez que a passagem no adro junto do portão era estreita.



Primeiro cemitério fora do templo

Neste cemitério, cujos restos mortais já foram trasladados para o novo campo santo, encontra-se um cruzeiro simples com a inscrição de 188(?).

O actual cemitério fica próximo da igreja, mas numa zona fora do seu perímetro, tendo sido inaugurado em 30 de Junho de 1991. Na parte de fora, do lado direito do portão, vemos um cruzeiro, que nada tem gravado, e que é de feição singela.



Actual cemitério

9. As Capelas

O Abade Diogo Luís Soares Coelho, em 15 de Maio de 1758, nas *Memórias Paroquiais*, dá-nos conta da existência de duas capelas ou ermidas, a capela do Bom Jesus, no meio do lugar de Penso, e a situada no lugar dos Reis, da invocação de S. João Baptista.

Existem na freguesia actualmente mais duas capelas, uma doméstica e outra semi-pública, ambas na Quinta de Penso.

9.1 Capela do Bom Jesus de Penso

A capela do Bom Jesus, é designada na obrigação à sua fábrica por capela do Bom Jesus e de Nossa Senhora da Conceição. Contudo, nos outros documentos é só nomeada por capela do Bom Jesus.

Foi fundada por António Gonçalves e sua mulher Maria Antónia, lavradores, moradores no lugar de Penso, lugar este que em 1758, era o mais populoso da freguesia, com vinte e sete vizinhos.

António Gonçalves era filho de Pedro Enes e Maria Gonçalves, do lugar de Casais, S. Salvador de Bente, e casou em Avidos em 16 de Janeiro de 1670, sendo sua mulher filha de Manuel Gonçalves e Maria Antónia, do lugar do Cabo, S. Salvador da Lagoa, e conhecemos-lhes 5 filhos, todos casados menos o mais velho.



Capela do Bom Jesus de Penso

Em 1 de Janeiro de 1681, este casal faz um instrumento de vínculo e acrescentamento de capela, em Santo Tirso, e perante o tabelião dizem os cônjuges que é sua intenção terem uma capela com a invocação do Bom Jesus, no dito lugar, onde vivem, e portanto lhe tinham feito capela e queriam que nela se dissesse missa. Para que fosse concedida a respectiva licença pelo Prelado, havia que a dotar de bens, daí que eles façam a doação de 4 medidas de pão meado, *as quais se gastarão em obras ou no que for necessário*.

Maria Antónia, já casada segunda vez, doa as medidas de cereal, na metade que lhe coube do Campo do Barreiro, e seu marido doa as respectivas medidas, numa leira chamada Campo de Cima.

Ficam sendo administradores da mencionada capela, comprometendo-se para sempre eles e seus descendentes. Ficou também consignado que se gastaria, em cada ano, determinada verba para missas, pelas almas e intenções deles administradores, ou na capela ou na Igreja de onde são fregueses onde eles forem sepultados. Mais disseram que o depositário das medidas doadas seria o Abade de Avidos.

No processo da capela consta uma escritura de venda, feita na capela de António Gonçalves, em 11 de Junho de 1681. Compareceram os vendedores Francisco Pinto e sua mulher, e o comprador o sobredito António Gonçalves.

Os primeiros venderam ao segundo três medidas de pão de renda terçadas, duas de milho e uma de centeio, duas medidas impostas na Lameira e uma imposta na Leira dos Campos de Baixo.

Estas terras situam-se em Avidos e são dízima a Deus. O milho e o centeio seriam levados a casa de António Gonçalves, pelo S. Miguel de Setembro, tudo bom, limpo e bom de receber.

Como era necessário que tudo estivesse legalizado, aparece a 9 de Maio de 1685, um documento redigido pelo escrivão das sisas do julgado de Vermoim comprovando que a mesma estava paga, no que respeita à compra que fez António Gonçalves a Francisco Pinto e sua mulher em Junho de 1681.

Por último, encontramos a petição de António Gonçalves, onde refere que ele fez uma capela à sua custa, no lugar de Penso, que fica a uma considerável distância da Igreja da paróquia, e dado que a tem ornada com tudo o necessário e tem esta um dote de seis medidas para a fábrica, compradas em terra de herdade, pede ao Prelado (D. José de Meneses) mande que o pároco de Avidos a reveja, e achando-a *suficiente* com os requisitos necessários, a benza para que se diga missa nela.

Nada mais sabemos desta capela, a não ser pelas acima referidas *Memórias Paroquiais*. Diogo Luís Soares Coelho informa-nos que é seu administrador o Pároco da freguesia, e que à sua festa, que se realiza na segunda oitava do Espírito Santo, concorre *alguma gente*.

Em 27 de Novembro de 1842, temos notícia por uma acta da Junta da Paróquia, que foi arrendada, por quatro anos, a leira da capela a António José da Silva de Afonseca, pela renda de cinco rasas de pão. Em 1845, no *Inquérito do Arciprestado de Vila Nova de Famalicão*, vamos encontrar outra menção a este local de culto, referindo-se que a capela *está com decência, e ornada, e tem os paramentos necessários, tem património, e é administrada pela Junta da Paróquia*.

E em 22 de Fevereiro de 1891, foi arrendada a leira de mato desta capela, situada nos campos de Landim, a Bernardino José da Silva Monteiro, de S. Miguel de Ceide, por dois mil duzentos e cinquenta reis, pelo tempo de três anos.

Em diversos projectos de orçamento da Junta da Paróquia ao longo do século XIX, se faz alusão ao rendimento desta capela.

No inventário dos paramentos e vasos sagrados pertencentes à paróquia, feito em 27 de Setembro de 1879, dão-se como pertencentes a esta capela, uma casula vermelha e branca em meio uso, uma casula preta muito usada, duas alvas, duas estolas, quatro castiçais de pau dourados e uma sineta.

Em 31 de Dezembro de 1885, possuía, uma casula vermelha e branca em meio uso, uma casula preta e roxa, duas estolas, quatro castiçais de pau dourados e uma sineta.

Em 21 de Dezembro de 1890, nada foi alterado no que respeita ao inventário da capela.

Como se verifica, ao longo do século XIX, vão-se deteriorando os objectos de culto da capela, de tal maneira que na primeira década do século XX, já só existe uma casula muito velha.

Acrescentemos que o casal instituidor da capela teve um neto de seu nome Francisco Correia Pereira, nascido em Penso, Avidos, a 13 de Maio de 1708, que abraçou a vida sacerdotal. Sua mãe, Sebastiana Rodrigues era filha de António Gonçalves e Maria Antónia, e Francisco Correia, de profissão imaginário. Este casal uniu-se pelo matrimónio na igreja de Avidos, em 1 de Fevereiro de 1691.

Será que a imagem do Bom Jesus terá sido feita pelo futuro genro, Francisco Correia, ou este participou na sua concepção, uma vez que era artista de arte sacra e natural da vizinha freguesia de Landim?

Fomos conhecer a capelinha. Perto da Casa do Ribeiro, e da Quinta de Penso, parecia querer desafiar o tempo. Frágil e vetusta, aconchegada pelos caminhos, protegida pela Natureza, como que uma obra desta e não dos homens. Fomo-nos aproximando, por caminhos que nos chamavam, como dizendo-nos, entrem, entrem, que ainda há recantos destes neste Minho verdejante.



Interior da capela do Bom Jesus de Penso

Não resistimos e aceitámos o convite. Neste pequeno espaço onde o granito escreve loas ao tempo, desafiando-o, vemos, em lugar de destaque, uma imagem desse Bom Jesus que parece ser maior que a capela, como a dizer-nos que a bondade de Deus é infinita.

Até há bem pouco tempo, este templo setecentista tinha perto o cruzeiro denominado de Penso, e o conjunto era de facto encantador. Porém, devido ao alargamento do caminho, foi levado para a entrada da Quinta de Penso, onde hoje permanece imponente mas solitário, e a capela lá continua saudosa da sua presença.

Dizem-nos também, com voz magoada, na freguesia, que já não se ouve o sino da capelinha, pois este foi roubado há anos.

De pequenas dimensões, ocupa 26 metros quadrados. É de alvenaria sem reboco, tendo uma porta principal e duas pequenas janelas laterais.

As paredes interiores estão revestidas a verniz⁵⁷, e o tecto, em forro, assume a forma de masseira. O pavimento é de tijoleira.

No altar-mor, de grande simplicidade, a talha tem marcas do século XVII.

Ao entrarmos, deparamos com as imagens de S. Lourenço, S. Caetano, Menino Deus e Senhora da Saúde, todas elas com características do século XVII, logo da data da edificação do templo.

Esta capela pertence à paróquia, e nela se celebra missa com alguma regularidade, bem como no primeiro domingo de Maio.

9.2 Capela de S. João Baptista

Pertencente actualmente à família Sousa Fernandes, a primeira notícia de que temos conhecimento sobre esta capela, é-nos dada pelo Abade Diogo Luis Soares Coelho, em 1758, nas *Memórias Paroquiais*, nada tendo nós encontrado no Igrejário do Arquivo Distrital de Braga sobre a mesma.

Situada no lugar dos Reis, onde só havia dois vizinhos, nesta data, a ela acorria bastante gente de algumas freguesias, com seus clamores, no dia do mesmo Santo.

Sobre esta capela corria uma tradição na freguesia de que por baixo do altar da mesma, se encontrava uma coluna aberta por dentro e coberta com um prato de pedra, sem que se soubesse o que nela estava. Também se conta, que em tempos idos, um sacerdote ao tentar vê-la por dentro, teria ficado cego.

Em 1845, no *Inquérito do Arciprestado de Vila Nova de Famalicão*, é-nos dito que não estava muito decente, nem tinha paramentos, e que era administrada pela Junta da Paróquia.

Por testemunhos orais, soubemos que a primitiva localização da capela não seria no sítio onde hoje se encontra.

Fomos procurar a capela, e lá a vimos, na Quinta dos Reis, que parecia esperar por nós, triste no seu abandono. Tivemos curiosidade e tentámos conhecê-la. Por fora, parecia querer iludir o tempo, resistindo nas suas paredes brancas às investidas da chuva, do vento e do sol agreste.

Como seria a capela? Perguntámos. E ouvimos que o cabeça de casal da Quinta dos Reis era um senhor de muito prestígio, que casou com uma prima.

Resolveram mudar a capelinha do meio de uns campos, um pouco abaixo do lugar actual, para Este. O povo atribui a castigo divino, pela mudança, a geração de dementes, que se seguiu nesta família. Durante a guerra civil de Espanha, após a retirada dos Jesuítas de *La Guardia*, esta capela serviu de local de culto, havendo lá missa todos os domingos⁵⁸.

57 - Seguimos de perto a descrição feita por A. Martins Vieira, *As Capelas no concelho de Vila Nova de Famalicão*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Famalicão (Ed.), 2000, p. 17.

58 - Refira-se que fica perto de um colégio dirigido por Jesuítas.

A capelinha tem um cabido cá fora, pois, segundo testemunhos orais, era pequena para comportar tanta gente, um altar central e altares laterais, e um pequeno coro.

Vejamos o que nos diz A. Martins Vieira⁵⁹ sobre este imóvel. Mede a capela 41,4 metros quadrados e o alpendre 25. É o edifício de forma rectangular, sem capela-mor e sem sacristia, tendo, porém, um coro-alto.

As paredes são em alvenaria rebocada com saibro e cal. Tem uma porta principal e duas laterais. Sobre a frontaria há dois pináculos em forma piramidal.

O alpendre é moderno, dado o material empregue na sua construção.

O pavimento encontra-se revestido de tijoleira.

No seu interior não se vêem valores decorativos antigos, pois, estes foram roubados em 1993, tendo sido apenas recuperada a imagem do padroeiro. Esta é uma escultura barroca, dimensionada com equilíbrio, com uma anatomia descritiva cuidada, e que está na posse de um dos herdeiros da capela.

Em homenagem a S. João Baptista, nela se celebra missa a 24 de Junho.

9.3 Capela de S. José

Do lado direito da fachada principal da Quinta de Penso, encontra-se implantada a capela da invocação de S. José. Pertencente aos proprietários desta Quinta, comunica com a via pública.

Segundo testemunhos orais, esta capela foi implantada há alguns anos pelos actuais donos da Quinta, tendo sido adquirida, segundo uns para os lados de Barcelos, e de acordo com outros, para a região de Ponte de Lima.

Segundo A. Martins Vieira⁶⁰, vamos fazer a sua descrição. Com uma arquitectura de execução cuidada, destaca-se a cantaria. No lintel da porta principal encontra-se gravada a data de 1792.

Passemos ao interior. Apresenta um só corpo, de pavimento lajeado de granito, tecto em caixotões em madeira de castanho e altar-mor, *versus populi*, em granito.

No centro do espaço considerado nave, encontram-se três lápides tumulares, com epitáfios.

Existe uma única imagem, que é S. José das Botas, em estofa do século XVII.

9.4 Capela da Quinta de Penso

Encontra-se na casa de habitação da Quinta de Penso, uma divisão destinada a capela. Com as características das capelas domésticas, ocupa uma área de 12 metros quadrados. Tem pavimento

59 - Cf. do autor *As Capelas...*, *Op. cit.*, pp. 18 - 19.

60 - *Ib.*, p. 20.

em madeira e um silhar em azulejos modernos com um metro de altura. O altar, em talha renasçença, apresenta-se revestido a folha de ouro. É um conjunto de concepção exuberante, em bom estado de conservação e que revela ter ocupado, na sua origem, espaço diferente⁶¹.

10. Os Cruzeiros

A religiosidade do povo minhoto reflecte-se também na construção dos cruzeiros. Em Avidos, há quatro, um cruzeiro simples, situado na entrada do cemitério, o cruzeiro que parece ser o cruzeiro paroquial, situado na Avenida Comendador Oliveira, o cruzeiro onde as procissões de penitência iam dar a volta, e que fica no trajecto entre a igreja e Serúfe, no limite do passal, junto ao actual cemitério, e o cruzeiro do Largo de Penso.

O cruzeiro do cemitério poderá ser o que entrou no projecto de orçamento da Junta, com a verba de doze mil reis, aprovado em reunião de 15 de Março de 1884. Neste mesmo orçamento se insere a verba de duzentos e oitenta mil reis, para a construção e conservação do cemitério paroquial. Caso seja este cruzeiro, colocam-se-nos algumas dúvidas quanto à data nele inscrita, 1880 ou 1885? Se formos por esta primeira data, parece termos de abandonar a hipótese colocada. Contudo, achamos mais plausível ser a última, dada a existência da acima referida acta, e o cemitério ter sido inaugurado em 1885.

O cruzeiro paroquial ou da Avenida, ou cruzeiro novo, antes localizava-se no lado oposto, no meio da bouça do passal, porque o caminho de acesso à igreja, pelo lado nascente, era um pequeno caminho que atravessava esta bouça⁶². O dono do passal, José Bento de Carvalho, colocou uma vedação e depois fizeram o caminho de acesso à igreja atrás do muro e o cruzeiro ficou fora, na bouça, tendo sido depois mudado.

O cruzeiro mais imponente é o que existe hoje perto do portão da Quinta de Penso, designado por cruzeiro de Penso, levado para lá já no tempo do actual proprietário, devido ao alargamento do caminho que fica perto da capela do Bom Jesus. Este Cruzeiro com a data inscrita de 1662 (?), encontrava-se perto desta. O povo sabe que este majestoso cruzeiro sempre esteve junto da capelinha, que naquele cantinho parece esperar que um dia os homens lho restituam.

Acerca deste cruzeiro do Largo de Penso queremos levantar algumas questões, que advêm da data inscrita nele, que acima indicamos. Segundo os dados provenientes de uma acta da Junta da Paróquia de 17 de Novembro de 1844, foi feita nesta data a arrematação da obra do cruzeiro de Penso, por Francisco José Nogueira, pelo preço de 12 mil reis, com as cláusulas seguintes: *de ser feita a obra em the quinze do mes de Janeiro do futuro ano com hum risco particular de ser melhor do que o antigo estava, o que sera revisto pela mesma Junta*. Será que antes existia um cruzeiro mais simples, tendo sido alvo de beneficiação nesta data?

61 - *Id.*, *Ib.*, p. 21.

62 - Pensamos ser este cruzeiro, a que se alude quando se faz a escolha do local para o cemitério, em 31 de Agosto de 1884, falando-se da localização do Cruzeiro Novo na Bouça da Igreja.

Descrevamos estes cruzeiros⁶³, e comecemos pelo que pensamos ser o paroquial. A cruz é quase latina. Tem a secção transversal dos seus elementos com a forma de um octógono de lados iguais dois a dois, sendo curvos os lados de menor desenvolvimento. A haste inferior concorda a secção octogonal numa secção quadrada em que os vértices são preenchidos por um cilindro esguio, obtendo-se, assim, uma nova secção octogonal, irregular como a primeira, mas de elementos compostos de certa fantasia. A cruz assenta num cavaletto recto e este, por sua vez, numa coroa.

A cruz toma apoio no pedestal. A cornija deste é constituída por um filete e um caveto inverso; o dado é simples e decorado nas faces com uma moldura rectangular de lados paralelos aos lados do dado, concordada nos vértices por quartos de circunferência e inferiormente apoia por intermédio de um caveto na base, sendo esta constituída por um toro e por um plinto.

Toda a obra assenta numa plataforma de dois degraus rectos e lisos.

O cruzeiro do cemitério paroquial é em granito, e constituído por uma cruz sobre um pedestal. Toda a obra em granito, em trabalho de valor médio, é, atendendo à inscrição existente numa das faces do dado do pedestal mais que centenário. A inscrição, pensamos que referindo-se à data da execução, diz ANNO 188(?).



Cruzeiro do Cemitério

63 - A descrição dos cruzeiros foi transcrita do *Jornal Notícias de Famalicão*, de 29.05.1987, p. 5. Ver este periódico, «Dos Cruzeiros na área do Concelho de V.N. de Famalicão», de A. Martins Vieira, J. F. Ribeiro dos Santos e Manuel C. Rego.

A cruz é intermédia entre a cruz imissa e a cruz comissa, já que a haste superior é de menor cumprimento que as hastes laterais. Tem ainda a cruz a particularidade de ser vazia, isto é, toda a cruz é aberta interiormente nas suas hastes, aparecendo, assim, uma cruz que interiormente tem outra cruz. A cruz assenta num caveto recto que toma apoio sobre um plinto.

O pedestal é rematado superiormente por uma cornija bocelada em quarto sob o plinto da cruz a que dá continuidade. A cornija separada do soco pelo dado. Com inscrição, como antes se dizia, numa das faces, a voltada a sul, inscrição que existe guarnecida de moldura simples de alçado rectangular com os cantos concordados por quartos de circunferência, e apoiado o dado no soco. Este é constituído por um junquilha, um toro e um plinto.

No lugar da Igreja, a poucos metros do cemitério novo, na esquina do mesmo, e a sul da igreja paroquial, do lado poente, à margem do caminho vicinal que liga o lugar da Igreja, ao lugar do Monte, encontramos um outro cruzeiro, de expressão simples. Um soco que é um paralelepípedo de arestas grosseiramente chanfradas, é suporte de uma cruz cujos braços são de secção transversal, formada por um octógono regular de lados iguais dois a dois, com franco avantajamento dos lados correspondentes às posições horizontal e vertical em relação aos que as concordam e que no topo superior e nos topos dos braços, todos paralelepípedicos, são guarnecidos por um tronco de pirâmide quadrangular, assim os rematando.

O material utilizado é o granito e o aparelho é relativamente grosso, aliás concordante com a textura da pedra escolhida para o cruzeiro.

O cruzeiro, simétrico em relação ao plano médio transversal, de uma grande simplicidade, é porém dotado de carácter e harmonia.

O cruzeiro de Penso fica situado na Rua do Bom Jesus de Penso, junto à entrada da Quinta de Penso.

É constituído por uma cruz sobre um pedestal. Este tem a cornija formada por um caveto inverso sobre um colarinho. O dado é guarnecido superiormente por um toro e um filete e inferiormente por três baquetilhas. A parte central tem nas faces insculpidos losangos em número de três, de lados paralelos e com as faces em planos diferentes. O soco é um prisma quadrangular de pequena altura apoiado numa plataforma, que em tudo lhe é idêntica, mas de dimensões em planta ligeiramente superiores.

A cruz é quase latina quanto às dimensões relativas das hastes, mas florida, isto é, com as hastes rematadas por florões do meio dos quais sobressai uma pinha.

A particularidade notável deste cruzeiro está na decoração exuberante que apresenta, toda com motivos da Paixão. Assim, na face principal, e na haste superior, apresenta de cima para baixo, a tabuleta, correspondente ao *titulus*, a tabuleta branca que era usual ser pendurada do pescoço com a indicação da causa da condenação, e, logo a seguir, a coroa. A tabuleta não é epigrafada, ou se o foi, a erosão fez desaparecer os símbolos, que porventura tenham existido, se bem que seja mais crível que nunca o tivesse sido. Ainda na face principal, e na haste inferior, estão esculpidos o azorrague, a coluna do suplício e o galo. Nas hastes laterais, e da esquerda para a direita, para quem está voltado para o cruzeiro, estão esculpidos o cálice e os cravos na haste esquerda, e cravos e o que julgamos ser um recipiente de fel, na haste direita. No cruzamento dos elementos componentes da cruz, o vertical do *stabilulum* com o horizontal do *patibulum*, está representado o pano de Lázaro.

Mas, a haste inferior ainda tem representação nas faces além da principal. Percorrendo-o no sentido do movimento dos ponteiros do relógio, tem respectivamente em cada face, a esponja, a escada e a lança.



Cruzeiro de Penso

Não é caso único a representação de motivos da Paixão em cruzeiros, mas também não é caso geral. Relativamente perto, no concelho de Santo Tirso, na freguesia de Vilarinho, um cruzeiro de concepção totalmente diferente deste, menos clássico, tem em solução de interesse e de valor, uma representação análoga, embora mais pobre.

Toda a obra é em granito de grão médio, com execução cuidada. Concepção interessante, equilíbrio nas dimensões relativas, muita harmonia e certo carácter são as características que levariam a considerar que este cruzeiro deveria ser proposto como valor concelhio e assim inventariado, preservado e protegido.

O cruzeiro, antes localizado junto à capela do Bom Jesus de Penso, foi mudado por volta de 1975, para o lugar actual, devido ao alargamento da rua Comendador José da Costa Oliveira.

11. As Alminhas

A quem caminha pela aldeia, não passam despercebidos dois nichos com as denominadas "alminhas". Um, datadas de finais do século XIX, embutidas no exterior da casa de Mário Pereira

Sampaio, e outras mais recentes. No primeiro nicho, o granito contrasta com o painel de azulejos, onde Nossa Senhora do Carmo parece pedir ao Senhor pelas almas que no Purgatório se encontram a penar no meio das chamas. No cimo do nicho, vê-se uma cruz trilobada. Num apelo à oração dos vivos, inscreve-se o texto: *Ó vós que ides passando lembrai-vos de nós que estamos penando*. Segundo fontes orais da freguesia e também A. Martins Vieira⁶⁴, terá existido um outro painel em madeira, com Cristo Crucificado, S. Miguel e Anjos, bem como figuras humanas no meio das chamas. Bem perto, na Casa Carvalho, vemos outro nicho, em cujo painel feito de azulejo, Santa Filomena parece lembrar que o sofrimento precede a purificação.

12. As Confrarias

A confraria do subsino era a única desta aldeia, assim nos dizem as *Memórias Paroquiais*, e nos registos de óbito também não se faz alusão a outra.

Com atribuições de natureza religiosa e civil, competia-lhes o bom governo da freguesia, mas também o apoio à igreja da sua paróquia.

Não tendo chegado até nós os seus estatutos, sabemos pelas Visitações, que tinha um juiz e os homens de fala. Segundo Franquelim Neiva Soares ao juiz estaria cometida grande responsabilidade, quer em termos de representatividade da freguesia, quer das funções que lhe eram cometidas, que passavam pela apresentação dos problemas a resolver na freguesia, até à honrosa missão de levar a cruz nas cerimónias. Os homens de fala ou mordomos eram os auxiliares do juiz.

13. Uma Visão da economia através dos Prazos e das *Memórias Paroquiais*

No decurso do século XVII e XVIII, encontramos uma aldeia sustentada fundamentalmente pelo trabalho agrícola, num casamento terra homem, a exemplo do mundo rural minhoto.

Ao longo das margens do Gerem e do Pele viam-se campos férteis, com maciços de arvoredo. Vários moinhos transformavam o cereal, base primeira da alimentação dos povos. Provavelmente seriam locais de encontro dos aldeãos, que lá faziam alguns dos seus contratos, sítios onde os namorados entabulariam conversa, local onde a dimensão económica estaria a par da vertente social.

O centeio e o milho eram os cereais predominantes, havendo ainda feijão, hortaliças e linhaça. O vinho, principalmente o verde, encontrava-se também, obtendo-se quer da vinha de enforcado, quer das latadas, e das vinhas. A castanha revelava a sua presença, e, de onde em onde, viam-se algumas oliveiras, figueiras, castanheiros e nogueiras. Embora não encontremos especificadas outras espécies, são referenciados pomares.

Os montes estavam cobertos de giestas e outro tipo de mato, havendo também carvalhos e sobreiros, e ao longo dos canais de água os amieiros e salgueiros.

64 - «As Alminhas...», *Op. cit.*, p. 6.

Pela existência de lameiros, cremos haver criação de gado. As aves de capoeira eram outra das riquezas da aldeia, nomeadamente os galináceos.

Criavam-se nas águas do Gerem e do Pele, barbos, bogas e algumas trutas, que se apanhavam principalmente à cana, sendo a pesca livre.

As águas do Rio Pele não eram usadas para regar, por não poderem ser conduzidas aos campos, dada a sua profundidade, segundo nos é dito nas *Memórias Paroquiais*.

Os agricultores aproveitavam a água do rio Gerem para regar grande parte dos campos, embora, nalguns anos de maior estiagem, tenham quase faltado as águas a um e outro *regato*.

14. Aproximação à estratificação social, marcas de desigualdade

14.1 Finais do Antigo Regime

Tal como se refere nas *Memórias Paroquiais*, nesta terra *he o povo com tanta abundância que parece occuparem mais terra com cazas do que fica livre*⁶⁵, o que parece configurar um forte movimento demográfico.

Tomando como fonte a contribuição da décima⁶⁶, pese embora a especificidade da mesma, uma vez que são desconhecidos «os critérios das Juntas das colectas, que se apegavam como sabemos que era prática geral, menos a critérios de proporcionalidade e mais à repartição, agravando e desagravando ao sabor das pressões e conveniências⁶⁷», iremos, através desses dados, procurar dar um ângulo ainda que aproximado da comunidade.

Deste imposto estavam isentos alguns dos habitantes por não terem rendimentos colectáveis, ou pagavam quantias ínfimas (de 50 a 100 reis), «os pobres, mendigos e pedintes⁶⁸», os doentes, algumas viúvas e mulheres solteiras, já de avançada idade. Desta forma, e usando os mesmos níveis de estratificação que José Viriato Capela, fomos analisar o decurso temporal de 1766 a 1816, por décadas. Dividimos a população colectada em quatro escalões, sabendo nós que os jornaleiros são normalmente taxados com 250 reis, embora se possuírem outros proventos sejam taxados acima, nunca indo o grupo social inferior em que se englobaram os pobres, os mendigos, os cabaneiros e os jornaleiros além dos 300 reis de décima.

O outro grupo que pagava de décima entre 300 e 700 reis era formado pelos pequenos lavradores e lavradores-caseiros, seguindo-se os lavradores remediados com colectas entre 700 e 1500 reis, a que se segue o grupo daqueles que eram os ricos proprietários, e cujo imposto ia de 1500 reis acima.

65 - Cf. Luís Cardoso, *Op. cit.*, fl. 898.

66 - O imposto da décima destinou-se a suportar o esforço de guerra do tempo da Restauração, incidindo sobre a propriedade, vindo a sofrer alterações no tempo do Marquês de Pombal e de Mousinho da Silveira.

67 - Cf. José Viriato Capela, «A Câmara, a nobreza e o povo do concelho de Barcelos», in *Separata de Barcelos Revista*, vol. III, n.º 1, Braga, Editora Correio do Minho, 1989, p. 28.

68 - *Id.*, *ib.*, p. 29.

QUADRO 1
GRUPOS SOCIAIS DE AVIDOS SEGUNDO A DÉCIMA⁶⁹

	1766		1776		1786		1796		1806		1816	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Até \$299	33	45,2	42	53,9	53	63,1	37	58,7	44	58,7	56	56
\$300-\$699	16	22	15	19,2	11	13	10	15,9	12	16	19	19
\$700-1\$499	17	23,2	12	15,3	12	14,3	9	14,3	10	13,3	14	14
=+ 1\$500	7	9,6	9	11,6	8	9,6	7	11,1	9	12	11	11
Totais	73	100	78	100	84	100	63	100	75	100	108	108

Fonte: Décima

Interpretando o quadro, constatamos que estamos em presença de uma comunidade rural em que se nota forte clivagem, com um grosso da população a viver no limiar da pobreza, filhos da terra desprovidos dela, a que, se adicionarmos o outro estrato que era possuidor de pequenas courelas, ou trabalhava a terra de outrem, ultrapassa os cinquenta por cento.

Para o ano de 1766, lavradores remediados encontramos pouco mais de vinte por cento, e quanto ao estrato mais privilegiado abeira-se dos dez por cento.

Os estratos médios e superiores, ou seja, a camada populacional com condições de vida não dependentes, não chega a um terço. Dois terços portanto, de uma comunidade camponesa amarrada aos grilhões da miséria ou da quase miséria.

Na década seguinte, as condições agravam-se com o primeiro patamar populacional e o último a aumentarem em detrimento dos lavradores remediados.

E que encontramos na década ulterior? Continua a subir a camada dependente, diminuindo a dos maiores terratenentes. Em finais de Setecentos, encontramos uma mancha social constituída por cerca de dois terços da comunidade sem alforria económica.

O século XIX inicia-se com uma situação idêntica, com um ligeiro acréscimo de maiores proprietários. Na fase derradeira da nossa observação⁷⁰, o número destes últimos diminui, alcançando o terceiro valor mínimo em relação a todos os anos considerados, continuando a manter-se um quadro de estratificação social idêntico ao dos outros anos em análise.

69 - Nos anos de 1796 a 1810, a fonte separa os residentes das pessoas de fora, daí parecer haver alguma atipicidade. Optámos por nestes anos colocar só as pessoas da freguesia por nos dar um quadro mais realista da mesma.

70 - Recorde-se que houve no princípio do século XIX, um acréscimo de taxaço em relação à propriedade e à exploração agrícola, em face da conjuntura que se vivia, com as invasões francesas e a fuga da família real para o Brasil.

Se quisermos recorrer a outras fontes, somos também levados a admitir, através dos contratos de emprazamento, que a terra pertenceria essencialmente à igreja, a de Santiago de Antas, de Avidos, à comenda da Lagoa, entre outras, e que os proprietários de Avidos seriam em pequeno número, predominando os jornaleiros, os enfitêutas e os rendeiros, a par de gente dos ofícios, como pedreiros, carpinteiros, tanoeiros, moleiros, etc.

14.2 Segunda metade do século XIX

Através de outra fonte, as listas do recenseamento eleitoral, onde figuram as contribuições pagas ao Estado, foi-nos permitido ter uma visão da comunidade na segunda metade de Oitocentos⁷¹, tendo ensejo nós de verificar das possíveis alterações no quadro sócio-económico, num período de consolidação do liberalismo (1852-1882).

Distribuímos a população por quatro grupos de acordo com as colectas e fomos ver a evolução.

QUADRO 2
GRUPOS SOCIAIS DE AVIDOS SEGUNDO AS DIFERENTES CONTRIBUIÇÕES AO ESTADO

	1852		1862		1872		1882	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Até 1\$999	11	50	11	52,3	17	47,2	33	78,5
2\$000 a 3\$999	3	13,6	3	14,3	11	30,6	2	4,8
4\$000 a 7\$999	6	27,4	5	23,9	3	8,4	3	7,1
= + 8\$	2	9	2	9,5	5	13,8	4	9,6
Totais	22		21	100	36	100	42	100

Fonte: Recenseamento eleitoral

Tendo consciência que estamos em presença de fontes diferentes, permitamo-nos, contudo, uma análise que nos configure as tendências. Constatamos que a comunidade continua a ter uma riqueza desigualmente distribuída, colocando-se no topo da hierarquia social um número pequeno de famílias⁷². Na base, encontramos sempre, no mínimo, metade da população, excepção feita para o ano de 1872, em que o grupo dos pequenos lavradores e alguns trabalhadores dos ofícios conseguiram

71 - O imposto da décima foi substituído no reinado de D. Maria II (Dezembro de 1852), pela contribuição predial.

72 - A pequena parcela de elegíveis é mais um fio da urdidura de desigualdades, uma vez que temos os que não votam, os eleitores, e aqueles que podem estar nos lugares de decisão. São nomeadamente os proprietários e os lavradores, aqueles que auferindo a verba significativa de 400\$000 reis acedem a lugares de cargos públicos. A partir de 1879, nota-se que outras profissões começam a poder ombrear com os proprietários e lavradores. Temos já nesses lugares alguns carpinteiros, pedreiros, tendeiros e um negociante. Contudo, foram só os proprietários que tiveram ensejo de aceder ao lugar de deputado, daí, que embora o poder local lhes abra as portas aos primeiros, as decisões políticas de fundo estão-lhes interditas.

ter maior desafogo económico. Passada que foi uma década, sente-se a inflexão, agravando-se o nível de vida da maior parte da comunidade, com mais de dois terços da população a viver em condições precárias.

Tenhamos uma panorâmica da evolução do século XVIII ao XIX de alguns agregados mais humildes, esses que viviam assalariados, a quem o pão escasseava.

João Carvalho é filho **ilegítimo** de Manuel Carneiro e Custódia Antónia, e nasceu em Sequeirô. Une-se pelo casamento em Avidos, em 17 de Dezembro de 1742, com Teresa Correia, natural desta paróquia, onde nasceu, a 1 de Abril de 1720, filha de Luis Correia e Mariana Carvalho. Têm cinco filhos, de que só conhecemos o casamento de três, mas só um se fixou em Avidos, é ele José Correia de Carvalho, **alfaiate**, que passa a residir depois de casado em 1 de Julho de 1782, nesta freguesia, com Custódia Maria ou Custódia Maria Marques, de S. Miguel de Ceide, no **lugar de Crestins**. Têm dez filhos, sendo-nos dado saber do casamento de dois, mas só Joana Maria, contrai matrimónio em Avidos, fixando aí residência. Consorcia-se em 13 de Setembro de 1828, com Luís António Pereira, **carpinteiro**, da freguesia da Carreira, que era filho de Gabriel Pereira e Maria da Silva, ou Maria Josefa. Conhecemos desta união dois filhos, acerca dos quais só sabemos a data de baptismo.

Manuel da Silva contrai matrimónio com Fabiana Pereira, sendo **caseiros** na Quinta do Ribeiro em Avidos. Conhecemos quatro filhos deste casal. Vejamos o percurso de vida de António e Ana. O primeiro nasce em 22 de Abril de 1763, e ao casamento passa a usar o nome de **António da Silva**. Une-se em Avidos, a 14 de Janeiro de 1784, da idade de vinte e um anos, com Ana Maria Correia, da mesma idade, e igualmente nascida em Avidos, filha de António de Abreu e Custódia Correia, e passam a residir na paróquia de nascimento de ambos, no lugar de **Prazins**. Morrem ambos com uma **malina** contagiosa, no espaço de meses um do outro, em 1802. Têm cinco filhos, de que só conhecemos o nascimento.

A outra filha de Manuel da Silva e Fabiana Pereira é **Ana da Silva**, que se une pelo sacramento do matrimónio em Avidos, a 6 de Novembro de 1774, com Manuel de Araújo, ou Manuel José de Araújo, de vinte e um anos, natural de Avidos, filho de Manuel de Araújo e Joana Correia, ou Joana da Silva. Tiveram quinze filhos, tendo dois gémeos falecido da idade de dois anos.

Sigamos o curso de vida dos que conhecemos o casamento. **Maria Josefa da Silva** consorcia-se com dezoito anos, a 10 de Janeiro de 1801, em Avidos, com João da Silva, **pedreiro**, de Leça de Balio. Têm dois filhos, morrendo um deles em criança, com dois anos, e a mãe vem a falecer com vinte e sete anos, **muito pobre**. Não sabemos mais nada deste casal, a não ser que João da Silva torna a casar, passados dezasseis anos, em Avidos, não se lhe conhecendo descendência deste segundo casamento.

A filha do casal Manuel de Araújo e Ana da Silva, que contrai matrimónio a seguir é Joana da Silva. O casamento realiza-se a 24 de Setembro de 1811, em Avidos, tendo a noiva vinte e quatro anos. O noivo é Joaquim de Sá, ou de Sá Araújo, natural da freguesia de Santa Maria do Abade, do concelho de Vila Nova de Famalicão. Desta união nasceram seis filhos, três rapazes e três raparigas,

duas delas gêmeas. Conhecemos o casamento das raparigas. A mais velha, Maria Joaquina, ao casamento Maria Joaquina de Sá, casa em Avidos com vinte e três anos, no dia 13 de Janeiro de 1836, com Luís Machado, de S. Martinho do Vale, do concelho de Vila Nova de Famalicão, e que era **lavrador-caseiro**. Sabemos que este casal teve onze filhos. Maria Belém morre com dois anos, João Luís com trinta, no estado de solteiro, de Emilia Rosa só sabemos que morreu em Cabeçudos. De António e Lino apenas conhecemos o baptizado. De dois filhos, Lino e Félix, temos a data de nascimento e de óbito. Dos outros três Joaquim, Joaquina e Maria Joaquina vemos que casaram em Avidos.

Começamos pelo casamento do mais velho, Joaquim Machado de Sá, **lavrador-caseiro**, que se consorcia com vinte e cinco anos, em Avidos, a 20 de Agosto de 1868, com Joana Ferreira, natural de Esmeriz, concelho de Vila Nova de Famalicão, da idade de vinte e três anos. Conhecemos deste casal seis filhos, quatro rapazes e duas raparigas, nascidos em Avidos. De três sabemos a data de nascimento e de óbito, e dos outros só quando nasceram. Um deles, de nome João, nascido a 25 de Setembro de 1878, **emigra** no estado de solteiro, para o Brasil aos quarenta e cinco anos.

A outra filha de Luís Machado e Maria Joaquina, Joaquina Rosa Machado, casa em Avidos, a 16 de Novembro de 1868, com José Pereira Ribeiro, de Landim, ela de vinte e três anos, e ele de vinte e cinco anos, e nada mais sabemos deste casal.

Quanto à outra filha do casal Luís Machado e Maria Joaquina, de nome Maria Joaquina da Silva, casa com vinte e dois anos, em Avidos, com João Joaquim Alves, **oficial de carpinteiro**, natural de Sequeirô, concelho de Santo Tirso, no dia 2 de Janeiro de 1873, ele da idade de 27 anos. Tem este casal dez filhos, todos nascidos em Avidos. Dois morrem solteiros, de quatro só sabemos a data de nascimento. Sigamos os outros. O mais velho, João Alves, ou João José Alves, nascido a 1 de Abril de 1873, **jornaleiro**, casa em Areias, do concelho de Santo Tirso, com Engrácia Rosa Monteiro, de Ruivães, concelho de Vila Nova de Famalicão. Conhecemos-lhe cinco filhos. Morreu uma menina com a idade de dois anos, que tinha nascido em Landim, a 20 de Outubro de 1910. Só conhecemos de dois dos filhos a data de baptismo, e que nasceram em Avidos, dos outros filhos, um rapaz e uma rapariga, sabemos que esta última casa em Avidos em 3 de Junho de 1944, já viúva, com 40 anos, e que ela e o marido são **jornaleiros**. O outro filho de João José Alves e Engrácia Rosa contrai matrimónio na freguesia da Carreira, concelho de Vila Nova de Famalicão.

Bento Rodrigues, carpinteiro, natural de Bente, filho de Domingos Rodrigues e Maria Carvalho, **caseiros** do capitão Bernardino Lopes de Amorim, do lugar das Devesas, consorcia-se em Avidos, a 22 de Novembro de 1735, com Custódia Ribeira ou Custódia de Araújo, filha de João Ribeiro e Mariana de Araújo, residentes no lugar de Avidos. Conhecemos da união de Bento e Custódia, dois filhos, de que só pudemos seguir o curso de um, por do outro só sabermos a data de nascimento. Manuel Rodrigues de Araújo une-se pelo casamento em Avidos, em 5 de Setembro de 1764, com Maria Josefa de Sampaio, **filha ilegítima**, natural da Palmeira, filha de Vicente Fernandes e de uma mulher solteira, de nome Domingas. Têm três filhos, de que só sabemos terem nascido e sido baptizados em Avidos, ainda na vida dos avós paternos, que morreram ambos em **estado de pobreza**.

Como observámos, ao longo de várias gerações, não vemos qualquer ascensão social. De muitos filhos não lográmos saber dos seus casamentos, sugerindo-se como hipótese, terem falecido na infância e não ter sido feito o assento de óbito, terem ficado solteiros, e não os termos identificado ao óbito, terem ido trabalhar para outra comunidade, possivelmente como criados e por lá se fixarem, o que era uma situação comum nas famílias pobres do Minho, ou casarem fora da paróquia e lá virem a fixar residência.

E quem eram os privilegiados? Quem era essa minoria detentora da propriedade? Vamos ver se esta se manteve ao longo do tempo nas mesmas famílias e verificar possíveis estratégias de casamento com vista à conservação ou alargamento do património.

Começamos por **André Francisco** ou **André Francisco Dias**, que vivia no lugar de Castelões e estava casado com Custódia Francisca da Silva. Parece-nos que o património familiar deve ter ficado em dois dos seis filhos, Ana e Manuel. A primeira, ao casamento Ana Teresa da Silva, contrai matrimónio em 31 de Janeiro de 1765, em Avidos, com **António José de Araújo**, filho de Tomé Fernandes e Maria de Araújo, **lavradores dos mais abastados** da freguesia, residentes no lugar das Devesas, para onde vai viver o novo casal, na **Quintinha**, tendo já António José tomado conta do património, por os pais terem falecido.

E o outro filho do casal André e Custódia? De nome **Manuel Francisco, ou Manuel Francisco da Silva, lavrador**, natural de Avidos, nascido em 9 de Setembro de 1763, casou a 17 de Janeiro de 1763, com Maria Luísa Soares ou Álvares, filha **ilegítima**, e natural de Prado, Valença.

O casal fica a residir também em Castelões, provavelmente na casa herdada por Manuel Francisco. Desta união nasceram 7 filhos, sendo um deles o **Abade** de Avidos Diogo Luís Soares Coelho, e quem fica a residir em Castelões, local do património familiar, é seu irmão José Luís Soares Coelho, **lavrador**, que se consorcia na freguesia, a 20 de Abril de 1794, com Ana Maria Monteiro ou Correia da Silva, também natural da paróquia, e passam a residir no lugar das Casas Novas, onde habitavam os pais da noiva.

José Luís Soares Coelho é considerado o segundo maior contribuinte do imposto literário⁷³, em 1803 e 1804 e o irmão o **padre Diogo Luís Soares Coelho**, (não confundir com o tio, que tem o mesmo nome e é abade da freguesia vindo a falecer na mesma em 1776), fica em sexto lugar no primeiro destes anos, e em quinto no segundo ano.

José Luís e Ana Maria tiveram cinco filhos, dos quais só conhecemos o casamento de dois. Parece ter sido o rapaz, **António José Soares Coelho**, filho mais velho do casal, a ficar com a **Casa**, pois que nos aparece nas listas do recenseamento eleitoral relativas a 1862, como um dos maiores contribuintes, e a residir no lugar da Quintinha.

73 - Imposto criado em 1772 para fazer face às despesas ocasionadas pelas reformas pedagógicas levadas a cabo por Pombal e que incidia na Metrópole e Ilhas Adjacentes sobre o vinho, a aguardente e o vinagre.

Como constatamos, ao longo de quatro gerações, o património manteve-se na família, e a norma foi este passar para o representante da geração, na linha masculina, e sempre o filho mais velho, exceptuando-se um único caso, por o filho mais velho ter seguido a vida sacerdotal.

Tomé Fernandes, ou Tomé Fernandes de Araújo, outro dos mais ricos, residia no lugar das Devesas e estava casado com Maria de Araújo. Tiveram 9 descendentes. Dois deles, Joana Maria Rosa de Araújo e António José de Araújo concentrarão maior riqueza fundiária. A primeira vem a casar em 29 de Outubro de 1749, com **Francisco Loureiro da Costa, filho de uma família abastada**, de Santa Cristina de Pousa, Barcelos. O irmão contrai matrimónio em 31 de Janeiro de 1765, com Ana Teresa da Silva, filha de André Francisco Dias, **lavrador abastado**, de Avidos. O casal vai viver para o lugar da Quintinha, e, tal como os pais, António José é lavrador.

Parece-nos que o maior quinhão do património ficou com a filha de Tomé Fernandes, Joana Maria, que terá continuado a dilatar a Casa das Devesas, através do casamento⁷⁴. É o quinto filho do casal⁷⁵, de nome **António José de Araújo**⁷⁶, a dar continuidade à Quinta ou Casa das Devesas, sendo que na geração seguinte é também o filho nascido em quinto lugar, de nome **Sebastião José Correia de Araújo**, que herda a Casa. Na última geração nossa conhecida, é uma filha, quem herda o património, **Clementina Rosa**, casada em Avidos, em 8 de Fevereiro de 1836, com Francisco José dos Santos Araújo Sampaio, natural de Calendário.

Uma outra Casa, a de Serufe, terá tido o seu embrião no casal Simão Francisco e Maria Fernandes, posto que foi alienada para outra família.

Simão Francisco casa no dia 22 de Maio de 1678, em Avidos, com Maria Fernandes, de onde esta era natural e residente. Filha de André Pinto e Isabel Fernandes, vivia em Serufe com os pais, tendo aí continuado depois do casamento destes, e residido até à morte, quer ela, quer o marido Simão Francisco, sendo um **casal abastado**, conforme nos dá conta o registo de óbito.

A Casa de Serufe fica, à morte dos pais, para a filha Maria Francisca, que casa em 20 de Maio de 1710, com **um lavrador** de Santa Eulália da Palmeira. São conhecidos dois filhos a este casal, tendo morrido ambos à nascença e a mãe falecido passados quatro dias do óbito do filho mais novo, que ocorreu a 3 de Abril de 1712.

74 - A dar conta do seu desafogo económico, sabemos que o casal possui um escravo, que vem a falecer em 1780.

75 - Um dos filhos, Luís José da Costa Loureiro candidata-se à vida sacerdotal em 28.08.1777, *Inquirição de genere*, Processo 18334.

76 - Tinha este casal um criado e uma criada.

Nas fontes consultadas, não encontramos mais este casal, só sabendo que a Casa de Serufe passou a pertencer à família que a seguir se indica.

Manuel Alves ou Álvares Ribeiro, que era filho natural de Manuel Alves ou Álvares da Rocha⁷⁷ e Úrsula Ribeiro⁷⁸, havia casado em dez de Agosto de 1740, em Avidos, com Maria Carneiro, filha de Manuel Francisco de Araújo e Eugénia Carneiro de Sá⁷⁹.

Do casal Manuel Alves ou Álvares Ribeiro e Maria Carneiro nasceram nove filhos. Quem herdou a casa de Serufe foi o filho Manuel⁸⁰, o último a nascer, constituindo o casal **Manuel Álvares Carneiro**⁸¹ e Teresa Felícia. Dos cinco filhos deste casal só conhecemos o casamento de um, **António José Álvares Carneiro, lavrador**, que casa em Avidos com Ana Maria Pinto, natural desta paróquia, em 22 de Setembro de 1828, sendo o herdeiro da Casa de Serufe. Dos três filhos desta união é o terceiro, **António Joaquim Alves Carneiro** que vai herdar a Casa, aparecendo como **lavrador-proprietário**. Une-se com Maria Rosa da Silva, filha de António José da Silva e Maria Josefa de Sousa da Casa dos Reis, em 6 de Janeiro de 1866.

A estratégia familiar foi quase sempre a sucessão da Casa pela linha masculina.

A propriedade mantém-se globalmente nas mãos das mesmas famílias, como temos vindo a verificar, passando, pois, de geração em geração.

15. Ofícios industriais

Durante o século XIX, a actividade industrial foi aumentando, em função das necessidades da população em crescimento, mas também face à evolução técnica que tenuamente ia surgindo. Através da décima extraordinária de 1812, pudemos verificar da existência na freguesia de um ferreiro e um carpinteiro.

77 - Encontramo-lo a falecer em Avidos em 2.11.1782, no estado de viúvo, e residente no lugar de Serufe.

Soubemos pela *Inquirição de genere* de seu neto Tomás Álvares da Silva Carneiro, de 13.11.1760, que era sapateiro e natural de Lamego. Processo 9552.

78 - Também pela *Inquirição de genere* da data supra, tomámos conhecimento que Úrsula andava de ambulatória fora da casa de seus pais.

79 - Esta era filha do capitão Domingos Carneiro Borges e Mariana de Sá. *Inquirição de genere*, Processo 9552.

80 - Joaquim Álvares Carneiro, irmão deste, que casou em 1.05.1784, é mencionado a viver na Casa de Serufe, ao nascimento dos seus filhos, tendo nascido o primeiro nesse mesmo ano. Mariana Carneiro nascida a 16 de Janeiro de 1792, vem a casar em Avidos em 17 de Agosto de 1829, com Domingos José Ferreira de Araújo, de Arnoso, Santa Eulália, e vivem em Serufe, como lavradores. Sabe-se que tiveram dois filhos, nascidos a 7.01.1830 e 17.08.1832, que se ausentaram. (Conhecemos o facto através da nota *ab.*, inserida na margem do registo de baptismo).

81 - Da casa de Serufe encontramos no rol do subsídio literário correspondente ao ano de 1803, como o quarto maior contribuinte, Manuel Álvares Carneiro, informação que vem alicerçar a importância desta casa agrícola.

Pelos colectados indicados no recenseamento eleitoral (1852-1882), verificamos um adensar de ofícios, possuindo a freguesia em 1852, dois carpinteiros, dez anos mais tarde, quatro carpinteiros e um ferreiro, em 1872, quatro carpinteiros, três pedreiros e dois moleiros e no último ano da nossa observação (1882), residem em Avidos oito carpinteiros, dez pedreiros, dois ferreiros, um cesteiro, dois alfaiates, um mineiro, um sapateiro e um tecelão.

A dependência da terra passou a atenuar-se, esbatendo-se cada vez mais a sua função de indicador por excelência de estratificação social, e, à medida que caminhamos no tempo, o poder económico da freguesia passa a assentar também noutros sectores produtivos.

A este facto não é alheio para épocas mais recentes (anos 60/70) o fenómeno da emigração, que nesta freguesia teve como destinos prioritários a França e a Alemanha, e a industrialização do vale do Ave.

16. Evolução dos quantitativos populacionais

A primeira contagem de população do nosso conhecimento foi feita no reinado de D. João III, e os dados para Entre Douro e Minho, região em que se insere Avidos, dizem respeito ao ano de 1531.

Possuía, na época, 60 vizinhos ou moradores, o que equivaleria a 240 habitantes (calculámos uma média de 4 habitantes por fogo).

Considerando as freguesias que, no tempo, faziam parte do julgado de Vermoim, ao qual pertencia Avidos, vemos que é uma das mais populosas, só tendo igual número de habitantes a freguesia do Mosteiro Requião, Santa Leocádia, e mais que esta S. Cosme com 61, Joane com 78 vizinhos, Santa Logriça⁸², com 80 e Vermoim com 82.

É interessante repararmos nos moradores de outras freguesias vizinhas. O mosteiro de Landim e couto de Domigel tinha 29, Lagoa 17, Areias 52, Cabeçudos 35 e Esmeriz 26 moradores.

Só passados cerca de dois séculos, dispomos de novos dados sobre efectivos populacionais. Observemos o quadro⁸³.

82 - Louro.

83 - Para o período anterior ao primeiro recenseamento, é necessário haver algum cuidado no que concerne aos quantitativos populacionais, uma vez que só eram contabilizadas as pessoas a partir dos sete anos. Portugal deu corpo em 1864, ao primeiro recenseamento geral da população, que é considerado fiável, com excepção do campo sócio-económico, segundo as normas do Congresso Internacional de Estatística, realizado em Bruxelas em 1853.

QUADRO 3
INFORMAÇÕES SOBRE QUANTITATIVOS POPULACIONAIS

FONTE	ANO	FOGOS	POPULAÇÃO
Corografia Portuguesa P.e Carvalho da Costa	1706	90	
Dicionário Geográfico de Portugal Luís Cardoso	1758	78	240
Cadastro de Villas Boas	1794	80	344*
Corografia Portuguesa P.e Carvalho Costa (2.ªed.)	1868	98	
Est. Civil	1864		449
Censo	1878	119	477
Censo	1890	120	507
Censo	1900		508* *
Censo	1911	125	556
Censo	1920	131	555
Censo	1930	126	575
Censo	1940	163	742
Censo	1950	161	821
Censo	1960		853
Censo	1970	226	1062
Censo	1981		1424
Censo	1991		1359

* Inclui toda a população

** Os dados do Censo de 1900 foram-nos dados por via indirecta, através do estudo comparativo levado a cabo em 1960.

Atentando no quadro, e utilizando o multiplicador quatro para a conversão fogos-habitantes, teríamos para 1706, 360 habitantes, 312 para 1758, e para 1868, 392 habitantes, o que traz algumas dificuldades na medida em que o Censo de 1864 indica 449 habitantes.

Analisando a evolução da freguesia, vemos que a população acusa sempre uma tendência de crescimento, exceptuando a década de 1920⁸⁴, e de 1990. As explicações para esta última década, decorrem entre outras, da introdução do controle dos nascimentos, com o inerente planeamento familiar. Entretanto, o crescimento é também reduzido na década de 1900, o que poderá ter a ver com a emigração para o Brasil, entre outros factores.

84 - É compreensível, dado Portugal ter entrado no palco da Primeira Guerra Mundial, com as consequências que daí advieram, e o surto de pneumónica ocorrido durante esse período.

Se quisermos ver a evolução do número de habitantes por fogo observemos o quadro, que nos dá uma perspectiva a partir de 1794. Entretanto a média de habitantes para todo o período cifra-se nos 4,4.

QUADRO 4
NÚMERO MÉDIO DE HABITANTES POR FOGO

Anos	1794	1878	1890	1911	1920	1930	1940	1950	1970
N.º Médio	4,3	4	4,2	4,4	4,2	4,5	4,5	5	4,6

III. AVIDOS NOS DIAS DE HOJE

1. A Economia

A maior parte dos habitantes de Avidos encontra-se dependente do sector secundário e terciário, com relevo para a indústria têxtil, que nos últimos anos tem sofrido alguma depressão.

Apesar do desenvolvimento do sector secundário na localidade, muitos avidenses procuram nas localidades próximas, com destaque para as vilas e cidades circunvizinhas um emprego, que lhes dê a estabilidade económica necessária.

Vemos algumas famílias completar o respectivo orçamento com o fruto dos campos, onde se cultiva essencialmente a batata, feijão, milho, e também com a criação de animais, e a produção de leite. Alguns jovens empresários investiram na pecuária e na fluricultura.

2. As Actuais Quintas

De acordo com fontes orais da freguesia, existem actualmente as casas ou quintas de Penso, dos Reis, das Devesas, de Serufe, do Passal, do Ribeiro, da Ribeira, da Laje, de Castelãos, dos Pereiras, do Forno, das Casas Novas, de Prazins, dos Moinhos e dos Carvalhos. Falemos um pouco daquelas acerca das quais conseguimos elementos.

2.1 A Quinta de Penso



Fachada da Quinta

Estamos a começar a segunda década do século XIX. É o dia 3 de Novembro de 1820. Os sinos tocam a finados. O seu tanger triste contrasta com a azáfama na aldeia. Morreu a dona da Quinta de Penso, Dona Quitéria Maria Bastos, mulher de José Correia de Faria. Muita gente se prepara para acompanhar o corpo, que vai a sepultar no cemitério de Avidos. É mulher de um conterrâneo, e a Quinta dá emprego a muita gente. Senhora natural do Porto, onde conhece o marido, que enriquece no comércio, nesta cidade.

É, pois, nesta data, a primeira vez que ouvimos falar da Quinta de Penso

Esta Quinta, hoje considerada uma das melhores de Avidos, supomos ter sido formada pela compra de vários terrenos no lugar de Penso, feita por José Correia de Faria, nascido nesta freguesia, no dia 20 de Fevereiro de 1778, cuja avó materna era do Porto, tendo, porém, os avós paternos casado em Avidos, em 6 de Abril de 1715, e lá vindo a fixar residência, no lugar de Penso.

O fundador da actual Quinta de Penso, foi viver para o Porto, onde nos aparece como negociante da praça desta cidade, conseguindo prosperar, vindo a emprestar dinheiro na sua freguesia, e a comprar diversos terrenos.

Seu avô paterno, Luís Correia, era natural de Landim, bem como seu bisavô Manuel Correia. Já, sua avó paterna, Margarida da Silva, tinha nascido em S. Miguel de Ceide.

Luís Correia era lavrador e teve 19 filhos, tendo alguns falecido na infância e adolescência.

Os pais de José Correia de Faria eram José Correia, também conhecido por José Correia de Carvalho, natural e residente em Avidos, e sua mãe chamava-se Rosa Correia ou Rosa Faria, tendo vindo este casal a fixar residência nesta localidade, e sabemos que tiveram pelo menos três filhos, João Correia de Faria, o mais velho, Maria Josefa Correia de Faria e ele José o mais novo.

Só do irmão conhecemos o casamento, que se realizou em Avidos, tendo uma das filhas, o mesmo nome da tia, mulher de seu tio José, ou seja Quitéria.

Esta Quinta de Penso irá buscar o nome ao lugar onde se situa e já nas Inquirições de 1220 se fala em Penso.

O prazo de meio casal de Penso existia já no ano de 1616, tendo em 1714 vinte e sete *artigos* constituídas por casas e suas dependências, bem como terrenos agrícolas e de mato.

Em 1738, Luís Correia e Mariana Carvalho, avós de José Correia de Faria vendem a Manuel Dias Carneiro, todos moradores no lugar de Penso, a Leira das Pereiras ou Campo Novo, propriedade situada no lugar de Penso, terra de prazo foreira à Comenda da Lagoa.

Com tantos filhos, terá sido a necessidade que obrigou a esta venda?

Seu neto, então a viver no Porto, e já casado, vai comprar em 1826, às irmãs do Abade da freguesia, António José de Abreu, residentes na freguesia do Souto, em Braga, que havia falecido sem testamento, o Campo Novo constituído por duas herdades e uma de prazo foreira ao Mosteiro de Landim, e não se ficam por aqui as suas aquisições. Já em 1797, José Correia de Faria, então com 19 anos, e residente na Rua dos Mercadores na cidade do Porto, faz a compra, através do seu procurador o Reverendo Manuel José Correia de Sampaio, do lugar do Carvalho, da freguesia de Avidos, a Bernarda Rosa, do lugar de Penso, viúva de José de Araújo Pereira, de umas casas térreas com sua eira e lata, fechadas por umas portas fronhas, e da parte de fora destas, outra lata e um pedaço de terra (bouça), tudo de natureza herdade e dizima a Deus, *que tudo ela houvera* por disposição testamentária de sua tia Mariana Correia viúva de Manuel da Cunha, do dito lugar de Penso. Toda a propriedade foi vendida por 30 mil reis e foi paga a sisa de 4 mil e quinhentos reis.

Em 1806, compra também a Bernarda Rosa um campo dízimo a Deus e uma casa e quintal foreiros ao mosteiro de Landim, por 300 mil reis.

Em 1807, através do seu procurador, seu irmão João Correia de Faria, adquire à vendedora acima dita, umas casas térreas com suas hortas e campo junto, cujo domínio directo é do Mosteiro de Landim, pelo preço de 300 mil reis, tendo pago a sisa de 60 mil reis. No mesmo ano, e também através de seu irmão, adquire a Francisco Fernandes e sua mulher Maria Teresa, da Lagoa, pelo preço de 200 mil reis, o Campo chamado Agra do Espinheiro, nesta freguesia, terra que paga de foro a José da Cunha Osório Carneiro, da Quinta da Transportela, da freguesia da Palmeira, todos os anos, 7 rasas e meia de pão terçado e uma galinha, ficando ele comprador com a obrigação de pagar a renda ao senhorio.

Em 1815, torna suas umas casas onde até aí viviam os vendedores, e o Cortelho da Porta, por compra a Manuel Correia Lopes e sua mulher, Maria Josefa Torres, e ao pai do primeiro, Manuel José Correia, pelo preço de 325 mil reis, tendo pago de sisa 32 mil e 500 reis. Satisfaz o comprador o laudémio, e ficou responsável pela paga em cada ano, à enfitêuta 4 galinhas, meia canada de manteiga, 20 ovos e 1 frango ou 100 reis em dinheiro, pelo S. Miguel.

Estes bens tinham como senhorio directo o Mosteiro de Landim e enfitêuta Dona Antónia Maria de Sande, do Porto, e os vendedores eram sub-enfitêutas.

Sabemos pela escritura que são vendidos estes bens devido a dívidas contraídas pelo casal vendedor, sendo um dos credores José Correia de Faria, residente em Penso, a quem tinham pedido emprestado a juros, desde 1810, 90 mil reis e também lhe deviam várias parcelas de dinheiro, ao todo 137 mil e 300 reis.

Passados dois anos, acrescenta as suas propriedades com a compra a Francisco José da Rocha e mulher, Maria Joana Gonçalves, de umas casas térreas com sua horta, no lugar de Penso, foreiras à Colegiada de Guimarães, e um campo e leira foreiros à capela de Penso, pelo preço de 144 mil reis.

No ano de 1817, surge-nos José Correia de Faria e mulher, Dona Quitéria Maria de Faria, numa escritura de compra a Ana Maria Pinto, do campo da Eira, no lugar de Penso, uma leira de mato em Pena Grande, os bens de prazo, de que é senhoria Dona Antónia Maria de Sande, do Porto, os de Chavão, o prazo foreiro à Comenda da Lagoa, e uma leira nas Vinhas. Foi tudo vendido por dois contos, cento e dezoito mil reis, livres de sisa, e ainda com uma reserva da antiga proprietária. Desta verba, o comprador comprometia-se a solver diversas dívidas da vendedora e a pagar legítimas aos filhos desta.

Em 1818, vamos vê-lo a trocar uma leira na Lameira, pertencente aos bens que ele e sua mulher haviam comprado a Ana Maria Pinto, viúva de Avidos, pela Lameira de Cima, que pertencia a António José Carneiro e mulher.

Em 1826, faz a compra do Campo Novo, que se compõe de três leiras, duas herdades e uma de prazo foreira ao Mosteiro de Landim, pelo preço de 105 mil reis, a Marcelina das Neves e suas irmãs, todas solteiras e maiores de 25 anos, moradoras na Rua do Carvalho, freguesia de São João do Souto da cidade de Braga, através do procurador destas Jacinto Carneiro Saldanha, de Avidos.

Em 1828, por intermédio do mesmo procurador, por se encontrar a residir novamente na cidade do Porto, faz troca de outros terrenos, com Custódio Carneiro e mulher, Ana Maria Correia. Escambam então as Hortas dos Lavadouros pertencentes ao primeiro, por um prédio rústico do mesmo nome, propriedade do segundo, ambos localizados no lugar de Penso.

Em 1831, José Correia de Faria, aparece-nos como negociante na praça da cidade do Porto, morador na Rua Nova de S. João, a pagar 400 mil reis à filha de Ana Maria Pinto, por conta das suas legítimas, por força da escritura de compra que fez a sua mãe (já viúva nesta data), em 20 de Outubro de 1817. Ainda respeitante a esta compra, foram acertadas contas em Julho de 1839, em Santo Tirso, entre o procurador do dono da Quinta de Penso, neste acto, Manuel José da Silva Landim, e as filhas de Ana Maria Pinto, por dívidas que os seus irmãos, considerados falecidos no Brasil, ou na viagem para lá, contraíram com ele, há mais de dez anos.

Em 1845, seu neto, José Correia de Faria, negociante da cidade do Porto, como procurador de seu avô, de mesmo nome, compra a Francisco José da Rocha e sua mulher Maria Joana Gonçalves, a Leira da Cidreira com suas casas e hortas, por 20 mil reis, ficando esta verba por conta de outra maior de que eram *devedores ao mesmo comprador e da qual lhe haviam feito obrigação escrita*, dizendo faziam esta venda para *remirem suas vexações*.

Em 1851, efectua-se uma troca de propriedades entre o dono da Quinta de Penso e Manuel Joaquim Ferreira, sua mulher Emília Rosa Machado e seu pai. José Correia de Faria fica com uma leira de terra lavradia a mato, chamada a Agra, próximo ao sítio da Pena Grande, uma leira de mato com alguns castanheiros, sita na Devesa de Penso, *aonde chamam o Olmo*, uma leira de mato na mesma leira e lugar de Penso, em troca dá uma leira chamada a Eira Velha, próximo ao sítio da Pena Grande, a Bouça de Picouços e uma leira na Devesa de Penso.

Em 1856, já o neto não aparece como procurador do avô, mas em seu nome próprio, vai comprar o campo das Boucinhas, em Penso, por 500 mil reis, a Francisco de Araújo Pereira e Rosa Maria Silva. Os bens eram foreiros ao Mosteiro de Santo Tirso e foi paga a remissão de foro à Fazenda Nacional, dando-se como confrontações a poente terras do casal de Penso do mesmo comprador.

No ano seguinte, acrescenta os seus bens com a compra a João de Araújo Pereira, da Horta de Verão, também em Penso, pelo preço de 45 mil e seiscentos reis.

Em 17 de Janeiro de 1859, surge Lino José de Sousa Ferreira, de Vila Nova de Famalicão, a pagar a remissão do foro do seu meio casal, denominado de Penso, foreiro à extinta Comenda da Lagoa, pela quantia de 6 mil e quatrocentos e dezoito reis, ficando assim consolidados ambos os domínios.

Em 1842, vivia ainda Lino Ferreira *na sua casa da Rua Nova, que se dirige ao mercado desta vila*, e nesse ano, manda fazer umas obras na sua casa através do carpinteiro de Cabeçudos José Gonçalves da Costa Carneiro.

Lino José de Sousa Ferreira é correio assistente de Vila Nova de Famalicão, por alvará de 1846, e, em 1856, é indicado como sendo Presidente da Câmara de Vila Nova de Famalicão.

Creemos que a Quinta de Penso terá sido comprada por Lino Ferreira, pois quer ele quer a mulher Dona Rosa da Silva e Sousa, natural de Areias, acabam os seus dias em finais do século, em Avidos, na sua Quinta de Penso, conforme nos diz o registo de óbito. À sua morte, é herdada pela filha e genro, o casal Filomena Júlia Teixeira de Melo e António Maria Teixeira de Melo, este natural de Landim, e que veio a falecer, em 1924, em Avidos.

A filha deste casal, de nome Maria, ficou solteira e, segundo testemunhos orais, foi ludibriada por um pretense interessado em casar com ela. Terminou os seus dias na mais extrema miséria, tendo a Quinta "ido à praça". Foi comprada por Adelino Machado da Silva, filho de Francisco José da Silva e Maria Machado da Silva ou Barbosa, natural de Landim, e Cristina Leite Coelho, sua mulher, natural do Brasil, por volta dos anos trinta, e estes venderam-na ao Comendador José de Oliveira, actual proprietário, para comprarem umas quintas no Douro.

2.2 A Quinta de Serufe

Com origem na Casa de Serufe, de que já falámos anteriormente, esta Quinta foi adquirida por António Joaquim Correia Amaro, emigrante africano, nascido em Landim, filho de Francisco Correia Amaro e de Maria Rita Dias, casado com Maria do Céu Lima da Costa Moreira, natural da Santo Tirso, filha de Tomás da Costa Moreira e de Clara de Lima da Costa Moreira. Faleceram ambos em Serufe, o primeiro na situação de proprietário, em 20 de Dezembro de 1932, com 68 anos, e sua mulher, em 27 de Julho de 1923, com 42 anos. Actualmente é proprietária da Quinta Jorgete Maria Vilaça Correia Amaro, filha de Jorge Joaquim Correia Amaro e de Filomena Laura Castelo Branco Vilaça.

2.3 A Quinta das Devesas



Entrada da Quinta das Devesas

Já existente na primeira metade do século XVIII, como indicámos, deve ter passado para o conde de Conde de S. Bento, António José Ribeiro, no decurso do século XIX, por venda de seus proprietários Francisco José dos Santos Araújo Sampaio, natural de Calendário, e Clementina Rosa, casados em Avidos, em 8 de Fevereiro de 1836, propriedade herdada por esta última, de seus pais.

Emigrante no Rio de Janeiro, o Conde terá feito fortuna com o tráfico de escravos.

Dada a dimensão das terras, que compunham a Quinta, nela havia vários caseiros, tendo o Conde legado a um deles as terras dessa propriedade. Assim, a família Freitas é hoje a dona da Quinta.

Esta propriedade congrega três pequenas quintas, a das Devesas, a Quintinha e uma terceira, tudo circundado por um muro, que tem início na ponte de Avidos e se estende até à ponte de Serufe. Diz-se até que a estrada tem muitas curvas até Serufe em virtude de o Conde não deixar mexer nos muros da sua Quinta.

O conde de S. Bento foi um benemérito da freguesia, oferecendo um altar a Santo Ovídio. Como forma de gratidão a este amigo de Avidos, foi mandado fazer um quadro deste Santo que está na capela-mor da igreja.

Esta Quinta possuía um moinho em madeira, e por volta de 1930, foi reconstruído com carácter quase industrial, passando a ter duas mós.

2.4 A Quinta dos Reis

A casa dos Reis terá origem no casamento de Manuel da Silva Landim e Sebastiana Correia, também conhecida por Sebastiana da Silva Correia ou Sebastiana Rodrigues, residentes no lugar dos Reis. Manuel José da Silva, um dos três filhos deste casal, nasce a 7 de Novembro de 1756, em Avidos, e contrai matrimónio na sua terra natal com Maria Teresa, de Areias, em 10 de Janeiro de 1793. Um dos seus seis filhos, de nome António José da Silva, também natural de Avidos, onde nasceu em 20 de Janeiro de 1794, veio a casar com Maria Josefa de Sousa, de Santa Eulália de Fermentões, Guimarães. Dos quatro filhos que se baptizaram em Avidos, todos do sexo feminino, um tem o nome de Ana Maria Silva das Neves, nasce em 12 de Março de 1828 e une-se pelo matrimónio com José Joaquim da Silva Carneiro, natural de Areias, Santo Tirso, da Casa das Covas, e fixa o casal residência no lugar dos Reis, vindo a ter três filhos, pelo menos, sendo uma delas Júlia da Conceição Carneiro Silva, nascida em 1872, em Areias. Esta vem a casar com Bernardino José de Sousa Fernandes, natural da Lama, Santo Tirso. Fixaram residência Bernardino e Júlia na Quinta dos Reis, onde nasceram 13 filhos, sendo 7 do sexo masculino, tendo o primeiro, de nome Joaquim, nascido em 13 de Janeiro de 1890, e falecido com 6 anos, os outros dois, Adelaide e Maria, também vieram a morrer infantes e Joaquim também faleceu com 18 anos, sendo na altura estudante e solteiro. Destes descendentes casaram quatro, tendo recentemente herdado a Quinta um neto de Bernardino Fernandes.

A mãe de D. Júlia, era irmã de Maria Rosa da Silva, que vem a casar com António Joaquim Alves ou Álvares Carneiro, da Casa de Serufe.

2.5 A Quinta de Paulinhos



Situada num lugar antes muito alagadiço, cujos terrenos foram sendo recuperados para a agricultura, esta Quinta terá resultado de dinheiros amealhados no Brasil, pelos irmãos de Alexandrina de Carvalho Marques, natural de Avidos, falecida em Avidos, a 22 de Janeiro de 1928, filha de Domingos Bento de Carvalho e Maria Joaquina Marques.

Alexandrina de Carvalho Marques, nascida a 15 de Novembro de 1875, casou em Avidos, a 22 de Abril de 1899, com António Duarte da Cunha Guimarães, de 33 anos, filho de Domingos da Cunha e Ana da Cunha, natural da freguesia de Santiago de Lordelo, concelho de Guimarães.

António Duarte faleceu em Avidos em 9 de Junho de 1942, com 76 anos, como proprietário.

O pai de Alexandrina, Domingos Bento de Carvalho, era carpinteiro, natural de Landim, filho de Mónica Maria, solteira. Casou aos 26 anos em Avidos, a 4 de Fevereiro de 1868, com Maria Joaquina de Sá, ou Marques, natural desta freguesia, nascida a 30 de Outubro de 1842, filha de Luís José Marques e Josefa Amália de Sá ou da Silva e passam a residir em Paulinhos.

Domingos Bento teve 4 filhos, Alexandrina, Francisco, José e Semião, que emigraram para o Brasil, só não foi a filha.

Um mês antes de ter nascido Alexandrina, emigrava um seu tio materno para o Brasil, de nome Lino José Marques Araújo, então com 27 anos, vindo a morrer solteiro, na Casa Nova, em Paulinhos, em 29 de Junho de 1914, aos 69 anos.

Francisco, José e Semião vão para o Brasil ainda solteiros e por lá ficaram. Terão tido o apoio do irmão de sua mãe, lá em terras do café?

Deram-se bem, e amealharam bastante dinheiro, de tal maneira que José Bento de Carvalho vem a comprar o passal no início da primeira República, e as terras que lhe pertenciam.

A avó materna de José Bento, Josefa Amália de Sá era também de Avidos e o avô era Luís José Marques, da Lama, Santo Tirso. Seu bisavô, também pelo lado materno, era Joaquim de Sá, ou de Sá Araújo, de Santa Maria de Abade e sua bisavó materna era de Avidos, onde casou, em 24 de Setembro de 1811, tendo nascido em 30 de Março de 1787 e chamava-se Joana da Silva e residiam em Paulinhos. Seu trisavô pelo lado materno, era Manuel José de Araújo, nascido a 25 de Janeiro de 1753 e a trisavó era Ana da Silva, casados em Avidos a 6 de Novembro de 1774. Os tetravós pelo lado materno, eram Manuel da Silva e Fabiana Pereira, caseiros na Quinta do Ribeiro, onde vieram a falecer, o primeiro em 10 de Novembro de 1779, com mais de 60 anos, e a segunda, na casa dos oitenta, em 18 de Outubro de 1801. Pelo lado de seu trisavô Manuel José de Araújo, podemos recuar e conhecer outros antepassados de José Bento de Carvalho, desde 16 de Fevereiro de 1716, data em que casam em Avidos, os pais de seu trisavó que foram João da Silva, natural de Areias, lavrador, e Maria de Araújo, ou Maria Gomes, residente no lugar de Penso, Avidos, e passam a viver no lugar dos Reis, nesta freguesia.

Hoje, através de José Bento de Carvalho, os donos da Quinta da Ribeira têm o domínio pleno dessas terras, e foi o arrojo de uns rapazes que um dia partiram, levando na jaqueta um sonho e nas mãos uma vontade férrea, que o conseguiram.

Mas Portugal ficava longe, e seus pais e irmã iam alimentando o desejo desses meninos de voltar ao seu berço, não só pela saudade que mãe e pai iam correndo o peito, mas porque queriam trazer com eles presentes dessa terra abençoada, que lhes fertilizou o destino, e comprar na sua aldeia o quinhão que antes era só de uns poucos afortunados, e que agora parecia acenar-lhes, num namoro ao seu ouro reluzente de “brasileiros” bem sucedidos. Ali ao lado, seu tio Lino, já tinha comprado terras na Corredoura, e se um dia ele não partisse para o Brasil? Essa terra seria agora dele?

2.6 A Quinta da Corredoura

Lino José Marques Araújo, (tio materno de Alexandrina de Carvalho Marques), nascido em 19 de Janeiro de 1871, no lugar da Corredoura, emigra para o Brasil, em 9 de Outubro de 1871. Permanece lá alguns anos e será bem sucedido, nunca vindo a casar, e tomando conta da sobrinha, que ficou orfã, com meses, de nome Maria Marques da Silva, filha da sua irmã mais nova Carolina Rosa Marques de Araújo. Lega à sobrinha, quando morre, no estado de solteiro, no ano em que deflagrou a primeira Guerra Mundial, uma propriedade de cerca de um hectare, denominada Corredoura, que confinava com a Quinta de Paulinhos. Construiu nesse lugar onde nasceu, uma casa, e por isso esse pequeno lugar passa a designar-se de Casa Nova.

Maria Marques da Silva, natural de Esmeriz, casa em Avidos, com 21 anos, a 2 de Julho de 1910, com Francisco José Nogueira, de 30 anos, pedreiro, vindo este a falecer passados alguns meses, estando já grávida de seu filho António. Contraí segundo matrimónio passados 10 anos, com Manuel José Nogueira, professor, natural de Cabeçudos, já o seu tio Lino havia morrido, e era proprietária em Avidos, onde passou a residir, vindo a nascer aí mais três filhos. O filho António foi para o Brasil, e lá faleceu, acabando a sua namorada por casar com outro.

3. As Principais Unidades industriais

As principais unidades industriais estão ligadas à indústria têxtil e de vestuário. Destacamos, pela sua dimensão, as empresas Araújo e Ferreira, com sede em Penteira, Têxteis ATMA, FITOR – Companhia Portuguesa de Têxteis, em Penso, FITON – Tinturaria, Estamparia e Acabamento, em Penso, e Têxtil Nortenha, em Prazins, Carnes Ramalhosa em Penteira, Mansilhas & C.ª em Penedo Rachado e J. F. Organpipes – Fábrica de Tubos de Órgão, com sede em Castelãos.

4. As Associações

O movimento associativo tem algum significado, encontrando-se consubstanciado nas seguintes instituições:

ACURA – Associação Cultural e Recreativa de Avidos, GRAL – Grupo Recreativo de Avidos e Lagoa, C.C.A.V. – Centro de Ciclismo de Avidos, agrupamento de escuteiros, Movimento Shalom, Confraria do Santíssimo Sacramento, Associação do Apostolado da Oração e Confraria Vicentina.

5. Estabelecimentos de educação e ensino

Funciona na freguesia a pré-primária e o 1.º ciclo do ensino básico, estando bem perto um estabelecimento do ensino o Externato Nuno Álvares, nas Caldas da Saúde, junto da Quinta dos Reis, e do lugar da Tojeda, que é frequentado por muitos jovens avidenses, que também podem seguir estudos tanto em Santo Tirso, como na sede do concelho.

Segundo o último recenseamento, a taxa de analfabetismo cifrava-se nos 10%, e o grau de escolarização era de 62% para o 1.º ciclo, 12% para o 2.º ciclo, 16% para o 3.º ciclo e 2% para os outros graus de ensino.

Até ao ano de 1900, Avidos não dispunha de escola, indo as crianças frequentar a escola de Landim, ou aprendendo com particulares. Sabemos que até à abertura da escola na freguesia, existia no lugar de Penso, um entevado conhecido por aleijadinho de Penso, que se deslocava no seu carrinho de rodas e ensinava as primeiras letras. Também, no centro de Avidos, existia uma pobre mulher que ensinava meninas tanto a ler como a fazer meia. Esta, porque sabia ler, foi contratada pelos correios para ser estafeta entre Avidos e Lagoa, no lugar da Pena, para entrega e recepção de correspondência. Auferia por este trabalho diário três mil reis por mês! Era conhecida pela Senhora Mestra, e assim foi tratada até à morte.

Tinha a Mestra um irmão, de nome Camilo, com a alcunha de Quintinha. Regressado do Brasil em extrema miséria, era entretanto muito culto, com uma caligrafia perfeitíssima, sendo fotógrafo e pintor, mas porque era um vencido da vida, tornou-se apático e introvertido, limitando-se a ensinar a ler ao domicílio, em troca de refeições.

Em 5 de Setembro de 1874, recebeu a Junta da Paróquia de Avidos, segundo a sua acta de 20 do mesmo mês e ano, um ofício da sua congénere de Landim perguntando o número de crianças menores de 14 anos, a que foi respondido ser de 94, das quais podiam aproveitar com a escola em Landim 30 crianças. Deliberou-se que se concorresse para a sustentação da escola em Landim com a quantia de mil reis, por conta do Reverendo Presidente, metendo-se essa quantia mensalmente no orçamento da freguesia.

A primeira escola da freguesia inaugurada em 1900, teve como primeiro professor Manuel José Nogueira, então com 25 anos de idade. Foi construída a expensas do grande proprietário lavrador António da Silva Freitas, herdeiro do Conde de S. Bento, em terrenos da sua propriedade, junto à estrada que liga Vila Nova de Famalicão a Santo Tirso, via esta aberta ao público em 1890.



Escola do sexo masculino (actualmente dos dois sexos)

O edifício surgiu de grandes proporções para a época, com um grande salão destinado às actividades lectivas, residência para o professor, com cozinha, três quartos e sala de jantar, dispondo ainda, integrado na fachada principal, de mais um quarto espaçoso e uma sala de visitas de bom acabamento, com tectos de gesso trabalhado. Dividindo a residência e o salão escolar, um amplo corredor, também de acabamento esmerado, com lambrim de madeira com bons efeitos de marcenaria, que permitia o acesso à residência e à escola, com uma porta de serventia pela escadaria exterior, e no outro extremo, outra porta para o terreiro destinado ao recreio.

Foi dotada com um valioso estandarte confeccionado em seda, bordado a ouro e com uma alegoria pintada a óleo, oferta dos Senhores da Casa de Paulinhos, sediados então no Estado de S. Paulo. Este estandarte, pela sua dimensão e riqueza, era considerado o melhor de todo o concelho de Vila Nova de Famalicão. Porém, aquando da passagem do rei D. Manuel II, que então se dirigia a Braga, na quarta-feira de 11 de Novembro de 1908, a escola de Avidos fez-se representar com o seu estandarte na recepção na estação do Caminho de Ferro de Vila Nova de Famalicão⁸⁵. Nesse dia choveu torrencialmente, ficando o estandarte encharcado, não havendo posteriormente o cuidado de proceder à sua secagem, de que resultaram danos irreparáveis. A despeito deste incidente, procurando, contudo, esconder as suas feridas, variadíssimas vezes se fez presente, em cortejos cívicos, nas comemorações da batalha de La Lis no dia 9 de Abril, em recepções presidenciais e ministeriais. Presentemente desconhecemos se ainda existe, e, muito menos o seu paradeiro.

A escola de Avidos foi ganhando cada vez mais prestígio, sendo frequentada por alunos de ambos os sexos, oriundos de freguesias limítrofes, como Lagoa, Cabeçudos, Esmeriz e Palmeira, chegando a ter 40 alunos. Em 1925 estavam matriculados 34, de ambos os sexos.

Falemos agora um pouco do seu primeiro professor. Manuel José Nogueira ensinou ali durante 34 anos, ou seja, até ao seu falecimento, que ocorreu em 7 de Novembro de 1938, tendo paralelamente exercido o cargo de ajudante do Registo Civil, Juiz de Paz e elemento da Junta de Freguesia, chegando a ser presidente da mesma.

Promoveu vários passeios didácticos, festas escolares, especialmente nas comemorações da independência (1.º de Dezembro), e incentivou nos jovens o gosto pelo espectáculo teatral, fazendo ressurgir as tradicionais, mas até ali esquecidas reizadas.

⁸⁵ - Acerca desta passagem ver «Visita do rei D. Manuel II ao Norte», in jornal *O Famalicense*, de 12 de Novembro de 1908, p. 1.



Escola do sexo feminino

O edifício da escola para o sexo feminino foi construído em 1924, a expensas do professor António Arrais Torres de Castro, natural de S. Julião de Freixo, do concelho de Barcelos.

Naquela data, António Castro que era casado com D. Beatriz Ferreira Coelho, natural de Landim, Vila Nova de Famalicão, leccionava nesta freguesia, enquanto esta, recém formada, aguardava escola, e foi com esse objectivo que seu marido assumiu essa iniciativa.

Uma vez o edifício construído e legado ao Estado, D. Beatriz passou a exercer como efectiva, porém, por apenas dois anos, pois, tendo ambos concorrido às escolas de S. Julião do Freixo, para ali foram transferidos e ali permaneceram até à sua aposentação.

À vaga da escola de Avidos concorreu uma professora de nome Maria de Cequeira Varejão, natural de Vila Real, casada com um oficial do exército de nome Artur de Cequeira Varejão, que aqui leccionou três ou quatro anos, tendo posteriormente concorrido a uma escola de Vila Nova de Gaia, a fim de se aproximar do marido em serviço no Quartel Militar na cidade do Porto.

Sucedeu na escola a professora Olinda Rebelo, uma e outra figuras de grande prestígio, de tal forma que jamais se desvincularam das famílias com quem conviveram durante o exercício das suas funções.

Outras professoras passaram por esta escola, mas com carácter transitório, de forma que se torna difícil enumerar as respectivas sucessões.

Sabemos, por correspondência da Junta de Freguesia de 4 de Outubro de 1952, que o edifício da escola feminina foi objecto de beneficiação, pedindo-se na sequência, a verba de 700 escudos para reparação do mobiliário.

Actualmente, só funciona como estabelecimento de ensino, o edifício da escola masculina, devido ao reduzido número de crianças que a frequentam. As outras instalações estão afectas ao Núcleo de Interventores Comunitários.

6. Novos Equipamentos

6.1 Junta de Freguesia

A freguesia só contou com uma sede da Junta de Freguesia em edifício próprio em 9 de Outubro de 1982, data em que também foi inaugurado um parque infantil e os lavadouros públicos. No final deste livro, em anexo, indicamos a composição das Juntas de Paróquia e de Freguesia a partir de 1837.

Por iniciativa da Junta de Freguesia composta por Manuel da Silva Cunha, Manuel Alcino Moreira Gomes Ribeiro e Amadeu José Alves de Sá, respectivamente presidente, secretário e tesoureiro deste órgão, passou a freguesia a dispor dos seus símbolos heráldicos. Em reunião de 6 de Fevereiro de 1999, foram estes aprovados e mandados à Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses para a emissão do respectivo parecer, e posterior remessa à Assembleia de Freguesia.

Obtido este, em 26 de Abril, foram aprovados os símbolos, em reunião da Assembleia de 26 de Junho do mesmo ano. Em 27 de Julho, foi enviado um edital de ordenação heráldica do brasão, bandeira e selo branco, à Imprensa Nacional, Casa da Moeda, sendo tornada pública nessa data a referida ordenação. O edital foi publicado no Diário da República III Série, de 13 de Agosto de 1999. Reproduzimos essa ordenação:

Brasão – escudo de prata, semeado alternadamente de cachos de uvas púrpura, folhados de verde, e de espigas de milho de ouro, folhadas de verde; brocante, uma roda dentada de vermelho. Coroa mural de prata de três torres. Listel branco, com a legenda a negro «AVIDOS»;

Bandeira – verde. Cordão e borlas de prata e verde. Haste e lança de ouro;

Selo – nos termos da lei, com a legenda: «Junta de Freguesia de Avidos – Vila Nova de Famalicão⁸⁶».

86 - Estes dados foram-nos cedidos amavelmente pelo Presidente da Junta Manuel da Silva Cunha.

6.2 Centro Social e Paroquial

O Centro Social e Paroquial deu os primeiros passos nos anos 90 do século XX, sendo pároco Joaquim da Silva Freitas. Começou a funcionar em Dezembro de 1999, em instalações provisórias, situadas na residência paroquial. Em 2001, conta já com projecto aprovado para instalações de raiz, situando-se estas muito perto da igreja.

7. Acessibilidades

Nos tempos de hoje, chega-se à freguesia através de carreiras de autocarro, que se dirigem para Riba de Ave e Santo Tirso, podendo utilizar-se o automóvel, dada a rede viária. Uma vez que é atravessada por dois cursos de água, tem pontes, que permitem fazer a ligação entre os lugares. No século XVIII, havia no rio Pele quatro pontes, uma de pedra tosca, com alguns boqueirões, chamada do Esqueiro, mais abaixo a de Moutinho, de madeira, e as de Serufe e das Pateiras, de pedra tosca. O Gerem tinha duas pontes toscas, a da Ribeira e a de Avidos.

IV. APONTAMENTOS ETNOGRÁFICOS

1. Práticas de namoro

Diz-nos um informante, com mais de oitenta anos, que na sua juventude, existia um "ritual" que era o das rifas à porta das tabernas, onde se juntavam os rapazes e as raparigas. Se o rapaz gostava da rapariga, piscava-lhe o olho, e ela percebia que ele gostava dela e depois havia a aproximação. Ele mandava-lhe um cartãozinho, com uma dobra nos cantos, num deles dizia sim e no outro dizia não e pedia a sua devolução, com a dobra no canto respectivo. Se ela aceitava, no fim da missa vinham os dois, nos bailes dançavam os dois, se havia algum rapaz que se metia de permeio, esse facto poderia dar origem a umas cacetadas. Namoravam à porta, ela do lado de dentro e ele do lado de fora.

Se o rapaz pensava casar, fazia-se um leilãozinho de prendas para ajudar os noivos, pois, tinha de arranjar ela o enxoval, e ele a mobília, que era a masseira, a cama, um armário e pouco mais.

Como muitos não sabiam ler, eram também utilizados outros meios. A maior parte das vezes o namoro começava do seguinte modo: se um rapaz gostava da rapariga, dirigia-lhe a palavra, e se fosse correspondido e consentido pelos pais da noiva, começavam a conversar. E lá iam "conversando" até que, normalmente, passado um, dois anos ou mais, resolviam casar, indo o noivo falar com o pai desta para o efeito.

2. O Casamento

Após o período de namoro, os "conversados" casavam, em princípio, na igreja da paróquia da noiva, quase sempre de manhã, não indo a noiva vestida com uma roupa específica, só com uma

mais nova que o costume, bem como o noivo. Contou-nos um avidense de mais de 90 anos, que para o dia do seu casamento mandou deitar umas gáspeas nos sapatos, e lá foi com eles, e uma roupa melhorzita.

Quando os noivos tinham mais posses, a noiva levava uma blusa de verdilhos (aplicações em vidrinhos), um corpete feito em linho bordado e chinelinhas.

O banquete era em casa da noiva, utilizando-se na confecção dos pratos frango e carne de porco.

3. Os Nascimento e baptizados

Ao contrário do que agora acontece, em que a maior parte das parturientes tem o seu filho numa unidade hospitalar, a assistência à mulher que ia ter um filho fazia-se através normalmente da *curiosa*, mulher com prática nestas *lides*, chegando a acontecer ser um familiar, como a mãe ou o marido a ajudar a mulher parturiente, como nos conta um nosso informante quase centenário, que não dando margem de tempo para chamar alguém, serviu ele próprio de *parteira*, uma vez que já tinha ouvido dizer como se fazia. E, quando a sogra apareceu, a criança já *estava tratada*.

E diz-nos que no seu tempo, a criança ia logo a baptizar, normalmente no dia seguinte, ou pouco depois, não é como agora... E também não se faziam as festas como hoje. Ao baptizado, de manhã, na igreja, seguia-se um *jantarzito*⁸⁷ para que eram convidados os padrinhos e os avós do baptizando.

Um costume que se perdeu, fruto de tempos de maior abundância, supomos, era o denominado *naco*, que consistia em a madrinha distribuir pelas crianças que assistiam ao baptizado um pão a cada uma, e um pão maior ao padre que presidiu à cerimónia.

Em jeito de curiosidade fica uma evolução dos nomes dados às crianças que foram baptizadas na freguesia. Nestes quase quatrocentos anos (1599-1995), o nome, dado à criança na pia do baptismo, em S. Martinho de Avidos, foi variando, notando-se um menor leque de escolhas até meados do século XIX. Até 1869, o nome Maria era o mais ouvido na freguesia, com (29,6%) das escolhas, vindo logo Ana (13,1%), Joana (7,3%), Josefa (5,4%) e Custódia (4,5%). Só estes cinco nomes são registados em mais de metade das meninas nascidas no período. Vem a seguir Mariana (2,8%), Teresa (2,4%), Rosa (2,3%), Luísa (1,9%), Domingas (1,6%), Isabel (1,6%), Antónia, (1,1%), Miquelina (1,1%) e Francisca (1,0%). Nos rapazes, é o nome Manuel o preferido com (21,9%) dos registos baptismais, sendo que António (19,7%), José (12,3%), João (9,9%), Francisco (9,0%), são também de grande agrado. E Domingos (3,9%), Luís (2,9%), Bento e Custódio (1,1%), Gabriel e Bernardino (0,9%), (0,7%), Pedro (0,6%), Bernardo e Jacinto (0,5%) ainda representam escolhas consideráveis.

De um período para o outro, a opção pelo nome Maria aumenta em 11,2%, facto que terá a ver com o uso de nomes compostos, em que Maria é o primeiro nome. Continua a usar-se bastante Ana.

87 - O correspondente agora ao nosso almoço.

Nos rapazes, as opções nos dois períodos são semelhantes, com a substituição nos cinco primeiros nomes escolhidos somente de João por Joaquim.

De meados do século XIX, até aos anos sessenta do século XX, as preferências encontram-se assim expressas: Nas meninas Maria (40,8%), Emília (5,2%), Ana (3,4%), Joaquina (2,4%), Rosa (2,3%), Olívia (1,9%), Carolina e Palmira (1,6%), Angelina (1,5%), Camila (1,3%), Arminda, Deolinda e Joana (1,2%), Júlia (1,0%). Nos rapazes, Manuel (15%), José (12,2%), Joaquim (11,7%), António (10,4%), Francisco (3,8%), Bernardino (3,1%), Fernando (2,4%), Augusto (2,3%), Armindo (2,1%), Domingos (2,0%), Avelino (1,8%), David (1,6%), Carlos (1,4%) e Adelino (1,1%).

Nos tempos mais próximos (1960-1995), a variedade de nomes atribuídos na pia de baptismo à criança é maior, continuando a predominar nas meninas o nome Maria (28,3%), e Ana (6,8%), e depois Carla (2,8%), Sandra (2,3%), Paula (1,7%), Rosa (1,6%), Susana (1,6%), Isabel, Liliana e Andreia (1,4%), Cátia (1,3%), Daniela, Emília e Fernanda (1,1%), e nos rapazes os tradicionais nomes de José (11,1%), Manuel (6,7%) e António (6,5%), a que se seguem Carlos (4%), Joaquim (4,2%), Rui (3,7%), Ricardo (2,8%), Pedro (2,5%), João (2,2%), Paulo (2,1%), Fernando e Francisco (1,9%), Miguel (1,8%) e Marco (1,5%).

4. Os Funerais

Nos dias de hoje, já não existem as carpideiras, mulheres de proveniência humilde, pagas pela família do defunto, e cuja missão era a de fazer coro com os doridos, chorando a morte daquele que ia a sepultar. Mantém-se a prática de dobrar a finados quando morre alguém na aldeia, havendo um forte movimento de solidariedade, que se consubstancia na visita piedosa à casa onde está depositado o finado, rezando-se por sua alma e na apresentação das condolências.

Passadas as vinte e quatro horas, o corpo é levado para o cemitério, acompanhado pelo pároco, confrarias, familiares, amigos e demais povo, que quis honrar a família com a sua presença e comungar do dever cristão de acompanhamento à última morada de um irmão. As flores marcam presença, numa última homenagem a quem parte.

Até 1888, havia um esquife colectivo, sendo o cadáver colocado sobre um lençol e depois depositado na cova.

Ainda não há muitos anos, costumava a família do defunto, quando as confrarias ou irmandades iam acompanhar o corpo da casa para a igreja, oferecer a cada membro desta instituição piedosa um pão e um copo de vinho, e se fosse de manhã, em vez do vinho seria um cálice de aguardente.

5. As Principais Festas religiosas

No Natal, fazia-se o presépio na igreja, cantavam-se loas ao Menino Jesus, às vezes havia música a tocar no coro, do gramofone, pertencente a um "brasileiro" José Maria Sampaio. Contou-nos Sérgio Nogueira que um ano, por lapso, em vez de música sacra se ouviu o hino brasileiro.

A Páscoa era comemorada em Avidos com a visita pascal, dando cada casa um bodo ao padre, e aqueles que não podiam colocavam uma maçã no centro da mesa com uma moeda de prata, que nem sempre era levantada pelo sacerdote, que muitas vezes entendia deixá-la ficar, face à vida de miséria daqueles tempos. O pároco era acompanhado de dois homens que traziam cada um uma cesta devidamente ornamentada, uma para os ovos, e outra para a fruta, arroz ou açúcar. As entradas das casas eram enfeitadas com tapetes de flores, e todas elas de uma limpeza imaculada. O pároco, acompanhado de uma comitiva composta entre outros pelo juiz da cruz, vai visitando os paroquianos nas suas casas, dando a beijar uma imagem de Cristo crucificado enfeitada com flores, benzendo a casa e proclamando todos a ressurreição do Senhor.

Nesta altura, o pastor da freguesia recebe o folar, que em tempos ainda próximos, era quase sempre em géneros, e agora passou a ser em dinheiro. Por vezes, a comitiva é obsequiada com um lanche, de que fazem parte amêndoas, que os mais novos, que seguem a cruz, aceitam com agrado.

A festa mais marcante é em honra de Santo Ovídio, no quarto domingo de Agosto. Segundo testemunhos orais, virá já do século XIX, tendo como promotor o conde de S. Bento. Com a morte deste, esmoreceu, devido principalmente à falta de recursos para levar a efeito a festa, sendo retomada há cerca de cinquenta anos, através dos dinamizadores Sérgio Nogueira e Olinda Sampaio, que *desenterraram a festa com uma banda filarmónica*, e, como no ano seguinte, parecia que iria morrer novamente, os mesmos avidenses levaram a efeito a festa. Havia missa cantada, procissão que ia até à estrada, passando pela avenida que passa por trás da igreja, regressando pela avenida de frente da igreja. Os foguetes ribombavam no ar, e os sons do tambor ouviam-se pela aldeia.

Actualmente, a procissão tem lugar na sexta-feira à noite, e há arraial nocturno. São nomeados os mordomos e mordomas, que ficam responsáveis pela organização das festividades, em cooperação com o pároco.

6. Algumas Tradições

Nas malhadas e "bailaricos" tocava a chulata, uma espécie de orquestra composta por viola, concertina, tambor e rebeca (e não rabeca).

No entrudo ou carnaval, muitas pessoas se mascaravam com caretas e trajes que pudessem disfarçar a sua verdadeira identidade. Algumas enfeitavam os cavalos e iam com estes animais fazer um género de cortejo pela aldeia.

No domingo gordo (anterior à terça-feira de carnaval), comia quem podia carne de porco, principalmente a orelheira e também presunto.

Nesta época, fazia-se um jogo conhecido como o **salto à rosca**, que consistia em subir uma vara grossa com cerca de 10 metros de altura, no cimo da qual estava uma rosca (de pão). Quem conseguisse lá chegar primeiro, vencia o jogo, sendo o prémio essa mesma rosca.

Na altura da Quaresma, não se realizavam bailes, nem folguedos que metessem música ou foguetes, havendo lugar ao jogo da malha, a rifas, ao tiro à seta, em que se utilizava uma espingarda e um alvo a uma distância de 10 a 15 metros, sendo o vencedor premiado com um galo.

As **assoadas**, que se faziam durante nove dias, (a novena), à porta da pessoa visada, aconteciam quando casavam pessoas já com alguma idade, ou quando havia infidelidade de qualquer membro do casal. Estas assoadas consistiam em insultos e vaias, toque de tambores, e de um instrumento construído com um cântaro de folha, pele de carneiro e um cordel onde os tocadores *corriam a mão*, dando um som muito cavo.

As reizadas, já muito antigas, foram reavivadas pelo professor Francisco José Nogueira, ainda no século XIX. Eram representações bíblicas, cujo texto era em verso, e assumiam muitas vezes um papel humorístico, uma vez que os actores, grande parte analfabetos, distorciam o texto, porque o decoravam sem muitas vezes saber o significado das palavras. O professor Nogueira, amiúde, interveio nestas dramatizações, como actor, para além de ser o seu encenador, e a alma-mãe deste teatro, que era tão do seu agrado e dos avidenses. Os seus filhos António e Sérgio participaram como personagens nesses enredos.

Passaram então as reizadas a alegrar as tardes de domingo dos aldeãos, durante os meses de Julho, Agosto e Setembro. Dizendo-nos o filho Sérgio que, em recinto construído em madeira para o efeito, foi levado à cena entre outros, o drama bíblico a *Morte de Abel*, com efeitos especiais de fogo saindo do Inferno, seguido do rei dos diabos e dos demais espíritos do mal, em saltos *diabólicos*, o que fazia delirar o *respeitável* público, tal como hoje o futebol. Mais uma pausa, e agora novo drama, *João o Corta-Mar*, por tardes e tardes ao longo do verão.

PARTE II

V. COMPORTAMENTOS DEMOGRÁFICOS

1. Nupcialidade

*No seio da casa, através do sacramento, é possível consumir o ideal de pureza na reprodução*⁸⁸.

Até à década de sessenta, a mortalidade era tida como o regulador por excelência do crescimento das populações do Antigo Regime⁸⁹. Com os estudos de Hajnal⁹⁰, e de Dupaquier, deixa de se centrar a regulação das populações, na mortalidade, colocando-se na nupcialidade, pois, segundo este último autor, «é pois, a nupcialidade que oscila, conforme a conjuntura, a engrenagem essencial do mecanismo⁹¹».

Hajnal mostrou, que no continente europeu,⁹² coexistiram diferentes regimes matrimoniais, sendo que a especificidade do regime da Europa Oriental, com baixa idade média da mulher ao casamento e fraco celibato definitivo, se contrapõe a Europa Ocidental, em que temos um matrimónio tardio da mulher⁹³, e um elevado celibato definitivo feminino.

Já, quanto à parte Sul da Europa, o autor, face à pluralidade de situações⁹⁴ que terão a ver com múltiplos factores, entende remeter-nos para estudos a levar a cabo, a fim de se estabelecerem os regimes de nupcialidade.

Assim, com Hajnal, temos que a nupcialidade é hoje considerada uma variável demográfica que não poderemos descartar, quando estudamos os comportamentos demográficos do Antigo Regime, havendo ainda que considerar os estudos de Robert Rowland, que ao comparar os comportamentos demográficos da Inglaterra, França e Suécia, chamou a atenção para a influência da singularidade das gentes, pois que na Inglaterra o equilíbrio populacional jogava primordialmente com a nupcialidade e fecundidade, na Suécia com a mortalidade, e na França, com um conjunto de variáveis demográficas.

88 - João de Pina Cabral, *Filhos de Adão, filhas de Eva*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989, p. 77.

89 - Não podendo nós descurar a fecundidade.

90 - Jónh Hajnal, «European Marriage Patterns in Perspective», in D.V. Glass e D. E. C. (Eds.), *Population, History: Essays in Historical Demography*, London, 1965, pp. 101 - 143.

91 - Alain Bideau, «Mecanismos auto-reguladores de populações tradicionais», in Maria Luísa Marcilho (Org.), *População e sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Edição Vozes, 1984, p. 49.

92 - Hajnal fala-nos do regime matrimonial «europeu», retomando a ideia malthusiana de «freio preventivo», que seria accionado face ao crescimento desmesurado da população, contrariamente ao chamado «freio positivo», constituído pela mortalidade. A idade média de acesso ao casamento seria, pois, o factor que induziria ao crescimento ou à diminuição da população, de acordo com a conjuntura.

93 - Superior a 24 anos.

94 - Hajnal refere a heterogeneidade das populações do sul da Europa, pelo que não poderemos, tal como na "linha" oriente-ocidente, estabelecer uma dicotomia de comportamentos, mas esperar por estudos monográficos, uma vez que, como diz, há regiões do sul da Itália e da Espanha que se assemelham mais à Grécia que ao noroeste da Europa.

Quanto à Península Ibérica, Robert Rowland chama a nossa atenção para a coexistência de regimes matrimoniais diversos, encontrando nós tanto idades médias altas de acesso ao casamento, como idades médias mais baixas, acabando o autor por concluir que factores vários irão gerar situações multimodas, reconhecendo «a necessidade de uma perspectiva comparada e regional⁹⁵».

Dependendo o casamento de vários factores, entre eles os de natureza sócio-cultural e sócio-económica, mormente quando nos referimos ao Antigo Regime, a variável nupcialidade⁹⁶ traz consigo um acto de natureza voluntária⁹⁷, seja dos nubentes, ou de quem os represente, que leva à formação de um novo agregado familiar, com as consequências que acarreta para o fenómeno demográfico e estudo de um aglomerado populacional.

Dada a carga de exogenia da nupcialidade, estamos em presença de uma variável fértil, que nos suscitará interrogações com vista a iluminar as histórias de vida da população em estudo. Aqui, deter-nos-emos nos casamentos consagrados pela Igreja, porém, não deixámos de pensar no número dos sem “beneplácito sagrado” que se uniram, quer em uniões fogazes, quer mais duradouras, quer em relacionamentos tolerados, quer escandalosos, e, que, embora à margem da nupcialidade consagrada por Roma, fizeram parte das vivências da comunidade.

1.1 Sazonalidade dos Casamentos

Conhecer os comportamentos da população de Avidos em longa duração⁹⁸, foi o desafio que se nos colocou, pelo que procurámos saber quais os meses preferenciais para contrair matrimónio, bem como aqueles meses que os habitantes da paróquia menos elegiam para se consorciar.

Porque escolheriam esses meses, teria havido alteração de comportamentos? Em que se consubstanciaria essa alteração, ou antes que razões teriam levado a essa mudança?

Após termos visionado todo o período estudado, fomos depois aglomerar os dados em períodos decenais, a fim de a partir daí, tentarmos estabelecer uma periodização mais longa, em que pudéssemos reconhecer mudanças ou proximidades de comportamento.

95 - Robert Rowland, «Sistemas matrimoniales en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX), una perspectiva regional» in Vicente Perez Moreda, e David-Sven Reher, *Demografía histórica en Espanha*, Madrid, Ed. El Arquero, 1988, p. 79.

96 - A fecundidade não é a única variável presente no processo reprodutivo, mas teremos de nos centrar também na nupcialidade, ou seja sobre a idade ao casamento e «a propensão para o casamento». Cf. Jordi Nadal, *La Población española (siglos XVI a XX)*, Barcelona, Ariel, 1984, Prólogo, p. 3.

97 - Cf. Michael W. Flinn, *El sistema demográfico europeo, 1500-1820*, Barcelona, Ed. Crítica, 1989, pp. 29 - 33. Segundo o autor, o matrimónio encontrava-se, ao invés do que acontecia com as enfermidades e o clima, debaixo do controle humano, e daí ser considerado um elemento equilibrador, regulador, uma vez que o matrimónio era determinante na taxa de fecundidade global, que se consubstanciaria na limitação dos casamentos e na idade em que os mesmos se realizariam.

98 - Foram estudadas 2849 famílias, das quais só de 1693 conhecemos a data de casamento. Considerámos para os nossos cálculos apenas os dados até 1995, uma vez que preferimos trabalhar com anos completos.

Detenhamo-nos, pois, nos três períodos abaixo analisados. Para o primeiro, (1660-1809) são os meses de Janeiro e Fevereiro os preferidos, logo seguidos dos meses de Agosto e Maio.

QUADRO 5
REPARTIÇÃO DOS CASAMENTOS SEGUNDO OS MESES DO ANO

(NÚMEROS ABSOLUTOS)												
PERÍODOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1660 – 1809	38	33	7	11	21	15	18	22	14	18	13	13
1810 – 1929	39	40	26	38	36	23	30	33	28	42	42	30
1930 – 1995	83	47	82	68	74	68	123	152	112	81	76	97
(ÍNDICES)												
PERÍODOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1660 – 1809	200	191	37	60	111	82	95	116	76	95	71	68
1810 – 1929	113	127	75	113	104	69	87	95	84	121	125	87
1930 – 1995	92	57	91	78	82	78	137	169	129	90	87	108

Se a eleição dos meses de Janeiro e Fevereiro se identifica com os comportamentos de Antigo Regime de uma paróquia marcada pela ruralidade, já a escolha do mês de Agosto nos levanta algumas interrogações, se bem que possamos aventar razões económicas, pois, segundo as *Memórias Paroquiais*⁹⁹ os frutos que se recolhem nesta terra há na maior quantia milho, havendo também suficiente quantidade de milho¹⁰⁰, alho e painço ordinário, em que se requer essencialmente a rega, bem como vinho verde, cuja vindima se faz principalmente durante o mês de Setembro. Por sua vez Pina Cabral notou também que «o meio do Verão não é um período agrícola muito movimentado¹⁰¹».

A escolha do mês de Maio estará correlacionada com a proximidade dos meses de Março e Abril, dado que a Páscoa é uma festa móvel. Razões de natureza religiosa terão a ver com a opção por não celebrar os esponsais na Quaresma, dada a interdição das benções nupciais, bem como o apelo da Igreja feita aos crentes para a abstinência de contactos sexuais durante este período.

Já, a prioridade dada ao mês de Janeiro, para além da razão aventada (período de repouso das fainas agrícolas), poderá ter a ver com a proximidade do mês de Dezembro, e o consequente respeito pelo tempo do Advento.

99 - Luís Cardoso, *Op. cit.*, fl. 896.

100 - No século XVII, o Minho passou por uma grande transformação, um novo sistema agrícola foi introduzido e progressivamente enraizado, surgindo novas espécies vegetais e cerealíferas, de que destacamos o milho, que pela sua boa adaptação ao solo húmido e clima, dava uma produtividade três a quatro vezes superior à do trigo e do centeio, contribuindo talvez, segundo Pina Cabral, para o crescimento demográfico registado no século XVIII. Cf. *Op. cit.*, p. 35. Esta correlação havia já sido apontada por Orlando Ribeiro em vários trabalhos de 1962 e 1963.

101 - João de Pina Cabral, *Op. cit.*, p. 49.

Está bem marcado, neste período, o peso das prescrições da Igreja, em que o mês de Março e Abril, bem como o de Dezembro acusam índices muito baixos de casamentos.

No segundo período, são os meses de Fevereiro, Novembro e Outubro, seguidos de Janeiro e Abril os preferidos para se casar em Avidos.

Os primeiros meses do ano atingirão maior volume, pois ter-se-ão transferido os casamentos que não tiveram lugar em Dezembro, mantendo-se a tendência do primeiro período. Já, a escolha do mês de Outubro, nos parece estranha, dada a predominância rural da paróquia, como atrás deixámos expresso, e este mês ser consagrado à preparação das terras. Quanto a Novembro, e ao volume de casamentos registado, entendemos estar correlacionado com o Advento que se aproxima, e onde os paroquianos não poderiam, à luz dos preceitos religiosos, consorciar-se com as bênçãos nupciais¹⁰². Para os dois primeiros períodos considerados, a exemplo de outras paróquias nortenhas de que destacamos as paróquias rurais e urbana de Guimarães¹⁰³, de Cervães (Vila Verde – Braga)¹⁰⁴, Alvito S. Pedro (Barcelos)¹⁰⁵, Barcelinhos (Barcelos)¹⁰⁶ e Facha (Ponte de Lima)¹⁰⁷, o mês de Março e de Dezembro regista um decréscimo de casamentos, havendo um pico nos meses de Janeiro e Fevereiro.

No mês de Maio mantém-se, a exemplo do pretérito período (1660-1809), um volume grande de casamentos. Já, o mês de Agosto, aparece como pouco atraente para se casar, no período em análise.

102 - O Concílio de Trento, na sua sessão de 11 de Novembro de 1563, no capítulo X, manda guardar com rigor a proibição de desposórios solenes entre o Advento e a Epifania e desde a 4.ª feira de cinzas até à 8.ª da Páscoa inclusivé, salvaguardando, pois, que podem contrair-se os matrimónios, mas sem, «as solenidades das núpcias, os banquetes e a cópula carnal».

As Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga de 1697 proibem mesmo a realização de qualquer casamento nos períodos que decorrem entre o primeiro Domingo do Advento e o primeiro dia de Reis, e de Quarta-feira de cinzas até ao Domingo da Pascoela, inclusivé. Desta forma, e de acordo com as Constituições, as interdições do Advento vão desde 30 de Novembro até 6 de Janeiro, e as da Quaresma abarcam o período de 54 dias, que se poderá situar entre 4 de Fevereiro e 10 de Março e o limite entre 22 de Março e 25 de Abril.

103 - Cf. Maria Norberta Amorim, *Guimarães, 1580 - 1819, estudo demográfico*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, pp. 66 e 69.

104 - Cf. Maria Cecilia Ribeiro de Azevedo Barbosa, *Cervães, 1645-1810, estudo demográfico*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Guimarães, 1997, pp. 44 - 45.

105 - Cf. Fernando António da Silva Miranda, *Estudo demográfico de Alvito S. Pedro e Anexa, 1567-1989*, Edição de a Junta de Freguesia de Alvito S. Pedro-Barcelos, 1993, pp. 70 - 71.

106 - Cf. Inês Martins de Faria, *Santo André de Barcelinhos: o difícil equilíbrio de uma população, 1606 - 1910*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga, 1997, p. 78.

107 - Cf. Maria Arminda Loureiro Machado, *S. Miguel da Facha, 1710 - 1989, Evolução demográfica de uma paróquia de Ponte de Lima*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga, 1995, pp. 29 - 31.

Tendo por base que a Páscoa é uma festa móvel, podendo recair no mês de Março ou Abril, o índice de casamentos realizado no último mês, ultrapassando o índice médio, poderá ter a ver com o facto de se aguardar que passe a Páscoa.

Correlacionando o índice de matrimónios de Abril, com os de Dezembro, pensamos que se vai perdendo o apego à interdição religiosa da Quaresma, mantendo-se o Advento. Não deixamos, contudo, de referir que no mês de Março poucos se casaram em Avidos, sendo o segundo menos escolhido durante o ano.

O mês de Agosto, ao contrário do primeiro período, está abaixo dos índices médios.

Quanto ao último período (1930-1995), há uma alteração marcada de comportamentos nupciais, deslocando-se as preferências para o segundo semestre do ano, com os maiores índices de casamentos nos meses de Agosto, Julho, Setembro e Dezembro.

Entram aqui motivações que se prendem com uma menor ligação à terra, onde o peso das fainas agrícolas já não determina comportamentos nupciais, bem como uma maior laicização de costumes. Razões de índole profissional, ligadas aos meses de férias¹⁰⁸, levam à realização das bodas nesse período, quer por questões de disponibilidade de tempo, quer monetárias, uma vez que o subsídio de férias vem otimizar a escolha. Além disso, os emigrantes, nomeadamente os que saíram para trabalhar em França, acorrem à sua terra natal também para realizarem os seus esponsais¹⁰⁹. Situação esta que não é peculiar, ocorrendo em muitas freguesias do Minho, de que destacamos Aveleda¹¹⁰, do concelho de Braga, Pico de Regalados¹¹¹, pertencente ao concelho de Vila Verde, Facha¹¹² do concelho de Ponte de Lima, e do concelho de Ponte da Barca, as freguesias de Couto e Paço¹¹³.

O mês de Dezembro é preferido pelos emigrantes, mormente os de França e da Alemanha, que o escolhem para se casarem, devido aos rigores do Inverno, nos países de acolhimento. E, no que concerne aos residentes, pensa-se que terá sido pela circunstância das festividades litúrgicas do mês.

Repare-se que o mês de Março já não é o menos escolhido, para o período em apreço.

108 - Houdaille refere a correlação entre o calendário de férias e a marcação do dia do casamento. Cf. J. Houdaille, «Um indicateur de pratique religieuse: la célébration saisonnière des mariages avant, pendant et après la Revolution Française (1740-1829)», in *Population*, n.º 2, 1978, pp. 367 - 380.

109 - Os próprios familiares dos emigrantes aguardam a vinda destes para se casarem e terem ensejo de se juntarem numa festa familiar.

110 - Maria Manuela Teixeira Ferreira da Silva, *Comportamentos demográficos de uma paróquia do concelho de Braga, Santa Maria de Aveleda 1580-1993*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga, 1997, p. 72.

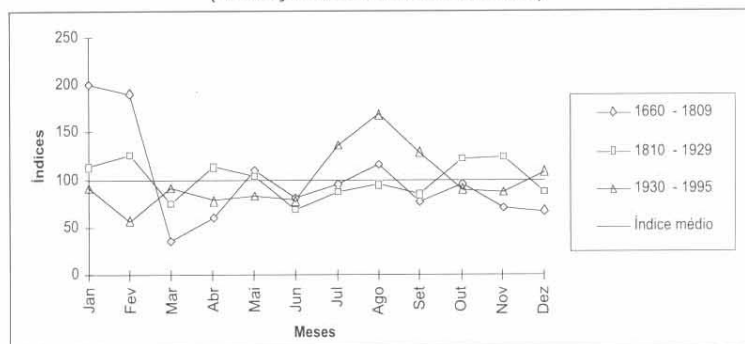
111 - Maria Marta Lobo de Araújo, *O Pico de Regalados e a sua população 1554-1979*, Tese de Mestrado, apresentada à Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga, 1992, p. 190.

112 - Cf. Maria Arminda Loureiro Machado, *Op. cit.*, pp. 31 - 32.

113 - Cf. João de Pina Cabra, *Op. cit.*, p. 77.

Para uma melhor visualização, atente-se no gráfico.

GRÁFICO 1
SAZONALIDADE DOS CASAMENTOS
(EVOLUÇÃO DOS COMPORTAMENTOS)



Em suma, no período em que a agricultura é marcante, o casamento manterá ligações umbilicais com a sazonalidade dos trabalhos agrícolas, seja através dos tempos próprios para a preparação das terras, seja para as sementeiras, as colheitas, ou também uma relação directa com as formas contratuais encontradas, nomeadamente a vigência do contrato anual que terminaria para o trabalhador agrícola por alturas do S. Miguel, o tempo das colheitas, de acordo com o referido por Kussmaul¹¹⁴, projectando os enlaces para o período que se segue à recolha dos frutos da terra.

O Minho, região de policultura, seria palco de forte interacção entre a terra que alimenta o corpo e a Igreja que alimenta o espírito e guia as almas, apesar de existirem almas transviadas, como adiante veremos, pese embora os conselhos paternais dos pastores e a realização das devassas, que nem sempre se cingiam à advertência do visitador.

114 - Cf. Ann Kussmaul, *A General view of rural economy of England, 1538-1840*, Cambridge, Cambridge U. Press, 1990, pp. 21 - 22.

1.2 Distribuição semanal dos casamentos

O calendário católico e o calendário agrícola¹¹⁵ foram, pois, as pedras angulares para os aldeãos, que os respeitaram comumente.

Haveria dias preferenciais da semana para se casar em S. Martinho de Avidos?

Teria havido mudanças ao longo dos séculos? Que verificámos?

QUADRO 6
DISTRIBUIÇÃO SEMANAL DOS CASAMENTOS

PERÍODO	TOTAL DE CASAMENTOS	SEG.	TER.	QUA.	QUI.	SEX.	SAB.	DOM.
1660-1699	48	9	6	3	6	5	2	17
1700-1799	157	39	8	17	23	10	31	29
1800-1899	258	53	18	32	55	14	55	31
1900-1995	1224	58	23	47	86	25	445	540

No século XVII, é visível a preferência pelo dia consagrado, o domingo e o sábado a última escolha¹¹⁶.

Que considerações tecer? É indubitável o peso da religiosidade desta gente e também o seu telurismo.

Para o século XVIII, a prioridade passa para a segunda-feira, seguida do sábado e do domingo¹¹⁷.

115 - Das ocupações relacionadas com as estações do ano e ao mesmo tempo com as festividades religiosas dá-nos conta Pina Cabral, que refere como principais a Páscoa, em que as terras são lavradas, estrumadas, o milho é semeado, bem como se faz o plantio da batata, o S. João (24 de Junho), que ele considera um dos períodos em que a actividade agrícola exige mais ao camponês, a que se segue, como a parte do ano agrícola mais trabalhosa, o S. Miguel (27 de Setembro) em que se apanha o milho e se fazem as vindimas, se semeia a erva para a forragem do gado e se descamis o milho. Pelo S. Martinho, que se circunscreve a finais de Novembro, princípios de Dezembro, matam-se os porcos, apanham-se as castanhas e as nozes, e semeia-se o centeio, e pelo Natal, podam-se as vinhas e apanha-se mato para a cama do gado. Cf. do autor, *Op. cit.*, p. 49.

116 - Maria Manuela Teixeira Ferreira da Silva encontrou igual tendência para uma paróquia do concelho de Braga, Santa Maria de Aveleda, no decurso de 1580-1699. Vide da autora, *Op. cit.*, pp. 75 - 76. Outrossim, A. d'Ambrozzi estudando a comunidade de Terlizzi, chega a iguais escolhas por parte dos nubentes, ou de alguém por eles. Vide para esta paróquia, do autor, «Matrimóni e mobilidade sociale a Terlizzi, fra sei e settecento», in *Congresso Italo-Ibérico di Demografia Stórica*, 2, Savona, 1992, p. 95.

117 - Vide de Maria Manuela Teixeira Ferreira da Silva, *Op. cit.*, p. 76, em que a autora encontra igual tendência no que concerne ao domingo e à segunda-feira.

No século XIX¹¹⁸, o sábado e a quinta-feira ultrapassam os outros dias da semana como dias de eleição para as bodas nupciais.

No século XX, desenha-se uma tendência marcante para o matrimónio ter lugar no domingo, e quase a par o sábado. Os outros dias da semana poucos noivos os escolhem.

O casamento, enquanto evento social, projecta-se em diversas esferas e tem subjacente um fundo social, cultural e económico, ou seja, aos padrões de matrimónio estão ancorados múltiplos aspectos, desde os costumes, à vertente sócio-económica.

Porque esta diferença ao longo dos séculos? Naturalmente pelas razões já consabidas, mas qual ou quais pesariam mais?

A partir do século XVII, raros são os casais que escolhem a terça e a sexta-feira para a sua união.

Que inferir daí? Ainda hoje, nas zonas rurais, se consideram esses dias como dias aziágos, e falando com naturais da paróquia, gente com mais idade, eles nos confirmam isso. Para São Tiago de Ronfe (Guimarães) foi encontrada a mesma tendência no período entre 1700 e 1900¹¹⁹.

Para Aveleda (Braga), Maria Manuela Silva indica a sexta-feira como dia pouco escolhido para as uniões, e citando Lebrun¹²⁰ refere que é «"dia de Vénus entre os Romanos, tornou-se porém nefasto pois lembra a morte de Cristo. Além disso era dia magro, o que proibiria a carne na refeição da boda"».

Embora essa seja uma razão a não descurar, outras se podem indicar como para tempos mais próximos, a escolha do sábado e do domingo numa correlação com a semana inglesa e até americana, que indicia a não união tão estreita com a terra e uma maior dependência do emprego nas fábricas.

1.2.1 Distribuição semanal dos casamentos - comportamento diferencial

Sabendo nós que, através dos registos paroquiais, só a partir da promulgação do Decreto de 19 de Agosto de 1859, que veio introduzir a harmonização da lei civil com a eclesiástica, é que temos acesso de uma forma mais sistemática às profissões, o que nos dá um quadro incompleto, iremos, apesar disso, relacionar este indicador que configura a situação social, com o dia eleito para o casamento. Os jornaleiros, que abundam nesta comunidade, casar-se-iam segundo os ditames da sua ruralidade endógena? O mesmo aconteceria para os outros estratos populacionais?

118 - Não encontramos similitude com a comunidade de Aveleda.

119 - Cf. Ana Sílvia Volpi Scott, *Op. cit.*, p. 207.

120 - Maria Manuela Teixeira Ferreira da Silva, *Op. cit.*, p. 76. Vide de F. Fauve Lebrun e A. Chamoux, «Le Mariage et la famille», J. Dupâquier (Dir.), in *Histoire de la population française: de la Renaissance à 1789*, Paris, P. U.F., 1988, p. 47.

QUADRO 7 DIA ESCOLHIDO PARA CASAR DE ACORDO COM A PROFISSÃO DO NUBENTE (1730-1829)

PROFISSÃO	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM	TOTAL
Proprietário	1	0	0	0	0	1	0	2
Jornaleiro	0	0	0	0	1	1	1	3
Lavrador	7	0	1	2	1	0	4	15
Artífice	3	0	0	0	0	2	2	7

No período de 1730-1829, vemos que só dos artífices e dos lavradores poderemos tirar alguma conclusão. Ambos preferem a segunda feira.

QUADRO 8 DIA ESCOLHIDO PARA CASAR DE ACORDO COM A PROFISSÃO DO NUBENTE (1830-1930)

PROFISSÃO	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM	TOTAL
Proprietário	0	2	2	3	1	8	2	18
Jornaleiro	9	4	2	15	1	15	5	21
Lavrador	1	0	4	0	2	6	1	29
Artífice	5	0	1	9	2	11	6	34

Para o período de 1830-1930, todos têm como opção clara o sábado. Os jornaleiros além deste dia também se unem preferencialmente à quinta-feira, os lavradores na quarta-feira e os artífices na quinta-feira. E para o período mais próximo de nós? É indubitavelmente o sábado o preferido, e a segunda escolha é o domingo, excepção para os proprietários que encontram a segunda e a quinta-feira como alternativa. Para todas as profissões a terça e a sexta-feira são dias preteridos.

QUADRO 9 DIA ESCOLHIDO PARA CASAR DE ACORDO COM A PROFISSÃO DO NUBENTE (1931-1995)

PROFISSÃO	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM	TOTAL
Proprietário	2	0	1	2	0	4	1	10
Jornaleiro	0	0	1	0	1	15	4	21
Lavrador	1	2	2	2	0	14	8	29
Artífice	0	1	0	1	1	13	8	24

1.3 Idade média ao primeiro casamento

Hajnal¹²¹ foi o primeiro autor a reconhecer a especificidade do casamento do Ocidente no Velho Continente¹²². Também Alain Bideau, na esteira de Hajnal, encontra um modelo de casamento que se caracteriza por um alto celibato definitivo e idade média ao primeiro casamento elevada, o que vai personalizar a cristandade latina no que respeita ao modelo de nupcialidade.

Flinn¹²³, nos anos 80, reunindo dados produzidos sobre a variável idade média ao primeiro casamento, entre os séculos XVI e XIX, dá-nos uma perspectiva do sistema demográfico europeu, se bem que não insira quaisquer informações sobre a Península Ibérica¹²⁴.

Bideau estima com base nas monografias já dadas ao prelo, a idade média das mulheres ao casamento na parte Ocidental da Europa, e para o Antigo Regime, em 25,7 anos¹²⁵.

Para o espaço de Portugal e Espanha, Robert Rowland¹²⁶, nos anos 80, baseado em estudos publicados até à data, deu-nos um quadro da idade média ao primeiro casamento, onde se desenha o contraste entre o Norte e o Sul, verificando-se que as idades mais altas se encontravam no Noroeste e Extremo Norte, e as mais baixas no Sul¹²⁷.

Apoiando-se num estudo de Fernando de Sousa¹²⁸, refere para o Portugal da segunda metade do século XIX, valores bastante altos, acima dos 29 anos para os homens, e dos 24 anos para as mulheres, e níveis sobremaneira elevados do celibato definitivo feminino, nomeadamente no Norte (27,7 no Minho e 23,1 em Trás-os-Montes).

Norberta Amorim¹²⁹ para o período de Antigo Regime, escolhendo quatro paróquias rurais (Poiães de Freixo, Ronfe, Couto de Mosteiro e S. Mateus do Pico), situadas respectivamente no Noroeste Transmontano, concelho de Guimarães, concelho de Santa Comba Dão e Açores, encontra como idade média mínima e máxima, no período que vai de 1680 a 1799 para as mulheres 24,6 e 28,2, e para os homens 24,6 e 29,5.

121 - John Hajnal, «European Marriage Patterns in Perspective», in *Population in History: Essays in Historical Demography*, Org. D.V. Glass e D.E.C. Eversley, Chicago, 1965, e do mesmo autor, «Two Kinds of preindustrial household formation», in *Population and Development Review* 8, pp. 449 - 494.

122 - Demos voz ao autor: «Parece que no conjunto dos regimes de nupcialidade a Europa apresenta um modelo original, sem precedentes e sem corolários». Cf. Alain Bideau, «Mecanismos auto-reguladores de populações tradicionais», in Maria Luisa Marcillo, (Org.), *População e sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1984, p. 50.

123 - Cf. Michel W. Flinn, *The European demographic system (1500-1820)*, Suffolk, The Harvester Press, 1981.

124 - Para uma perspectiva deste indicador, quer contendo os dados de Flinn, quer reunindo dados mais recentes, veja-se Ana Silvia Volpi Scott, *Op. cit.*, pp. 212 - 218.

125 - Havendo uma fraca dispersão (entre os 25 e os 31 anos). Cf. do autor «Mecanismos auto-reguladores de populações tradicionais», in Maria Luisa Marcillo, (Org.), *População e sociedade, evolução das sociedades pré-industriais*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1984, pp. 50 - 51.

126 - Cf. do autor, «Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal», in *Ler História* 3, 1984, pp. 13 - 32.

127 - *Id.*, p. 26.

128 - Cf. do autor, *A População portuguesa nos inícios do século XIX*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1979.

129 - «A Diversidade de comportamentos demográficos no Portugal do Antigo Regime», in *População e Sociedade*, n.º 3, 1997, pp. 142 - 143.

Em trabalho académico¹³⁰, a que já aludimos, Ana Silvia Volpi Scott facultou-nos dados sistematizados desta variável, produzidos em datas próximas, verificando-se a tendência de idades médias mais elevadas para o sexo masculino, a partir sensivelmente da segunda metade do século XVIII, para as paróquias de Mosteiro - Braga¹³¹, bem como para Barcelinhos - Barcelos, Paço - Viana do Castelo (1880-1900), Cedofeita - Porto (1881-1882) e Salvaterra de Magos (1788).

Norberta Amorim¹³², em publicação recente, dá-nos uma perspectiva desta variável no Minho, indicando que a idade média ao primeiro casamento feminino no Minho, em período anterior a 1820, foi sempre elevada, adiantando também que só na zona urbana de Guimarães, a idade média ao primeiro casamento feminino ocorre antes dos 25 anos.

Na paróquia de Avidos, baseados numa observação longitudinal¹³³, e segundo uma periodização que teve em conta uma maior uniformidade de comportamentos, verificamos que a idade média ao primeiro casamento para as mulheres é elevada ultrapassando a média indicada por Bideau, para o Antigo Regime¹³⁴. Até ao século XIX, e agora considerando os dois sexos, a idade média atinge sempre valores próprios do Antigo Regime Demográfico, registando-se para o período de 1660 a 1811, uma idade média para os homens de 29,4 anos em 56 observações, e 27,4 anos para a mulher, em 136 observações.

Estamos em crer, na linha do que é defendido por Alain Bideau¹³⁵, que a elevada idade média encontrada para ambos os sexos, poderá estar correlacionada com a situação de dependência da terra, para que os esposais se possam realizar.

QUADRO 10
IDADE MÉDIA AO PRIMEIRO CASAMENTO
(OBSERVAÇÃO LONGITUDINAL)

PERÍODO	HOMENS		MULHERES	
	OBS.	MÉDIA	OBS.	MÉDIA
1660-1711	8	31.0	44	30.1
1712-1811	48	29.1	92	26.1
1812-1881	84	27.5	140	25.8
1882-1911	49	27.8	79	25.7
1912-1945	171	26.4	177	25.2

130 - Ana Silvia Volpi Scott, *Famílias, formas de união...*, *Op. cit.*, pp. 216 - 218.

131 - *Id.*, *ib.*, p. 217.

132 - Cf. da autora, «O Minho: comportamentos demográficos através da informação paroquial», in *Ler História* n.º 36, 1999, p. 21.

133 - Esta tem em conta grupos de gerações.

134 - É no século XVII e inícios do século XVIII, que encontramos mais satisfação de bens de alma, destacando-se os mancebos. Até 1673, não nos é indicado o local do óbito, mas, a partir desta data, vemos que predomina a cidade de Lisboa.

135 - Cf. do autor, *Op. cit.*, p. 52.

Numa observação transversal, isto é, por períodos, podemos abarcar para a paróquia de Avidos, o período mais recente, ou seja, teremos uma visão que vai de 1710 a 1995.

QUADRO 11
IDADE MÉDIA AO PRIMEIRO CASAMENTO
(OBSERVAÇÃO TRANSVERSAL)

PERÍODO	HOMENS		MULHERES	
	OBS.	MÉDIA	OBS.	MÉDIA
1710-1769	16	28,8	47	30,4
1770-1849	41	29,0	88	25,0
1850-1899	65	25,5	105	25,1
1900-1995	511	26,0	542	24,4

Para o primeiro período (1710-1769), encontramos um comportamento que não mais virá a ocorrer na paróquia, ou seja, as mulheres casam em média mais tarde que os homens, ultrapassando o ano de idade. Aventaremos como explicação, (pese embora a pouca significância da amostra), tal como Norberta Amorim nos sugere para o Minho, a mobilidade diferencial, que tenderia a desequilibrar as relações de masculinidade, embora, tal como a autora nos adianta, não possamos deixar de considerar razões de cunho cultural¹³⁶.

O período seguinte (1770-1849), regista a idade média do homem ao primeiro casamento mais alta de todo o lapso temporal analisado, que poderá ter a ver com a mortalidade mais gravosa para os adultos do sexo masculino.

Por sua vez, a descida da idade média do homem a partir da segunda metade do século XIX, poderá estar correlacionada com uma mais ténue mobilidade e emigração diferencial, menor mortalidade quer de adultos, quer de menores, bem como uma maior riqueza e diversidade de trabalhos, (este facto mais marcante para uma fase adiantada do século XX), que virtualmente terão contribuído para uma mais precoce estabilização da situação económica e consequente criação de condições de formação de um lar.

Interessa referir, contudo, que para o século XX aumenta a idade média ao casamento para os homens. Terá a ver com a mobilidade, mormente a emigração?

Para as mulheres, o casamento faz-se em média cada vez em idades mais baixas. Que razões terão gerado este comportamento? Fraca mortalidade? Não dependência de factores económicos para o casamento? Maior oferta de noivos, mesmo que de fora da paróquia?

Face às idades médias ao primeiro casamento observadas em Avidos, interessante se tornaria vermos como se desenha o comportamento em paróquias próximas. Verificamos que para o

136 - Cf. da autora, «O Minho: comportamentos demográficos...», *Op. cit.*, pp. 9 - 43.

período compreendido entre o século XVII e XIX na paróquia de Alvito S. Pedro e Anexa os valores são respectivamente, por séculos, de 27,8, 26,4 e 29,7, para a idade média ao casamento nos homens, enquanto as mulheres acedem ao casamento em média em idades mais tardias, ou seja, e considerando os mesmos períodos, 29,9, 31, 29,4¹³⁷. Para Barcelinhos, encontramos idades médias para os homens entre os 25 e os 29 anos, e para as mulheres entre os 26 e os 27 anos¹³⁸.

Dentro da comunidade avidense, certamente nem todos os grupos sócio-económicos manifestariam o mesmo tipo de comportamento, pois a comunidade teria, naturalmente, os seus cambiantes, que se reflectiriam nos indicadores que passamos a analisar.

1.3.1 Idade média ao primeiro casamento - comportamento diferencial

Só a partir da segunda metade do século XIX, tivemos acesso com alguma significância à profissão, por via dos assentos de baptismos, e óbitos, mas principalmente através dos casamentos, daí a exiguidade dos nossos dados.

Contudo, e sabendo nós, que as profissões indicadas nos registos paroquiais, antes de Novecentos, eram sobretudo as ligadas a actividades que não a agrícola, não quisemos deixar de estabelecer uma relação, mormente porque fomos completar essa informação com outras fontes, como sejam os *Livros das Devassas*, as *Inquirições de genere*, *Livros de Recenseamentos Eleitorais*, *Livros de Décima*, *Registos de Passaportes*.

137 - Cf. do autor, *Op. cit.*, p. 72.

138 - Cf. Inês Martins de Faria, *Op. cit.*, pp. 81 - 82.

QUADRO 12
IDADE MÉDIA AO 1º CASAMENTO
COMPORTAMENTO DIFERENCIAL

HOMENS						
Profissão do pai	1660-1809		1810-1929		1930-1995	
	Obs.	Média	Obs.	Média	Obs.	Média
Artífice	2	31,0	7	25,3	5	27,8
Caseiro	0	0	4	26,5	0	0
Jornaleiro	0	0	11	26,1	3	24,7
Lavrador	3	29,7	3	41,7	3	24,0
Operário	0	0	2	28,5	33	25,1
Proprietário	0	0	5	28,2	2	48,5
População Total	41	27,9	132	25,0	463	25,9
MULHERES						
Profissão do pai	1660-1809		1810-1929		1930-1995	
	Obs.	Média	Obs.	Média	Obs.	Média
Artífice	2	25,0	7	22,1	5	27,6
Caseiro	0	0	4	25,5	0	0
Jornaleiro	0	0	11	26,5	3	24,3
Lavrador	3	30,0	3	27,7	3	20,3
Operário	0	0	2	24,5	33	22,7
Proprietário	0	0	5	22,8	2	37,0
População Total	113	27,3	226	25,6	469	24,2

No período compreendido entre 1660 e 1809, os filhos dos lavradores, e os dos artífices casam mais tarde que o resto da população masculina.

As mulheres do agregado populacional de Avidos mostram, para o mesmo período, comportamentos algo diversos dos manifestados pelos homens. Desta forma, as filhas dos artífices casam cerca de dois anos antes da população geral (que o faz aos 27,3). Quanto às filhas dos lavradores¹³⁹, estas, tal como os seus irmãos, esperam à volta de três anos mais para contraírem matrimónio.

Para o lapso temporal de 1810 a 1995, que dividimos em dois períodos, a amostra tem mais significância. Detenhamo-nos no primeiro período (1810-1929). A tendência mantém-se, ou seja, a

139 - Gaspar Martins Pereira e Jorge Fernandes Alves, em «Comportamentos nupciais na terra da Maia em fins do antigo regime», in *Cadernos de Ciências Sociais* (8-9), referem a páginas 9, que também os homens do grupo dos lavradores se casavam mais tarde que os jornaleiros e artesãos enquanto as mulheres o faziam mais cedo.

população geral, (cuja média é de 25 anos) casa mais precocemente que os filhos dos artífices (25,3) e dos lavradores (41,7), se bem que para os primeiros a diferença seja mínima. Os filhos dos operários vêm a consorciar-se também mais tardiamente (28,5). No que respeita aos filhos dos caseiros e jornaleiros, há uma maior aproximação à média da população, sendo que para os primeiros a média é de 26,5 e para os segundos 26,1. Os filhos dos artífices deverão primeiramente aprender a profissão do pai e depois terão possibilidade de se consorciar e viver autonomamente. Os filhos dos proprietários e lavradores aguardarão mais tempo para se casarem, pois a situação económico-social que detinha a família, exigiria consorte à sua altura. Em Barcelinhos¹⁴⁰, os filhos dos proprietários vêm a casar também mais tardiamente que o resto da população, embora esse comportamento não ocorra com os filhos dos artífices e dos lavradores.

Para o sexo feminino, vemos desenhar-se um cenário igual ao do primeiro período para este sexo, isto é, as filhas dos artífices casam primeiro (22,1 anos) que a população em geral (25,6 anos) sendo que as filhas dos lavradores o fazem mais tarde (27,7). As filhas dos caseiros aproximam-se da média da população (25,5 anos) Quanto às filhas dos jornaleiros (26,5 anos) e dos operários (24,5 anos) distanciam-se da média aproximadamente um ano, ou seja, as filhas dos jornaleiros casam-se cerca de um ano mais tarde, e as filhas dos operários fazem-no à volta de um ano mais cedo. Já as filhas dos proprietários (22,8), ao invés do que acontecia com os seus irmãos, casavam-se quase três anos mais cedo. As filhas dos caseiros aproximam-se muito da média de idades para o total da população.

Como vemos, o xadrez é diverso do registado para o sexo masculino. Será que as filhas dos mais ricos seriam mais cortejadas, quer por filhos da terra, quer por rapazes de fora, por constituírem bons partidos, daí o casamento mais precoce?

O último período, ou seja o século XX, a partir do segundo trintênio, configura-se nos idiossincrásico. Assim, para o sexo masculino, vemos que também os filhos dos artífices (27,8 anos) e dos proprietários (48,5 anos) casam mais tarde que a população em geral (esta fá-lo em média aos 25,9 anos). Os filhos dos lavradores, contudo, casam mais cedo (24 anos), e se compararmos a idade média ao casamento destes no período em análise com o período anterior, que anos de diferença! Os filhos dos operários (25,1) fazem-no uns meses mais cedo que a média.

E que acontece para o sexo feminino? As filhas dos artífices ao casarem em média aos 27,6 anos, mantêm como no período anterior, uma idade média mais alta, (a média de idades para este período é de 24,2 anos), o mesmo não acontecendo com as filhas dos lavradores, que são das que têm uma idade média mais baixa ao matrimónio (20,3 anos). As filhas dos jornaleiros ao casarem em média aos 24,3 anos aproximam-se da média geral. As filhas dos operários mantêm a tendência do período anterior para casar mais cedo (22,7 anos). Contudo, as filhas dos proprietários casam ao contrário do que ocorria no pretérito período, muito mais tarde, ou seja aos 37 anos (tenha-se em conta, porém, o número escasso de observações).

140 - Cf. Inês Martins de Faria, *Op. cit.*, p. 88.

Que razões aduzir? Ana Sílvia Volpi Scott coloca também esta interrogação quando analisa a comunidade de Ronfe no âmbito temporal do século XIX, aventando que talvez o crescimento da população tivesse atingido «os limites dos recursos da terra da freguesia, dificultando a sua inserção e manutenção, após o casamento no grupo social de origem¹⁴¹».

Se compararmos os dois sexos, neste período, retiramos como ideias de fundo, que os filhos e filhas dos artífices e proprietários casam tarde, os filhos e filhas dos jornaleiros e operários casam ambos em idades mais baixas que o geral, bem como os filhos e filhas dos lavradores.

1.4 Repartição por grupos de idade ao primeiro casamento

Pensamos ser elemento adjuvante para entendermos os comportamentos e necessariamente as alterações, estudarmos como se distribuem os homens e as mulheres por grupos de idade de acesso ao primeiro casamento.

QUADRO 13
REPARTIÇÃO POR GRUPOS DE IDADE AO 1º CASAMENTO
(NÚMEROS PROPORCIONAIS)

Grupos de Idade	HOMENS						MULHERES					
	1660-1809		1810-1929		1930-1995		1660-1809		1810-1929		1930-1995	
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
15 – 19	1	1,9	4	2,2	10	2,0	18	14,0	31	11,0	47	9,5
20 – 24	13	24,1	64	36,0	198	40,0	43	33,3	107	37,9	260	52,6
25 – 29	17	31,5	54	30,3	215	43,4	33	25,6	83	29,4	131	26,5
30 – 34	15	27,8	32	18,0	48	9,7	16	12,4	28	9,9	35	7,1
35 – 39	4	7,4	10	5,6	12	2,4	11	8,5	17	6,0	9	1,8
40 – 44	3	5,6	3	1,7	3	0,6	6	4,7	6	2,1	3	0,6
45 – 49	0	0,0	5	2,8	5	1,0	2	1,6	7	2,5	3	0,6
50 e mais	1	1,9	6	3,4	4	0,8	0	0,0	3	1,1	6	1,2

141 - Cf. da autora, *Famílias, formas de união...* Op. cit., p. 223.

Analisando o quadro que nos faz a distribuição por grupos de idade ao primeiro casamento, somos levados a constatar que os homens casaram no primeiro período primordialmente na faixa etária dos 25-29 anos. No século XIX e inícios do século XX tiveram preferência por casar um pouco mais cedo, ou seja, 36% dos homens escolhe os 20-24 anos para casar, contra os 30,3% que prefere casar entre os 25-29 anos. A partir dos anos trinta do século XX, e até 1995, o casamento realiza-se predominantemente entre os 25-29 anos.

As mulheres casam nos três períodos preferencialmente entre os 20-24 anos, o que explica a idade média ao casamento inferior à masculina, excepção feita para um pequeno período do século XVIII. O grupo dos 25-29 anos vem logo a seguir, havendo poucas que casaram pela primeira vez em idades subsequentes. Os 30-34 anos de idade, ao invés dos homens, não têm significância.

1.5 Idades combinadas dos nubentes celibatários

A nossa opção foi a divisão em três períodos, um cobrindo a segunda metade do século XVII e indo até inícios do século XIX, outro abarcando este último século e o primeiro quartel do século XX, e o último fazendo a leitura dos derradeiros 60 anos.

QUADRO 14
TABELA DE IDADES COMBINADAS DOS NUBENTES CELIBATÁRIOS
(3 PERÍODOS)

1660-1809									
HOMENS									
MULHERES	15 - 19	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	40 - 44	45 - 49	50 +	Totais
15 - 19	5,6	0,0	11,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	16,7
20 - 24	0,0	16,7	0,0	16,7	0,0	0,0	0,0	0,0	33,3
25 - 29	0,0	5,6	5,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11,1
30 - 34	0,0	0,0	11,1	11,1	0,0	5,6	0,0	0,0	27,8
35 - 39	0,0	0,0	5,6	0,0	5,6	0,0	0,0	0,0	11,1
40 - 44	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
45 - 49	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
50 e mais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAIS	5,6	22,2	33,3	27,8	5,6	5,6	0,0	0,0	100,0
1810-1929									
15 - 19	0,0	7,4	2,9	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	11,8
20 - 24	2,9	26,5	14,7	5,9	0,0	1,5	0,0	0,0	51,5
25 - 29	0,0	2,9	4,4	5,9	2,9	0,0	1,5	2,9	20,6
30 - 34	0,0	2,9	1,5	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	5,9
35 - 39	0,0	0,0	0,0	4,4	0,0	0,0	0,0	1,5	5,9
40 - 44	0,0	0,0	1,5	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	2,9
45 - 49	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5	0,0	1,5
50 e mais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Totais	2,9	39,7	25,0	20,6	2,9	1,5	2,9	4,4	100,0
1930-1995									
15 - 19	1,4	6,4	5,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	13,6
20 - 24	0,7	32,1	19,3	2,9	0,0	0,0	0,0	0,7	55,7
25 - 29	0,0	5,7	13,6	5,0	0,7	0,0	0,0	0,0	25,0
30 - 34	0,0	0,0	1,4	1,4	0,7	0,0	0,7	0,0	4,3
35 - 39	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7
40 - 44	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
45 - 49	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
50 +	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	0,7
Totais	2,1	44,3	39,3	10,7	1,4	0,0	1,4	0,7	100,0

Para o período de 1660-1809, encontramos uniões mais frequentes entre homens e mulheres do mesmo grupo etário, 20-24 anos, com 16,7% de todos os casamentos, e homens de 30-34 anos com mulheres de 20-24, igualmente com 16,7%, homens de 25-29 anos com mulheres de 15-19, 11,1%, homens de 25-29 com mulheres de 30-34, com igual percentagem, e homens de 30-34 com mulheres da mesma idade em 11,1% de todos os casamentos.

A tendência é o casamento de mulheres ou do mesmo grupo etário ou mulheres mais novas que os homens.

No segundo período, os casamentos preferenciais são os de homens e mulheres na faixa etária dos 20-24 anos, com 26,5% e homens de 25-29 anos com mulheres de 20-24 anos, registando-se 14,7 % destes últimos casamentos.

No terceiro período, a maioria dos casamentos ocorreu entre homens e mulheres do mesmo grupo etário, 32,1% entre homens e mulheres dos 20-24 anos, e 13,6% de uniões entre homens e mulheres dos 25-29. Só se registando 19,3% de uniões entre homens dos 25-29 anos e mulheres dos 20-24.

Assim, mais de 50% dos casamentos ocorridos nos últimos 65 anos foi entre noivos da mesma idade. A primazia dada às mulheres mais novas é também uma realidade.

Os casamentos nesta paróquia tiveram lugar nos três períodos, preferencialmente entre homens e mulheres do grupo etário dos 20-24 anos, embora os quantitativos sejam diferentes como atrás se deixou expresso.

1.6 Posição relativa dos nubentes celibatários

Retirando o século XVII, em que só se regista uma observação, vemos que é no século XX e XVIII (por ordem de grandeza), que os casamentos em Avidos ocorrem na maioria com homens e mulheres da mesma idade, surgindo uma quebra neste comportamento no século XIX e primeiro quartel do século XX. É, todavia, visível que nesta paróquia, e no período estudado, a tendência é para as uniões entre homens e mulheres do mesmo grupo de idades.

QUADRO 15
POSIÇÃO RELATIVA DOS NUBENTES CELIBATÁRIOS

	1660-1809	1810-1929	1930-1995
Mesmo grupo etário	44,4	33,8	48,9
Homens mais velhos	33,3	48,5	41,8
Mulheres mais velhas	22,2	17,6	9,2

O grupo de uniões em que o homem é mais velho é também bastante representativo em todos os períodos, outro tanto não acontecendo para os casamentos em que a mulher é mais velha.

Ao contrário dos comportamentos registados em duas paróquias do Minho, Cervães¹⁴², e Facha¹⁴³ as mulheres de Avidos tiveram menos hipótese de casar com homens mais novos, ocorrendo o valor mais baixo (9,2%), já no século XX.

Em síntese, os comportamentos foram-se alterando, pois se no século XVIII¹⁴⁴ e no século XX, a maior percentagem de uniões dos nubentes celibatários ocorre entre homens e mulheres do mesmo grupo, já, no século XIX, são as uniões em que o homem é mais velho, que figuram em maior número.

1.7 Estado civil anterior dos nubentes

No longo período estudado, que dividimos em três sub-períodos, concluímos que escassos são os viúvos que se recasam, e muito menor é a proporção de viúvas.

QUADRO 16
ESTADO CIVIL ANTERIOR DOS NUBENTES

Estado Civil	1660-1809		1810-1929		1930-1995	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Solteiras	438	96,9	778	97,5	1522	99,3
Viúvas	14	3,1	20	2,5	10	0,7
Solteiros	423	93,6	756	94,7	1508	98,4
Viúvos	29	6,4	42	5,3	24	1,6
Nº Casamentos	452		798		1532	

Tenhamos uma panorâmica sobre o que acontece noutras paróquias portuguesas, quer continentais, quer insulares, começando pelo Minho. Para Guimarães, os valores para o Antigo Regime são para os homens 11,7%¹⁴⁵, para Alvíto S. Pedro (Barcelos) encontramos 20,2%¹⁴⁶, Barcelinhos (Barcelos) fica-se nos 9,4%¹⁴⁷, e a Facha¹⁴⁸ (Ponte de Lima), queda-se nos 7,2%.

142 - Maria Cecília Ribeiro de Azevedo Barbosa, *Op. cit.*, pp. 54 - 55.

143 - Maria Armanda Loureiro Machado, *Op. cit.*, pp. 40 - 41.

144 - Na zona rural de Guimarães, Maria Norberta Amorim encontra para o século XVIII (1720-1779), percentagens superiores de uniões de mulheres com homens mais velhos (42%). Para o período posterior, (finais do século XVIII e princípios do século XIX), são as uniões entre homens e mulheres do mesmo grupo etário que predominam (41,9%). Maria Norberta Amorim, *Guimarães 1580-1819...*, *Op. cit.*, p. 122.

145 - *Id.*, *ib.*

146 - Fernando António da Silva Miranda, *Op. cit.*, p. 84.

147 - Período de 1661 a 1830. Média calculada por nós.

148 - Maria Armanda Loureiro Machado, *Op. cit.*, p. 41.

Nas paróquias transmontanas de Cardanha, Rebordãos e Poiares os valores são de 29%, 20 e 19%¹⁴⁹, respectivamente.

E para o Sul do Pico¹⁵⁰? Os valores são de 11,4%, enquanto Avidos se queda nos 6,4%.

Como constatamos, há maior proximidade de comportamentos entre Avidos, Facha e Barcelinhos.

Para épocas mais recentes, o elevado número de solteiros e solteiras, que acedem ao casamento, sempre em percentagens que ultrapassam os 90%, encontram semelhança com a paróquia da Facha¹⁵¹, exceção feita para o período de 1830-1879, em que os viúvos que recasam atingem 11,8% na Facha, contra os 5,3% de 1810-1929, em Avidos.

A diminuta proporção de recasamentos levanta-nos algumas interrogações. A sociedade imporia travões aos viúvos, nomeadamente às viúvas, seriam eles penalizados pela *vox populi*, a comunidade poria entraves a que os viúvos dificilmente deixariam de ser permeáveis? O mercado matrimonial ser-lhes-ia desfavorável, uma vez que havendo solteiras, as viúvas seriam a última escolha? Ou a esperança de vida seria elevada?

E porque recasariam mais os viúvos que as viúvas? Estariam estes últimos mais dependentes de um novo casamento para o equilíbrio familiar, cuidados com os filhos, economia e lides domésticas, um braço com quem partilhar também as tarefas do amanho dos campos¹⁵²? Seriam os casamentos dos viúvos menos estigmatizantes que os das viúvas? Não teriam estas tantas possibilidades de acesso ao matrimónio como os viúvos?

1.8 Contraentes segundo o estado civil combinado

A tendência verificada ao longo dos três períodos é para aumentar o casamento entre solteiros, o que é corroborado por outras paróquias já estudadas, de que destacamos paróquias minhotas e transmontanas.

Enquadradas na primeira região geográfica, e no âmbito temporal do século XVIII, Norberta Amorim¹⁵³, aponta valores de 80% nas paróquias por ela estudadas de Guimarães, para Cervães (Vila Verde) Maria Cecília Barbosa¹⁵⁴ encontra 80,2%, Fernando Miranda¹⁵⁵ para a mesma época,

149 - Maria Norberta Amorim, *Evolução demográfica...*, *Op. cit.*, p. 98.

150 - *Id.*, *ib.*

151 - Maria Armanda Loureiro Machado, *Op. cit.*, p. 41.

152 - A percentagem de viúvas a contrair casamento é também menor que a de viúvos nas paróquias de Cardanha, Rebordãos e Poiares (8,10 e 12%), Guimarães zona rural 4,6%, zona mista 5,8% e zona urbana 8%, bem como no Sul do Pico (6,6%). Cf. Maria Norberta Amorim, *Evolução demográfica de três paróquias...*, *Op. cit.*, p. 99. Para Barcelinhos só 4,63 (média calculada por nós para o período compreendido entre 1661 e 1830), para a Facha é de 2,0%, e, para Alvíto S. Pedro e Anxa os valores oscilam entre os 4,7 e os 3,6%.

153 - Maria Norberta Amorim, *Evolução demográfica de três paróquias...*, *Op. cit.*, p. 100.

154 - Cf. da autora, *Op. cit.*, p. 56.

155 - *Id.*, p. 81.

refere 75,9% para Alvito S. Pedro (Barcelos), Inês Faria¹⁵⁶, para Barcelinhos (Barcelos), vê percentagens acima dos 80%, e para a Facha (Ponte de Lima), Maria Arminda Machado¹⁵⁷ indica-nos comportamentos similares, com 86,5%.

Para as paróquias de Trás-os Montes já reconstituídas, Norberta Amorim¹⁵⁸ refere os valores de 74%.

Avidos, com os seus 91,6%, encontra-se dentro desta tendência, aproximando-se mais da Facha e Cervães.

QUADRO 17
CONTRAENTES SEGUNDO ESTADO CIVIL COMBINADO

	SOLTEIROS			VIÚVOS		
	1660-1809	1810-1929	1930-1995	1660-1809	1810-1929	1930-1995
SOLTEIRAS	(414) 91,6	(743) 93,1	(1503) 98,1	(24) 5,3	(35) 4,4	(19) 1,2
VIÚVAS	(9) 2,0	(13) 1,6	(5) 0,3	(5) 1,1	(7) 0,9	(5) 0,3

O casamento de solteiros com viúvas tende a diminuir sendo no primeiro período de 2%, no segundo de 1,6% e no período de 1930-1995, de escassos 0,3%.

A união de viúvos com solteiras é baixa, também com tendência a ir diminuindo, sendo de 5,3% no primeiro período, que foi o que registou maior número dessas uniões, para se ficar em 1,2% no derradeiro período estudado.

O casamento de viúvos com viúvas não conquistou grandes adeptos, havendo um declínio também ao longo dos três períodos em análise, indo de 1,1%, para 0,9%, e confinando-se no terceiro período nos 0,3%, a exemplo do que aconteceu em igual período para o agrupamento dos solteiros com viúvas, com valores de 2, 1,6 e 0,3% ao longo dos três períodos.

Como razão explicativa para o decréscimo de casamentos de viúvos de ambos os sexos, aventamos o aumento de esperança de vida, que se tornou uma realidade para épocas mais recentes.

As viúvas, nesta paróquia, encontram, como já anteriormente referimos, poucas probabilidades de recasamento, e cada vez se vai fechando mais o mercado matrimonial para estas mulheres, que terão de esperar a morte sem companheiro que possa partilhar com elas o resto dos seus dias, o que, dado o contexto da comunidade em análise, não nos suscita surpresa, pois, uma teia de indicadores se conjugam para dar substância a tal situação, desde relação de masculinidade, a maior esperança de vida para as mulheres, entre outros.

156 - Inês Martins de Faria, *Op. cit.*, pp. 92 - 93.

157 - Cf. da autora, *Op. cit.*, p. 42.

158 - Maria Norberta Amorim, *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo demográfico*, Lisboa, I.N.I.C., 1987, pp. 127 - 129.

1.9 Intervalo entre a viuvez e o posterior casamento

Com uma percentagem reduzida de viúvos que voltam a casar, registam-se, não obstante, atitudes diferentes, quer no que concerne aos diversos períodos, quer no que respeita aos dois sexos.

QUADRO 18
INTERVALO ENTRE A VIUVEZ E ULTERIOR CASAMENTO

DURAÇÃO	Nº ABSOLUTOS			
	1660-1809		1810-1995	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
Menos de 3 meses	2	0	1	0
Menos de 6 meses	3	0	1	0
Menos de 1 ano	4	0	6	1
Menos de 2 anos	8	2	12	3
Menos de 3 anos	10	2	16	5
Menos de 4 anos	11	2	17	7
Menos de 5 anos	11	2	17	7
Mais de 5 anos	4	0	3	4
	%			
Menos de 3 meses	3,8	0,0	1,4	0,0
Menos de 6 meses	5,7	0,0	1,4	0,0
Menos de 1 ano	7,6	0,0	8,2	3,7
Menos de 2 anos	15,1	25,0	16,4	11,1
Menos de 3 anos	18,9	25,0	21,9	18,5
Menos de 4 anos	20,8	25,0	23,3	25,9
Menos de 5 anos	20,8	25,0	23,3	25,9
Mais de 5 anos	7,6	0,0	4,1	14,8

Entre 1660 e 1809, nenhuma mulher casou durante o primeiro ano de viuvez, só voltando a fazê-lo entre um e quatro anos após o óbito do primeiro marido.

A pressão social far-se-ia porventura sentir mais sobre as mulheres, não teriam tantas dificuldades para criar os filhos menores, teriam maior espírito de sacrifício?

Alguns homens voltam a casar pouco tempo depois da morte da primeira mulher, aos seis meses ou um ano de viuvez, embora o maior número o faça passado mais tempo. A criação dos filhos seria talvez razão de relevo para um recasamento, bem como "o arrimo", que a mulher lhe permitiria, facilitando as lides domésticas e porventura o trabalho no campo.

A maior percentagem volta a casar decorridos que foram dois anos, após a morte do cônjuge, havendo um reduzido número que escolhe casar-se quando já passaram mais de cinco anos.

No segundo período, há uma viúva que voltou a casar antes de ter passado um ano do falecimento do primeiro marido.

Diminui a percentagem de homens que casa antes de transcorrido um ano sobre a morte da mulher, registando-se recasamentos entre os três meses e menos de um ano a seguir à viuvez, embora só um viúvo refaça a sua vida de casado em menos de três meses após a morte da mulher, e outro em menos de seis meses. Para o período em análise (1810-1995), só três homens (4,1%) se voltam a casar após cinco anos de viuvez e apenas quatro mulheres (14,8%).

A maior percentagem, quer de homens, quer de mulheres, aguarda um ano para voltar a casar.

Os homens recasam preferencialmente passados dois anos após a morte da mulher, escolhendo fazê-lo a maioria entre os dois anos e menos que cinco anos após a viuvez.

As mulheres elegem também os períodos após os dois anos do passamento do cônjuge.

1.10 Idade média dos viúvos a um novo casamento

A idade média dos viúvos a um novo casamento afigura-se-nos bastante alta, 42,8 anos para as mulheres, e 49,1 anos para os homens, considerando todo o período estudado.

Com excepção do primeiro período (1660-1809) são sempre as mulheres a casar em idades mais baixas.

QUADRO 19
IDADE MÉDIA DOS VIÚVOS AO NOVO CASAMENTO

	1660-1809	1810-1929	1930-1995	Total
MULHERES	(3) 51,7	(9) 40,8	(3) 37,7	(15) 42,3
HOMENS	(4) 41,8	(8) 51,1	(5) 50	(17) 48,6

No segundo período (1810-1929) diminui a idade média das mulheres a um novo casamento (40,8 anos), aumentando, contudo, a dos homens (51,1 anos). No último período (1930-1995), a idade média do sexo feminino continua a descer, e a do sexo masculino também baixa em função do período anterior.

Como tendência, é notória a relação inversa entre sexos até finais dos anos vinte do século XX. Deste modo, a idade média dos viúvos a um novo casamento aumenta do primeiro para o último período, sendo que as mulheres mais velhas têm cada vez menores possibilidades de voltar a casar, à medida que os séculos decorrem.

Façamos uma análise comparativa para o primeiro período, voltando a considerar a região geográfica do Minho primeiro, e alargando o nosso horizonte também ao Portugal insular.

Na zona rural de Guimarães (1710-1819)¹⁵⁹, encontramos 42,2 e 33,3 anos respectivamente para o sexo masculino e feminino. Para Cervães¹⁶⁰, nos períodos de 1695-1749 e 1750-1809, vemos para os homens 37,9 e 36,5 e para as mulheres 37,5 e 38,2. Para Barcelinhos¹⁶¹ no decurso temporal de 1650-1750 encontramos para o sexo masculino 35,5 e feminino 40,7 e para o período de 1751-1831, 40,5 e 39,7 respectivamente para os homens e mulheres. Para a Facha,¹⁶² no período de 1720-1830, temos para os homens 38,4 e mulheres 33,0, e entre 1880-1989 encontramos para o sexo feminino 47,1 e para o sexo feminino 35,1.

Para o Sul do Pico¹⁶³, a idade média dos viúvos é de 43 anos e as as mulheres ficam nos 37,9, no período de 1720-1809. Já, para o período ulterior (1810-1889), os valores são respectivamente de 45,4 e 36,8, sendo no derradeiro (1890-1979) de 44,8 e 37,9 anos.

Que razões terão levado ao recasamento tão tardio? Constrangimento social mormente mais notório para as mulheres nos séculos XVII e XVIII, maior sobrevivência¹⁶⁴ dos adultos que os leva a enviuvar tarde? A espera que os filhos cresçam e só quando estes debandam se decidem a procurar companhia?

1.11 Celibato definitivo¹⁶⁵

Poderia dizer-se que existe toda uma cultura feminina do celibato no Noroeste de Portugal, e é óbvia que está muito longe de ser considerada uma situação infeliz¹⁶⁶.

A opção por ficar solteiro¹⁶⁷ carrega tanto motivações de índole pessoal, como outras de natureza sócio-económica e cultural, referindo Caroline Brettell¹⁶⁸ três factores «que parecem intervir entre a estrutura social e a nupcialidade: a viabilidade do casamento, a existência de pares disponíveis e a vantagem do casamento». O primeiro factor implica condições económicas, o segundo tem

159 - Maria Norberta Amorim, *Guimarães 1580-1819...*, Op. cit., p. 131.

160 - Maria Cecilia Ribeiro de Azevedo Barbosa, Op. cit., p. 57.

161 - Inês Martins de Faria, Op. cit., p. 102. Estes dados reportam-se aos naturais da paróquia em apreço.

162 - Maria Arminda Loureiro Machado, Op. cit., p. 43.

163 - Maria Norberta Amorim, *Evolução demográfica...*, Op. cit., p. 100.

164 - A esperança de vida ajudar-nos-á a explicar estes resultados.

165 - Para o estudo do celibato definitivo, calculámos a percentagem de indivíduos solteiros, que em cada sexo tinham 50 ou mais anos de idade ao óbito, relativamente ao total por sexos de todos os falecidos no mesmo grupo etário. Aqui, obstaculizou o facto de os redactores paroquiais "se esquecerem" amiúde, de indicar o estado civil ao óbito, e também o sub-registo da mortalidade no período anterior ao século XIX.

166 - Cf. da autora, *Homens que partem, mulheres que esperam, consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1991, p. 162.

167 - Não poderemos deixar de ter em conta que devido à natureza das fontes, para antes de 1860, desconhecemos a idade de muitos indivíduos incluídos na categoria de solteiros, pelo que essa data tal como refere Caroline Brettell, Op. cit. p. 149, dos que morreram solteiros deverá ser considerada com alguma reserva.

168 - Apud Ruth Dixon «Explaining cross-cultural variation in age at marriage and proportions never marrying», in *Population Studies* n.º 25, pp. 215 - 233.

que ver com a estrutura demográfica e o terceiro, com características culturais. O sistema de herança, de acordo com a autora, terá influenciado opções de nupcialidade, notando-se uma correlação forte entre grande celibato definitivo¹⁶⁹ e passagem da terra para um único herdeiro e entre celibato definitivo reduzido e divisão da terra pelos diversos herdeiros.

No Noroeste de Portugal, o celibato definitivo relativamente alto, mormente no sexo feminino, associa-se à tendência para a divisão da herança pelos herdeiros, após designação do herdeiro beneficiado com o terço.

Querendo calcular esta variável para a paróquia de Avidos, efectuámos alguns ensaios com um grupo menos amplo de gerações, tendo encontrado, para os períodos que se apresentam, um equilíbrio mais visível.

Como procedimento para o cálculo do celibato definitivo, fomos ver em cada sexo, por gerações (análise longitudinal), ou por períodos (análise transversal), os indivíduos que morreram no estado de solteiros com idade igual ou superior aos cinquenta anos, e estabelecemos a proporção destes em relação a todos os indivíduos falecidos na mesma faixa etária, independentemente do estado civil.

QUADRO 20
CELIBATO DEFINITIVO
(OBSERVAÇÃO LONGITUDINAL)

PERÍODO	TOTAL HOMENS	SOLTEIROS	%	TOTAL MULHERES	SOLTEIRAS	%
1660-1709	5	0	0,0	23	7	30,4
1710-1809	33	1	3,0	33	5	15,1
1810-1879	74	10	13,5	88	15	17,0
1880-1945	68	10	14,7	65	13	20,0

O celibato definitivo feminino foi maior para as gerações nascidas no século XVII, e o período compreendido entre finais do século XIX¹⁷⁰ e meados do século XX, pese embora não possamos deixar de ter em conta a escassez da observação.

De notar, que nestes séculos, 30 entre cada 100 mulheres e 20 entre cada 100 mulheres não chegam a casar¹⁷¹.

O celibato definitivo masculino foi aumentando, atingindo o seu ponto mais alto no último período.

169 - Outro tanto acontece com a emigração, que tende a crescer quando há um só herdeiro beneficiado.

170 - Veja-se capítulo sobre mobilidade.

171 - Norberta Amorim em trabalho recente sobre os comportamentos demográficos no Minho, faz alusão ao peso do celibato definitivo feminino nesta região. Cf. «O Minho: comportamentos demográficos através da informação paroquial», in *Ler História*, n.º 36, 1999, p. 24.

Numa análise transversal, poderemos abarcar o período mais próximo. Ao interpretar o quadro, vemos que foi no século XVIII e XIX que mais mulheres ficaram solteiras. Quanto ao sexo masculino, o celibato é mais marcado nas duas primeiras décadas do século XX.

QUADRO 21
CELIBATO DEFINITIVO
(OBSERVAÇÃO TRANSVERSAL)

PERÍODO	TOTAL HOMENS	SOLTEIROS	%	TOTAL MULHERES	SOLTEIRAS	%
1722-1899	43	1	2,3	77	15	19,4
1900-1921	18	4	22,2	17	4	23,5
1900-1979	100	16	16,0	102	17	16,7

Tomando como comparação as paróquias minhotas de Cervães, Alvito S. Pedro, Barcelinhos e Facha, bem como a de São Tiago de Ronfe¹⁷² e de Santa Eulália também no Minho¹⁷³, parece-nos ter havido um celibato definitivo masculino relativamente mais baixo em Avidos. Destas paróquias, é com a Facha (Ponte de Lima)¹⁷⁴ que Avidos¹⁷⁵ manifesta uma maior aproximação de comportamentos. Encontramos para a Facha no período de 1800-1989, valores oscilando entre 12,2 e 16,1% , no que concerne aos homens, e para as mulheres os valores extremos são respectivamente de 37,6 e 46,7%.

Desta forma, concluímos que o celibato definitivo, por escolha própria, ou ditado pelas circunstâncias, alcançou valores significativos na comunidade avidense, com predomínio para as mulheres¹⁷⁶, que acusariam o peso do seu número dilatado em relação ao outro sexo. A oportunidade para casar foi sempre em seu desfavor.

É, pois, o sexo feminino aquele que tem menos possibilidades no mercado matrimonial. Para os homens, casar era uma opção que se nos parece mais facilitada, quer sob o ponto de vista social, quer económico.

172 - Num estudo geracional, encontramos para o período entre 1651 e 1900, valores que oscilam para as mulheres entre 42,3 e 10,3%, sendo que, para o Antigo Regime, o valor mais baixo se cifrou nos 26,0% para este sexo, e, para os homens, oscilou entre 23,4 e 4,3%. Cf. Ana Silvia Volpi Scott, *Famílias, formas de união...*, *Op. cit.*, p. 224.

173 - No período compreendido entre 1860-1899, o celibato definitivo masculino é de 27,4% para as mulheres e de 10,4% para os homens. Já, para o período de 1890-1970, este cifra-se em 31,1% para o sexo feminino, e 8,3% para o sexo masculino. Cf. Caroline B. Brettell, *Op. cit.*, p. 150.

174 - Maria Arminda Loureiro Machado, *Op. cit.*, p. 48.

175 - Interessa ter em conta a natureza reduzida da amostra em relação a Avidos.

176 - A mortalidade infantil com mais incidência no sexo masculino e/ou a maior mobilidade dos homens teriam pesado?

Numa relação entre a idade média ao casamento e o celibato definitivo parece confirmar-se o que Hajnal refere «a baixa idade média ao casamento corresponde uma descida no celibato¹⁷⁷».

Em Avidos surge-nos uma alta idade média ao casamento e um celibato definitivo também alto. Pese embora a periodização registar diferenças, uma vez que tivemos necessidade de aglutinar os dados relativos ao século XVII e XIX, os valores apresentados por Norberta Amorim em trabalho recentemente dado à estampa, aproximam-se mais daqueles que a investigadora¹⁷⁸ nos dá a conhecer para St.^a Tecla – Celorico de Basto¹⁷⁹ no período compreendido entre 1750/1799, no que respeita ao celibato definitivo feminino e masculino, embora o celibato seja maior para a nossa comunidade.

O celibato definitivo terá que ser visto num conjunto multifactorial de natureza cultural, económica e demográfica.

Tal como para o Alto Minho, o aumento do número de mulheres que não casam poderá estar relacionado com o facto de muitas poderem ganhar o seu sustento sem a ajuda do marido, na faina dos campos, para além do auxílio dado aos pais, do desencorajar do casamento por parte destes, em virtude de temerem pela sorte das filhas com um mau casamento. Segundo Caroline Brettell, «o estigma imposto ao estado de solteira deveria ser mínimo, quando essa situação era tão comum como acontecia no Portugal rural, desde pelo menos o século XVII¹⁸⁰». Também nos fala da situação de dependência da mulher casada em relação ao marido, e de «um certo grau de economia¹⁸¹» das raparigas solteiras ao perfazerem 21 anos, situação consagrada no Código Civil.

Através de provérbios e canções populares próprios do Norte de Portugal, vê-se uma exaltação do celibato feminino.

1.11.1 Celibato definitivo: comportamento diferencial

Para podermos ter do fenómeno uma melhor compreensão, fomos ver como se comportavam os filhos e filhas dos avidenses de acordo com a profissão dos seus progenitores¹⁸². Considerámos o período de 1623 a 1910, para podermos fazer uma análise comparativa com uma paróquia próxima, Barcelinhos¹⁸³.

177 - J. Hajnal, *Op. cit.*, p. 106.

178 - Cf. da autora, «Uma População à procura de equilíbrio...», *Op. cit.*, p. 14.

179 - Esta comunidade foi estudada por Elza Maria Gonçalves Rodrigues de Carvalho. Cf. da autora, *O espaço rural em Basto (St.^a Tecla), passado, presente e futuro*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Guimarães, 1997, p. 37.

180 - Cf. da autora, *Op. cit.* p. 157.

181 - *Id.*, *ib.*

182 - No caso em apreço, do pai, em virtude de só em datas muito recentes termos acesso à profissão das mães.

183 - Inês Martins de Faria, *Op. cit.*, p. 109.

QUADRO 22
CELIBATO DEFINITIVO
COMPORTAMENTO DIFERENCIAL - 1623-1910

Profissão do pai	HOMENS			MULHERES		
	Total	solt.	%	Total	Solt.	%
Artífice	162	8	4,9	138	11	8
Cas. + Jor. + Mol.	132	7	5,3	123	7	5,7
Lav. + Pro.	141	17	12,1	136	23	16,9
Total da população	1329	56	4,2	1318	84	6,4

Passemos em análise os dados encontrados e depois façamos um cotejo com a paróquia em epígrafe.

Constatámos que eram os filhos e filhas dos lavradores e dos proprietários e os que permaneciam solteiros em maior número, o que poderia ter a ver entre outras razões com a herança e a sua forma de distribuição, com o facto de nem sempre arranjamem consorte à sua altura, bem como pela razão de poderem ser um capital de força de trabalho do agregado familiar.

Dos filhos e filhas dos artífices, caseiros, jornaleiros e moleiros, uma pequena parte não casava.

Na comunidade de Avidos e de Barcelinhos eram os filhos e filhas dos proprietários que ficavam em maior percentagem celibatários, contra valores baixos de celibato nos filhos dos artífices.

Havendo em Avidos uma idade média de acesso ao primeiro casamento e celibato definitivo altos, poderemos visionar muitos agregados familiares compostos por um número elevado de indivíduos, nomeadamente num cenário em que os filhos que não casaram ficariam no agregado onde o pai ou o irmão mais velho exerciam a liderança.

A saída da casa paterna e a debandada para outras terras configurou-se como outra opção, o que é patente no número de indivíduos mencionados pelo pároco como ausentes no período compreendido entre 8 de Agosto de 1808 e 16 de Novembro de 1834, que foram de sessenta e três, numa média de mais de dois habitantes por ano (a população seria, como vimos, em 1794 de 344 habitantes, segundo o Cadastro de Villas-Boas).

A relação entre recursos e população, numa terra de minifúndio, desfavorável para esta última, será factor a não negligenciar.

Numa comunidade em que predominava o elemento feminino em termos numéricos, não será de estranhar que muitas uniões tenham como consorte masculino um homem que veio de fora da paróquia.

Lancemos um olhar sobre este indicador.

1.12 Naturalidade dos nubentes

A comunidade de Avidos, de pequena dimensão, estaria condicionada a factores vários que dificultariam a escolha de parceiros para uma união. Por vezes, serão os seus habitantes constringidos a encontrar alternativa à união legítima, e a procurar o seu par à margem dos rituais de Roma, outras vezes fazem o seu casamento com consorte de fora.

Mas, onde foram procurar par? As relações vicinais terão conduzido a novos casamentos? Os noivos terão vindo de comunidades distantes? Os comportamentos alteraram-se ao longo do tempo?

A estas e outras questões tentaremos dar resposta.

Numa primeira análise fizemos uma repartição em períodos de vinte anos, ficando aí expreso a existência de um mercado matrimonial que se abre ao exterior.

QUADRO 23
NATURALIDADE DOS NUBENTES DO SEXO MASCULINO

PERÍODO	Nº ABSOLUTOS			%	
	NºCASAM.	NATURAIS	DE FORA	NATURAIS	DE FORA
1660-1679	13	6	7	46,1	53,9
1680-1699	35	4	31	11,4	88,6
1700-1719	19	3	16	15,8	84,2
1720-1739	30	8	22	26,7	73,3
1740-1759	20	4	16	20	80
1760-1779	38	14	24	36,8	63,2
1780-1799	50	17	33	34	66
1800-1819	37	7	30	18,9	81,1
1920-1839	42	12	30	28,6	71,4
1840-1859	41	10	31	24,4	75,6
1860-1879	61	11	50	18	82
1880-1899	77	25	52	32,5	67,5
1900-1919	109	31	78	28,4	71,6
1920-1939	125	28	97	22,4	77,6
1940-1959	228	76	152	33,3	66,7
1960-1979	425	148	277	34,8	65,2
1980-1995	337	83	254	24,6	75,4

Os homens de fora da paróquia sentem-se atraídos pela consecução das suas bodas em Avidos. De tal forma se constata a exogamia, que ao longo de todo o período nunca se registam taxas inferiores a 53,9%.

Os valores mais altos de casamentos de homens de fora com mulheres da paróquia tiveram lugar no vinténio de 1680-1699, com percentagens de 88,6%, e nos vinte anos subsequentes com 84,2% de homens de fora, que vêm escolher noiva em Avidos.

As mulheres preferiram casar na sua terra¹⁸⁴, ocorrendo a maior percentagem no vinténio de 1700-1719. A partir de 1900, vemos surgir mais mulheres de fora a entrar na paróquia de Avidos, ultrapassando os 60% no vinténio de 1960-1979.

QUADRO 24
NATURALIDADE DOS NUBENTES DO SEXO FEMININO

PERÍODO	Nº ABSOLUTOS			%	
	Nº CASAM.	NATURAIS	DE FORA	NATURAIS	DE FORA
1660-1679	13	11	2	84,6	15,4
1680-1699	35	22	13	62,9	37,1
1700-1719	19	16	3	84,2	15,8
1720-1739	30	19	11	63,3	36,7
1740-1759	20	12	8	60	40
1760-1779	38	19	19	50	50
1780-1799	50	29	21	58	42
1800-1819	37	23	14	62,2	37,8
1920-1839	42	28	14	66,7	33,3
1840-1859	41	27	14	65,9	34,1
1860-1879	61	41	20	67,2	32,8
1880-1899	77	46	31	59,7	40,3
1900-1919	109	46	63	42,2	57,8
1920-1939	125	60	65	48	52
1940-1959	228	97	131	42,5	57,5
1960-1979	425	149	276	35,1	64,9
1980-1995	337	145	192	43	57

É no decurso de 1660-1679 e 1700-1719 que a paróquia mais se fecha às mulheres de fora, ou antes, que o peso de nubentes femininas menos se faz sentir em Avidos, entrando respectivamente 15,4% e 15,8% de consortes femininas.

¹⁸⁴ - O casamento ocorria geralmente na terra onde a noiva residia.

A partir dos primeiros vinte anos de Setecentos, aumenta o número de mulheres, que vindas de outras paróquias, se casa em Avidos, embora não possamos dizer que a tendência para o aumento fosse progressiva.

Até ao século XX, com excepção do vintênio de 1760-1779, nunca atinge os 50%.

Numa repartição da observação em períodos mais longos, constatámos que até ao século XIX, 74% dos homens que casaram em Avidos, eram oriundos de outras freguesias, continuando a verificar-se a mesma tendência até aos anos trinta do século XX (73,5%), embora com um ligeiro decréscimo, e desde este trintênio até aos nossos dias, os valores percentuais regrediram, ficando-se nos 69,6%.

Quanto ao sexo feminino, foi sempre aumentando o número de mulheres alienígenas, ao longo dos séculos, cifrando-se nos 60,2% para o período entre 1930-1995.

QUADRO 25
NATURALIDADE DOS NUBENTES

Período	Homens					Mulheres				
	Naturais	% Nat.	De Fora	% de Fora	Total	Naturais	% Nat.	De Fora	% de Fora	Total
1660-1809	58	26,0	165	74,0	223	138	61,9	85	38,1	223
1810-1929	108	26,5	299	73,5	407	231	56,8	176	43,2	407
1930-1995	321	30,4	736	69,6	1057	421	39,8	636	60,2	1057

Para podermos ter uma imagem mais completa do mercado matrimonial, dividimos os 335 anos em análise, em 7 períodos, e procurámos saber se os nubentes masculinos provinham de paróquias do concelho ou de outras, bem como se os que vinham das paróquias do concelho pertenciam a paróquias vizinhas ou mais afastadas.

QUADRO 26
NATURALIDADE DOS NUBENTES DO SEXO MASCULINO

PERÍODO	N.º CAS.	AVIDOS	% DE AVIDOS	TOTAL FORA	% DE FORA	PARÓQUIAS DO CONCELHO				OUTRAS	
						Vizinhas	Outras				
1660-1709	58	12	20,7	46	79,3	8	13,8	14	24,1	24	41,4
1710-1759	59	13	22	46	78	10	16,9	6	10,2	30	30,8
1760-1809	106	33	31,1	73	68,9	15	14,1	13	12,3	45	42,5
1810-1859	102	27	26,5	75	73,5	22	21,6	25	24,5	28	27,5
1860-1909	190	52	27,4	138	72,6	42	22,1	36	18,9	60	31,6
1910-1959	410	119	29	291	71	53	12,9	73	17,8	165	40,2
1960-1995	762	231	30,3	531	69,7	82	10,8	41	5,9	408	53,5

Como vemos pelo quadro, dos sete períodos em que dividimos a nossa observação só em dois períodos nos surgem mais nubentes de freguesias pertencentes ao concelho.

Das freguesias do concelho, os rapazes que vieram arranjar consorte na freguesia de Avidos pertenciam maioritariamente à vizinha freguesia de Landim. Só no período de 1710-1759, encontramos mais nubentes do sexo masculino naturais de outra freguesia, a de Lagoa. Também no período subsequente, 1760-1809, os noivos que vieram desta última paróquia igualaram em número os de Landim. Palmeira e Cabeçudos trouxeram para Avidos também muitos mancebos que aqui casaram com raparigas da freguesia. Das outras paróquias do concelho, os nubentes vinham principalmente de Antas, Carreira, Ceide S. Paio e Requião.

Fora do concelho, foi a paróquia de Areias do concelho de Santo Tirso, que trouxe para Avidos mais rapazes que aqui vieram contrair matrimônio, seguindo-se a de Santo Tirso e de Sequeirô.

Interessa considerar que os comportamentos se vão alterando em relação a algumas freguesias, à medida que caminhamos no tempo, como aconteceu com Ceide S. Miguel, que só a partir de 1910, começa a registar a vinda de rapazes que vieram consorciar-se em Avidos, acontecendo que até esta data só houve três nubentes.

E quanto às mulheres de fora que vieram casar-se em Avidos? Terão também vindo preferencialmente das freguesias limítrofes? E destas, terão sido as do concelho que maior peso tiveram no número dos nubentes de fora, ou pelo contrário, não pertenciam ao concelho?

QUADRO 27
NATURALIDADE DOS NUBENTES DO SEXO FEMININO

PERÍODO	N.º CAS.	AVIDOS	% DE AVIDOS	TOTAL FORA	% DE FORA	PARÓQUIAS DO CONCELHO				OUTRAS	
						Vizinhas	Outras				
1660-1709	58	41	70,7	17	29,3	1	1,7	1	1,7	15	25,9
1710-1759	59	39	66,1	20	33,9	0	0	4	6,8	16	27,1
1760-1809	106	58	54,7	48	45,3	7	6,6	7	6,6	34	32,1
1810-1859	102	68	66,7	34	33,3	7	6,9	9	8,8	18	17,6
1860-1909	190	105	55,3	85	44,7	27	14,2	34	17,9	24	12,6
1910-1959	410	185	45,1	225	54,9	54	13,2	67	16,3	104	25,4
1960-1995	762	294	38,6	468	61,4	77	10,1	100	13,1	291	38,2

Das freguesias do concelho, é das limítrofes que mais mulheres vêm. Landim tem a primazia, e por ordem crescente, aparecem Lagoa e Cabeçudos. Mais afastadas encontramos Requião e Antas. De fora do concelho, é Areias e Palmeira, do vizinho concelho de Santo Tirso.

Até à segunda metade do século XIX, as mulheres de fora que casavam em Avidos, vinham principalmente e por ordem crescente, de Palmeira, Lagoa e Landim, todas elas freguesias limítrofes de Avidos. Ao longo de todo o período estudado, como podemos visionar no quadro, as noivas de

fora são maioritariamente oriundas de paróquias não pertencentes ao concelho de Vila Nova de Famalicão, com excepção do período compreendido entre 1860 e 1959.

2. Fecundidade

*No contexto da Europa Ocidental, a história da fecundidade em Portugal é ao mesmo tempo comum e única*¹⁸⁵.

À fecundidade estão ligados múltiplos factores, não só de natureza demográfica, mas outros que ultrapassam estas fronteiras.

O clima e a alimentação, comportamentos relacionados com a abstinência da prática sexual recomendada pela Igreja, em épocas como o Advento e a Quaresma, a aceitação ou libelo acusatório das práticas ante-nupciais, o aparecimento mais tardio ou mais precoce da menarca e da menopausa, a esterilidade quer feminina quer masculina, a prática e duração da amamentação mantêm uma relação estreita com a fecundidade.

Desta forma, uma rede de variáveis se interconectam, vindo nós, que ao processo de transição demográfica está ligado o sistema económico-social, mas também variáveis ditas culturais¹⁸⁶.

«A compreensão dos ritmos de vida das populações europeias parece exigir cada vez mais que a micro-análise demográfica ganhe novo fôlego não só no seu espaço tradicional, o período pré-estatístico, mas prolongando-se para a época contemporânea¹⁸⁷».

O estudo da fecundidade para além de trazer à colação políticas natalistas ou anti-natalistas, permite-nos chegar ao quando e ao porquê da transição de uma fecundidade natural, para uma fecundidade controlada. «O Baixo Minho, zona das mais precocemente industrializadas do País e de controle de nascimentos mais tardio, apresenta-se assim como um laboratório privilegiado para o estudo do complexo problema da reprodução humana e das variáveis a que se acha sujeito¹⁸⁸».

Quando falamos de fecundidade não nos é lícito olvidar a síntese de Michael W. Flinn¹⁸⁹ sobre a fecundidade no Antigo Regime, em que este refere a baixa taxa de fecundidade ilegítima registada por toda a Europa, bem como os estudos publicados por Peter Laslett nos anos setenta, encontrando o autor valores próximos dos 16% para as primeiras décadas do século XIX.

185 - Caroline Brettell, *Op. cit.*, p. 183.

186 - De acordo com João de Pina Cabral, o Minho caracteriza-se por uma identidade cultural que o individualiza. Cf. do autor, *Op. cit.*, p. 30.

187 - Maria Norberta Amorim, «Fecundidade legítima em longa duração. A especificidade de comportamentos no Baixo Minho (1680-1980)», in *Boletim da A.D.E.H.*, n.º XVI, 1988, p. 3.

188 - *Ib.*, p. 4.

189 - Cf. do autor, *Op. cit.*, p. 120.

O estudo da variável dos filhos nascidos fora do casamento, numa análise comparativa, foi feito por Peter Laslett num raio geográfico em que não ficou de fora a Europa Mediterrânica (Portugal, Espanha e Itália), pese embora os dados ainda escassos existentes para estes países.

Que aconteceu em Portugal, nomeadamente no Minho? Estamos neste momento em melhores condições para o sabermos, uma vez, que mais estudos têm sido produzidos sobre a variável fecundidade ilegítima. E, embora o número de bastardos seja significativo em termos globais, a válvula de escape da emigração veio jogar com o freio preventivo referido por Flinn¹⁹⁰.

Na comunidade de Avidos que cenário se desenhou? Quem nasceu? De que uniões provieram os filhos? Que significância teve o fenómeno da bastardia?

Tendo em conta estas interrogações, iremos estudar primeiro a reprodução biológica por via das uniões matrimoniais, e depois consideraremos os nascimentos ilegítimos.

Analisemos então alguns indicadores da fecundidade legítima.

2.1 Repartição dos nascimentos segundo os meses

Por via da análise da repartição dos nascimentos, poderemos apoderar-nos do conhecimento do ritmo das concepções e analisá-lo.

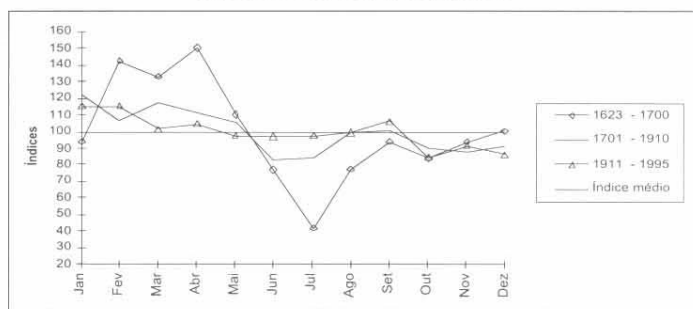
Aqui, teremos ensejo de também ver causas relacionadas com o ritmo sazonal das sementeiras ou colheitas, que não passam à margem de condições meteorológicas ou ambientais, e que não são de descartar quando se faz a análise dos comportamentos reprodutivos.

QUADRO 28
REPARTIÇÃO DOS NASCIMENTOS E DAS CONCEPÇÕES SEGUNDO OS MESES DO ANO
(ÍNDICES)

NASCIMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CONCEPÇÕES	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR
ÍNDICES												
PERÍODO												
1623 –1700	94,0	142,3	133,0	150,8	110,3	77,1	42,2	77,8	93,8	84,3	93,8	100,5
1701 –1910	121,8	107,0	117,3	111,0	105,9	82,9	84,2	100,0	100,8	89,6	88,0	91,6
1911 –1995	115,4	115,5	101,8	104,7	97,9	97,1	97,9	99,9	106,7	84,8	91,6	86,7

190 - Recorde-se que este autor alertara para o facto de as subsistências poderem não chegar para a população, caso não fosse controlada a fecundidade fora da união legítima.

GRÁFICO 2
SAZONALIDADE DOS NASCIMENTOS



A opção pela divisão do longo período estudado em três períodos de menor âmbito temporal, teve em conta ensaios efectuados, que nos mostraram algumas diferenças de comportamento.

Para o período de 1623-1700, é notório que os meses de mais nascimentos são os de Abril, Fevereiro e Março, correspondentes às concepções de Julho, Maio e Junho, e os meses em que menos crianças nasceram foram os de Julho e Junho, cujas concepções terão ocorrido em Outubro e Setembro.

Os dois meses com maior peso de concepções ter-se-ão prendido com uma maior decompressão das fainas agrícolas, dado que as sementeiras já se processaram e as colheitas ainda não tiveram lugar.

Por outro lado, os índices baixos de concepções em Outubro e Setembro, poderão estar correlacionados com a faina das colheitas que não predispunham a contactos sexuais, face às agruras dos trabalhos campestres e à intensidade dos mesmos¹⁹¹.

Para o período subsequente (1701-1910), nascem mais indivíduos nos meses de Janeiro, Março e Abril, ficando a pouca distância o mês de Fevereiro, o que corresponde à tendência do primeiro período (século XVII), com excepção do mês de Janeiro.

Estas crianças terão, então, sido geradas nos meses de Abril, Junho, Julho e Maio.

Os meses de Junho e Julho mantêm-se também como os de menor número de nascimentos, podendo-se considerar a hipótese de as baixas concepções de Setembro e Outubro terem a ver com o ritmo sazonal das colheitas.

191 - Note-se que é neste período que têm lugar as vindimas e se faz o vinho, produto que, segundo as *Memórias Paroquiais*, tem algum peso na economia dos Avidenses.

Entre 1911-1995, o volume maior de nascimentos tinha lugar nos meses de Fevereiro, Janeiro e Setembro, sendo estes gerados em Maio, Abril e Dezembro, os meses de Outubro, Novembro e Dezembro são aqueles em que menos se nasce, o que corresponde às concepções de Janeiro, Fevereiro e Março.

Neste último período, continua a verificar-se um número baixo de nascimentos em Junho e Julho (concepções de Setembro e Outubro), embora seja o mês de Outubro, (concepções de Janeiro), aquele que acusa menor número de nascimentos.

É também no lapso temporal de 1911 a 1995, que maior normalização de comportamentos ocorre, uma tendência já visível no segundo período, mais marcada, porém, a partir do século XX.

Em síntese, o grosso dos nascimentos registou-se nos três períodos em que dividimos a nossa observação, nos primeiros cinco meses do ano, o que nos leva a pensar que as concepções estavam em relação estreita com o ritmo sazonal das fainas agrícolas. As concepções de Março, excepção feita para o primeiro período estudado, que incidiu no mês de Abril, foram também diminutas. Terão pesado os apelos da Igreja para a abstinência de relações sexuais nesse período?

A tendência agora apontada é encontrada também por Norberta Amorim para a zona rural de Guimarães e para as três paróquias de Trás-os-Montes, (até finais do século XVIII)¹⁹².

Fernando Miranda, no seu estudo sobre Alvito S. Pedro e Anexa¹⁹³, encontra comportamentos similares, bem como Inês Martins de Faria, no seu estudo sobre Santo André de Barcelinhos¹⁹⁴, nomeadamente para o primeiro período estudado, 1606-1721. Poderíamos aduzir outras análises micro-analíticas já efectuadas sobre o Minho, e verificaríamos que todas elas nos conduziriam às mesmas conclusões.

Dado o nossa observação abarcar quase todo o século XX, procurámos outras explicações, referindo-nos J. Houdaille¹⁹⁵ que para períodos mais recentes as férias do Verão poderão ter relação estreita com os nascimentos, dado o volume de casamentos que se realiza nessa época, e a disponibilidade dos casais durante esse período de repouso.

O mês em que ocorre o casamento e a influência do ciclo lunar são também factores que poderão influir nos comportamentos reprodutivos.

Como corolário, vemos que se encontra patente a baixa de concepções no mês de Março nos dois últimos períodos estudados, e para o primeiro período, no mês de Abril, bem como uma relativa baixa concepção no mês de Dezembro, esta referente ao período de 1623-1700.

Daqui poderá decorrer o respeito pelos preceitos quaresmais que a Igreja propugnava, e relativamente ao período em epígrafe, o honrar o Advento, como período de abstinência sexual.

192 - Nota-se que esta tendência é visível por nós, nos três períodos estudados, o que obviamente inclui também o período compreendido entre meados do século XVII e finais do século XVIII. Cf. da autora, *Guimarães de 1580-1819...*, *Op. cit.*, pp. 147 - 156.

193 - Cf. do autor, *Op. cit.*, p. 106.

194 - Cf. da autora, *Op. cit.*, pp. 120 - 121.

195 - Cf. do autor, *Op. cit.*, p. 453.

2.2 Repartição dos nascimentos segundo os sexos¹⁹⁶

O estudo desta variável tem para nós grande interesse, pois, poderá contribuir para explicar as idades médias ao casamento, o celibato definitivo, a mortalidade diferencial, entre outros comportamentos.

QUADRO 29
REPARTIÇÃO DOS NASCIMENTOS SEGUNDO OS SEXOS

PERÍODOS	SEXO MASCULINO	SEXO FEMININO	ÍNDICE DE MASC.
1623 – 1700	172	190	90,5
1701 – 1910	1211	1167	103,8
1911 – 1995	1317	1099	119,8
TOTAIS	2708	2457	110,2

A relação de masculinidade à nascença para todo o período é de 110,2, o que suplanta o valor médio da relação de masculinidade¹⁹⁷.

Dois períodos se encontram com relação de masculinidade desfavorável, 1623-1700, com um índice de 90,5 e 1701-1910, em que o valor é de 103,8.

Só a partir de 1911 até aos nossos dias, encontramos uma relação de masculinidade mais favorável.

Podendo nós aventar, nomeadamente para o primeiro período, algum sub-registo de indivíduos do sexo masculino, ou com mais certeza, uma escassez de representação,¹⁹⁸ o facto é que no período seguinte, o índice de masculinidade continua a ficar aquém do valor médio.

O baixo índice de masculinidade para os dois períodos, poderá ajudar-nos a compreender o grande número de noivos de fora da paróquia, mas não explica a mais elevada idade média ao primeiro casamento para os homens. Ajudará, provavelmente a explicar o elevado índice de celibato definitivo feminino.

2.3 Fecundidade legítima

Este tema coloca-se cada vez com mais acuidade, pois que o controle de nascimentos é determinante na evolução das sociedades. Já Louis Henry o entendeu pregnantemente, quando focalizou

196 - Foram considerados todos os nascimentos, à excepção dos enjeitados.

197 - A taxa de masculinidade tem como objectivo encontrar a relação entre o número de nascimentos masculinos por cada cem nascimentos femininos. A relação de masculinidade considerada média é de 105.

198 - Atente-se no número escasso de nascimentos, que poderá não conseguir esbater o efeito das variações aleatórias, o que poderá levar a um desvio do valor médio. No cálculo da relação de masculinidade não se teve em conta os nados-mortos, que como sabemos, é mais aguda para o sexo masculino.

os seus estudos na fecundidade, nascendo a Demografia Histórica do «interesse pelo estudo da fecundidade supostamente natural, a fecundidade do Antigo Regime¹⁹⁹».

2.3.1 Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade e idade média da mãe ao nascimento do último filho

Para encontrarmos as taxas de fecundidade legítima lançámos mão das famílias Tipo 1, ou seja, todas aquelas de que conhecemos início e fim de união dos cônjuges, marcado o primeiro pelo casamento, e o último pela data de óbito do primeiro cônjuge falecido, bem como sabemos a data de nascimento da mulher. Considerámos, aqui, todas as famílias fecundas e infecundas, num total de 134.

Para este cálculo considerámos ainda que os casais tivessem vivido em união conjugal cinco ou mais anos.

Ao fazermos o cálculo da idade média da mãe ao nascimento do último filho, só tivemos em conta as famílias completas, isto é, aquelas que atingiram em convivência conjugal 48 ou mais anos de idade da mulher²⁰⁰.

Socorremo-nos ainda de outro indicador, a descendência teórica, que se consubstancia no número médio de filhos por mulher, se a convivência conjugal decorresse dos 20 aos 49 anos de idade.

Todos estes indicadores nos permitiram ter do fenómeno fecundidade um melhor conhecimento, bem como dar-mo-nos conta de eventuais mudanças nos períodos por nós circunscritos²⁰¹, o primeiro período (1660-1850), e o segundo período, que balizámos entre a segunda metade do século XIX e o fim da nossa observação (1995).

A transição demográfica que se caracteriza pela queda da mortalidade e abaixamento da fecundidade não obedece ao mesmo ritmo em toda a Europa, conforme nos é referido por Livi Bacci²⁰² em estudo de 1971. Trabalhos posteriores desenvolvidos sobre outros países da Europa, vieram alicerçar os resultados do projecto de Princeton, e mais recentemente, no II Congresso da ADEH realizado em 1991 em Alicante, «documentou-se claramente, na sessão sobre *Modelos regionales de la transición demográfica en España y Portugal*, "que a linear simplicidade do paradigma da transição demográfica tal como foi formulado, não pode, senão de forma muito forçada, expressar a realidade concreta das populações", segundo palavras do próprio Livi Bacci que coordenou esta sessão²⁰³».

199 - Maria Norberta Amorim, «Fecundidade legítima em longa duração...», *Op. cit.*, pp. 55 - 77.

200 - Maria Norberta Amorim, *Evolução demográfica...*, *Op. cit.*, p. 117.

201 - Em virtude do número reduzido de observações optámos por aglutinar os dados só em dois períodos.

202 - Cf. do autor, *A Century of portuguese fertility*, Princeton, Princeton University Press, 1971, pp. 58 - 59.

203 - Maria Norberta Amorim, «Fecundidade legítima em longa duração...», *Op. cit.*, p. 3.

De acordo com João Evangelista²⁰⁴, que estuda o caso português, só em finais do século XIX²⁰⁵, se nota a queda de mortalidade infantil, ocorrendo numa fase mais tardia o declínio da natalidade, de uma forma pouco acentuada até inícios da década de 1930, e de um modo mais claro nos anos 50²⁰⁶.

O Congresso Europeu de Demografia que ocorreu em França, em Outubro de 1991, «reúne trabalhos sobre a evolução demográfica mais recente para os diferentes países europeus²⁰⁷». Maria José Carrilho e João Peixoto, que são os autores do estudo apresentado para Portugal, referem a dificuldade na determinação com rigor dos «passos principais da transição demográfica em Portugal²⁰⁸», admitindo, contudo, que embora no século XVIII já se vislumbrem alguns sinais da primeira fase de transição demográfica, com a diminuição do número de mortes, só em meados do século XIX esses sinais se adensam e se tornam «mais marcantes²⁰⁹».

O grande abaixamento da natalidade nos anos 20 do século XX, marca a segunda fase de transição, tendo ocorrido em anos próximos (anos 80), a derradeira fase de transição, em que «a taxa bruta de natalidade equilibra praticamente a taxa de mortalidade (...)». Depois de 1982, a fecundidade desceu abaixo do nível de renovação de gerações²¹⁰. Também, Manuel Nazareth, ao analisar os aspectos regionais da evolução da fecundidade em Portugal (1930-1979), concluiu que a evolução global do País é resultante de uma evolução bastante diversificada sob o ponto de vista regional. Refere duas zonas distintas, uma delas constituída pelos distritos do Norte, Funchal e Ponta Delgada, com níveis de fecundidade elevados, mesmo em 1979, e a região Sul e o distrito da Horta, em que o nível de fecundidade é muito baixo, havendo uma região intermédia.

Desta forma, a transição demográfica, nomeadamente no que concerne aos baixos níveis de fecundidade, ocorre numa fase mais adelantada para a zona por nós estudada.

Elizabeth Reis coloca sérias reservas relativamente aos estudos de Livi Bacci e Manuel Nazareth, porque entende que os mesmos «não permitem diferenciar entre as duas dimensões do declínio, o tempo e o quantum. Para que isso seja possível será necessário ter dados detalhados a tal ponto que descrevam as histórias das mulheres em risco de procriação, isto é, entre os 15 e os 50 anos²¹¹».

Analisando o caso de Avidos, verificamos para os três períodos considerados (1660-1850; 1851-1929; 1930-1995), que o ritmo de fecundidade baixa do primeiro para o segundo, registando-se também uma descida na descendência teórica. No terceiro período, constata-se que aumenta o ritmo de fecundidade em relação ao segundo período, em determinadas idades (até ao grupo de idade dos 30-34 anos), para diminuir de uma forma significativa nos outros grupos de idade.

204 - Cf. do autor, *Um século de população portuguesa (1864-1960)*, Lisboa, Centro de Estudos Demográficos, 1971, p. 59.

205 - Interessa referir que há diferenças regionais.

206 - João Evangelista, *Op. cit.*, pp. 58 - 59.

207 - Cf. Maria Norberta Amorim, «Fecundidade legítima em longa duração...», *Op. cit.*, pp. 7 - 8.

208 - *Ib.*

209 - *Ib.*

210 - *Ib.*

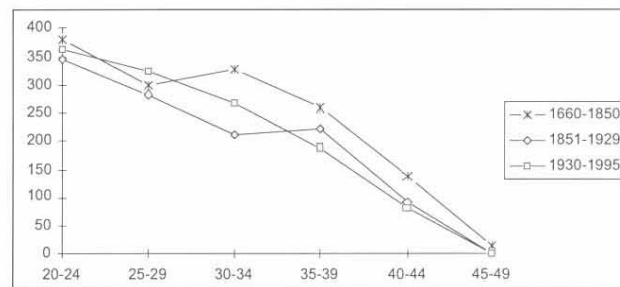
211 - *Ib.*, p. 10.

QUADRO 30
TAXAS DE FECUNDIDADE LEGÍTIMA POR GRUPOS DE IDADE E DESCENDÊNCIA
TEÓRICA

PERÍODOS	OBSERVAÇÕES	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	D.T.
1660-1850	67	380	299	327	259	136	15	7,1
1851-1929	44	345	282	213	223	91	0	5,8
1930-1995	23	361	322	265	189	80	0	6,1

Para uma melhor visualização atentemos no gráfico.

GRÁFICO 3
TAXAS DE FECUNDIDADE LEGÍTIMA POR GRUPOS DE IDADE



Para o período anterior a 1750, Cervães²¹², Alvito S. Pedro²¹³, Barcelinhos²¹⁴ e Sul do Pico²¹⁵ apresentam comportamentos aproximados.

Com uma periodização sensivelmente paralela, vemos para a paróquia de Avidos valores similares aos detectados por Norberta Amorim para Poiares – Trás-os-Montes²¹⁶ (1650-1823). Ainda para o Antigo Regime Demográfico, continuamos a verificar homogeneidade na distribuição dos níveis de fecundidade pelos diferentes grupos de idade com as restantes paróquias de Trás-os-Montes estudadas pela referida investigadora²¹⁷.

212 - Cf. Maria Cecília Ribeiro de Azevedo Barbosa, *Op. cit.*, p. 68.

213 - Cf. Fernando Miranda, *Op. cit.*, pp. 109 - 111.

214 - Cf. Inês Martins de Faria, *Op. cit.*, p. 123.

215 - Maria Norberta Amorim, *Evolução demográfica...*, *Op. cit.*, p. 124.

216 - *Ib.*

217 - Embora seja de referir que a periodização se afasta mais da nossa, pois Rebordãos vai de 1610 a 1750 e Cardanha de 1600 a 1795.

Diferença, pela atipicidade, encontramos na nossa paróquia, pois que, enquanto para todas as outras comunidades enunciadas, vemos uma fecundidade maior para as mulheres que se encontram casadas antes dos 35 anos, na paróquia de Avidos, o grupo de mulheres dos 25-29 anos baixa a sua fecundidade, voltando esta a subir no grupo dos 30-34 anos.

Semelhanças entre Avidos e as paróquias em epigrafe encontramos para a descendência teórica, em que esta oscila para Cervães²¹⁸, para o período anterior a 1750, entre os 6,75 e 6,85, cifrando-se para o período entre 1750 e 1809 nos 7,92. Para Alvito S. Pedro e Anexa²¹⁹ para o período anterior a 1750, a descendência teórica é de 7,72 e para o que decorre entre 1750 e 1819 é de 8,41.

Interessa aqui reflectir se terá havido umnexo causal entre o abaixamento da idade média ao primeiro casamento da mulher e o número de filhos nascidos por união. Em período de fecundidade natural, seria legítimo pensar-se que se a idade média da mulher ao primeiro casamento descer, consequentemente aumentará o número de filhos nascidos por união. Vemos, no entanto, que tal não ocorre, e que descendência real é baixa²²⁰.

Na tentativa de explicarmos os valores encontrados, poderemos aventar as melhores condições de vida verificadas, que originaram uma queda na mortalidade infantil²²¹, o que provocaria maiores períodos intergenésicos, pelo prolongamento na amamentação²²².

A fim de ilustrarmos o efeito da mortalidade infantil no decréscimo dos intervalos intergenésicos, daremos conta de três casais, que se consorciaram dois deles na segunda parte do século XVIII, e um outro na segunda metade da centúria seguinte.

Em 3 de Maio de 1765, casaram em Avidos, Manuel Correia e Joana Maria Carneira, ele com 23 anos, e ela com 29 anos. Manuel nasceu em Avidos e Joana em Requião (Concelho de Vila Nova de Famalicão). Tiveram sete filhos, tendo Maria, sua primeira filha, nascido passados 12 meses após o matrimónio, a segunda filha viu a luz do dia, depois de 16 meses, e morreu logo que nasceu, Manuel José vem ao mundo passados **9 meses**, Ana Maria nasce transcorridos que foram 23 meses, Maria Luísa decorridos 28 meses, Josefa depois de 28 meses sobre o nascimento do irmão, tendo morrido passados 3 dias após o nascimento, e o último filho, de nome Francisco, decorridos **13 meses**.

218 - Cf. Maria Cecília Ribeiro de Azevedo Barbosa, *Op. cit.*, p. 69.

219 - Fernando Miranda, *Op. cit.*, p. 110.

220 - Num ensaio efectuado só com as famílias Tipo 1, constatámos que a média de filhos é de 4,2 para o período de 1660-1849 e de 3,2 para o período de 1850-1930. Este último ano teve em conta a transição demográfica, que terá ocorrido por esta altura na comunidade em estudo.

221 - Em Portugal, a mortalidade infantil baixa a partir dos finais do século XIX.

222 - Cf. Georges Tapinos, *Éléments de démographie*, Paris, Armand Colin, 1991, p. 110. Este mecanismo de prolongamento do aleitamento dos filhos reduzia as probabilidades de reprodução.

José Dias de Sá, natural de Lagoa, concelho de Vila Nova de Famalicão, contraiu matrimónio a 15 de Agosto de 1780, com Maria Josefa de Araújo, natural de Avidos. Nesta freguesia se consorciaram, tendo havido dessa união, onze filhos. À data da união tinha a noiva 18 anos. Passados 17 meses nasce António José, que logo morre, e João vem decorridos que são **13 meses**, Manuel nasce passados 29 meses, Caetano depois de 23 meses, Ana Maria decorridos que foram 27 meses, António passados 30 meses, Joaquim depois de 29 meses, Francisco passados 40 meses, Custódio depois de 26 meses, Custódia decorridos 36 meses, vindo a falecer passado pouco mais de um mês após o nascimento e Bernardino nasce passados **14 meses**.

Francisco Ferreira, nascido em Requião, concelho de Vila Nova de Famalicão, realiza as suas bodas em Avidos, com Josefa de Araújo Pereira, natural desta paróquia, em 5 de Outubro de 1862. Ele tem 23 anos e é sapateiro, e Josefa à data do casamento tem 21 anos. Têm 5 filhos, o primeiro, de nome José, nasce passados que foram 9 meses, Ana decorridos 18 meses, tendo falecido passado pouco mais de um ano. A sua irmã Ana nasce depois de 23 meses, e **8 meses** após ter falecido a primeira Ana. Rosa vem ao mundo, transcorridos 96 meses, e Maria José é dada à luz, depois de 52 meses sobre o nascimento da irmã.

Em síntese, a baixa taxa de fecundidade legítima em S. Martinho de Avidos, prender-se-ia com factores de ordem fisiológica, mas também com outros de natureza sócio-cultural, como o aleitamento até idades mais avançadas das crianças, a abstinência sexual por via das prescrições religiosas, ou do período pós parto.

Avidos, terra de lavradores caseiros e jornaleiros, em que o campo esgotará os corpos, indisponibilizá-los-ia para contactos sexuais mais frequentes, comportamento que poderia induzir à quebra da fecundidade?

Houve, naturalmente, mecanismos auto-reguladores que de forma consciente ou inconscientemente actuaram no equilíbrio entre recursos e população.

2.4 Idade média da mãe ao nascimento do último filho²²³

QUADRO 31
IDADE MÉDIA DA MÃE AO NASCIMENTO DO ÚLTIMO FILHO

PERÍODOS	OBSERVAÇÕES	IDADE MÉDIA
1660-1850	29	41,9
1851-1945	31	39,8

223 - Trabalhámos só com as famílias completas (Tipo 1).

Considerando os dois períodos, vemos um abaixamento da idade média da mãe, sendo que no primeiro se situa acima dos 40 anos, valor que não se afasta muito dos padrões encontrados para o Antigo Regime Demográfico Europeu²²⁴. Esta idade média de 41,9 denota que as mulheres procriariam enquanto o seu corpo tivesse capacidade biológica, e dada a idade média da mulher ao primeiro casamento, poderemos deduzir que as mulheres de Avidos teriam um período reprodutivo relativamente alargado.

Numa análise comparativa, verificamos que terá sido com a zona mista de Guimarães²²⁵, que Avidos mantém analogia, pois que a idade média antes de 1740 é de 41,4 anos, havendo similitude também com Alvíto S. Pedro (Barcelos), onde se regista a idade média de 41,8 antes de 1750 e 40,1 entre 1750 e 1819²²⁶.

Ensaçando uma nova periodização, subdividimos o período que vai de 1851 a 1930, que regista 24 observações, e verificámos que a idade média da mulher ao nascimento do último filho se cifrou nos 40,6. Assim, admitimos que só no período compreendido entre 1931-1945, se terá feito a transição para uma natalidade controlada²²⁷.

2.5 Influência da idade ao casamento nas taxas de fecundidade legítima

Considerámos dois períodos, tendo em conta o controle de nascimentos, ou seja, no caso da comunidade de Avidos o ano de 1930.

QUADRO 32
TAXAS DE FECUNDIDADE LEGÍTIMA POR GRUPOS DE IDADE DA MULHER AO CASAMENTO (1660-1930)

GP. ID	- 20	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	Nº obs.	D.T.
- 20	391	333	234	305	215	141		19	8,1
20-24		409	303	249	241	97		40	6,5
25-29			424	331	253	120		17	5,64
30-34				367	252	123	35	15	3,89
35-39					400	133	63	8	2,98
40-44						800		11	4

224 - Cf. Michel W. Flinn, *Op. cit.*, p. 70.

225 - Cf. Maria Norberta Amorim, *Guimarães 1580-1819...*, *Op. cit.*, p. 180

226 - Cf. Fernando Miranda, *Op. cit.*, p. 110.

227 - Não podemos deixar de ter em conta o número escasso de observações para o período, que se confinou às oito.

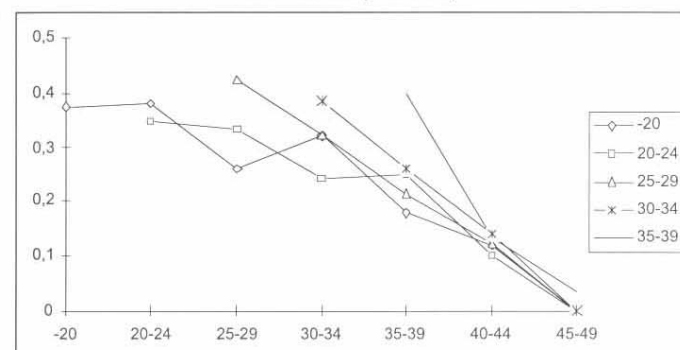
A seguir ao casamento, a mulher acusa um nível procriativo maior que em qualquer outro período subsequente, havendo, em consonância, um intervalo protogenésico menor que os intervalos intergenésicos sucessivos.

A taxa de fecundidade decresce à medida que se vão registando mais anos de vida conjugal, parecendo estar relacionada com um cansaço gradativo do corpo da mulher.

As mulheres que casaram com menos de vinte anos, vêm aumentada a sua capacidade reprodutiva por volta dos 30-34 anos, em relação ao período dos 25-29 anos, indiciando que depois de um período em que o organismo se recompõe, se sucede o outro em que o vigor se faz sentir.

Atentemos agora no gráfico, e vejamos ainda com mais clareza.

GRÁFICO 4
TAXAS DE FECUNDIDADE LEGÍTIMA POR GRUPOS DE IDADE DA MULHER AO CASAMENTO (1660-1930)



A idade média da mãe ao nascimento do último filho revela-nos que as mulheres que casam mais tarde deixarão de ter filhos também mais tarde, e as que casam mais cedo, também mais precocemente deixam de procriar, parecendo haver uma correlação entre idade ao casamento e idade média ao nascimento do último filho.

No que concerne à descendência teórica, e, de acordo com o quadro anterior, nota-se uma relação directa entre esta e a idade ao casamento, pois quanto mais cedo se casa, mais filhos nascerão por união.

Vejamos o período subsequente (1931-1995).

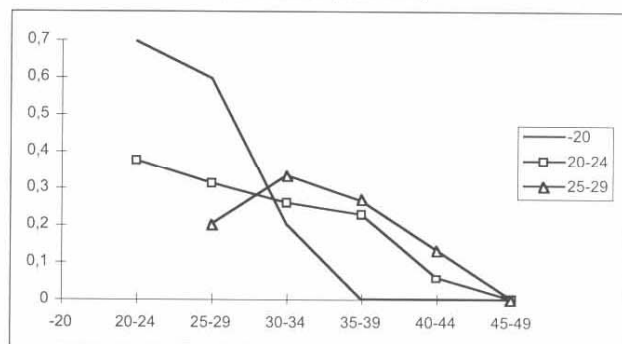
QUADRO 33
TAXAS DE FECUNDIDADE LEGÍTIMA POR GRUPOS DE IDADE DA MULHER AO CASAMENTO (1931-1995)

GP. ID	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	Nº obs.	D.T.
- 20	400	387	133			5	4,6
20-24	286	312	257	229	57	9	5,71
25-29		200	333	267	133	3	4,67
30-34			333	211		3	2,72

Para as mulheres que casam mais novas regista-se uma descida gradual da fecundidade depois do acume procriativo que se constata a seguir ao casamento. Nota-se, evolução diferente nas mulheres que casaram nos dois grupos seguintes de idade, havendo que assinalar, contudo, a exiguidade da amostra, que não nos permite avançar com inferências, embora pareça admitir-se o efeito da geração no controle da natalidade.

Visionemos de seguida o gráfico.

GRÁFICO 5
TAXAS DE FECUNDIDADE LEGÍTIMA POR GRUPOS DE IDADE DA MULHER AO CASAMENTO (1931-1995)



2.6 Espaçamento dos nascimentos

Em período pré-malthusiano, o espaçamento dos nascimentos dar-nos-á uma visão do ritmo natural, uma vez que não terá havido interferências que venham alterar o ciclo normal das procriações.

Para o nosso estudo seleccionámos as famílias Tipo 1 e 2²²⁸. As primeiras quando tinha de se recorrer à idade média da mulher e as famílias tipo 2, quando este indicador não era necessário. Para os primeiros intervalos lançamos mão também das famílias Tipo 3 e Tipo 4. O nosso critério teve como escopo razões de representatividade.

2.6.1 Intervalo protogenésico

Os intervalos inferiores a oito meses não foram considerados, dado que em Demografia todas as concepções temporalmente ocorridas nesse período, são entendidas como concepções prenupciais²²⁹, sendo matéria deste capítulo só a fecundidade legítima.

O quadro, que apresentamos a seguir, reporta-se ao intervalo protogenésico, considerando dois períodos: 1660-1930, 1931-1995. Para uma leitura mais fácil apresenta-se um quadro percentual, que nos permite visualizar comparativamente os comportamentos.

228 - Estas famílias têm em comum conhecer-se a data de casamento.

229 - Estas serão objecto de tratamento em ulterior capítulo.

QUADRO 34
INTERVALO PROTOGENÉSICO
(2 PERÍODOS)

INTERVALO (MESES)	Nº ABSOLUTOS									
	MENOS DE 20		20-24		25-29		30 E MAIS		TODAS AS IDADES	
	1º Per.	2º Per.	1º Per.	2º Per.	1º Per.	2º Per.	1º Per.	2º Per.	1º Per.	2º Per.
8	1	0	3	0	0	0	2	0	6	0
9	1	0	5	3	2	0	2	1	10	4
10	1	0	1	0	0	0	3	0	5	0
11	2	0	5	0	1	1	2	0	10	1
12-23	8	0	7	2	5	2	4	0	24	4
24-35	0	0	1	0	0	0	3	0	4	0
36-47	0	0	1	0	1	1	0	1	2	2
48 e mais	0	1	3	2	1	0	1	0	5	3
Totais	13	1	26	7	10	4	17	2	66	14
%										
8	7,7	0	11,6	0	0	0	11,8	0	9,1	0
9	7,7	0	19,2	42,8	20	0	11,8	50	15,2	28,6
10	7,7	0	3,8	0	0	0	17,6	0	7,5	0
11	15,3	0	19,2	0	10	25	11,8	0	15,2	7,1
12-23	61,6	0	26,9	28,6	50	50	13,5	0	36,4	28,6
24-35	0	0	3,9	0	0	0	17,6	0	6,1	0
36-47	0	0	3,9	0	10	25	0	50	3,0	14,3
48 e mais	0	100	11,6	28,6	10	0	5,9	0	7,5	21,4
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100	100	100	100

O intervalo protogenésico mais frequente para o primeiro período é o dos 12-23 meses. A exceção é a das mulheres que se consorciavam com trinta e mais anos.

Nas mulheres que casam antes dos 20 anos fica bem marcada a sua tendência para esperarem algum tempo após o casamento, levando-nos a crer que a menarca seria mais tardia que na actualidade, e que o corpo da mulher ainda não se encontrava com maturidade para a procriação após o casamento.

Para o segundo período, as inferências terão de ser relativizadas dada a pouca solidez da amostra. Só podemos analisar o grupo dos 20-24 anos de idade. Aqui, a maioria das mulheres tem o seu primeiro filho passados que foram nove meses após o casamento.

2.6.1.1 Intervalo protogenésico inferior a um ano segundo a idade da mulher ao casamento

QUADRO 35
INTERVALO PROTOGENÉSICO INFERIOR A UM ANO SEGUNDO A IDADE DA MULHER
AO CASAMENTO (DOIS PERÍODOS)

MESES	Nº ABSOLUTOS													
	15 - 19		20 - 24		25 - 29		30 - 34		>= 35		IDADES CONHEC		TODAS AS IDADES	
	1º P.	2º P.	1º P.	2º P.	1º P.	2º P.	1º P.	2º P.	1º P.	2º P.	1º P.	2º P.	1º P.	2º P.
08-11	5	0	14	3	3	1	4	1	5	0	31	5	53	8
12 E MAIS	8	1	12	4	7	3	6	1	2	0	35	9	58	17
%														
MESES	1º P.	2º P.	1º P.	2º P.	1º P.	2º P.	1º P.	2º P.	1º P.	2º P.	1º P.	2º P.	1º P.	2º P.
08-11	38,4	0	53,8	42,8	30	25	40	50	71,4	0	47	35,7	47,7	32
12 E MAIS	61,6	100	46,2	57,2	70	75	60	50	28,6	0	53	64,3	52,3	68

As mulheres que casam nos grupos de idade entre os 20-24 anos e a partir dos 35 anos, para o período de 1660-1930, são aquelas que têm maior frequência de intervalos protogenésicos entre os 8 e os 12 meses, logo, aguardam pouco tempo para ter os filhos após o casamento se realizar. Quanto ao segundo período (1931-1995), a maior frequência de intervalos protogenésicos entre os 8 e os 12 meses, encontra-se também no grupo de idades dos 20-24 anos. O comportamento das mulheres cuja idade ao casamento é conhecida, e daquelas cuja idade é desconhecida não acusa diferença digna de nota, quer num período, quer no outro.

2.6.2 Intervalos intergenésicos²³⁰

Ao visionarmos o intervalo protogenésico e o primeiro intervalo intergenésico em paralelo, concluímos que o segundo é maior que o primeiro. A amenorreia pós-parto terá jogado o seu papel, pois que sendo as crianças alimentadas ao peito durante um período longo, natural se torna que o segundo filho venha a nascer passado mais tempo.

230 - Para este indicador socorremo-nos das famílias Tipo 1 e 3, das quais conhecemos as idades das mulheres: as casadas até aos 25 anos com 7 ou mais filhos, as casadas entre os 25 e os 29 anos com 6 ou mais filhos, as casadas com 30 ou mais anos com 5 ou mais filhos, tendo eliminado os intervalos iguais a zero.

QUADRO 36
INTERVALOS INTERGENÉSICOS MÉDIOS SUCESSIVOS EM FAMÍLIAS NUMEROSAS POR GRUPOS DE IDADE DA MULHER/NÚMERO DE FAMÍLIAS

1660-1930							
INTERVALOS	15 - 19	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	40 - 44	TOTAL
1º	20,1	21,2	23,3	15,3	19	0	20,8
2º	26,9	25,6	30,7	27,6	24	46	27,8
3º	42,1	24,8	19,7	38,6	33	29	29,8
4º	26,9	26,8	27	29,2	20	20	26,7
5º	34,1	30	29,5	30,5	0	38	31,5
6º	26,9	28,9	26,6	0	0	35	27,9
Nº FAMÍLIAS	7	11	7	4	1	1	31
1931-1995							
1º	0	18,2	14	0	0	0	17
2º	0	20,5	14,6	0	0	0	18,9
3º	0	29,3	21,6	0	0	0	27,2
4º	0	11,4	28,8	0	0	0	16,2
5º	0	14,3	19,6	0	0	0	15,8
6º	0	20,4	28,2	0	0	0	22,6
Nº FAMÍLIAS	0	3	2	0	0	0	5

Numa análise global e para o primeiro período, vemos que os intervalos intergenésicos a seguir ao primeiro, são sempre maiores que este, com exceção do terceiro intervalo para as mulheres que se casam entre os 25-29 anos. Até ao terceiro intervalo intergenésico, estes vão aumentando gradativamente, para o grupo dos 15-19 e 30-34. Para as mulheres que casam mais jovens e as que o fazem na faixa dos trinta anos, o intervalo maior é sempre o terceiro.

Para o segundo período, podemos só analisar dois grupos de idade, o dos 20-24 e o dos 25-29, e mesmo assim com reservas, dada a escassez da amostra. Até ao terceiro intervalo intergenésico a tendência é para aumentar os intervalos. No grupo de idades das mais jovens, assiste-se a partir do quarto intervalo a uma descida do número de meses que se espera para ter outro filho. Verifica-se que o último intervalo é o maior.

Poderemos considerar que a mortalidade de menores de um ano, ou a amamentação feita por amas, poderão constituir-se, para o período pré-malthusiano, como base explicativa para a circunstância de nem sempre vemos uma gradação crescente nos sucessivos intervalos intergenésicos, para além de não podermos deixar de referir o cansaço gradativo do corpo da mulher.

2.7 Número de filhos por casamento e duração das uniões

Para o nosso estudo, considerámos todas as famílias Tipo 1 e 2, ou seja aquelas de que conhecemos as datas de casamento e de óbito do primeiro cônjuge falecido, e em que a mulher casou até aos 44 anos de idade, num total de 186 famílias.

QUADRO 37
NÚMERO DE FILHOS NASCIDOS POR UNIÃO

Nº DE FILHOS	1660-1930	1931-1995
0	26	4
1	11	6
2	13	3
3	5	3
4	11	1
5	14	1
6	7	1
7	7	2
8	4	0
9	11	1
10	0	1
11	3	0
12	1	0
13	0	0
14	0	1
Total	113	24
Média de filhos por família	3,8	3,5
Média de filhos por famílias fecundas	5,0	4,2
Famílias infecundas (%)	23	16,7

Face ao quadro, constatamos que a média de filhos por família fecunda se situa entre os 4 e os 5, sendo maior para o primeiro período de quase um filho, o que tem a ver, entre outros factores, com a fecundidade próxima do natural para o primeiro período considerado, e a influência de factores externos para parte do segundo período. De todo o modo, constatamos que a média para toda a observação se encontra perto dos 5 filhos. Se tivermos em conta as famílias estéreis, então, esta média decresce, cerca de um filho por família.

Em termos comparativos, para o período pré-malthusiano, vemos que os valores para Avidos, (número médio de filhos por família) se aproxima dos 4,5 encontrados para a zona rural²³¹ de Guimarães, dos 4 filhos para Barcelinhos²³², e dos 4,8 para o Sul do Pico²³².

Não podemos considerar altos os níveis de infecundidade²³⁴, que são para o período até 1930, de 23%, e para o seguinte, de 16,7%, sendo de 17,3% para toda a observação, por paralelo com outros estudos, de que destacamos: para Guimarães (urbano) – 20,8%, para o período de 1580 a 1819, Alvito S. Pedro (Barcelos) – 23,1% (1567 a 1989)²³⁵ e Barcelinhos (1607-1910) com valores de 23,9%²³⁶.

QUADRO 38
DURAÇÃO DAS UNIÕES

ANOS	1660-1930	1931-1995	TOTAL
00-04	15	3	18
05-09	11	4	15
10-14	12	1	13
15-19	11	1	12
20-24	18	4	22
25-29	22	8	30
30 e mais	82	20	102
TOTAL	171	41	212
Média	28,9	29,3	29

A prole, para o período pré-malthusiano, teria uma relação estreita com a maior ou menor longevidade de um casamento.

Tal como refere Norberta Amorim, «a influência da mortalidade suave do Baixo Minho, reflecte-se claramente na duração das uniões, mesmo sem isolar o fenómeno da nupcialidade²³⁷». Outro tanto não acontece com a paróquia de Poiares (1700-1799) em que os casamentos não chegam a durar 20 anos (quedando-se nos 17,7).

231 - Maria Norberta Amorim, *Guimarães...*, *Op. cit.*, pp. 202 - 206.

232 - Inês Martins de Faria, *Op. cit.*, p. 131.

233 - Maria Norberta Amorim, *Evolução demográfica...*, *Op. cit.*, pp. 146 - 148.

234 - As famílias infecundas são aquelas cujo casamento ocorreu na paróquia, e de conhecemos a respectiva data, sabemos a idade da mulher e a data de óbito do primeiro cônjuge falecido, e no seio das quais não se registou qualquer nascimento de filhos. Tivemos aqui, algumas dúvidas sobre a fiabilidade total dos resultados, dado poder haver mobilidade, ocorrendo, porventura, situações em que os casais pudessem ter ido viver para outra localidade, aí procriar e regressar à terra onde se casaram, na fase derradeira da sua vida.

235 - Fernando Miranda, *Op. cit.*, p. 119, apud Inês Martins de Faria, *Op. cit.*, p. 131, adaptação da própria.

236 - Adaptação nossa, através da aglutinação de todos os períodos.

237 - Cf. da autora, «Uma População à procura de equilíbrio...», *Op. cit.*, p. 9. E também da autora, «A Diversidade de comportamentos Demográficos no Portugal do Antigo Regime», in *População e Sociedade*, n.º 3, 1997, p. 142. Não poderemos deixar de observar que embora os períodos não sejam coincidentes, ambos se enquadram numa fecundidade próxima do natural.

Em Avidos, como vimos, a duração das uniões até 1930 (período de início de controlo de natalidade), segue as tendências encontradas para as comunidades do Baixo Minho indicadas por Norberta Amorim²³⁸.

A interpretação destes dados leva-nos a considerar as condições higiénico-sanitárias, a redução das taxas de mortalidade, e o aumento da esperança média de vida.

Interessa, porém, ver que dos 171 casais analisados para o primeiro período, 47,9% permaneceram em convivência conjugal trinta ou mais anos e para o segundo período, 48,7%.

Observando o quadro, que poderemos constatar? Que do primeiro para o segundo período o número médio de filhos não sofreu grandes alterações.

QUADRO 39
DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS COMPLETAS SEGUNDO O NÚMERO DE FILHOS, TODAS AS IDADES DA MULHER

NÚMERO DE FILHOS	1660-1930		1931-1995		TOTAL	
	Nº DE FAMÍLIAS	%	Nº DE FAMÍLIAS	%	Nº DE FAMÍLIAS	%
0	18	25,4	3	20	21	24,4
1	1	1,4	2	13,3	3	3,5
2	6	8,5	1	6,7	7	8,1
3	4	5,6	2	13,3	6	7
4	7	9,9	0	0	7	8,1
5	10	14,1	1	6,7	11	12,8
6	5	7	1	6,7	6	7
7	6	8,5	2	13,3	8	9,3
8	4	5,6	0	0	4	4,7
9	7	9,9	1	6,7	8	9,3
10	0	0	1	6,7	1	1,2
11	2	2,8	0	0	2	2,3
12	1	1,4	0	0	1	1,2
13	0	0	0	0	0	0
14	0	0	1	6,7	1	1,2
TOTAL	71	100	15	100	86	100
MÉDIA DE FILHOS	4,3		4,5		4,3	

238 - *ib.*, p. 10.

Para o primeiro período só 40,9% das famílias têm menos de 4 filhos passando para 53,3% no segundo período

A média dos filhos para o primeiro período pode ser considerada dentro dos comportamentos normais, ou até ligeiramente inferior. De acordo com Wriley,²³⁹ no seio de uma família completa, normal seria haver uma prole de 5, 6 ou 7 filhos, numa sociedade pré-industrial.

2.8 Número médio de filhos por família completa segundo a idade da mulher ao casamento

QUADRO 40
NÚMERO MÉDIO DE FILHOS POR FAMÍLIA COMPLETA SEGUNDO A IDADE DA MULHER AO CASAMENTO

PERÍODO	15 - 19	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	TODAS AS IDADES
1660-1930	7,8 (9)	5,1 (22)	4,7 (16)	3,4 (8)	1,6 (8)	4,3 (71)
1931-1995	0	6,6 (7)	4,0 (5)	2,0 (1)	0	4,5 (15)
Total	7,8 (9)	5,4 (22)	4,5 (21)	3,2 (9)	1,6 (8)	4,3 (86)

Torna-se para nós claro, face aos dados do quadro, que no período compreendido entre 1660 e 1930, o número médio de filhos vai diminuindo, em função da idade ao casamento da mulher. Os casais terão quase dois filhos a menos se a mulher se consorciar a partir dos trinta anos.

Quanto ao segundo período, onde já entram outros factores, nomeadamente a contracepção, continuamos a visionar a mesma tendência entre a idade ao casar e o número médio de filhos.

239 - Cf. E. A. Wriley, *História y población, introducción a la Demografía Histórica*, Barcelona, Ed. Crítica, 1995, p. 20.

2.8.1 Número médio de filhos por família completa segundo a idade da mulher ao casamento, em comparação com outras localidades²⁴⁰

QUADRO 41
NÚMERO MÉDIO DE FILHOS POR FAMÍLIA COMPLETA SEGUNDO A IDADE DA MULHER AO CASAMENTO
COMPARAÇÃO COM OUTRAS LOCALIDADES PARA ANTES DE 1800

	15 - 19	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	TODAS IDADES
Avidos - V.N. Famalicão	7,5	4,8	4,2	3,3	1,3	4,5
Guimarães rural	8,9	7,9	6,0	3,9	1,8	6,0
Cervães-Vila Verde	*	5,9	4,9	2,9	1,4	3,5
Alvito S. Pedro - Barcelos	7,6	5,5	4,3	3,4	2,3	3,6
Barcelinhos - Barcelos	7,9	6,1	5,4	4,1	2,8	5,4
Poiares - Trás-os-Montes	8,0	7,0	5,0	2,9	1,6	5,0

* A fonte não refere.

Como se constata, para todas as idades da mulher encontramos maior semelhança de comportamentos com as paróquias do Minho. Das mulheres casadas antes dos 25 anos continuamos a encontrar maior identificação com Alvito S. Pedro do que com as outras paróquias, se bem que para as mulheres que casam entre os 15 e 19 anos haja semelhanças entre todas as paróquias apresentadas²⁴¹, mais marcadas, porém, para Alvito S. Pedro e Barcelinhos.

2.9 Número médio de filhos por família completa - comportamento diferencial²⁴²

O estudo do número médio de filhos de acordo com o grupo social, poderá levar-nos a uma melhor compreensão dos comportamentos. A divisão por dois grandes grupos pareceu-nos ser mais representativa.

240 - Dado o nosso primeiro período ir até 1850, por razões de maior representatividade, a comparação terá de ser feita com algumas reservas.

241 - Maria Norberta Amorim coloca como hipótese explicativa um mais tardio aparecimento da menarca e uma mortalidade infantil menos gravosa. Cf. da autora, *Evolução demográfica...*, Op. cit., p. 153.

242 - Considerámos um só período para toda a observação, dado o número escasso de elementos, bem como entendemos limitar a nossa observação até 1910, por razões que se prendem com o comportamento malthusiano, pelo atomismo das profissões encontradas e também para termos oportunidade de estabelecer paralelo com outras observações.

QUADRO 42
NÚMERO MÉDIO DE FILHOS POR FAMÍLIA COMPLETA
COMPORTEAMENTO DIFERENCIAL (1660-1910)

PROFISSÃO	Nº FAMÍLIAS	Nº MÉDIO DE FILHOS
Possidentes	10	5,8
Outros	15	5,7

Apesar de não devermos descartar o número restrito de famílias da amostra, é-nos dado constatar não haver diferença significativa de comportamento reprodutivo entre os possidentes e a outra camada da população.

3. Concepções pré-nupciais

ROSA DO ADRO

Quem passava na estrada, logo à beira
Do adro da igreja, o som ouvia
Do tear, baque-baque, que batia,
Movido pelas mãos da tecedeira.

(...)

Há um ano que morreu a tecedeira...
Levava a lactescência dos lírios
E murcha a branca flor da laranjeira...²⁴³

A concepção de um filho antes do casamento é um acto que carrega consigo algumas consequências. Ele pode dar origem a um filho fora do casamento, logo ilegítimo, ou pode o acto ser "corrigido" por uma união legítima, e daí surgirem filhos legítimos, mas que são fruto de um acto sexual antes do casamento.

243 - Sebastião de Carvalho, *Rosas da minha terra*, Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1915, pp. 63 - 64. É de referir que este é um autor famalicense.

Não será anódino o estudo deste comportamento, pois que ele não se baliza meramente por um simples comportamento reprodutivo, mas tem a ver com os contactos íntimos entre os noivos e o olhar da sociedade sobre eles.

Deste modo, o posicionamento da Igreja e o seu peso na comunidade²⁴⁴, a maior ou menor influência da autoridade paterna, a existência da família nuclear, ou alargada, a presença ou ausência da figura tutelar quer seja o pai ou irmãos mais velhos, uma vez que no Minho, segundo Caroline Brettell, «as mães, que faziam de chefes de família, não podiam desempenhar aquele papel, pois eram consideradas fontes de auxílio e apoio e não de autoridade e castigo²⁴⁵», são algumas das variáveis que jogam com as relações sexuais antes do matrimónio.

QUADRO 43
CONCEPÇÕES PRÉ-NUPCIAIS
(INTERVALOS MÉDIOS, OBSERVAÇÕES E %)

PERÍODO	Total obs.	<=3			<8		
		i.p.m.	Obs.	%	i.p.m.	Obs.	%
1660-1799	66	1,0	2	3,0	4,4	9	13,6
1800-1910	57	2,2	5	8,8	4,1	15	26,3
1911-1959	44	2	7	15,9	3,5	12	27,3

Até ao século XVIII, 13,6% dos filhos dos casais com data de casamento conhecida, foram gerados antes do acto formal do casamento. Do século XIX até à primeira década do século XX, os valores quase que duplicam. No período que vai de inícios da Primeira República até finais dos anos cinquenta, assiste-se a uma subida de concepções pré-nupciais, que conduziram a um casamento, ascendendo aos 27,3%.

Numa visão em períodos mais alargados, constatamos que até meados do século XIX, 16,9% dos filhos dos casais com data de casamento conhecida tiveram origem em relações pré-conjugais. A partir da segunda metade do mesmo século até aos nossos dias, vemos subir quase em 10% as concepções pré-nupciais, ou seja 26,7% das crianças eram geradas pelos futuros esposos, fora do leito nupcial.

244 - A este respeito, Caroline Brettell diz-nos do cepticismo existente no que toca aos padres, uma vez que, muitas vezes, o povo refere a distância que separa a doutrina que muitos pregam da prática que adoptam, e ainda hoje se ouve falar em "doutrina de padre..." com uma certa ironia. Não deixa, de neste contexto, fazer alusão a filhos de padres, e também a uma certa lascidão de costumes por parte dos mesmos, de tal forma, que muitas mães manifestavam e manifestam, no Norte de Portugal, relutância em deixar as filhas sós com o padre.

245 - Cf. da autora, *Op. cit.*, p. 266.

Querendo analisar o fenómeno no seu todo, ocorre-nos perguntar, porque tão elevado nível de concepções pré-nupciais, e, se a este indicador, juntarmos o grande índice de ilegitimidade, teremos de tentar encontrar respostas. Para já, aventamos a possibilidade de estar correlacionado com o forte nível de celibato definitivo feminino e o baixo índice de masculinidade à nascença, (este só atinge os valores médios, ultrapassando-os, no caso em apreço, a partir de 1911).

Poderiam as concepções antes do matrimónio ser geradoras da realização do mesmo? Teria o homem que "enganou" a rapariga sido pressionado pela comunidade, pelos familiares, a honrar a rapariga, casando com ela?

Para tentarmos explicar a diferença de comportamentos nos dois períodos, aventamos que a laicização dos costumes poderá ter sido indutora no gerar de filhos antes do casamento²⁴⁶. Naturalmente, que as razões antes aduzidas, de que destacamos o celibato definitivo feminino muito superior ao masculino, não poderá ser elemento espúrio também para esta época.

A provável maior reprovação da comunidade, para estes tempos, será hipótese a considerar, com a consequente correcção do acto ilícito. De resto, ainda hoje, mormente nas pequenas comunidades rurais, de que Avidos é exemplo, o peso do anátema sobre os prevaricadores se mantém com certa acuidade, tratando os pais da noiva, e os irmãos mais velhos, caso os haja, de lavar a nódoa, caída na honra da família, "obrigando" o rapaz a casar, secando assim as lágrimas femininas.

Como iremos ver, é a mulher, que ao longo dos tempos, manterá, neste capítulo, como outros, um lugar de subalternidade.

Para o primeiro período (1660-1850), cinco mulheres (5,6%) carregaram o seu ventre pejado, no estado de solteiras, perante o olhar da comunidade, só vindo a casar passados mais de sete meses. Esta "escolha" terá tido razões explicativas? A "culpa" a pouco e pouco mais visível, tornar-se-ia aceite pelos paroquianos, a ponto de não ser mais reprovável o comportamento daquela mulher, cujo ventre ia crescendo, tolerando a comunidade a convivência íntima entre os esposos²⁴⁷? Seria um processo pouco pacífico, o transformar em letra de forma aquela união já consumada? Ambas as razões poderiam ser chamadas à colação? Outras haveria, porventura.

Para o segundo período (1851-1995), 47,8 % das mulheres que engravidam em solteiras e acabam por casar, aguardam mais de sete meses para contrair matrimónio. Terá este facto a ver com a menor reprovação desse comportamento? Haverá que ter em conta a emigração preponderantemente masculina, logo a falta da força do elemento tutelar masculino, nomeadamente para o século XIX e também parte do século XX? Prender-se-ia com a maior laicização da sociedade?

246 - Recorde-se que as visitas pastorais e as devassas, nos moldes tradicionais cessaram em 1831.
247 - Lembre-se a posição assumida pela Igreja sobre esta matéria, que era de reprovação.

3.1 Concepções pré-nupciais segundo a idade ao casamento da mulher

As concepções pré-nupciais sofrem um aumento à medida que os anos vão decorrendo, conforme fica patente ao observarmos o quadro. Regista-se, porém uma excepção, as mulheres que casam mais jovens, no grupo de idade dos 15 aos 19.

QUADRO 44
CONCEPÇÕES PRÉ-NUPCIAIS
SEGUNDO A IDADE AO CASAMENTO DA MULHER
%
EM RELAÇÃO ÀS MULHERES CASADAS
EM CADA GRUPO DE IDADES

GRUPOS DE IDADES	1660-1850	1851-1995
15 – 19	18,2	0,0
20 – 24	36,4	45,5
25 – 29	9,1	54,5
30 – 34	9,1	36,4
35 – 39	0,0	9,1

Vejamos o primeiro período. Uma percentagem significativa (36,4%) de noivas que casam entre os 20-24 anos têm já tido contactos sexuais antes do casamento, que redundaram em gravidez. É nesta idade que encontramos concepções pré-nupciais numa percentagem mais elevada. Vêm a seguir as mais novas, aquelas que ainda não têm 20 anos (15-19). Das mulheres que casam entre os 25 e os 34 anos só 9,1% vão de ventre cheio aquando das bodas.

E que acontece na segunda metade do século XIX e século XX? Como já se disse as noivas mais jovens não têm contactos íntimos que tivessem conduzido à concepção de uma criança antes do seu casamento, contudo, a partir dos 20 anos e até aos 34, registam-se percentagens elevadas, decrescendo a partir dessas faixas etárias.

Que terá levado estas mulheres a conceber um filho antes do casamento? Porque houve um acume para o primeiro período nas noivas que tinham entre 20 - 24 anos? Seria uma forma de prender o homem? Receariam o celibato? Arriscariam porque um filho é sempre uma ajuda, um amparo? Todas estas razões poderiam ter cabimento?

A ocasião faz o ladrão, assim nos diz o povo. Os namorados no Minho têm muitas ocasiões de se encontrar, de "conversar". Só que a continência sexual antes de casamento, porque as raparigas solteiras se movimentam pelos campos com total liberdade, e bastas vezes desacompanhadas, como refere João de Pina Cabral²⁴⁸, não «é levada demasiado a sério (...)». Deste modo, a opinião generalizada é que as noivas raramente são virgens²⁴⁹.

248 - Cf. do autor, *Op. cit.*, p. 79.
249 - *Ib.*

Camilo Castelo Branco, que viveu muitos anos em Ceide, comunidade bem próxima de Avidos, faz alusão ao facto de os rapazes casarem com raparigas «infamadas», ou por dinheiro, ou porque estas lhes agradavam²⁵⁰, não ficando a comunidade escandalizada por isso, nem tão pouco com a não virgindade da noiva.

4. Filiação natural

PECADOS DA MOCIDADE

O reitor, figura austera e antiga,
Muitas vezes – sobrolho carregado,
Lhe dizia ao falar do namorado:
«Tem cautela com ele, rapariga!»

E a moleirinha russa, de ar amuado,
Toda de branco da farinha triga:
«Não faça tal juízo... não, não diga,
Que o falar-lhe às trindades é pecado...»

Dez léguas em redor daquele outeiro
A mais alegre, - a filha do moleiro
Cantava e ria ao seu fadário adverso...

Agora... ao som das águas da levada,
Enquanto roda a mó, - amargurada,
Canta, chorando, a embalar um berço...²⁵¹

Dar à luz no seio de uma família legitimamente constituída seria, pensamos, almejado por todas as mulheres, que dadas circunstâncias várias, que já apontámos, e outras que nos escaparão, não foi conseguido por muitas delas.

250 - Cf. do autor, *Maria da fonte*, Porto, Livraria Civilização, 1885, pp. 70 - 71.

251 - Sebastião de Carvalho, *Op. cit.*, pp. 65 - 66.

Esses filhos embalados a rir e a chorar, como por antinomia, nos refere o poeta, são os filhos de uniões diversas, que poderão ser fruto de namoro, “filhos do namoro”, como ainda se diz no Minho, logo, a rapariga que confiou e que é enganada, ou porque o namorado mudou de ideias, por outros amores, pressões da família, por ter emigrado... Ou fruto de um mau passo, como ainda hoje se diz. São, porém, filhos naturais, que só não são legítimos porque não houve vontade para tal, pois a união carnal foi entre solteiros, não havendo impedimento canónico ou civil para o matrimónio.

Mas, nem todos os filhos ilegítimos resultaram de cópula entre solteiros desimpedidos. Encontramos também filhos espúrios, crianças concebidas de relações incestuosas, adúlteras e até sacrílegas.

Pese embora a paróquia em estudo ser de pequenas dimensões, não poderemos deixar de analisar este fenómeno, já pela riqueza de elementos que nos traz para a tentativa de compreensão da comunidade avidense, já pelo contributo que dará para a análise comparativa.

4.1 Ilegitimidade

Como encontrar razões explicativas para o fenómeno da ilegitimidade?

Caroline Brettell ao debruçar-se sobre ele destaca a obra do historiador Eduard Shorter²⁵², em que este aponta a existência de duas revoluções sexuais na Europa Ocidental, uma no pós 2.^a Guerra Mundial, e outra entre meados de Oitocentos e meados de Novecentos, ambas tendo em comum o acume de filhos fora do casamento.

Shorter indica como causa da alta ilegitimidade as práticas de namoro, a maior liberdade das mulheres em função de se deslocarem para os empregos, a maior importância dos indivíduos, que leva a mulher a procurar, tal como o homem, no sexo, fonte de prazer, logo, o incremento da actividade sexual dos jovens.

E ainda na continuação de Brettell, esta refere que vários autores tentam explicar o fenómeno, quer centrando-se em variáveis demográficas, quer socorrendo-se da secularização dos costumes.

Levine, indica a relação estreita entre alta idade média ao casamento e alta ilegitimidade, afirmando que «quando há incerteza antes do namoro e do casamento, consequência de condições sociais ou económicas adversas, é provável que a ilegitimidade seja elevada, porque as esperanças de casar são desfeitas – o seu casamento é frustrado, ou pelo menos adiado²⁵³».

Laslett, Levine e Wrighton, sugerem que «nas zonas dominadas por explorações agrícolas de famílias nucleares, onde o controle paterno é maior e há uma maior preocupação com a legitimidade de um herdeiro, as taxas de ilegitimidade são mais baixas, do que nas zonas rurais caracterizadas por uma força de trabalho agrícola proletária e sem terras²⁵⁴», o que não se nos afigura ser o caso do Minho.

252 - Cf. da autora, *Op. cit.*, p. 227.

253 - *Ib.*, p. 228.

254 - *Ib.*

A relação entre ilegitimidade e classe social é também explorada por alguns autores, havendo segundo Laslett e Oosterveen²⁵⁵, uma «sub-sociedade com propensão para a bastardia» constituída por mulheres reincidentes ligadas por laços familiares, que engrossavam os quantitativos de ilegitimidade, havendo uma correlação entre altos índices de ilegitimidade e elevada proporção de mulheres com mais de um filho.

Porque razão em Portugal se registam tão altas taxas de ilegitimidade no Norte do País? Porque a diferença tão marcada entre o Norte e o Sul?

Porque o Norte de Portugal não se subordina aos mesmos parâmetros da Grécia, Itália e da vizinha Espanha?

Se se admite claramente a distinção entre zona influenciada pelo Atlântico e zona influenciada pelo Mediterrâneo, teremos que equacionar, por exemplo, a questão da Irlanda, país da «franja atlântica», que não se insere nos padrões do Norte de Portugal no que toca a esta variável.

A ilegitimidade em Portugal terá de ser vista de acordo com uma representação idiossincrásica, tendo em conta a dissimilitude Norte/Sul, logo variações regionais, mas também temporais, e explicada num quadro de multiplicidade factorial, de que não podemos descartar códigos de honra, padrões sócio-económicos, maior ou menor permeabilidade das directrizes pastorais, emigração diferencial, predominantemente masculina, entre outros.

Vejamos o que acontece em S. Martinho de Avidos, e depois tracemos uma panorâmica para outras comunidades minhotas e do resto do País.

QUADRO 45
PERCENTAGEM DE ILEGÍTIMOS

PERÍODOS	Nº DE LEGÍTIMOS	Nº DE ILEGÍTIMOS	%	Nº DE EXPOSTOS	%
1623-1699	312	50	14	0	0
1700-1799	751	71	9	12	1
1800-1899	1238	122	9	29	2
1900-1995	2387	181	7	0	0

Numa análise por séculos, constatamos que é o século XVII o período em que Avidos regista maior percentagem de filhos ilegítimos, decrescendo nas duas centúrias seguintes, atingindo os valores mais baixos no século XX²⁵⁶.

Se considerarmos que a idade média ao casamento da mulher atinge até 1800 os valores mais elevados, entenderemos, por certo, a relação estreita entre estes indicadores. É, também neste período, que o celibato definitivo é mais alto.

255 - Caroline Brettell, *Op. cit.*, p. 229.

256 - Entretanto, a percentagem média de filhos ilegítimos para todo o período (1623-1995) é de 9,7%.

Conjugando também o índice de masculinidade, temos alguns ingredientes que poderão explicar o elevado nível de ilegitimidade para este período.

É, outrossim, no século XVII, que aparecem mais legados por alma de ausentes²⁵⁷, a maior parte deles dizendo respeito a homens. Em suma, ao longo do século XVII e XVIII, muitos mancebos e alguns homens casados deixam Avidos e não mais regressam. Outra causa da alta ilegitimidade²⁵⁸?

A percentagem de enjeitados para o mesmo período é reduzida, se tivermos em conta os valores encontrados para a filiação natural, atingindo o seu apogeu no primeiro quartel do século XIX.

Encontramos alguma relação entre o volume de ilegítimos e de enjeitados, uma vez que terá sido no século XVII que o maior número de filhos fora do casamento nos surge (15,9%), contra os 0% de expostos²⁵⁹.

Para o século XVIII, os 9% de filhos naturais são de facto uma prova irrefutável de que a ilegitimidade tende a decrescer. Já, com os expostos, vemos que o século XVIII se fica pelos 1%, subindo na primeira metade do século XIX para o dobro, valor nunca antes atingido, tornando logo a descer, até se extinguir em 18 de Outubro de 1884.

Se juntarmos os filhos naturais com os expostos ao longo do século XVIII e XIX, observamos os valores a subir, se bem que nunca atingindo as cifras de ilegitimidade encontradas para o século XVII.

Valores mais elevados para o século XVII, já tivemos ocasião de tentar explicar. Para o último período (1973-1995), vemos como razão explicativa o facto de desde 3 de Dezembro de 1973 a 23 de Setembro de 1984 ter vivido uma comunidade cigana em Avidos, que com os seus costumes singulares, nomeadamente o seu contrato idiossincrásico de união, que não se enquadra nos nossos, dá origem a estes valores.

A menor percentagem de ilegitimidade registada para o século XVIII e XIX poderá ter a ver entre outras razões, com a mais baixa idade média ao casamento para ambos os sexos e porventura uma maior pressão social face à ilegitimidade, não podendo deixar de referir-se, novamente, o maior número de expostos, que poderão, pelo menos alguns deles ser fruto de uniões não consagradas.

Pensamos que vários factores estarão na origem deste fenómeno, e das cambiantes que assume ao longo dos três séculos em estudo, de ordem sócio-económica, cultural, religiosa, etc, a saber:

- a existência de um mercado matrimonial deficitário para as mulheres, em períodos concretos, com índices de masculinidade baixos;

257 - Sendo o primeiro de 4 de Maio de 1662.

258 - Veja-se também a alta percentagem de concepções pré-nupciais.

259 - Lembra-se que o primeiro exposto nesta paróquia nos surge em 30.04.1707.

- a subalternidade feminina, que se manifesta nomeadamente na profissão das mulheres que concebem filhos em solteiras ou viúvas²⁶⁰;
- a idade ao casamento, que sendo alta, poderá acarretar valores mais elevados de ilegitimidade;
- o travão ou descompressão social e familiar;
- a tendência para a reprodução de comportamentos familiares;
- o "arrimo", nomeadamente na velhice, que um filho representa.

Afigura-se-nos que o fenómeno da ilegitimidade, por comparação com outros estudos para a região do Minho, foi sempre importante, conforme se configura no quadro. Os dois períodos com valores mais baixos registam-se na última metade do século XVIII e a primeira do século XX.

QUADRO 46
ILEGITIMIDADE EM ALGUMAS PARÓQUIAS DO MINHO - COMPARAÇÃO COM AVIDOS
(NÚMEROS ABSOLUTOS E PORCENTAGENS)

Períodos	STª EULÁLIA (VIANA DO CASTELO)			ALVITO S. PEDRO (BARCELOS)			AVIDOS (VILA NOVA DE FAMILIÇÃO)		
	Nº de lleg.	Nº Baptismos	%	Nº de lleg.	Nº Baptismos	%	Nº de lleg.	Nº Baptismos	%
1700-1749	92	1162	8	56	256	22	31	120	26
1750-1799	95	962	10	38	331	11	17	183	9
1800-1849	108	1173	9	41	338	12	38	225	17
1850-1899	151	1271	12	76	431	18	45	314	14
1900-1949	158	1785	9	108	577	19	44	544	8

260 - Só a partir de 7.01.1773, nos surge a profissão da mãe, ao registo de nascimento do filho, e, neste século, só tivemos acesso a duas profissões de mães não casadas, *scilicet*: Domingas, natural do bispado do Porto, que era criada de servir em casa de Manuel Dias Carneiro, e Joana, solteira, natural de Cabeçudos, que estando a servir em casa do estalajadeiro Paulo (...) na freguesia de Vermoim, saiu da tal casa com o ventre erguido e fama pública e constante de ter concubido do amo, e se veio acolher a esta freguesia de Avidos, no lugar do Ribeiro, onde é sua irmã casada. Já, para o século XIX, aparecem identificadas mais profissões, num total de 10 mulheres, a saber: 3 criadas de servir, 1 caseira de terras, 6 jornaleiras. Para o século XX, encontramos registadas mais mulheres com profissão. Dividindo-o em 2 períodos. (1900-1949) e 1950-1995, vemos para o primeiro período 1 tendeira, 1 lavradora-caseira, 2 jornaleiras, 3 criadas de servir, 19 domésticas, 5 fabricantes, e, para o segundo período, temos 4 operárias fabris, 2 criadas de servir (serviçais), 1 jornaleira, 2 costureiras, 14 domésticas.

António Augusto Amaro das Neves²⁶¹, que estuda a ilegitimidade no Antigo Regime para o Concelho de Guimarães,²⁶² aponta um padrão de ilegitimidade vário para o País²⁶³, não deixando de considerar que embora no Minho se tenham encontrado índices altos, para o Sul do território português, (1650-1750) concretamente Alentejo e Algarve, amostras de S. Brissos, concelho de Montemor-o-Novo, e Algoz concelho de Silves, esses valores são diminutos, aproximando-se dos resultados para o resto da Europa rural, «abaixo de um por cento de ilegítimos em relação ao total de nascimentos²⁶⁴».

Que inferências nos será lícito fazer? Parece que o contraste Norte/Sul se perspectiva, o que também nos é veiculado por Isabel dos Guimarães Sá²⁶⁵, num estudo em que a autora reúne dados de outros estudos sobre o fenómeno, vindos a lume entre 1967 e 1993, em 17 freguesias, de Trás-os-Montes, do Alto e Baixo Minho, Douro Litoral, Beira Litoral, Estremadura (Lisboa), Ribatejo e Açores.

4.1.1 Repartição dos nascimentos fora do casamento segundo os meses

Detenhamo-nos agora na sazonalidade dos nascimentos e concepções que ocorreram à margem da legitimidade do casamento.

No sentido de vermos se o nascimento dos filhos naturais obedecia ao mesmo calendário sazonal que o dos filhos legítimos, construímos o quadro abaixo.

261 - Cf. do autor, *Filhos das ervas, a ilegitimidade no norte de Guimarães, (séculos XVI-XVIII)*, Tese de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga, 1996.

262 - Considerando o período até 1819, vemos que a realidade de Avidos no que concerne à ilegitimidade, se aproxima da de Guimarães zona rural, com valores respectivamente de 12,3 e 12,6%.

263 - Amaro das Neves caracterizando o quadro demográfico português antigo, refere uma matriz que se consubstancia em três regimes distintos, um de baixa incidência de ilegítimos face ao total de nascimentos, que se fica em valores abaixo dos 1%, em que poderemos enquadrar o Sul de Portugal Continental, através das amostras de S. Brissos e Algoz, um de média frequência, com valores à volta de 5% de ilegítimos, em que se inserem terras de Trás-os-Montes, Lisboa, Porto ou Cortegaça, bem como os Açores, e um terceiro regime de alta frequência, com valores normalmente acima dos 10%, para a região do Minho. Cf. do autor, *Op. cit.*, pp. 114 - 115.

264 - *Ib.*, p. 114.

265 - Cf. da autora «Abandono de crianças, ilegitimidade e concepções pré-nupciais em Portugal: estudos recentes e perspectivas», in *Expostos e ilegítimos na realidade Ibérica do século XVI ao presente. Actas do III Congresso da ADEH*, V. Pérez-Moreta (Org.), Porto, Ed. Afrontamento, 1996, pp. 54 - 55.

QUADRO 47
REPARTIÇÃO DOS NASCIMENTOS E CONCEPÇÕES ILEGÍTIMAS SEGUNDO OS MESES DO ANO (ÍNDICES)

NASCIMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
CONCEPÇÕES	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR
Períodos	Índices											
1623-1699	85,8	94,1	107	89	85,8	66	172	64	44,3	150	177	64,3
1700-1799	209	17,6	112	149	64,2	83	161	161	16,6	128	66,4	32,1
1800-1899	97,2	139	58	70	136	60	107	97	120	87,5	120	107
1900-1930	173	63,4	58	90	57,7	90	173	87	89,5	115	59,7	144
1931-1995	68,7	84,8	69	160	68,7	124	86	86	97,6	129	133	94,4

Podemos observar que para o século XVII, os meses de mais nascimentos foram os de Novembro (concepção de Fevereiro), Julho (concepção de Outubro) e Outubro (concepção de Janeiro). Os meses em que houve menos nascimentos foram os de Setembro (concepção de Dezembro), Agosto (concepção de Novembro) e Dezembro (concepção de Março).

E que acontece no século XVIII? Os meses de mais nascimentos são os de Janeiro, Julho e Agosto, cujas crianças foram geradas respectivamente em Abril, Outubro e Novembro. Os meses com índices mais baixos de nascimentos são os de Setembro, Fevereiro e Dezembro, gestações de Dezembro, Maio e Março. Para o século XIX, encontramos a seguinte distribuição, mais nascimentos em Fevereiro, (concepções de Maio), Maio, (concepções de Agosto), Setembro e Novembro (concepções de Dezembro e Fevereiro), menos nascimentos nos meses de Março (concepções de Junho), Junho, (concepções de Setembro), e Abril, (concepções de Julho). Para o século XX, até aos anos trinta, os meses de mais nascimentos são os de Janeiro, Julho e Dezembro, (concepções de Abril, Outubro e Março), nascendo menos crianças naturais nos meses de Maio, Março e Novembro, (concebidas respectivamente em Agosto, Junho e Fevereiro). No derradeiro período do século XX (1931-1995), encontramos o seguinte cenário, mais nascimentos em Abril, Novembro e Outubro, (concepções de Julho, Fevereiro e Janeiro), e menos nascimentos em Janeiro, Maio e Março, (concebidos em Abril, Agosto e Junho)

Grosso modo, podemos verificar não existir paralelismo com os nascimentos e concepções dos filhos legítimos.

Numa tentativa de leitura, parece-nos que para o século XVII e XVIII, grande parte das crianças terá sido gerada nos períodos de menos volume de trabalhos agrícolas, para o século XIX, já pesam mais os meses em que haveria mais trabalho nos campos, outro tanto para a primeira metade do século XIX. Na segunda parte do século XX, o acume das concepções no mês de Julho poderá ter uma leitura diferente, dado que para épocas mais recentes o peso da ruralidade se esbate e a maior liberalização dos costumes se expande, pelo que este último factor, deverá ter uma significância maior.

O fenómeno da ilegitimidade, rico nas suas cambiantes, pode ser também analisado através da identificação dos pais dos filhos ilegítimos, que podemos conhecer por via do assento de baptismo do filho, do casamento da mãe, ou da união legítima do filho.

4.1.2 Identificação dos pais dos filhos ilegítimos

QUADRO 48
IDENTIFICAÇÃO DOS PAIS DOS FILHOS ILEGÍTIMOS

PERÍODOS	AO NASC.	AO CAS. DA MÃE	AO CAS. DOS FILHOS	TOTAIS	%	TOTAIS DE ILEGÍT.
1623-1699	15	0	3	18	36,7	49
1700-1799	7	0	2	9	12,9	70
1800-1899	3	0	0	3	2,4	123
1900-1995	17	3	0	20	11,0	182
Totais	42	3	5	50	14,5	424

Foram identificados os pais de 50 indivíduos nascidos fora do casamento, ou seja, 14,5%²⁶⁶.

De salientar o grande volume de registos onde o pai foi indicado ao nascimento, no século XVII, o que denotará a preocupação dos párocos em indicar o maior número possível de dados referentes à criança que nasce²⁶⁷.

Para o século XX, os 11% terão a ver com a legislação civil (artigo 149 do Código do Registo Civil²⁶⁸).

As razões apresentadas são diversas para os dois períodos. Para a fase antes da promulgação do Código do Registo Civil, e para a que se lhe segue. A primeira, partindo das entidades religiosas, e a segunda, de carácter civil, ambas, contudo, com o fim de moralizar os costumes.

Reduzidas são as situações em que a identidade do pai é conhecida aquando do casamento das mães, ao longo de todo o período, só ocorrendo três em vinte nascimentos de filhos naturais.

Saber de onde vieram as mães das crianças que foram baptizadas em S. Martinho de Avidos ajuda-nos a contextualizar o nosso estudo.

266 - Não considerámos a comunidade cigana, dada a natureza específica dos seus costumes, concretamente em relação ao casamento.

267 - Apesar das directrizes das Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga de 1639 interditar o registo do nome do pai de uma criança filha natural. A não aplicação teria a ver com a menor difusão, nos primeiros tempos, das Constituições?

268 - Vide *Código do Registo Civil legislação complementar*, Coimbra, Almedina Editora, 1993, p. 84.

4.1.3 Naturalidade das mães dos filhos ilegítimos em S. Martinho de Avidos

QUADRO 49
FAMÍLIAS ILEGÍTIMAS SEGUNDO A NATURALIDADE DAS MÃES

PERÍODO	TOTAL	NATURAIS DA PARÓQUIA	%	DE FORA	%
1623-1700	41	34	82,9	7	17,1
1701-1910	139	80	57,6	59	42,4
1911-1995	113	23	20,4	90	79,6

Da análise do quadro fica patente que até à primeira República uma percentagem significativa dos filhos ilegítimos registados em Avidos, eram filhos de mães naturais da freguesia, com maior incidência para o século XVII, em que mais de dois terços dos filhos naturais eram do ventre de mães autóctones.

O século XX (1911-1995) com os 79,6% de filhos nascidos de mães alienígenas, vem introduzir uma tendência nova, que terá a ver também com uma maior abertura da paróquia.

As mães cuja naturalidade não é identificada são em número relativamente reduzido, representando para todo o período, 5%²⁶⁹.

Para o século XVII, as mães naturais da paróquia são identificadas com o seu nome, ou nome e sobrenome ou nome e apelido²⁷⁰, bem como o lugar de origem e estado civil²⁷¹, as naturais de outras paróquias são identificadas pelo nome, estado civil, lugar e naturalidade. Para o século XVIII, mantém-se nos primeiros anos o mesmo formato de assento, começando a partir de 1709 a registar-se a filiação, aparecendo, no entanto, mulheres em que esta não está presente (pensamos que por o pároco não a conhecer).²⁷²

Em 1 de Setembro de 1711²⁷³, registou o pároco o nascimento ocorrido em 30 de Outubro do mesmo ano, de um indivíduo do sexo feminino, Rafaela, dizendo *e por causas justas não se lhe nomearão os pais, nem também a freguesia*. Aqui, interrogamo-nos sobre quais teriam sido essas causas justas, filha de um clérigo, de alguém proeminente?

269 - Os períodos em que houve maior número de mães só identificadas pelo nome, ou não identificadas são o século XVII e o XIX.

270 - Em jeito de exemplo, vemos Ana Grila, Catarina Pega, Maria Pega, Domingas Pega, Maria Pinta, Maria a Melenas. Com excepção desta última, todos os apelidos estão ligados a nomes de animais.

271 - Registam-se dois casos em que aparece a filiação, sendo uma mãe da paróquia e outra de fora.

272 - No registo de nascimento de António (20.12.1747) o redactor refere não conhecer os pais da mulher que deu à luz.

273 - Livro Misto 3, fl. 7 v.º

Logo, em 2 de Janeiro de 1713²⁷⁴, novo registo nos aparece, este de Maria, nascida a 1 de Janeiro de 1713, em que o redactor declara que disseram os padrinhos ser filha de uma moça que acaso pariu ontem a dita filha, no lugar de Penso (...), a qual moça disse que se chamava também Maria e que era casada e natural de Vila do Conde, mas não deu o nome de seu marido, nem o seu sobrenome. Neste caso, parece-nos ser uma filha do "pecado", cuja mãe vem esconder as suas relações extra-conjugais, longe do seu rincão.

Ainda em Setecentos, (28.12.1728²⁷⁵), vemos surgir Sabina, solteira, natural de Tabuaça, termo de Guimarães, a dar à luz João. Sabina declara mais tarde chamar-se Rosa. Porque terá ocorrido esta troca de nomes?

No registo de outra criança nascida de mãe de fora da paróquia, no caso em apreço da Lama, se diz: *declaro que administrei o sacramento porque a dita Francisca veio para esta freguesia*. Será que veio ter o filho a Avidos para fugir dos rumores do povo da Lama?

E Joana, mãe solteira, vem acolher-se a casa da irmã, que estava casada em Avidos, para aí ter a sua filha Leonor, nascida em 5 de Outubro de 1787²⁷⁶, fruto de concubinato com o amo, o estalajadeiro Paulo, de Vermoim.

Apesar de se saber quem era o pai do filho que Custódia gerara, esta vai ser mãe solteira. Ouçamos o que nos diz o registo. O pároco, depois de identificar os avós maternos da criança (António, nascido a 31 de Dezembro de 1787) referindo que são naturais da Palmeira e residentes em Moinhos de Cima – Avidos, diz que eles aí residem *depois do S. Miguel e consta bem notoriamente sem fama em contrário ser o pai desta criança Custódio da Silva, solteiro, filho de Pedro da Silva, freguesia de Landim, e que costuma acostar-se nesta freguesia de Avidos em casa de António da Silva do lugar de Penso*²⁷⁷.

Porque não casou com Custódia? Terá sido porque os pais desta são de outra paróquia, e como "estranhos" não conseguem impor o respeito pela honra da filha?

A sorte de Maria do Vale foi, ao que nos parece, melhor, uma vez que embora arrastando consigo o fardo de ter um filho natural, veio a casar com o pai da criança, cerca de um ano mais tarde, pois João nasce a 19 de Julho de 1792²⁷⁸, e os pais casam em 18 de Outubro de 1793²⁷⁹.

As mulheres solteiras, naturais doutras paróquias, vêmo-las como "assistentes" em casa de paroquianos, a servir como criadas ou como jornaleiras, registando-se outras que chegam a Avidos para ter os filhos, conforme fica expresso pelas situações descritas.

274 - Livro Misto 3, fl. 9 v.º

275 - Livro Misto 3, fl. 27 v.º

276 - Livro de Nascimentos 2, fl. 34 v.º

277 - Livro de Nascimentos 2, fl. 35.

278 - Livro de Nascimentos 2, fl. 24.

279 - O pároco refere: *há pouco apazada em casamento com António José, filho de (...) e de (...) da freguesia de Santo Estêvão de Aldrões (sic) bispado do Porto, de quem constantemente se supõe filho*.

Para o século XIX, o redactor preocupa-se em dar-nos algumas informações complementares relativamente às mães de fora, o que vem corroborar as nossas asserções, de que estas terão vindo pelas duas razões anteriormente apresentadas, a primeira para terem os filhos, como Ana Marques de Requião, que veio para esta freguesia de cousa de 5 meses (...) e teve aqui em 31 de Outubro de 1800, a sua filha Joana, a segunda razão reside no facto de se encontrarem a trabalhar nesta paróquia. Assim, ouçamos o que nos diz o registo: Bernarda ou Bernardina, enjeitada, criada que foi de José Vieira da freguesia de Landim, e era por socorro deste, assistente em tempos no lugar de Penso²⁸⁰, ou Luísa Maria, solteira, natural de Bairro, mãe de Joana Maria, nascida em Avidos a 16 de Novembro de 1834²⁸¹, assistente em casa de João Dias de Sá, do lugar de Castelões, ou também Adelaide Rosa de Sousa, criada de servir, natural de Areias, que teve em Avidos a sua filha natural Joaquina, em 11 de Julho de 1898.

O peso dos Visitadores é bem patente quando vemos Francisca Teresa, mãe solteira, natural de Avidos, nascida a 6 de Setembro de 1785²⁸², a ficar casada no tempo da visita.

Razões circunstanciais levaram a outros nascimentos fora da terra de residência permanente ou naturalidade, como o nascimento de Vicente, cujo baptismo ocorreu a 12 de Outubro de 1810²⁸³ e o nascimento três dias antes, devendo-se o seu nascimento em Avidos ao facto de a mãe, Caetana Margarida, ter vindo da cidade do Porto (...) que ocasionalmente aqui se recolheu com medo dos franceses.

Da preocupação crescente dos párocos em registar os filhos ilegítimos, com o maior número possível de elementos, dá-nos conta o século XX, em que todas as mães foram identificadas, sendo o único século em que conhecemos para todas as mulheres o local de origem²⁸⁴.

As paróquias de onde eram naturais as oitenta e quatro mães solteiras desse século, situam-se a poucos quilómetros de Avidos, na maior parte dos casos, de freguesias pertencentes ao concelho, ou do concelho limítrofe, o de Santo Tirso. Landim, Lagoa, Cabeçudos, Lama, Areias e Palmeira²⁸⁵ representam até ao século XIX, 35,7% das localidades.

4.1.4 Estado civil das mães dos filhos ilegítimos

Das 201 mulheres com filhos naturais, de que conhecemos o estado civil²⁸⁶, 93% teve os seus filhos no estado de solteira.

280 - Esta teve sua filha Damiana em 26 de Setembro de 1804, *Livro Nascimentos* 2, fl. 69.

281 - *Livro de Nascimentos* 2, fl. 124.

282 - *Livro de Nascimentos* 2, fl. 26 vº.

283 - *Livro de Nascimentos* 2, fl. 80.

284 - Excepção feita a algumas (escassas) ciganas. Esta comunidade terá de ser encarada de acordo com os seus costumes.

285 - As três primeiras pertencem ao concelho de Vila Nova de Famalicão e as três restantes ao concelho de Santo Tirso.

286 - Em todo o período, como vemos pelo quadro, só de quatro mulheres não conseguimos saber o estado civil.

QUADRO 50
ESTADO CIVIL DAS MÃES DOS FILHOS ILEGÍTIMOS

Período	CASADAS		SOLTEIRAS		VIÚVAS		INDETERM.		TOTAL
	Nº casos	%	Nº casos	%	Nº casos	%	Nº casos	%	
1623-1700	0	0,0	24	85,7	0	0,0	4	14,3	28
1701-1910	3	2,4	119	96,0	2	1,6	0	0,0	124
1911-1995	2	4,1	44	89,8	3	6,1	0	0,0	49
Total	5	2,5	187	93,0	5	2,5	4	2,0	201

Para o século XVII, não encontramos mulheres casadas ou viúvas com filhos ilegítimos²⁸⁷, para o século XVIII, XIX e inícios do XX também 96% das mães de filhos naturais eram solteiras, e para o século XX, embora aumentando a percentagem de casadas e viúvas concebendo filhos à margem da norma, encontramos valores altos de filhos ilegítimos nas mulheres solteiras (89,8%).

Quem eram as mulheres casadas que tiveram filhos fora do casamento? A primeira nossa conhecida veio de Vila do Conde, e teve o seu filho em Avidos em 1 de Janeiro de 1713²⁸⁸, a segunda é de Areias vindo do parto a ocorrer em 27 de Outubro de 1772, outra veio de Minhotães, mas estava separada do seu homem judicialmente e deu à luz em 28 de Junho de 1875. Outra mulher casada, tem três filhos do casamento, o último nascido em 1949, e vem em 1955 a conceber outro filho de um homem solteiro.

Em suma, todas as mulheres casadas com filhos naturais eram de fora da freguesia, exceptuando uma, já na segunda parte do século XX. Quanto às viúvas, duas eram naturais e três de fora da freguesia.

Foi entre o século XVIII e XX que houve lugar a mais concepções de filhos ilegítimos de mães casadas e viúvas. Para o século XVIII, vemos que ambas as mulheres casadas vieram de fora da paróquia e para o século XIX, há ainda a assinalar que a mulher estava separada do marido. Quanto às viúvas a maior percentagem era de fora da paróquia.

4.1.5 Idade média das mães solteiras ao nascimento do primeiro filho

A idade média das mães solteiras quando são pela primeira vez mães não está muito longe da idade média ao primeiro casamento. Como vemos, também encontramos uma percentagem relativamente alta de raparigas solteiras que tem o seu primeiro filho em idades precoces, ou seja, antes dos 20 anos. Essa percentagem decresce em mais de 50% no último período.

287 - Para o século XVII, Fernando Miranda também não encontra viúvas com filhos ilegítimos, o mesmo acontecendo com Cervães, segundo a investigadora. Nesta última paróquia, tal como em Avidos, também não vimos mulheres casadas a terem filhos naturais. Por sua vez, Fernando Miranda dá-nos conta que neste período, em Alvito S. Pedro e Anexa duas mulheres casadas tiveram filhos ilegítimos. Cf. Fernando Miranda, *Op. cit.*, p. 143, e Maria Cecília Ribeiro de Azevedo Barbosa, *Op. cit.*, p. 93.

288 - *Livro Misto* 3, fl. 10 v.º.

QUADRO 51
IDADE MÉDIA DAS MÃES SOLTEIRAS AO NASCIMENTO DO 1º FILHO*

	IDADE MÉDIA AO NASCIMENTO DO 1º FILHO	% MÃES COM MENOS DE 20 ANOS
1701-1910	24,8 (35)	17,1 (6)
1911-1995	23,7 (12)	8,3 (1)
Total Global	24,5 (47)	15,8 (7)

* Não dispomos de dados para o século XVII.

4.1.6 Casamento posterior das mães de filhos ilegítimos

As mães do século XVII dos filhos ilegítimos, naturais de Avidos, não tiveram oportunidade de casar²⁸⁹ e constituir um lar para os seus filhos, qual anátema lançado a estas mães, fruto porventura do índice de masculinidade abaixo da média, entre outros factores. Terão tido melhor sorte que as outras mulheres que engrossaram a lista de celibatárias, pois geraram pelo menos filhos que lhe temperaram a velhice e as ajudaram com os seus braços nas fainas quotidianas, apesar de a comunidade não as considerar no mercado matrimonial?

QUADRO 52
CASAMENTO POSTERIOR DAS MÃES DE FILHOS ILEGÍTIMOS

	1623-1699	1700-1799	1800-1899	1900-1995	TOTAIS
Mães Naturais de Avidos	33	32	45	27	137
Casamento Posterior	0	6	9	9	24
%	0	18,8	20,0	33,3	17,5

A partir do século XVIII vemos adensarem-se as possibilidades de casamento para estas mulheres.

Em vinte e quatro casamentos de mães solteiras ocorridos desde 1700 a 1995, oito²⁹⁰ trazem indícios de que o pai da criança decide legalizar o acto, dando um lar ao filho concebido antes do casamento.

A sociedade parece querer ver com outros olhos estas mulheres, o processo de inclusão assume-se progressivamente como ganhador ao longo dos séculos, sendo esta matriz também visível quando analisamos a aceitação progressiva no quadro social dos filhos das mães solteiras.

289 - Só temos acesso a esse dado a partir de 1660, pois os registos de casamento de que dispomos iniciam-se nessa data.

290 - 32 % dos casamentos ocorridos neste período.

4.1.7 Casamento dos filhos ilegítimos das mães nascidas em S. Martinho de Avidos²⁹¹

O eventual estigma que terá caído sobre os filhos das mães não unidas pelos laços do matrimónio parece, à medida que caminhamos no tempo ir-se dissipando, pese embora uma ligeira quebra verificada no século XX.

QUADRO 53
CASAMENTO DOS FILHOS ILEGÍTIMOS DAS MÃES NASCIDAS EM S. MARTINHO DE AVIDOS

	1623-1699	1700-1799	1800-1899	1900-1995	TOTAIS
Total Legítimos com casamento conhecido	48	156	258	1224	1686
Total Ilegítimos com casamento conhecido	2	8	26	33	69
% de Legítimos com casamento conhecido	38,4	61,2	56,6	71,7	66,3
% Ilegítimos com casamento conhecido	4,8	14,5	23,9	21,3	19,1

A partir de Setecentos, a comunidade acolhe com mais naturalidade a união de filhos nascidos de uniões não consagradas, e o número destes casamentos aumenta para mais do triplo no século XVIII, subindo embora não tanto, no século XIX. O século XX acusa, como já referimos, uma percentagem menor, que pensamos, terá causas diferentes, nomeadamente para épocas mais recentes.

4.1.8 Propensão para a bastardia

Certas famílias parecem ter sido particularmente atreitas às formas mais extremas de inconformismo sexual. As criadas, jornaleiras, e as filhas de caseiros, provenientes de famílias que se encontravam no escalão mais baixo da hierarquia sócio-económica, contribuíram significativamente para os nascimentos ilegítimos²⁹².

Em S. Martinho de Avidos encontramos, com excepção do último período, um número significativo de mulheres com mais de um filho ilegítimo. De realçar o século XIX.

291 - Os valores foram calculados por defeito, uma vez que muitos filhos ilegítimos poderiam ter falecido antes de chegarem à idade do casamento.

292 - Caroline Brettell, *Op. cit.*, p. 254.

QUADRO 54
MULHERES COM FILHOS ILEGÍTIMOS E PROPENSÃO PARA A BASTARDIA²⁹³

PERÍODO	Nº MUL.	1 FIL.	2 FIL.	3 FIL.	4 FIL.	5 FIL.
1623-1699	40	31	8	0	0	0
1700-1799	49	39	6	1	2	1
1800-1899	75	60	6	3	4	2
1900-1949	56	45	8	1	0	1
1950-1974	12	9	3	0	0	0
1975-1995	21	20	0	1	0	0

4.1.9 Ascendentes das mães dos filhos ilegítimos que foram naturais de S. Martinho de Avidos

As mães solteiras descendiam na maior parte de uniões legítimas, só uma pequena percentagem tinha como ascendentes mães solteiras.

QUADRO 55
ASCENDENTES DAS MÃES DOS FILHOS ILEGÍTIMOS QUE FORAM NATURAIS DE S. MARTINHO DE AVIDOS

	1623-1699	1700-1799	1800-1899	1900-1995	TOTAIS
Solteiras	Ausência de	2	4	5	11
%	dados	8	8,5	17,8	8
Casadas	2	12	40	23	77
%	5,8	48	85,1	82,1	57,4
Não identificadas	32	11	3	0	46
%	94,1	44	6,3		34,3
Totais	34	25	47	28	134

O número veio, porém, a aumentar ao longo dos séculos, atingindo no século XX, 17,8 %²⁹⁴. (É de notar que no período anterior há muitos casos desconhecidos). Esta situação entende-se à luz da maior liberalização dos costumes que vai ocorrendo, mormente no século XX. Se compararmos com os valores obtidos para Alvito S. Pedro e Anexa²⁹⁵, encontramos tendências similares, porquanto

293 - Registe-se que no período de 1623-1699, uma mulher teve 7 filhos, e no período de 1901-1949, uma mulher teve 6 filhos, daí a diferença no quadro, entre os parciais e o número total de mulheres.

294 - Para o primeiro período, dada a insuficiência de dados, não poderemos interpretar a situação.

295 - Cf. Fernando Miranda, *Op. cit.*, p. 145.

também nesta paróquia uma parte significativa (73%) das mães solteiras nasceram de uniões conjugais, notando-se um adensar de mães solteiras ao longo dos séculos, registando-se o seu acume no século XX com 28%. É visível que as mães solteiras provêm de lares constituídos à luz das normas religiosas e civis, e que o século XIX é aquele que regista maior percentagem de mães solteiras oriundas de ligações conjugais, diminuindo levemente esse comportamento no século XX.

Em jeito de síntese, reflectamos sobre como encontrar razões explicativas para o fenómeno da ilegitimidade.

Para a nossa comunidade, dada a análise que fizemos dos diversos indicadores, e também da história oral, pensamos poder enquadrá-la nos três tipos sugeridos por Caroline Brettell, **A criada infeliz, a namorada abandonada e a subsociedade com propensão para a bastardia**, embora tenhamos consciência da singularidade das situações.

A criada infeliz, como a mulher que faz os serviços domésticos e ao mesmo tempo poderá trabalhar no campo, é um dos protótipos da mulher que concebe filhos ilegítimos.

A saída de raparigas da casa paterna para irem trabalhar em casa de lavradores e proprietários abastados, seja da sua aldeia, seja fora desta, é uma situação que é comum no Norte de Portugal.

Afastadas da vigilância paterna, não se tornaria difícil a abordagem destas mulheres por criados ou patrões, que compartilhavam o mesmo tecto, e nalguns casos resultarem filhos.

Da relação de ausentes dada pelo pároco da freguesia, num total de sessenta e três, entre Agosto de 1808 e Novembro de 1834, embora figurassem em maior número indivíduos do sexo masculino, as mulheres tinham o seu peso, uma vez que vinte e quatro mulheres deixaram o lar, o que representa 38%.

Destas mulheres que se ausentaram, cinco eram filhas naturais e uma era exposta.

Quantas destas mulheres se "desencaminhariam"?

A namorada abandonada, outro dos tipos que terá hipóteses de ser mãe solteira, pois, comum é no Norte de Portugal a mulher trabalhar ao lado do homem nas fainas agrícolas, logo haver situação favorável para a rapariga ser engravidada pelo namorado.

Os meses de Verão são apropriados para esses encontros, e o trabalho agrícola, as feiras e as festas davam ensejo a estas situações.

E que cenário traçar? Como dependia da vontade do rapaz querer ou não casar, dado que só muito recentemente foram gizados normativos legais de protecção à mulher mãe de um filho ilegítimo, muitas destas mulheres viram-se a braços com um filho "sem pai", e muitas das vezes esse foi o caminho para outras gestações, engrossando o caudal da natalidade ilegítima.

Vejamos agora a **subsociedade com propensão para a bastardia**. Foi entre o escalão mais baixo da hierarquia sócio-económica que mais mulheres conceberam fora do casamento, e mais reincidiram. Foram criadas, jornaleiras, filhas de caseiros, que mais configuraram esta situação.

Encontramos alguns casos de mulheres fruto de ventre de mãe ilegítima, que também deram à luz filhos ilegítimos, e outras situações em que na família havia ilegitimidade.

Maria Pega, e Domingas Pega, do lugar de Castelãos, seriam possivelmente da mesma família, como a alcunha nos sugere, e tiveram filhos, ambas no ano de 1664, com um intervalo de 7 meses. Mais tarde, sabe-se que Domingas tinha tido já outra filha, tendo nós tido conhecimento através do registo de óbito de Ana (outra filha de Domingas), ocorrido em Maio de 1689, e também colhendo nessa fonte, somos informados da condição de muito pobre com que morreu. Sua mãe vem a falecer em Agosto de 1717, também em estado de pobreza.

Isabel da Ponte e Maria da Ponte teriam alguma relação familiar, ou seriam meras vizinhas?

Se nos inclinarmos para a primeira hipótese, então ambas as parentes têm filhos ilegítimos, e a segunda morreu em estado de penúria.

Maria da Ponte é uma reincidente, pois tem sete filhos baptizados em S. Martinho de Avidos, entre Novembro de 1675 e Agosto de 1708, três deles de que não se conhece o pai, pois o padre não o menciona, e dos outros quatro, só dois são do mesmo pai, que é Jerónimo da Costa, de Santa Cristina de Cabeçudos. O pai do quarto filho, é Gabriel Rodrigues, do lugar do Esqueiro, da vizinha freguesia de Landim. A segunda filha baptizada chama-se Maria e é filha de João, *moço solteiro*.

Estará esta mulher já no grupo das prostitutas? Haveria lugares da freguesia mais propícios ou delimitados para a vivência destas mulheres, seriam elas "atiradas" para lá? Tentar-se-iam aproximar das suas "pares"? Sabemos que tanto ela como Isabel da Ponte viviam em Castelãos. Avidos e Penso eram os lugares onde mais famílias ilegítimas moravam, porém como temos também conhecimento que eram dos lugares mais populosos, teremos de relativizar a informação. Corredoura e Moinhos vêm a seguir. Se formos ver os dados das visitas pastorais sobressai para todo o período (1735-1818), o lugar de Avidos, excepção feita para este último ano, em que o lugar de Penso aparece com sete casos de relações sexuais ilícitas havidas por mulheres, contra as três de Avidos e as mesmas do lugar de Ribeiro.

Vicência de Araújo, do lugar de Avidos, mulher solteira, baptiza 4 filhos na freguesia, entre Novembro de 1705 e Junho de 1717. Sabemos de outra filha, que vem a casar nesta freguesia, em Dezembro de 1736. Só da primeira filha conhecemos o nome do pai, que é Manuel Álvares, da cidade do Porto.

Sabemos só do casamento de uma filha, embora tenha baptizado três, e de uma delas, a primeira, sabemos que foi mãe solteira, em 24 de Setembro de 1732.

Na nossa comunidade, apesar de haver alguns casos de reincidentes, ou sub população com propensão para a bastardia, abundam as mulheres que baptizaram só um filho, o que nos sugere que terão sido fruto de namoro, ou relação ocasional.

5. Os Expostos ou enjeitados

Crianças abandonadas, filhas de um tempo em que os mantimentos eram normalmente escassos²⁹⁶, de um tempo em que as mães solteiras ou não²⁹⁷, pareciam ser levadas a tentar melhor sorte para os filhos²⁹⁸, procurando que alguém os acolhesse, lhes desse um lar, mesmo que ele passasse pela casa da Roda²⁹⁹. De um tempo em que era comum ouvirem-se pela calada da noite os vagidos de uma criança exposta à porta de alguém, ou encontrada abaixo de um canteio, como aconteceu com Norberto, que estava embrulhado num *aventazinho sujo e roto, nascido há instantes*, recolhido por António José de Sousa, o Rabeca, em 5 de Junho de 1803³⁰⁰.

S. Martinho de Avidos teve a sua primeira criança exposta, à porta de Mariana, rapariga solteira, do lugar de Avidos, tomou o nome da sua "mãe adoptiva", aquela que a albergou. Foi a baptizar em 30 de Abril de 1707³⁰¹, pois vinha acompanhada de um escrito onde se dizia não ter sido baptizada³⁰².

E outros recém nascidos abandonados nos vão aparecendo ao longo do século XVIII, e como os registos são sintéticos, pouco nos é dado saber, como vemos pela transcrição do primeiro assento de um exposto: *Aos trinta de Abril de mil setecentos e sete baptizei Mariana enjeitada por trazer hu escrito que dizia não estar baptizada não sei quem são seus pais criouã Mariana solteira do lugar de Avidos, foram padrinhos Manuel da Costa, estudante (...)* No entanto, à medida que o tempo decorre a qualidade dos registos melhora. Ouçamos um dos meados do século XVIII: *pelas onze horas da noite foi exposta à porta de Domingas solteira do lugar do Ribeiro, desta freguesia de Avidos uma criança menina que ao que representava mostrava ser nascida de quase 2 dias. Vinha envolta em um limitado bocado de pano de linho com outro de barras azuis já velho e dois de gorgão também já muito usado de cor parda e de fio de seda misturada e no modo de sua representação parecia que*

296 - Parafrazeando Isabel dos Guimarães Sá, em «Abandono de crianças...», *Op. cit.*, p. 9, diremos que «O abandono de crianças legítimas ou ilegítimas, se inscreve num conjunto de estratégias individuais ou familiares que visa servir de sistema de apoio ("support system") à economia familiar. Esse sistema de apoio funciona em dois sentidos: no de subtrair crianças à responsabilidade familiar (caso do abandono), e no de propiciar um bem suplementar (caso da ama de exostos).

297 - As crianças abandonadas tanto terão origem em cópula extra-matrimonial, como porventura advieram de uma relação legítima, e aqui, a subsistência colocar-se-ia com alguma agudeza, uma vez que os recursos eram poucos, logo, alguns casais encontrar-se-iam na eminência de ter de enjeitar os filhos, procurando que estes fossem recolhidos por alguém ou uma Instituição, no caso em apreço a Casa da Roda. Caroline Brettell refere o mesmo para Santa Eulália, dizendo que muitos destes meninos «eram filhos de pais legalmente casados que, encontrando-se em sérias dificuldades económicas, entregavam temporariamente os filhos, até poderem cuidar deles». Cf. da autora, *Op. cit.*, p. 271.

298 - Das três situações em que conhecemos as mães de expostos, em duas delas encontramos a profissão de criadas.

299 - O nome atribuído deve-se ao formato do dispositivo onde se colocavam as crianças abandonadas, normalmente bebês.

300 - *Livro de Nascimentos 2*, fl. 66 v.º.

301 - *Livro Misto 2*, fl. 73 v.º.

302 - Terá sido a mesma Mariana que teve um filho natural, de nome João, nascido a 22 de Março de 1706, e foi lá colocada a criança porque Mariana teria leite para a amamentar? Ou seria mais um filho desta?

fora um pedaço de um capotilho de mulher e atada com quase quatro palmos de ourelas de cor parda. Como não trazia sinal nem certeza de ter sido baptizada o foi em casa pela mesma Domingas, solteira. Como porém não formei juízo sobre a validade do dito baptismo a baptizei sub conditione, e pus os santos óleos, aos 4 dias do dito mês³⁰³.

Embora dispunhamos de um número reduzido de assentos, entendemos dever referir que se encontram diferenças, desde crianças que são expostas sem qualquer escrito, a outras onde se indica o enxoval que a acompanha, e até o nome que se deve dar à criança. Preocupação sempre presente é a de indicar no escrito, ou através da voz de quem expõe, se foi ou não baptizada. Aparece-nos um assento em que se refere o enxoval, o nome que se pretende dar à criança, a indicação de que não vai baptizada, e seja ele recomendado e guardado que depois por ele se pagará tudo³⁰⁴.

Um saquinho com arruda e alho acompanha os pertences de uma criança, fazendo-se outra acompanhar de escapulários de Nossa Senhora das Dores ou do Carmo, e outra trazendo ao pescoço um rosário de arame. Adelaide, a última exposta nossa conhecida, baptizada a 18 de Outubro de 1884³⁰⁵, indicava no escrito que trazia para sinal uma fita verde de lã, 4 camisas, um vestido de chita verde, uma baeta vermelha, um ligadouro branco e um lenço vermelho tudo novo³⁰⁶, pedindo-se para ser baptizada em Avidos. Desta criança viemos a conhecer que faleceu em Vermoim, com 89 anos, não sabendo se veio ou não a casar.

O local de exposição foi sempre junto da casa de alguém, registando-se uma única excepção, a que já fizemos alusão, a de Norberto, abandonado abaixo de um centeio.

Só até aos anos sessenta do século XVIII vemos aparecer crianças abandonadas junto de casas de mulheres solteiras, havendo depois a preferência para se exporem à porta de casais. Os exponentes, em regra, colocaram as crianças junto da porta de casais diferentes, com excepção das duas últimas crianças expostas, Alberto e Adelaide, baptizados respectivamente a 22 de Junho de 1874 e 18 de Outubro de 1884, que apareceram à porta de Francisco da Silva e Maria Joana Dias, no lugar da Tojeda.

Foi em Penso que mais crianças apareceram abandonadas, o que não é de estranhar, pois é o maior lugar da freguesia.

Que razões terão levado os exponentes a escolher determinadas portas em detrimento de outras? A possibilidade de as crianças serem aleitadas conjuntamente com outras ainda não desmamadas? Das situações que identificámos, levantámos anteriormente a hipótese de ser Mariana a mesma que teve um filho natural um ano antes, e depois criou uma criança exposta. Teria também cabimento que um casal a quem tivesse falecido um filho infante estivesse em condições de acolher um exposto, como é o caso de António José de Andrade e Francisca Carneira, com um intervalo entre o nascimento do primeiro e segundo filho de 4 anos. Numa altura de fecundidade natural e de

303 - Esta criança chama-se Maria e é exposta a 3 de Julho de 1757.

304 - José da Conceição, assim se chama a criança, nasce a 9 de Dezembro de 1799, Livro de Nascimentos 2, fl. 61.

305 - Livro de Nascimento 3, caderno 4, fl. 61.

306 - Livro de Nascimentos 3, fl. 61.

falta de registo ou sub registo de mortalidade infantil, não nos parece descabida a hipótese colocada. Já, para o casal João Pedro e Benta Maria parece estar tudo em convergência, uma vez que tinham tido uma filha em Fevereiro de 1779, e em Julho desse mesmo ano, é exposta Maria Joana à sua porta. Peitos cheios de leite para poderem alimentar outra criança? A dar força a esta hipótese temos José da Conceição, cujo baptizado ocorreu a 9 de Dezembro de 1799, exposto à porta de José António Osório, cuja mulher tinha tido um filho 4 meses antes.

Dos enjeitados baptizados na paróquia de S. Martinho de Avidos, só conhecemos o óbito de um, Adelaide, falecida em Vermoim, conforme já foi referido.

Pelo quadro, constatamos que o número de expostos é reduzido.

QUADRO 56
ENJEITADOS BAPTIZADOS NA PARÓQUIA

Períodos	BAPTIZADOS			ENJEITADOS			
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	%
1700-1799	429	408	837	5	7	12	1,4
1800-1899	699	686	1385	15	14	29	2,1

Valores tão baixos de expostos teriam a ver com a proximidade da Roda de Vila Nova de Famalicão³⁰⁷ e Barcelos onde as crianças seriam depositadas sem serem baptizadas no local onde nasceram?

Soube-se quem eram as mães de dois bebés abandonados, e havia suspeitas no que respeito à maternidade de um terceiro. Este é António José, nascido a 20 de Maio de 1777, com a criação de leite cometida a Maria Pereira, mulher de Bento Pereira, do lugar de Castelãos (...) particularmente foi insinuado ser a tal criança filha natural de Ana Maria viúva (...) de S. Tiago da Carreira³⁰⁸. Outro é Julião da Costa baptizado a 9 de Dezembro de 1809, sabendo-se que a mãe é Maria, mulher solteira, criada de José de Araújo, do lugar das Devesas, que foi ter o filho a casa de Francisca Correia, do lugar de Avidos, tendo ido expor o filho, de madrugada à porta de Luís Moutinho, de Antas, e aí foi baptizado, desconhecendo o pároco de Avidos porque lhe terão subtraído o baptismo visto ser bem constante e manifesto este parto³⁰⁹. O padre tomou conhecimento deste acto através de um manifesto do coadjutor de Antas, a quem o requereu.

O último é Amaro, que nasceu a 15 de Janeiro de 1810, cuja mãe era criada de José Luís Soares Coelho, de Avidos. Teve o filho fora da freguesia, e tentou baptizá-lo na Lagoa, não o conseguindo. Foi, por interposta pessoa, desta última paróquia, expô-lo em Vila Nova de Famalicão, onde

307 - O encaminhamento para esta Roda está patente num assento do século XIX. Em 11 de Maio de 1786 já existia a Roda de Santo Adrião de Vila Nova de Famalicão, conforme podemos ver através do Livro de Nascimentos 3 da freguesia de Santo Adrião de Vila Nova de Famalicão.

308 - Livro de Nascimentos 2, fl. 26 v^o.

309 - Livro de Nascimentos 2, fl. 78 v^o.

foi baptizado, tendo o pároco de Avidos tomado conhecimento do baptismo através de uma certidão remetida pelo coadjutor da paróquia de Santo Adrião – Vila Nova de Famalicão.

Como seria a vida dos expostos, a sua sobrevivência seria pautada pela das outras crianças da mesma idade?

Interrogações que nos ficam, pois, dos expostos que conhecemos o óbito, um deles, Adelaide, abandonada em Avidos, no dia XVIII de Outubro de 1884, morre com 89 anos, na freguesia Vermoim, do concelho de Vila Nova de Famalicão, outros dois entregues a Diogo Rodrigues e sua mulher pela Roda do Porto, vêm a falecer antes dos sete anos. Cristina morreu em Avidos, com quatro anos, em 4 de Agosto de 1809, e o outro menino de que não se sabe a idade nem o nome, acaba também por falecer nesta paróquia a 8 de Abril de 1810. Juliana e Maria, dados a criar pela mesma Roda, ao casal António José Francisco e Maria Rosa acabam também por não sobreviver, morrendo também em crianças, a primeira em 1 de Dezembro de 1807 com 16 meses, e a segunda em 17 de Junho de 1811, não se indicando a idade, mas sabendo-se que é menor³¹⁰.

Entretanto, encontramos outros enjeitados a falecer nesta freguesia. Maria Ralinda (?) foi levada para a Roda do Porto, e morreu com vinte e cinco anos, *pobre, miserável*, no estado de solteira, Angélica falece com dez anos, aos 10 de Maio de 1828, também oriunda da Roda do Porto, *pobre*, Carlota em 29 de Maio de 1840, aos sete anos, tendo vindo da Roda de Barcelos, *pobre extrema*, e a última, também de nome Carlota, falece a 23 de Novembro de 1867, com trinta e oito anos.

E quanto aos casamentos? Dos doze casamentos ocorridos nesta paróquia com expostos, onze indicam de onde eles vieram. Destes, oito provêm da Roda do Porto, um da de Braga, um nada diz, só que é exposta e um que era *assistente* com a ama que a criou. Só dois expostos casaram com filhos naturais.

Seguindo o ciclo de vida destes expostos, podemos fazê-lo de cinco, uma vez que dos outros só tivemos conhecimento do casamento. O primeiro, António da Silva Leal, foi exposto na Roda do Porto e criado em casa de Maria Francisca, moradora em Landim. Casou em Avidos, a 2 de Junho de 1760³¹¹ com Brásia de Araújo, natural de Joane, e passa o casal a residir em Avidos. Sabemos do nascimento de dois filhos, se bem que conjecturemos ter havido mais, dado que o espaço que medeia entre o primeiro e segundo nascimento é muito dilatado (oito anos). Ambos os cônjuges vieram a falecer em Avidos, tendo este casamento durado pouco mais de dezasseis anos, por morte de António. Não sabemos a idade ao casamento deste, mas temos uma idade aproximada de Brázia, através do registo de óbito. Assim, terá casado com mais de vinte e oito anos.

310 - Segundo nos diz Isabel dos Guimarães Sá, em *A Circulação de crianças na Europa Meridional do século XVIII, "Casa da Roda" do Porto*, p. 119, as amas de fora, normalmente de proveniência rural, afluíam à cidade para levarem crianças e tomarem conta delas até aos sete anos, posto que a seguir a esta idade o vínculo entre esta Instituição e a ama deixaria de existir, não recebendo qualquer remuneração, a partir daí.

311 - *Livro Misto* 3, fl. 50 v.º.

Quanto a Afrodísio José foi também exposto na Roda do Porto, tendo sido dado a criar a Maria Francisca, de Santa Cristina do Couto – Santo Tirso, vindo a casar duas vezes, a primeira em 10 de Junho de 1797, com Maria Joana, natural de Avidos, que faleceu em 1819. Desta união não houve filhos. Afrodísio volta a casar em 23 de Novembro de 1825 com Ana Maria, natural da Lagoa, tendo nascido dois filhos deste casamento. Afrodísio morre em estado de pobreza, em Dezembro de 1847, deixando viúva, que faleceu em Fevereiro de 1862.

Olinto José veio também da Roda do Porto, sendo criado em Rebordãos. Casa em Avidos a 23 de Janeiro de 1804, com Teresa Maria, natural da paróquia. Só têm uma filha, pois Teresa vem a falecer de parto, logo nesse ano.

Joaquim da Costa vem da Roda do Porto, é criado de António da Silva, de Avidos, casa em 29 de Janeiro de 1838, com Bernardina Rosa, natural e residente em Avidos, ele com vinte e um anos e ela com vinte e seis. Têm quatro filhos, falecendo ambos nesta paróquia, Bernardina com cinquenta e três anos e Joaquim com setenta anos.

Cândida Rosa, exposta na Roda de Braga, contraiu matrimónio em Avidos, a 12 de Maio de 1888 com Bernardino Martins, natural de Landim, ela com vinte e nove anos e ele com vinte e seis. Tiveram uma filha. Ambos faleceram nesta freguesia, tendo o óbito de Cândida ocorrido em Março de 1900, e o de Bernardino em Julho de 1908. Sabemos através do registo de baptismo da filha que Cândida Rosa é filha natural de Maria da Conceição Oliveira.

Encontrando nós três casais que criaram crianças por conta da Roda, no caso em apreço da Roda da cidade do Porto, interrogámo-nos sobre as razões que os terão levado a ir tão longe buscá-las, porque a causa principal de eles as criarem, estamos em crer que seria para acrescentarem mais uns proventos aos seus parcos rendimentos. Que razões então, para além de pagarem mais nesta cidade? Seriam seus filhos e teriam receio de serem descobertos se os colocassem na Roda de Famalicão, Santo Tirso ou de Barcelos? Haveria amas em excesso nas redondezas?

Face ao número de filhos ilegítimos e até de enjeitados, interessa considerar como se desenvolvia o código de honra no Norte de Portugal, e tudo leva a crer que «a censura através da vergonha se aplique não à perda da virgindade ou à gravidez ilícita, mas sim ao comportamento subsequente da mãe solteira³¹²». A própria Igreja procura primeiro exercer o seu conselho paternal, admoestando os culpados, e só quando o comportamento se torna recorrente e dá lugar a escândalo, toma medidas punitivas.

Através da documentação produzida nas visitas, que o arcebispo ou em caso de impossibilidade deste o seu delegado faziam, anualmente, ou de dois em dois anos, segundo era prescrito pelas Constituições Sinodais³¹³, que incorporam esta directriz ditada pelo Concílio de Trento, temos um cenário do que acontecia na paróquia. Aqui, interessam-nos sobretudo os dados das devassas.

312 - Caroline Brettell, *Op. cit.*, p. 273.

313 - Sabemos que para Avidos nem sempre foi cumprida esta periodicidade. Veja-se em anexo 7.

6. O Outro Lado da comunidade

Através das visitas pastorais podemos ter uma «uma visão multifacetada, em olho de mosca da sociedade³¹⁴», e aqui, a mulher, que nos surge sempre num papel secundário, assume maior visibilidade.

O outro quadrante da lua reproduz-nos uma imagem da mulher que transgrediu, enquadrada numa gama de actores que por razões várias assumem comportamentos que a sociedade condena, e a Igreja quer ver banidos.

Numa sociedade onde o homem embora desigual, era mais igual que a mulher, em que só estes eram chamados a dar as suas opiniões, a participar nas eleições, quer a nível da paróquia, quer regional, em que alguns deles poderiam aceder a deputados e aí decidir do destino da comunidade, num mundo que falava masculino, onde a inclusão era palavra vã, raramente vemos a mulher assumir qualquer papel, permanecendo no plano da invisibilidade ou da secundaridade, e só a conseguimos ver quando num agregado familiar não se encontra outra opção, e não haja homens que possam assumir a chefia.

Algumas solteiras, as viúvas e as mulheres que tinham os maridos emigrados teriam ensejo de figurar nas fontes fiscais, de algum modo ter outro nível de participação na esfera do privado, gerir o agregado familiar.

Quando é que encontramos a mulher não subordinada ao marido, ao pai, ao irmão, em suma, ao agregado familiar, quando é que a vemos aparecer nas fontes como um ser com personalidade? Ela surge-nos nas devassas, de que passaremos a falar.

O contexto tradicional da mulher é abandonado, e vê-mo-la inserida em modelos não inclusos na família que a sociedade reconhece, e onde se vê como tal. É o domínio da família ilegítima, onde se ancorará esta mulher.

O palco social começa a chamar a si personagens com coturnos diferentes, já se dará voz a outros actores, a família não tradicional que nos é dada pelos ilegítimos, e mesmo a fuga à norma representada pelas concepções antes da união consagrada pela Igreja, aparece nas fontes, e tem voz.

Mas o homem e a mulher só se uniam quando se casavam, quando tinham relações de que resultava um filho?

Paremos, e analisemos outras fontes que nos dêem o outro lado, o das relações fora do casamento, de que poderia ou não nascer um filho.

Numa sociedade não igualitária, onde as mulheres tiveram menos oportunidades que os homens de constituir uma família tradicional, as formas de relacionamento e união desviantes serão a voz pública da mulher.

314 - Joaquim Ramos de Carvalho e José Pedro de Matos Paiva, «Reportório das visitas pastorais da diocese de Coimbra, nos séculos XVII, XVIII e XIX» in *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, VII, 1985, p. 116.

Esta assume papéis condenados pela comunidade e que a Igreja também reprova.

Não vemos aqui a mulher que se une abençoada por Roma, pela sua família, e comunidade, mas a mulher que não conseguiu casar, a outra, aquela que não se resignou à sua sorte de celibataria virgem, ou que de algum modo não cumpriu com as normas da comunidade, quer seja através de comportamentos fora da "moral sexual", ou de outros que não se enquadravam nos padrões vigentes, como armar escândalos, difamar o próximo e quejandos.

Numa sociedade em que o Estado não tinha qualquer papel de ajuda, estando esta muitas vezes restringida à família, natural se tornaria que a sociedade nem sempre condenasse as uniões fora do casamento, a "família possível", como contraponto à "família ideal", na designação de Ana Sílvia Volpi Scott³¹⁵.

Os testemunhos produzidos aquando das Visitas pastorais, proporcionam-nos o *humus* para uma visão mais completa da comunidade³¹⁶.

«Estas visitas têm por fim exortar o pároco e os fiéis ao cumprimento do seu dever, reprimir quaisquer abusos, que porventura haja na paróquia, avivar a Fé entre o povo, ensiná-lo e dirigi-lo no caminho da salvação, enfim, superintender em tudo que diga respeito ao bom regime espiritual e temporal da paróquia³¹⁷».

O Roteiro dos Culpados, porque nos dava uma visão em longa duração, embora tenha sido um simples arrolamento dos pronunciados na visita, com a indicação da pena, faltando-lhe a substância encontrada noutra documentação, foi o nosso principal instrumento de análise, por cruzamento com as outras fontes estudadas.

Foi-nos possível comprovar, que pese embora a Igreja ter recorrido a diversos instrumentos inibidores da transgressão à moral e bons costumes, não conseguiu fazê-lo com o alcance expresso nos normativos, nem tão pouco usando só os meios exortativos.

6.1 A Devassa e a sua relação com os desvios sexuais

A devassa ou visitação temporal, seguia-se ao ritual da visitação, ou seja à parte espiritual.

Eram ouvidos os fregueses de cada lugar, de acordo com a consulta prévia feita ao rol dos confessados pelo visitador, que elegia de todos os lugares fregueses a serem ouvidos, acerca dos "casos da visita".

315 - Cf. da autora, *Famílias, formas de união ...*, *Op. cit.*, p. 313.

316 - Sobre as visitas pastorais vários estudos vêm sendo desenvolvidos desde a década de setenta, incidindo sobre diversos aspectos das mesmas. Destacamos neste contexto, os estudos feitos para a diocese de Braga por Franquelim Neiva Soares, e para Coimbra, por José Pedro Paiva e Joaquim de Carvalho.

317 - José Ribeiro de Araújo, *Perosinho, Apontamentos para a sua monografia*, Biblioteca Pública da freguesia de Perosinho, Vila Nova de Gaia, 1980, p. 105.

Em edital dado a conhecer anteriormente aos fregueses, mencionavam-se os pecados públicos a serem delatados, não fazendo o visitador incidir as perguntas sobre alguém em particular, mas auscultando os fregueses, e fazendo assim o seu crivo. Só depois de ouvir diversas testemunhas sobre o mesmo caso, e encontrada a culpa, sentenciava os culpados, que poderiam reconhecer ou não a mesma. No primeiro caso, assinariam um termo e pagariam ou não a respectiva multa (acontecendo algumas vezes o perdão, na circunstância de os sentenciados não terem meios com que pagar). No segundo caso, poderiam recorrer ao Tribunal Eclesiástico.

Observemos o quadro que nos dá uma visão global para a freguesia de Avidos.

QUADRO 57
CULPADOS SEGUNDO OS LIVROS DAS DEVISSAS DO ARCEDIAGO DE VERMOIM (1824-1831)

ANO	SEXO	ESTADO CIVIL	RESIDÊNCIA	COM QUEM DELINQUIU	DELITO	PENA	MULTA	ASSINA	ACEITA O TERMO
1824	Fem.	Solteira	Crestins	Viúvo	Conc.	Adm. em 1º termo	\$600	não	Sim
1825	Fem.	Solteira	Antas	Casado	Conc.	Adm. em 2º termo*	1\$00	não	Sim
1825	Fem.	Solteira	Crestins refere	Não refere	Não	Termo de fama ces.	\$050	não	Sim
1831 **	Fem.	Solteira	Crestins	Viúvo refere	Não	Adm. em 2º termo	\$600	não	Sim
1831	Mas.	Viúvo	Palmeira	Solteira refere	Não	Adm. em 2º termo	1\$200	sim	Sim

*É-lhe perdoada a dívida, por ser muito pobre.

**Já havia sido condenada.

No atinente às penas pecuniárias, ou multas, verificámos que os homens pagaram mais do que as mulheres³¹⁸, ocorrendo algumas situações em que aparece expressamente nos termos dos culpados, que, por ser muito pobre, essa mulher não pagaria qualquer *onus* pecuniário³¹⁹, e outro em que se dizia que desta vez ficava perdoada³²⁰ da pena pecuniária.

Atentemos, então, sobre o que nos foi dado saber acerca das testemunhas das devassas dos anos de 1816, 1825 e 1831, de acordo com os dados contidos no quadro.

QUADRO 58
AS TESTEMUNHAS NAS DEVISSAS DO ARCEDIAGO DE VERMOIM (AVIDOS) 1816, 1825 E 1831

ANO	SEXO	ESTADO CIVIL	IDADE	PROFISSÃO	ASSINA	TESTEMUNHA O DELITO POR	LUGAR	RÉU
1816	M	C	47	Pedreiro	Assina de cruz	Ouvir dizer	Castelãos	Condenados ambos em 1º termo em forma
	M	C	58	Lavrador	Assina	Ouvir dizer	Serufe	
	M	C	48	Jornaleiro	Assina de cruz	Ser público e notório	Moinhos	
1825	M	C	26	Jornaleiro	Assina de cruz	Ouvir dizer	Crestins	
	M	C	46+ -	Lavrador	Assina de cruz	Ver sair o cúmplice de casa dela e ser público e notório	Penso	Adm. por termo de fama cessanda
1831	M	C	60+ -	Alfaiate	Assina	Ser público e notório	Crestins	
	M	C	30	Jornaleiro de cruz	Assina	Ouvir dizer	Monte	2º termo em forma
	M	C	32	Carpinteiro	Assina de cruz	Ouvir dizer e ser público e notório	Castelãos	
	M	C	28	Lavrador	Assina de cruz	Ser público e notório	Serufe	
	M	C	25	Músico	Assina	Ser público e notório	Paulinhos	

318 - No caso em apreço, mil e duzentos reis para os homens e seiscentos reis para as mulheres.

319 - Livro de Termos de culpados da visita do Arcediago de Vermoim, 1824-1825, relativo ao dia 24 de Janeiro de 1825.

320 - *Ib*, aos 25 de Janeiro.

Foram ouvidas dez testemunhas, todas do sexo masculino, e casadas, sendo a sua média de idade de cerca de quarenta anos, com um mínimo de vinte e seis anos e um máximo de sessenta anos³²¹.

Se tivermos em conta as profissões, verificamos que predominam nas testemunhas as profissões ligadas à terra.

Das dez testemunhas só três assinaram o nome, tendo as restantes confirmado o seu depoimento assinando de cruz.

A maior parte das testemunhas declarou que testemunhava o delito por ser público e notório³²², uma por ver e ser público e notório, quatro por terem ouvido dizer.

As dez testemunhas distribuem-se por oito lugares da freguesia, a saber: Carvalho, Cristins, Monte, Paulinhos, Penso, Ribeira, Castelãos e Serufe.

Vejamos agora os *Livros de Termos de culpados* dos anos de 1824-1825 e 1831. Foram feitos cinco termos de culpados, quatro de indivíduos do sexo feminino e um do sexo masculino, sendo as quatro mulheres solteiras e o homem viúvo. O delito de todos é o concubinato, havendo só uma mulher que foi admoestada pela primeira vez, duas são-no já pela segunda vez, bem como o homem. Quanto à outra, tem termo de fama cessanda. A todos foi aplicada a multa nos termos da Constituição, havendo alguns perdões de multa, devido à pobreza. Ninguém nega a culpa, e só o homem assina o termo, dizendo-se expressamente que as mulheres não assinam por não saberem e serem mulheres. São condenados um homem e uma mulher que não eram da freguesia.

6.2 O Roteiro dos Culpados da Visita - 1728-1824

Como o Roteiro dos Culpados era a única fonte que nos dava uma visão em longa duração, como já referimos anteriormente, foi a espinha dorsal, procurando nós complementá-la cruzando-a com outras fontes, por termos consciência das limitações da mesma. De resto, o investigador encontra nos documentos deixados pelo visitador aquando da visita, um manancial de informações, que lhe dão uma visão ubérrima da sociedade, desde as relações hierárquicas da Igreja, intersticiadas por questões de supremacia, ou direitos adquiridos, quer entre o Cabido, o bispo ou outras entidades eclesiais, da maior ou menor autoridade dos poderes, nomeadamente do bispo, ao longo dos tempos, da teia de relações entre vizinhos, do casamento, das relações extra-conjugais, da liberalidade

321 - Sobre as testemunhas diz-nos Franquelim Neiva Soares, em *Visitações e inquéritos...*, *Op. cit.*, p. XCV, que das testemunhas encontradas o denominador comum era serem casadas, e das solteiras ou sem estado declarado poucas estavam abaixo dos trinta anos, pois exigia-se respeito social.

322 - O escândalo das uniões faria activar a delação, pois como refere Ana Silvia Volpi Scott, analisando a freguesia de São Tiago de Ronfe, e colhendo dados também em António Augusto Amaro das Neves, a configuração do povoamento do Minho, com a dispersão de quintas e casais levava a um maior isolamento e a uma maior opacidade da esfera do privado, tornando-se só os actos mais visíveis alvo da denúncia. Cf. da autora, *Famílias, formas de união...*, *Op. cit.*, pp. 337 - 338.

entre algumas raparigas e rapazes, de que resultam alguns filhos naturais, ou tão só o escândalo público, ou o esposado entrar em casa da «esposa», com todas as consequências que tal à vontade poderia acarretar, do fechar de olhos de determinados pais e mesmo irmãos, às relações ilícitas das suas filhas ou irmãs, quer com homens casados, quer com solteiros, dos problemas conjugais, em virtude de o homem manter uma relação fora do casamento, que amiúde redundava em maus tratos à mulher, da má língua existente, que punha muitas vezes em perigo as interações necessárias entre paroquianos, dos distúrbios em termos familiares e da comunidade que a embriaguês acarretaria³²³, do desassossego provocado na freguesia por determinados indivíduos armarem bulhas, ou vadiarem pelos lugares, enfim, permite-nos lançar os olhos sobre essa sociedade de antanho e sentir o seu *modus vivendi*, e dar mais uns passos importantes para a construção da história da família em Portugal.

Vejamos a incidência temporal das condenações.

323 - O dinheiro que o homem gastaria com o vinho em excesso, não seria necessário para o equilíbrio financeiro da família, numa comunidade que se revelou de parcos recursos?

QUADRO 59
CONDENADOS NA VISITA DO ARCEDIAGO DE VERMOIM, 1728 - 1824
FREGUESIA DE AVIDOS³²⁴

ANOS	CONDENAÇÕES	PESSOAS CONDENADAS
1728	Não procede	Não procede
1732	Não procede	Não procede
1735	7	7
1736	2	2
1737	Não procede	Não procede
1738	13	13
1739	Não procede	Não procede
1740	9	9
1742	1	1
1743	Não procede	Não procede
1744	13	10
1745	11	9
1746	3	3
1747	2	2
1749	3	2
1750	3	3
1751	1	1
1752	7	6
1755	1	1
1757	Não procede	Não procede
1760	10	10
1762	2	2
1763	Não procede	Não procede
1765	Não procede	Não procede
1767	11	10
1768	6	6
1773	8	7
1780	2	2
1782	10	9
1784	6	6

1786	Não procede	Não procede
1788	3	3
1790	1	1
1793	3	2
1795	2	2
1797	5	5
1799	4	4
1802	Não procede	Não procede
1806	Não procede	Não procede
1807	Não procede	Não procede
1813	Não procede	Não procede
1816	2	2
1818	7	6
1824	2	2
TOTAL	160	148

Entre 1728 e 1824, houve na paróquia de Avidos 160 condenações, e 148 pessoas condenadas, se bem que se tenham registado anos em que não ocorreram visitas, e outros em que não houve lugar a qualquer condenação.

Os anos de 1738 e 1744 foram os que registaram um número superior de delitos logo seguidos dos anos de 1745 e 1767, ocorrendo o mesmo no que respeita ao número de pessoas condenadas.

Vamos agora fazer uma análise por décadas, permitindo-nos, assim, a comparação com uma freguesia não muito distante, São Tiago de Ronfe³²⁵. Vemos que na década de 1730 houve em Avidos 22 condenações, na década de quarenta se registaram 42 condenações, na de cinquenta só se contabilizam 12, sendo que na década de sessenta o número aumenta exponencialmente, indo para as 29, para na década seguinte só encontrarmos 8, se bem que seja registada neste período uma só visita, já, na década de oitenta, o número ascende aos 29, para se ficar em metade na década subsequente. Com o iniciar do século XIX, não registamos qualquer condenação nos primeiros dez anos, tendo de 1816 a 1824 sido anotadas 11.

³²⁴ - Livro do Roteiro dos culpados da visita do Arcediago de Vermoim, 1728-1824, pp. 173-177.

³²⁵ - Ana Sílvia Volpi Scott, «O Avesso e o direito: concubinato e casamento numa comunidade do Noroeste português», comunicação apresentada ao Congresso Internacional de população, V Congresso da ADEH, Logronho, 1988.

Porque diminuiu o número de delatados? Porque houve menos prevaricadores, porque a Igreja apertou mais as suas malhas, porque os presumíveis culpados encontraram os olhos mais brandos da comunidade, que afrouxaria as denúncias?

Estamos em crer que esta última razão explicativa será válida, indo na esteira de Ana Silvia Volpi Scott, que nos refere que o maior abandono da delação por parte dos paroquianos, seria uma razão explicativa para o decréscimo de denunciados³²⁶.

Desta forma, e de acordo com o quadro abaixo, encontramos algumas semelhanças, a saber: Na década de 1760, existe um grande número de condenações nas duas freguesias, registando-se uma tendência geral de decréscimo do número de sentenciados à medida que se avança no século XVIII, e se inicia o século XIX³²⁷ e um número elevado de condenações até 1780, sendo que, na década de 1770, em ambas as paróquias houve lugar a poucas condenações, verificando-se que esse período se encontra em ambas as comunidades entre duas décadas de um grande volume de condenações.

Naturalmente, que temos de considerar a especificidade de cada paróquia e de cada visitador.

QUADRO 60
COMPARAÇÃO ENTRE DUAS PARÓQUIAS DO MINHO - SÃO TIAGO DE RONFE
E SÃO MARTINHO DE AVIDOS

DÉCADAS	N.º DE CONDENAÇÕES	
	S. TIAGO DE RONFE	S. MARTINHO DE AVIDOS
1740	69	42
1750	117	12
1760	128	29
1770	41	8
1780	54	21
1790	30	15
1800	19	0
1810	20	9
1820	4	2
Total	583	138

326 - Cf. da autora, *Famílias, formas de união...*, *Op. cit.*, p. 320.

327 - Franquelim Neiva Soares encontra para a comarca de Torre de Moncorvo, um abaixamento nítido de visitas no século XIX. E quanto ao século XVIII, também se nota um decréscimo com o decorrer do mesmo.

Vamos agora visionar o leque de denúncias de que se apurou delito, feitas pelos fregueses de S. Martinho de Avidos, e tal como em S. Tiago de Ronfe, poderemos agrupar em duas as fugas à norma, as que dizem respeito «à doutrina e aos ensinamentos da religião católica e as relacionadas com a moral e o comportamento sexual³²⁸». Nas primeiras encontramos o ódio, a difamação, a má língua, a vadiagem, o lançar sortes, bem como todas aquelas respeitantes ao trabalho aos domingos e dias santos de guarda, a falta à missa, o não respeitar os pais, o não conhecer a doutrina da Igreja³²⁹.

A convivência desviante entre os sexos configuraria o conjunto dos outros delitos públicos. Aqui, tem lugar a mancebia ou concubinato, adultério, má vida entre os cônjuges, devassidão das mulheres ou desonestidades, segundo a designação da fonte, incesto, dar casa de alcouce (casa de prostituição), separação entre os cônjuges, convivência entre «esposos».

QUADRO 61
DELITOS NA VISITA DO ARCEBISPO DE VERMOIM,
1728-1824 FREGUESIA DE AVIDOS

Delitos	Casos
Amancebados	107
Devassidão ou desonestidade de mulheres	5
Incesto	8
Separado de sua consorte	1
Consentidor na mancebia	7
Consentir em desonestidades e dar casa de alcouce	1
Entrar em casa da esposa ³³⁰	1
Má vida a sua mulher	3
Tratar mal seu marido	1
Má língua	15
Lançar sortes	1
Ir de noite às desfolhadas com armas e armar bulhas	1
Mandar pôr pasquins difamatórios e por ódio	1
Armar bulhas	3
Ébrio	3
Ébrio e armar bulhas	1
Tunante e andar de noite em ajuntamentos de mulheres	1
Total	160

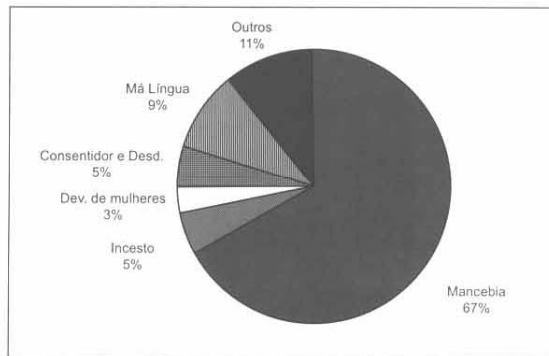
328 - Ana Silvia Volpi Scott, «O Avesso e o direito...», *Op. cit.*, p. 10.

329 - Destas quatro últimas faltas, não encontramos nenhuma no período estudado.

330 - A Igreja bracarense, através das Constituições Sinodais de 1639, lançou libelo reprovatório sobre aqueles que tivessem cópula antes da união consagrada, na linha do Concílio de Trento. Veja-se *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga*, impressas na Oficina de Miguel Deslandes, Lisboa, 1697, fl.146.

Para uma visão mais clara, observemos o gráfico.

GRÁFICO 6
DELITOS NA VISITA DO ARCEBIAGO DE VERMOIM, 1728-1824 FREGUESIA DE AVIDOS



Os principais delitos estão relacionados com a moral sexual, o segundo lugar é ocupado pelo delito de má língua, em que as mulheres levam a palma, havendo dos quinze condenados, só dois homens a quem é imputada esta culpa.

Seguem-se outros delitos como embriaguez, distúrbios à ordem pública (armar bulhas) que tem algum significado no panorama da paróquia, e, vindo depois as outras mazelas sociais, como artes adivinhatórias, difamações, e ser noctívago.

Na distribuição das penas por sexo, não encontramos diferença, tal como para Ronfe. No que respeita à distribuição por estado civil, predominam os homens casados (47%), seguindo-se os solteiros (31,3%), e ocupando uma parcela ínfima os viúvos (7,8%) e os indeterminados (9,8%). Há também a considerar dois indivíduos consagrados ao *munus* religioso, um presbítero, que é acusado em anos diferentes, por penas diversas, que no primeiro ano (1742), nega a pena, mas que no outro ano (1745) acaba por ser condenado por concubinato, sendo-lhe aplicado o primeiro termo, e um padre de outra freguesia próxima (Ruivães), que tem termo de fama, com uma sua criada, natural de Avidos, então com 22 anos.

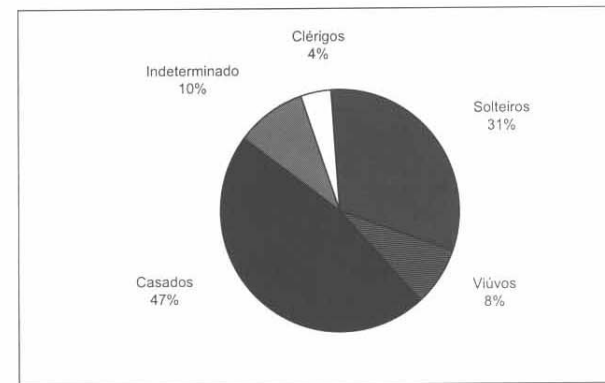
No que diz respeito ao sexo feminino, as mulheres solteiras surgem-nos como o agrupamento maior, ocupando 86%³³¹, as mulheres casadas atingem a percentagem de 6%, e as viúvas apresen-

331 - A idade da rapariga mais nova é de 19 anos, e a idade da mais velha é de 43 anos, se bem que não tenhamos conseguido saber a idade de todas as mulheres solteiras, que foram culpadas por vida desonesta.

tam-se-nos com 4%, sendo o restante constituído pelos indivíduos do sexo feminino de que as fontes não referem o estado civil.

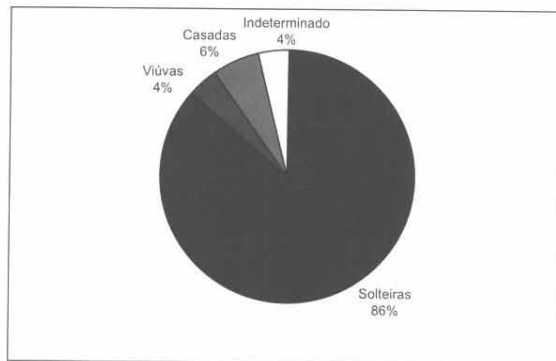
Se virmos outros estudos realizados sobre zonas rurais, de que destacamos a comarca de Torre de Moncorvo³³², encontramos semelhanças na natureza das culpas e sua distribuição. Existem muitos amancebados e mulheres publicamente desonestas e devassas, e o número de homens e mulheres manchados pelo concubinato, devassidão e incesto é semelhante, sendo diferente a distribuição por estado civil, em virtude de na comarca de Torre de Moncorvo o número de solteiros ser o triplo dos casados e viúvos³³³, e em Avidos os homens casados serem em maioria.

GRÁFICO 7
CONCUBINATO DE ACORDO COM O ESTADO CIVIL - SEXO MASCULINO



332 - Veja-se o estudo de Franquelim Neiva Soares, *Visitações e inquéritos paroquiais...*, Op. cit.
333 - *Ib.*, p. LXXXVIII.

GRÁFICO 8
CONCUBINATO DE ACORDO COM O ESTADO CIVIL - SEXO FEMININO



Quer em Ronfe, quer na comarca transmontana, as mulheres solteiras ocupam uma parcela volumosa dos delitos que tiveram lugar nos períodos estudados.

Relações íntimas entre homens casados e mulheres solteiras, o retrato da vida marginal que se desenha na paróquia de Avidos com maior incidência, como reflexo de que à família tradicionalmente constituída havia que dar lugar nesse *puzle* de inter-relações homem-mulher, alternativas à família legítima.

Quando analisamos em conjunto as três espécies de fontes, os *Livros de Devassas*, os *Livros de Termos de culpados* e os *Livros do Roteiro dos culpados*, a situação é idêntica, visionando-se uma sociedade com as suas fraquezas, consubstanciadas prioritariamente nos desvios à moral sexual instituída.

A idade média ao primeiro casamento, como já tivemos ocasião de referir, foi sempre alta em ambos os sexos, o que se tornou mais um factor facilitador das relações sexuais fora do casamento.

O celibato definitivo ajuda-nos também a compreender os comportamentos sexuais à margem da norma, nomeadamente por parte das mulheres, que ficam solteiras em número muito mais significativo que os homens.

Como seria o quotidiano destas mulheres? Grande parte delas relegadas para uma situação de dependência em relação ao marido ou aos pais, e um número significativo vivendo à margem, numa forma alternativa de família, talvez pensando que um filho, era sempre alguma riqueza, no meio de um dia a dia de luta pela sobrevivência.

Numa comunidade em que as desigualdades eram notórias quer a nível demográfico, quer em termos económicos, e em que a norma convivia a paredes meias com a transgressão à mesma, nomeadamente em termos de relações entre os sexos, vejamos para o período considerado no *Roteiro dos Culpados*, a relação entre os casamentos e os pares pronunciados por concubinato.

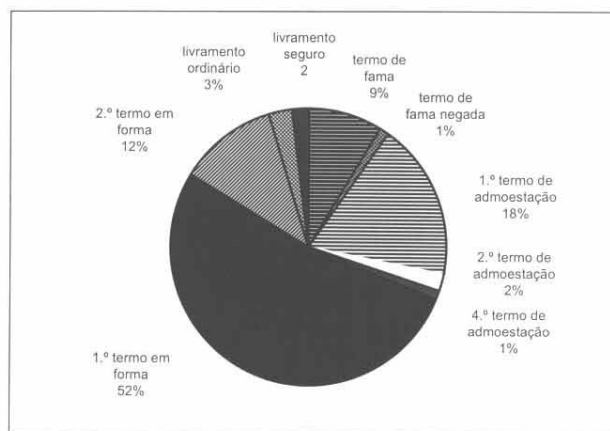
QUADRO 62
QUANTITATIVO DE CASAMENTOS E INDIVÍDUOS CONCUBINADOS

DÉCADAS	NÚMERO DE CASAMENTOS	PARES CONCUBINADOS
1730	16	8
1740	11	11
1750	9	1
1760	24	8
1760	14	3
1780	21	8
1790	29	4
1800	18	0
1810	19	4
1820	26	1

Salta aos nossos olhos, desde logo, o número de pares concubinados na década de 1740, que é igual ao número de casamentos. A tendência geral é a da subida dos casamentos, à medida que vamos caminhando no tempo, não se perspectivando igual tendência no que diz respeito aos casais concubinados.

O número de mulheres que tiveram mais de um filho, numa relação não conjugal, atinge 23%. Embora o número esteja longe dos 50% encontrados para Santa Eulália (Viana do Castelo) e dos 35% para São Tiago de Ronfe.

GRÁFICO 9
PENAS APLICADAS AOS DENUNCIADOS



Vejamos de seguida o quadro geral das penas aplicadas aos denunciados, com base no Roteiro dos Culpados da visita³³⁴:

Os reincidentes configuram uma realidade presente em S. Martinho de Avidos, o que comprovámos pelos indivíduos que identificámos através das fichas de família, encontrando nós gente que cometeu mais que um delito no mesmo ano, ou que pelo mesmo crime foi punida em diversos anos.

A comunidade de Avidos, como acabámos de ver, era uma comunidade em que o principal pecado estaria ligado ao concubinato, homens e mulheres cumpriam os preceitos religiosos assistindo à missa, guardando os domingos e dias santos, não se perdendo no jogo. A pacatez aldeã era de onde em onde interrompida por uma ou outra bulha, fruto principalmente de má língua e embriaguez.

O visitador procuraria encaminhar o povo cristão através da boa palavra, do são conselho, porém, o escândalo, o prevaricar várias vezes, a natureza da culpa levariam a que se tomassem medidas punitivas, dissuadindo-se os culpados e mostrando à comunidade que a Igreja exigia um código de conduta.

7. Mortalidade - observação difícil

A morte não tem sentido porque a vida individual do homem civilizado se coloca num infinito "progresso"(...) Abraão, como qualquer camponês do passado, morreu "velho" e satisfeito com a vida porque participou do ciclo orgânico da vida; porque a sua vida, em termos do seu significado e no fim dos seus dias, lhe havia oferecido o que a vida tem para dar; porque não restava nenhum puzzle que ele quisesse resolver, e assim já tinha resolvido o "suficiente".

Weber³³⁵

O correr da vida, dessa vida que seguiu o seu ciclo natural, em que os mais novos se sucedem aos mais velhos, em que há o nascer, o viver e o morrer, numa série ininterrupta, esse correr é quebrado por vezes, e eis que o mais velho fica, enquanto a criança é ceifada pela morte.

Morre-se pela velhice, pela doença, por causas acidentais, a morte como o fechar da vida, ora é branda, ora irrompe qual furacão, que está de mãos dadas com as alterações ambientais, que responde positivamente a um surto de tifo, de variola, a uma quebra de alimentos, a uma dieta desequilibrada, a hábitos incorrectos de higiene ou saúde, a atitudes culturais desequilibradoras, a deficientes condições de vida.

Pese embora Hajnal reclame como variável marcante da regulação da população a nupcialidade, ao invés do que era tese clássica até aos anos sessenta, em que o enfoque era assumido pela mortalidade, como regulador por excelência, ou por outro lado como destruidor do crescimento demográfico, na acepção de Livi-Bacci³³⁶, a mortalidade assume-se relevante para um número significativo de historiadores demógrafos³³⁷.

O estudo desta variável é crucial para o conhecimento de qualquer aglomerado populacional, abre-nos luz sobre interrogações que se nos colocam, desde maior ou menor influência das estações no deflagrar da morte, até cuidados materno-infantis, protecção médico-sanitária, relação entre subsistências e morte, causas de morte, morte diferencial inter sexos, entre outras.

Perante a natureza das fontes ver-nos-emos impossibilitados de fazer uma análise estrutural do fenómeno numa perspectiva mais completa, pois que para além de não dispormos de mortalidade infantil³³⁸ antes de 1860, contamos com séries documentais com uma lacuna temporal (de 6 de

335 - Hermínio Martins et al., *A Morte no Portugal Contemporâneo, aproximações sociológicas, literárias e históricas*, Lisboa, Editorial Quercus, 1985, pp. 24 - 25.

336 - Cf. do autor Crises de mortalidade: definição, métodos de cálculo, análise das consequências, in Maria Luísa Marcílio (Org.), in *População e Sociedade*, Petrópolis, Ed. Petrópolis, 1984, p. 71.

337 - Cf. Pérez Moreda, *Las Crisis de mortalidad en la España interior (siglos XVI-XIX)*, Madrid, Ed. Siglo XXI de España, 1980, pp. 58 e 452.

338 - Será de referir que tal facto não é específico da nossa paróquia para o Antigo Regime, sendo comum tanto no território português, como noutras regiões, como a França. Verificou-se quer o subregisto, quer a ausência de registo de óbito de crianças. Cf. Louis Henry et Yves Blayo, *La Population de la France de 1740-1829*, in *Population*, Numero Spécial, INED, 1975, p. 84.

Fevereiro de 1848 a 22 de Abril de 1860). Por essas razões, só faremos o estudo da mortalidade infantil e infanto-juvenil,³³⁹ a partir dos anos sessenta do século XIX, logo, a mortalidade dos religiosamente crianças, os *inocentes* ou *infantes*, no dizer dos registos, irá ser analisada num lapso de tempo mais escasso dado o silêncio das fontes.

Face ao exposto, o estudo desta variável, incidirá na sazonalidade ao óbito, mortalidade normal e de crise, mortalidade infantil, infanto-juvenil e adulta.

7.1 Sazonalidade ao óbito dos menores de 1 ano

Observando o quadro seguinte, fica claro que entre 1861 e 1910, há maior mortalidade nos meses mais frios (Fevereiro, Janeiro e Dezembro), e também no mês de Setembro.

A falta de condições que permitam superar os rigores no Inverno, a deficiente alimentação das mães, o desmame e a conseqüente adaptação da criança a um ambiente desprovido da imunidade do leite materno, os menores cuidados por parte das mães, mormente nos períodos em que os trabalhos agrícolas mais apertavam, poderão considerar-se como razões explicativas.

Para o período que vai de inícios da primeira República até 1995, o mês de Setembro regista o pico de mortalidade, seguindo-se o mês de Junho e Dezembro, e vindo depois igualmente os meses de Janeiro, Julho e Agosto. Naturalmente que para este segundo período haverá que procurar outras explicações, nomeadamente para os anos mais próximos de nós.

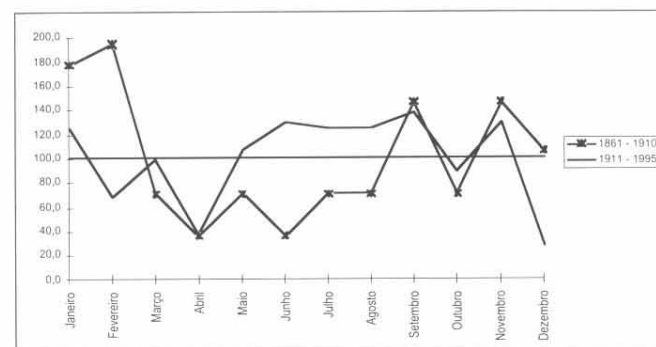
QUADRO 63
SAZONALIDADE AO ÓBITO DOS MENORES DE 1 ANO

PERÍODO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1861-1910	5	5	2	1	2	1	2	2	4	2	4	3	33
1911-1995	14	7	11	4	12	14	14	14	15	10	14	3	132
ÍNDICES													
1861-1910	177,4	194,7	71,0	36,7	71,0	36,7	71,0	71,0	146,7	71,0	146,7	106,4	
1911-1995	125,1	68,7	98,3	36,9	107,3	129,3	125,1	138,5	89,4	129,3	26,8		

O gráfico permite-nos ter uma melhor percepção, vendo nós diferenças entre o primeiro e o segundo período, mais nítidas na concentração marcada das mortes para os meses de maiores rigores climatéricos, em que as temperaturas mais baixam, e no segundo período, nota-se maior diluição, sendo que a mortalidade se concentra nos meses de mais calor, embora Dezembro e Janeiro também sejam inclementes.

339 - Como sabemos, esta fonte tinha um fim exclusivamente religioso, daí não se ver necessidade de fazer assentos de óbito de quem não tinha pecados, porque desprovidos do uso da razão, e que eram todos os que ainda não contassem sete anos.

GRÁFICO 10
SAZONALIDADE AO ÓBITO DOS MENORES DE 1 ANO



7.2 Sazonalidade ao óbito dos menores de 7 anos

A morte é mais gravosa no século XIX e inícios do século XX, nos meses de Julho e Agosto, sendo os meses de Fevereiro e Março os de mais baixo índice de mortalidade infanto-juvenil.

QUADRO 64
SAZONALIDADE AO ÓBITO DOS MENORES DE 7 ANOS

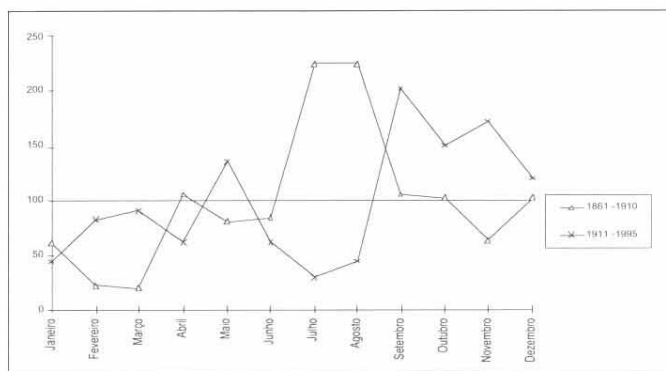
PERÍODO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1861-1910	3	1	1	5	4	4	11	11	5	5	3	5
1911-1995	3	5	6	4	9	4	2	3	13	10	11	8
ÍNDICES												
1861-1910	61,4	22,4	20,5	105,7	81,8	84,5	225,0	225,0	105,7	102,3	63,4	102,3
1911-1995	45,3	82,8	90,5	62,3	135,8	62,3	30,2	45,3	202,6	150,8	171,5	120,7

As doenças gastro-intestinais, o dispensar de menos cuidados por parte da família, mais imbuída nos trabalhos, são factores que favorecem essa mortalidade mais acutilante.

No segundo período, que apanha grande parte do século XX, o Outono, mormente o mês de Setembro, é aquele em que mais crianças morrem, bem como o de Novembro, pois o frio traz consigo as doenças do foro bronco-pneumonar.

É no Verão, que as crianças menos morrem, registando-se uma baixa marcante nos meses de Julho e Agosto, conforme nos é dado ver.

GRÁFICO 11
SAZONALIDADE AO ÓBITO DOS MENORES DE 7 ANOS



Está aqui bem patente o contraste entre o primeiro e o segundo período, com o Verão a marcar o pico da mortalidade infanto-juvenil para a segunda metade do século XIX e início do século XX, e o Outono, para o século XX, a chamar a si a voz pungente dos sinos da aldeia que dobram pela morte das crianças.

Por último, retenhamos que a sazonalidade dos óbitos neste grupo de idades está estreitamente ligada a factores climático alimentares.

7.3 Sazonalidade ao óbito dos maiores de 7 anos

Tal como deixámos dito, a distribuição das mortes ao longo do ano na população religiosamente adulta, dá-nos do fenómeno uma visão em longa duração, ao invés da mortalidade infanto-juvenil que só podemos estudar num período curto.

A distribuição em três períodos permite-nos encontrar dissemelhanças, mas também continuidades.

QUADRO 65
SAZONALIDADE AO ÓBITO DOS MAIORES DE 7 ANOS

PERÍODO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1627-1799	12	11	11	8	12	8	6	7	12	20	12	11
1800-1910	13	9	14	7	16	20	11	17	13	16	17	14
1911-1995	48	23	16	33	18	21	27	23	14	32	33	21
ÍNDICES												
1627-1799	108,8	109,4	99,7	74,9	108,8	74,9	54,4	63,4	112,4	181,3	112,4	99,7
1800-1910	91,9	69,8	99,0	51,1	113,1	146,1	77,7	120,2	94,9	113,1	124,2	99,0
1911-1995	183,1	96,3	61,0	130,1	68,7	82,8	103,0	87,7	55,2	122,1	130,1	80,1

Até ao século XVIII, entre Setembro e Fevereiro, a morte irrompe em Avidos, fustigando as populações, excepção feita para o mês de Dezembro, um pouco mais leve.

O século XIX e inícios do século XX, encontram uma distribuição um pouco diferente, com uma incidência maior no mês de Junho, mas mantendo a tendência do maior volume de mortes ter lugar na segunda metade do ano.

Para o século XX, morre-se mais nos meses de temperaturas mais agrestes, sendo Janeiro aquele de maior volume de óbitos, embora Abril e Julho acusem bastantes mortes.

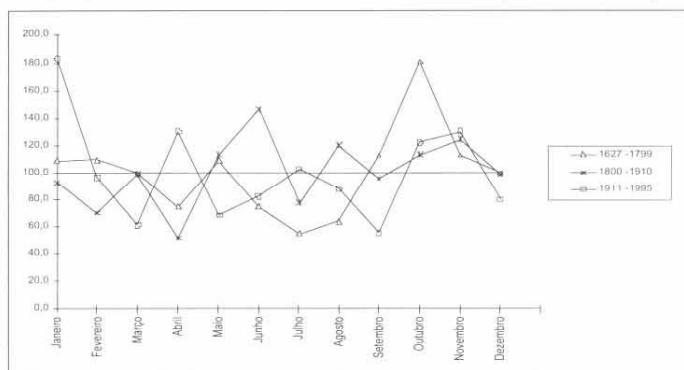
As doenças do foro pneumonar atacam nomeadamente os mais velhos, e o nascer da folha, na expressão popular, regista uma leva de pessoas.

O início do calor não poupa esta gente, e Julho é impiedoso, talvez as doenças gastro-intestinais e porventura as cárdio-vasculares tenham sido grandes responsáveis.

Os meses em que os sinos tocavam menos a finados eram, para o primeiro período, os meses de Julho e Agosto, para o segundo período, Abril e Fevereiro, e para o século XX, a morte bate menos à porta nos meses de Setembro e Março.

Atentemos por último, no gráfico e vejamos o quadro evolutivo.

GRÁFICO 12
SAZONALIDADE AO ÓBITO DOS MAIORES DE 7 ANOS (TRÊS PERÍODOS)



Em jeito de remate, lembremos que Dupâquier³⁴⁰ indicava como mês mais gravoso o Janeiro para os adultos e o Setembro para as crianças, se bem que acrescente que nem o primeiro é bom para as crianças, nem o último é especialmente bonançoso para os adultos.

A tendência de os meses mais frios arrebatarem mais adultos é encontrada por diversos estudos microanalíticos feitos sobre paróquias do Minho, referindo-se a título de exemplo Guimarães, em que morre mais gente entre Novembro e Março, que nos sete meses seguintes. O máximo de óbitos encontra-se entre Dezembro e Janeiro³⁴¹. Em Alvito S. Pedro e Anexa a sobremortalidade vai também de Setembro a Janeiro³⁴².

7.4 Mortalidade normal e mortalidade de crise

Ao observarmos a mortalidade por anos e em longa duração, algumas interrogações se nos colocam, sendo uma delas como considerar como mortalidade excepcional a que ocorreu em determinado período.

340 - Cf. Jacques Dupâquier, *La Population rurale du Bassin Parisien à l' époque de Louis XIV*, Paris, E.H.E.S.S., 1979, p. 267.

341 - Maria Norberta Amorim, *Guimarães 1580-1819...*, Op. cit., p. 318.

342 - Cf. do autor, Op. cit., p. 201.

Segundo Livi Bacci, quando visionamos na longa duração, um período de pico precedido de estabilidade e a que se sucede outro também de estabilidade, poderemos considerar que houve uma crise. Esta será uma grande crise³⁴³, quando o número de óbitos em dado ano ou parcela do mesmo, é no mínimo o quádruplo do número médio de óbitos do período que se analisa. As crises serão então mais ou menos intensas tendo em conta este parâmetro. Assim, haverá também pequenas e médias crises³⁴⁴.

No Antigo Regime normalmente as populações sofrem de sobremortalidade quando surtos epidémicos grassam, muitas vezes seguidos ou precedidos de crises frumentárias, originando em períodos circunscritos um abaixamento dos efectivos.

As crises de mortalidade são elementos reguladores do crescimento demográfico interferindo nas outras variáveis.

7.4.1 Mortalidade de crise dos menores de um ano

Embora os pequenos números tirem alguma consistência à tentativa de clarificação, vejamos, não obstante, o que acontece com a mortalidade de crise das crianças com menos de um ano.

Nas crianças com menos de um ano, e no período de 1861 a 1995 o ano mais inclemente foi o de 1964, em que morreu o quádruplo das crianças. Entretanto, ocorreram pequenas ou médias crises em 1919, 1921, 1935, 1955, 1958 e 1968.

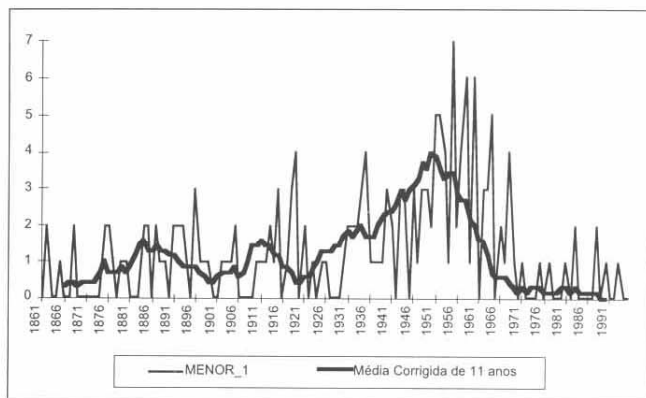
Repare-se que os anos sessenta são anos difíceis para a população portuguesa, que procura na emigração um equilíbrio para a penúria de muitos lares, tal como aconteceu em Avidos, em que quer através da emigração legal, quer clandestina, muitos residentes abandonam a sua aldeia.

O período a seguir à Primeira Guerra Mundial foi marcante para esta população. Entretanto, nos anos trinta e cinquenta ainda temos as populações eminentemente a viver do campo com graves momentos de penúria, e os cuidados materno-infantis ainda não são uma realidade, mormente nestes pequenos aglomerados rurais.

343 - Veja-se a este propósito Massimo Livi Bacci, «Crises de mortalidade: definição, métodos de cálculo, análise das consequências», in Maria Luísa Marçillo (Org.), *População e sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Vozes, 1984, pp. 73 - 76.

344 - Dado trabalharmos com séries de óbitos, entendemos optar pela proposta de cálculo de M. Livi Bacci-L. Del Planta, que consiste, como já deixámos expresso, em considerar uma grande crise quando se multiplica por quatro o número de óbitos de um ano normal. Cf. de M. Livi Bacci, «Crises de mortalidade...», Op. cit., p. 76.

GRÁFICO 13
CRISE DE MORTALIDADE INFANTIL

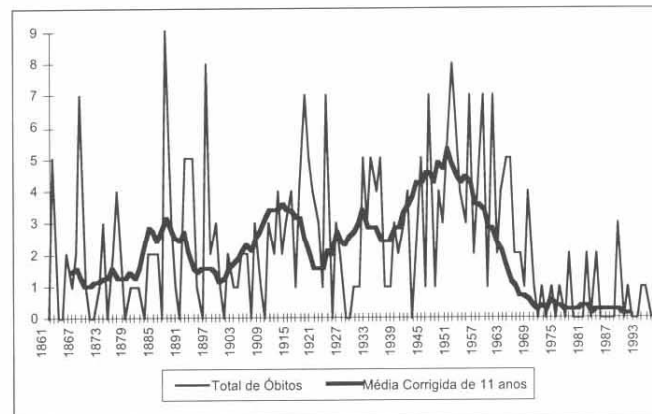


7.4.2 Mortalidade de crise dos menores de sete anos

Utilizando o mesmo método das médias móveis de onze anos proposto por Livi Bacci/Del Planta, constatamos que no século XIX, ocorrem duas graves crises, uma no ano de 1868 e outra em 1896. Pelo meio têm lugar outras crises de pequena gravidade, que ocorreram nos anos de 1873, 1876, 1887, 1892 e 1893. No século XX, continuaram a surgir crises, uma de média dimensão, que teve lugar em 1923, e outras de pequena intensidade, entre 1918 - 1919 e 1920, logo, no final da primeira Grande Guerra Mundial e no pós-guerra. Nos anos trinta, só encontramos a de 1935, para nos anos sessenta surgirem três momentos de alguma dimensão de óbitos, os anos seguidos de 1963 - 1964 e o ano de 1968. Nos anos oitenta surge um momento anómalo, 1988, em que ocorreu o triplo da média anual de óbitos.

Prestemos agora atenção ao gráfico.

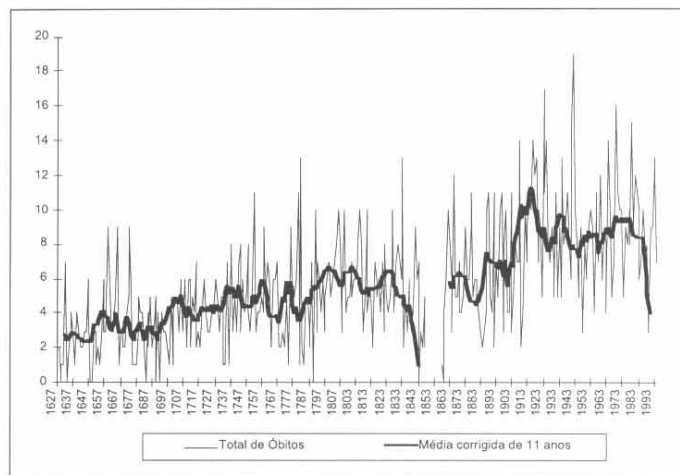
GRÁFICO 14
CRISE DE MORTALIDADE INFANTO-JUVENIL



7.4.3 Mortalidade de crise dos maiores de sete anos

Para o Antigo Regime a morte estava irmanada com o homem, pelo que, neste convívio, as pestes, as fomes ciclónicas lançavam-se sobre a população açoitando-a, e o flagelo da guerra ajudava a esta luta desigual entre a vida e a morte. As habitações frias e húmidas contribuíam para criar um ambiente onde a morte estava presente, pelo que se não estranha que para o Antigo Regime as crises de mortalidade ocorram.

GRÁFICO 15
MORTALIDADE ADULTA
(MÉDIA CORRIGIDA DE 11 ANOS MÉTODO LIVI BACCI/DEL PLANTA)



Tendo como período de análise o que decorre de 1627 a 1995, logo, um longo período, verificamos que não se registaram grandes crises. Houve, contudo, anos em que a população foi fustigada com alguma inclemência, tendo o número de óbitos duplicado, ou mesmo triplicado. O século XVII foi o mais duro para a população de Avidos, ocorrendo quatro crises, três pequenas e uma média. No século XVIII, registaram-se duas pequenas crises e uma média, todas elas na segunda metade do período. Os séculos XIX e XX foram mais brandos, embora tivessem lugar também duas pequenas crises na primeira centúria, e uma na segunda.

Vejamos agora os anos das crises e façamos uma tentativa de compreensão. No ano de 1632 e 1646 mais que duplica o número de óbitos. Em 1659, verificam-se mais do dobro da média de enterros, sendo que em 1660, os óbitos são também numerosos, quase atingindo o volume do ano anterior. Entretanto, em 1665, nova crise ocorre, ultrapassando-se os 50 por 100. Pensamos poder enquadrar a crise de finais dos anos de cinquenta e as dos anos sessenta, numa latitude maior.

No Minho, Norberta Amorim³⁴⁵ encontra para a zona rural de Guimarães, uma crise com início em 1657 e que termina em 1662. Dentro da mesma região geográfica, Maria Cecília Barbosa assinala também, para Cervães,³⁴⁶ uma crise em 1661.

A primeira investigadora, que se baseia em estudo de Aurélio de Oliveira sobre as dizimárias de conventos de Entre-Douro e Minho, onde este aponta para Oliveira e Lama, uma baixa de produção com começos em 1658, e o pico entre 1665 e 1667, refere que a crise de mortalidade poderia estar inserida numa crise frumentária que terá degenerado em epidemia.

A mesma investigadora, ao estudar o Nordeste transmontano³⁴⁷, dá-nos conta que também nesta região se viveram períodos de crise entre meados de 1650 e 1665.

Surge em Avidos, nova crise em 1752, para nos anos oitenta do século XVIII, se registarem duas crises, a segunda das quais de alguma gravidade, uma vez que ultrapassa o triplo da média. São elas as de 1780 e 1782.

Não nos é dado conhecer as causas dos momentos de pico de mortalidade, através dos registos de óbito, contudo, especialmente para o Antigo Regime, essas crises estariam, principalmente, pensamos, na sequência de instabilidade climática, que por sua vez geraria maus anos agrícolas e surtos epidémicos.

Norberta Amorim³⁴⁸ refere para Guimarães, que nos anos trinta de 1700, se verificou uma crise devido às fomes que assolaram a localidade. Fernando Miranda verifica para Alvito S. Pedro uma crise nos anos de 1747 e 1740. Talvez o maior volume de óbitos registado nos anos circunscritos do século XVIII, na paróquia de Avidos tenha sido da mesma natureza, e, nesta comunidade, tenha ocorrido mais tarde.

Em 1833 e 1877, em Avidos, as mortes mais que duplicaram em relação à média dos anos anteriores e posteriores.

O ano de 1942 revelou-se duro para a população, que viu morrer muitos dos seus habitantes, podendo haver ligação com crises de subsistência, e segundo alguns testemunhos orais, um surto de tuberculose terá caído sobre a população.

7.5 Mortalidade infantil³⁴⁹

A morte para as crianças de Avidos parece ser suave, se compararmos os dados do quadro com os resultados de outros estudos sobre comunidades minhotas, de que destacamos Barcelinhos³⁵⁰, Alvito S. Pedro e Anexa³⁵¹. Para o primeiro período, admitimos a existência de subregisto de lactantes,

345 - Cf. da autora, *Guimarães de 1580-1819...*, *Op. cit.*, p. 296.

346 - *Ib.*, p. 102.

347 - *Ib.*

348 - *Ib.*, pp. 302 - 307.

349 - Excluimos os expostos ou enjeitados.

350 - Cf. Inês Martins de Faria, *Op. cit.*, p. 172.

351 - Cf. Fernando Miranda, *Op. cit.*, p. 211.

pois não nos parece plausível a discrepância entre o primeiro e segundo período analisado. A alicerçar a nossa hipótese lembramos que de 1843 a 1886 esteve como pároco de Avidos José Manuel Claudino Teixeira, que, pelos nossos indicadores, foi pouco rigoroso nos registos da sua responsabilidade.

QUADRO 66
MORTALIDADE INFANTIL (OBSERVAÇÃO LONGITUDINAL)

PERÍODO	Nº DE NASCIMENTOS	Nº DE ÓBITOS MENORES DE 1 ANO	PERMILAGEM
1861-1899	588	29	49,3
1900-1945	853	64	75
1946-1995	1526	88	57,7
TOTAL	2967	181	61

Repartindo o século XX em dois períodos, o primeiro até finais da Segunda Guerra Mundial e o segundo até 1995, vemos bem marcada a tendência para a descida da mortalidade infantil. E, se considerarmos a última década (1985-1995), os valores ficam-se nos 8,7 por mil.

Como explicação geral reafirmamos que teria subsistido até datas já muito próximas de nós, o aleitamento da maioria das crianças ao peito materno, conforme nos foi indicado por pessoas de mais idade, o que contribuirá para explicar o alto índice de sobrevivência das crianças de tenra idade de Avidos.

A suavidade do clima, os cuidados materno-infantis com a possível existência de uma família alargada que pudesse ajudar a mãe nos cuidados com a criança em épocas de mais trabalho, o nível de vida que foi melhorando, poderão ser causas deste divórcio entre a morte e os lactantes nascidos em Avidos.

7.6 Mortalidade dos menores de sete anos

A mortalidade das crianças que ainda não fizeram sete anos revela-se pouco gravosa, embora a resistência à morte seja menor que a dos lactantes. Tal como para estes, também se registam diferenças em relação a outras paróquias portuguesas, de que salientamos as comunidades do Minho enunciadas aquando do estudo da mortalidade infantil, diferenças essas favoráveis à população de Avidos, mormente até à segunda metade do século XX.

QUADRO 67
MORTALIDADE INFANTO-JUVENIL (OBSERVAÇÃO LONGITUDINAL)

PERÍODO	Nº DE NASCIMENTOS	Nº DE ÓBITOS MENORES	PERMILAGEM
1861-1899	588	89	151,3
1900-1945	853	132	154,7
1946-1982	1389	114	86,4
TOTAL	2830	335	118,4

A um máximo de 151 por mil nascidos na segunda metade do século XIX, com um ligeiro aumento na primeira metade do século XX, a que não serão alheias as dificuldades dos períodos das duas Grandes Guerras, entre outros factores, sucede-se um abaixamento notório da mortalidade para esta faixa etária³⁵², que naturalmente está ligado às melhores condições de vida, e necessariamente aos avanços da Medicina, que vê os seus conhecimentos servirem a um número cada vez mais alargado da população, com a intervenção do Estado. O incremento dos cuidados materno-infantis com medidas profilácticas, vem ajudar a explicar estes resultados.

7.7 Mortalidade adulta

O estudo da mortalidade adulta ficaria incompleto se não analisássemos o indicador esperança de vida. Porém, obstáculos vários se nos colocam, nomeadamente para o Antigo Regime, sendo alguns deles intransponíveis, dadas as características das fontes ao nosso dispor e a ausência de outras que permitam o cruzamento.

Utilizando como fonte de base os registos de óbito, estes só nos facultam, e nem sempre, a idade ao óbito desde os anos sessenta do século passado. Também só a partir desta data, podemos recorrer à mortalidade infanto-juvenil (0-7 anos). Como elemento perturbador juntamos ainda a mobilidade da população.

Para uma maior fiabilidade, consideraremos só os indivíduos com mais de 25 anos e casados, no período de 1627 a 1898.

A divisão em dois períodos (1627-1758 e 1861-1898), permitir-nos-á apontar algumas diferenças. Constatamos que a esperança de vida para as mulheres foi sempre superior à dos homens, exceptuando para o primeiro período a idade dos 70 anos, em que se nota um ligeiro decréscimo nas mulheres. Mas, logo aos 75 anos, a normalidade é retomada.

352 - Atingindo a permilagem de 15, para a década de 1978-1988.

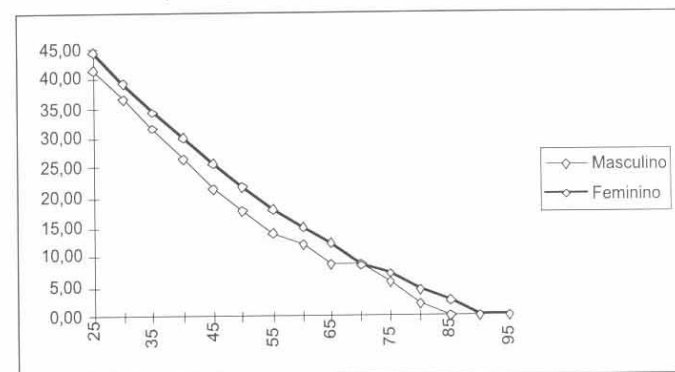
QUADRO 68
ESPERANÇA DE VIDA DOS INDIVÍDUOS COM MAIS DE 25 ANOS CASADOS
(GERAÇÕES NASCIDAS ENTRE 1627 - 1758)

HOMENS	58		
MULHERES	85		
Idade	Masculino	Feminino	M.F.
25	41,56	44,37	43,29
30	36,56	39,37	38,29
35	31,56	34,37	33,29
40	26,56	30,01	28,64
45	21,56	25,62	23,96
50	17,74	21,80	20,16
55	13,79	17,92	16,28
60	12,02	14,99	13,98
65	8,63	12,14	10,94
70	8,86	8,58	8,92
75	5,65	7,09	7,01
80	1,83	4,47	4,21
85	0,00	2,50	2,50
90	0,00	0,00	0,00
95	0,00	0,00	0,00

Aos vinte e cinco anos, os homens de Avidos esperariam viver quase menos dois anos que os seus contemporâneos do século XIX, e aos trinta e cinco, a diferença é de mais de dois anos. Quanto às mulheres, a diferença é de quase um ano, aos vinte e cinco anos, e aos trinta e cinco anos é também de mais de dois anos.

Atentemos no gráfico que nos complementa a análise.

GRÁFICO 16
ESPERANÇA DE VIDA DOS INDIVÍDUOS COM MAIS DE 25 ANOS CASADOS
(GERAÇÕES NASCIDAS ENTRE 1627 - 1758)



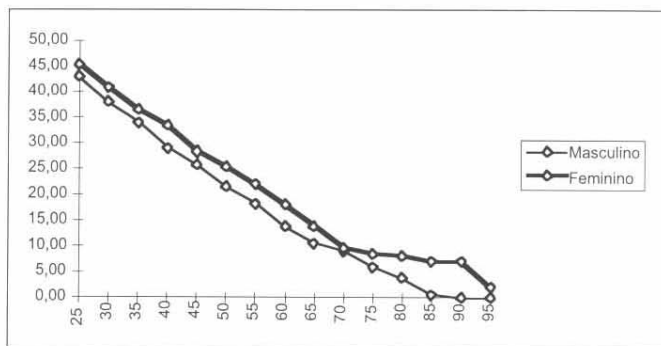
QUADRO 69
ESPERANÇA DE VIDA DOS INDIVÍDUOS COM MAIS DE 25 ANOS CASADOS
(GERAÇÕES NASCIDAS ENTRE 1861 - 1898)

HOMENS	41		
MULHERES	85		
Idade	Masculino	Feminino	M. F.
25	43,05	45,34	44,66
30	38,05	40,94	40,04
35	34,04	36,52	35,78
40	29,04	33,36	31,91
45	25,70	28,36	27,58
50	21,53	25,47	24,19
55	18,09	22,05	20,78
60	13,82	18,01	16,65
65	10,47	13,84	12,88
70	9,10	9,59	9,59
75	5,99	8,48	7,98
80	3,83	7,98	7,24
85	0,50	7,00	5,70
90	0,00	7,00	7,00
95	0,00	2,00	2,00

Entre 1861 e 1898, os homens e as mulheres de Avidos, aos vinte e cinco anos, ainda perspectivariam durar mais de quarenta e quatro anos, ou seja, poderiam viver até cerca dos setenta anos, o que nos dá, para a época, uma boa perspectiva de sobrevivência.

Visualisemos agora o gráfico 17.

GRÁFICO 17
ESPERANÇA DE VIDA DOS INDIVÍDUOS COM MAIS DE 25 ANOS CASADOS
(GERAÇÕES NASCIDAS ENTRE 1861 - 1898)



A suavidade da morte no Baixo Minho, no Antigo Regime, é admitida por Norberta Amorim³⁵³, observando que aos 25 anos, os homens casados de Ronfe³⁵⁴ (Guimarães), esperariam viver mais dez anos que os residentes em S. Pedro de Poiares³⁵⁵ (Freixo de Espada à Cinta) e mais quatro anos que os habitantes de Couto de Mosteiro³⁵⁶ (Santa Comba Dão). Indica, porém, como havia já observado na zona rural de Guimarães³⁵⁷, que a suavidade da morte é menor para as mulheres de Ronfe que para as das outras duas populações referidas. Atentemos então no quadro e no gráfico.

353 - Cf. da autora, «Uma população à procura de equilíbrio...», *Op. cit.* p. 5.

354 - Gerações nascidas entre 1700 e 1789.

355 - Gerações nascidas entre 1700 e 1789.

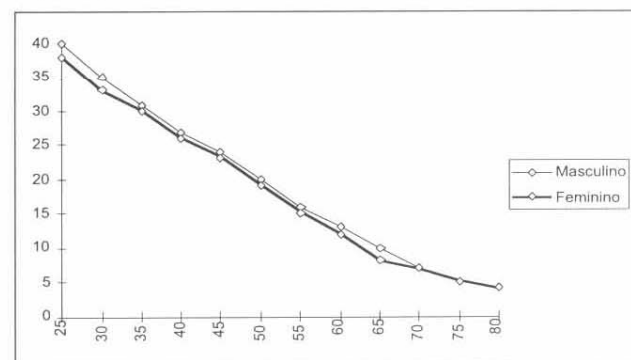
356 - Gerações nascidas entre 1680 e 1759.

357 - Cf. da autora, *Guimarães...*, *Op. cit.*, p. 340.

QUADRO 70
ESPERANÇA DE VIDA DOS INDIVÍDUOS COM MAIS DE 25 ANOS CASADOS
(GERAÇÕES NASCIDAS ENTRE 1700 - 1789) – SÃO TIAGO DE RONFE

ANOS	MASCULINO	FEMININO
25	40	38
30	35	33
35	31	30
40	27	26
45	24	23
50	20	19
55	16	15
60	13	12
65	10	8
70	7	7
75	5	5
80	4	4

GRÁFICO 18
ESPERANÇA DE VIDA DOS INDIVÍDUOS COM MAIS DE 25 ANOS CASADOS
(GERAÇÕES NASCIDAS ENTRE 1700 - 1789) – SÃO TIAGO DE RONFE



Em Avidos, (1627-1758), os homens casados com mais de 25 anos, revelam uma sobrevivência maior que em qualquer destas comunidades, com uma esperança de vida de 41 anos, logo mais um ano que Ronfe (note-se, porém, o baixo volume de informação).

Quanto às mulheres casadas com mais de 25 anos residentes em Avidos, verificamos que, ao contrário das de Ronfe, esperariam viver mais que os seus maridos.

A esperança de vida para as mulheres de Poiares e Couto de Mosteiro é também superior à dos homens³⁵⁸.

Vejamos agora para outras paróquias do Minho a esperança de vida dos maiores de 25 anos, casados, independentemente dos sexos. Para Cervães (1645-1729), a esperança de vida era de trinta e sete anos, e para a Anexa de Alvito S. Pedro (1738-1821), era de quarenta anos.

Como explicação para a maior sobrevivência no Baixo Minho, Norberta Amorim aponta «a suavidade do clima ou a diversidade alimentar (a renda da *quinta* minhota paga-se tradicionalmente em milho, feijão e vinho, com acesso do senhorio aos frutos das árvores)³⁵⁹».

7.8 Atitudes perante a morte

Ao longo dos tempos o homem encara a morte de uma forma peculiar. Analisando os registos de óbito, vemos quão longe estamos hoje de épocas em que o homem sentia que a morte tinha de ser preparada, quer no tocante ao pio, quer em termos de bens temporais.

É ver a atenção que se punha na indicação das missas, seu número e nalguns casos até o local onde se celebrariam³⁶⁰, o cuidado com os restantes, a explicitação da mortalha que vestiriam, quem ficava responsável pelo pagamento de todas as despesas necessárias ao funeral, encontrando-se mesmo doações com obrigação de se fazerem os bens de alma. É o caso de Ana Marques que fez testamento *verbal em que disse que todos os seus bens se entregassem ao pároco desta freguesia, para ele distribuir pela alma dela*³⁶¹.

Observemos também o óbito de Maria Ralinda, (?) que tinha sido uma criança enjeitada, e o que o pároco escreveu no seu registo de óbito: era pobre, miserável, mas deixou uma peça de ouro com que se lhe fez o ofício da sepultura com 5 padres e se espera fazer da mesma sorte o segundo e terceiro do mês e ano³⁶².

358 - Maria Norberta Amorim, «Uma População à procura de equilíbrio...», *Op. cit.*, p. 6.

359 - *Ib.*, p. 7.

360 - Veja-se, como exemplo, António Marques, falecido a 19 de Agosto de 1662, que no testamento deixou que lhe dissessem 12 missas rezadas em cada ano, nesta freguesia, com um responso sob a sepultura, esmola de 50 reis, e não querendo o Abade, os herdeiros as mandariam dizer onde quisessem. *Livro Misto* 2, fl. 79 v.º.

361 - Ver *Livro Misto* 3, fl. 142 v.º.

362 - Esta faleceu em 5 de Março de 1796.

Quanto ao hábito, é o de S. Francisco o costumeiro, havendo, contudo, outros, como o de S. Bento (mais para as mulheres), o de Carmelita, de Santa Clara, de Santa Teresa, hábito azul, de baeta roxa, de baeta preta, entre mais alguns outros. O corpo foi muitas vezes envolto em lençol, algumas vezes doado por misericórdia, pelo pároco. Como único caso, vemos António, rapaz de vinte anos, falecido em 22 de Novembro de 1803, que morreu de lepra, e foi envolto nuns panos de chita. Até na morte foi pobre, tal como em vida, pois morreu órfão. No que respeita aos párocos, os hábitos de sacerdote eram os usuais. Pela primeira vez surge referência a um caixão, aquando do falecimento de Custódia Dias, em 18 de Dezembro de 1803.

A Igreja curava do cumprimento dos bens de alma, quer porque era do seu *numus*, quer porque eles constituíam uma fonte de proventos da Instituição.

Nos assentos de óbito, encontramos referência a situações em que não se resolveram ainda as contas com o pároco, tal como acontece com Paula Machado, mulher de Belchior Gonçalves, residente no lugar dos Reis, falecida a 28 de Janeiro de 1645, por alma de quem se fizeram dois estados, havendo que fazer mais um, dizendo o pároco que não tem pago as ofertas da alma. Contudo, na maioria dos casos refere-se que tem satisfeito e tem quitação.

Os ofícios por alma de ausentes começam a aparecer em 4 de Maio de 1662. Na maioria das situações são parentes muito próximos a satisfazer os bens de alma. Este costume desaparece globalmente em inícios do século XVIII, encontrando um único caso em 1840.

Ao todo são registados os bens pios por vinte e cinco ausentes, sabendo nós que, caso não fossem realizados os sufrágios, o juiz dos resíduos compeliaria ao seu cumprimento, o que nos dá ideia da força da Igreja.

Houve gente por quem não se disse nenhuma missa, como aconteceu com Catarina Rodrigues, mulher de Sebastião Álvares, que faleceu em 22 de Maio de 1645. O Pároco não refere que é pobre. Qual a razão para que tal acontecesse?

O número de missas estará relacionado entre outros, com os bens de que se dispunha. Os pobres, como constatámos, tinham, normalmente menos missas.

O local de enterramento também estaria ligado à posição social, reservando-se o adro para os mais pobres, como foi o caso de Manuel Rodrigues, cujo óbito ocorreu em 15 de Janeiro de 1801, que *foi por pobreza extrema enterrado no adro*, e para os forasteiros que viessem a falecer na paróquia, no caso concreto temos os *pobres vagabundos*, como foi o caso de José, por alcunha o Geirós, *homem solteiro e pobre, sem moradia em freguesia alguma, e que dizia ser natural de Castela*, enterrado em 20 de Outubro de 1799, exactamente no mesmo lugar onde havia tempo tinha sido sepultado outro peregrino, como nos refere o registo, e também o de Serafina de Lemos, *a vagabunda que andava a pedir e dizia que era natural de de S. Jorge da Varje*, cujo óbito aconteceu em 21 de Novembro de 1725.

Não encontramos nenhuma pessoa a quem fosse negada sepultura católica, mesmo nos casos em que houve suicídio, havendo sempre o recurso à falta de juízo para explicar a sagrada tumba, como exemplo, temos Mariana de Araújo, que no dia 1 de Junho de 1800, se suicidou pondo um laço no pescoço.

Os últimos sacramentos eram da responsabilidade do pároco que devia ministrá-los, bem como da família do moribundo, ou na falta desta, dos vizinhos, ou pessoa mais chegada, a quem competiria chamar o pároco.

A Igreja era severa para o pároco ou para a pessoa responsável pelo não cumprimento desta obrigação do bom cristão. De tal maneira, que o sacerdote no respectivo registo de óbito deveria indicar se foram ou não administrados os sacramentos, quais, e na sua falta registar os motivos. A 28 de Março de 1654, Isabel Gonçalves não foi unvida *por descuido de sua gente*. Em 4 de Abril de 1659, faleceu Maria da Ponte sem a Extrema Unção, *por descuido de sua comadre*. Em 16 de Fevereiro de 1656, faleceu Mónica Correia sem estar unvida por não *darem recado* ao pároco. Em 26 de Janeiro de 1655, não é administrada a Santa Unção a António Gonçalves da Ribeira, *por não me darem recado(...)* *por morrer apressado*. Em 15 de Novembro de 1796, diz-nos o Pároco que não administrou o Sagrado Viático por Manuel, moço de mais ou menos 15 anos, estar impossibilitado de o fazer devido às viscosidades *em que se desfazia pela boca*, como também por falta de juízo. Também em 18 de Novembro de 1797, vemos o óbito de Domingos de Sá que não foi refeito com os sacramentos por o filho não ter chamado o Abade, pois julgava-o bem, em virtude de *ter andado em pé no dia antecedente e ceado muito bem*.

Muitas vezes a apoplexia ou ataque apoplético, bem como a morte *súbita* ou *repentina*, surjem como forma de justificar a ausência de sacramentos antes da morte.

O costume exercia supremacia, pelo que sempre que alguém dispunha contra os usos da freguesia, o pároco tinha o hábito de fazer referência no registo, e de corrigir a anomalia, como exemplo, temos o assento de Manuel Correia, falecido em 20 de Dezembro de 1738, que estava casado em Landim, mas como estivesse doente, encontrava-se em casa de seus pais em Avidos, e à morte, deixou dito em testamento *lhe fizessem 3 ofícios de sete padres cada um e oferta de corpo presente de 480 reis, as quais disposições se não observaram por serem contra o costume da freguesia, nem mesmo se observou o dito testamento na parte de deixou uma raza de pão por oferta por também era (sic) contra o costume desta freguesia e ser obrigado a estar por eles*³⁶³. (O costume da freguesia, nesta época, era de três ofícios de dez padres para os proprietários).

Era usual, pelo que pudemos ver, que o cadáver permanecesse em casa, vindo no dia seguinte para a Igreja, onde seria sepultado³⁶⁴.

Ao longo do período estudado vemos o óbito de dois escravos e alguns óbitos de vagabundos ou mendigos.

363 - Livro Misto 3, fl. 101 v.º

364 - Até ao ano de 1833, os enterramentos faziam-se nas igrejas, passando por determinação régia de 6 de Fevereiro 1833, a ser proibidos nesses locais, e por decreto de 21 de Setembro de 1835, o governo interdi- tou formalmente aos párocos sob pena da perda dos benefícios, os enterramentos nos templos.

Conforme nos é dito nas *Memórias Paroquiais*, não encontramos pessoas ilustres, havendo, porém a referir algumas pessoas de mais posses³⁶⁵ que o comum do povo, a saber: os Araújo da Quinta das Devesas, de que destacamos Manuel Dias de Araújo, cujo óbito ocorreu a 9 de Maio de 1742, que entre os demais legados deixou 100 mil reis para se fazer um guião para o Santíssimo Sacramento desta freguesia, António José de Araújo, Alferes da Ordenança, falecido a 20 de Fevereiro de 1818, Luísa Bernardino Gomes, mulher do Sebastião José Correia de Araújo, das Devesas, falecida a 14 de Fevereiro de 1827, Quitéria Maria Bastos, mulher de José Correia de Faria, proprietária da Quinta de Penso, natural do Porto, que morreu a 3 de Novembro de 1820, tendo-lhe feito *seu marido um ofício geral de muitos padres e pompas*³⁶⁶, os dois filhos Maria Correia de Faria, falecida a 9 de Agosto de 1822, e José Correia de Faria falecido a 27 de Agosto de 1822, Ana Aurélia Ferreira Guimarães, filha de Manuel Ferreira Guimarães, natural do Porto, moradora na Quinta de Penso, freguesa do Porto, a quem seu pai fez *um ofício geral de muitos padres*³⁶⁷, falecida a 28 de Agosto de 1824, Francisco de Sousa Carneiro e sua esposa Dona Clara Luísa Pinto de Magalhães, o primeiro falecido em 22 de Maio de 1829, e a segunda em 27 de Dezembro de 1804, Dona Rosa da Silva e Sousa, casada com Lino José de Sousa Ferreira, este natural de Vila Nova de Famalicão e sua mulher natural de Areias, proprietários da Quinta de Penso, ela falecida a 18 de Maio de 1893, e ele a 13 de Abril de 1894, António Maria Teixeira de Melo, casado com Filomena Júlia Teixeira de Melo, respectivamente genro e filha do casal em epigrafe, falecidos ela em 5 de Agosto de 1924 e ele em 20 de Abril 1913.

Por ser neto do grande escritor português Camilo Castelo Branco, não resistimos referir Si- mão Botelho Castelo Branco e cónjuge Maria Guilhermina Guimarães Castelo Branco, que falece- ram o primeiro a 18 de Fevereiro de 1970 e a segunda a 18 de Novembro de 1992.

Também poucos criados encontramos, o que vem corroborar o atrás exposto. Vejamo-los:

365 - Os dados são-nos fornecidos pelos assentos de óbito.

366 - Livro Misto 3, fl. 165 f. e v.º.

367 - Livro Misto 3, fl. 169.

QUADRO 71
ÓBITOS DE CRIADOS

DATA DE ÓBITO	CRIADO	ESTADO CIVIL	NATURALIDADE	AMO	LUGAR	IDADE
05.12.1726	Maria	Solteira	Landim	Domingos Francisco	Castelãos	*
25.12.1728	Manuel	Solteiro	Antas	Maria de Araújo	Avidos	*
11.04.1753	Victória	Solteira	Maia	Francisco de Araújo	Avidos	*
12.02.1767	José (enjeitado)	Solteiro	Termo do Porto	Francisco da Silva	Ribeira	*
25.07.1802	Ana	*	S.ta Cristina	Manuel José de Araújo	Quintinha	18
05.10.1807	Agostinho	Viúvo	Avidos	António José de Araújo	Devesas	60
10.11.1821	Josefa	Solteira	Avidos	António José da Silva	Crestins	*
4.12.1830	Custódia	Solteira	Vilarinho das	Manuel Cambas Ferreira	Carvalho Joaquim	*
11.04.1835	Teresa Maria	Solteira	Avidos	Padre Manuel C. de Sampaio	Carvalho	*
18.01.1841	José António	Viúvo	Avidos	Sebastião José Correia	Devesas	*
3.07.1915	Joaquim Pinto dos Santos	Solteiro	*	*	Penso	9
13.07.1919	Joaquim Coelho Cardoso	Casado	Negrelos	*	Devesas	52
25.10.1935	Joana Pereira da Silva	Solteira	Landim	*	Pentieira	22
26.10.1935	Tomás Pereira Marques	Solteiro	Avidos	*	Crestins	14
28.07.1938	Manuel Fernandes da Silva	Solteiro	Avidos	*	Carvalho	25
26.04.1939	Deolinda da Silva Freitas	Solteira	Landim	*	Barreiros	47
26.01.1945	Isaura Alves da Silva	Solteira	Gavião	*	Pentieira	31

* A fonte não refere.

Entre os criados que encontramos ao óbito, constatamos que a maioria era solteira, havendo a registar que até ao século XIX, nenhum deles era natural de Avidos. Ainda reportando-nos ao Antigo Regime, observamos que um grande número não pertencia a freguesias do concelho de Vila Nova de Famalicão. A partir de 1802, só um criado era natural de uma freguesia de fora do concelho, que ficava, porém, relativamente perto de Avidos, a freguesia de Negrelos.

8. Mobilidade³⁶⁸

8.1 A Emigração na segunda metade do século XIX e segunda metade do século XX

Outr'ora já, mas hoje sobretudo, emigra-se do norte de Portugal por falta de paralelismo entre o crescimento da população, em especial da população trabalhadora, e o desenvolvimento de riqueza³⁶⁹.

A emigração não é um fenómeno do século XIX, mas está ligada à história portuguesa desde épocas muito requadas.

Diversas são as causas que são chamadas para justificar a emigração portuguesa do século XIX, com maior pendor para o Brasil, desde a fuga ao serviço militar³⁷⁰, à necessidade de procurar riqueza, ao *ratio* desigual entre terra e braços para trabalhar, (o que é marcante no Norte de Portugal), onde os braços sobram, e há necessidade de serem escoados, dizendo-nos um autor da época, Basílio Telles, que a zona de onde há maior sorvedouro de gente para outras terras, mesmo que para as cidade, é « (...) uma zona agricolamente homogénea de cultura intensiva e rotativa e similarmemente affectada pela superabundancia de gente, ou seja da faixa litoral formada pelos districtos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro e Coimbra (...)»³⁷¹.

À densidade populacional de Portugal, também Alberto Sampaio³⁷² faz alusão, quando nos diz que é o nosso País um dos mais populosos da Europa, chamando-lhe um viveiro humano, que tem por força que se expatriar em grande número, e adianta como outras causas da emigração, o

368 - Cingimo-nos neste capítulo à emigração legal através dos passaportes.

369 - Basílio Telles, *Carestia da vida nos campos, cartas a um lavrador*, Porto, Livraria de Lello & Irmão Editores, 1903, p. 7.

370 - Sobre este tema, não são unívocas as opiniões, se bem que é irrefutável serem em grande número os emigrantes que aportam a terras brasileiras, antes de atingirem a idade de cumprir o serviço militar. E mais uma vez, citando a mesma fonte, diz-nos Basílio Telles que a verdadeira interpretação desta sangria de sangue jovem para o Brasil, reside nos pais desses mancebos, que querem resolver um problema de que dificilmente se descartariam dele doutra forma, procurando que o filho, seja assim uma mais valia, quer a curto prazo, quer na sua velhice.

371 - *Ib.*, p. 70.

372 - Cf. do autor, *Estudos históricos e económicos*, vol. 1.º, Porto, Livraria Chardron de Lelo e Irmão, 1923, pp. 530 - 531.

aperto da vida, o espírito de especulação e de aventura. Tal como Basílio Telles, não se esquece de referir a migração dentro do País, escrevendo que se dirige unicamente para o Sul, Braga, Porto, Alê-m-Douro, a Capital, sendo que para fora, o faz preferentemente para o Brasil, «e se a fortuna o não favorece, de lá passará á África occidental (...)»³⁷³.

Muitos outros autores se vão ocupar da emigração, tendo Mendes Leal dado enfoque à falta de recursos, à pobreza do povo, como causa determinante da emigração, não deixando, porém, de mencionar para a província do Minho outras razões, como a propriedade³⁷⁴, a falta de cereais e a instabilidade política. Percheiro, por seu turno, aponta como causa determinante da emigração a ambição inconsciente dos emigrantes³⁷⁵. A mesma causa nuclear é apontada no Primeiro Inquérito Parlamentar sobre emigração portuguesa³⁷⁶, embora se refira a outras de cariz sócio económico. João Evangelista indica-nos, também, como causas primordiais as dificuldades internas, «e o conhecimento de melhores condições de trabalho e, sobretudo remuneração³⁷⁷», não deixando de colocar o binóculo na «complexa rede comercial tecida em torno dos prováveis emigrantes e que, apoiada nos pontos de partida e de destino, estabelece a ligação entre ambos³⁷⁸».

A independência da nossa ex-colónia, o Brasil, veio gerar um conjunto de factores adjuvantes ao escoamento dos braços portugueses, nomeadamente minhotos, que aqui sobravam e na terra de Vera Cruz escasseavam, quer para a ocupação de tanto solo inculto e não rentabilizado, que requeria vasta mão de obra, quer para o desbravamento de terras, como para a introdução de diversas culturas, de que destacamos o café³⁷⁹, e mais tarde para a indústria. Era uma nova economia mundial que se gerava, «caracterizada pela internacionalização do capital e do trabalho³⁸⁰».

O Brasil necessitava primordialmente de duas coisas, como refere Sousa Fernandes, «estradas e população³⁸¹».

Nesta conjuntura, não poderemos deixar de mencionar a abolição da escravatura, onde podemos ver dois momentos, 1851, com a proibição do tráfico de escravos, e 1888, quando ocorre a liberdade total para estes.

373 - *Ib.*, p. 535.

374 - Região essencialmente de minifúndio, destacando-se de onde em onde uma quinta, as courelas eram na generalidade tão pequenas, que uma vaca estando a pastar no terreno do seu dono, poderia fazer as necessidades na courela do seu vizinho, como nos diz o geógrafo Orlando Ribeiro.

375 - D. A. Gomes Percheiro, *Portugal e Brasil: emigração e colonização*, Lisboa, 1878, p. 32, apud Caroline Brettell, *Op. cit.*, p. 96.

376 - *Ib.*, p. 96.

377 - Cf. do autor, *Op. cit.*, p. 155.

378 - *Ib.*

379 - A economia do café tem a sua fase de aceleração, a partir do 3.º quartel do século XIX.

380 - *Actas do colóquio internacional sobre emigração e imigração em Portugal séculos XIX e XX*, Lisboa, Ed. Fragmentos, 1993, Sacuntala de Miranda, emigração e fluxos de capital, 1870-1914, p. 54.

381 - Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (Ed.), *Sousa Fernandes*, 1988, p. 49.

A política proteccionista à fixação dos imigrantes incrementada pela novel Nação, surte os seus efeitos, nomeadamente com a promulgação do decreto de 14 de Dezembro de 1889. Contudo, face à grande aceitação desta medida por parte dos imigrantes, os poderes políticos brasileiros haviam de fazer o crivo das entradas, não sendo permitidas as vindas de imigrantes maiores de 60 anos, inválidos, pessoas com doenças infecto-contagiosas³⁸², até que, pelo decreto de 19 de Dezembro de 1930, os governantes brasileiros decidem não deixar entrar mais imigrantes.

E que acontece com a política portuguesa sobre emigração? Vemos que em pleno liberalismo, as medidas tomadas teriam forçosamente que estar de acordo com os rumos políticos traçados, o que encontramos consubstanciado na Carta Constitucional de 1826, onde se consagra a liberdade de circulação no estrangeiro, com restritas excepções. Mas, as malhas vão-se apertando, de tal forma que a Carta de Lei de 4 de Junho de 1859, vem introduzir alterações profundas, limitando a idade para pedir passaporte, ou seja, ninguém poderia pedir este documento antes dos 14 anos, bem como introduzindo uma nova figura, a fiança obrigatória para quem quisesse emigrar.

Outras medidas vieram reduzir a liberdade de emigração do povo português, com reflexos de ordem pecuniária, que se traduziram no aumento das despesas para requerer o passaporte, e também a obrigatoriedade de requerer o passaporte no distrito de naturalidade, para todos aqueles que tivessem menos de 30 anos.

Porém, nos últimos 25 anos de Novecentos, assiste-se na cena internacional a um *crescendum* de interesse pelas terras africanas, de que destacamos a Inglaterra³⁸³. Urgia, pois, não pôr em perigo esse "Império", nem nos deixar enfraquecer.

Aqui, as forças de oposição ao regime monárquico servem-se da questão colonial como arma de arremesso e defendem com ardor a integridade do solo africano. E quando governo, mantém esse propósito, sendo uma das razões da nossa entrada na Primeira Guerra Mundial.

Sabendo nós que alguns «africanistas práticos»³⁸⁴, sob a pedra tutelar da Sociedade de Geografia de Lisboa, produziram propostas tendentes a desviar os fluxos migratórios do Brasil para África, encontraram escolhos vários para as pôr em prática, quer por razões de instabilidade governativa, quer porque os governos de Lisboa, na época os governos demo-liberais da primeira República, centraram a sua atenção mais na administração dos redutos ultramarinos, que na sua colonização³⁸⁵, não nos admiramos do reduzido fluxo migratório que aportou às possessões portuguesas.

Como factor agravante encontramos a pouca aceitação dos portugueses metropolitanos, por parte de muitos locais, com a inerente falta de segurança, bem como o facto de ter de se começar tudo de novo, passe a redundância.

382 - Decreto n.º 6455, de 19 de Abril de 1907.

383 - Veja-se como exemplo o *Ultimatum* Inglês, e a questão conhecida como a do Mapa Cor de Rosa.

384 - Jorge Manuel Bastos da Silva, «A Alternativa africana à emigração para o Brasil», in *Seminário Os Brasileiros da Emigração*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão 1998, p. 2.

385 - *Ib.*

Pese embora as propostas concretas de muitos "africanistas" ligados à Sociedade de Geografia de Lisboa, como a do coronel Faria e Maia³⁸⁶, que giza um plano em que inclui as zonas onde o emigrante/colono português se pode fixar, sem perigo para a sua saúde, debalde vemos inverter o rumo da emigração para o Brasil e outros destinos do continente americano.

Embora se tenha facilitado a ida para as possessões ultramarinas através da concessão de passaporte gratuito para esse destino, e do encarecimento do mesmo para o estrangeiro, e apesar das propostas destes africanistas, a fixação de colonos/emigrantes da metrópole não foi um sucesso, e diversas propostas que poderiam inflectir o rumo dos destinos da emigração, não se tornam em actos, nomeadamente, como já anteriormente focámos, pela precariedade política dos diversos governos.

Como arquétipo dos destinos da emigração, constatamos que em Avidos, só um emigrante se aventurou a ir para Angola, o que não é um facto isolado, uma vez que para Barcelinhos, Inês Faria não encontra entre 1855 e 1925 qualquer emigrante que demande as colónias portuguesas.

A freguesia de S. Martinho de Avidos, insere-se, como será natural, numa realidade nacional e regional, sendo nós inclinados a equacionar diversas causas da emigração destas gentes, mas em que a falta de recursos, seria, naturalmente decisiva. Vejamos o que nos dizem as fontes.

Como primeiro indivíduo com registo de passaporte encontramos Joaquim José Machado, de 11 anos de idade, filho de mãe solteira, nascido a 22 de Junho de 1857. Esta era natural de Landim e veio ter o filho a Avidos, onde foi baptizado. Pediu Joaquim passaporte para o Rio de Janeiro, em 16 de Março de 1869, e foi abonado por António Vicente Carvalho Leal Salzedas.

Agora, ouçamos o que nos diz uma carta de chamada, oriunda do Rio de Janeiro, e datada de 29 de Janeiro de 1915. Nela, o marido remete à mulher dinheiro para a viagem, recomendando-lhe que não traga «grande cousa», mas pede-lhe que traga a máquina de costura.

Nova fase de emigração se inicia na década de 50 do século XX, especificamente o primeiro pedido de passaporte é registado em 2 de Janeiro de 1953, e tem como destino o Brasil. Constata-se que a maioria escolhe essas paragens, embora se registem duas saídas para a Venezuela. A partir da década de 60, o maior contingente vai para a França e Alemanha.

Ao longo deste capítulo, vamos, auxiliados pelo cruzamento da informação, que nos chega da reconstituição da paróquia, bem como outras fontes em cotejo, procurar encontrar algumas respostas a questões que se nos puseram, nomeadamente as razões fundamentais porque emigravam os avidenses, estrato social, fases de emigração, redes de solidariedade entre emigrantes, emigrantes de sucesso, certos, à partida, que algumas ficarão por responder, havendo necessidade de um intercâmbio de informação entre investigadores portugueses e brasileiros.

386 - Jorge Manuel Bastos da Silva, «A Alternativa africana à emigração para o Brasil», in *Seminário Os Brasileiros da Emigração*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1998, pp. 5 - 6.

8.2 Ei-los que partem

Emigrar ou ficar no rincão natal, duas opções possíveis, que os Avidenses tiveram que equacionar, em determinado momento da sua vida.

Subtraindo as saídas clandestinas³⁸⁷, que não temos possibilidades de quantificar, Avidos viu sair para terras extra-continente, cento e sessenta e cinco indivíduos, dos quais, no século XIX, encontramos quatro registos de pedido de passaporte colectivo.

Com o objectivo de tentar perceber as estratégias familiares, fomos ver a situação civil de quem emigrava, a sua posição na família, emigração familiar, entre outros.

QUADRO 72
ESTADO CIVIL DOS NATURAIS E DOS RESIDENTES À EMIGRAÇÃO

PERÍODO	SEXO MASCULINO						SEXO FEMININO					
	NATURAIS			NÃO NATURAIS			NATURAIS			NÃO NATURAIS		
	SOL.	CAS.	VIU.	SOL.	CAS.	VIU.	SOL.	CAS.	VIU.	SOL.	CAS.	VIU.
1869-1896	17	7	0	9	8	1	0	0	0	1	1	0
1904-1926	18	12	0	4	3	0	8	3	1	2	0	0

No século XIX, tiveram primazia na corrente emigratória os rapazes solteiros, situação que é mais vinculada para os naturais da freguesia. Das mulheres de fora, destaque para a aventura de Joana Maria, que não sabemos onde nasceu, e tão só que reside em Avidos, e vai acompanhada do filho António José Lourenço da Silva, de 11 anos, e pretende ir para o Rio de Janeiro. Seria mulher solteira, em procura de melhor vida para ela e seu descendente?

O quadro para o período de 1904-1926, desenha-se similar nos seus contornos gerais, mas as matizes tendem a diferenciar-se, ou seja, embora encontremos quer nos naturais, quer nos residentes, uma maior disponibilidade para emigrar por parte dos solteiros, o número dos homens casados já é significativo. É, todavia, no sexo feminino que encontramos a grande diferença, traduzindo-se num aumento grande de emigrantes, em que o número de solteiras suplanta o de casadas.

Os homens casados começam a aventurar-se mais, talvez porque as notícias que vêm chegando lhes dêem outra segurança, o dinheiro mandado pelos seus conterrâneos terá servido de incentivo, os filhos a reclamar melhor vida estugavam-lhe o passo para esses Brasis, terra de tantas miragens, e quem sabe, talvez a compra de uma courela, que lhe dará maior arrimo para os seus.

Para uma visão mais clara, vejamos o quadro abaixo, que nos mostra os valores percentuais.

387 - Segundo alguns estudos poderão ascender a 10% ou mesmo mais.

QUADRO 73
ESTADO CIVIL DOS NATURAIS E DOS RESIDENTES À EMIGRAÇÃO %

PERÍODO	SEXO MASCULINO						SEXO FEMININO					
	NATURAIS			NÃO NATURAIS			NATURAIS			NÃO NATURAIS		
	SOL.	CAS.	VIU.	SOL.	CAS.	VIU.	SOL.	CAS.	VIU.	SOL.	CAS.	VIU.
1869-1896	38,6	15,9	0,0	20,5	18,2	2,3	0,0	0,0	0,0	2,3	2,3	0,0
1904-1926	35,3	23,5	0,0	7,8	5,9	0,0	15,7	5,9	2,0	3,9	0,0	0,0

A idade em que se emigra traz-nos novos elementos para a teia de vida desta população. Embora nos deparemos com uma amostra que não é grande, poderemos aventar algumas conclusões: a emigração legal fazia-se numa idade média relativamente elevada, nos três períodos em que dividimos a observação, nunca indo abaixo dos 26 anos para o sexo masculino, e no período em que atinge essa idade média, vemos emigrar um pai com um filho de 11 anos, caso esse, que, naturalmente, vai fazer baixar a média de idades à emigração no período em apreço.

Quanto ao sexo feminino, para o período anterior a 1910, a amostra não nos permite avançar com quaisquer conclusões, mas de 1910 a 1926, deparamos, também com uma idade média alta.

Em termos globais, o comportamento dos avidenses mostrou-se similar ao encontrado por Jorge Alves, para o distrito do Porto, na segunda metade do século XIX, mas algo distinto do encontrado por Inês Faria, para Barcelinhos, uma vez que Jorge Alves nos indica valores entre os 22 e os 33 anos e, para esta autora, os valores oscilam entre os 19,6 e os 21,3 (este último valor já apanha o início do século XX).

QUADRO 74
IDADE MÉDIA À PRESUMÍVEL PRIMEIRA AUSÊNCIA

	SEXO MASC.		SEXO FEM.	
	Nº OBS.	MÉDIA	Nº OBS.	MÉDIA
1869-1889	14	27,0	*	*
1890-1909	17	26,0	*	*
1910-1926	27	26,9	11	25,7

* Só uma observação em cada período, registando-se respectivamente a idade de 45 e 18 anos.

Outros elementos necessitaremos para conhecer como as famílias resolvem os seus problemas no que respeita à emigração dos filhos, daí termos procurado saber qual dos filhos era eleito para partir, se o mais velho, se o mais novo, ou o do meio. Como podemos ver no quadro seguinte, estiveram no nosso campo de observação 36 famílias, constatando-se que preferencialmente saía o filho que ocupava a posição intermédia, e depois o filho mais velho, seguido do mais novo.

Ocorrendo situações em que emigraram irmãos, em três casos foi primeiro o mais velho, e um dos mais novos, em quatro situações emigraram dois de uma idade intermédia, em duas famílias

partiram os três filhos do casal, noutra família saiu o mais velho e um do meio, e numa outra emigrou um do meio e o mais novo.

Neste leque diversificado de situações, poderemos aventar que as estratégias de saída dos filhos estariam correlacionadas com as condições económicas da família, sendo que as que faziam sair o mais velho, teriam o pecúlio suficiente para prover às despesas, enquanto as outras necessitariam de o ir juntando.

QUADRO 75
POSIÇÃO DO EMIGRANTE MASCULINO E SOLTEIRO NA FAMÍLIA
(1869-1926)

	Nº EMIGRANTES ISOLADOS NÃO IRMÃOS	GRUPOS DE EMIGRANTES IRMÃOS
MAIS VELHO	7	4
MAIS NOVO	6	
POS. INTERM.	19	1
FILHO ÚNICO	4	

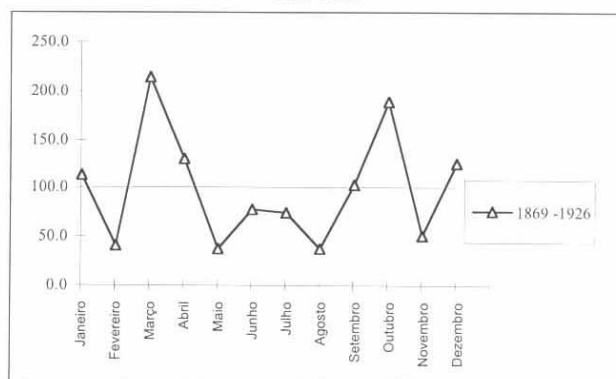
Nas famílias com menor número de filhos, encontramos uma com dois descendentes, em que é o mais velho a emigrar, e parte para o Brasil, quatro anos após a morte da mãe, noutra com o mesmo número de filhos, emigra para França o segundo filho, já órfão de mãe.

Não vimos relação entre emigração e orfandade, ao contrário do que Inês Faria³⁸⁸ observou para Barcelinhos, tendo nós tão só encontrado para Avidos três órfãos de pai, um órfão de mãe e um órfão de pai e mãe.

388 - Cf. do autor, *Op. cit.*, p. 220.

8.3 Meses preferidos para emigrar

GRÁFICO 19
SAZONALIDADE DA EMIGRAÇÃO
1869-1926



O mês de Março e de Outubro mostraram-se como os eleitos para os Avidenses deixarem a sua terra em busca de melhores condições de vida, talvez esse *el dorado* que esperam encontrar quando partem.

Que razões estariam subjacentes a esta escolha? Motivos de ordem logística, como melhores condições de travessia, com um mar menos alteroso, que lhes desse uma maior segurança, razões que se prendem com a sazonalidade agrícola?

E que motivos encontrar para uma tão grande quebra nos meses de Fevereiro, Maio e Agosto?

O peso da ruralidade nesta freguesia, teria sido, quanto a nós a razão fundamental destes índices tão baixos de emigração para estes meses.

Para além dos motivos apontados para os maiores e menores índices sazonais de emigração, não poderemos deixar de nos interrogar se razões por exemplo de saída de vizinhos, de outros emigrantes de terras próximas não pesarão também, bem como na terra de destino a conveniência de chegar em determinada época do ano, por razões de ordem laboral.

8.4 Visão da ambiência sócio-económica

QUADRO 76
REPARTIÇÃO DOS EMIGRANTES SEGUNDO A PROFISSÃO DOS PAIS (1869-1926)

PROF. PAI	FAMÍLIAS	FILHOS	FILHOS EMIGRANTES	% DE FILHOS EMIGRANTES	% EMIGRAÇÃO TOTAL
Caseiro + Jornaleiro	14	78	18	23,1	53
Carpinteiro + Pedreiro + Alfaiate	5	29	7	24,1	20,6
Proprietário + Lavrador	5	33	6	18,1	17,6
Comerciante	3	14	3	21,4	8,8

Nesta partitura sobre emigração, procuremos tecer um quadro ainda que ténue, e por aproximação, do ambiente sócio-económico e cultural do emigrante e da família onde está inserido. Se pegarmos no lastro de informação que nos é facultada, poderemos elencar algumas conclusões.

Das trinta e seis famílias cujos filhos neste período emigraram, dispomos para vinte e sete da indicação da profissão dos pais, o que já poderá ser considerado um número significativo. Desta forma, estaremos em condições de fazer uma análise do quadro anterior, onde poderemos ver uma correlação muito forte entre certas profissões dos pais e o número de saídas. Em consonância, é nas famílias de mais fracos recursos económicos, e não detentoras da terra, que mais filhos deixam o lar rumo a um país de acolhimento. Dos artifices, são os filhos dos carpinteiros a emigrar em maior percentagem. Razões de mais fácil colocação? Excesso desta profissão na terra³⁸⁹, que não auguraria futuro promissor caso o filho enveredasse pela profissão do pai, e continuasse na freguesia? As menores percentagens de saídas situam-se, como poderemos visualizar no quadro, nos filhos de comerciantes, proprietários e lavradores. A fim de podermos aduzir outras razões explicativas, fomos conhecer de mais perto as famílias.

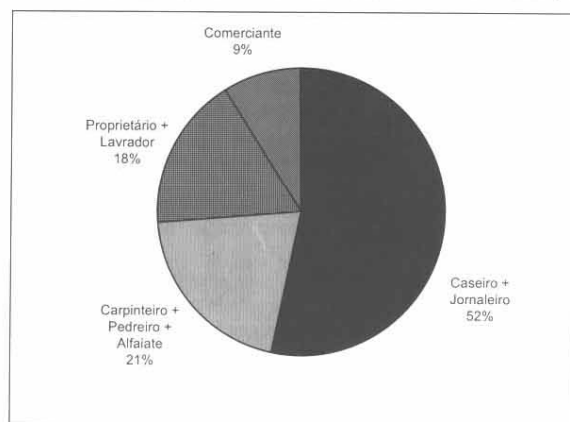
Numa família cujo pai era negociante, o filho parte em 1911, com 13 anos, provavelmente pretendendo seguir as pegadas do pai, em cuja casa teria feito já algum tirocinio. É um dos mais novos dos 6 irmãos. Outro tanto acontece com Manuel, que parte com 18 anos para o Brasil, sendo filho único. Dois filhos de Manuel Joaquim, que também é negociante, emigram para o Rio de Janeiro. Num agregado com 6 filhos, 4 dos quais homens, não emigra o filho homem mais velho, mas sim

389 - O filho mais velho deste casal não emigrou e seguiu a profissão do pai, daí que o filho que vem a seguir naturalmente, numa comunidade pequena, vislumbresse melhor futuro saindo para terras brasileiras.

os dois que vêm a seguir, um com 13 anos, em 1912, e o outro logo no ano subsequente, então com 13 anos também. Quanto aos alfaiates, ouçamos o que nos dizem as fontes sobre o casal constituído por Daniel Alves da Silva e Maria Joaquina. Desta família conhecemos 9 filhos, onde predomina o sexo feminino, havendo só 3 rapazes, destes emigrou não o mais velho, mas o filho homem a seguir. Parte para o Brasil em Abril de 1912, com 21 anos. Será que o mais velho seguiu a profissão do pai, ou até ambos, e não dando o pecúlio para tantos, a família vai juntando dinheiro para este partir? Teria alguém próximo a recebê-lo e ter-lhe-ia lá arranjado trabalho? Esta última hipótese levantamo-la, em virtude de a irmã que nasce a seguir a Manuel, se chamar Brasilinda. O único filho de lavrador emigra com 32 anos. Dificil nos é interpretar esta situação, uma vez que desconhecemos se esta família teria tido mais filhos, quando faleceram os pais, sabemos que eram lavradores e que possuíam a "Quintinha de cima", onde habitavam. Teria deste casal havido mais filhos, e estaria este à espera de ser beneficiado, e não o tendo sido, partiu para o Brasil? Temos como certo que retornou a Portugal uma vez que o vemos falecer em 1930, em Avidos.

Em síntese, constatamos que foram os filhos dos pais cujas profissões estavam mais ligadas à terra a mandar em maior número os seus filhos para terras longevas, com destaque para o Brasil. Com efeito, 70% dos filhos dos emigrantes tinham uma origem profissional paterna telúrica. Atentemos então no gráfico.

GRÁFICO 20
REPARTIÇÃO DOS EMIGRANTES SEGUNDO A PROFISSÃO DOS PAIS (1869-1926)



As despesas com a viagem eram significativas para os recursos da maior parte da população, daí, as estratégias familiares serem diversas. Tomemos alguns exemplos.

O carpinteiro Bernardino da Silva Monteiro e Ana Maria Ferreira têm 9 filhos, 6 do sexo masculino. Não parte António, que era o filho homem mais velho, e emigra José, que é o filho subsequente, indo para o Brasil com 22 anos. Para este, a família ou juntou dinheiro, ou se endividou, contando com o envio de capitais para solver a dívida, quando o filho amealhasse o dinheiro para a poder resgatar. Entretanto, já instalado, chama o seu irmão mais novo, que parte em Setembro de 1895, logo, três anos mais tarde. Pensamos, que a viagem terá corrido por conta de José.

Uma família de proprietários, os donos da "Casa das Devesas", têm também 9 filhos, com 7 rapazes. Emigra o mais velho, e um dos do meio. Detentores de uma casa mais abastada, não lhes foi difícil enviar o filho varão, que deixa as terras lusas em Agosto de 1870, com 33 anos. Esta situação, contudo, parece-nos peculiar. Porque emigraria ele com esta idade? Estaria à espera de ser beneficiado, e sabendo que não o seria tenta a sorte na emigração? O pai vem a falecer 4 meses após Sebastião José ter emigrado. Teria havido problemas familiares? Problemas económicos, que terão levado o primogénito a tentar restaurar a casa paterna mediante um insuflar de dinheiro brasileiro?

Passados que foram dez anos, emigra o irmão Augusto, ao que supomos ajudado por Sebastião José, entretanto já estabelecido em terras da América.

Outra família de proprietários manda também o seu filho mais velho para o Brasil em Janeiro de 1890, o que vem corroborar a ideia de que para os mais abastados mais fácil seria tratar de tudo e mandar logo o filho primogénito, uma vez que não teriam que pedir dinheiro emprestado. José emigra com 26 anos.

Já, noutra família de pedreiros, constatámos que a estratégia é juntar para depois mandar um ou mais filhos. Neste caso, o destino de emigração não recaiu sobre o que nasceu primeiro. E outros casos poderíamos chamar, embora a regra admita excepções.

Numa família de proprietários, onde a prole, constituída por 9 filhos era essencialmente do sexo feminino, emigrou uma das filhas do meio, no estado de solteira, e com 51 anos! Não encontramos o óbito dos progenitores, nem tão pouco qualquer indício de emigração de irmãos, o certo é que nos pareceu insólita tal situação. E novamente levantamos a hipótese de pensar vir a ser beneficiada, e não o sendo, decide procurar outro futuro.

8.5 As Profissões dos emigrantes

QUADRO 77
PROFISSÕES DOS EMIGRANTES (1869-1926)

Profissão (homens)	Nº emigrantes
Lavrador	7
Caseiro	1
Jornaleiro	3
Trabalhador Agrícola	4
Terraplanador	1
Artífices	9
Comerciante	2
Caixeiro	1
Profissão (mulheres)	Nº emigrantes
Doméstica	7
Serviçal	2

Num universo de 37 emigrantes, de que conhecemos a profissão, uma vez que nem sempre as fontes no-la referem, continuamos a ver a predominância de saídas de profissões masculinas ligadas à terra.

Desta forma, até 1926, são os lavradores e os jornaleiros³⁹⁰ a ter o maior quinhão na leva emigratória, e, se juntarmos ao quinhão de profissões ligadas à terra, um caseiro e um terraplanador, temos que mais de metade dos emigrantes pertence ao sector primário. Seguem-se as artes tradicionais, vindo em último lugar o comércio.

Se quisermos comparar com outras paróquias já estudadas podemos ver semelhanças com S. João da Ponte, concelho de Guimarães, onde a autora³⁹¹ afirma que emigram predominantemente quer no sexo masculino, quer no feminino, indivíduos cuja base de subsistência era a agricultura, encontrando a mesma 43%. As artes tradicionais em que Carmen Cunha inclui os carpinteiros, pedreiros, ferreiros, caiadores e moleiros atingem 22,6 % na supra citada paróquia. Na freguesia de

390 - Surge-nos esta profissão também designada nas fontes, por trabalhador agrícola, tendo nós aglutinado os dados.

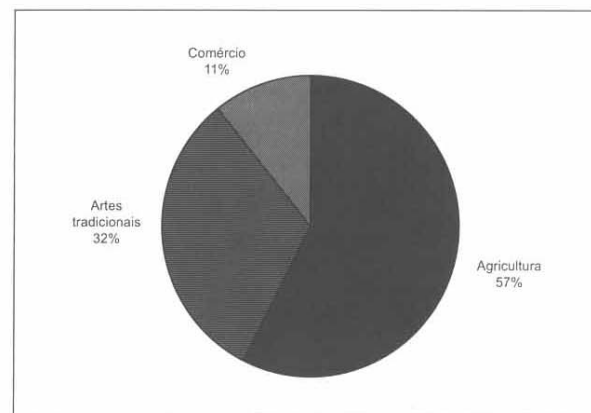
391 - Cf. Carmen Alice Aguiar de Moraes Sarmento Cunha, *Emigração familiar para o Brasil, concelho de Guimarães 1890-1914, (uma perspectiva microanalítica)*, Tese de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga, 1997, p. 209.

Avidos em que englobámos pedreiros, carpinteiros, alfaiates e tecelões, cifra-se nos 32%. Quanto aos emigrantes ligados ao comércio tradicional, encontramos 11%, enquanto em S. João da Ponte emigraram 19%.

Inês Faria, no seu estudo sobre Barcelinhos, observou uma percentagem reduzida (11,5%) de emigrantes cuja profissão estava ligada à terra. No comércio tradicional indica-nos 20,4%³⁹², contra os 19% de S. João da Ponte, e nas indústrias artesanais 19,1%. (Note-se ser Barcelinhos uma zona sub-urbana da cidade de Barcelos).

Para uma melhor visualização do cenário da freguesia de Avidos, observemos o gráfico:

GRÁFICO 21
PROFISSÕES DOS EMIGRANTES (1869-1926)



Quem emigra procura que o seu posicionamento na malha social seja alterado para melhor. Que aconteceu, pois, com os emigrantes desta freguesia?

Só de três conhecemos o retorno, tendo podido constatar que a aura não brilhou igual para todos, e a ascensão social só foi uma realidade para dois, tendo um deles passado de lavrador a empregado comercial, e outro de jornaleiro a lavrador, e o terceiro continuado a ser trabalhador agrícola.

392 - Aqui, a autora englobou negociantes e proprietários, caixeiros e empregados de comércio.

Dentro deste contexto, ouçamos o que nos diz um "brasileiro de sucesso", Sousa Fernandes, natural de Vila Nova de Famalicão, onde nasceu em Janeiro de 1849, e que aos 13 anos emigrou para o Brasil. Tendo tido o aconchego e amparo de familiares no Brasil, consegue singrar na vida, passando, rapidamente, de simples empregado, a sócio, conseguindo em pouco tempo fazer fortuna. Manifesta-se este famalicense acérrimo defensor da contenção da emigração³⁹³, dizendo-nos:

*É um capital que perdemos e que desfalca por igual o nosso património e a nossa renda: o nosso património, porque a propriedade rural decresce de valor na razão directa da somma de trabalho que falta ao seu amanhã; a nossa renda, porque a produção do solo diminua necessariamente à falta de agentes que a promovam*³⁹⁴.

E acrescenta:

*Dos milhares e milhares de emigrantes que se vão, alguns regressam ricos e felizes, é certo, outros não voltam mas de lá subsidiam com recursos as suas famílias; é, porém, ponto averiguado que não há nesta parte util da questão vislumbre de compensação para o pesado onus que ella acarreta ao nosso paiz*³⁹⁵.

Entretanto, dá-nos conhecimento da história de vida de um emigrante português, que não resistimos reproduzir. Era o José, um dos criados da *chácara*, que *varria dos passeios as folhas mirradas pelo tempo e para alli saccudidas pelo debil sopro da viração*³⁹⁶. José, depois de se certificar que Sousa Fernandes era português, polidamente, encetou uma conversa com este, e contou que *casara há 6 meses e havia 3 que estava no Brazil, onde veio seduzido por anhelos de fortuna. Ganhava 40 mil reis mensaes, e a mulher, rapariga nova e conterranea d'elle, ganhava 30:000 reis como creada de uma familia allemã que morava em uma das ruas da cidade, onde era estimada e recebia bom tratamento. Só se viam aos domingos*³⁹⁷.

O diálogo continuou, referindo José o quanto era custoso viver separado da mulher, mas que o objectivo era ganhar uns *patacos* para poderem regressar à terra natal, que *são outra coisa que não é isto*,³⁹⁸ dizendo serem suficientes cem moedas, pensando juntá-las em cerca de dois anos.

Grassava na cidade a febre amarela, e o epilogo desta história de vida foi primeiro a morte da mulher de José, que a febre amarela lhe levou, e passado pouco tempo José morre na Misericórdia, também vitimado por esta pestilência.

393 - Não está só Sousa Fernandes, pois que, respigando nós na imprensa famalicence, demos de caras com diversos artigos que desencorajavam a emigração, fiquemo-nos com este «Honra hoje mais uma vez o nosso jornal com a sua colaboração o nosso querido conterrâneo Víctor Gonçalves. Chamamos a atenção dos nossos leitores para as considerações que ele faz com respeito à emigração exagerada que se está fazendo para o Brasil, onde não há colocação para tanta gente. Meditem no que aconselha quem está testemunhando a miséria por que passa a maior parte dos portugueses que chegam ao Brasil». *Estrela do Minho*, n.º 947, 23 de Novembro de 1913.

394 - Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (Ed.), *Sousa Fernandes*, Vila Nova de Famalicão, 1988, p. 101.

395 - *Ib.*, p. 101.

396 - *Ib.*, p. 130.

397 - *Ib.*, p. 131.

398 - *Ib.*

8.6 Alfabetização dos emigrantes

O saber escrever era um utensílio extremamente importante, nomeadamente para os emigrantes que pretendiam seguir a carreira comercial, e para os pais era um duplo investimento, dado que o filho teria mais possibilidades de singrar na vida, e em consequência auferir melhores rendimentos para o desafogo da família e uma mais rápida ascensão social.

Pelo quadro abaixo, podemos observar embora com reservas, dada a pouca representatividade da amostra, e considerando só os dados a partir de 1900, que quer a nível do sexo masculino, quer a nível do sexo feminino, o grau de alfabetização dos emigrantes foi aumentando gradualmente.

QUADRO 78
SABER ESCREVER

PERÍODO	SEXO MASCULINO		
	EMIGRANTES	ESCREVEM	NÃO ESCREVEM
1900-1909	4	1	3
1910-1919	20	10	10
1920-1926	12	7	5
SEXO FEMININO			
Periodo	Emigrantes	Escrevem	Não Escrevem
1900-1909	1	1	0
1910-1919	8	2	4
1920-1926	3	1	2

Diversas razões estão por trás deste cenário, uma delas, poderá ter a ver com as notícias que vão chegando dos emigrantes que conseguiram ascender ao estatuto de *brasileiro*³⁹⁹, outra prende-se com a política de alfabetização do governo da primeira República portuguesa.

Num quadro comparativo que consubstancia o analfabetismo à emigração nos titulares de passaportes, observemos o que acontece no Porto, Guimarães, Barcelinhos e Avidos.

399 - Jorge Fernandes Alves, colhendo no Primeiro inquérito parlamentar sobre emigração portuguesa de 1873, refere o facto de em Portugal estes indivíduos serem chamados brasileiros, e no Brasil serem conhecidos por portugueses. Cf. do autor, *Os Brasileiros, emigração e retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Gráficos Reunidos, 1994, p. 11.

QUADRO 79
ANALFABETISMO A EMIGRAÇÃO

PORTO 1899		BARCELINHOS 1900-09		AVIDOS 1900-09	
Nº abs.	%	Nºabs.	%	Nºabs.	%
1511	28,5	17	47,1	3	60,0
GUIMARÃES 1890-1914		BARCELINHOS 1890-1919		AVIDOS 1894-1919	
Nº abs.	%	Nºabs.	%	Nºabs.	%
2386	34,4	60	28,3	34	50,0

É-nos dado ver que a partir de 1900, a percentagem de analfabetos para Avidos é sempre maior que a encontrada para o Porto, Barcelinhos e Guimarães.

Interessa, neste contexto, deter-nos um pouco na percentagem de alfabetização segundo o destino dos que partem para terras estrangeiras.

QUADRO 80
ALFABETIZAÇÃO DOS EMIGRANTES DE AVIDOS SEGUNDO O DESTINO (1904-1926)

Período	BRASIL				FRANÇA			
	Escreve	Não Escreve	Emi-grantes*	% alf.	Escreve	Não Escreve	Emi-grantes	% alf.
1904-1926	20	14	42	58,8	4	3	7	57,1

*A diferença entre este total e o total dos que escrevem e não escrevem encontra-se adicionando o número de emigrantes em que a fonte não indica se escrevem ou não, que é de oito.

Considerando os dois destinos de emigração, França e Brasil, para o período de 1919-1925, vemos que os que partem para o Brasil revelam uma percentagem superior de alfabetização, embora tenhamos de considerar o número reduzido da amostra e os emigrantes que ignoramos se sabem ou não escrever.

O mesmo acontece nesse período em Barcelinhos, com 60% de alfabetizados para o Brasil e 9% para a França.

8.7 A Emigração no singular ou no plural

Para a década de 1860, só encontramos dois emigrantes, que por sinal eram do sexo masculino, e emigraram isolados. Na década seguinte, não encontramos nenhum agrupamento, e por seu turno, já vemos um indivíduo do sexo feminino a emigrar, e fá-lo isoladamente, tal como os seus seis conterrâneos masculinos.

A partir de 1880, década de maior volume de emigração, começam a aparecer emigrantes que viajam em grupo familiar.

Nesta última situação se enquadra Joana Maria, que reside em Avidos, levando na sua companhia seu filho António José Lourenço, de 11 anos⁴⁰⁰.

Em Junho de 1883, partem dois irmãos José da Silva Ribeiro e Joaquim da Silva Ribeiro, naturais de Avidos, cujo pai é caseiro. Têm respectivamente 17 e 16 anos. Desta família, de que conhecemos três filhos, não sabendo se deste casal houve mais filhos, uma vez que não casaram na freguesia, nem nenhum dos cônjugues é natural da mesma, veio a emigrar em Outubro de 1921, também para o Brasil, tal como os seus irmãos mais velhos, Inácio da Silva Ribeiro.

Pareceu-nos estranho ter emigrado, já com 53 anos e no estado de solteiro. Teria Inácio emigrado antes clandestinamente ou será que serviu de braço direito aos pais, e depois destes falecerem resolveu fazer as malas para o Brasil, juntando-se desse modo, aos outros dois irmãos? Não temos elementos que nos permitam consolidar esta hipótese, considerando-a, porém, plausível, uma vez que seus pais eram caseiros das terras de Mateus Carneiro, de Requião, e de certo, seria um precioso auxiliar de seus progenitores no amanho das terras. Destes três irmãos, só conhecemos o óbito deste último, que não chega a casar, falecendo em Avidos, com 73 anos. Este facto conduz-nos à conclusão de que retornou, contudo, não sabemos quando, porque tanto poderia ter ido trabalhar para o Brasil, como, face à solidão, ter ido passar algum tempo com José e Joaquim. Não é a saudade um sentimento eminentemente lusitano, conforme defendia a ilustre literata Carolina Michäellis de Vasconcelos?

Na década seguinte, encontramos dois agrupamentos familiares, sendo o primeiro constituído por pai e filho menor (11 anos). Era António Joaquim da Silva, jornaleiro, de 38 anos, já com sete filhos vivos, e que leva na sua companhia José, seu terceiro filho. Mais tarde, em 1914, emigra outro filho, Zacarias da Silva, no estado de solteiro, e com 24 anos. Curioso, que a profissão dos pais é a de jornaleiros, o que nos leva a conjecturar que o pai não teve sucesso no Brasil, e pensamos que o filho também não terá amealhado grandes cabedais, uma vez, que se isso tivesse ocorrido, teria mandado remessas, que viessem alterar a economia familiar. De facto, ele deve ter regressado a Portugal, uma vez que emigrando em 1895, vem a ter mais dois filhos, um em 1897, e outro em Abril de 1900. Falece em Avidos, no estado de casado, com 43 anos, e deixando a mulher grávida de quatro meses.

Parte também na década de 1890, uma família contida por dez elementos, o pai, a mãe e os filhos, de que não sabemos as idades, tendo como única informação que são naturais da freguesia de Areias, e residiam à data da emigração em Avidos.

400 - Por não terem qualquer acto registado em Avidos, não nos foi possível reconstituir esta família. Podendo nós aventar duas hipóteses, uma delas, a de ser mãe solteira ou viúva, outra, a de o cônjuge estar já no Brasil, ou ter outros familiares, que os pudessem amparar e guiar nos primeiros tempos.

QUADRO 81
EMIGRANTES ISOLADOS E EMIGRANTES ACOMPANHADOS (1ª AUS.)

	EMIGRANTES ISOLADOS		EMIGRANTES ACOMPANHADOS		
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Grupos Obs.
1860	2	0	0	0	0
1870	6	1	0	0	0
1880	11	0	2	0	1 (2)
1890	9	1	6	4	1 (10)

8.8 A Diáspora portuguesa – destinos de emigração⁴⁰¹

Nesta tela policromática, será relevante vermos os destinos de emigração. Para tal dividimos a época estudada em três períodos, um que vai de 1869 a 1896, outro que ocorre entre 1904 e 1926, e, por último, o período mais recente de 1953 a 1982.

QUADRO 82
DESTINOS DE EMIGRAÇÃO 1869-1896

	BRASIL	FRANÇA	URUGUAI	ANGOLA	NÃO INDICA DESTINO
1869-1896	34	0	1	1	3

Pelo quadro que acima apresentamos, fica bem patente que o destino preferencial é o Brasil. Uma única exceção para a década de setenta, que regista um emigrante para Moçâmedes, e outra para a década de oitenta em que um avidense emigra para o Uruguai. Por serem exceção, vamos saber alguma coisa sobre os mesmos.

Para Moçâmedes parte António Maria, natural do concelho de Vila Flor, mas residente em Avidos, não vai engajado, tem 20 anos, e pede guia de passaporte para embarcar na galera Adamastor, em 17 de Abril de 1874. Sabe escrever, e é seu abonador Lino José de Sousa Ferreira, proprietário, que era presidente da Câmara em 1852⁴⁰², e é dono da Quinta de Penso, nesta vindo a falecer como já se referiu.

401 - Centrando-nos na cidade de destino, é-nos dado verificar para o período de 1869-1896, que a maior percentagem de emigrantes, cujo destino específico se conhece, se destina ao Rio de Janeiro. Assim, dos 43 emigrantes para este período, 14 têm como porto de abrigo o Rio de Janeiro, sabendo nós que, em 17 casos, não se refere a cidade para onde se dirige o emigrante, e em 3 casos, não se indica mesmo o destino. Nesta conformidade, só para 6 é explicitado outro destino que não o Rio. Para o período compreendido entre 1904-1926, dos 49 emigrantes 28 dirigem-se para o Rio de Janeiro, sendo que um deles embarca com destino ao Rio, regressa e retorna ao Rio.

402 - Padre Benjamim Salgado, *Vila Nova entre dois forais*, Famacião, Câmara Municipal de Vila Nova de Famacião, 1983, p. 124.

A guia de passaporte de José de Araújo Pereira é datada de 9 de Janeiro de 1890, tendo este 26 anos, e sendo o filho mais velho de uma família constituída à data por mais cinco irmãos, de uma prole que inicialmente era formada por 9 filhos, mas de que morreram com poucos meses 4 irmãos. Com o pai sapateiro e a mãe jornaleira, lá parte ele para o Uruguai, cidade de Montevidéu, à procura de melhor sorte, sendo já órfão de mãe, e ficando órfão de pai em 6 de Março de 1890.

Começa o século XX, e vamos até ao período de 1926. Que observamos?

QUADRO 83
DESTINOS DE EMIGRAÇÃO 1904-1926

	BRASIL	FRANÇA
1904-1919	32	1
1920-1926	11	6

Há só dois destinos escolhidos pelos emigrantes, o Brasil e a França, mas com grande vantagem para o primeiro, não se chegando a registar qualquer saída para França entre 1904 e 1909. Foi na década seguinte que ocorreu o grosso das saídas, e só um emigrante rumou a França, fazendo-o no pós Primeira Guerra Mundial. Foi ele António Correia Amaro, trabalhador agrícola, casado, de 48 anos, filho de pais moleiros, que embora natural de Avidos reside em Ceide S. Miguel.

Durante o período da Primeira Grande Guerra, emigraram sete indivíduos, ou seja, 29,6%, considerando a década citada. Destes, seis são mulheres, sendo quatro solteiras, uma viúva e uma casada. A mulher casada, Maria Rosa Pereira vai ter com o marido e leva a filha de cinco anos, que teve de uma ligação em solteira. Dos indivíduos do sexo feminino três mulheres são domésticas, uma é menor, (5 anos), uma é serviçal e outra é costureira. A faixa etária das mulheres solteiras oscila entre os 15 e os 27 anos. Quanto ao indivíduo do sexo masculino, é a sua terceira saída e tem 42 anos, logo, está fora do serviço militar.

Entre 1920 e 1926, regista-se um menor movimento emigratório que no pretérito período, mantendo-se a tendência das saídas para o Brasil. Poderemos ver uma saída registada para França, em 1919, outra em 1922, e a partir de 1924, elevam-se os valores, registando-se no período 35,2% para esse País.

Vejamos para onde se dirigem os emigrantes neste período mais próximo, (entre a década de 50 e de 80).

QUADRO 84
DESTINOS DE EMIGRAÇÃO 1953-1982

	BRASIL	VENEZUELA	FRANÇA	ALEMANHA
1953-1982	9	4	38	25

Na primeira década continua a ser o Brasil o país escolhido pelos emigrantes de Avidos, para tentar a sua sorte. Porém, já encontramos 20% que escolhem a Venezuela, e 10% a França.

Na década de 60, a França passa a ser a terra de mel dos nossos emigrantes, se bem que 6,4% tome como porto de abrigo o Brasil, e a mesma percentagem emigre para a Venezuela.

Na década de setenta, embora vão muitos para a França, a Alemanha é o destino escolhido pelo maior número de emigrantes.

8.9 Reemigração

Considerando o período compreendido entre 1869 e 1926, vemos que dos oitenta e nove emigrantes legais, só se registaram três situações em que houve reemigração legal, sendo a idade média à segunda ausência conhecida, de trinta e oito anos⁴⁰³.

Foi o caso de Augusto Ferreira, que parte pela primeira vez para o Brasil⁴⁰⁴ em 1910, com 38 anos, no estado de casado, em 1912, vai pela segunda vez, figurando como local de destino a cidade de Santos, em 1915, dirige-se pela terceira vez para Santos, e, em 1924 vai para terras de França. Para o Brasil indica como profissão trabalhador agrícola, e quando parte para França dá como profissão terraplanador. Em 1930, falece em Avidos, com 59 anos, no estado de casado e como proprietário.

João Machado, solteiro, em 1913, com 24 anos, dirige-se para o Brasil⁴⁰⁵, com a profissão de jornalista, sendo o quarto filho de uma família com seis descendentes, quatro dos quais rapazes, e cujos pais são caseiros de terras. Em 1923 pede para ser posto o visto no seu passaporte, emitido pelo Consulado Português, em 17 de Abril de 1923, tendo como destino o Rio de Janeiro. Aqui, indica-nos que continua a ser solteiro, mas a sua profissão é já a de lavrador, sinónimo de que houve um salto no seu estatuto social.

Por último, surge-nos Francisco Correia Barbosa, solteiro, lavrador, de 22 anos, filho também de lavradores, que em 1919, procura as terras brasileiras, dirigindo-se para o Rio de Janeiro. Era oriundo de uma família com pelo menos oito filhos, sendo ele o sexto. Em 1926 pede o visto, mas indicando como profissão empregado comercial no Rio de Janeiro. Sua mãe é referenciada como Dona Emilia da Assunção Correia de Araújo, e os pais designados como proprietários. À morte, sua mãe é mencionada como proprietária.

8.10 Emigração e aproximação ao retorno (1869-1926)

O retorno é uma situação que nos aparece poucas vezes, uma vez que a maioria dos emigrantes eram mancebos, e talvez tivessem decidido ficar por terras brasileiras e lá constituir família, ou então regressaram e consorciaram-se noutras localidades, que não Avidos.

Desta forma, só de 12 (23,5%) de emigrantes, de um total de 51, conhecemos o retorno, pois identificámo-los ao óbito, sendo, então retorno definitivo.

403 - Assinalamos, porém, a escassez da amostra.

404 - O amanuense não nos refere a cidade para onde emigra Augusto.

405 - Tal como no caso de Augusto, também não é registado a localidade para onde emigrou.

9. Visão global dos comportamentos demográficos

Depois de uma visão que poderemos considerar parcelar, uma vez que considerámos de *per si* as diferentes variáveis demográficas, pese embora as relações que fomos encontrando, iremos fazer uma abordagem complementar, que nos dará outra perspectiva de análise.

Teremos de considerar aspectos que vieram dificultar o nosso estudo, e que têm a ver com a especificidade das fontes.

As séries anuais de nascimentos, casamentos e óbitos revelam fiabilidade, embora tenhamos de reter que até 1860 não poderemos contar com os nado-mortos, no que concerne aos assentos de baptismo, nem com os menores de sete anos, nos assentos de óbito⁴⁰⁶.

Quanto aos enjeitados, dado se tratar de recém-nascidos, e face ao seu volume pouco significativo não se introduziu qualquer correcção, o mesmo se passando com o volume de nado-mortos, que também nos pareceu não vir distorcer as análises levadas a cabo, considerando neste último caso o movimento dos baptizados igual ao dos nascidos.

9.1 Movimento dos Baptizados

A paróquia de S. Martinho de Avidos, paróquia rural de pequenas dimensões, acusa no volume de nascimentos essa característica.

O volume de nascimentos por ano registou como máximo os cinquenta e três em 1966.

Para épocas mais recuadas, encontramos volumes menos significativos, sendo que, para o século XVII, o valor mais alto ocorreu em 1692, com onze baptizados.

O século XVIII, teve no ano de 1892 o de maior volume, com vinte e quatro nascimentos.

Houve, neste decurso temporal, alguns anos em que nenhuma criança foi registada.

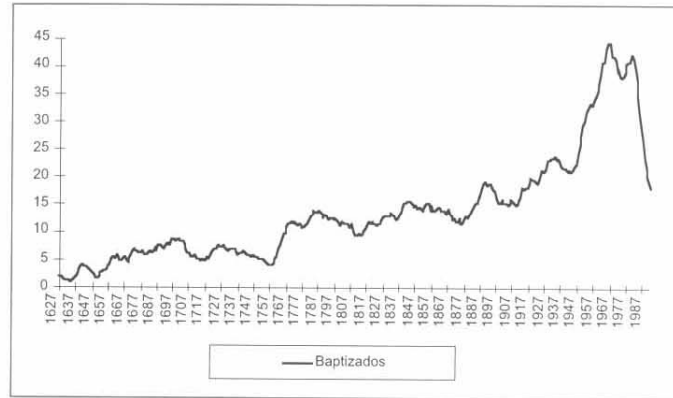
No século XIX, o ano mais fértil foi o de 1892, com vinte e quatro nascimentos.

Para o século XX, o ano de 1929 registou vinte e oito nascimentos, evidenciando-se uma tendência grande para a subida a partir de 1951, com trinta e seis registos e o ano de 1966 com cinquenta e três.

As curvas de baptismo serão normalizadas através do método das médias móveis, que passamos a apresentar.

406 - Para a nossa comunidade, numa análise sistemática e global, verificámos que o intervalo entre o nascimento e o baptismo não ultrapassou, em norma os oito dias, até ao século XX, havendo raras excepções, a saber, 5 casos para o século XVIII e 24 para o século XIX.

GRÁFICO 22
EVOLUÇÃO DOS BAPTIZADOS DA PARÓQUIA DE AVIDOS
MÉDIA MÓVEL DE 9 ANOS



Ao visionarmos em paralelo o movimento anual e a média móvel de nove anos, é-nos dado perceber que para uma análise em longa duração (373 anos), esta última técnica nos permite apoderar-nos com maior rigor das mutações. A tendência é, como podemos visionar no gráfico, para uma subida gradual, embora haja períodos em que o movimento ondulatório se verifica.

Notou-se até inícios do século XVII, uma propensão para o crescimento, com ligeiros períodos de quebra no número de nascimentos. Em princípios de Seiscentos, o volume tende a diminuir, atingindo valores bastante baixos na década de 50-60, para voltar a subir até final do século.

No início do século XVIII, nota-se uma descida de baptizados, novamente se iniciando uma subida, que é interrompida por alturas dos anos setenta, dando lugar a um movimento claro de crescimento dos nascimentos, que se mantém até finais de Novecentos, altura em que ocorre uma baixa, até sensivelmente o começo da primeira República, posto que o movimento ascensional seja claro, só se registando níveis mais baixos de nascimentos, por alturas da Segunda Guerra Mundial e primeiro quinquénio dos anos setenta. A partir dos anos oitenta, percebe-se uma quebra de nascimentos, que estará relacionada com o controle voluntário dos nascimentos.

Foi no século XVII, que menor número de baptizados foram registados em toda a observação, para se processar uma subida lenta mas progressiva, como já se referiu, entrecortada por alguns períodos de quebra.

A idade tardia ao casamento, o celibato definitivo, a emigração masculina serão algumas das variáveis, que poderemos indicar, para explicar o crescimento moderado dos nascimentos, mormente em períodos em que o controle da natalidade era incipiente ou não se praticava.

Já, para o século XX, principalmente a partir da primeira República, vemos um adensar de nascimentos, que é interrompido visivelmente a partir dos anos oitenta.

O corte emigratório para a América, nomeadamente o Brasil, e a idade mais baixa ao matrimónio poderão constituir-se como elementos adjuvantes para explicar o fenómeno.

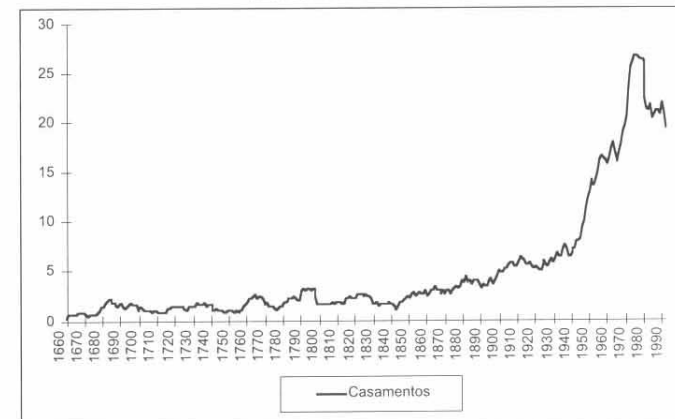
9.2 Movimento de Casamentos

Tendo-se observado o movimento de matrimónios, desde 1660 a 1995, constatamos que ocorreram oscilações, havendo a assinalar que, desde o século XVII, ao século XIX, não foi registado qualquer casamento em diversos anos. Já, para o século XX, em todos os anos houve pelo menos um matrimónio.

O maior volume teve lugar em 1976, com quarenta e quatro uniões legítimas. No século XVII, o acume aconteceu no ano de 1694, com quatro casamentos. No século XVIII, o máximo foi de nove, no ano de 1794, e no século XIX, houve oito casamentos, no ano de 1874.

O método das médias móveis ajuda-nos a obter uma normalização das curvas de comportamento.

GRÁFICO 23
EVOLUÇÃO DOS CASAMENTOS NA PARÓQUIA DE AVIDOS
MÉDIA MÓVEL DE 9 ANOS

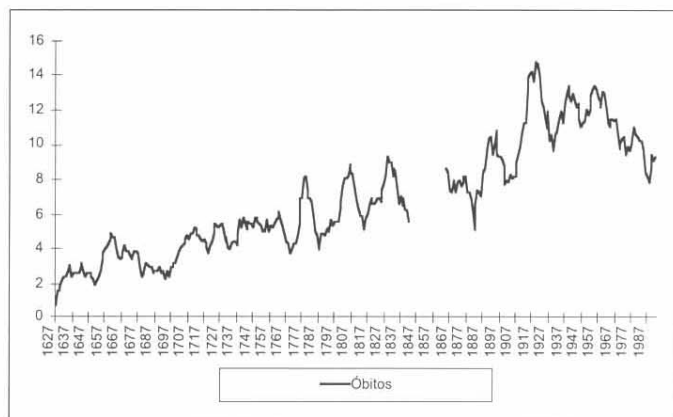


Interpretando o gráfico, percebe-se claramente uma tendência ascensionista, embora com algumas descidas mais marcadas, que ocorreram na década de setenta de Seiscentos, nos anos vinte e nos anos cinquenta de Setecentos. Na segunda metade de Oitocentos, detecta-se com evidência o movimento de subida, ocorrendo que no período anterior é visível um movimento ondulatório. Foi, porém, a partir de finais da Segunda Guerra Mundial que o crescimento foi mais claro.

9.3 Movimento de Óbitos

Concluímos anteriormente não ter havido grandes crises de mortalidade de 1627 a 1995. O pico maior situa-se na segunda década do século XX, havendo pequenas crises na segunda metade do século XVIII, inícios do século XIX, anos trinta do mesmo século, e a parte terminal desta centúria. O período da Segunda Guerra Mundial assume-se como de pequena crise de mortalidade.

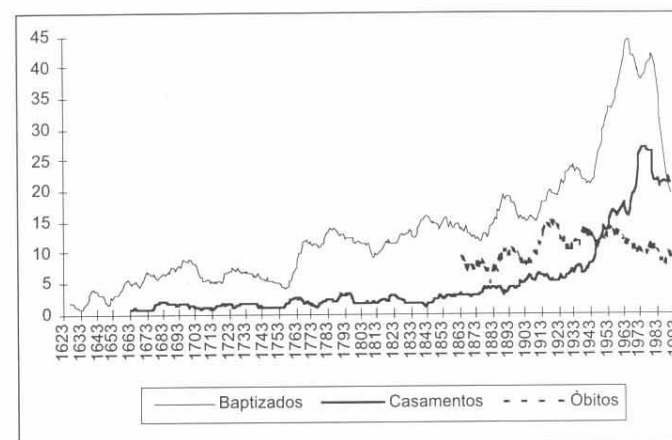
GRÁFICO 24
EVOLUÇÃO DOS ÓBITOS DA PARÓQUIA DE AVIDOS
MÉDIA MÓVEL DE 9 ANOS



9.4 Movimento geral da população

Tenhamos uma visão conjunta dos três fenómenos demográficos. Com ligeiros períodos de pouco crescimento, notamos a partir de finais do século XIX, uma tendência para a subida de nascimentos.

GRÁFICO 25
EVOLUÇÃO DOS BAPTIZADOS, CASAMENTOS E ÓBITOS



O movimento de baptizados e casamentos em paralelo, dá-nos conta de uma linha evolutiva que se traduz numa relação estreita entre número de casamentos e baptizados, aumentando ou diminuindo uns em função dos outros. A uma alta de casamentos sucede-se *grossa modo* uma subida de nascimentos, embora haja exceções, como por exemplo nos anos cinquenta do século XVIII, e em finais deste século e inícios da centúria seguinte. Nas décadas de sessenta-setenta do século XX, assistimos também a um aumento de casamentos e a uma descida dos nascimentos.

A emigração preferentemente masculina para a segunda metade de Oitocentos e inícios do século XX, bem como para as décadas de sessenta-setenta desta última centúria, terá sido factor a não negligenciar, negando ao convívio conjugal o elemento masculino. Para este período último, há ainda a acrescentar a redução voluntária de nascimentos e o costume de casar na terra de naturalidade, embora se viva noutra local⁴⁰⁷.

Só no século XX, o movimento de óbitos revela um sentido claro de descida. A mortalidade observa uma derrapagem a partir dos anos trinta, facto a que já fizemos alusão anteriormente.

407 - Também Maria Arminda Loureiro Machado havia encontrado esse costume para a Facha, terra minhota. Vide da autora, *Op. cit.*, p. 161.

Como explicar estes fenómenos? A descida da mortalidade terá a ver com melhores condições de vida, progressos no campo médico, e o papel do Estado na higiene sanitária⁴⁰⁸. Já o incremento dos nascimentos estará correlacionado com a descida da idade ao casamento permitindo um maior período de convivência conjugal, entre outros factores.

Visionamos, que por vezes, após um período de aumento de óbitos, se segue uma fase de subida de casamentos, como que na tentativa de a comunidade se recompor.

Ao compararmos o movimento dos baptizados e dos óbitos no intuito de percebermos o saldo fisiológico e detectarmos o equilíbrio da população, constatamos não ter havido desequilíbrio populacional, embora seja de reter uma maior aproximação das curvas na segunda década do século XX. Lembremos, aqui, o surto migratório, a Primeira Grande Guerra Mundial e a gripe pneumónica de 1918 e 1919.

Nos anos trinta, as curvas tendem a separar-se, aumentando o número de nascimentos e diminuindo os óbitos, fruto quer das melhores condições de vida, quer dos progressos em termos sanitários, para, na fase derradeira da nossa observação, se aproximarem devido principalmente ao menor número de nascimentos.

408 - Lembremos a queda de mortalidade infantil ocorrida a partir da segunda metade do século passado.

CONCLUSÃO

O mundo não é outra coisa mais do que a população. É a ella que deve a sua existência, a sua felicidade, o seu progresso, a sua civilização, a sua vida enfim multiplicada em milhares de ramos. À população devem as sciencias as suas descobertas, as artes o seu brilhantismo e as nações a sua independência.

D. António da Costa⁴⁰⁹

A microanálise em diacronia das comunidades é um instrumento capaz de nos ajudar a encontrar as engrenagens nucleares dos mecanismos auto-reguladores das populações tradicionais antes da transição demográfica⁴¹⁰, numa realidade complexa, em que se interconectam factores demográficos, biológicos, económicos e sociais.

A comunidade de S. Martinho de Avidos foi ao longo do nosso estudo de quase quatrocentos anos, objecto de uma abordagem que tendo como elemento basilar e integrador o estudo demográfico, numa perspectiva de longa duração, e como fonte privilegiada os registos paroquiais de baptizados, casamentos e óbitos, não esqueceu outras fontes, produzidas quer no âmbito da Instituição Eclesiástica, como as *Inquirições de genere*, Visitas e Devassas, quer no âmbito do Estado, vg. os impostos da Décima e Subsídio Literário, os Recenseamentos Eleitorais, os Livro de Registo dos Pedidos de Passaporte, os Livros de Reconhecimentos Notariais, os Livros de Guias de Passaportes e os Processos de Passaportes, Igrejário, entre outros. O cruzamento dessas fontes veio possibilitar um melhor conhecimento da comunidade, um levantar de hipóteses que de outra forma poderiam não ser gizadas, para além de nos permitir um refinamento dos dados, e nos levar a conhecer melhor da idiosincrasia da fonte, mormente da fonte nuclear. De facto, os registos paroquiais portugueses de baptizados, casamentos e óbitos, até uma época bem recente, acusam singularidades que vêm trazer ao investigador alguns problemas⁴¹¹, e que se prendem entre outros factores com a existência de grande número de homónimos, de um número reduzido de opções para o nome de baptismo, do facto de só ao casamento os homens utilizarem o sobrenome, de muitas vezes este não ser igual em actos diversos e até os irmãos terem sobrenomes diferentes. A dificuldade de identificação ao óbito, nomeadamente das mulheres, foi outro dos problemas com que deparámos.

Com a introdução de elementos de outras fontes, a nossa base de dados saiu enriquecida, e permitiu-nos ver como esta, criada utilizando o método de reconstituição de paróquias, se assume capaz de suportar outros dados que a venham complementar e potenciar uma análise pluridisciplinar.

409 - Estatística do distrito de Leiria, apud João da Costa Brandão e Albuquerque, *Censo de 1878*, Repartição de Estatística, Lisboa, Tipografia Universal, 1879, p. VII.

410 - Cf. Alain Bideau, *Op. cit.*, p. 67.

411 - Maria Norberta Amorim, já em tempo oportuno, alertou para estes e outros problemas que derivam da natureza da fonte.

O papel reservado ao investigador nesta sociedade em que o computador permite a automatização de determinadas operações, podendo parecer que vem substituir o homem, ficou demonstrado à saciedade, porquanto, embora com a introdução da microinformática se rentabilize o tempo, tornando mais fácil e menos moroso o trabalho, ao investigador cabe o papel fundamental de crítica à fonte, de cotejo com diversas fontes, de formulação de hipóteses e de decisão, que poderá ser do levantamento da dúvida. No caso em apreço, devido aos constrangimentos que as fontes nos colocaram, foi decisivo o confronto das diferentes fontes que permitiram iluminar o caminho.

Embora, como foi dito no início deste livro, tenha sido a análise demográfica o cerne da nossa investigação, esta é contextualizada por uma "visita" através dos tempos à freguesia, numa abordagem diacrónica e multifaceta, que teve em conta, entre outras vertentes, a economia e a sociedade avidense.

A análise demográfica que levámos a cabo começou pelo estudo do indicador nupcialidade, que se assumiu determinante, pois da idade média ao casamento poderá derivar o número de filhos, numa sociedade de Antigo Regime caracterizada, à partida, pela ausência de contraceção. Uma idade média alta, (a exemplo do que é característico do Antigo Regime demográfico), para as sociedades ocidentais, quer nos homens quer nas mulheres, configurou uma comunidade em que o período de convivência conjugal foi inerentemente curto. O sexo masculino sempre casou em idades superiores às do sexo feminino. Numa análise diferencial, vimos que, para o Antigo Regime, os filhos e filhas dos lavradores deixavam a casa paterna para se unirem pelo matrimónio ainda mais tarde que os seus conterrâneos, outro tanto acontecendo com os filhos dos artifices. Quanto às filhas destes últimos, casam mais cedo que os seus irmãos, e que os seus conterrâneos. A partir de 1810, pudemos ter uma amostra mais representativa e verificámos que para os homens, no período que vai, desde esta data, até ao primeiro trinténio do século XX, as camadas mais desfavorecidas da população contraíram matrimónio mais cedo. Para este lapso temporal, não encontramos a mesma tendência de casar mais tarde nas filhas dos proprietários e tão só nas dos lavradores. A partir dos anos trinta do século XX, são os filhos e filhas dos proprietários e dos artifices os que casam mais tarde.

Verificamos que os casamentos ocorrem predominantemente entre homens e mulheres ou da mesma idade, ou então numa situação em que o homem é mais velho, sendo que a partir dos anos trinta do século XX, os casamentos preferenciais se dão entre noivos da mesma idade.

Os viúvos poucas probabilidades tiveram de se casar segunda vez, revelando-se o mercado matrimonial ainda mais desfavorável para as mulheres viúvas, e as segundas núpcias foram em idades tardias.

O travão do celibato definitivo encontrou em Avidos uma amplitude significativa, nomeadamente nas mulheres. Assim, numa análise por gerações, constatamos que para o Antigo Regime, no sexo masculino, pouca representatividade alcançou, aumentando à medida que se avançou no tempo, tendo atingido valores superiores em Oitocentos e Novecentos, sempre acima dos treze por cento.

As mulheres ficaram solteiras em maior número, sendo que de meados do século XVII a inícios do século XVIII, mais de trinta por cento das mulheres de Avidos não se casaram, vindo esses valores a decrescer no decurso deste último século, reduzindo para metade, para ir aumentando ao longo do século XIX e XX.

No celibato, entram elementos de ordem demográfica, económica e cultural, entre outros, pelo que a análise diferencial nos trará alguns contributos para a sua compreensão.

Os filhos e filhas dos proprietários e dos lavradores ficam solteiros em maior proporção, o que nos leva a pensar na correlação estreita entre propriedade e celibato definitivo. Estariam eles na expectativa de serem beneficiados na herança, se permanecessem solteiros, e desse modo, o tempo foi passando, e quando os pais faleceram, decidiram não casar? Pesariam os conselhos paternos para que arranjassem consorte da sua igualha, e sendo difícil optariam por ficar com os pais? Teriam medo de perder regalias?

O equilíbrio entre população e subsistências foi conseguido, no Antigo Regime demográfico, por via, entre outros mecanismos, da nupcialidade, como acabámos de ver.

A fecundidade, outro indicador por excelência, mostrou que em S. Martinho de Avidos o número médio de filhos por família fecunda, para o período pré-malthusiano se cifrou nos cinco, encontrando-se dentro dos parâmetros das sociedades pré-industriais, e de outras paróquias estudadas para o Norte do País.

O segundo período, abarcando já o controle da natalidade, e até a fase de maior emigração, quer para o Brasil, quer para a Alemanha e França, revela uma descida (embora não muito acentuada), do número de filhos. Encontrámos um contraste entre o período que vai até à primeira metade do século XIX, e a fase subsequente no que concerne à duração das uniões. Os casais, fruto naturalmente das melhores condições de vida e de um abaixamento progressivo da idade ao casamento, permaneceram mais tempo em convivência conjugal. Essa diferença esbate-se se considerarmos uma periodização mais longa.

As gentes mais abastadas, (os lavradores, os negociantes e os proprietários), para o período que vai de 1660 até ao início da primeira República, registaram sensivelmente o mesmo número de filhos que aqueles casais de menores recursos económicos.

O gerar um filho antes do matrimónio foi um comportamento com alguma representatividade em Avidos, e que se tornou mais visível à medida que o tempo foi decorrendo, chegando quase a duplicar entre 1800 e 1910, em função do período que se inicia na segunda metade de Seiscentos.

Razões várias poderão ser introduzidas como elemento explicativo, desde um menor controle por parte dos pais, à medida que se caminhava no tempo, menor intervenção da Igreja e uma maior tolerância por parte da comunidade.

Em que grupos de idade estariam as mulheres que mais concebiam antes do casamento? Até à segunda metade do século XX, eram as mulheres que se encontravam entre os 20-24 anos, e, a partir desta data, e até aos nossos dias, é o grupo dos 25-29.

Nem todas as mulheres tiveram os seus filhos num lar constituído à luz das normas da Igreja, embora grande parte das que deu à luz filhos ilegítimos fosse oriunda de casais unidos pelo sacramento do matrimónio.

Muitas crianças nascidas em Avidos provieram de uma união não legítima. São os filhos naturais ou espúrios, esses que só precisaram para nascer que dois seres do sexo oposto se juntassem numa união carnal, que deu fruto. São filhos do pecado, segundo a Igreja, são “filhos da mãe” segundo o povo.

As famílias monoparentais têm alguma representatividade em Avidos⁴¹², tal como noutras paróquias minhotas, facto a que não serão alheios factores vários como o mercado matrimonial, a idade ao casamento, a dependência feminina (mais esbatida em períodos recentes), entre outros.

As mulheres solteiras são aquelas que em maior número concebem filhos ilegítimos, havendo um número reduzido de viúvas e de casadas, sendo que até 1910, 17,1 % das mães solteiras tiveram filhos antes dos vinte anos, encontrando-se alguma representatividade também nas mulheres com mais de um filho fora do casamento, mais acentuada até ao século XIX.

Quem seriam estas mulheres que conceberam filhos fora do casamento? Tal como em Santa Eulália (Viana do Castelo), também para Avidos seria a namorada abandonada, e mulheres essencialmente oriundas de grupos sociais mais desfavorecidos, como as criadas.

S. Martinho de Avidos teve um número reduzido de crianças expostas, na freguesia, representando uma percentagem de 1,4% para o século XVIII e de 2,1% para o século seguinte, o que poderia estar correlacionado com a proximidade da casa da Roda de Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso e Barcelos.

Quase todas foram abandonadas à porta de alguma pessoa, ou casal ou mulher solteira, excepto uma, que foi encontrada abaixo de um campo de centeio, em inícios do século XIX.

Nem sempre as crianças traziam escrito, e este era ora sintético, ora era mais descritivo, nele constando, por exemplo, o enxoval que acompanhava a criança e nome a atribuir, entre outros elementos.

Foram encontradas crianças enjeitadas em diversos lugares da freguesia, embora o de Penso, o lugar mais populoso, fosse aquele que registou maior número de exponentes.

Os filhos ilegítimos e muitos dos expostos foram concebidos numa parceria não aceite pela Igreja.

Como encarava a Igreja as transgressões à norma nos comportamentos sexuais? Que mecanismos usava para atenuar estas relações ilícitas?

As devassas procuraram minimizar estas irregularidades, e nelas estava englobada toda a comunidade, todos podendo ser delatados e delatores.

Dependendo da comunidade que através do seu testemunho poria a nu as situações irregulares, a Igreja agiria por forma a introduzir um elemento dissuasor, que estaria de acordo com

412 - A incidência maior em Avidos é no século XVII.

a culpa, com as vezes que se prevaricou e provavelmente com a visibilidade do desvio à regra e consequente escândalo.

Para S. Martinho de Avidos é a transgressão às regras da moral sexual defendida pela Igreja, aquela mais delatada, havendo um maior número de condenações, no período estudado (1740-1820), no século XVIII, tal como em S. Tiago de Ronfe, uma outra paróquia minhota, relativamente próxima de Avidos.

Nos comportamentos sexuais não lícitos, a maior envolvimento é de homens casados com mulheres solteiras, tendo nós encontrado, na década de quarenta do século XVIII, o maior número de condenações relacionadas com este tipo de conduta sexual, e maior número de famílias monoparentais.

A morte batia à porta dos avidenses ora de uma forma mais violenta, ora com mais suavidade, umas vezes colhendo mais pessoas de uma facha etária, outras de outra, com alguma variância sazonal e também temporal.

A morte de crianças com menos de um ano tem maior incidência, desde meados do século XIX até à primeira década do século XX, nos meses de temperaturas mais agrestes, ou seja de Outubro a Fevereiro, excepção feita ao mês de Novembro.

Para tempos mais próximos (1911-1995), vemos o acume de mortalidade infantil nos meses de Verão, embora o último mês do ano e o primeiro sejam também inclementes.

Para as crianças menores de sete anos, a sazonalidade ao óbito assume contornos diferentes, sendo mais gravosa para Novecentos, nos meses mais quentes, enquanto que, para o século XX, é o frio que está mais ligado à morte, com esta a ser mais impiedosa nos meses de Setembro e Novembro.

E os maiores de sete anos? Poderemos estudar um período mais longo, recuando até 1627. A tendência é de os óbitos engrossarem nos últimos meses do ano, com excepção de Dezembro, mas abarcando Janeiro e Fevereiro, embora estes dois meses sejam relativamente suaves desde o século XVIII, até inícios da primeira República. O mês de Abril, mês do rebentar da folha, é também mais severo a partir da primeira metade de Novecentos até 1995.

As crises de mortalidade, como factores reguladores do crescimento demográfico, tiveram algum peso em Avidos, houve médias e pequenas crises de mortalidade de menores de um ano, sendo a mais aguda a de 1964. Quanto à mortalidade infanto-juvenil acusa duas grandes crises na segunda metade do século XIX, intersticiadas por pequenas crises, sendo o século XX palco de uma crise de média dimensão, que ocorreu em 1923 e outra em 1988, com o triplo da média anual de óbitos.

Para a mortalidade adulta poderemos ter um horizonte de observação mais amplo, ou seja, desde finais da segunda década de Seiscentos, até aos nossos dias (1995). A inclemência da morte foi maior no século XVII, com quatro crises, uma de média e três de pequena dimensão. Na segunda metade do século seguinte, houve uma média e duas pequenas crises. Os séculos XIX e XX foram mais clementes com duas pequenas crises no primeiro e uma no segundo.

As fomes, as condições higiénico-sanitárias, as guerras, as intempéries poderão ser causas adjuvantes da mortalidade, nomeadamente de pico.

Para o período observado, a mortalidade infantil foi branda por comparação com outras paróquias nortenhas, como Barcelinhos e Alvito S. Pedro e Anexa. Quanto à mortalidade infanto-juvenil foi mais gravosa que a dos lactantes, tendo decrescido marcadamente na segunda metade do século XX.

Centrando-nos na mortalidade adulta, constatamos que considerando só os indivíduos com mais de vinte e cinco anos casados, e tendo em conta primeiro as gerações nascidas de 1627 a 1898, as mulheres foram mais poupadas pela morte, com uma esperança de vida mais dilatada.

Tendo em conta dois períodos, o primeiro de finais da segunda década de Seiscentos até aos anos sessenta de Oitocentos, e o segundo desde inícios de 1860 até 1898, a esperança de vida aumentou quer no sexo masculino, quer feminino.

A morte foi suave no Baixo Minho, por comparação com outras paróquias estudadas, do norte e centro do País.

A emigração foi outro elemento regulador, tendo nós tido acesso só à mobilidade legal para o exterior do País.

Verificámos que de 1869 a 1926, o grosso da emigração legal teve como país de destino o Brasil, que as colónias portuguesas em África não foram um território apetecido, e que a França só foi terra de emigrantes avidenses em Novecentos, mas numa pequena percentagem. Entre a década de cinquenta e oitenta do século XX, foram, por ordem proporcional, a França e a Alemanha os países escolhidos pelos emigrantes avidenses.

Na primeira fase da emigração (1869-1926), são essencialmente homens solteiros que emigram, embora à medida que os anos vão passando os homens casados se aventurem mais. A média de idades à emigração situa-se perto dos vinte e sete anos para os homens e cerca dos vinte e seis para as mulheres.

E quando partiam esses emigrantes? Os meses de Março e de Outubro foram os preferenciais, opção essa a que estavam ligadas razões de sazonalidade agrícola, datas de partida de vapores, razões logísticas, entre outras.

Eram os filhos dos menos abastados os que partiam em maior número, sendo que mais de metade dos emigrantes tinha uma profissão ligada à agricultura, e o seu grau de alfabetização foi aumentando⁴¹³.

Avidos, comunidade ligada à terra, que fazia germinar as sementes com o tributo do corpo das suas gentes, Avidos, terra onde se ouvia o som dormente dos moinhos, em coro com a voz dos homens e o passo dos animais, com algumas quintas como a das Devesas, Penso e Serufe, a salpicar, por entre o enxame de pequenas leiras, foi terra também de gente de ofícios, como ferreiros, carpinteiros, pedreiros, moleiros, cesteiros, alfaiates, mineiros, sapateiros e tecelões. Avidos, terra do Vale do Ave, foi com o transcorrer do tempo, ganhando espaço para algumas indústrias, e, a agricultura, embora não abandonada, foi colocada num espaço menos nobre. Hoje, os Avidenses procuram na indústria, no comércio e nos serviços a sua fonte primária de rendimento.

413 - Teremos de lembrar que para o estudo da alfabetização a amostra é escassa.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes Manuscritas

Arquivo Distrital de Braga

Livros de registos paroquiais de S. Martinho de Avidos

Livro Misto n.º1 (Nascimentos 1599-1660, Óbitos 1627-1660).

Livro Misto n.º2 (Nascimentos 1660-1707, Casamentos 1660-1732, Óbitos 1660-1697).

Livro Misto n.º3 (Nascimentos 1707-1736, Casamentos 1733-1805, Óbitos 1697-1848).

Livro de Baptizados ou Nascimentos n.º 1 (1736-1774).

Livro de Baptizados n.º 2 (1774-1859).

Livro de Baptizados n.º 3 (1860-1886).

Livro de Casamentos n.º1 (1805-1879).

Livro Misto n.º 4 (Casamentos 1880-1885, Óbitos 1884-1886).

Inquirições de genere, pasta n.º 704, proc. 16347; pasta n.º 799, proc. 18568; pasta n.º 504, proc. 11064; pasta n.º 822, proc. 19001; pasta n.º 723, proc. 16742; pasta n.º 117, proc. 2620; pasta n.º 571, proc.13229; pasta n.º 232, proc. 5173; pasta n.º 1362, proc. 30829; pasta n.º 255, proc. 5771; pasta n.º 435, proc. 9552; pasta n.º 761, proc. 17402; pasta n.º 318, proc. 7101; pasta n.º 1524, proc. 34189; pasta n.º 68, proc.1508; pasta n.º 797, proc.18512; pasta n.º 704, proc.16346; pasta n.º 1507, proc. 33873.

Livro das Devassas das visitas (1824-1826 e 1831).

Livro dos Termos dos culpados (1824-1825 e 1831).

Livro do Roteiro dos culpados (1728-1824).

Livros de Subsídio literário 1803, Livro P.V. 819, pp.131 v.º - 132 v.º.

Livro de Subsídio literário 1803, Livro P.V. 820, p.16 v.º.

Livro de Subsídio literário 1803, Livro P.V. 822, pp. 6 - 7.

Processos de Passaportes (Maços Avulsos de Processos de Emigração para o Brasil – Emigrantes de Vila Nova de Famalicão).

Arquivo Paroquial de S. Martinho de Avidos

Livro de Baptizados (1860-1911).

Livro Misto (Baptizados 1915, Casamentos 1914, Óbitos 1917).

Livro de Baptizados (1915-1925).
Livro de Baptizados (1925-1933).
Livro de Baptizados (1934-1942).
Livro de Baptizados (1943-1951).
Livro de Baptizados (1951-1956).
Livro de Baptizados (1957-1966).
Livro de Baptizados (1966-1978).
Livro de Baptizados (1978-1988).
Livro de Baptizados (1988 a¹⁴...).

Livro de Casamentos (1860-1911).
Livro de Casamentos (1915-1941).
Livro de Casamentos (1942-1951).
Livro de Casamentos (1951-1963).
Livro de Casamentos (1963-1976).
Livro de Casamentos (1976-1988).
Livro de Casamentos (1988-1996).

Livro de Óbitos (1860-1911).
Livro de Óbitos (1917-1944).
Livro de Óbitos (1945-1982).
Livro de Óbitos (1982-1996).

Livro dos Capítulos de visita (25.01.1825 a 12.08.1891).

Arquivo da Junta de Freguesia

Livros das Actas da Junta da Paróquia e de Freguesia de 1837 a 2001.

Arquivo Municipal de Barcelos

Livros da Décima Ordinária (1766-1779).

Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão

Recenseamento Eleitoral (1852-1882).

Livro de Registo dos Pedidos de Passaporte para o Brasil (1861-1895).

Livro de Reconhecimentos Notariais da Emigração de Vila Nova de Famalicão para o Brasil (1871-1895).

414 - À data do *terminus* do nosso estudo ainda estava por concluir este livro.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Cardoso, Luís, *Dicionário Geográfico de Portugal*, manuscrito do A.N.T.T., vol. V, fl. 893 - 904.

Constituições Synodais do Arcebispado de Braga, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, 1697.

2. Fontes Impressas

Censo no 1.º de Janeiro de 1864, Estatística de Portugal, População, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

Censo no 1.º de Janeiro de 1878, Estatística de Portugal, População, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1896-1900.

Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1900 (Quarto recenseamento geral da população), 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1900-1906.

Censo de 1911, Lisboa, Direcção Geral de Estatística, 1913.

Censo de 1920, Lisboa, Direcção Geral de Estatística, s.d.

Censo de 1930, Lisboa, Direcção Geral de Estatística, 1933.

Censo de 1940, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1945.

Censo de 1950, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1952.

Censo de 1960, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1964.

Censo de 1970, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1973.

Censo de 1981, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1981.

Censo de 1991, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1993.

Código do Registo Civil, Coimbra, Almedina Editora, 1993.

Estrela do Minho, n.º 947, Vila Nova de Famalicão, 23 de Novembro de 1913.

3. Bibliografia

Alves, Jorge Fernandes, *Uma Comunidade rural do Vale do Ave. S. Tiago de Bougado: 1650-1849 (estudo demográfico)*, Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Letras da U. P., Porto, 1986.

Alves, Jorge Fernandes, «Emigração portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX», in *Revista de História*, vol. IX, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1989, pp. 267-289.

Alves, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Ed. do autor, 1994.

- Amaral, A. P. de, *Dicionário Chorográfico de Portugal*, Porto, Livraria Portuense, 1902.
- Ambrozzi, A. d., «Matrimóni e mobilitá sociale a Terlizzi, fra sei e settecento», in *Congresso Italo-Ibérico di Demografia Stórica*, 2, Savona, pp. 89-101.
- Amorim, M. Norberta, «Comportamentos demográficos do Norte de Portugal durante o Antigo Regime», in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, Madrid, Julho de 1984.
- Amorim, M. Norberta, «Demografia Histórica (Antigo Regime)», in *Ler História*, n.º 21, pp.72-78, 1991.
- Amorim, M. Norberta, «Demografia Histórica. Fontes e métodos manuais de reconstituição de famílias», in *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, Lisboa, 1981/2.
- Amorim, M. Norberta, «Emigração-uma variável influente», in *Ler História*, n.º22, 1991, pp. 3-14.
- Amorim, M. Norberta, *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico, 1680-1980*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1992.
- Amorim, M. Norberta, *Exploração dos livros de registos paroquiais e reconstituição de famílias*, Guimarães, Ed. Autor, 1982.
- Amorim, M. Norberta, *Exploração de róis de confessados duma paróquia de Guimarães*, Guimarães, Ed. do autor, 1983.
- Amorim, M. Norberta, *Exploração dos livros de registos paroquiais e reconstituição de famílias*, Guimarães, Ed. Autor, 1982.
- Amorim, M. Norberta, *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo demográfico*, Lisboa, I.N.I.C., 1987.
- Amorim, M. Norberta, *Método de exploração dos livros de registos paroquiais e Cardanha e a sua população de 1573 a 1800*, Lisboa, Centro de Estudos Demográficos do I.N.E., 1980.
- Amorim, M. Norberta, «Perspectivas da aplicação da metodologia da Demografia Histórica no Estudo das populações», in *Cadernos do Noroeste*, n.º 1 e 2, Universidade do Minho, Braga, 1990.
- Amorim, M. Norberta, *Rebordões e a sua população nos séculos XVII e XVIII, estudo demográfico*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1973.
- Amorim, M. Norberta, «S. Pedro de Poiares e a sua população», in *Brigantia Revista de Cultura*, vol. IV, n.º 3, Junho/Julho, Bragança, 1984.
- Amorim, M. Norberta, «Uma Metodologia de reconstituição de paróquias desenvolvida sobre registos portugueses», in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, IX-X, 1991.
- Amorim, M. Norberta, *Uma metodologia de reconstituição de paróquias*, Braga, Universidade do Minho, 1991.
- Amorim, M. Norberta, «Uma Visita a Santa Eulália antiga de Fafe no início de 1660», in *Separata da Revista Cultural*, n.º 3, Câmara Municipal de Fafe, 1996.
- Amorim, M. Norberta, «Uma População à procura de equilíbrio, o Baixo Minho no antigo regime», s/d. policopiado.

- Amorim, Maria Norberta, «Fecundidade legítima em longa duração, a especificidade de comportamentos no Baixo Minho (1680 – 1980)», in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XVI-1,1998, pp. 55-78.
- Amorim, Maria Norberta, *Lição apresentada em provas de agregação no grupo disciplinar de História Moderna e Contemporânea*, na Universidade do Minho, em 12 de Julho de 1994.
- Amorim, Maria Norberta, «Reconstituição de paróquias e análise demográfica-estudo comparativo de gerações nascidas em duas paróquias periféricas de Portugal entre 1680 e 1850», in Reher, David (Coord.). *Reconstituição de famílias e outros métodos microanalíticos para a história das populações*, *Actas do III Congresso da ADEH*, vol. I, 1995, Porto, Afrontamento, pp. 35-64.
- Araújo, José Ribeiro de, *Perosinho, Apontamentos para a sua monografia*, Biblioteca Pública da freguesia de Perosinho, Vila Nova de Gaia, 1980.
- Araújo, Maria Marta Lobo de, *O Pico de Regalados e a sua população 1554-1979*, Tese de Mestrado, apresentada à Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga, 1992.
- Bacci-Livi, *A Century of portuguese fertility*, Princeton, Princeton University Press, 1971.
- Bandeira, Mário Leston, *Demografia e modernidade. Família e transição demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996.
- Baptista, J. M. , *Corographia moderna do reino de Portugal*, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, vol. II, 1885.
- Barbosa, Maria Cecilia Ribeiro de Azevedo, *Cervães, 1645-1810, estudo demográfico*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Guimarães, 1997.
- Barreto, António (Org.), *A Situação Social em Portugal, 1960 – 1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996.
- Bettencourt, E. A. , *Dicionário Chorográfico de Portugal e Ilhas Adjacentes*, 3.ª edição, Lisboa, Tipographia Universal, 1885.
- Bideau, Alain, «Mecanismos auto-reguladores de populações tradicionais», in Maria Luísa Marcílio (Org.), *População e sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Edição Vozes, 1984, 47-68.
- Bourgeois, J. P. , «Le mariage, coutume saisonnière», in *Population*, n.º 4, 1946, pp. 623-642.
- Bourgeois-Pichat, Jean, *A Demografia*, Lisboa, Ed. Bertrand, 1976.
- Brandão, Maria de Fátima, «A Morte e a sobrevivência da casa rural num concelho do Noroeste», in Feijó, Rui G. et al. (Coords.), *A Morte no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Ed. Quercus, 1985, pp. 147-161.
- Brandão, Maria de Fátima, «O Bom emigrante a casa torna?» in *Emigração/Imigração em Portugal*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993.
- Brettell, Caroline B., *Homens que partem, mulheres que esperam, consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1991.

- Brettell, Caroline B., «Nupcialidad en un pueblo de la provincia del Mino, 1700-1970: una nota de investigación», in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica* n.º 2, pp. 2-19.
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (Ed.), *Páginas de Vila Nova*, Vila Nova de Famalicão, 1987.
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (Ed.), *Páginas de Vila Nova*, Vila Nova de Famalicão, 1991.
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (Ed.), *Sousa Fernandes*, Vila Nova de Famalicão, 1988.
- Capela, José Viriato, «A Câmara, a nobreza e o povo do concelho de Barcelos», in *Separata de Barcellos Revista*, vol. III, n.º 1, Braga, Editora Correio do Minho, 1989.
- Carvalho, Joaquim Ramos de, «A Jurisdição episcopal sobre leigos em matéria de pecados públicos: as visitas pastorais e o comportamento moral das populações portuguesas de Antigo Regime», in *Revista Portuguesa de História*, n.º 24, 1988, pp. 121-163.
- Carvalho, Joaquim Ramos de, *As Visitas pastorais e a sociedade de Antigo Regime. Notas para o estudo de um mecanismo de normalização social*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1985.
- Carvalho, Joaquim, e Paiva José Pedro de, «A Evolução das visitas pastorais da Diocese de Coimbra nos séculos XII e XVIII», in *Ler História* n.º 15, 1989, pp. 29-41.
- Carvalho, Joaquim, e Paiva José Pedro de, «Reportório das visitas pastorais da diocese de Coimbra, nos séculos XVII, XVIII e XIX», in *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, n.º VII, 1985, pp. 111-214.
- Castelo Branco, Camilo, *Maria da fonte*, Porto, Livraria Civilização, 1885.
- Castro, José de, *Portugal no Concílio de Trento*, 6 vol., Lisboa, 1946, (esp. V. vol.).
- Chamoux, A. F., «La Femme devant là l'aitement», in *Annales de Démographie Historique*, Édition de l'École de Hautes Études en Sciences Sociales, 1993, pp. 7-21.
- Chamoux, A. F. e Lebrun, F. Fauve, «Le Mariage et la famille», in J. Dupâquier (Dir.), *Histoire de la population française: de la Renaissance à 1789*, Paris, P.U.F., 1988.
- Costa, António Carvalho, *Corographia Portuguesa e descripçam topográfica*, 2.ª edição, Braga, Typografia de D.G. Gouvea, 1868. (1.ª edição 1706-1712).
- Correia, F. Carvalho, «Página literária de cultura tirsense», in *Jornal de Santo Tirso*, 28.07.2000, p. 9.
- Correia, F. Carvalho «Apontamentos históricos», in *Ecos de Negrelos*, Outubro de 1999, p. 11.
- Costa, Avelino de Jesus da, «Organização da diocese de Braga», in *Biblos*, vol. XXXIII.
- Cruz, António, *Geografia e economia da Província do Minho nos finais do século XVIII*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1970.
- Cunha, Carmen Alice Aguiar de Moraes Sarmento, *Emigração familiar para o Brasil, concelho de Guimarães 1890-1914, (uma perspectiva microanalítica)*, Tese de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga, 1997.

- Dupâquier, Jacques, *La Population française aux XVIIe et XVIII siècles*, Paris, P.U.F., 1979.
- Dupâquier, Jacques, *La Population rurale du Bassin Parisien à l' époque de Louis XIV*, Paris, E.H.E.S.S., 1984.
- Dupâquier, Jacques, *Pour la Démographie Historique*, Paris, P.U.F., 1984.
- Durães, Margarida, «A Casa rural minhota: papel e significado no contexto hereditário – séculos XVIII e XIX», in *Cadernos do Noroeste*, vol. 1, n.º 1, 1987, pp. 81-93.
- Durães, Margarida, «Herdeiros e não herdeiros; nupcialidade e celibato no contexto da propriedade enfitentea», in *Revista de História económica e social*, n.º 21, 1987, pp. 47 e sg..
- Durães, Margarida, «Uma Primeira aproximação aos testamentos: Venade e a prática de testar da sua população», in Feijó, Rui G. et. al. (Org.), *A Morte no Portugal Contemporâneo. Aproximações sociológicas, Literárias e Históricas*, Lisboa, Ed. Quercus, 1985, pp. 163-174.
- Eiras Roel, Antonio, «Mecanismos autorreguladores, evolución demografica y diversificación intrarregional, el exemplo de la población de Galicia a finales del siglo XVIII», in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, VIII – 2, Madrid, 1990.
- Evangelista, J., *Um século de população portuguesa (1864-1960)*, Lisboa, Centro de Estudos Demográficos, 1971.
- Feijó, Rui Graça et al, *A Morte no Portugal contemporâneo*, Lisboa, Editorial Quercus, 1985.
- Feijó, Rui, e Nunes João Arriscado, «Continuidade e mudança: o Minho em perspectiva histórico-sociológica», in *Cadernos do Noroeste. Sociedade, espaço, cultura. Minho terras e gente*, Braga, Universidade do Minho, 1986, Inaugural, pp. 9-19.
- Fernandes, Maria de Lurdes Correia, *Espelhos, cartas e guias de casamento e espiritualidade na Península Ibérica 1450-1700*, Porto, Instituto de Cultura Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995.
- Ferro, João Pedro, *A População portuguesa no final do Antigo Regime (1750 – 1815)*, Lisboa, Editorial Presença, 1985.
- Fleury, Michel e Henry, Louis, *Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*, Paris, Ed. INED, 1976.
- Flinn, Michael W, *El sistema demográfico europeo, 1500-1820*, Barcelona, Ed. Critica, 1989.
- Flinn, Michel, «Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal», in *Ler História* n.º 3, 1984.
- Flinn, Michel W, *The European demographic system (1500-1820)*. Suffolk, The Harvester Press, 1981.
- Foucault, Michel, *Histoire de la sexualité – la volonté de savoir*, Paris, Éditions Gallimard, 1976.
- Gaspar Martins Pereira e Jorge Fernandes Alves, «Comportamentos nupciais na terra da Maia em fins do antigo regime», in *Cadernos de Ciências Sociais* (8-9).
- Ginzburg, Carlo, *A Micro História e outros ensaios*, Lisboa, Difel, 1991.
- Godinho, Vitorino Magalhães, *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1977.

- Godinho, Vitorino Magalhães, «L' Émigration portugaise (XVe e XXe siècles) – Une constante structure et les réponses aux changements du monde», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 1, 1978, pp. 5-32.
- Goubert, Pierre, *Beauvais et le beauvaisis de 1600 à 1730: contribution à l'histoire sociale de la France aux XVIIIe siècle*, Paris, Ed. SEVPEN, 2 vols.
- Gouveia, António Camões, «O Enquadramento pós-tridentino e as vivências do religioso», in *Mattoso, J. (Org.) História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
- Hajnal, Jonh, «European Marriage Patterns in Perspective», in D. V Glass. e Eversley e D. C Eversley, (Eds.), *Population in History: Essays in Historical Demography, Essays in Historical Demography*, London, 1965, pp. 101-143.
- Henry, Louis, *Demografia*, Barcelona, Labor Universitaria, 1976.
- Henry, Louis, *Manuel de Démographie Historique*, Geneve-Paris, Liv. Droz, 1970.
- Henry, Louis, *Técnicas de análise em Demografia Histórica*, Lisboa, Gradiva, 1988.
- Houdaille, J., «Um indicateur de pratique religieuse: la célébration saisonnière des mariages avant, pendant et après la Revolution Française (1740-1829)», in *Population*, n.º 2, 1978, pp. 367-380.
- Inês Martins de Faria, *Santo André de Barcelinhos: o difícil equilibrio de uma população, 1606-1910*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga, 1997.
- Kussmaul, Ann, *A General view of rural economy of England, 1538-1840*, Cambridge, Cambridge, U. Press, 1990.
- Laslett, Peter, *O Mundo que nós premeds*, Lisboa, Edições Cosmos, 1975.
- Laslett, Peter, «The Bastardy-prone sub-society», in Laslett, Peter et al. (Eds.), *Bastardy and its comparative history*, Cambridge, Harvard University Press, 1980.
- Leal, A. S. d' A B. , *Portugal antigo e moderno*, Lisboa, Liv. Editora de Matos Moreira e C.ª, 1873.
- Leal, J. J. , P. , *Dicionário Estatístico-Geográfico do Reino de Portugal e Algarves*, Lisboa, 1822.
- Lebrun, F., «Les Crisis démographiques en France aux XVIIe et XVIIIe siècles», in *Annales*, n.º 2, Paris, 1980, pp. 205-234.
- Livi Bacci, Massimo, (Coord.), *Modelos Regionales de la transición demografica en España y Portugal*, Alicante, Inst.de Cultura Juan Gil-Albert, 1991.
- Livi Bacci, Massimo, «Crises de mortalidade: definição, métodos de cálculo, análise das consequências», in Marcílio, Maria Luisa (Org.), *População e sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Vozes, 1984, pp. 69-109.
- Machado, Maria Arminda Loureiro, *S. Miguel da Facha, 1710-1989, Evolução demográfica de uma paróquia de Ponte de Lima*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga, 1995.

- Magalhães, Justino Pereira, *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime. Um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*, Braga, Instituto de Educação, Universidade do Minho, 1994.
- Maia, Rui Leandro Alves da Costa, *S. Miguel de Barreiros e a sua população, 1700-1925 (estudo demográfico)*, Porto, Universidade Fernando Pessoa (Ed.), 1996.
- Marcílio, Maria Luisa (Org.), *Demografia histórica*, S. Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1977.
- Marques, José, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988.
- Marrou, Henri -Irenée, *Do Conhecimento histórico*, Lisboa, Editorial Aster, 1976.
- Martins, Herminio et al., *A Morte no Portugal Contemporâneo, aproximações sociológicas, literárias e históricas*, Lisboa, Editorial Querco, 1985.
- Matos, F. A. d', *Dicionário chorográfico de Portugal*, Lisboa, 1889.
- Mestre, Josep Bernabeu, «Transición Sanitaria Y Evolucion de la Medicina (diagnostico, profilaxis y terapeutica), 1885-1942», *Secondo Convegno dei Giovani Studiosi dei Problemi di Popolazione, Studi di Popolazione. Temi di Ricerca Nuova*, Dipartimento di Scienze Demografiche - Università di Roma "La Sapienza", Giugno 1996.
- Minha Terra (Ed.), *Dicionário Enciclopédico das Freguesias*, Matosinhos, 1997.
- Miranda, Fernando António da Silva, *Estudo demográfico de Alvito S. Pedro e Anexa, 1567-1989*, Barcelos, Edição de Junta de Freguesia de Alvito S. Pedro, 1993.
- Miranda, Sacuntala de, «Emigração e fluxos de capital, 1870-1914», in *Actas do colóquio internacional sobre emigração e imigração em Portugal séculos XIX e XX*, Lisboa, Ed. Fragmentos, 1993.
- Nadal, Jordi, *La Población española (siglos XVI a XX)*, Barcelona, Ariel, 1984.
- Nazareth, J. Manuel, e Sousa, Fernando de, «A Demografia portuguesa em finais do Antigo Regime», in *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, n.º 4, Lisboa, 1983.
- Nazareth, J. Manuel, *Introdução aos métodos quantitativos em Ciências Sociais*, Lisboa, Universidade de Nova, 1981.
- Nazareth, J. Manuel, *Princípios e métodos de análise em demografia portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.
- Neves, António Augusto Almeida Amaro das, *Filhos das ervas, a ilegitimidade no norte de Guimarães, (séculos XVI-XVIII)*, Tese de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga, 1996.
- Niza, P. D. , *Portugal sacro profano ou catálogo alfabético*, Lisboa, Oficina de Miguel Manesial da Costa, 1767.
- Nunes, João Arriscado, «O declínio da fecundidade em Portugal – um balanço crítico da informação recente», in *Modelos Regionales de la transición demográfica en España y Portugal. Actas del II Congreso de la Asociación de Demografía Histórica*, Bacci, M. Livvi, (Org.), Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil Albert/Diputacion de Alicante, 1991,

- O'Neill, Brian Juan, «Espaços sociais e grupos sociais no Nordeste Transmontano», in O'Neill, Brian Juan, e Brito, Joaquim Pais de, (Orgs.), *Lugares de aqui, Actas do Seminário Terrenos Portugueses*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1991, pp. 141-166.
- O'Neill, Brian Juan, *Proprietários, lavradores e jornaleiros – desigualdade social numa aldeia transmontana, 1870-1978*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1984.
- Paiva, José Pedro de Matos, «Inquisição e visitas pastorais. Dois mecanismos complementares de controle social?», in *Revista de História das Idéias*, n.º 11, 1989, pp. 85-102.
- Paiva, José Pedro, «O Cerimonial da entrada dos bispos nas suas dioceses: uma encenação de poder (1741 – 1757)», in *Revista de História das Idéias* n.º15, 1993, pp. 117-146.
- Paiva, José Pedro, «Uma instrução aos Visitadores do Bispado de Coimbra (século XVII?) e os textos regulamentadores das visitas pastorais», in *Revista de História das Idéias* n.º15, 1993, pp. 637-661.
- Percheiro, D. A. Gomes, *Portugal e Brasil: emigração e colonização*, Lisboa, 1878.
- Pereira, Miriam Halpern, *A Política portuguesa de emigração, 1850-1930*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981.
- Pérez Moreda, Vicente, e Reher, David Sven, (Eds.), *Demografia Histórica en Espana*, Madrid, El Arquero, 1988.
- Pérez Moreda, Vicente, *Las Crisis de mortalidad en la España interior (siglos XVI-XIX)*, Madrid, Ed. Siglo XXI de Espanha, 1980.
- Pina Cabral, João, «As Mulheres, a maternidade e a posse da terra no Alto Minho», in *Análise Social*, n.º 80, 1984, pp. 97-112.
- Pina Cabral, João, *Filhos de Adão, Filhos de Eva, a visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Lisboa, Edições Dom Quixote, 1989.
- Pinho Leal, Augusto, *Portugal antigo e moderno*, Lisboa, Liv. Ed. De Mattos, 1874.
- Pressat, R., *L'Analyse demographique*, Paris, P.U.F., 1983.
- Ribeiro, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Coimbra, Coimbra Editora, 1945.
- Rodrigues, Henrique Fernandes, *A Emigração do Alto Minho, 1835-1860 – a miragem do Brasil*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da U.P., Porto, 1991.
- Rowland, Robert, «Âncora e Montaria, 1827 – duas freguesias do Noroeste de Portugal segundo os livros de registo das Companhias de Ordenanças», in *Estudos Contemporâneos, Perspectivas sobre o Norte de Portugal*, Porto, Studium Generale –Secretaria de Estado da Cultura, 1981, pp. 199-242.
- Rowland, Robert, «Microanálise e regimes demográficos», in Reher, David, (Coord.), *Reconstituição de famílias e outros métodos microanalíticos para a história das populações*, in Actas do III Congresso da ADEH, vol. I, Porto, Afrontamento, 1995, pp. 23 –34.

- Rowland, Robert, «Sistemas matrimoniales en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX), una perspectiva regional», in Perez Moreda, Vicente e Reher, David, *Demografia histórica en Espanha*, 1988.
- Sá, Isabel dos Guimarães, «A Circulação de crianças na Europa Meridional do século XVIII, "Casa da Roda" do Porto», in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, X, n.º 3, 1992, pp. 115-123.
- Sá, Isabel dos Guimarães, «Abandono de crianças, ilegitimidade e concepções pré-nupciais em Portugal: estudos recentes e perspectivas», in *Expostos e ilegítimos na realidade Ibérica do século XVI ao presente. Actas do III Congresso da ADEH*, Pérez-Moreda, V., (Org.), Porto, Ed. Afrontamento, 1996.
- Salgado, Padre Benjamim, *Vila Nova entre dois forais*, Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1983
- Sampaio, Alberto, *Estudos históricos e económicos*, vol. 1.º, Porto, Livraria Chardron de Lelo e Irmão, 1923.
- Santos, Carlota Maria Fernandes dos, *Santiago de Romarigães, comunidade rural do Alto Minho: sociedade e demografia (1640-1872)*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga, 1988.
- Saraiva, José Hermano, *História concisa de Portugal*, Lisboa, Europa América, 1978.
- Scott, Ana Sílvia Volpi, «O Avesso e o direito: concubinato e casamento numa comunidade do Noroeste português», comunicação apresentada ao Congresso Internacional de população, V Congresso da ADEH, Logronho, 1998.
- Scott, Ana Sílvia, *Famílias, formas de união e reprodução social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*, Tese de doutoramento apresentada ao Instituto Universitário Europeu, Departamento de História e Civilização, Florença, 1998.
- Scott, Ana Sílvia, «Reconstituição de famílias e reconstituição de paróquias, uma comparação metodológica», policopiado, Braga, *Pré-actas, Congresso da ADEH*, 1993.
- Scott, Ana Sílvia Volpi, «Reconstituição de famílias e reconstituição de paróquias: uma comparação metodológica», in Reher, David (Org.), *Reconstituição de famílias e outros métodos microanalíticos para a história das populações*, Actas do III Congresso da ADEH, vol. I, 1995, Porto, Afrontamento, 1995, pp. 89-100.
- Sebastião de Carvalho, *Rosas da minha terra*, Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1915.
- Serrão, Joel (Org.), *Dicionário de História de Portugal*, 6 vols., Porto, Livraria Figueirinhas, 1979.
- Serrão, Joel, *A Emigração portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1982.
- Silva, J. Álvaro Ferreira da, «Estruturas agrárias e relações sociais – fontes para o seu estudo (décimas e cartórios notariais)», in Maria José Silva Leal e, Miriam Halpern Pereira (Org.), *Arquivo e historiografia: colóquio sobre as fontes da História contemporânea portuguesa*, 1988, pp. 327-353.

- Silva, Jorge Manuel Bastos da, «A alternativa africana à emigração para o Brasil», in *Seminário Os Brasileiros da Emigração*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1998.
- Silva, Maria Beatriz da (Coord.), *Dicionário de história da colonização portuguesa no Brasil*, S. Paulo, Lisboa, Ed. Verbo, 1994.
- Silva, Maria Manuela Teixeira Ferreira da, *Comportamentos demográficos de uma paróquia do concelho de Braga, Santa Maria de Aveleda 1580-1993*, Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga, 1997.
- Soares, Franquelim Neiva Soares, *Monografia de S. Pedro de Esmeriz*, Vila Nova de Famalicão, Edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1987.
- Soares, Franquelim Neiva, *A Arquidiocese de Braga no século XVII, sociedade e mentalidades pelas visitas pastorais (1550-1700)*, Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga, 1993.
- Soares, Franquelim Neiva, *Visitações e inquéritos paroquiais da comarca de Torre de Moncorvo de 1775-1845*, Braga, 1981.
- Sousa, Fernando de e Alves, Jorge Fernandes, *Alto Minho. População e economia nos finais de setecentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1997.
- Sousa, Fernando, *A População portuguesa nos inícios do século XIX*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1979.
- Tapinos, Georges, *Éléments de démographie*, Paris, Armand Colin, 1991.
- Telles, Bazilio, *Carestia da vida nos campos, cartas a um lavrador*, Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão, Editores, 1903.
- Vasconcelos, J. Leite de, *Etnografia portuguesa. Tentame de sistematização*, Lisboa, 1982-1985.
- Vasconcelos, Maria da Assunção Jacome, *Inventário das visitas e devassas*. Braga, Universidade do Minho, Arquivo Distrital, 1986.
- Verbo (Ed.), *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa, 1963-1991, 22 vols.
- Vieira, A. Martins, «Alminhas no Concelho de Vila Nova de Famalicão», in *Separata do Boletim Cultural* 8, Ed. da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1991.
- Vieira A. Martins, *As Capelas no concelho de Vila Nova de Famalicão*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Famalicão (Ed.), 2000.
- Viterbo, Frei Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1993.
- Vovelle, Michel, «De la Biographie à l'étude de cas», in *Problèmes et méthodes de la biographie*, in *Actes du colloque Sorbonne*, 1985, Paris, Publications de Sorbonne au Présent, 1985, pp. 192-204.
- Wrigley, E. A., *História y población, introducción a la Demografía Histórica*, Ed. Crítica, Barcelona, 1995.

ANEXOS

ANEXOS

ANEXO 1 FONTES

Como as fontes basilares foram os registos dos actos vitais, centrámo-nos nestes.

Para a paróquia de Avidos, vamos encontrar o primeiro acto registado, em 1599, que se refere a um assento de baptismo. Parece-nos estranho que só em 1623 nos apareçam novos registos. Dai admitirmos a possibilidade de perda de uma folha, e, neste caso, o livro não teria termo de abertura, ou de falta de registo por incúria do redactor paroquial. Consideremos, contudo, que encontrámos oito anos (intercalados⁴¹⁵), em que não figura qualquer nascimento durante o decurso do século XVII. Não terá nascido nenhuma criança nestes anos?

Para o segundo período, a falta de assentos, poderá estar relacionada com a perda de algumas folhas no livro.

E que dizer dos assentos de casamento e de óbito, uma vez que o primeiro matrimónio só foi registado em 1660, e o primeiro óbito em 1627? A perda de algumas folhas do livro é segura, dado o livro começar na folha 2 e ir até à 15, seguindo-se duas não numeradas, com alguma falta de folhas pelo meio, passando à folha 64 com os assentos dos defuntos, podendo haver além disso sub-registo por parte do redactor paroquial.

De 1848 a 1860, não se encontra qualquer livro que assente os óbitos. Cremos ter-se extra-
viado.

Dos registos dos actos vitais são os de óbitos que apresentam menos imprecisões em termos formais, ocorrendo em todo o período três recomendações deixadas pelos visitantes. A última (25.11.1705) é a mais contundente, dando lugar a uma multa de três mil reis. Vê-se que o Abade José da Costa se está a descuidar muito com referências essenciais, como sejam o estado civil do falecido e o nome do cônjuge, chegando mesmo a trocar uma data de óbito.

O estado de conservação dos Livros é razoável tendo em conta a sua "idade". Os *Livros Misto 1, 2 e 3* denotam, contudo, mazelas do tempo transcorrido, a saber: folhas em muito mau estado, surgindo dificuldades de leitura por as margens estarem rasgadas e dobradas. O *Livro Misto 2* apresenta bastantes sinais de deterioração, havendo, nomeadamente nas folhas do meio, grandes dificuldades de leitura por a tinta se encontrar queimada. Também não se vê a paginação, em virtude de se encontrarem os cantos ou rasgados, ou dobrados, ou até desfeitos. O *Livro Misto 3* tem a folha do termo de abertura rasgada e em muito mau estado.

415 - 1633-1636, 1638, 1646, 1647, 1657, 1667.

ANEXO 2
MEMÓRIAS PAROQUIAIS

1734 Anho

1.º do Sr. Martinho de Avidos

As herdanças frequentes da Comunidade de Avidos
 são as seguintes: a saber: a herdancia da
 Igreja da Paroquia de Avidos, a herdancia da
 Igreja da Paroquia de S. Martinho de Avidos, a herdancia
 da Igreja da Paroquia de S. Martinho de Avidos, a herdancia
 da Igreja da Paroquia de S. Martinho de Avidos.

2.º Em todas as herdancias da Comunidade de Avidos
 se fazem as seguintes herdancias: a saber: a herdancia
 da Igreja da Paroquia de Avidos, a herdancia da
 Igreja da Paroquia de S. Martinho de Avidos, a herdancia
 da Igreja da Paroquia de S. Martinho de Avidos, a herdancia
 da Igreja da Paroquia de S. Martinho de Avidos.

3.º Em todas as herdancias da Comunidade de Avidos
 se fazem as seguintes herdancias: a saber: a herdancia
 da Igreja da Paroquia de Avidos, a herdancia da
 Igreja da Paroquia de S. Martinho de Avidos, a herdancia
 da Igreja da Paroquia de S. Martinho de Avidos, a herdancia
 da Igreja da Paroquia de S. Martinho de Avidos.

4.º Em todas as herdancias da Comunidade de Avidos
 se fazem as seguintes herdancias: a saber: a herdancia
 da Igreja da Paroquia de Avidos, a herdancia da
 Igreja da Paroquia de S. Martinho de Avidos, a herdancia
 da Igreja da Paroquia de S. Martinho de Avidos, a herdancia
 da Igreja da Paroquia de S. Martinho de Avidos.

1.º Em todas as herdancias da Comunidade de Avidos
 se fazem as seguintes herdancias: a saber: a herdancia
 da Igreja da Paroquia de Avidos, a herdancia da
 Igreja da Paroquia de S. Martinho de Avidos, a herdancia
 da Igreja da Paroquia de S. Martinho de Avidos, a herdancia
 da Igreja da Paroquia de S. Martinho de Avidos.

2.º Em todas as herdancias da Comunidade de Avidos
 se fazem as seguintes herdancias: a saber: a herdancia
 da Igreja da Paroquia de Avidos, a herdancia da
 Igreja da Paroquia de S. Martinho de Avidos, a herdancia
 da Igreja da Paroquia de S. Martinho de Avidos, a herdancia
 da Igreja da Paroquia de S. Martinho de Avidos.

3.º Em todas as herdancias da Comunidade de Avidos
 se fazem as seguintes herdancias: a saber: a herdancia
 da Igreja da Paroquia de Avidos, a herdancia da
 Igreja da Paroquia de S. Martinho de Avidos, a herdancia
 da Igreja da Paroquia de S. Martinho de Avidos, a herdancia
 da Igreja da Paroquia de S. Martinho de Avidos.

4.º Em todas as herdancias da Comunidade de Avidos
 se fazem as seguintes herdancias: a saber: a herdancia
 da Igreja da Paroquia de Avidos, a herdancia da
 Igreja da Paroquia de S. Martinho de Avidos, a herdancia
 da Igreja da Paroquia de S. Martinho de Avidos, a herdancia
 da Igreja da Paroquia de S. Martinho de Avidos.

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

ANEXO 3

DESCRIÇÃO DA CASA RURAL PREVALECENTE ATÉ MEADOS DO SÉCULO XX

O material empregue na estrutura era pedra em alvenaria, sendo os vigamentos para assento do soalho regra geral de castanho ou carvalho e o soalho da sala e alcovas em pinho. A armação do telhado fazia-se com caibros e ripas em pinho, sendo a telha tipo nacional. A cozinha era em terra batida e telha à vista.

A cozinha

A cozinha absorvia um terço da área total e comportava no topo central o poial que servia de apoio aos vários trems utilizados para a confecção das refeições (trempe, painelas de ferro fundido, tachos do mesmo material, ou mais vulgarmente louça de barro). Sob o poial, a borralheira, onde era depositado o borralho, proveniente da lareira, ou laje onde se acendia o fogo.

Ladeava a lareira o banco preguiceiro, destinado aos pais, que era um banco de assento em forma de arca com encosto, no interior do qual se guardavam cebolas, alhos, batatas, sal, um pote com pingue, a almotolia do azeite e a garrafa de vinagre. No lado oposto, viam-se os mochos, pequenos bancos destinados às crianças. Por detrás destes, o espaço denominado alhar, para a lenha, e ao canto, o forno para cozedura da boroa. Entre este e a porta de saída para o quintal ou eirado, a banca de cozinha, que servia para lavar a louça, cuja água utilizada era despejada para a esterqueira (monturo situado à saída da porta da cozinha com a finalidade de produzir estrume para aplicar na horta). Nesse espaço, normalmente, eram vasados os bacios utilizados durante a noite.

No canto oposto ao forno, situava-se a masseira, que servia para se preparar a massa para a cozedura, e ao lado da entrada para a sala, a mesa onde se sentava a família para as refeições.

À entrada da porta, do lado esquerdo, suspenso da parede, o louceiro onde se guardavam as louças: pratos, tigelas ou malgas e sob este, o espaço reservado aos cântaros da água.

Ao centro do poial, normalmente, estava um pequeno cepo de madeira, que servia de suporte a uma haste de ferro ou madeira destinado à suspensão da candeia de azeite ou petróleo.

Se a família tinha possibilidades para criar um porco e proceder ao seu abate no tempo próprio, existia na vertical da lareira, suspenso da armação do telhado, uma roda de madeira provida de ganchos, para a suspensão dos chouriços e presuntos a serem "fumados".

Da cozinha, passava-se à sala, através de um estreito corredor. Nesta divisão, ao centro, situava-se uma mesa destinada às festas de família (casamentos, baptizados e arranjos aquando da visita pascal). Ladeando a janela, ao fundo, a cama do casal, e do lado oposto as camas das crianças. De cada lado do corredor, as alcovas onde apenas cabiam as camas. Estas eram constituídas por uns suportes em madeira chamados bancos, unidos entre si por tábuas, as quais sustentavam a enxerga de estopa, com recheio de palha de colmo. Fronhas e lençóis de estopa e mantas geralmente confeccionadas de trapos, tecidas em tear manual. As alcovas não dispunham de portas, mas sim de cortinados confeccionados de chita estampada ou de linho, se as condições económicas dos locatários o permitiam.

As paredes interiores da sala encontravam-se rebocadas com uma argamassa composta de barro e cal, branqueadas quando devidamente secas. O tecto da sala era geralmente em forma de masseira invertida, pintado a azul com um rebordo a partir da base ou sanca, espécie de prateleira que permitia a colocação de maçãs para serem consumidas durante o ano. Sérgio Nogueira diz-nos que em criança conheceu uma casa de abastados lavradores solteirões em que as pombas utilizavam aquelas prateleiras para construir os ninhos, entrando e saindo através das janelas sem vidros. Viviam os donos naquele ambiente semi-selvagem, mas emprestavam dinheiro mediante escritura hipotecária, dinheiro que disfarçavam dentro de velhas meias de lã escondidas entre a moinha do travesseiro. Paradoxalmente tinham um irmão médico que era delegado de saúde.

Voltando ao recheio da sala, sabemos que a cama era o centro de todo o cuidado e asseio da dona de casa e, assim, em ocasiões festivas, saíam das arcas os melhores lençóis de linho com as dobras bordadas à mão a fio vermelho, sobressaindo o monograma do casal sobre a colcha igualmente de linho, tecida em tear manual, em ponto de relevo. O centro, rodeado de trabalhosos motivos decorativos de esmerado labor, tinha em lugar de destaque a coroa real.

Havia dois tipos de cama, a de madeira trabalhada, e a de ferro forjado com motivos em ferro fundido, representando ramos de flores, ou o escudo nacional onde sobressaia a coroa real, e todo este conjunto pintado a esmalte com corres garridas.

Ao pé das camas, as indispensáveis arcas para resguardo do enchoval, e, se havia ainda espaço disponível, um roupeiro para guardar os fatos domingueiros, cheirando a naftalina. As alcovas, se necessário, eram destinadas à filharada. De contrário, pelo menos uma servia para arrumos.

Anexo à casa, existia um pequeno quarto sem acesso do interior, chamado quartinho de fora, para os filhos adultos ou para os velhos pais. O acesso fazia-se através de umas escadas exteriores terminando num pequeno patamar que servia simultaneamente a entrada da sala e do referido quarto. Neste, tinham lugar apenas a cama de bancos como a das alcovas e uma cadeira para suspender a roupa, e, havendo espaço, um lavatório com uma bacia de esmalte, um jarro e balde do mesmo material e um pequeno espelho integrando o conjunto. Dispunha ainda este quarto de uma janela para o exterior, que se abria logo que o ocupante se levantasse, a fim de arejar.

Em todas estas habitações existia sob o soalho da sala, uma cave, a que chamavam loja, que poderíamos classificar de multiuso, pois este espaço comportava uma pequena adega, arrumo para batata, arca de cereais, salgadeira, casota para galinhas e coelhos, ferramentas várias, inclusivé as destinadas ao arranjo do quintal e até da pequena oficina, se o locatário exercia a profissão de carpinteiro.

A cozinha era iluminada pela candeia de azeite ou petróleo, a vela de estearina ou a lamparina, que consistia num copo com água recoberta de azeite, onde flutuava um pavio adaptado a um pequeno rodízio de madeira. Entretanto, as famílias de mínguados recursos socorriam-se apenas da luz das chamas da lareira.

Na sala, serviam-se de candeiros de petróleo, velas de estearina, ou lampião de vela ou azeite, sendo o castiçal o suporte das velas.

E a casa de banho? Nenhum edifício para habitação dispunha de uma dependência com essa finalidade. Todavia, existia uma luxuosa moradia, construída por volta de 1870, propriedade de um abastado negociante e exportador de vinhos, o qual fez instalar iluminação à base de acetileno, em todas as dependências. Para o efeito, numa cabine exterior, mandou colocar um gásómetro, de onde partia uma rede de tubos para a respectiva distribuição. Quanto à casa de banho (somente para banho), encomendou uma banheira de chapa de zinco cuja dimensão permitia submergir totalmente o corpo, dispondo ainda de um espaldar para recosto na posição de sentado. Esta banheira, extremamente cômoda para a época, era pintada a tinta de esmalte bege profusamente ornamentada com florinhas de vários matizes, e um pormenor que a colocava fora de qualquer concorrência ou imitação – dispunha de rodas. E rodas para quê? Expliquemos. A água necessária para um banho reconfortante necessitava ser “temperada”. Para o efeito, era rebocada pelas criadas até à cozinha, onde a água se aquecia numa grande panela de ferro fundido, sob a qual crepitavam achas resinentas de pinho.

Deixemos que a água atinja a temperatura necessária, e, enquanto isso, passemos à cozinha daquela mansão. A configuração não divergia muito da cozinha tradicional já descrita. Todavia, o seu recheio, acabamento e funcionalidade era de uma diferença abissal, pois, enquanto a cozinha tradicional e corrente se resumia a um rectângulo de pavimento em terra batida e o tecto deixava à vista as telhas escurecidas pelo fumo, onde a luz do dia espreitava através de uma abertura chamada trapeira, aquela permitia um certo conforto, pois o pavimento era assoalhado e o tecto forrado de boa madeira, de onde sobressaía o “saco” da chaminé que cobria toda a área da lareira, onde no lugar do poial estava instalado um avantajado fogão de ferro, com um depósito lateral para o aquecimento da água. Na aba do “saco” da chaminé alinhavam-se os tachos de alumínio, sobressaindo os de cobre rebrilhantes destinados à confecção da marmelada, intercalando-se como enfeite os abanos de madeira de cestaria. No interior do “saco” da chaminé uma autêntica colecção de presuntos e enchidos expostos ao fumo. Ao canto, o típico forno, mais usado para, em ocasiões de reunião familiar, assar o cabrito ou o perú, do que para cozer a broa.

O acesso a esta cozinha processava-se através de duas portas laterais, tal como para qualquer outra casa, porém com uma inovação arquitectónica. De cada lado, e em toda a extensão do prédio, uma grande varanda de janelas envidraçadas isolava o conjunto habitacional, de forma que todas as portas convergiam para essa varanda. A que integrava a fachada dava acesso num extremo à escada de serviço. No lado oposto, via-se a porta que facultava a entrada a um pequeno átrio em que terminava a escadaria nobre, onde se situava a porta da sala de visitas.

No lado oposto, lá estava a varanda com as mesmas características. No extremo junto à porta da cozinha, a única sentina daquele casarão, acanhado espaço com uma espécie de banco de madeira contendo uma abertura em comunicação com uma espécie de funil encaixado num tubo de grede. Através dessa abertura passavam os dejectos para um tanque, sendo posteriormente utilizados para estrume da horta. No outro extremo, situavam-se as escadas que conduziam a várias dependências do serviço de lavoura e ao eirado, onde se curtia o tojo, que conjuntamente com o estrume das cortes do gado, serviria a seu tempo, para fertilizar os campos.

Entre a cozinha e a sala de jantar, um envidraçado tabique, a meio do qual existia um postigo, através do qual a criada cozinheira passava à criada de sala as refeições a servir aos senhores da casa e eventualmente a seus hóspedes e convidados.

Encostado a este tabique e a toda a sua extensão, do lado da cozinha, um balcão com tampa de pedra mármore, provido de gavetas e portas, aquelas para resguardo de talheres e jogos de toalhas, e estes para os serviços de louças.

A sala de jantar ostentava uma vistosa mobília século XVII, com aparador recheado de serviços de cristal, e, na parte oposta, um quadro a óleo de razoável dimensão, figurando natureza morta. As paredes eram forradas a papel de colorido suave, e o tecto era de gesso com motivos de alto relevo, do centro do qual pendia um lustre alumado a bicos de acetileno. Confrontando com esta sala, duas portas de bandeiras de vidro colorido davam acesso a dois quartos, e, no espaço entre estas via-se um imponente relógio. Uma terceira porta dava acesso a um corredor, que internamente comunicava com a sala de visitas situada no topo do edifício.

Era neste corredor que “estacionava” a banheira já descrita, e, era deste local que as criadas a conduziam através da sala de jantar, passando por parte da varanda até chegar à cozinha, onde se misturava a água fria retirada de talhas de barro, com a água quente fornecida pelo fogão de ferro a que já aludimos, reforçada por vezes, com água de grandes panelas, que para o efeito se colocavam.

Depois de a criada de cozinha ter verificado a temperatura, arregaçando a manga da blusa, de forma a poder mergulhar o cotovelo servindo de termómetro, e conseguida a temperatura conveniente, novamente era rebocada a banheira em sentido inverso, até ao corredor, e o senhor ou senhora procediam à respectiva operação higiénica, finda a qual rodava a banheira pelo mesmo percurso até à porta da sentina, onde a água era vazada a balde, a fim de lavar por sua vez a sentina. E, novamente voltava a banheira ao corredor, onde era depositada a roupa suja destinada à próxima operação de barreira. Como se vê, prático e eficiente para a época!

Saliente-se que esta operação só tinha lugar de tempos a tempos, e, somente em meios de certo nível, pois, regra geral, socorriam-se as pessoas de banheiras semi-cúpias, quando não e apenas, do alguidar de loiça de Barcelos, na cozinha, já quando a restante família dormia, de forma a garantir uma certa privacidade.

Contrastando com os tempos modernos, esta maneira de viver poderia considerar-se anómala, o que não impedia que o anfitrião recebesse visitas em sua casa frequentemente, não só de familiares como amigos que ali permaneciam às vezes por vários dias, encarando naturalmente a situação, a exemplo dos ocupantes de fastosos palácios, em que as condições em termos de higiene, não se afastavam grandemente das descritas.

ANEXO 4

A POSSE DA TERRA EM AVIDOS PELA IGREJA DE SANTIAGO DE ANTAS

No Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão existem duas escrituras de emprazamento, que são o casal do Carvalho e o casal do Moganheiro – Penso. A primeira é de 1614, e a segunda de 1781. Por sua vez, no Arquivo Distrital de Braga, estão novas escrituras destes dois casais, datadas respectivamente de 1724 e de 1781, sendo esta última igual à que se encontra em Vila Nova de Famalicão, surgindo duas escrituras do casal do Ribeiro, uma de 1702 e outra de 1770.

Prazo do casal do Carvalho

Foi emprazado por uma escritura de 5 de Abril de 1614, a pedido do Reverendo António Fernandes, abade de S. Tiago de Antas, a favor de Madalena da Fonseca, da cidade do Porto, por três vidas. A vedoria pertenceu aos padres António Dias, cura de Santiago de Antas e Manuel Afonso, vigário da Lagoa, sendo os louvados Gonçalo Gonçalves e João Gonçalves, desta mesma freguesia.

O casal era formado pelas propriedades que se indicam:

1. Uma casa em que vivem os caseiros, que serve de cozinha e celeiro, toda terreira e é meia telhada e meia colmaça e tem junto a ela 3 cortes de gado e uma silvada, e tem mais outra corte comprida junto daquela que também serve de palheiro, partida pelo meio;
2. o campo da Eira, que dará 30 almudes de vinho pouco mais ou menos, tem 15 pés de castanheiros e carvalhos, uma casa terreira, as outras terras deste campo são montesinho fraco e seco, levará de sementeira seis alqueires pouco mais ou menos;
3. uma cerca de terra fraca e montesinho, que levará de sementeira 2 alqueires e meio;
4. o campo dos Gonçalves (?), que é terra boa, dará um ano pelo outro uma pipa de vinho; levará de sementeira 3 alqueires;
5. a leira da Corredoura de Baixo, que levará de sementeira um alqueire;
6. a outra leira da Corredoura tem uma chave, que levará meia quarta de linhaça de sementeira, e a outra terra, seca e fraca, levará de sementeira 2 alqueires;
7. um talhinho de monte com 14 carvalhos e sobreiros;
8. uma campo chamado Abessada (?), é terra boa, colhe 10 almudes de vinho, levará de sementeira 5 alqueires;
9. a Hortinha de Riba tem carvalhos e uveiras, levará de sementeira 4 alqueires;
10. a Hortinha de Baixo tem 12 uveiras e carvalhos e salgueiros, dentro tem um talhão, que levará de sementeira 1 alqueire e meio de linhaça, é terra boa e tem água de regar e de limar, levará de sementeira 12 alqueires;
11. um pedaço de monte com carvalhos e sobreiros;
12. o cortelho do Campo da Eira, levará de sementeira 1 alqueire e meio de linhaça;

13. a Horta de Fora, que está junto da aldeia de Castelãos, onde fica a pedra, levará de sementeira meio quarto de linhaça;
14. outra horta no campo da Cortinha de Baixo, levará de sementeira meio quarto de linhaça;
15. na vinha de Castelãos tem 15 pés de carvalho e 7 pés de vide;
16. uma leira na agra de Alferes, que levará de sementeira alqueire e meio;
17. na dita agra outra leira, que levará de sementeira meio alqueire;
18. o campo do Córrego levará de sementeira 6 alqueires, é terra boa e tem alguma água de regar, um pedaço de monte com 5 carvalhos, levará alqueire e meio de sementeira;
19. a leira de Além, é terra fraca, levará de sementeira alqueire e meio;
20. outra leira na agra de Alferes que é terra fraca e seca, levará 1 alqueire raso de sementeira;
21. uma leira chamada de Avidos, que é de monte;
22. outra leira também de monte;
23. outra leira chamada (?)

Renda ou pensão

A antiga renda era de 550 reis, 2 galinhas e 4 homens de jeira, e foi aumentada em 150 reis.

Para além do vinho e dos cereais encontramos algumas árvores sem ser de fruto, com predominância para o carvalho. A linhaça é também cultivada. Constatamos que a Cerca era antes terra maninha e lá foram introduzidos os carvalhos.

Passados 90 anos, é apresentada pelo novo abade, Jerónimo de Oliveira Carvalho, carta de petição de renovação de prazo, em virtude de este estar vago, a favor de Margarida Teresa da Costa e seu marido António Barreira da Silva, moradores em Miragaia da cidade do Porto, por lhes pertencer a renovação do mesmo.

Prazo do casal do Carvalho

A 27 de maio de 1722, nas casas que são residência do casal do Carvalho, foi apresentada a carta de vedoria aos padres João Gomes de Araújo, beneficiado na igreja de Santiago de Antas, e Luís Rodrigues Salgado, ambos naturais e moradores nesta freguesia, o primeiro como juiz e o segundo como escrivão. Os louvados foram dois homens bons, Domingos Fernandes e Inácio Rodrigues, ambos de Santiago de Antas. Foi dada a licença para o emprazamento em 27 de Outubro de 1723.

Os bens que agora fazem parte do casal são:

1. Uma casa torre com uma cozinha, e outra casa tudo em uma corrente para o norte, com outra casa pegada na torre para o sul, que hoje serve de adega colmaça e as outras torre e casas telhadas;
2. uma casa com um palheiro para a parte da eira, da banda de fora das portas, uma estrumeira;
3. o campo da Eira , com uma eira e uma figueira grande e algumas ameixieiras, uveiras que darão de vinho um ano por outro 10 almudes, 1 castanheiro que dará de castanhas 6 rasas, tem um pedaço de mato e alguns carvalhos, é terra fraca, toda a mais é terra boa, levará de sementeira 12 rasas de centeio;
4. uma estrumeira e currais com sua casa no meio, tem também três cortes com seus alpendres às portas que servem de recolher gados;
5. uma cerca, que tem uma lata pegado nas casas, que dará de vinho um ano por outro 6 almudes e levará de cava 2 homens, é terra fraca; levará de sementeira 3 rasas de centeio pouco mais ou menos;
6. o campo de Gonçalves (?) levará de sementeira 3 rasas de centeio, dará de vinho 15 almudes, tem uma insua e no meio dela um castanheiro grande e alguns salgueiros e amieiros;
7. o campo da Cortinha de Cima colherá uma pipa de vinho, tem alguns carvalhos e castanheiros, um pedaço de mato, não tem água, é boa terra, levará de sementeira 4 rasas;
8. o campo da Cortinha de Baixo é boa terra tem água de lima e rega, dará de vinho 2 almudes, levará de sementeira 12 rasas;
9. a Devesa de Fora;
10. uma Devesa com terra boa, que levará de sementeira meio quarto de linhaça;
11. o campo da Abessada (?) colherá de vinho 8 almudes, levará de sementeira 5 rasas e meia de centeio;
12. a agra do (?) com gados a pastar e carro;
13. a leira da Corredoura de Baixo, que está na agra da Corredoura, é terra de mato e fraca, levará de sementeira rasa e meia;
14. na mesma agra da Corredoura uma leira de terra fraca, não tem água, levará de sementeira 2 rasas, colherá de vinho 2 almudes;
15. o cortelho da Corredoura de Baixo, é terra fraca não tem água, tem alguns carvalhos, levará de sementeira meia rasa;
16. uma leira dentro da Corredoura de Cima, que se chamava no prazo velho o Talhinho do Monte, é terra fraca, levará de sementeira 2 alqueires e meio;
17. um grande pedaço de monte, tem carvalhos e castanheiros e alguns sobreiros, é terra de monte;
18. a bouça da Ponta da Eira é terra muito fraca, que apenas dá algum mato para roçar, levará de sementeira 14 rasas;

19. uma leira de mato no monte de Cambois, é terra de monte, tem alguns carvalhos, uveiras, levará de sementeira 2 rasas;
20. no mesmo monte de Cambois outra leira, é terra de monte, tem alguns carvalhos, levará de sementeira 2 rasas de centeio;
21. a Cortinha de lamas (?) levará de sementeira rasa e meia de centeio, tem uveiras e castanheiros ao redor do rio, que darão de vinho um ano por outro 1 almude;
22. a leira da Cinqueta (?) tem uveiras, que darão de vinho um ano pelo outro 10 almudes, é boa terra, levará de sementeira uma rasa e meia de centeio;
23. uma leira de mato no meio da hortinha de Parinho (?) a que hoje chamam a boucinha de Parinho, (?) é terra de mato, levará de sementeira 2 rasas;
24. o campo de Baixo e dos Córregos do Meio, que levarão de sementeira 14 rasas, é boa terra, dará de vinho um ano por outro 5 almudes, tem algumas oliveiras, sendo algumas novas, tem água de lima e rega, alguns carvalhos e castanheiros, levará de sementeira 1 rasa e meia de centeio;
25. a leira da Figueira, é terra fraca, tem carvalhos e alguns castanheiros, dará de vinho 1 almude, levará de sementeira 3 quartos;
26. uma leira na agra de Castelões, antes chamada a leira de Alferes, levará de sementeira meia rasa, é terra de mato;
27. na vinha de Castelões está um pedaço de terra em que diz o prazo velho estavam 15 pés de carvalhos e castanheiros com 7 pés de vides;
28. o Cortelho do campo da Eira, levará de sementeira 1 alqueire e meio de linhaça;
29. um pequeno pedaço de terra, que dará de vinho meio almude e tem alguns castanheiros e duas oliveiras novas, levará de sementeira meia rasa de centeio;
30. a terra de fora levará de sementeira meia rasa de linhaça;
31. o campo da Cortinha de Cima é boa terra, dará de vinho um ano por outro 5 almudes, levará de sementeira 2 rasas;
32. uma leira de mato, que é terra fraca, levará de sementeira meia rasa;
33. uma leira chamada a agra de Alferes, a que hoje se chama as Boucinhas, levará de sementeira rasa e meia;
34. uma leira na agra de Alferes, a que chamam a leira dos Penedos, levará de sementeira 1 rasa;
35. uma leira no campo da Cortinha, que leva de lavra 2 homens;
36. uma bouça de carvalhos e de sobreiros;
37. a cerca de Ana Francisca, onde está uma casa térrea e uma corte, dará de vinho 5 almudes, levará de sementeira rasa e meia;
38. a leira de Meninas, sita na agra das Devesas, levará de sementeira 2 rasas é terra de mato.

A renda antiga era de 700 reis em dinheiro, 2 galinhas e 4 homens de jeira, e foi acrescentada em 300 reis, logo, a nova renda passou a ser de 2 galinhas, 4 homens de jeira e 10 tostões em dinheiro, paga no dia de S. Miguel de Setembro e daqui em diante passou a pagar também Catarina Mousinha pela terra que se provou pertencer a este prazo, e esta a possuía indevidamente, 1 galinha e 1 vintém por dia de S. Miguel de Setembro bom e de receber.

De um emprazamento para o outro verificamos um aumento significativo nas propriedades do casal. O castanheiro começa a ganhar terreno, e a oliveira é introduzida.

Prazo do Casal do Moganheiro – Penso

Na escritura de emprazamento em três vidas do casal do Moganheiro, feita no ano de 1781, está a representar a Igreja de Santiago de Antas o Reverendo Abade Rodrigo de Mendonça de Vasconcelos, como emprazante e os outros outorgantes são Manuel Gomes Pimenta e sua mulher Mariana da Silva, de S. Miguel de Ceide. A vedoria é da responsabilidade dos padres João Pedro de Araújo e Pedro Rodrigues, ambos curas de Santiago de Antas, coadjuvados por dois homens-bons, um desta freguesia e o outro de Avidos, e que são Henrique da Silva, louvado pela parte da Igreja de Antas, e António Correia, louvado pela parte do caseiro. Vejamos uma descrição das propriedades que foram apegadas, medidas e avaliadas:

1. uma casa (onde vive o casal Manuel Gomes Pimenta e Mariana da Silva), dividida em duas, uma telhada e outra colmaça; uma corte de ter gado, um quinteiro com seu eirado;
2. um campo pegado às mesmas casas a que chamam as Latas, tem árvores de vinho, levará de sementeira 2 rasas;
3. O Cortelho da Eira, que levará de sementeira 3 quartas;
4. Uma leira na Agra das Travessas, levará de sementeira 7 rasas, tem mato;
5. Na dita Agra, no meio do Picoto uma leira, levará de sementeira meia rasa, tem algum mato;
6. Na mesma Agra a Leira chamada do Picoto, levará de sementeira 2 rasas;
7. Na dita Agra uma leira, a que chamam Pena Grande, é terra de mato, levará de sementeira 2 rasas;
8. na dita Agra outra leira, que levará de sementeira 1 rasa;
9. uma leira de trás da Porta do casal, levará de sementeira uma rasa, tem uveiras;
10. o talho da Lamela, que levará de sementeira 1 quarto, tem alguns castanheiros;
11. o campo do Barreiro, que leva de sementeira rasa e meia e tem árvores de vinho;
12. uma leira na Vinha, que leva de sementeira rasa e meia;
13. a leira das Leiras, que levará de sementeira 1 rasa, tem algumas árvores de vinho;
14. outra leira entre as herdades, que levará de sementeira um quarto;
15. as Cortelhas, cuja terra levará de sementeira 3 rasas, tem castanheiros e árvores de vinho;
16. o talho da Boca da Quelha, que levará de sementeira 1 rasa, tem algumas árvores de vinho;

17. o Lameiro, que tem água de lima, levará de sementeira 5 quartas;
18. o campo da Hortinha, entre a presa e este campo, tem árvores de vinho;
19. uma leira sobre o prado, que é terra de mato, levará de sementeira 1 rasa;
20. na agra de Barrocos(?) que hoje chamam a agra de Além, levará de sementeira 1 quarto, é de mato;
21. na dita agra outra leira que chamam dos Salgueiros, levará de sementeira 1 rasa;
22. na mesma agra outra leira a que chamam de Gondães, levará de sementeira 1 rasa;
23. na mesma agra uma leira que chamam o Campo Grande, que levará de sementeira 4 rasas;
24. uma leira sobre o Padrão, que levará de sementeira rasa e meia, é de mato;
25. outra leira na dita agra, que chamam a Provência, levará de sementeira 2 rasas;
26. a leira da Portela na mesma agra, levará de sementeira 1 rasa e meia;
27. outra leira na mesma agra, que vai entestar na vinha velha, levará de sementeira 1 rasa e meia.

Este prazo e casal pagava de renda 16 rasas de pão meado, 5 almudes de vinho, 1 carneiro, 2 galinhas, 5 homens de jeira e 2 dúzias de palha painça ou 120 reis em dinheiro. Os louvados declaram *por estar alguma coisa carregado na pensão*, lhe acrescentam somente 1 frango, tudo bom de receber, posto no celeiro da dita Igreja, à custa do caseiro.

Como se verificou, as principais produções deste casal são o vinho e os cereais.

Saliente-se a sua extensão, com 27 artigos, bem como o foro que era pago pelas terras, que, visto à luz dos nossos dias, era muito pequeno, face à extensão das propriedades emprazadas.

Em ambas as rendas encontramos as jeiras, ou dias de trabalho para o senhor das terras, costume que se foi perdendo com o decorrer dos tempos.

Prazo do casal do Ribeiro

O abade de Santiago de Antas, Manuel Botelho Pereira, faz uma carta de petição para renovação do prazo do casal do Ribeiro, foreiro à igreja de Santiago de Antas, a favor de João Ribeiro, em primeira vida, em segunda a sua mulher Águeda da Costa e em terceira a um filho que houver deles. Os vedores foram os padres Manuel Rebelo de Matos e João Rodrigues, vigário de Gemunde, e a louvação esteve a cargo dos homens bons António da Costa de Antas e Francisco Gonçalves, de Landim.

Feita a vedoria, foi passada licença em 9 de Novembro de 1702. Desse casal indicam-se as seguintes propriedades:

1. Uma casa torre e uma cozinha tudo telhado, outra casa térrea que serve de adega colmaça e duas cortes para gado com seu portal de serventia, uma lata e um loureiro, tem 7 ou 8 carvalhos, um lameiro, tem água de lima e de regar, levará de sementeira 4 alqueires;


2. o campo chamado da Vinha, uma casa que serve de palheiro e eira, levará tudo de sementeira 3 alqueires, tem água de lima e rega, levará tudo de sementeira 3 alqueires;
3. o campo do Sobreiro, que está dividido em dois, **com terras dos passais da igreja de Avidos** levará de sementeira 12 alqueires;
4. o campo da Agrinha que está dividido em dois, levará de sementeira 14 alqueires, tem este campo água de lima e rega;
5. no campo da Cortinha de Baixo do casal do Carvalho, um talho de terra boa, que tem água de lima e rega, levará de sementeira alqueire e meio de linhaça;
6. na agra dos Penedos uma grande leira, levará de sementeira 5 alqueires;
7. a leira dos Penedos, que hoje se chama do Couto, é terra magra, levará de sementeira alqueire e meio;
8. um talhinho de mato e castanheiros, levará de sementeira um quarto de pão;
9. outro talhinho também de castanheiros com alguns carvalhos, levará de sementeira um quarto;
10. no campo da Abessada (?) um talhinho de terra, que **hoje é lavradio**, é terra fraca, levará de sementeira quarto e meio de pão;
11. o campo do Sobreiro de Cima, sem terra lavradia, que levará de sementeira 2 rasas e meia, é mato e carvalhos, parte de norte com a Devesa do **assento da igreja** de Avidos.
12. na agra de Castelões uma leira, que levará de sementeira 2 alqueires.

A renda que até agora se pagava era de 50 medidas de pão meado milho e centeio, um carneiro, 2 capões e 10 homens de lavra. Acrescentaram-lhe os vedores meia rasa de pão meado milho e centeio, a pagar em cada ano pelo dia de S. Miguel de Setembro.

**ANEXO 5
PÁROCOS DE S. MARTINHO DE AVIDOS**

PÁROCOS/TÍTULOS	INÍCIO E FIM DE OBSERVAÇÃO	PRI.REG.	ÚLT. REG.	ÓBITO
Sebastião Gonçalves Peres, Abade	25.08.1599 a 20.04.1625	NAS.	NAS.	
Luís Machado de Miranda, Cura	23.07.1625 a 25.11.1648	NAS.	NAS.	
Francisco da Cunha da Silva, Abade	22.08.1649 a 09.05.1660	NAS.	NAS.	15.06.1660
Jerónimo de Carvalho, Cura Enc., Padre	02.02.1660 a 16.01.1670	NAS.	CAS.	25.08.1693
Matias de Matos Fialho, Abade	29.06.1665 a 22.02.1672	O	CAS.	09.05.1672
João Ribeiro, Enc.	18.05.1672 a 18.06.1673	NAS.	NAS.	
João Ferreira, Cura	29.08.1673 a 20.11.1674	NAS.	OBI.	
José da Costa, Abade	23.12.1674 a 28.06.1706	NAS.	OBI.	21.02.1709
Manuel Francisco de Sá, Cura, Coad.	26.10.1703 a 23.08.1708	NAS.	NAS.	
Mateus da Graça Lopes, Abade	16.12.1708 a 17.09.1727	NAS.	NAS.	28.10.1727
Manuel Carvalho de Araújo	28.10.1727 a 18.02.1728	OBI.	OBI.	
Gaspar Soares Coelho, Abade	10.06.1728 a 02.07.1736	OBI.	CAS.	
Diogo L. Soares Coelho, Coad., Abade	27.02.1736 a 08.09.1773	OBI.	NAS.	18.09.1776
Custódio Gomes Correia, Coad., Enc.	08.09.1773 a 30.03.1777	NAS.	NAS.	
António José de Abreu, Enc., Abade	16.04.1777 a 21.09.1814	NAS.	CAS.	04.06.1815 *

A Constituição, com sempre devia fazer afunto de orçamentos
 e a nas faz nos Entre ditos duas assizes. E daqui se deve
 declarar de por, sul nas Sanctos e lãz, e para a Signar de
 Sabendo Escrever, Enas Casendo duas das pessoas q. afezorem
 as baptismo, Ena tuas velha nas faz may ofensio q. os dos
 Carados. D. a Nova de Famulias 25 de Jul. de 1700



 ANEXO 7
 VISITAÇÕES SEGUNDO OS LIVROS DE REGISTO PAROQUIAL

DATA/LIVROS	OBS.	LOCAL	PÁROCO
RECOMENDAÇÕES			
16.03. 1656	N.		Abade Francisco da Cunha da Silva
06.04.1663	O	OBI.	Abade Jerónimo de Carvalho
6.04.1669	N.C.O	NAS.	Abade Jerónimo de Carvalho
26.05.1673	N.	NAS.CAS.	Enc. João Ribeiro
26.05.1675	N.C.O	NAS.	Abade José da Costa
7.06.1676	N.	NAS.	Abade José da Costa
24.05.1677	N.C.O.		Abade José da Costa
8.06.1678	N.C.O.		Abade José da Costa
8.08.1679	N.C.O.		Abade José da Costa
29.10.1680	N.C.O.		Abade José da Costa
11.10.1681	N.C.O.		Abade José da Costa
22.10.1682	C.O		Abade José da Costa
5.11.1683	N.C.O.		Abade José da Costa
16.07.1685	N.O	NAS. OBI.	Abade José da Costa
23.09.1688	N.C.O.		Abade José da Costa
8.09.1690	C.O		Abade José da Costa
2.11.1693	N.C.O.		Abade José da Costa
28.11.1698	N.O		Abade José da Costa
1.10.1699	C.		Abade José da Costa
20.07.1705	N.C.O.	NAS. OBI.	Abade José da Costa
25.11.1705	N.C.O.	NAS.	Abade José da Costa
26.11.1707	N.C.O.	NAS.	Cura Manuel Francisco de Sá
25.08.1713	N.C.O.		Abade Mateus da Graça Lopes
2.08.1715	N.C.O.		Abade Mateus da Graça Lopes

28.07.1718	N.C.O.			Abade Mateus da Graça Lopes
25.07.1720	N.C.O.			Abade Mateus da Graça Lopes
12.12.1722	N.C.O.			Abade Mateus da Graça Lopes
19.06.1725	N.C.O.			Abade Mateus da Graça Lopes
25.06.1728	N.C.O.			Abade Gaspar Soares Coelho
10.06.1732	N.C.O.			Abade Gaspar Soares Coelho
7.07.1735	N.C.O.			Abade Gaspar Soares Coelho
31.10.1736	N.C.O.			Coadjutor Diogo Luís Soares Coelho
30.07.1737	N.C.O.			Coadjutor Diogo Luís Soares Coelho
13.07.1738	C.O			Coadjutor Diogo Luís Soares Coelho
17. 9. 1739	N.C.O.			Abade Diogo Luís Soares Coelho
15.09.1740	N.C.O.			Abade Diogo Luís Soares Coelho
25.02.1742	N.C.O.			Abade Diogo Luís Soares Coelho
29.05.1743	N.C.O.			Abade Diogo Luís Soares Coelho
7.05.1744	N.C.O.			Abade Diogo Luís Soares Coelho
3.11.1745	N.C.O.			Abade Diogo Luís Soares Coelho
15.12.1746	N.C.O.			Abade Diogo Luís Soares Coelho

30.12.1747	N.C.O.			Abade Diogo Luís Soares Coelho
11.02.1749	N.C.O.			Abade Diogo Luís Soares Coelho
3.06.1750	N.C.O.			Abade Diogo Luís Soares Coelho
4.08.1751	N.C.O.			Abade Diogo Luís Soares Coelho
26.11.1752	N.C.O.			Abade Diogo Luís Soares Coelho
22.05.1755	N.C.O.			Abade Diogo Luís Soares Coelho
23.08.1757	N.C.O.		CAS.	Abade Diogo Luís Soares Coelho
13.07.1760	N.C.O.			Abade Diogo Luís Soares Coelho
24.05.1762	N.O.			Abade Diogo Luís Soares Coelho
16.07.1763	N.C.O.			Abade Diogo Luís Soares Coelho
29.01.1765	N.C.O.			Abade Diogo Luís Soares Coelho
29.05.1767	N.C.O.			Abade Diogo Luís Soares Coelho
23.05.1768	N.C.O.			Abade Diogo Luís Soares Coelho
3.11.1768	N.O.		NAS.	Abade Diogo Luís Soares Coelho
2.09.1773	OBI.			Abade Diogo Luís Soares Coelho
(?) 1775	NAS.			Coadjutor Custódio Gomes Correia
24.06.1777	N.C.O.			Abade António José de Abreu

23.06.1780	N.C.O.			Abade António José de Abreu
14.11.1782	N.C.O.		CAS.	Abade António José de Abreu
14.06.1784	N.C.O.			Abade António José de Abreu
23.07.1786	N.C.O.			Abade António José de Abreu
5.10.1788	N.O.			Abade António José de Abreu
31.10.1790	N.C.O.			Abade António José de Abreu
12.05.1793	N. O.			Abade António José de Abreu
13.05.1795	N.C.O.			Abade António José de Abreu
31.05.1797	N.C.O.			Abade António José de Abreu
30.04.1799	N.C.O.			Abade António José de Abreu
18.05.1802	N.O.			Abade António José de Abreu
15.09.1805	N.O.			Abade António José de Abreu
28.04.1807	N.C.O.			Abade António José de Abreu
12.08.1813	N.C.O.			Abade António José de Abreu
11.05.1816	N.C.O.			Encomendado João Manuel Alves
1.09.1816	N.C.O.			Encomendado João Manuel Alves
10.09.1818	N.C.O.			Abade Manuel José Pereira do Lago

12.08.1822	N.C.O.			Abade Manuel José Pereira do Lago
25.01.1825	N.C.O.			Abade Manuel José Pereira do Lago
10.05.1831	N.C.O.			Abade Manuel José Pereira do Lago
11.04.1845	N.C.O.			Abade José Manuel Claudino Teixeira
12.10.1853	N.C.			Abade José Manuel Claudino Teixeira
20.12.1858	C.	CAS		Abade José Manuel Claudino Teixeira
16.08.1859	C.			Abade José Manuel Claudino Teixeira
14.01.1861	NAS.	NAS.		Abade José Manuel Claudino Teixeira
10.01.1862	N.C.	CAS.		Abade José Manuel Claudino Teixeira
15.01.1863	NAS.	NAS.		Abade José Manuel Claudino Teixeira
2.02.1864	NAS.	NAS.		Abade José Manuel Claudino Teixeira
14.01.1865	NAS.			Abade José Manuel Claudino Teixeira
3.01.1866	NAS.			Abade José Manuel Claudino Teixeira
12.01.1867	NAS.			Abade José Manuel Claudino Teixeira
16.01.1868	NAS.			Abade José Manuel Claudino Teixeira
30.05.1869	NAS.			Abade José Manuel Claudino Teixeira
27.05.1870	NAS.			Abade José Manuel Claudino Teixeira

24.05.1871	NAS.			Abade José Manuel Claudino Teixeira
31.05.1872	NAS.			Abade José Manuel Claudino Teixeira
10.03.1873	NAS.			Abade José Manuel Claudino Teixeira
17.02.1874	NAS.			Abade José Manuel Claudino Teixeira
21.03.1875	NAS.			Abade José Manuel Claudino Teixeira
20.05.1876	NAS.			Abade José Manuel Claudino Teixeira
12.02.1877	NAS.			Abade José Manuel Claudino Teixeira
20.03.1878	NAS.			Abade José Manuel Claudino Teixeira
30.03.1879	NAS.			Abade José Manuel Claudino Teixeira
30.04.1880	NAS.			Abade José Manuel Claudino Teixeira
30.04.1881	NAS.			Abade José Manuel Claudino Teixeira
12.03.1882	NAS.			Abade José Manuel Claudino Teixeira
12.03.1883	NAS.			Abade José Manuel Claudino Teixeira
12.03.1884	NAS.			Abade José Manuel Claudino Teixeira

**ANEXO 8
JUNTAS DE PARÓQUIA E DE FREGUESIA**

Ano de 1837

António Álvares ou Alves Carneiro

João Dias de Sá Araújo

Francisco José Nogueira

Ano de 1838

Joaquim Francisco Pereira

Francisco Joaquim das Chagas

Francisco Cardoso de Araújo

Ano de 1839-40

Francisco José dos Santos Araújo Sampaio

João Pereira Marques

António José da Silva

Ano de 1841

Abade Manuel José Pereira do Lago

Joaquim Francisco Pereira

António José da Silva

Ano de 1842

Padre Manuel Bernardo da Silva

António José da Silva

Joaquim Francisco Pereira

Ano de 1843-44

Abade José Manuel Claudino Teixeira

Joaquim Francisco Pereira

Francisco Cardoso de Araújo

Ano de 1848

Abade José Manuel Claudino Teixeira
António Alves Carneiro
João Pereira Marques

Ano de 1849

Abade José Manuel Claudino Teixeira
Sebastião José Correia de Araújo
Francisco Joaquim das Chagas

Ano de 1854

Abade José Manuel Claudino Teixeira
António Pereira Marques
Manuel Pereira Marques

Anos de 1858-59

Abade José Manuel Claudino Teixeira
João Luís da Silva Coelho
António José Soares

Anos de 1860-61

Abade José Manuel Claudino Teixeira
Francisco Joaquim das Chagas
Francisco Cardoso de Araújo

Anos de 1862-63

Abade José Manuel Claudino Teixeira
Francisco Joaquim das Chagas
António Pereira Marques

Anos de 1864-65

Abade José Manuel Claudino Teixeira

Francisco Joaquim das Chagas
José Correia Machado

Anos de 1866-67

Abade José Manuel Claudino Teixeira
João Luís da Silva Coelho
Francisco de Araújo Pereira

Anos de 1868-69

Abade José Manuel Claudino Teixeira
João Luís da Silva Coelho
João José Ribeiro

Anos de 1870-72

Abade José Manuel Claudino Teixeira
Francisco Cardoso de Araújo
António Pereira Marques

Anos de 1873-77

Abade José Manuel Claudino Teixeira
António Pereira Marques
José Soares

Anos de 1878-79

João José Ribeiro
Francisco de Araújo Pereira
José Soares
António Joaquim Alves Carneiro
Manuel Pereira Marques Júnior

Anos de 1879-81

Francisco de Araújo Pereira⁴¹⁶

⁴¹⁶ - Substituiu João José Ribeiro por este ter assumido o cargo de regedor.

António Joaquim Alves Carneiro
José Soares
José Correia de Faria
Manuel Pereira Marques Júnior

Ano de 1881

António Joaquim Alves Carneiro
José Soares
José Correia de Faria
Manuel Pereira Marques Júnior
José Francisco Osório

Anos de 1882-85

António José Barbosa
António Joaquim Alves Carneiro
José Soares
Manuel Pereira Marques Júnior
José Correia de Faria

Ano de 1885

António Joaquim Alves Carneiro
José Soares
José Correia de Faria
Manuel Pereira Marques Júnior

Ano de 1886

António da Silva Freitas
Ernesto José de Sousa
António Correia de Lima
José Correia de Faria
Manuel Cardoso de Araújo Gomes

Anos de 1887-88

António da Silva Freitas
José Soares
Manuel Cardoso de Araújo Gomes

Anos de 1888

António da Silva Freitas
José Soares
José Joaquim da Silva

Anos de 1889-92

Joaquim Martins Barbosa
José Soares
Joaquim Rodrigues Ribeiro

Ano de 1893

Bernardino José de Sousa Fernandes
Joaquim Martins Barbosa
Augusto César Correia de Carvalho

Ano de 1910

António Maria Teixeira de Melo
Bernardino José de Sousa Fernandes
Manuel José Nogueira
Francisco Correia de Faria

Ano de 1911

Bernardino José de Sousa Fernandes
Manuel José Nogueira
Francisco Correia de Faria
António José Correia⁴¹⁷

417 - A partir de Junho foi substituído por José Duarte de Carvalho Gonçalves.

Ano de 1912

Bernardino José de Sousa Fernandes
Manuel José Nogueira
António José Correia
Francisco Correia de Faria
Francisco Ribeiro de Azevedo

Ano de 1913

Bernardino José de Sousa Fernandes
Manuel José Nogueira
António José Correia

Ano de 1914

Joaquim Martins Barbosa
Manuel Martins Barbosa
Lino Pereira Ribeiro
Bernardino de Sousa Ribeiro

Ano de 1915

Manuel de Araújo Pereira
Joaquim da Silva Freitas
Bernardino de Sousa Ribeiro
Francisco Ribeiro de Azevedo

Ano de 1916

Manuel de Araújo Pereira
Joaquim da Silva Freitas
Bernardino de Sousa Ribeiro
Lino Pereira Ribeiro

Anos de 1917-19

Manuel de Araújo Pereira
Joaquim da Silva Freitas

Bernardino de Sousa Ribeiro
Francisco Ribeiro de Azevedo

Ano de 1919

Joaquim Martins Barbosa
Manuel José Nogueira
Cristino Joaquim Alves

Anos de 1920-22

Joaquim Martins Barbosa
Manuel José Nogueira
Cristino Joaquim Alves
António José Nogueira

Ano de 1923

Bernardino José de Sousa Fernandes
Francisco Ribeiro de Azevedo
Manuel Dias de Sá
Venâncio José Dias Gomes

Anos de 1924-26

Bernardino José de Sousa Fernandes
Manuel Dias de Sá
José Pereira Marques
Venâncio José Dias Gomes

Ano de 1926

Bernardino José de Sousa Fernandes
Francisco Ribeiro de Azevedo
Manuel Dias de Sá
Venâncio José Dias Gomes

Ano de 1926⁴¹⁸-33

Joaquim Martins Barbosa
Manuel José Nogueira
Joaquim Correia Amaro

Ano de 1933

Joaquim Martins Barbosa
Manuel José Nogueira
Silvestre de Carvalho⁴¹⁹

Anos de 1936-37

Manuel José Nogueira
Amândio Correia Barbosa
Silvestre de Carvalho

Anos de 1938-45

António José Nogueira
Avelino Rodrigues de Andrade
Silvestre de Carvalho

Anos de 1946-59

Sérgio Marques Nogueira
Tomás Joaquim Correia Amaro
Emílio Alves de Sá

Anos de 1960-61

Miguel Soares
Orlando Machado da Silva Carneiro
Alfredo Teles Nogueira⁴²⁰

418 - A partir de 20 de Agosto de 1926.

419 - Por falecimento de Joaquim Correia Amaro.

420 - Por ter sido nomeado professor efectivo em Vila Nova de Gaia (Mafamude), pede a exoneração em Outubro de 1961.

Anos de 1961-63

Miguel Soares
Orlando Machado da Silva Carneiro
Mário Pereira Sampaio

Anos de 1964-67

Bernardino Cardoso
Fernando Correia Ribeiro de Azevedo
Delfim Amadeu da Silva Pereira Guimarães

Anos de 1968-71

Bernardino Cardoso
Fernando Correia Ribeiro de Azevedo
Óscar Correia de Carvalho

Anos de 1972-74

Manuel Azevedo Mendes de Carvalho
Armindo Vieira da Rocha Pinheiro
Manuel da Silva

Anos de 1974-76

Manuel Correia Marques
Fernando Correia Ribeiro de Azevedo
Luís Gonzaga da Costa Vaz

Anos de 1977-79

Manuel Correia Marques
Amadeu José Alves de Sá
Álvaro Lemos Dias

Anos de 1980-82

Manuel Correia Marques

José Miguel Tinoco Sampaio
Amadeu José Alves de Sá

Ano de 1983

Manuel Correia Marques
António Cândido Viana Ribeiro
Guilhermino dos Anjos

Anos de 1984-86

António Cândido Viana Ribeiro
José Miguel Tinoco Sampaio
Guilhermino dos Anjos

Anos de 1986-89

José Rodrigues do Rego
António Cândido Viana Ribeiro
Guilhermino dos Anjos

Anos de 1990-93

José Rodrigues do Rego
Manuel Alcino Moreira Gomes Ribeiro
Guilhermino dos Anjos

Anos de 1994-97

Manuel da Silva Cunha
Manuel Alcino Moreira Gomes Ribeiro
Amadeu José Alves de Sá

Anos de 1998-2001

Manuel da Silva Cunha
Manuel Alcino Moreira Gomes Ribeiro
Amadeu José Alves de Sá

ANEXO 9
SÉRIES ANUAIS DE BAPTIZADOS, CASAMENTO E ÓBITOS DE
SÃO MARTINHO DE AVIDOS (1623 - 1995)

Ano	Baptizados								Casamentos Geral	Óbitos	
	Sexo masculino				Sexo feminino						
	Legit.	Ilegit.	Enjeit.	Total	Legit.	Ilegit.	Enjeit.	Total			
1623	0	0	0	0	2	1	0	3	3	0	0
1624	0	0	0	0	1	1	0	2	2	0	0
1625	0	1	0	1	2	0	0	2	3	0	0
1626	2	0	0	2	0	0	0	0	2	0	0
1627	0	0	0	0	1	1	0	2	2	0	2
1628	0	0	0	0	2	0	0	2	2	0	2
1629	2	0	0	2	1	0	0	1	3	0	0
1630	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1
1631	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	1
1632	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	8
1633	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1634	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
1635	1	1	0	2	0	0	0	0	2	0	3
1636	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
1637	1	0	0	1	1	0	0	1	2	0	3
1638	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1639	2	1	0	3	2	0	0	2	5	0	4
1640	2	1	0	3	0	1	0	1	4	0	3
1641	0	0	0	0	3	0	0	3	3	0	2
1642	1	2	0	3	2	2	0	4	7	0	2
1643	2	0	0	2	3	0	0	3	5	0	2
1644	3	0	0	3	4	0	0	4	7	0	3
1645	0	0	0	0	2	0	0	2	2	0	3
1646	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
1647	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
1648	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0
1649	0	0	0	0	2	0	0	2	2	0	0
1650	1	0	0	1	2	0	0	2	3	0	3
1651	1	0	0	1	0	2	0	2	3	0	3
1652	1	2	0	3	0	0	0	0	3	0	1
1653	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	2
1654	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	1
1655	1	0	0	1	2	1	0	3	4	0	3
1656	1	0	0	1	4	1	0	5	6	0	6
1657	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3

1658	5	0	0	5	0	0	0	0	5	0	3
1659	3	1	0	4	1	0	0	1	5	0	9
1660	2	0	0	2	3	0	0	3	5	1	6
1661	3	0	0	3	3	0	0	3	6	0	3
1662	2	1	0	3	2	0	0	2	5	0	3
1663	3	0	0	3	5	1	0	6	9	1	3
1664	2	0	0	2	5	2	0	7	9	1	5
1665	2	0	0	2	1	0	0	1	3	2	9
1666	3	0	0	3	1	0	0	1	4	1	1
1667	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
1668	1	1	0	2	0	0	0	0	2	0	3
1669	3	0	0	3	3	0	0	3	6	0	2
1670	4	0	0	4	2	2	0	4	8	2	2
1671	3	0	0	3	4	0	0	4	7	1	4
1672	3	0	0	3	1	0	0	1	4	0	5
1673	3	0	0	3	4	0	0	4	7	1	9
1674	2	0	0	2	5	1	0	6	8	0	6
1675	1	1	0	2	4	3	0	7	9	0	1
1676	5	0	0	5	3	0	0	3	8	0	1
1677	3	0	0	3	3	0	0	3	6	1	1
1678	2	0	0	2	0	0	0	0	2	1	3
1679	4	0	0	4	4	0	0	4	8	1	5
1680	2	0	0	2	2	1	0	3	5	2	4
1681	1	1	0	2	2	0	0	2	4	1	4
1682	6	0	0	6	4	0	0	4	10	3	2
1683	1	0	0	1	0	0	0	0	1	3	0
1684	3	0	0	3	3	1	0	4	7	1	4
1685	3	0	0	3	6	1	0	7	10	3	2
1686	4	0	0	4	5	0	0	5	9	3	5
1687	0	0	0	0	3	2	0	5	5	2	2
1688	2	0	0	2	3	0	0	3	5	1	3
1689	2	0	0	2	6	0	0	6	8	0	5
1690	5	3	0	8	1	0	0	1	9	0	0
1691	1	0	0	1	3	0	0	3	4	2	4
1692	3	1	0	4	6	1	0	7	11	1	0
1693	5	0	0	5	2	0	0	2	7	3	4
1694	7	0	0	7	1	0	0	1	8	4	3
1695	3	0	0	3	3	0	0	3	6	0	3
1696	4	1	0	5	3	2	0	5	10	0	3
1697	5	0	0	5	3	0	0	3	8	2	2
1698	1	0	0	1	3	0	0	3	4	3	1
1699	5	1	0	6	3	0	0	3	9	1	5

1700	8	0	0	8	6	1	0	7	15	1	1
1701	3	3	0	6	4	0	0	4	10	1	4
1702	2	0	0	2	2	2	0	4	6	2	5
1703	6	0	0	6	4	1	0	5	11	0	5
1704	4	0	0	4	2	0	0	2	6	1	3
1705	1	0	0	1	3	2	0	5	6	1	6
1706	2	0	0	2	5	0	0	5	7	1	5
1707	3	0	0	3	1	1	1	3	6	2	3
1708	1	1	1	3	1	0	0	1	4	0	6
1709	1	1	0	2	4	1	0	5	7	1	2
1710	0	0	0	0	4	0	0	4	4	1	6
1711	4	0	0	4	2	0	1	3	7	0	7
1712	2	0	0	2	2	1	0	3	5	3	3
1713	1	0	0	1	3	1	0	4	5	0	6
1714	2	0	0	2	7	0	0	7	9	0	6
1715	1	1	0	2	1	0	0	1	3	1	8
1716	2	0	0	2	1	0	0	1	3	1	2
1717	1	1	0	2	3	0	0	3	5	1	3
1718	1	0	0	1	3	0	0	3	4	0	2
1719	3	0	0	3	4	0	0	4	7	2	4
1720	1	0	0	1	2	0	0	2	3	3	6
1721	5	1	0	6	1	1	0	2	8	3	4
1722	6	0	0	6	2	0	0	2	8	1	4
1723	3	0	0	3	2	0	0	2	5	0	4
1724	5	0	0	5	4	1	0	5	10	2	5
1725	5	0	0	5	4	1	0	5	10	1	6
1726	2	0	0	2	4	0	0	4	6	0	5
1727	1	0	0	1	5	0	0	5	6	1	6
1728	3	1	0	4	2	0	0	2	6	2	9
1729	4	1	0	5	2	1	0	3	8	1	5
1730	2	1	0	3	3	0	0	3	6	2	3
1731	2	1	0	3	4	0	0	4	7	0	5
1732	3	2	0	5	4	0	0	4	9	3	5
1733	3	1	0	4	3	0	0	3	7	2	1
1734	5	0	0	5	3	0	0	3	8	1	1
1735	1	0	0	1	0	1	0	1	2	1	7
1736	4	0	0	4	6	0	0	6	10	4	1
1737	1	1	0	2	2	0	0	2	4	1	8
1738	3	1	0	4	5	1	0	6	10	0	8
1739	1	0	0	1	3	0	0	3	4	2	4
1740	3	0	0	3	2	1	0	3	6	2	5
1741	3	0	0	3	0	0	0	0	3	0	3

1742	7	0	0	7	2	1	0	3	10	4	7
1743	4	1	0	5	1	0	0	1	6	1	8
1744	1	2	0	3	2	0	0	2	5	0	3
1745	3	1	0	4	2	1	0	3	7	0	6
1746	1	0	0	1	3	0	0	3	4	0	5
1747	0	1	0	1	3	2	0	5	6	2	5
1748	2	1	0	3	2	0	0	2	5	1	8
1749	3	0	0	3	0	1	0	1	4	1	4
1750	1	1	0	2	4	0	1	5	7	1	3
1751	5	0	0	5	1	0	0	1	6	2	5
1752	2	0	0	2	3	1	0	4	6	1	13
1753	4	0	0	4	0	1	0	1	5	1	3
1754	0	1	0	1	3	0	0	3	4	1	4
1755	2	0	0	2	1	0	0	1	3	0	4
1756	2	0	0	2	5	0	0	5	7	0	4
1757	3	0	0	3	0	0	1	1	4	1	5
1758	2	0	0	2	1	0	0	1	3	2	4
1759	2	1	0	3	0	0	0	0	3	0	9
1760	1	0	0	1	3	0	0	3	4	4	5
1761	4	0	0	4	1	0	0	1	5	1	7
1762	3	0	0	3	3	0	0	3	6	4	6
1763	2	1	0	3	4	0	0	4	7	2	3
1764	3	0	0	3	6	0	0	6	9	3	6
1765	5	1	0	6	4	0	0	4	10	3	6
1766	8	2	0	10	4	0	0	4	14	1	6
1767	4	0	0	4	4	1	0	5	9	4	7
1768	8	0	1	9	4	1	0	5	14	1	5
1769	6	0	0	6	7	1	0	8	14	1	2
1770	2	0	0	2	4	0	0	4	6	3	3
1771	8	0	0	8	8	0	0	8	16	3	2
1772	8	2	0	10	3	1	0	4	14	0	2
1773	3	1	0	4	5	0	0	5	9	0	6
1774	6	0	0	6	6	0	0	6	12	2	1
1775	6	0	0	6	5	0	0	5	11	3	8
1776	7	0	0	7	4	0	0	4	11	0	10
1777	4	0	1	5	5	0	0	5	10	0	5
1778	7	0	0	7	4	1	0	5	12	2	6
1779	4	0	0	4	5	0	1	6	10	1	9
1780	6	0	0	6	6	0	0	6	12	1	15
1781	3	0	0	3	9	0	0	9	12	2	2
1782	6	0	0	6	3	0	1	4	10	2	17
1783	4	0	0	4	12	0	0	12	16	2	2

1784	7	0	0	7	6	0	0	6	13	7	1
1785	8	0	0	8	9	0	0	9	17	0	6
1786	10	0	0	10	6	1	0	7	17	1	5
1787	6	1	0	7	6	1	0	7	14	4	3
1788	7	0	1	8	9	0	0	9	17	1	2
1789	4	0	0	4	4	0	0	4	8	1	7
1790	7	0	0	7	5	0	1	6	13	3	0
1791	8	0	0	8	6	0	0	6	14	0	10
1792	5	1	0	6	5	0	0	5	11	1	3
1793	7	0	0	7	2	1	0	3	10	7	8
1794	6	0	0	6	6	0	0	6	12	9	6
1795	11	0	0	11	10	0	0	10	21	3	4
1796	7	1	0	8	4	0	0	4	12	2	6
1797	7	0	0	7	2	0	0	2	9	2	3
1798	6	0	0	6	4	2	0	6	12	2	5
1799	6	0	1	7	6	0	0	6	13	0	6
1800	6	0	0	6	4	2	0	6	12	3	7
1801	6	1	0	7	5	0	3	8	15	1	5
1802	5	0	0	5	3	0	0	3	8	0	8
1803	4	0	1	5	4	0	0	4	9	2	6
1804	6	0	0	6	9	1	0	10	16	2	11
1805	9	1	0	10	6	1	0	7	17	2	9
1806	4	0	0	4	4	0	0	4	8	2	12
1807	2	1	1	4	8	0	1	9	13	3	9
1808	3	0	0	3	8	1	0	9	12	0	6
1809	6	1	2	9	4	0	0	4	13	3	8
1810	1	2	1	4	4	0	0	4	8	0	11
1811	6	0	0	6	4	1	0	5	11	3	4
1812	2	0	1	3	6	1	0	7	10	0	5
1813	2	0	0	2	3	0	1	4	6	3	5
1814	5	1	0	6	3	0	0	3	9	2	2
1815	4	0	0	4	4	0	0	4	8	3	7
1816	8	1	0	9	6	1	0	7	16	0	6
1817	3	0	0	3	6	0	0	6	9	2	5
1818	4	0	0	4	9	0	0	9	13	1	8
1819	7	0	0	7	5	0	0	5	12	5	4
1820	5	0	0	5	8	1	0	9	14	4	10
1821	8	0	0	8	6	0	0	6	14	1	7
1822	3	0	1	4	8	0	0	8	12	2	10
1823	2	0	0	2	4	0	0	4	6	1	5
1824	6	0	0	6	6	0	0	6	12	3	4
1825	4	0	2	6	7	1	1	9	15	4	6

1826	5	1	0	6	4	0	0	4	10	3	7
1827	5	0	0	5	5	0	0	5	10	1	10
1828	4	0	0	4	10	0	0	10	14	5	4
1829	10	1	0	11	4	0	0	4	15	2	8
1830	6	2	0	8	7	1	0	8	16	2	13
1831	8	1	0	9	8	2	0	10	19	0	13
1832	5	1	0	6	2	1	0	3	9	1	9
1833	7	0	0	7	3	0	0	3	10	1	14
1834	4	0	0	4	6	3	0	9	13	0	3
1835	4	2	0	6	5	0	0	5	11	2	7
1836	4	1	0	5	9	0	0	9	14	3	3
1837	6	1	0	7	4	1	0	5	12	2	8
1838	7	0	0	7	4	0	1	5	12	3	6
1839	7	0	0	7	4	0	0	4	11	2	5
1840	11	1	0	12	8	1	0	9	21	1	4
1841	5	1	0	6	8	1	0	9	15	1	14
1842	8	1	0	9	6	2	1	9	18	1	8
1843	9	1	0	10	6	1	0	7	17	1	8
1844	11	1	0	12	5	2	0	7	19	1	0
1845	6	0	0	6	8	1	0	9	15	2	3
1846	7	0	0	7	5	3	0	8	15	0	2
1847	8	0	0	8	5	0	0	5	13	1	5
1848	1	2	0	3	4	0	0	4	7	5	
1849	8	0	0	8	8	2	2	12	20	4	
1850	6	0	0	6	4	1	0	5	11	1	
1851	10	1	0	11	8	2	0	10	21	3	
1852	8	0	0	8	3	0	0	3	11	3	
1853	9	0	0	9	11	0	0	11	20	2	
1854	5	1	0	6	6	1	0	7	13	1	
1855	3	1	0	4	6	0	0	6	10	4	
1856	7	1	0	8	10	0	0	10	18	2	
1857	3	1	1	5	9	1	0	10	15	2	
1858	8	0	0	8	11	2	0	13	21	3	
1859	5	0	0	5	6	1	1	8	13	3	
1860	4	0	0	4	2	1	0	3	7	5	
1861	13	0	1	14	7	0	1	8	22	2	6
1862	3	0	0	3	8	0	0	8	11	1	13
1863	7	1	1	9	5	1	0	6	15	4	8
1864	8	0	0	8	4	0	0	4	12	0	6
1865	11	0	0	11	9	0	0	9	20	4	5
1866	5	2	1	8	6	0	1	7	15	4	13
1867	9	1	0	10	5	0	0	5	15	3	7

1868	8	1	0	9	4	0	0	4	13	7	12
1869	3	0	1	4	3	0	0	3	7	2	8
1870	10	0	0	10	4	1	0	5	15	1	4
1871	11	1	0	12	7	1	0	8	20	2	4
1872	1	0	0	1	3	0	0	3	4	1	6
1873	7	1	0	8	2	1	0	3	11	2	12
1874	4	0	1	5	8	1	0	9	14	1	6
1875	8	1	0	9	6	2	0	8	17	8	7
1876	6	0	0	6	3	0	0	3	9	2	12
1877	4	0	0	4	7	1	0	8	12	5	13
1878	7	1	0	8	3	1	0	4	12	4	5
1879	2	0	0	2	4	1	0	5	7	3	6
1880	8	0	0	8	10	2	0	12	20	4	7
1881	5	0	0	5	2	1	0	3	8	0	6
1882	8	1	0	9	8	2	0	10	19	4	4
1883	9	0	0	9	4	0	0	4	13	6	5
1884	6	1	0	7	5	0	1	6	13	6	4
1885	9	1	0	10	6	0	0	6	16	7	5
1886	10	1	0	11	8	0	0	8	19	0	4
1887	11	1	0	12	6	0	0	6	18	6	18
1888	5	0	0	5	7	2	0	9	14	3	14
1889	10	0	0	10	8	0	0	8	18	1	6
1890	8	0	0	8	12	1	0	13	21	3	4
1891	8	0	0	8	6	4	0	10	18	4	16
1892	12	2	0	14	10	0	0	10	24	5	7
1893	9	3	0	12	10	0	0	10	22	3	12
1894	8	2	0	10	8	1	0	9	19	3	6
1895	5	0	0	5	6	1	0	7	12	4	10
1896	9	1	0	10	11	1	0	12	22	4	19
1897	8	0	0	8	5	2	0	7	15	4	5
1898	3	1	0	4	9	2	0	11	15	5	11
1899	8	0	0	8	5	1	0	6	14	5	11
1900	9	1	0	10	6	0	0	6	16	2	4
1901	5	0	0	5	5	1	0	6	11	3	6
1902	5	0	0	5	10	1	0	11	16	5	12
1903	9	0	0	9	7	1	0	8	17	7	4
1904	12	2	0	14	5	0	0	5	19	9	7
1905	5	1	0	6	7	1	0	8	14	2	10
1906	9	1	0	10	6	1	0	7	17	4	7
1907	6	0	0	6	6	1	0	7	13	9	10
1908	6	1	0	7	4	1	0	5	12	6	15
1909	7	3	0	10	8	1	0	9	19	5	2

1910	9	0	0	9	8	0	0	8	17	6	7
1911	8	0	0	8	6	0	0	6	14	4	12
1912	8	0	0	8	6	0	0	6	14	4	11
1913	4	0	0	4	10	0	0	10	14	8	11
1914	12	0	0	12	7	0	0	7	19	7	14
1915	10	1	0	11	9	1	0	10	21	7	14
1916	6	1	0	7	11	1	0	12	19	10	15
1917	15	1	0	16	10	1	0	11	27	4	16
1918	8	0	0	8	7	1	0	8	16	4	20
1919	5	1	0	6	14	0	0	14	20	3	12
1920	7	0	0	7	8	0	0	8	15	4	14
1921	11	2	0	13	8	1	0	9	22	6	12
1922	11	1	0	12	8	0	0	8	20	4	6
1923	9	0	0	9	6	2	0	8	17	5	24
1924	14	2	0	16	3	1	0	4	20	9	11
1925	3	3	0	6	11	1	0	12	18	8	17
1926	7	0	0	7	15	1	0	16	23	2	10
1927	11	1	0	12	12	1	0	13	25	3	7
1928	10	3	0	13	6	1	0	7	20	10	9
1929	12	1	0	13	14	1	0	15	28	7	8
1930	7	0	0	7	10	0	0	10	17	2	6
1931	10	1	0	11	14	1	0	15	26	3	16
1932	18	1	0	19	8	1	0	9	28	8	8
1933	18	1	0	19	4	0	0	4	23	12	14
1934	8	1	0	9	10	0	0	10	19	6	9
1935	17	1	0	18	7	2	0	9	27	5	18
1936	15	1	0	16	8	0	0	8	24	9	9
1937	13	0	0	13	9	1	0	10	23	6	10
1938	15	0	0	15	5	0	0	5	20	7	14
1939	12	0	0	12	10	0	0	10	22	9	10
1940	15	0	0	15	6	0	0	6	21	6	9
1941	9	0	0	9	12	0	0	12	21	4	19
1942	13	0	0	13	5	0	0	5	18	6	19
1943	9	0	0	9	11	0	0	11	20	6	13
1944	15	1	0	16	6	0	0	6	22	8	13
1945	11	0	0	11	10	0	0	10	21	13	6
1946	17	2	0	19	7	1	0	8	27	5	14
1947	7	0	0	7	11	0	0	11	18	15	10
1948	18	1	0	19	6	0	0	6	25	9	7
1949	17	0	0	17	10	0	0	10	27	8	11
1950	10	0	0	10	15	0	0	15	25	14	11
1951	23	1	0	24	12	0	0	12	36	12	15

1952	18	1	0	19	12	1	0	13	32	17	15
1953	19	1	0	20	15	1	0	16	36	18	14
1954	16	0	0	16	22	2	0	24	40	18	12
1955	15	1	0	16	17	0	0	17	33	15	11
1956	14	0	0	14	19	2	0	21	35	11	13
1957	11	1	0	12	17	0	0	17	29	9	14
1958	23	0	0	23	10	2	0	12	35	13	14
1959	9	0	0	9	17	0	0	17	26	21	13
1960	19	1	0	20	12	1	0	13	33	22	13
1961	23	0	0	23	18	0	0	18	41	21	11
1962	22	0	0	22	18	1	0	19	41	16	12
1963	33	1	0	34	17	0	0	17	51	16	9
1964	27	1	0	28	11	0	0	11	39	12	19
1965	32	0	0	32	17	0	0	17	49	17	12
1966	26	0	0	26	27	0	0	27	53	18	7
1967	21	0	0	21	13	0	0	13	34	17	6
1968	27	0	0	27	23	0	0	23	50	12	11
1969	20	1	0	21	20	0	0	20	41	16	17
1970	20	0	0	20	20	0	0	20	40	18	11
1971	23	0	0	23	17	1	0	18	41	26	11
1972	13	1	0	14	15	0	0	15	29	22	10
1973	17	0	0	17	19	3	0	22	39	26	10
1974	18	5	0	23	17	5	0	22	45	21	5
1975	14	6	0	20	11	3	0	14	34	27	10
1976	20	3	0	23	14	2	0	16	39	44	8
1977	9	3	0	12	20	4	0	24	36	30	12
1978	17	2	0	19	15	5	0	20	39	21	8
1979	18	3	0	21	21	2	0	23	44	23	15
1980	24	3	0	27	16	3	0	19	46	26	9
1981	19	5	0	24	16	2	0	18	42	21	14
1982	17	4	0	21	17	4	0	21	42	24	11
1983	19	4	0	23	19	4	0	23	46	21	12
1984	16	9	0	25	18	2	0	20	45	26	6
1985	17	1	0	18	14	2	0	16	34	10	7
1986	13	0	0	13	8	0	0	8	21	20	10
1987	13	0	0	13	6	0	0	6	19	20	8
1988	10	0	0	10	8	0	0	8	18	28	10
1989	11	0	0	11	8	0	0	8	19	14	8
1990	7	0	0	7	13	0	0	13	20	25	4
1991	12	0	0	12	6	0	0	6	18	26	9
1992	8	2	0	10	8	1	0	9	19	22	9
1993	12	1	0	13	12	2	0	14	27	23	14
1994	14	0	0	14	7	1	0	8	22	19	13
1995	4	1	0	5	6	1	0	7	12	12	7

APÊNDICE GENEALÓGICO

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Domingas	335	25/08/1599						
Francisco	1139	03/07/1616						
António	1139	07/03/1617						
Luísa	2648	28/05/1623						
Isabel	2650	02/02/1623						
Margarida	2759	20/01/1623						
Ângela	308	12/05/1624						
Maria	2760	21/02/1624						
Ana	2650	20/04/1625						
António	2761	24/04/1625						
Indetermin.	720	23/07/1625						
Domingos	902	08/03/1626						
Estevão	954	28/12/1626						
Maria	2166	07/02/1627						
Maria	2760	21/02/1627						
Isabel	311	25/06/1628						
Isabel	1139	15/12/1628						02/11/1632
Maria	902	27/06/1629						
Domingos	970	27/10/1629						
Manuel	2650	17/10/1629						
António	311	25/12/1630						
Maria	2770	12/09/1631						
Manuel	1234	12/09/1632						
Manuel	970	20/03/1635						
Manuel	2763	01/08/1635						
Domingos	943	21/04/1637						
Maria		27/01/1637						
Maria	307	29/10/1639						
Manuel	313	26/03/1639						
Francisco	1234	07/04/1639						
Domingas	2643	05/12/1639						
Lourenço	2762	12/08/1639						
Manuel	959	20/09/1640						
António	2648	03/11/1640						
Maria	2763	29/12/1640						
Domingos	2776	30/08/1640						
Maria	313	22/09/1641						
Maria	1195	10/03/1641						
Maria Gonçalves	1586	24/02/1641						14/04/1702
Maria Correia	1134	16/11/1642	18/02/1685	453				23/10/1718

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Catarina	1195	18/08/1642						
João	2340	29/06/1642						
Maria	2764	02/02/1642						
Maria	2765	22/03/1642						
Manuel	2766	16/04/1642						
Ambrósio	2767	30/12/1642						
Madalena	309	21/04/1643						
Maria	1134	28/09/1643						
Salvador	1234	27/05/1643						
Domingas Araújo	2340	08/03/1643	16/01/1670	1133				12/02/1720
António	2643	02/02/1643						
Agostinho	313	24/04/1644						
Manuel	919	30/06/1644						
Maria	959	16/01/1644						
Francisco	1195	25/02/1644						
Catarina	1586	31/01/1644						
Maria	2340	10/01/1644						
Ana	2648	17/05/1644						
Custódia Correia	1134	05/09/1645	07/09/1665	1642				06/10/1720
Maria	2643	01/04/1645						
Maria	2768	25/11/1648						
Maria Fernandes	171	22/08/1649	22/05/1678	2712				18/07/1703
Maria	2340	01/11/1649						
Maria	310	24/04/1650						
Isabel	938	06/02/1650						
Francisco	959	02/02/1650						
António	2340	29/10/1651						
Ana	2771	24/09/1651						
Maria	2771	24/09/1651						
Francisco	2340	03/02/1652						
Manuel	2761	23/02/1652						
Manuel	2772	03/02/1652						
Catarina Gonçalves	938	01/01/1653	08/02/1682	2331				15/01/1750
Maria	2769	24/02/1654						
Catarina	310	09/03/1655						09/11/1722
Margarida	959	13/02/1655						
Bento	2340	29/03/1655						
Maria	2773	11/04/1655						
Isabel	931	02/03/1656						
Margarida	938	27/04/1656						
Isabel	1088	01/11/1656						

S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Avo

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Maria	2340	11/02/1656						
Pedro	2566	01/06/1656						
Ana	2774	03/05/1656						
Francisco	310	01/12/1658						
António	314	17/03/1658						
Manuel	931	23/04/1658						
António	939	11/03/1658						20/11/1674
Manuel Francisco	2721	01/12/1658	19/01/1693	2324				
António	310	19/01/1659						
Manuel	1195	03/04/1659						
Maria Gomes	2502	25/03/1659	03/07/1694	910				20/03/1732
Baltazar	2566	11/01/1659						21/10/1668
Ambrósio	2775	18/05/1659						
Maria Pereira	865	25/02/1660	28/07/1687	150				
Domingos	959	03/01/1660						
Jerónima Correia	1134	24/08/1660	21/01/1686	2280				22/09/1738
Maria	2502	09/05/1660						
Domingos	2508	02/12/1660						
Catarina	138	18/04/1661						
Susana	310	08/11/1661						
Ana Antónia	314	18/10/1661	24/10/1683	2341				
Domingos Marques	427	12/06/1661						10/03/1686
Manuel	2340	15/05/1661						
Manuel	2508	30/09/1661						
António	1134	11/06/1662						
Maria	1611	21/02/1662						
Isabel Gomes	2502	23/04/1662	26/02/1685	900				
Pedro	2649	15/03/1662						
Manuel	2778	26/08/1662						
Ana Gomes	138	15/01/1663	26/06/1698	2713				
Madalena Gonçalves	314	01/11/1663	25/10/1682	781				
Manuel	427	23/12/1663						
Domingas	865	26/06/1663						
Manuel	912	29/10/1663						
Domingas	933	25/09/1663						
Gabriel	955	02/03/1663						09/06/1684
Isabel	1126	14/10/1663						
Maria	2779	18/08/1663						
Isabel	138	11/05/1664						
Manuel	310	24/02/1664						
Domingos	865	16/12/1664						

Apêndice Genealógico

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Custódia Correia	1611	07/10/1664	01/10/1686	1239				30/12/1743
Maria	2340	18/02/1664						
Catarina	2502	11/09/1664						
Maria	2508	02/11/1664						
Maria	2780	19/04/1664						
Maria	2781	11/11/1664						
Manuel Rodrigues Alvares	1089	08/11/1665	19/01/1694	2514				25/09/1732
Custódia Carneira	1586	08/12/1665	19/01/1694	2514				23/12/1737
Domingos	2104	04/03/1665						
Domónio	427	05/08/1666						
Manuel	912	07/04/1666						
Brígida	1095	30/05/1666						
Custódio	2340	25/07/1666						
António	2104	08/11/1668						
Manuel	2782	20/10/1668						
João	138	03/04/1669						
Custódia	933	21/10/1669						
Maria	1642	09/03/1669						
António	2340	11/08/1669						
Ana	2502	14/03/1669						
João	2508	17/03/1669						
Custódia Francisca	955	13/07/1670	16/10/1706	2569				
António	1089	14/09/1670						
Tomé	1095	15/12/1670						
Domingos Ferreira	1095	15/12/1670						
Custódio	1581	16/01/1670						
Catarina Correia	1611	14/07/1670	08/06/1698	1106				
Custódia Araújo	2783	17/07/1670	07/02/1686	1254				31/07/1749
Maria	2784	24/09/1670						
Páscoa	138	12/04/1671						17/12/1730
Maria Francisca	427	10/05/1671	20/08/1698	1305				20/03/1755
Manuel	1241	19/04/1671						
Luís	1642	04/03/1671						
Cipriano	2241	25/03/1671						
Jerónima	2502	04/08/1671						
Isabel Ribeira	2508	19/04/1671	27/08/1704	858				
João	865	20/02/1672						
João	1241	13/09/1672						
Custódia Araújo	1581	10/10/1672	09/05/1712	2244				
Domingos	2347	18/05/1672						
Francisco	427	04/06/1673						

S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Domingos	1089	03/11/1673						
Mariana	1307	30/04/1673						
Manuel	1611	11/03/1673						
Domingas	1642	18/06/1673						
Custódia	2104	16/01/1673						14/03/1697
Custódia Correia	2716	05/02/1673	26/07/1694	1661				
Benta	1133	26/03/1674						
Maria Gomes	1241	21/01/1674	27/02/1702	2333				17/01/1738
Custódio	1580	04/11/1674						
Amaro	2323	21/01/1674						
Isabel	2347	16/09/1674						
Custódia	2439	11/09/1674						
Ana Ribeiro	2508	25/12/1674	05/09/1712	1276				20/05/1747
Natália	2785	23/12/1674						
Catarina	1642	14/03/1675						
Gabriel	2323	19/05/1675						
Maria Ana	2502	23/12/1675						
Custódia	2521	20/10/1675						
Prudência	2716	03/03/1675						
Isabel	2784	07/11/1675						
António	2786	03/03/1675						
Custódia	2787	15/08/1675						
Maria	2788	16/11/1675						
Francisco Gomes	138	06/01/1676	31/03/1707	1136				18/10/1719
Ana	427	04/06/1676						
António	1133	22/12/1676						
Manuel	1307	03/05/1676						
Manuel	1581	10/10/1676						25/04/1696
Isabel Correia	1611	18/07/1676	20/06/1702	844	2474			14/10/1744
Mariana	2347	10/12/1676						
Manuel	2521	26/11/1676						
Isabel	1580	24/08/1677						
Margarida	1642	03/08/1677						
Francisco	2323	20/02/1677						
Francisco	2439	14/04/1677						
Tomás	2508	09/03/1677						
Joana Ferreira Correia	2716	21/11/1677	18/02/1699	1769				
Manuel	2521	23/05/1678						
Manuel	2694	29/05/1678						
Manuel	427	07/05/1679						
Francisco	1133	25/02/1679						09/02/1691

Apêndice Genealógico

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Maria	1307	09/03/1679						
Manuel	2347	07/11/1679						
Rafael	2439	10/05/1679						
Catarina Ribeiro	2508	24/04/1679	02/07/1707	2692				
Manuel	2694	17/11/1679						
Maria Francisca	2712	29/05/1679	20/05/1710	862				07/04/1712
Maria	1611	10/02/1680						
João	1642	19/11/1680						
Úrsula	2712	27/10/1680						
Manuel	2716	31/03/1680						
Domingas Silva	2789	20/08/1680			2606			
João	1133	09/03/1681						
Maria	1241	23/02/1681						
Custódia	2198	26/11/1681						
Manuel Costa	2790	12/10/1681						
Ana Araújo	1133	31/12/1682	15/06/1721	2142				21/06/1767
Catarina	1241	22/03/1682						
António	1307	04/04/1682						
Joaquim	2199	17/05/1682						
Miguel	2347	29/09/1682						
António	2439	15/04/1682						
António	2502	26/03/1682						
Úrsula	2508	23/05/1682						
Francisco	2567	25/01/1682						05/11/1704
Custódia	2712	15/04/1682						
Manuel	2198	07/03/1683						
Joana	428	02/01/1684						
Francisco Correia	843	09/03/1684	02/09/1722	1116				04/07/1726
Teresa	1307	05/11/1684						
Francisco	2199	04/05/1684						28/06/1706
Maria Araújo	2567	06/08/1684	26/04/1705	2604				
Manuel	2712	02/01/1684						
Maria	2791	29/10/1684						
Brígida	843	25/12/1685						
Eugénia Araújo	1133	05/04/1685	31/03/1707	1136				
Isabel	1241	15/07/1685						
João	1581	04/03/1685						
Maria Araújo a Camela	2198	04/02/1685	02/08/1722	1116				17/04/1731
Francisco	2198	27/10/1685						28/06/1706
Maria Antónia	2341	06/05/1685	21/07/1729	2113				25/03/1759
Gabriel	2347	14/10/1685						

S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Isabel	2439	25/01/1685						
Custódia	2792	18/01/1685						
Manuel Fernandes	428	10/03/1686	09/10/1719	2286				07/11/1741
António	453	18/02/1686						
Josefina	453	08/02/1686						
Custódia	843	12/12/1686						
Gabriel	1254	24/11/1686						
Josefina Araújo	2199	23/05/1686	25/03/1719	1213				
Maria	2280	13/11/1686						
Madalena	2439	25/02/1686						15/10/1705
Francisco	2712	17/02/1686						10/10/1704
Domingas	1241	21/08/1687						
Catarina	1307	19/05/1687						
Madalena Dias	2567	01/04/1687	03/01/1721	2454				
Maria	2788	11/04/1687						
Mariana	2793	05/04/1687						
Maria	150	04/01/1688					2813	27/04/1715
Francisco	920	22/08/1688						
Conceição Araújo	2198	11/12/1688	02/07/1736	1017				
Manuel Gonçalves	2341	30/05/1688						15/10/1710
Ana	2712	25/07/1688						
Cristovão	490	15/05/1689						
Maria	932	07/04/1689						13/04/1749
Ana	1241	15/05/1689						
Alexandre	1307	17/10/1689						
Jerónima	1642	25/03/1689						
Maria	2199	05/04/1689						
Joana	2280	12/06/1689						03/03/1708
Úrsula Araújo Marques	2439	09/06/1689	09/10/1719	2286				28/09/1775
Manuel	150	16/04/1690						
António Marques	428	02/02/1690		430	431			16/10/1752
Maria	453	18/01/1690						04/10/1715
Manuel	920	03/08/1690						
Manuel Dias Araújo	2567	23/04/1690						09/05/1742
António	2712	15/10/1690						
Manuel	2794	23/04/1690						
António	2795	23/06/1690						
António	2796	10/12/1690						
Maria	490	17/04/1691						11/02/1713
Maria	913	30/09/1691						
Bernardo Araújo	2198	03/06/1691	19/08/1724	771				

Apêndice Geneológico

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Domingas	2341	27/02/1691						23/11/1710
Maria	429	18/11/1692						
Catarina Correia	453	04/07/1692	06/03/1728	2522				27/01/1780
Custódia	490	19/10/1692					2815	
José	843	21/03/1692						
Luísa Andrade	920	05/02/1692	27/07/1724	857				
Catarina Dias	932	13/04/1692	14/01/1720	1192				
Mariana Correia	1115	27/04/1692	11/07/1727	2266				10/03/1766
Manuel	2280	20/01/1692						
João	2712	13/07/1692						
Ambrósio	2788	16/04/1692						
Teresa	2797	28/12/1692						
Luís Marques	428	18/10/1693	15/06/1721	2142				24/10/1724
Pedro	1307	08/10/1693						
Maria	2200	13/09/1693						05/11/1738
Josefa Marques	2439	23/03/1693	08/04/1720	510				22/11/1773
André	2443	22/02/1693						
Manuel	2514	18/10/1693						
Domingos	2567	02/05/1693						
Manuel	429	09/02/1694						
Raimundo	453	03/04/1694						05/10/1721
José	843	03/05/1694						
Domingos	913	03/01/1694						
Mariana Correia	920	26/12/1694	31/01/1737	2121				14/09/1752
André	932	05/11/1694						
Domingos	1115	08/04/1694						
João	2280	09/11/1694						
Josefa Silva	978	24/02/1695	04/05/1732					
Manuel	1587	27/09/1695						
Luísa	2200	03/05/1695						18/10/1760
João	2242	09/01/1695						
Benta	2341	22/03/1695						07/02/1765
Manuel		31/07/1695						
Sebastiana	429	23/01/1696						13/12/1720
Maria	910	15/09/1696						28/06/1708
João	920	17/12/1696						03/09/1710
Henrique	1115	23/09/1696						
Manuel	2242	25/11/1696						
Catarina Marques	2439	10/06/1696	31/01/1734	1565	244			29/09/1773
Manuel	2644	02/12/1696						
Angélica	2796	03/06/1696						

S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Francisca	2798	21/01/1696						
João	2799	22/10/1696						
Catarina	453	23/06/1697						
Manuel	843	01/09/1697						
Domingas	932	14/08/1697						12/01/1716
Maria	978	19/02/1697						
Domingos	1587	18/08/1697						
Baptista	2200	01/12/1697						26/12/1735
António	2280	29/08/1697						
António	2567	03/03/1697						
Catarina	429	09/09/1698						29/11/1720
Afonso	910	11/05/1698						
Teresa	1115	05/10/1698						23/08/1773
Custódia Correia	1564	09/01/1698	18/05/1720	2269				
Manuel Dias	1135	21/04/1699	18/05/1720	2269				
Maria	1182	03/09/1699						
Mariana Correia	1564	20/08/1699	14/06/1720	243				13/03/1735
Eugénia	2200	02/02/1699						
António	2242	08/03/1699						20/10/1708
António	2341	13/09/1699						
Manuel	2606	02/08/1699						
Francisco	2644	06/06/1699						
Gabriel	2788	11/01/1699						
Joana	429	21/09/1700						
Constantina	453	03/06/1700						
António Silva	509	25/07/1700	31/08/1733	512				14/08/1768
Manuel	910	16/05/1700						
João	920	21/02/1700						
Manuel	932	05/09/1700						
Mariana	978	31/07/1700						
Maria	1115	10/04/1700						
Maria	1587	03/12/1700						
Manuel	1661	06/06/1700						
Brites	1769	16/05/1700						
António	2200	27/12/1700						27/12/1720
António	2280	24/04/1700						
Joana	2567	25/06/1700						
Josefa	2801	10/06/1700						
Jerónima	843	21/11/1701					2817	29/09/1740
Magda	913	03/04/1701						
Manuel	1135	17/02/1701						

Apêndice Geneológico

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Joana	1182	25/09/1701						
Matias	2200	24/02/1701						
Maria	2242	21/08/1701						
Pedro	2280	02/07/1701						
Francisco	2788	12/03/1701						
António	2788	12/03/1701						
Francisco	2802	19/01/1701						
João	429	19/12/1702						
Catarina	973	23/05/1702						
Manuel	1564	16/08/1702						
Esperança	1661	15/05/1702						04/07/1711
Custódia	2801	02/07/1702						
Ana	2803	16/10/1702						
Domingos	910	15/02/1703						
Custódio	978	02/04/1703						
António	1115	09/12/1703						
Custódia	1638	17/01/1703						
Custódio	1661	30/12/1703						
Micaela	1769	04/10/1703						
Manuel	2200	19/02/1703						
Ana	2341	18/01/1703						
António	2333	26/07/1703						
Serafina	2644	31/01/1703						
Ana	2803	26/10/1703						
Santos	910	04/11/1704						
Manuel	1182	22/01/1704						
Manuel	1638	08/09/1704						
Manuel	2200	24/06/1704						
Joana	2242	03/07/1704						
Custódia	2280	01/03/1704						
Manuel	429	30/03/1705						
Joana Araújo	978	22/11/1705	06/02/1732	1582				
Custódia	2341	01/01/1705						
Catarina	2644	13/06/1705						02/06/1759
Custódia	2810	27/11/1705						
Custódia		27/11/1705					2824	
Isabel	509	14/11/1706						06/09/1714
Custódia	932	01/11/1706						
Custódia	1115	26/03/1706						
Catarina Correia	1661	28/09/1706	04/07/1740	2116				30/01/1743
Maria	2200	08/03/1706						12/01/1713

S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Francisco	2333	31/10/1706						
Afonso	2516	13/10/1706						
Manuel	429	17/08/1707						23/10/1720
Maria	1136	07/08/1707						
João	1638	25/11/1707						08/05/1731
Francisco	2242	08/03/1707						
Mariana		30/04/1707						
Dionísia	2807	15/05/1707						
Francisco Correia	1115	13/05/1708						
Luzia	2200	13/12/1708						
Domingos	2788	19/08/1708						
Tomás		07/03/1708						
Brígida Silva	978	28/04/1709	12/01/1742	1716			2827	18/10/1780
Ana	1661	14/03/1709						
Maria	2607	07/12/1709						
Ana	2632	17/08/1709						
Manuel	2644	12/06/1709						13/04/1715
João	2809	29/01/1709						
Mariana Araújo	2810	16/02/1709		1269				
Ana	509	26/07/1710						
Domingas	1136	28/04/1710						
Luísa Correia	2242	16/06/1710	27/05/1742	293				
Maria	2333	02/11/1710						14/09/1714
Manuel	862	27/07/1711						27/07/1711
Manuel	1136	20/07/1711						
Maria	1638	07/02/1711						27/05/1731
Custódia	1661	28/10/1711						
João	2200	27/11/1711						
António	2280	21/11/1711						
Rafaela		30/08/1711						
Manuel	862	03/04/1712						03/04/1712
Indetermin.	1136	04/08/1712						
Custódia	2607	23/02/1712						15/07/1714
Manuel	2722	13/11/1712						
Joana	2810	25/01/1712						
Catarina	973	23/01/1713						
João	1136	28/09/1713						
Maria Araújo	1236	25/05/1713					2829	03/05/1759
Rosa	2607	20/04/1713						
Maria	2812	01/01/1713						
Catarina	509	19/11/1714						06/11/1725

Apêndice Genealógico

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Manuel	1178	13/01/1714						
Maria	1178	08/11/1714						
Josefa	1403	06/04/1714						
António	1638	28/05/1714						
Custódia	2242	14/01/1714						
Maria Carneira	2327	29/05/1714	10/08/1740	2181				18/01/1793
Angélica	2333	10/09/1714						
Maria	2722	03/10/1714						
Mariana Correia Sá Araújo	2327	02/06/1715	06/02/1758	222				04/02/1762
Manuel	2607	04/06/1715						
Henrique Machado	2813	25/04/1715	05/11/1736	1269				
José Araújo	1236	16/02/1716	12/01/1742	1716				
Maria	2123	11/07/1716						
Manuel	2327	18/05/1716						
Maria	1276	27/06/1717						01/09/1782
Maria	1403	28/09/1717						
Eugénia	1638	25/08/1717						17/09/1761
Domingos	2722	05/05/1717						30/07/1758
Manuel	2810	21/06/1717						
Ana	1236	04/02/1718						
Sebastiana	1651	15/05/1718						
Manuel	2123	03/09/1718						26/12/1738
Maria	2327	16/05/1718					2831	
Maria Francisca	430	29/10/1719						03/09/1725
João	1178	08/12/1719						
Manuel	1236	28/02/1719						
Domingas Silva	1651	11/12/1719	08/05/1760	1108			2836	07/04/1793
João	2607	19/01/1719						
Josefa	2722	23/01/1719						
Ana Maria Araújo	2722	23/01/1719	16/09/1747	725				
Manuel	1213	08/01/1720						
Teresa Correia	2123	01/04/1720	17/12/1742	1562				25/09/1804
Rosa	2327	17/01/1720						20/10/1745
Manuel	430	24/10/1721						
Francisco	510	18/08/1721						13/03/1725
Domingos	1638	09/01/1721						
Francisco	1651	02/11/1721						
Manuel	2275	29/08/1721						
Joana	2722	17/09/1721						29/08/1724
André	2814	16/01/1721						
Jerónima	2815	21/05/1721						

S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Maria Costa	243	30/03/1722	10/01/1752	1859				28/05/1795
José	1236	16/01/1722						
Manuel	1403	27/01/1722						14/02/1752
Manuel	2142	07/05/1722						
Manuel	2265	12/04/1722						
Custódio	2275	13/11/1722						18/11/1723
Maria	2286	02/04/1722						10/08/1785
António	2327	04/01/1722						
António Marques	430	04/04/1723						18/02/1782
António	510	02/09/1723						
Francisco	2123	04/01/1723						11/04/1724
Custódia Correia	2123	09/11/1723	30/05/1748	776				14/04/1752
Eugénia	2286	06/11/1723						
Joana	243	20/07/1724						14/10/1748
Custódia Marques	430	26/12/1724						18/02/1728
Francisco	1116	10/03/1724						
Mariana	1403	29/01/1724						03/02/1745
Francisco	1638	25/01/1724						
Mariana	1651	09/01/1724						
Custódio	2275	08/04/1724						
Domingos	2327	31/10/1724						
António José Araújo	2722	01/04/1724	31/01/1765	347				16/03/1796
Maria	2815	26/10/1724						06/01/1728
Manuel	510	15/01/1725						
Maria	1116	27/03/1725						
António	1236	09/01/1725						
Maria	1651	20/11/1725						05/07/1747
Ana	2123	06/09/1725						15/11/1738
Francisco	2142	11/05/1725						10/06/1728
Maria	2189	13/04/1725						
Manuel	2286	21/08/1725						
João	2327	21/11/1725						14/03/1726
Micaela	2817	14/07/1725						
Maria	430	21/09/1726						
Custódio	510	06/06/1726						
Francisca	1116	06/08/1726						
Joana	1403	26/01/1726						08/01/1742
Ana	2189	11/06/1726						
António	2275	30/05/1726						
Rosa	1236	28/03/1727						11/12/1728
Angélica Maria Araújo	1403	07/12/1727	31/01/1762	2236				08/12/1762

Apêndice Geneológico

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Eugénia Correia	2123	02/09/1727	01/06/1761	1698				30/01/1787
Francisco	2189	16/09/1727						
Mariana	2327	09/07/1727						
Joana Maria Rosa Araújo	2722	06/04/1727	29/10/1749	1172				24/01/1778
Eugénia	1651	11/06/1728						
Custódia	2201	30/03/1728						
João	2275	23/10/1728						
Domingos José Marques	2286	02/02/1728		949				22/02/1791
Manuel Correia Sampaio	2522	12/12/1728		2255				18/09/1794
João	2818	28/12/1728						
Miguel	430	29/09/1729						
Domingos	510	06/02/1729						
João	1236	01/04/1729						
Joana	2189	29/01/1729						
António	2286	05/05/1729						
José	2327	30/06/1729						
Custódia	2819	05/05/1729						
António	2820	19/05/1729						
Francisco Silva	510	13/07/1730		1214				11/11/1808
Ana	1651	10/05/1730						02/10/1738
Josefa	2123	22/03/1730						
Francisco	2275	15/01/1730						
Maria	2522	15/04/1730						
João	2815	02/12/1730						
Joana	172	20/06/1731						
Custódia Maria Marques	430	15/04/1731	30/08/1760	1019				29/11/1783
João	1556	15/01/1731						
Custódia Ribeiro Araújo	1559	18/01/1731	21/03/1754	1555				
José Maria	2327	13/11/1731						
Paula	2722	02/01/1731						25/05/1743
Manuel António	2822	16/08/1731	30/07/1769	2191				15/05/1778
Maria	170	24/01/1732						
Maria	911	06/11/1732						
Manuel	1582	28/11/1732						
Joana Correia Silva	1651	11/05/1732	28/11/1750	2203				26/12/1802
João	2123	04/01/1732						
Ana Maria	2266	10/06/1732						09/06/1752
Domingos	2275	15/01/1732						
Manuel	2823	04/07/1732						
Manuel Araújo	2824	24/09/1732	28/11/1750	2203				12/05/1802
Ana Teresa Silva	170	25/07/1733	31/01/1765	347				

S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Joana	1559	12/06/1733						
José	2275	01/05/1733						
Manuel	2325	08/12/1733						
Mariana	2327	23/11/1733						
António	2373	25/11/1733						
Manuel Gomes Marques	2825	05/07/1733	05/02/1758	2336				
Manuel Francisco Silva	170	09/09/1734	17/01/1763	2330				
Bento Pereira	172	11/03/1734		728				
Josefa Maria	430	22/03/1734	31/01/1751	169				
Custódia Maria Silva	510	09/07/1734	26/08/1763	1773				
Ana Araújo	1556	11/02/1734						20/05/1783
Manuel	1559	18/12/1734						
João	1651	02/05/1734						
António	2123	08/08/1734						
Bento	2342	16/11/1735						
Maria	2822	16/01/1735						
Maria	170	26/03/1736						
Joana	479	07/12/1736						
Maria Teresa	1556	20/02/1736						
Maria	1559	04/05/1736						
Manuel Pereira Moutinho	1631	02/08/1736		2477				
Manuel	1651	12/07/1736						
José Vasco	2123	10/05/1736						
Gabriel	2275	30/06/1736						
Maria	2325	05/08/1736						
Joana Maria Carneiro	2327	19/11/1736	03/05/1765	2240				
Úrsula	172	06/12/1737						
Manuel José Araújo	729	24/11/1737	05/09/1764	2374				04/05/1818
Maria Joana Araújo	2202	02/12/1737	09/02/1767	492				
Caetano	2826	23/04/1737						
Maria	479	30/04/1738						
António	1097	30/04/1738						
Maria Araújo	1107	08/09/1738	19/12/1757	901				19/05/1761
Manuel José Araújo Pereira	1556	03/02/1738	28/08/1771	2372				30/11/1823
Eugénia	1559	17/01/1738						
Francisco	2123	10/09/1738						10/01/1739
Mariana	2275	21/03/1738						
Manuel Correia Araújo	2829	30/04/1738	09/07/1765	2245				
Catarina	2830	09/01/1738						
Rosa Maria		30/04/1738		2246				
Joana	170	10/05/1739						13/02/1760

Apêndice Geneológico

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Manuel	729	12/10/1739						
Luísa Araújo Silva	1651	11/07/1739		949				
Josefa Maria	2123	26/11/1739		559				
Maria Baptista Araújo	1097	03/04/1740	03/10/1762	1225				26/05/1805
Josefa Carvalha	1107	29/10/1740	09/05/1779	1584			2845	12/01/1837
Domingos	1556	23/02/1740						
António	1631	16/02/1740						
Manuel	2202	03/02/1740						
Maria	2831	23/04/1740						
José	170	03/11/1741						
Tomás	2181	03/05/1741						
Domingos	2202	26/11/1741						
Manuel Correia	1097	20/12/1742	03/05/1765	2240				20/06/1793
José Araújo Pereira Silva	1556	12/08/1742	30/11/1770	1717				29/12/1793
Josefa Ribeiro	1559	22/01/1742	20/02/1762	2120				
João Pereira Moutinho	1631	10/05/1742		1632				
Manuel	2116	22/05/1742						
Manuel	2123	09/03/1742						
José Correia Carvalha	2123	09/03/1742		1776				
Teresa	2181	14/08/1742						
José	2202	13/04/1742						05/09/1765
Josefa	2828	10/07/1742						
Bento	957	10/03/1743						
Mariana	1107	07/09/1743					2843	
Manuel	1562	17/12/1743						
José Correia Silva	1651	20/02/1743	18/02/1771	1770				
Manuel	2827	05/10/1743						
José Correia		20/02/1743			1771			
Maria Moutinho	1631	19/05/1744						22/08/1781
Maria	1716	13/04/1744						
Gonçalo André	2181	10/01/1744						
Manuel	2826	23/06/1744						
João	2832	04/11/1744						
Francisco	1097	16/09/1745						
Mariana	1556	02/02/1745						
Manuel José	1559	18/02/1745						
Francisca	2181	07/12/1745						03/12/1746
António	2202	22/12/1745						
Ana	2833	11/02/1745						
João	2834	08/10/1745						
José	957	05/05/1746						26/08/1756

S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Josefa Maria Correia	1562	14/01/1746	21/09/1767	1864				08/03/1793
Josefa Maria	1838	06/05/1746	26/05/1794	2233				
Mariana	2123	14/03/1746						
Maria	1559	31/12/1747						11/01/1757
Custódia Maria Marques	1631	15/01/1747	17/12/1768	1594			2846	18/01/1795
Joana	1716	20/02/1747						18/01/1757
Josefa Maria	2833	17/12/1747						
António	2835	20/12/1747						
Maria	2835	20/12/1747						
Ana Maria Araújo Correia	1097	25/02/1748	28/08/1771	2372				25/06/1821
António José Carvalho	1562	06/09/1748	23/09/1781	360				
Ana Maria	1631	26/10/1748						
Manuel	2181	13/01/1748						26/08/1756
José	2836	09/04/1748						
António	776	20/07/1749						
Francisco Araújo Pereira	1556	30/10/1749	17/08/1775	1098	1099			27/06/1818
José	2720	16/05/1749						
Francisca Teresa Correia	2837	20/04/1749	30/01/1775	1999				13/07/1813
Ana Maria	1562	03/11/1750						
Ana Maria	1631	27/08/1750						
Manuel José	2175	10/09/1750						09/07/1752
Josefa	2181	18/03/1750						26/12/1760
Rosa	2535	21/09/1750						
Manuel	2833	18/10/1750						
Perpétua Maria		05/06/1750						
Francisco Manuel	1172	27/02/1751						
António Correia Silva	1643	05/08/1751		238	239			10/08/1824
Francisco Silva	1838	13/02/1751		1217				
António	2126	24/02/1751						
Manuel José	2203	09/11/1751						
Maria	2720	28/05/1751						15/05/1765
Maria	957	01/08/1752						
Angélica	1097	19/04/1752						
Teresa	1097	19/04/1752						
Luis José	1172	25/10/1752						
José Álvares Carneiro	2181	26/04/1752						23/11/1782
Maria	2836	02/09/1752						
Indetermin.	2839	25/10/1752						25/10/1752
Manuel José Sousa	777	10/09/1753	26/04/1787	2426				
José Correia Carvalho	1562	21/08/1753	01/07/1782	1777				08/02/1833
Manuel Araújo	2203	25/01/1753	06/11/1774	2206				

Apêndice Geneológico

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Manuel José Correia	2646	23/03/1753	03/09/1774	2387				
Joana	2840	12/08/1753						
Maria Correia Silva	2534	09/09/1754	25/05/1793	2171				
Ana Maria Correia	2646	23/04/1754	26/04/1787	2426				
Joana Maria Cardoso	2720	04/02/1754	15/02/1786	3115				12/02/1827
Bento	2833	02/02/1754						
Ana Maria	957	22/10/1755						
Francisco	2203	05/05/1755						
António	2646	08/09/1755						
Eugénia	777	25/04/1756						
Maria Josefa Araújo	1172	16/04/1756	16/08/1775	356				
Joana Maria	1555	22/09/1756						
Maria Rosa	1631	24/01/1756						
Joana	2204	24/01/1756						
Manuel José Silva	2534	07/11/1756	10/01/1793	2413				07/07/1821
Manuel	2720	22/01/1756						
Manuel	1555	23/08/1757						
Manuel Álvares Carneiro	2181	27/03/1757		2170	2171			15/03/1833
Joaquim	2646	29/03/1757						
Maria		03/07/1757						
João	222	25/12/1758						25/12/1763
Francisco José	777	06/08/1758						
Joana Maria Araújo	1172	14/07/1758	17/08/1775	1098				12/12/1777
José	255	10/12/1759						
Francisco	2720	18/03/1759						
António	2842	22/05/1759						
Maria Ana Correia	182	29/03/1760	15/05/1784	2237			2851	
Maria Joana	222	19/05/1760						
Custódia Maria Correia	2203	21/11/1760	07/12/1783	1168				26/10/1826
António	2534	12/10/1760						
Manuel José	337	08/02/1761						
António José Araújo	1172	07/01/1761		349				20/02/1818
João	2119	04/11/1761						
António José P. Marques	2477	13/10/1761	12/05/1794	382				
Ana Maria	2646	19/03/1761						
Maria	337	14/01/1762						
Manuel José	542	30/01/1762						
José	777	03/02/1762						
Francisco José	949	14/09/1762						
Custódia	2203	09/04/1762						
Maria Josefa Araújo	2236	14/11/1762	15/08/1780	1807				17/03/1830

S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Ana Maria Correia	182	12/08/1763	14/01/1784	513				29/06/1802
Escolástica Luísa	1172	10/02/1763						
Maria	1225	04/09/1763						
Manuel José Correia	1698	27/02/1763	18/01/1784	2388				09/09/1810
M.ª Gertrudes C. Sampaio	2255	27/02/1763	23/11/1793	1557				09/08/1805
António Silva	2535	22/04/1763	14/01/1784	513				06/09/1802
Manuel	2843	08/04/1763						
Ana	337	30/12/1764						
Joana Maria Ribeira	1560	22/06/1764	14/12/1783	338				
António	2119	09/03/1764						
Mariana	2190	22/07/1764						
Ana Joaquina	2255	26/11/1764						
Maria Rosa	2330	25/07/1764						
Maria Rosa	2330	25/07/1764						
Joaquim Pereira Marques	2477	29/04/1764	18/01/1784	1488				
Bernardo	2646	14/08/1764						
Manuel José Araújo	347	04/12/1765	26/04/1787	2376				
Maria Joana Carneira	385	12/09/1765	02/09/1790	352				19/03/1835
Maria Luísa	777	19/07/1765						
José	949	12/03/1765						
Maria Josefa	1019	16/06/1765		1985				
Manuel Caetano	1172	05/05/1765						
Mariana	1698	16/12/1765						22/03/1776
José	2203	10/01/1765						
Manuel	2390	05/02/1765						
Manuel	2844	07/06/1765						
António	337	12/01/1766						
Josefa Maria Sousa	1225	04/04/1766	30/11/1793	1713				
Domingos	1560	12/03/1766						02/02/1775
Maria Joana	1644	11/12/1766						
Maria Josefa	2119	22/11/1766						
João Araújo Monteiro	2205	03/07/1766	23/11/1793	1557				09/12/1825
Maria	2240	10/04/1766						
Manuel	2255	08/04/1766						
Francisco	2287	11/05/1766						
José Luís	2330	15/03/1766						
José	2390	11/09/1766						
José	2477	09/11/1766						
António	2843	04/10/1766						
José	2845	18/01/1766						
Domingos	337	07/03/1767						

Apêndice Geneológico

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
António	949	23/08/1767						
Maria	1148	19/05/1767						
José Bernardo	1172	25/03/1767						
Maria	1583	15/06/1767						
Francisco José Araújo	2203	10/05/1767	02/06/1792	1151				
Custódia Maria	2374	22/03/1767						
Antónia	2535	15/05/1767						
Antónia	2845	17/10/1767						
Maria Rosa Correia	217	23/04/1768	11/01/1789	369				19/06/1826
Josefa	337	10/07/1768						
António	1019	02/01/1768						
Francisco Sousa Carneiro	1225	01/03/1768		1226				22/05/1829
Manuel	1560	13/09/1768						
Manuel	1864	14/05/1768						
Maria	2240	06/05/1768						08/05/1768
Francisco	2255	28/04/1768						
António	2273	01/09/1768						
Indetermin.	2330	11/05/1768						11/05/1768
José	2229	02/09/1768						
João José Costa	2390	11/12/1768	24/04/1815	1598				06/07/1843
Maria	2846	06/03/1768						06/03/1768
Jácome António		24/03/1768						
Bernarda	385	16/09/1769						
Joana Maria Marques	949	01/12/1769	30/11/1796	1699				
Manuel José Silva	1214	25/04/1769	24/08/1795	2414				10/12/1841
Ana Maria Vale	1594	04/10/1769	28/09/1793	2105				
Manuel José	1645	13/03/1769						
Maria Joana Correia	1864	25/12/1769	23/04/1794	2385				
António	2203	06/12/1769						
Manuel José	2240	25/03/1769						15/10/1782
Joaquina Bernarda	2245	20/03/1769						
Mariana	2255	18/09/1769						
José Luís Soares Coelho	2330	13/03/1769	20/04/1794	1899				08/12/1847
Maria	2374	15/08/1769						
João	2477	10/09/1769						
Maria	2845	27/12/1769						
Ana Maria	542	14/05/1770						
Ana Luísa	1172	10/02/1770						
Ana Maria	2016	16/10/1770						
Custódio	2191	02/08/1770						
Ana Maria	2287	16/01/1770						

S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Manuel José	2537	18/06/1770						
José	337	10/07/1771						
Caetano	385	28/08/1771						
Domingos	777	26/07/1771						
Ana Araújo Baptista Sousa	1225	11/03/1771	20/11/1794	1567				13/06/1830
António	1560	24/03/1771						
Maria Joaquina	1594	11/11/1771	18/10/1793	397			2859	
Joana	1770	03/12/1771						03/10/1809
João Correia Faria	1776	11/10/1771	20/11/1794	1567				07/12/1842
Maria	1839	09/06/1771						
Francisco José	1855	27/01/1771						
António	1864	30/12/1771						
Ana Maria	2240	16/03/1771						21/08/1786
Ana Maria	2245	21/05/1771	07/02/1793	2515				
Ana Maria Rosa	2330	26/07/1771						
Jerónimo	2229	21/11/1771						
Maria Costa	2390	29/09/1771		2578				
Ana Maria	217	05/08/1772						
Maria	347	29/08/1772						
Ana Maria Marques	949	02/04/1772	15/03/1794	1359				
Diogo	1583	25/02/1772						
Francisco	1839	06/12/1772						
João	2191	02/08/1772						
João	2203	02/03/1772						
Salvador	2273	05/08/1772						
Manuel	2287	10/12/1772						
António	2372	12/02/1772						
António	2477	07/03/1772						
Ana Maria	2845	27/10/1772						
João Pedro	2848	27/10/1772						
Pedro João	2848	27/10/1772						
Francisco José Osório	1553	03/01/1773	31/01/1807	1190				
Caetano	1560	20/04/1773						
Maria Luísa	1770	16/10/1773						
Ana Maria	1855	09/07/1773						
Quitéria Maria	1864	10/12/1773	23/10/1797	2402				30/10/1806
Maria Luísa Carneiro	2240	08/09/1773	01/02/1794	2380				
José António	2255	21/05/1773						29/09/1778
Maria	2537	02/03/1773						
José	2849	07/01/1773						07/01/1773
Joaquim	777	15/01/1774						

Apêndice Geneológico

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Eugénia	944	18/02/1774						
Maria Luísa	949	08/09/1774						
António	1225	18/03/1774						
Antónia	1553	30/11/1774						
Joaquina Marques	1594	07/03/1774	15/01/1796	223				
António José Carvalho	2229	28/08/1774	15/01/1796	223				
Manuel	2245	06/03/1774						
Ana Maria Correia	2255	14/09/1774	17/02/1794	859				27/08/1825
Maria Rosa	2330	31/08/1774						02/08/1843
Francisco Araújo Pereira	2372	04/12/1774		1100				
Diogo	2374	16/04/1774						
Ana Maria Monteiro	238	22/02/1775	20/04/1794	1899				06/12/1860
Custódio	1583	19/02/1775						
Manuel José Silva	1770	21/09/1775	18/02/1828	2418				
Maria Josefa	1776	05/03/1775						
José	1839	31/03/1775						
Manuel	1999	25/11/1775						
Manuel	2206	30/01/1775						
Maria	2245	23/12/1775						
Maria	2287	05/04/1775						03/03/1779
Maria Josefa	2387	13/06/1775						
Ventura	2537	19/02/1775						
Francisco	217	06/01/1776						22/10/1780
António José	944	17/06/1776						
Manuel José A. Pereira	1098	10/04/1776		2378	2379			11/09/1861
Ana Maria	1553	27/03/1776						
José Vale	1594	06/03/1776		2064				
Maria Josefa	1855	31/03/1776						
Luís José	1864	15/03/1776						
Joaquim	2206	01/10/1776						
Josefa	2240	05/11/1776						08/11/1776
Ana Maria	2326	14/04/1776						
Manuel Correia Lopes	2387	13/09/1776		2250				30/03/1827
Maria Joana	238	13/12/1777						
Maria Josefa	772	14/04/1777		1243				
Bento	777	16/02/1777						
Manuel	949	06/05/1777						
José	1225	07/01/1777						
Maria Rosa Silva	1770	19/11/1777	08/03/1819	239	1558			
José	2206	31/10/1777						
Maria	2229	26/04/1777						08/11/1780

S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Maria	2537	04/03/1777						31/10/1780
António José		20/05/1777						
Manuel	772	08/09/1778						
Bento	1553	25/01/1778						
Manuel	1583	02/08/1778						
Joana	1594	06/06/1778						
José	1776	20/02/1778						
Joana	1864	27/03/1778						19/04/1812
Ana	1999	10/04/1778						31/03/1779
Manuel	2191	14/07/1778						
Francisco	2240	16/01/1778						05/03/1779
Custódia	2387	27/05/1778						
José	2372	18/10/1778						
Luísa	2851	07/02/1778						
Domingos José Araújo	949	02/11/1779	17/08/1829	947	948			
Francisca Araújo Sousa	1225	09/10/1779	13/06/1806	727				
João	1616	19/04/1779						
Maria Josefa	1624	27/02/1779						23/12/1780
António	2206	07/05/1779						06/10/1782
Luís	2330	21/06/1779						
Ana	2387	14/12/1779						13/02/1781
Maria	2411	16/07/1779						
Teresa	2537	28/11/1779						09/10/1782
Maria Joana		31/07/1779						
Maria Joana	238	24/12/1780						
Luís	349	07/12/1780						
Rosa	386	01/12/1780						
Maria Josefa	434	30/03/1780						
Manuel	728	05/04/1780						
Leonor	1584	26/06/1780						
João	1770	24/02/1780						
Marçal José	1864	19/03/1780						
Filipe	1999	01/05/1780						
Manuel	2229	27/01/1780						21/03/1800
Rosa	2372	07/12/1780						
Ana	2461	20/02/1780						
Bernarda Rosa Carneira	385	21/08/1781	13/02/1804	2371				
António	1594	09/04/1781						
Ana Maria	1624	21/02/1781	21/10/1811	2023			2866	
Joana Maria	1864	19/11/1781						
Ana Maria	1999	30/11/1781						

Apêndice Geneológico

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Ana	2025	24/11/1781						
João António	2206	20/08/1781						12/10/1782
Maria	2387	21/09/1781						05/04/1815
Gabriel	2387	21/09/1781						
Custódia Maria	2411	06/05/1781						
Ana Maria Cunha	2537	05/04/1781	05/07/1827	2407				
Francisca	2485	24/10/1781						
Joana	349	10/09/1782						
Manuel	360	03/09/1782		2247				
Maria Josefa	949	22/08/1782	10/02/1807	784				
Domingos	1099	09/08/1782						
João Pereira Moutinho	1632	07/01/1782	01/03/1813	1633				01/09/1823
Mariana	1656	08/07/1782						20/09/1782
António	1770	19/08/1782						
António José	1807	07/02/1782						
João	2229	28/04/1782						
Quitéria		01/12/1782						
António	1149	05/08/1783						
Manuel	1168	24/11/1783						
Joana	1584	23/02/1783						
Maria Rosa Silva	1624	15/09/1783	01/02/1805	1109				04/12/1826
Catarina Joaquina	1985	25/08/1783						
Custódia Maria M. Sá	1632	22/08/1783	07/07/1800	1159				13/04/1804
Gertrudes	1656	29/07/1783						08/11/1785
Teresa Felícia	1777	31/07/1783						
João Dias Sá Araújo	1807	30/03/1783		1574				
Marcelina Neves	1864	27/12/1783		1091			2875	
Maria Gertrudes Silva	2025	03/12/1783	16/11/1806	2403				11/07/1832
Joana	2170	05/12/1783						26/05/1799
Maria Josefa Silva	2206	15/01/1783	10/01/1801	1646				11/04/1810
Maria	2372	05/09/1783						
Ana	2410	11/06/1783						
António	2537	06/07/1783						
Maria	338	21/11/1784						
Escolástica	349	26/04/1784						
Rosa Antónia	1149	09/12/1784						
Martinho Lourenço	1320	03/06/1784						
Teresa	1594	05/06/1784						
Rosa	1594	05/06/1784						
António José	1777	07/12/1784						
João	2206	23/05/1784						

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Francisco	2229	19/12/1784						
Manuel	2230	11/11/1784						31/01/1820
José	2387	20/01/1784						
António	2388	23/08/1784						
Teresa Maria	2537	22/12/1784	23/01/1804	2625				23/10/1804
Josefa Maria Correia Silva	238	21/08/1785	23/10/1803	1292	1111			
Josefa	514	21/08/1785						
Maria	949	12/10/1785						
Maria Josefa	1099	09/10/1785						
Francisco	1210	15/03/1785						
João Bernardo	1488	05/04/1785						
Rosa	1594	14/10/1785						
Francisca Rosa	1624	06/09/1785					2872	
Domingos	1632	27/10/1785						
Ana	1770	22/07/1785						
Manuel	1807	15/08/1785						
Maria Josefa	1999	24/09/1785						
Joana	2025	10/04/1785						
António José Álv. Carneiro	2170	05/02/1785	22/09/1828	188				
Diogo	2206	26/09/1785						
Apolinário	2237	09/02/1785						
António José	2387	12/10/1785						
Manuel	338	23/08/1786						
Maria	349	13/05/1786						
Maria Joana Gonçalves	360	12/04/1786	11/01/1813	1156				
Manuel	513	04/09/1786						
Maria	1168	01/01/1786						
Manuel Joaquim Álv. Carneiro	1320	01/11/1786		2352				
Maria	1488	17/08/1786						
Maria	1584	10/05/1786						
António	1656	14/05/1786						
José Manuel	1864	10/03/1786						
José Silva Hipólito	1864	10/03/1786		2042				
José Pereira Marques	1985	04/09/1786		1975				
Josefa Maria	2170	11/11/1786						
António José	2237	20/05/1786						
Maria	2372	24/05/1786						
José Espírito Santo	2410	01/06/1786						
Maria Josefa	2854	28/10/1786						
Anastácia	339	19/04/1787						
José	1099	15/05/1787						

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Gabriel	1320	07/11/1787						
José	1632	25/01/1787						
Maria Luísa	1777	13/08/1787						
Caetano	1807	07/08/1787						
Antónia Teresa	2025	12/01/1787						
Joana Silva	2206	30/03/1787	24/09/1811	1507				
Maria	2387	09/10/1787						
Maria	2388	18/01/1787						
João Baptista	2537	16/01/1787						
José Tomás	2537	16/01/1787						
Leonor Rosa Cunha	2855	05/10/1787	02/12/1815	1601				
António	2856	31/12/1787						
Sebastião José C. Araújo	349	19/12/1788		2688				31/07/1861
João	360	31/01/1788						
José	513	30/01/1788						
Ana Maria	945	25/01/1788						
Josefa	1168	08/05/1788						
Manuel	1584	05/11/1788						
Joana Maria	1999	20/10/1788						
Manuel José Silva	2025	08/04/1788	23/01/1815	2417				16/08/1839
Maria Joana	2170	20/11/1788						
Josefa	2206	14/11/1788						
Mariana	2270	17/11/1788						
Rita	2270	17/11/1788						
Manuel Sampaio	2410	18/02/1788		2524				
Eugénia Maria	2426	09/09/1788						
José	2537	03/06/1788						
Anacleto		31/03/1788						
Joana	3115	19/06/1788						
Francisco José	1566	19/04/1789						
Domingos	1632	28/12/1789						
Miguel José Silva Hipólito	1864	23/08/1789	03/06/1819	2611				
António	1985	13/04/1789						
Josefa	2372	13/04/1789						
Maria Josefa	2237	25/05/1789	15/09/1814	1150				
Rosa	2387	13/08/1789						
Joana Maria Correia	2388	12/04/1789		1960				02/03/1875
Maria	513	26/08/1790						
João Araújo Pereira	1099	17/02/1790	14/02/1825	1558				
Ana	1168	10/10/1790						
Antónia Maria	1210	25/06/1790	21/08/1809	372				

S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Teresa Felícia	1320	20/01/1790	25/01/1823	257				
Manuel Lourenço Silva	1609	17/05/1790		2436				02/08/1842
Manuel	1777	28/07/1790						
Ana Maria Sá	1807	05/04/1790	18/07/1811	419				
António	2025	13/10/1790						
Domingos	2229	31/08/1790						
Joaquim	2270	14/11/1790						
Francisco José	2426	05/06/1790						
Micaela Arcanjo		09/05/1790						
Bernardo António Carneiro	352	16/06/1791		770				06/02/1848
António	360	01/04/1791						
Josefa	360	01/04/1791						22/04/1793
António	1217	18/09/1791						
Maria Joana	1566	06/09/1791		1551				
Joaquim Francisco Carvalho	1584	09/06/1791	03/02/1820	1404				
Domingos	2170	07/03/1791						
Antónia Joana Silva	2206	24/01/1791	09/07/1821	778				11/02/1877
Manuel	2237	25/04/1791						
Francisco	2387	04/05/1791						
Teresa	2387	04/05/1791						
João	2388	07/09/1791						
Josefa Maria Barros	2410	09/08/1791	03/06/1819	2611				
Maria Gertrudes Silva	2537	22/04/1791	04/09/1817	1424				
José	1168	20/08/1792						
Mariana Carneiro	1320	16/01/1792	17/08/1829	947				
Maria Josefa	1609	26/12/1792						
Joaquim	1777	28/09/1792						
Joaquim	2025	06/06/1792						
Ana	2206	05/11/1792						
Manuel	2372	15/01/1792						
Maria	2389	02/02/1792						
Josefa	2412	19/05/1792						
João	2859	19/07/1792						
Manuel	3115	23/10/1792						
José	352	08/08/1793						
Domingos José Carneiro	369	10/08/1793		946				15/12/1841
Maria	1153	11/02/1793						22/03/1800
António	1632	22/06/1793						20/08/1802
António	1807	12/01/1793						
Manuel	1985	03/07/1793						
Lúisa	2237	27/09/1793						

Apêndice Geneológico

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
José	2426	27/06/1793						
João	2429	29/07/1793						
Maria	2860	20/08/1793						
Josefa	360	24/07/1794						
José	397	01/08/1794						03/10/1816
Joaquim Silva	513	14/03/1794		1511				
Ana	906	11/04/1794						
Ana Maria Exp. Monteiro	1557	23/08/1794	06/04/1826	415				03/03/1874
Rosa	1566	26/10/1794						
Rosa	1584	26/01/1794						
Teresa	2025	27/11/1794						
António	2206	07/08/1794						
António	2384	15/08/1794						
João	2412	20/01/1794						
António José Silva	2413	20/10/1794		391				10/11/1864
Manuel	397	05/12/1795						
Maria	859	30/12/1795						
Maria Luísa	1151	01/07/1795						
Francisco Joaquim Silva	1153	15/12/1795		1145	1146			24/05/1884
Tomásia Francisca	1320	11/01/1795						
João António Marques	1359	07/01/1795		1552				18/01/1822
Manuel	1557	28/11/1795						
Francisco	1567	07/12/1795						
José Joaquim	1609	20/01/1795						
Joana Maria	1777	24/04/1795	13/09/1828	2115				23/04/1860
Maria Joaquina	1801	10/08/1795						
Joaquim	1807	30/06/1795						
Josefa	1844	21/04/1795						
António José Soares	1899	20/11/1795		396				17/01/1872
Josefa	2237	23/11/1795						
Maria	2380	05/08/1795						
Maria Rosa Correia	2388	07/06/1795	23/01/1815	2417				
Rosa Bernardina	2412	04/02/1795	01/02/1826	118				
Manuel	2413	31/03/1795						
Francisco	2414	21/10/1795						
Francisco Cardoso Araújo	3115	25/11/1795		1104				02/03/1879
António	352	13/01/1796						
João	494	29/08/1796						
Francisco Conceição	953	08/12/1796						
Ana	1609	14/12/1796						
Joaquim Francisco Pereira	1844	07/06/1796	02/10/1820	1405				

S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Francisco	2206	05/09/1796						
José	2279	29/11/1796						
Joaquina	2384	25/12/1796						
Antónia Maria	2413	15/12/1796						
Bernardo	2426	18/02/1796						
Maria Josefa Joana	2709	18/11/1796	31/01/1814	2256				11/11/1815
Manuel	2861	22/04/1796						
Gabriel	494	24/10/1797						
Antónia Maria Correia	859	06/11/1797					2896	
Joaquim	1168	11/11/1797						07/04/1807
Luís	1557	29/03/1797						
José	1584	02/06/1797						
Manuel	1801	25/06/1797						
Francisco	2207	16/11/1797						
Bento	2380	05/11/1797						
Maria	2414	23/05/1797						
Ana	223	08/08/1798						
Joana	513	18/01/1798						
Antónia Maria	1243	29/06/1798						
José	1567	03/01/1798						
João	1777	06/03/1798						
Francisco	1807	04/11/1798						
Manuel	1899	30/09/1798						
João	2206	25/02/1798						
Francisco José Nogueira	2402	21/09/1798	18/02/1822	1162	1163			
Ana Maria Silva	2413	11/05/1798	25/08/1824	1737				
Marinha	2862	01/04/1798						
Joana	1359	03/08/1798						
Manuel	223	22/04/1799						
José	360	22/04/1799						
Ana Maria	360	22/04/1799						
Rosa	1153	30/04/1799						
Maria	1243	09/12/1799						
António Manuel	1557	12/10/1799						
Teresa Maria	1609	10/03/1799	18/02/1828	2418				
Martinho	1711	25/07/1799						
Joaquina	1844	27/05/1799						
Francisco	2388	15/07/1799						
Joana Rosa Silva	2414	10/04/1799					2892	
António	2709	05/02/1799						01/01/1840
José Conceição		09/12/1799						

Apêndice Genealógico

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Luísa	223	01/05/1800						
Francisco	348	03/10/1800						
Ana	369	07/10/1800						05/08/1809
Maria Joana	494	19/04/1800						
Maria Josefa	859	29/01/1800						02/02/1810
António	1099	14/06/1800						23/09/1802
Francisco Paula	1226	02/04/1800						
Luís	1777	23/11/1800						
Manuel	1777	23/11/1800						
Manuel José Nogueira	2402	22/12/1800	31/07/1824	2400				
Josefa Maria Silva	2861	21/05/1800	10/02/1821	1607				
Joana	2865	31/10/1800						
Ana	861	30/09/1801						
António	1168	29/06/1801						27/01/1802
Bernardo	1243	13/05/1801						
Quitéria Faria	1567	30/03/1801	26/01/1847	1146			2902	20/10/1875
Francisco	1711	02/06/1801						
Custódio José Dias Sá	1807	16/02/1801	31/12/1843	860				
António	2207	12/08/1801						28/02/1804
Joana	2208	04/07/1801						
Josefa Bernardina	2380	18/07/1801	11/08/1825	515				
Ana	2413	10/12/1801						
José	2578	02/10/1801						
António	2866	06/02/1801						
Ana		10/04/1801						
Francisca		15/05/1801						
Maria		25/10/1801						
Leonor	223	08/11/1802						
José Pereira	381	30/09/1802	12/02/1829	1976				
António	1226	24/01/1802						
Joaquim	1646	30/05/1802						
Ana Maria M. Carvalho	1777	27/07/1802	19/05/1828	328				
António	2349	09/09/1802						
António	2402	09/09/1802						13/06/1804
Antónia Maria Pinto	2709	18/03/1802	02/10/1820	1405				
Ana	283	15/03/1803						
Leonor	1159	12/05/1803						
João	1226	14/06/1803						
Manuel José	1243	30/06/1803						21/07/1804
Maria	1557	05/01/1803						
Joana Luísa Lourenço	1609	07/01/1803					2890	06/08/1866

S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
José	2413	08/11/1803						
João	2415	03/07/1803						
Norberto		06/06/1803						
Alexandre	381	25/04/1804						
Luísa	859	15/12/1804						
Custódia Maria Silva	1153	19/02/1804		2419				08/11/1874
Bernardino	1226	04/08/1804						
Maria	1243	06/12/1804						
António	1292	09/07/1804						
Ana Maria Sousa	1567	19/05/1804		2055				
João Sao Luis	1711	29/12/1804						06/06/1818
Custódia	1807	29/02/1804						21/04/1804
António	2207	27/08/1804						25/08/1809
Francisco	2208	08/05/1804						
Joana	2380	28/05/1804						07/09/1806
Marcelina Neves	2402	26/10/1804						
Ana Maria	2414	03/07/1804						
Maria Josefa	2625	23/10/1804						
Damiana	2871	26/09/1804						
Joana Maria	369	07/11/1805	09/06/1832	2420				
João	375	10/11/1805						
João	1109	05/11/1805						03/02/1807
Narcisa	1646	14/08/1805						15/05/1808
José	1711	08/12/1805						
Bernardino	1807	17/05/1805						
Jerónimo	1844	28/09/1805						
António	1875	10/01/1805						
Maria Joaquina	1974	25/01/1805						
António Santos	2064	08/11/1805						
João Santos	2064	08/11/1805						
João	2415	17/01/1805						21/03/1805
Claudina	2416	07/09/1805						
Felícia Torcato Neves	2645	03/08/1805						
Ana Maria Pinto	2709	11/04/1805	22/09/1828	188				25/05/1880
Manuel José Sousa	2866	02/04/1805	07/05/1825	2424				
Expectação	2872	18/12/1805						
Luísa	352	26/10/1806						
Manuel	381	16/11/1806						
Teresa	903	16/06/1806						17/07/1806
José	1292	20/01/1806						12/01/1815
Bernarda	1875	15/10/1806						

Apêndice Genealógico

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Joana	2412	30/01/1806						
Manuel José Silva	2414	19/07/1806	06/10/1838	2421				12/08/1877
António	2415	21/01/1806						
Maria Sousa	727	17/03/1807						25/06/1826
Josefa	784	17/11/1807						
Joana Rosa	1109	19/03/1807					2900	
Quitéria Maria	1243	24/01/1807		1662				06/10/1888
Joaquim	1567	24/04/1807						
Maria Rosa	1899	21/03/1807						
João	2064	24/03/1807						
Maria	2207	23/08/1807						30/04/1808
Cecília Rosa	2380	02/09/1807	14/05/1830	373				
Ana	2416	26/06/1807						
Sancha		12/03/1807						
Silvério		20/06/1807						
Diogo	2875	25/07/1807						
Jacinto	859	24/06/1808						
Maria	1109	02/11/1808						11/11/1808
Josefa	1711	09/09/1808						
Joana	1844	19/09/1808						
Maria	2124	17/06/1808						
Maria Joana Dias	2393	28/04/1808	29/05/1837	1731				
Josefa	2406	08/08/1808						
Marcelina	2412	15/02/1808						14/10/1809
Manuel	2415	24/10/1808						
Maria Rosa	2416	05/02/1808						
Manuel	2709	13/02/1808						01/01/1840
Francisca Rosa Silva	2866	10/10/1808		1635				
Maria	352	20/03/1809						
Joana	784	16/10/1809						
Manuel	903	28/09/1809						02/11/1809
António	1190	02/11/1809						
Francisco	1243	20/09/1809						
Joaquim António	1292	24/02/1809						
Jacinto	1875	01/03/1809						
Inácio	2064	27/04/1809						
António	2414	29/06/1809						
José	2872	18/06/1809						
António		07/05/1809						
Julião Costa		09/12/1809						
Antónia Silva Nogueira	2403	22/11/1809					2901	16/08/1868

S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Sabina	1109	13/10/1810						
Joaquim	1711	03/07/1810						26/08/1810
Joaquina	1975	24/11/1810						
Maria Teresa	2207	11/09/1810						
Maria Josefa	2250	30/08/1810						
Epifânio	2877	07/04/1810						
Amaro		15/01/1810						
Vicente	2880	09/10/1810						
Bento José	903	10/02/1811						
Teresa Mariana	1711	27/08/1811						
José	1875	29/07/1811						
Lúisa	1899	31/05/1811						
António	2064	11/03/1811						
António	2124	10/09/1811						
António	2380	25/11/1811						
Estanislau	2406	07/09/1811						
Clementina	2416	19/05/1811						
Vicência	2872	09/12/1811						
Josefa	2403	23/10/1811						
Indetermin.	2881	24/11/1811						
Josefa Maria Sousa	727	22/03/1812	25/05/1839	958				
Felicidade	1292	14/07/1812						
Maria Joaquina Sá	1507	28/09/1812	13/01/1836	2140				07/11/1864
Joana	1623	10/10/1812						
Manuel Caetano	1875	28/06/1812						
João	2023	08/04/1812						
Maria Joana	2247	20/02/1812						
Josefa	2406	28/07/1812						
Fiel		21/03/1812						
Bernardina Rosa	2883	05/09/1812	29/01/1838	1360				14/07/1861
Teresa	1109	20/03/1813						
José	1156	07/10/1813						
Claudina Rosa	1711	24/07/1813		2262				
António	2042	20/07/1813						
Maria Josefa	2247	17/07/1813						
Tibúrcia		06/08/1813						
Manuel	784	28/04/1814						
Luis	1507	27/05/1814						
Josefa	1596	16/07/1814						
José	1633	14/03/1814						
Joana Maria	2247	05/09/1814						

Apêndice Genealógico

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Manuel	2250	25/01/1814						
Maria	2524	16/02/1814						
Bento	2872	15/07/1814						
António	2403	27/02/1814						
Bernardina	727	10/08/1815						
Joaquina Rosa Gonçalves	1156	08/06/1815	02/05/1835	1810				
Miquelina	1292	04/08/1815						
Joaquim	1875	30/05/1815						
Jacinto Araújo	2207	20/10/1815						07/10/1896
Francisco	2378	03/09/1815						
Antónia	2406	04/05/1815						
Luis Bernardino	2688	08/01/1815						
Emília Rosa	1109	08/08/1816						
António	1507	12/02/1816						
António	1571	03/05/1816						
José Costa Mesquita	1598	17/04/1816		1793				25/11/1871
Joana Cunha	1601	18/10/1816		2264				
Narcisa	1648	01/05/1816						
António	1711	24/07/1816						
Claudina Rosa	1899	26/02/1816	10/12/1861	368				
Joaquina Rosa	2124	10/03/1816		2258				
Domingos	2247	05/07/1816						
António	2378	30/12/1816						
Manuel	2397	16/02/1816						
Josefa	2524	19/06/1816						
António	2688	17/08/1816						
António José	2872	29/12/1816						08/05/1818
Lúisa	2885	30/09/1816						
José	946	27/07/1817						
Narcisa Carvalho	1109	23/12/1817					2911	
António José	1156	20/06/1817						12/01/1821
Ana Maria	1166	05/07/1817						
Maria	1596	01/05/1817						
António Pereira Marques	1633	30/11/1817	09/05/1840	472				05/09/1880
Quitéria Maria	2042	20/02/1817						
Maria	2478	28/02/1817						
Joana Maria	2403	09/02/1817						
Bento José	81	20/01/1818						
António	784	27/10/1818						
João José	1145	01/06/1818						
Úrsula Maria Silva	1292	28/05/1818	05/05/1838	1602				

S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Josefa Amália Silva	1507	09/09/1818	22/08/1839	2136				30/06/1892
Antónia Maria	1507	09/09/1818	25/02/1853	1163			2915	30/06/1867
Luísa Rosa	1511	20/09/1818					2917	
Maria Josefa	1598	29/01/1818						11/04/1818
Bernardina Maria	1648	08/03/1818						
Ana Maria	2250	18/03/1818						19/08/1827
Josefa Maria Carneira	2352	10/07/1818	18/06/1836	1706				
António José	2406	18/10/1818						
Clementina Rosa Araújo	2688	25/02/1818	08/02/1836	1167				
Rosa Maria	727	06/09/1819						03/12/1821
Manuel José	946	30/09/1819						31/12/1826
Ana Maria Costa	1571	24/12/1819		340				16/09/1902
Ana Maria	1601	23/08/1819						
Domingos José	1875	10/07/1819						
Jacinto	2042	14/05/1819						
José António	2124	21/06/1819						13/07/1820
João	2378	13/02/1819						
Manuel José	2417	15/02/1819						
Maria Conceição	2688	08/12/1819						
Manuel Joaquim	2688	08/12/1819						
Pulquéria Rosa	2478	25/11/1819	06/10/1838	2421				19/10/1875
João José	904	06/09/1820						
Luísa Mariana	1109	20/05/1820						
Maria Josefa	1145	08/05/1820	03/11/1849	2194				
Rosa Maria Rocha	1156	10/05/1820					2918	29/07/1896
Leonarda Rosa	1292	05/08/1820						
António José	1552	14/01/1820						27/01/1820
Maria Josefa	1574	23/05/1820						31/05/1820
Maria Josefa	1711	18/11/1820						
José Luís	1988	05/02/1820						
João	2356	25/01/1820						
Mariana Luísa	2406	27/10/1820						22/11/1822
Manuel Joaquim	2611	20/09/1820						
Maria Josefa	2872	23/04/1820						16/05/1822
Maria Joana	2403	06/05/1820						
Mariana	778	19/07/1821						
João	946	03/09/1821						
Ana Maria	1091	04/02/1821						
Ana Joaquina	1405	09/09/1821	20/09/1849	1132				
Manuel José	1507	02/03/1821						
José	1574	01/05/1821						02/05/1821

Apêndice Geneológico

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
João Hipólito Silva	2042	22/08/1821	29/12/1845	1588				
João	2124	21/05/1821						14/07/1831
Joaquim	2247	06/01/1821						10/01/1821
Custódia Rosa	2356	12/10/1821						
Francisco José A. Pereira	2378	29/01/1821						16/09/1904
Joana Maria	2417	25/06/1821						
Albina Rosa	2688	18/07/1821						
Manuel José	2478	03/12/1821						
Joana Maria	372	25/07/1822		1863				
António Gaspar Chagas	1145	20/09/1822	19/10/1855	298	299			15/05/1881
Ana Correia Amaro	1154	12/01/1822						13/12/1894
Maria Rosa	1511	14/11/1822						
António Manuel	1574	17/03/1822						12/07/1868
Manuel José	1601	09/07/1822						
Ana Maria	1607	06/03/1822						
Luísa Rosa P. Marques	1633	02/06/1822	02/02/1848	1612			2913	10/02/1891
Josefa Maria	1988	17/03/1822						
Maria Josefa	2406	25/01/1822						
Maria Rosa	2611	29/09/1822	14/04/1857	1110				
António Joaquim		07/12/1822						
Custódia Maria Neves	1091	26/11/1823					2930	13/11/1898
Josefa Maria	1109	03/05/1823						
Ana Maria G. Rocha	1156	18/05/1823	22/12/1842	1427				28/01/1895
Elias	2356	24/11/1823						
Maria Rosa	2417	26/07/1823						16/08/1839
Joaquim José Nogueira	2403	13/10/1823	22/12/1842	1427				07/06/1890
Joaquim José	372	27/10/1824						06/01/1825
Maria Josefa	559	23/04/1824						
António José	778	24/02/1824						
Maria Joana	1154	21/02/1824						
Manuel Joaquim	1162	28/02/1824						
Maria Josefa	1574	21/04/1824		325				
José António	1601	23/12/1824						
Joana Rodrigues	2042	01/07/1824	21/10/1852	2005				
Manuel José	2250	13/07/1824						
Joaquim	2406	02/10/1824						
Emília Rosa	2436	24/03/1824						
Joaquina Rosa	2478	28/05/1824	14/08/1848	1832				
Ana Joaquina	779	25/07/1825	15/07/1859	236				04/09/1919
Joaquim	946	20/04/1825						
Joana	1154	25/11/1825						

S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Manuel José Sousa	1228	15/09/1825	10/10/1851	2427				
José Maria	1292	10/11/1825						
Sabina	1511	25/01/1825						11/11/1831
Ana Maria Sá	1574	26/12/1825		1592				
António José	1960	22/01/1825						11/08/1842
Teresa	2356	26/04/1825						
Ana Maria	2611	22/03/1825		1304				10/03/1902
Albina Rosa	2688	19/06/1825	07/06/1869	1180				
Francisca Teresa		23/02/1825						
José Francisco		31/03/1825						
João Manuel		11/08/1825						
Engrácia Maria Lourença	2890	31/08/1825	30/11/1848	324				
Antónia Maria	391	20/05/1826						
Margarida J. Conceição	1091	20/02/1826		950			2916	
José António	1145	01/02/1826						
João	1156	09/08/1826						06/07/1831
António José	1162	08/12/1826						
Joana Rosa	1405	22/03/1826	18/01/1845	1634				
Francisco José	2394	14/12/1826						
Maria Rosa	2400	31/03/1826						
José António Silva	2417	11/01/1826	05/11/1857	1714				06/05/1870
Joaquim José	2891	28/05/1826						
Maria Joaquina S. Araújo	778	29/12/1827	12/03/1848	1843				26/11/1893
Joana Maria	1238	27/03/1827						
António	1563	20/09/1827						
Joana Rosa	1960	24/09/1827	19/10/1855	298				
Bernardino José	2257	11/04/1827						
Daniel	2356	26/12/1827						25/05/1830
João Luís	2424	25/06/1827						
Rodrigo António	2688	14/02/1827						
Maria Luísa	2478	09/01/1827	10/10/1855	193				12/01/1891
Maria Luísa		09/01/1827	10/10/1855	2518				
Domingos	355	30/11/1828						
Ana Maria Neves	391	12/03/1828		1881				18/05/1898
António Joaquim	946	30/10/1828						
Joana Maria	1154	21/10/1828						
João José Silva	1511	14/05/1828		1604				
Ana Maria	1527	30/06/1828						13/01/1829
Delfina	1551	05/02/1828						
Miquelina Rosa	1574	10/03/1828						16/12/1830
Maria Josefa	1601	01/06/1828					2934	17/09/1861

Apêndice Genealógico

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Claudina Rosa Martins	2356	06/06/1828	13/07/1849	3122				12/10/1888
Rosa Maria	2379	14/05/1828						14/08/1831
João José	2418	26/05/1828						
Joaquina Rosa	2436	29/02/1828						
Gertrudes Maria	2611	03/02/1828						
Maria	328	30/03/1829						
José Joaquim	778	03/06/1829						
Miquelina Rosa	1145	02/04/1829						03/07/1831
Francisco José	1228	12/08/1829						
Joaquim António	1292	13/12/1829						03/07/1831
João Espírito Santo	1574	04/06/1829						23/12/1830
Maria Joaquina	1605	20/01/1829	17/11/1860	2638				29/03/1886
António	2055	30/11/1829						
João	2257	16/08/1829						20/08/1830
José António	2394	20/09/1829						
José	2400	26/04/1829						
António José Nogueira	2400	26/04/1829		377	378			
Vicência Rosa	2424	02/06/1829						04/12/1831
Manuel José Silva	2612	15/07/1829	20/12/1860	2422				
António Joaquim	2892	04/08/1829						
Ana Joaquina	74	17/05/1830						
Maria Rosa	234	03/05/1830						
Joaquim José	516	20/05/1830						
António José	947	07/01/1830						
Josefa Maria Rocha	1156	07/03/1830		964				16/10/1905
Maria Josefa	1527	01/09/1830	10/08/1848	1092				28/12/1901
José António	2379	23/05/1830						
Ana Maria	2417	28/10/1830	19/09/1871	1649				
José Maria	2419	08/04/1830						
António Luís	2436	02/07/1830						18/07/1830
Joaquim José	2436	02/07/1830						
Maria	2893	13/05/1830						27/07/1832
José António	2894	23/05/1830						
Francisco António	2895	26/08/1830						
Ana Josefa	2478	26/05/1830						
Maria Rosa	2866	13/05/1830						27/07/1832
Antónia Maria	391	06/03/1831						
Manuel Joaquim	517	15/01/1831						
João José	778	22/10/1831						
Manuel José	1154	16/07/1831						
Ana Maria	1162	04/03/1831						

S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
António José	1527	10/11/1831						
Rosa Maria Sá	1574	20/01/1831	11/09/1851	1676			12/03/1870	Josefa
Luísa	1960	18/07/1831						22/10/1841
António José	1976	31/08/1831						
Matilde	2356	03/04/1831						
Miquelina Rosa Nogueira	2400	05/08/1831						04/07/1916
António José	2418	27/03/1831						
António	2419	20/12/1831						
Albina Rosa	2424	01/10/1831						
Emília Rosa	2611	06/01/1831						06/06/1860
António José	2612	20/06/1831						
Maria Luz	2896	01/02/1831						05/12/1832
Ana Maria	2897	08/11/1831						
Joaquim	2898	02/12/1831						
Josefa Maria	328	09/12/1832	11/10/1850	1152				02/06/1881
Maria Josefa	373	06/05/1832						
Domingos José	947	17/08/1832						
Joaquim Francisco	1145	16/01/1832						08/04/1834
Manuel José	1511	17/05/1832						
José	2356	21/10/1832						
José António	2394	25/07/1832						
Francisco Joaquim	2899	11/02/1832						
Leocadia Rosa	2900	27/04/1832						
Felicidade Rosa	779	02/10/1833		487				
José Joaquim	1574	02/01/1833						07/02/1833
Manuel José Sousa	1605	10/03/1833		2425				06/02/1904
Manuel António	1574	27/12/1833						
Maria	2115	19/05/1833						
Joaquim José A. Pereira	2379	25/03/1833		1334				
Josefa Maria	2394	21/11/1833						
António José	2420	01/08/1833						
António Lourenço S. Viana	2436	11/05/1833	10/08/1854	404				
António Joaquim	2612	08/09/1833						
Manuel Joaquim	373	01/05/1834	22/10/1859	2359				
Luísa Rosa Sousa	778	21/04/1834	29/12/1863	2647				12/10/1880
Joaquina Aurélia	1154	01/11/1834	26/08/1865	1977				03/05/1887
Manuel José	1405	31/05/1834						
António José	1527	08/04/1834						14/09/1835
Bento José	2382	11/08/1834						
Felicidade Maria	2400	04/01/1834	08/02/1858	2377				
Joana Rosa	2419	24/01/1834						

Apêndice Geneológico

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Clementina Rosa	2424	07/05/1834						
Josefa Maria	2611	05/04/1834						18/10/1835
Mariana Teresa	2901	12/05/1834						
Joana Rosa Silva	2902	14/08/1834	11/01/1866	443				11/05/1895
Joana Maria	2903	16/11/1834						
Joaquim Dias Pereira	265	03/01/1835		1379				
Clementina Rosa	357	18/05/1835						
Josefa Correia	373	25/09/1835						
Luísa Rosa	1145	28/08/1835						08/04/1837
João António	1162	06/09/1835						
António José	1605	11/08/1835						
Emília Rosa	2356	15/04/1835						
Manuel José	2379	01/03/1835						
António Joaquim	2899	31/12/1835						
António Joaquim	2904	13/11/1835						
Narcisa Rosa	2478	29/06/1835	10/08/1854	404				
Manuel José	188	08/01/1836						02/11/1841
José	328	14/04/1836						
Maria Joaquina	1527	30/01/1836	22/05/1859	1129				23/09/1874
José	1574	17/05/1836						
Joaquina Rosa	1712	14/09/1836						
Maria Josefa	1760	11/02/1836						
Bernardino José	1976	13/01/1836						
Josefa Maria	2103	18/10/1836						
Maria Belém	2140	01/08/1836						15/08/1838
Ana	2356	04/12/1836						
Benedita Rosa	2394	30/03/1836						
Ana Maria	2419	01/10/1836						28/06/1898
Perpétua Rosa	2457	03/08/1836						
Francisco José	2905	02/05/1836						
António José	74	07/11/1837						
Domingos	265	29/07/1837						
Ana Rosa	373	14/12/1837						
José Joaquim Carneiro	770	05/01/1837						11/09/1905
Maria Joana	779	22/08/1837	28/11/1868	1318				
Sebastião José	1167	30/01/1837						
António	2017	10/10/1837						
Mariana Teresa	2400	17/04/1837						
Maria Josefa	2418	14/03/1837						
José Joaquim	2612	29/11/1837						
Josefa Maria	2897	03/07/1837						07/05/1860

S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
António José	2901	17/07/1837						19/07/1837
Inácia	1154	17/02/1838						
Maria Josefa Costa	1360	01/07/1838		1513				20/11/1895
Bernardino Silva Monteiro	1527	16/01/1838	27/12/1863	766				19/12/1901
Miquelina Rosa	1574	15/09/1838						
Maria Rosa	1640	18/08/1838						05/09/1838
João Luís	1731	06/08/1838						
João Luís	2140	01/04/1838						01/09/1869
José António	2140	13/02/1838						
Bernardino	2379	25/02/1838						
Manuel José	2421	11/12/1838						
José Félix	2457	02/05/1838						
Eufrosina		26/01/1838						
Ana Joaquina	328	20/05/1839						
Ana Rosa	373	04/05/1839						
João Luís	442	01/05/1839						
Luís Bernardino	1167	17/02/1839						
Maria Rosa Ribeiro Silva	1602	11/11/1839						02/01/1919
João José	1793	17/03/1839						
Francisco Joaquim	1810	20/09/1839						22/09/1839
Ana Rita	1976	11/06/1839						
João Luís	2017	26/04/1839						
João José	2103	03/03/1839						22/03/1839
José	2264	16/12/1839						
Maria Josefa	188	09/10/1840						
António	328	10/08/1840						
Joana Maria	367	06/01/1840						18/08/1841
António Joaquim	373	19/12/1840						
Clara Pereira Marques	472	21/10/1840	11/05/1867	1358				
José Bento	958	09/04/1840						
Maria Joaquina	1405	24/07/1840	26/01/1860	1781				
Bernardina Rosa	1527	09/04/1840						01/01/1842
Joaquina Rosa Ribeiro	1602	12/02/1840						03/07/1916
Manuel José	1640	05/03/1840						
Francisco	1731	17/09/1840						
António Manuel	1896	07/08/1840						
António José	2103	07/12/1840						
António José	2136	29/12/1840						
Luísa Rosa	2262	16/06/1840						21/10/1841
Rodrigo António	2379	04/08/1840						
Manuel José	2419	25/03/1840						

Apêndice Genealógico

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Joana Rosa	2457	10/09/1840						
João Silva	2612	18/02/1840	19/09/1871	1649	1650			20/11/1916
Camila Rosa	2901	25/01/1840						16/09/1841
José	2902	07/03/1840						
Ana Maria	367	18/04/1841						
Maria Rosa Silva	391	27/11/1841	06/01/1866	318				
Joaquim	1167	30/07/1841						
Vicente	1360	21/07/1841						
Rosa	1531	18/06/1841						
Teresa Jesus	1602	10/03/1841						
Maria Luísa	1635	10/05/1841						
Bernardina	1641	06/03/1841						
Maria Rita	1865	10/08/1841						
José Bernardo	2017	30/08/1841						
Emília Rosa	2140	21/09/1841						01/01/1927
Manuel José	2421	28/06/1841						
Francisco	2901	15/10/1841						
Jovita Rosa	2913	14/02/1841						
Indetermin.	1976	18/06/1841						19/06/1841
Semião	340	27/09/1842						
Joaquim	377	08/02/1842						
Manuel Pereira M. Júnior	472	16/05/1842	30/11/1865	2493	2494			21/02/1911
Florinda Jesus Carneiro	770	22/08/1842	06/06/1908	2539				04/02/1924
João	1527	03/04/1842						
Inácio	1602	28/04/1842						
Francisco	1640	20/12/1842						
Emília Rosa	1731	26/02/1842						
Joana	1793	03/04/1842						24/04/1842
Maria Teresa	1954	20/02/1842						
Maria Joaquina Sá	2136	31/10/1842	04/02/1868	915				14/01/1925
Francisco	2262	10/01/1842						
Maria Rosa	2379	09/02/1842	26/03/1856	2613				03/01/1877
Joaquim	2890	05/10/1842						
Paula		28/05/1842						
Maria	2911	05/11/1842						
Maria Joaquina Silva	2915	28/05/1842	10/01/1868	322				09/02/1928
Manuel Pereira M. Júnior	472	16/05/1842	30/11/1865	2493				21/02/1911
António Joaquim A. Carneiro	188	20/01/1843	06/01/1866	318				
António Manuel	325	02/08/1843						02/08/1843
Ana Rosa	373	30/04/1843						
Francisco Sousa	779	02/08/1843						

S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Luís Marques	958	13/03/1843						
Maria Augusta	1167	03/06/1843	07/05/1874	473			2950	17/01/1901
Josefa Maria Ribeiro	1602	09/10/1843	28/11/1868	1866				
Emília Rosa	1635	22/05/1843						
Joana Maria	1793	13/04/1843						
Joaquim Machado Sá	2140	15/12/1843	20/08/1868	1443				
Manuel Costa Godinho	2262	17/08/1843						
José Costa	2419	03/05/1843						
Maria Rosa	2457	22/03/1843						
António J. A. Guimarães	2912	14/04/1843						
Maria Rosa	2913	05/06/1843	19/06/1875	1702				
Joaquim C. M. Guimarães		28/10/1843	11/06/1876	1357				
Manuel José Pereira	1976	04/05/1843						
Manuel Joaquim	325	15/07/1844						
Joaquim José	328	20/03/1844						
José Maria	340	28/04/1844						
Antónia Maria	367	18/08/1844						
Joaquim	373	23/12/1844						
José Manuel	455	26/02/1844						
Joaquina Rosa	1360	28/11/1844						26/08/1935
Maria Joana	1731	04/04/1844						24/08/1862
Mariana Costa	1785	21/03/1844						
Joaquim Sampaio	2017	04/10/1844						
Josefa Maria Pereira	2379	23/12/1844	05/10/1862	1131				20/09/1889
José António	2396	18/12/1844						
José Joaquim S. o Botica	2421	20/06/1844		1879				15/03/1908
Ana Maria Cristina	2914	23/03/1844						
Ana Rosa	2915	19/05/1844						
João Silva	2916	14/10/1844						
Francisco Silva		11/07/1844	02/01/1873	1219				
José António		25/02/1844	19/06/1875	1702				
Joaquim	1976	10/08/1844						
Teresa Felícia	188	05/04/1845						
Maria Joaquina	325	30/05/1845	10/02/1861	1782				
Luísa Rosa M. Sousa	958	08/03/1845		326				29/05/1899
Rodrigo	1167	09/11/1845						
Josefa Joaquina	1288	03/02/1845						
António Joaquim	1527	14/02/1845						
Luís António	1602	08/04/1845						
Gaspar Coelho	1612	25/08/1845	11/01/1875	1250				
João Luís	1662	07/08/1845						

Apêndice Genealógico

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Luísa Rosa	1863	12/02/1845						
Maria Josefa	1896	17/02/1845						
Felícia	1954	16/02/1845						
Lino José Marques Araújo	2136	19/01/1845						29/06/1914
Joaquina Rosa Machado	2140	12/10/1845	16/11/1868	1991				
Ana Maria	2917	11/02/1845						
Maria Joana Abreu	340	22/05/1846	23/12/1863	1787				15/04/1923
Luís Bernardo	472	17/12/1846						
João Luís	1662	14/10/1846						
Ana Maria	1731	28/04/1846						
Manuel	1896	23/12/1846						
Joaquina Rosa	2017	10/11/1846						
Miquelina Rosa	2136	24/06/1846	15/05/1871	392				
Matilde	2262	08/05/1846						
António José	2379	10/09/1846						
Bernardino	2419	23/02/1846						
Maria Luísa	2916	02/05/1846						
Úrsula Maria Rocha	2918	20/03/1846	26/11/1868	1952				
Ana Maria	2919	21/03/1846						
Luís Bernardo	472	17/12/1846						
Francisco Correia Lima		25/04/1846	12/07/1875	1120				
Antónia Maria J. Pereira	472	12/08/1847	10/08/1867	1568				
Felicidade	741	19/08/1847						
António Joaquim Sousa	779	03/06/1847		333				
João	1360	12/08/1847						
António	1602	12/06/1847						
Miquelina Rosa	1612	11/07/1847						
Manuel Osório	1712	27/06/1847						
Ana Joaquina	1793	26/07/1847						
António	2140	06/06/1847						
Maria	2396	13/02/1847						
Sebastião	2697	16/08/1847						
Ernesto José Sousa		24/03/1847	22/07/1869	1011				
Luís José Sousa Grilo		21/08/1847	05/08/1875	2139				
Felicidade	741	15/05/1848						
Claudina Rosa Sousa	1843	28/06/1848	22/07/1869	1011				
Joaquina Rosa	1954	22/03/1848						
Manuel	2258	15/05/1848						
Maria Silva	2421	20/02/1848	08/01/1878	764				
António Joaquim	2921	23/01/1848						
José Joaquim Cunha	2922	25/11/1848	08/04/1875	1800				

S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Joaquim	340	13/03/1849						
José	396	26/12/1849						
Maria Joana	1092	23/09/1849						
Maria Joaquina Araújo	1104	11/02/1849	05/08/1875	2139				
Augusto	1167	21/09/1849						
João Ferreira	1391	14/03/1849						
Maria Rosa	1592	11/10/1849	11/06/1876	1357				
Emília	1602	19/08/1849						
Francisco Costa	1785	12/10/1849						29/01/1911
Maria Joana	1827	16/05/1849						
Matilde Rosa Osório	1843	27/09/1849	01/07/1880	699	2179		2960	18/05/1913
Antónia Maria Sampaio	2017	27/03/1849	03/06/1897	1514				06/10/1916
José	2127	06/10/1849						
José Marques	2136	07/12/1849						
Manuel Luís Silva	2147	30/06/1849		2441				
Joaquina Rosa	2915	28/08/1849						
Justina	2923	03/10/1849						
Justina		18/10/1849						
Emília		05/10/1849						
Maria Rosa		11/10/1849	11/06/1876	1357				
Roberto Rodrigues	396	17/12/1850						
Maria Joana	741	06/04/1850	02/02/1873	1219				29/07/1888
Francisco Oliveira	1470	22/04/1850			1187	1188		03/10/1913
Ana Joaquina	1731	15/04/1850						
Maria Joaquina Silva	2140	19/12/1850	02/01/1873	1589				11/01/1918
Manuel Araújo	2379	12/12/1850						
Joana Rosa Silva	2421	22/08/1850						19/05/1928
Miquelina Rosa	2926	13/02/1850						
António Silva Freitas		15/07/1850	20/12/1877	539				20/12/1924
Jerónimo Oliveira		02/03/1850	19/08/1875	1306				
Manuel Dias Palmeira		07/06/1850	17/11/1880	2274				
Loduvina	340	10/03/1851						
Francisco António	950	13/02/1851						17/12/1925
José	1092	02/10/1851						
Manuel	1100	08/05/1851						
Joaquina	1104	08/06/1851						
Ana Joaquina	1152	29/10/1851						20/03/1869
Augusto	1167	06/03/1851						
António José Ribeiro Silva	1602	16/04/1851						18/01/1894
Ana Vaz	1662	26/10/1851	12/07/1887	2525				
Manuel	1793	14/06/1851						

Apêndice Genealógico

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Joaquim José	1843	28/12/1851						
Genoveva	1863	10/05/1851						
Carmelina Raquel Sampaio	2017	29/08/1851					2962	22/11/1934
Lino	2140	21/02/1851						01/01/1936
Luísa	2147	12/03/1851						
Joaquina	2915	30/12/1851						
Francisco José	2927	07/01/1851						12/07/1936
Maria José	2930	27/10/1851						
Claudina Rosa	3122	03/06/1851						
António Sousa Machado		01/03/1851	03/03/1877	555				
Manuel Pereira Sampaio		09/12/1851	10/10/1872	2497				
António Pereira M. Júnior	472	30/03/1852	27/05/1874	473				
Joaquim Correia A. Júnior	1167	01/06/1852			1356			28/11/1904
José Hipólito Silva	1588	26/08/1852	20/02/1879	2043				30/10/1908
Francisco	1602	10/11/1852						
Roberto Silva Coelho	1612	20/12/1852						25/01/1918
Ana	1863	11/02/1852						
Maria Emília Silva	2147	07/07/1852			450			12/06/1903
José	2492	31/10/1852						01/01/1929
António Pereira M. Júnior	472	30/03/1852	27/05/1874	473				
Francisco Pinheiro Cunha		10/04/1852	04/02/1875	1194				
Joana Correia		10/08/1852	29/03/1884	1309				06/02/1925
Maria	396	09/10/1853						
Maria	442	13/10/1853						
António	948	11/05/1853						
Matilde	950	11/06/1853						
Francisco Araújo Pereira	1100	27/03/1853						25/01/1924
Manuel	1104	30/01/1853						
Rodrigo Caetano	1152	27/09/1853						
José	1157	23/03/1853						
Maria Conceição	1163	28/12/1853						
Joana Rosa Sousa	1606	01/01/1853	14/01/1875	1811				18/01/1923
Claudina Silva	1612	21/03/1853	05/10/1876	732				
Ana	1863	19/04/1853						
Jacinto	2005	31/01/1853						
Luís	2140	26/03/1853						01/01/1936
Narcisa Rosa	2421	29/07/1853	29/08/1878	284				
Emília Martins Barbosa	3122	16/01/1853						11/11/1908
António José Amorim		29/10/1853	16/08/1882	344				
Maria Rosa Ribeiro		15/02/1853	20/12/1877	539				02/02/1933
Joaquim José Ribeiro		02/02/1853	12/03/1877	1429				

S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Luis José Fernandes		09/06/1853	07/07/1879	2135				
Manuel	404	06/03/1854	17/12/1906	2154				04/08/1922
Manuel	1157	06/06/1854						
Matilde	1602	01/06/1854						11/06/1931
Ana Belém	1612	02/10/1854	22/05/1877	1468				
Ana Rosa	1843	03/02/1854					2979	
Clara Silva	1954	21/06/1854	12/07/1875	1120				
Manuel Sampaio	2017	14/04/1854	12/07/1887	2525	2526			
Carolina Rosa	2136	13/04/1854	20/10/1877	1439				
Emília	2147	10/05/1854						
Maria	2437	24/03/1854						
Maria	2929	06/06/1854						
Manuel	2930	30/08/1854						13/06/1863
Joaquim Moreira Sousa		08/09/1854	22/05/1877	1468				
João	396	13/01/1855						
Maria Pereira Marques	472	06/01/1855	05/02/1883	2056				10/03/1912
Teresa Araújo Pereira	1100	09/09/1855						02/05/1942
Josefa Maria Gomes	1104	07/09/1855	03/11/1879	1842				28/08/1933
Balbina Rosa	1152	20/01/1855						28/11/1866
Carolina Conceição	1167	09/06/1855						
Joaquim	2127	15/03/1855						
João	3122	27/12/1855						28/07/1862
Maria Pereira Marques	472	06/01/1855	05/02/1883	2056				10/03/1912
João		26/06/1855	07/07/1878	1542				
Maria	396	14/03/1856						
Maria Joana	464	25/11/1856	04/02/1875	1194				18/06/1930
Joaquina Pereira	472	22/01/1856	17/02/1870	400				
Camilo	950	01/05/1856						
Emília Rosa	1092	04/12/1856						
António José	1152	18/03/1856						28/11/1956
Joaquim Rodrigues Ribeiro	1308	21/01/1856	05/01/1884	1503				
Ana Maria Silva Hipólito	1588	30/12/1856					2963	08/06/1906
Alcina Rosa	1606	03/02/1856	08/04/1875	1800				24/11/1940
Ana Joaquina	1772	14/07/1856	03/03/1877	555				
Manuel	1843	12/01/1856						02/01/1866
Teresa	2005	12/04/1856						
Félix Machado	2140	16/01/1856		1022				28/02/1897
António Joaquim Silva	2421	17/09/1856		327				18/11/1899
Maria	2437	01/07/1856						
António Manuel	2931	25/11/1856						
Delfina	3122	04/11/1856						

Apêndice Genealógico

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Joaquina Pereira	472	22/01/1856	17/02/1870	400				
Maria Rosa	365	26/05/1857						
Maria Teresa	367	19/08/1857						
Maria Augusta Nogueira	378	13/04/1857	18/12/1878	1422				
José	487	10/08/1857						
Úrsula	1110	16/08/1857						
Balbina	1163	18/08/1857						
Ana Joaquina	1482	09/11/1857						
Ana Maria Ribeiro	1602	21/06/1857						30/08/1935
Ana	1612	14/07/1857						
António Manuel	1676	24/10/1857						24/11/1871
Teresa	2147	11/04/1857						
António		20/02/1857						
Joaquim	2933	22/06/1857						
Matilde Osório	2934	22/11/1857	16/08/1882	344				
António Correia Amaro		13/06/1857	28/01/1882	232				28/06/1914
José Maria Nogueira	378	29/07/1858		1930				05/01/1935
Rosa	464	07/12/1858						
Ana Joaquina	487	20/10/1858						
Miquelina Rosa	964	08/07/1858	18/03/1899	1650				
Emília Rosa	1092	13/09/1858						30/05/1859
Joaquina Rosa Pereira	1100	02/03/1858						16/12/1931
Miquelina	1104	04/06/1858						
Mariana	1110	05/10/1858						17/08/1935
Ana Joaquina	1295	29/07/1858	07/02/1892	1933				
António Machado	1304	10/03/1858	08/12/1880	410				
António José	1606	01/10/1858						
João	1714	14/11/1858						
Joaquina Sousa	1772	20/04/1858	12/03/1877	1429				
Luis	1843	25/07/1858						
António	2005	13/07/1858						19/10/1926
Ana Maria Neves	2930	31/08/1858	04/06/1890	768				
Ana	2935	05/06/1858						
Maria Rosa	3122	17/09/1858	31/01/1885	405				29/11/1941
António Costa Marques		02/03/1858	17/01/1884	247				
Jerónimo R. Ribeiro		02/03/1858		1308	1309			25/11/1905
Ermelinda		06/10/1858	07/07/1878	1542				
Maria Teresa	193	26/08/1859						26/07/1862
Maria Rodrigues Soares	396	05/04/1859	17/11/1880	2274				
José Pereira Marques	472	23/02/1859		1986				
Maria Joaquina	951	29/08/1859						

S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Joaquina	1152	19/12/1859						
Manuel Joaquim	1304	06/07/1859						
José	1602	28/03/1859						
Manuel José Silva	1604	15/10/1859	14/11/1882	2423				
Francisco	1612	15/07/1859						01/01/1916
Matilde	2147	26/06/1859						
Maria Carmo Viana	2437	28/02/1859		1356				07/04/1937
Joana	2936	03/08/1859						
Miquelina		04/12/1859						
António	752	30/05/1860						
Joaquim	1152	05/08/1860						
Margarida	1687	12/11/1860						
Joaquim	2421	26/03/1860						
Emília Rosa Nogueira	2938	27/05/1860	20/10/1883	2531				17/10/1908
Maria Machado Queirós		18/06/1860	05/01/1884	1503				
Manuel Ferreira Leite		28/06/1860	28/12/1882	2315				
Bernardino	378	09/01/1861						
Justino	964	30/03/1861						
Manuel Araújo Pereira	1100	18/01/1861						23/04/1939
António	1104	10/07/1861						
José Carvalho	1110	09/02/1861						04/12/1891
Camila	1129	07/04/1861						07/09/1862
Ana Joaquina Silva	1304	10/07/1861	29/05/1895	2108				
Francisco	1334	27/06/1861						
Camila Augusta Ribeiro	1602	20/12/1861						12/01/1941
Josefa	1606	23/03/1861						
Daniel Silva Coelho	1612	30/11/1861	23/05/1887	870				30/01/1943
Inácio	1714	07/03/1861						
António Joaquim	1843	23/02/1861						
Rosa Lima	1871	10/02/1861	28/01/1882	232				30/12/1931
José Joaquim	2005	04/02/1861						
Camila Rosa M. Araújo	2136	06/02/1861	17/01/1884	247				11/07/1934
Balbina	2437	04/03/1861						21/04/1949
Paulina		18/03/1861						
Justino		10/01/1861						
Joaquim Martins Barbosa	3122	25/10/1861		1458				23/10/1946
Félix Pereira Marques	472	30/07/1861	15/08/1885	1023				26/08/1909
António Sousa Ferreira		15/03/1861	17/08/1884	553	554			
Pedro Alves Silva	193	15/03/1862		2642				06/04/1921
Lucinda Nogueira	378	22/08/1862	14/11/1882	2423				18/10/1932
Maria Josefa Monteiro	766	08/01/1862	17/08/1884	553				

Apêndice Geneológico

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
José F. Silva Guimarães	1092	07/03/1862	11/06/1884	1845				23/07/1921
Joaquina	1304	24/08/1862						
Ana Piedade Silva	1331	07/01/1862	07/07/1879	2135				09/08/1942
Maria Rosa	1782	01/03/1862						
Angélica Rosa	2005	23/09/1862						
Joaquim	2232	20/10/1862						04/11/1868
Emília	2501	10/12/1862						
Camila Rosa	2638	29/06/1862	09/04/1887	790				
Arminda Lourenço Silva	752	02/05/1863	27/11/1883	658				
Rosa	964	07/04/1863						
José	1131	19/08/1863						
José	1392	15/09/1863						19/02/1932
Manuel	1513	12/04/1863						18/11/1868
Francisco	1782	01/07/1863						
Manuel Joaquim Osório	1843	04/04/1863	06/08/1894	2362				14/11/1927
Francisco Lima	1871	18/01/1863	13/04/1890	1171				11/01/1925
Albina	1881	02/02/1863						02/02/1942
Camila	2059	16/03/1863						
António	2425	29/08/1863						29/01/1938
Joaquina Fernandes	2638	03/12/1863	10/08/1898	269			2973	15/04/1931
Maria Rosa	2930	19/08/1863						
José	2941	24/02/1863						
Alberto		30/09/1863						
Domingos Alves Silva	193	28/07/1864	16/05/1885	908				
Teresa	378	07/09/1864						
Joaquim	502	21/12/1864						
António Dias	742	18/09/1864	23/07/1883	258				
Manuel	774	03/05/1864						16/08/1865
João	951	21/05/1864						16/05/1873
Rosa	1304	14/06/1864						
Camila	1331	27/09/1864						
João	1612	03/09/1864						28/05/1868
Maria Silva	1714	18/05/1864						02/12/1879
António	1676	12/07/1864						24/11/1871
Maria Joaquina	2647	19/07/1864	23/05/1887	321				24/11/1914
Maria Emília Alves Silva	318	26/12/1865						22/05/1937
José	518	10/01/1865						
António	766	17/11/1865						
Joaquim Matos	951	04/03/1865	19/05/1904	1459				29/03/1938
Ana Maria Rocha	964	23/08/1865	16/05/1885	908				
Emília Rosa Ferreira	1129	17/05/1865	24/08/1885	1430	1784			

S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Ana	1131	03/03/1865						16/08/1866
Joaquim	1152	26/09/1865						07/06/1880
Félix Silva	1513	10/02/1865		1024				28/07/1928
Rita Carvalho	1597	14/09/1865	02/12/1893	1963				
Maria Cândida	1604	30/07/1865						01/10/1933
Joaquim José Sousa	1606	12/09/1865		1431				
António	1782	02/09/1865						13/01/1867
José	1843	16/08/1865						18/12/1865
Victorino Lima	1871	01/09/1865						15/01/1940
Maria Joaquina	2005	25/11/1865						
José Maria	2493	25/12/1865						
António Ribeiro Silva	2501	18/07/1865	23/10/1913	489				08/04/1938
Albina Rosa Fernandes	2638	26/09/1865	09/11/1903	1457			2977	
Camila	3122	10/03/1865						29/06/1877
Emília	378	10/05/1866						10/09/1958
José	801	21/05/1866						
Quitéria	1304	12/07/1866						04/04/1868
Luís	1349	23/05/1866						07/07/1867
Maria Rosa	1361	16/07/1866						
Cândida	1513	28/09/1866						
Félix	1663	18/04/1866						13/04/1873
Maria Rosa	1955	28/06/1866						
Manuel José Pereira	1977	18/02/1866	30/05/1888	2408				30/11/1933
Joana	2425	02/02/1866	27/05/1911	2018				21/05/1925
António Maria	2437	08/03/1866						
Cândido Augusto	2944	06/01/1866						
Adriano		04/02/1866						
José Joaquim	2946	25/05/1866						
Eufrásia		08/10/1866						
José	193	26/05/1867	19/10/1880	1672				15/04/1933
Félix	318	21/03/1867						20/01/1872
Joaquim	518	05/01/1867						
Guilherme	742	10/07/1867						17/08/1868
Maria Rosa Sampaio	951	27/01/1867	30/05/1888	2408				16/08/1929
Joaquim	1096	16/09/1867	15/10/1898	1311				28/07/1935
Ana Araújo Pereira	1131	17/04/1867	13/04/1890	1171				26/08/1926
António Ribeiro Silva	1714	15/09/1867	03/05/1897	488				23/01/1924
António	1782	29/10/1867						
Ana Maria	1977	20/09/1867						29/06/1868
Sofia Pereira Dias	2493	11/09/1867	11/06/1893	2022				
Próspero Fernandes	2638	21/04/1867						30/07/1896

Apêndice Genealógico

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
António Costa Mesquita	2948	18/04/1867	20/04/1889	3114				14/05/1933
António Elias M. Barbosa	3122	18/10/1867	10/08/1898	269				01/04/1917
António Ribeiro Silva		15/09/1867	03/05/1897	488				23/01/1924
Emília	322	04/05/1868						25/05/1868
Inácio Silva Ribeiro	518	29/07/1868						09/02/1942
José	766	19/05/1868						
Francisco	1129	03/05/1868						16/09/1869
Bernardino Machado Júnior	1304	29/06/1868		753				
António Dias Pereira	1379	11/02/1868	31/03/1901	264				02/04/1944
Bernardina Rosa	1513	02/04/1868	04/11/1896	231				
Félix	1843	06/04/1868						03/06/1876
António	1871	09/01/1868						
Florinda	1881	23/09/1868						
Maria	2008	13/10/1868	27/04/1897	1585				17/10/1952
Lino	2647	14/10/1868						
José Maria Pereira		09/06/1868	07/02/1892	1933	1934			
Teresa Felícia Silva	318	02/01/1869	09/12/1891	359				16/02/1942
José	1349	29/08/1869						
Idalina	1358	27/06/1869						
Teresa Rosa	1952	25/08/1869	20/12/1887	469				
Augusto	2425	18/01/1869						
Avelino	2437	01/03/1869						21/05/1951
Custódio		18/07/1869						
Clementina	318	27/12/1870						
Joaquina Machado	320	01/03/1870	08/10/1890	2451				
Amélia Rosa Couto Sá	322	02/01/1870	09/04/1888	789				
Rodrigo Sousa Ribeiro	558	23/05/1870		2668				
Francisco	766	03/06/1870						
António	951	20/06/1870						23/01/1936
José Oliveira	964	23/01/1870	02/12/1893	1963				30/06/1923
José	1011	27/03/1870	04/07/1891	1673				24/10/1923
Francisco Machado	1304	13/11/1870	17/11/1895	1174				11/02/1943
Maria Joaquina Silva	1331	18/05/1870	08/03/1885	747				
António José Correia	1772	03/05/1870	09/12/1891	359				22/12/1939
Camilo Pereira Marques	2493	06/04/1870						27/10/1929
Casimiro	2647	04/01/1870						
Carolina	2950	04/01/1870						
Manuel Marques		01/03/1870	08/10/1890	2451				
Manuel Alves Carneiro	318	12/06/1871						
José	320	30/10/1871						
Sofia Rosa Fonseca	333	02/05/1871	18/09/1899	609				

S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
José	491	18/07/1871						
Alexandrina C. Marques	915	15/11/1871	22/04/1899	268				22/01/1928
Sebastião	1318	27/03/1871						25/07/1934
Bernardino C. Carvalho	1349	05/06/1871		738				
Félix	1443	24/09/1871						
Félix	1513	14/02/1871						
Maria Rosa	1843	25/10/1871						
José Joaquim Lima	1871	19/03/1871	11/02/1901	1872				01/04/1943
Ana Monteiro	1952	04/09/1871					2974	24/04/1925
António Pereira Amaro	1977	04/05/1871	19/09/1896	459				
Engrácia	2008	05/02/1871						24/08/1873
Rosa	2101	19/11/1871						
Benedita	2425	10/10/1871						23/08/1873
Joaquim	2437	09/08/1871						
Manuel	2647	04/10/1871						
Maria Rosa	2938	29/06/1871						13/01/1953
Augusto	2951	03/07/1871						
Emília Rosa Silva	322	22/01/1872	19/01/1891	1957				09/05/1895
Felicidade	742	12/04/1872						
Maria	801	10/02/1872						17/07/1935
Augusto Ferreira	1129	02/06/1872	14/11/1896	649				13/08/1930
Francisco Joaquim	299	16/01/1873						
Camila Rodrigues Andrade	491	17/09/1873	27/01/1913	421				17/04/1956
Ana Joaquina	766	18/01/1873						
Francisco	915	09/09/1873						
Francisco Moreira	1219	10/02/1873						
José	1443	08/09/1873						17/01/1931
José	1568	13/05/1873						
João José Alves	1589	01/04/1873		1595				21/11/1938
José Silva	2441	07/02/1873		2031				
Maria Amélia	2952	06/02/1873						
Manuel	2953	06/04/1873						
Adelaide Rosa Silva Costa	299	24/01/1874			379			14/12/1954
José	677	10/05/1874						
Bernardina Rosa	766	15/09/1874						07/08/1876
José	915	20/12/1874						
Maria Joaquina	1222	28/01/1874	14/11/1896	649				
Joaquim	1779	03/02/1874						
Albina	1871	10/07/1874						09/09/1876
Joaquim	1952	18/09/1874	11/02/1899	1310				13/12/1948
Joaquina	1977	20/12/1874						

Apêndice Genealógico

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Maria Josefa	2307	04/11/1874	03/05/1897	488				28/10/1950
Carolina	2437	04/02/1874						
Guilhermina	2441	28/10/1874						
Alberto		22/06/1874						
Carolina Augusta Sampaio	2962	22/11/1874					2986	03/08/1952
José	299	16/01/1875						
Balbina Rosa Silva	318	27/11/1875	29/05/1912	1425				17/06/1924
Maria	677	15/06/1875						08/11/1875
Joaquim	742	05/03/1875						
Manuel	773	24/10/1875						04/01/1876
Rosa Araújo Pereira	1131	09/08/1875	04/09/1912	329				
José	1185	12/08/1875						
Manuel	1550	14/01/1875						02/01/1951
Carolina	1568	09/02/1875						07/06/1941
Maria Rosa	1800	23/09/1875						
António Joaquim	1811	22/11/1875						
Camila	1886	01/04/1875						
António	2008	18/11/1875						02/08/1877
José	2437	13/05/1875	01/11/1903	1674				22/12/1964
Clara	2955	08/02/1875						
José Maria	2956	20/06/1875						
Leopoldina Araújo	2957	28/06/1875	01/05/1892	2364				13/10/1938
Manuel	677	13/09/1876						
Manuel Silva Monteiro	766	22/09/1876		2556				
Manuel	1121	09/01/1876						
Luísa	1130	23/04/1876						
Júlia	1306	09/07/1876	23/01/1898	224				29/11/1965
Maria	1443	25/10/1876						27/06/1931
Joaquim	1550	29/08/1876						
Cristino Joaquim Alves	1589	07/01/1876						19/04/1932
Francisco	1952	10/12/1876	03/10/1942	1087				18/08/1956
Felicidade Rosa	333	03/03/1877	09/08/1898	212				
Manuel	450	13/12/1877						
Elisa Rodrigues Andrade	491	07/08/1877	15/05/1902	2498				31/12/1942
Ermelinda	1121	03/12/1877						
Maria Ferreira	1130	17/12/1877						08/06/1896
Balbina	1568	22/07/1877						07/02/1881
Augusto	1589	20/12/1877	25/05/1932	1708				
António Joaquim	1800	20/01/1877						
Maria Emília Sousa Dinis	1811	19/06/1877	12/11/1907	2163	554			
Maria Josefa	1977	08/08/1877						

S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Joaquim	2008	25/03/1877	15/10/1904	1313				14/02/1939
Ana Maria	2958	01/03/1877						17/07/1877
Camila Alves Silva	318	30/06/1878						30/11/1945
Joaquim	333	02/10/1878						
Manuel Pereira	456	10/04/1878	10/04/1904	2479				23/04/1961
Carolina Silva Freitas	539	03/03/1878	17/03/1928	1658				23/11/1961
Francisco	742	11/02/1878						
Maria Emília Ferreira	773	25/02/1878		2027				
Semião	915	03/04/1878						
João	1443	25/09/1878						
António Maria Alves	1550	21/09/1878	27/01/1913	421				12/11/1959
Manuel	2437	18/02/1878						
Camila	2959	12/11/1878						
José	2962	13/05/1878						
Engrácia Rocha F. Silva	539	06/12/1879	15/07/1907	1142				
Ana Joaquina	868	14/09/1879						
João	1022	06/12/1879						
Carolina	1800	03/02/1879						
Manuel Silva	1879	18/07/1879	03/02/1910	2540				16/05/1963
Maria Pereira Dias	2493	19/08/1879	19/05/1904	1459				03/01/1952
Maria Conceição	2960	03/07/1879						02/03/1880
Leopoldina	318	23/03/1880						
Maria Rosa	326	24/05/1880						
Bernardino Silva Amaro	327	08/03/1880						16/03/1921
Maria Carmo Oliveira	450	01/05/1880		2494				
Félix	473	06/08/1880						09/12/1926
Angelina Rodrigues Andrade	491	17/03/1880	20/01/1913	707				02/05/1956
António Maria Silva Monteiro	766	04/04/1880	18/04/1925	425				22/01/1956
José	1130	27/06/1880						
Maria José	1131	30/01/1880						
Maria Luísa	1229	19/12/1880						10/08/1887
Luís Alves Dias	1589	04/05/1880	28/10/1907	2110				10/12/1928
Josefa Rosa	1762	08/05/1880	22/04/1899	2235	744			02/11/1942
António	1779	12/04/1880						16/12/1883
Maria Josefa	1779	11/04/1880						08/12/1883
Augusto	1952	23/02/1880						14/08/1955
Luís	1986	19/10/1880	12/04/1902	2109				24/02/1930
Margarida Vieira	2583	24/01/1880	11/11/1901	1160				
Joana Augusta	2961	19/02/1880						
Emília Rosa Sampaio	2962	05/06/1880	30/01/1902	758	1981			19/10/1910
Maria Rosa Silva		07/10/1880	18/04/1925	425				

Apêndice Genealógico

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Venâncio	318	27/04/1881						
Avelino Pereira Silva	520	03/02/1881						17/05/1916
Joana Rosa	773	16/11/1881	08/05/1904	2308				27/04/1952
Manuel Silva	1222	22/07/1881	29/08/1904	2538				03/04/1956
Félix	1787	30/01/1881						
Avelino Silva	1879	23/01/1881						02/06/1931
Camila	1886	04/04/1881						
Maria	2963	18/08/1881						
Joaquina Rosa	232	24/11/1882						08/08/1930
Maria Eulália	327	12/02/1882						25/08/1953
Matilde Rosa	450	02/01/1882						
Maria Emília	478	13/02/1882						
Bernardina R. Andrade	491	10/12/1882						09/05/1923
Joaquim Silva Freitas	539	05/01/1882	30/12/1933	1524				17/10/1947
David	766	30/07/1882						
Maria Silva	868	19/02/1882	04/01/1903	1436				04/04/1958
Manuel	1131	17/03/1882						
Joaquina Rosa	1229	14/04/1882	09/11/1905	726				08/11/1918
Alberto	1356	19/01/1882						
Gracinda	1468	09/03/1882						
David	1550	17/04/1882	27/02/1905	874				31/07/1970
Eduardo	1568	21/04/1882	27/04/1908	991				02/02/1912
António Carvalho	1762	27/04/1882						09/05/1900
António	1879	15/11/1882						28/11/1947
Francisco	2958	18/04/1882						
Júlia	2964	10/02/1882						25/04/1962
Engrácia Carvalho Leitão	2965	12/06/1882	03/10/1907	1620				
Joaquim	326	18/03/1883						06/04/1888
José	327	16/10/1883						
Manuel	478	18/07/1883						16/05/1887
Manuel	773	17/12/1883						
Emília Ferreira	1130	23/03/1883	05/02/1910	1784				
Américo	1356	24/09/1883						
Joana	1589	09/08/1883						
Joaquim	1800	09/05/1883						
Amélia Rosa Costa	1848	19/11/1883	04/08/1904	1380				26/10/1942
António	1952	01/03/1883						
Bernardino Sousa Ribeiro	2056	01/07/1883	23/11/1907	769				27/04/1944
Maria	2315	29/08/1883						
Augusto	2423	04/09/1883	03/12/1913	635				12/01/1961
Maria	258	26/11/1884	14/03/1906	2030				16/01/1953

S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Maria Silva	450	01/03/1884	27/05/1920	705			2980	26/01/1964
Manuel	658	17/05/1884						
Francisco	868	24/08/1884						
Teresa	1131	24/02/1884						25/02/1884
Emília	1131	24/02/1884						29/02/1884
José	1229	01/10/1884						
Adelina	1335	27/04/1884						02/10/1955
Joaquim	1868	14/09/1884						
Bernardino Silva	1879	23/10/1884						30/07/1955
Joaquim	1879	23/10/1884						
Alexandre	2962	22/09/1884						15/08/1885
Adelaide		18/10/1884						20/10/1973
Abílio Correia Amaro	232	20/04/1885	16/02/1921	8				23/07/1979
Manuel	327	24/12/1885						16/04/1887
Joaquim	478	24/01/1885						
Corina	480	12/03/1885						
Bernardino	553	27/06/1885						
José	961	20/01/1885						
Júlia Ferreira Marques	1023	21/08/1885	10/04/1909	424				
Manuel	1130	02/08/1885						11/05/1887
Ana Rosa Viana	1356	28/04/1885	16/05/1914	366				10/04/1937
Jerónimo	1503	05/01/1885						15/04/1885
Maria Jesus Alves	1550	14/09/1885		850				23/01/1964
David	1568	04/03/1885						24/12/1947
Luís	1762	29/03/1885						
Deolinda Rosa Pereira	1845	15/05/1885	14/02/1903	1980				
Joaquina	2738	06/04/1885						
Francisco	2967	09/11/1885						
António Joaquim	478	27/04/1886						30/06/1887
Augusto	520	10/07/1886						
Deolinda Silva Freitas	539	14/03/1886	05/02/1914	2719				16/01/1969
Abílio	658	08/01/1886						
Elisa	747	25/04/1886						
José Dias	773	13/04/1886	24/01/1909	1802				04/01/1970
António Pereira	773	13/04/1886	24/08/1911	457				18/12/1964
Leopoldina	961	06/03/1886						
Maria Emília	1011	26/05/1886						
Camilo	1131	24/01/1886						20/07/1887
Bernardino Sousa Marques	1229	15/07/1886	25/04/1914	767				07/06/1972
Joaquim Rodrigues Ribeiro	1309	11/07/1886	21/04/1917	1505	1506			24/01/1942
Maria Emília	1430	24/06/1886						

Apêndice Genealógico

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Deolinda	1443	13/04/1886						15/09/1931
Rosa	1503	22/05/1886	10/08/1934	120				25/03/1968
Joaquim	1589	04/02/1886						
Rosa	1800	22/02/1886						02/08/1887
Américo Sousa Ribeiro	2056	12/03/1886	04/04/1915	165				
Emídio	2968	17/06/1886	22/10/1913	1003				02/07/1962
Olinda	326	07/03/1887						
Avelino Silva	327	02/02/1887		710				
Joaquim Oliveira	450	04/03/1887	25/07/1906	1471				
Balsemino R. Andrade	491	06/11/1887	08/12/1923	717				
Joaquim	699	18/08/1887						06/09/1887
Angelina	747	09/02/1887						
Narcisa Alves Silva	868	20/02/1887						28/04/1958
Aristides	1022	25/01/1887						02/10/1888
António Correia Viana	1356	28/01/1887		242				
Maria Rosa Pereira	1431	06/12/1887	09/07/1914	125			2994	
Raul	1458	10/01/1887						
Emília Alves Silva	1589	06/05/1887						02/10/1959
Manuel	1800	24/10/1887						
Joaquim	1879	20/01/1887						
Maria	2315	23/10/1887						
António Maria Santos	2531	01/04/1887	10/04/1909	424				
José	2583	12/04/1887						
Francisco	2963	04/09/1887						
Joaquim Malheiro	321	08/05/1888						25/04/1902
Maria	426	14/06/1888						
Maria	469	22/09/1888						
Teresa Lopes Pimenta	478	10/10/1888	31/10/1908	1483				04/04/1959
Manuel	539	12/04/1888						
Emília	773	30/10/1888						
Regina	1397	17/09/1888						
Manuel	1409	01/06/1888						
Olívia	1811	30/11/1888						
Manuel	1978	05/04/1888						11/11/1888
José	2583	20/10/1888						29/07/1889
Isaura	2654	08/10/1888						
Júlia	2970	19/08/1888						
Maria Rosa	2971	23/08/1888	03/09/1910	1428				
Zacarias	327	25/12/1889						
Ana Silva Freitas	539	10/12/1889	20/11/1920	389				02/07/1950
José	870	19/07/1889						

S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Justino	908	01/01/1889						
Jerônimo	961	07/07/1889						
Narcisca Gonçalves Silva	1022	11/07/1889					2992	
Maria Ferreira Marques	1023	22/05/1889	06/11/1915	285				
Júlia Ferreira	1130	12/07/1889	30/06/1918	1962				12/01/1920
Júlio	1431	18/12/1889						
Joaquim	1443	17/11/1889	07/05/1931	1444				
Camila	1458	28/03/1889						
Plácido	1503	21/12/1889						15/11/1891
Emília	1683	01/05/1889						
Ana Silva	1879	11/03/1889						18/10/1982
Félix Sousa Ribeiro	2056	13/02/1889	24/10/1924	1025				29/01/1959
Augusto	2222	09/05/1889						
João	2531	05/06/1889						
Braselinda	2653	22/05/1889						
Lino	247	17/07/1890						
Joana	321	24/10/1890						
Bernardino	478	21/10/1890						
Albertina Rosa Silva	747	11/01/1890	09/11/1907	1365				
Joaquim	749	13/01/1890						26/06/1896
Margarida	753	25/12/1890						
Maria Oliveira Martins	757	24/09/1890	10/08/1908	31				28/09/1965
Manuel Alves Silva	868	21/03/1890						10/06/1920
Maria	908	15/04/1890						
Manuel	1011	10/06/1890						
Maria	1309	06/03/1890						30/05/1893
David	1356	14/03/1890						
Francisco	1589	21/08/1890						
Emília Rosa Pereira	1845	07/02/1890	17/02/1912	1244				
José	1849	15/07/1890						
Maria	1930	04/10/1890						
Palmira	2004	16/03/1890						
Laurentina	2653	13/08/1890						02/09/1891
Emília	2738	10/06/1890						
Júlia	2972	10/11/1890						28/06/1892
Maria	3114	19/01/1890						23/12/1891
Abílio	450	10/01/1891						22/10/1892
Camila Silva Freitas	539	15/10/1891	03/03/1924	1173				05/05/1970
Sofia	642	25/08/1891						
Adelaide	749	02/01/1891						16/09/1891
Joaquim	768	12/01/1891						

Apêndice Genealógico

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Francisco	870	21/11/1891						
Maria Rosa Marques	1229	09/10/1891	28/08/1913	613				
Olívia Alves Ferreira	1397	12/09/1891		996				06/10/1918
Manuel	1458	07/02/1891						
Augusto Joaquim Silva	1879	04/11/1891						03/01/1983
Bernardino	2179	20/08/1891						
Camilo	2222	16/02/1891						
António Pereira Marques	2451	02/10/1891	12/08/1916	474				16/10/1971
Júlia	2654	04/08/1891	26/01/1949	1012				
Maria	2958	28/09/1891						01/10/1892
Emília Osório	2968	28/08/1891	26/02/1921	8				
Rosalina	2973	15/10/1891						20/10/1891
Teresa Deolinda	2974	08/12/1891						
Olívia Costa Marques	247	31/05/1892						10/09/1944
Manuel	327	12/01/1892						22/07/1893
Alice	753	29/09/1892						
Maria Rosa	768	04/08/1892						
Braselinda Rosa Silva	868	19/03/1892	05/09/1914	1943				14/11/1968
Emília	908	15/04/1892						08/07/1893
António	1023	25/11/1892						
José	1171	13/03/1892						
Alexandrina	1335	11/01/1892						
Avelino Correia Viana	1356	01/03/1892						24/02/1933
Leonor Pereira Sousa	1431	05/01/1892	01/03/1914	791				
Maria	1458	31/08/1892						11/12/1892
José	1515	20/01/1892						21/02/1892
Manuel	1515	22/12/1892						
António	1589	25/10/1892						
Francéline Rosa	1655	15/10/1892						
Rosalina	1930	28/10/1892						
Bernardino José Moreira	1957	25/03/1892	29/06/1913	748				
Samuel	2056	02/05/1892						
António	2234	28/06/1892						
Venceslau	2526	07/07/1892						
Joaquim	2973	23/09/1892						30/01/1893
Manuel	2975	23/04/1892						
Alberto	3114	29/04/1892						
Bernardino	68	03/12/1893						
Beatriz	321	03/06/1893						
Cândida	358	10/03/1893						
Abílio	359	21/01/1893						

S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Abílio	450	30/08/1893						05/09/1893
Joana Pimenta Lopes	478	02/03/1893	01/04/1916	1833				
Camilo	642	08/11/1893	01/01/1916	785				
Maria	749	11/05/1893						09/07/1896
Augusto C. S. Fernandes	749	25/11/1893	29/11/1924	640				
Manuel	908	03/07/1893						
Manuel	1022	02/02/1893						
Emília Ribeiro	1421	03/02/1893						02/08/1910
Manuel	1845	07/07/1893						
Angelina Rosa Moreira	1957	11/02/1893	09/05/1914	1984	173			28/02/1979
Júlio	2222	30/01/1893						
Etelvina Gonçalves	2364	25/12/1893	29/06/1913	748				14/06/1984
Emília Marques	2451	25/05/1893	18/10/1915	2032			2995	03/03/1941
Maria Conceição	2654	10/10/1893						
António Sampaio	2962	10/08/1893	10/04/1915	503				10/08/1969
Manuel	2974	10/12/1893						
António Fernandes	2977	09/04/1893	02/03/1918	274				17/06/1964
Maria	269	27/11/1893						
José Costa Marques	247	25/03/1894	21/04/1934	1675				14/11/1937
Francisco	327	09/03/1894						24/07/1896
Maria Emília Alves Correia	359	25/09/1894	29/04/1922	270				
Maria Silva Freitas	539	18/12/1894	05/02/1921	937				
Joana	658	14/10/1894						04/07/1896
Júlio Francisco Costa	747	14/07/1894		2075				27/12/1964
Francisco	768	05/02/1894						
Joaquim Gaspar Silva	870	14/01/1894						29/09/1918
Alexandrina F. Marques	1023	09/10/1894		362				
Cândida Jesus Viana	1356	25/01/1894	10/04/1915	503				
Maria Dores	1397	17/09/1894						10/01/1896
Arminda Correia Barbosa	1458	12/02/1894	04/06/1921	1372				
Camília Rosa	1655	04/10/1894						
Joaquim Pereira	1933	13/07/1894	01/05/1920	1484				
Félix Silva o Botica	1879	12/03/1894						31/07/1981
Mário	2978	11/02/1894						02/03/1894
Deolinda Correia Osório	2979	19/08/1894	21/04/1917	7				
Bernardino	3114	29/07/1894						
Manuel	3120	22/01/1894	02/03/1918	2156				
Maria Emília Silva	68	30/01/1895	21/08/1921	2689				
Cândida Amélia C. Silva	393	11/09/1895	21/04/1917	1505				10/07/1921
Celestina	478	16/06/1895						
Aristides	789	21/05/1895						

Apêndice Genealógico

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Joaquim	868	14/11/1895						09/08/1898
Bernardino	1022	11/12/1895						14/01/1896
José	1489	02/03/1895						
Joaquim	1508	19/01/1895						
Flávia Nogueira	1930	18/01/1895					3003	
Gracinda Marques	2451	15/09/1895	15/09/1924	2698				
Arlinda	2526	12/04/1895						
Maria	2977	27/02/1895						
Augusto	185	03/03/1896						
Miquelina	247	05/03/1896						
Joaquim	359	28/11/1896						
Maria Matos	437	08/09/1896						26/07/1920
Joaquina Silva Freitas	539	10/07/1896	23/06/1923	1347				
Manuel	646	11/04/1896						
Domingos	658	04/10/1896						18/07/1898
Alberto	747	29/06/1896						03/10/1896
Emmelinda C. S. Fernandes	749	21/05/1896						13/11/1960
António	870	13/04/1896						
Aurora Ferreira Marques	1023	10/09/1896		626				
Adalberto Correia Faria	1119	06/01/1896	19/12/1925	38				
José Correia Viana	1356	01/08/1896						18/08/1956
Alice	1515	05/01/1896						
Gracinda	1845	16/03/1896						
Maria Silva	1879	16/12/1896						15/01/1981
Maria	1882	04/08/1896						
João	2362	25/12/1896						
Manuel	2364	11/04/1896	18/11/1916	2155				
Adelina Sousa Correia	2654	14/10/1896	03/12/1919	1774				24/10/1945
Teresa	2973	01/06/1896						11/08/1896
Abílio	2980	27/02/1896						06/08/1897
António	247	26/11/1897						
Manuel	327	06/07/1897						
David	450	27/02/1897						
António	738	11/10/1897						
Firmino	747	02/09/1897	22/09/1918	1085				
Emília Ferreira Marques	1023	24/11/1897	30/12/1915	470				
Olívia	1422	03/01/1897						08/09/1897
Francisco	1458	06/04/1897						
Manuel Marques Sá	1489	14/03/1897						31/08/1969
Maria Rosa	1930	15/05/1897						
José Maria	2668	05/02/1897						

S. Martinho de Avidos, Comunidade Rural do Vale do Ave

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Matilde	2973	13/07/1897						
Rosalina	2974	01/10/1897						
Maria Costa Mesquita	3114	06/02/1897			445			
Matilde Fernandes Barbosa	269	15/07/1897						13/01/1960
Joaquina Conceição	68	30/03/1898						
Júlia Rosa	359	24/09/1898						
Maria Emília	488	15/02/1898						
Augusto	646	24/05/1898						
Albertina	868	03/08/1898						16/11/1898
Maria Freitas Coelho	870	18/08/1898						10/11/1973
Sara Correia Faria	1119	10/05/1898	01/05/1920	1484				
Maria	1515	21/09/1898						
Emília Rosa	1930	02/08/1898						02/05/1899
Miquelina	1936	22/06/1898						
Joaquim	2362	16/12/1898	06/07/1924	1314	1315			
António J. Silva Gonçalves	2364	23/05/1898		332				
Manuel	2980	07/02/1898						
Rosinda	2982	09/07/1898						
Joaquina	2983	11/07/1898						
Júlia Rosalina Vale	68	22/11/1899						
António	212	30/04/1899						
Joaquim Carneiro Sousa	749	26/02/1899						05/10/1917
Amélia Alves Silva	868	24/09/1899	15/02/1930	1208				06/05/1976
Rosa Lima	1171	16/05/1899	16/02/1916	266				
Manuel	1174	09/09/1899						
Angelina Ribeiro	1421	06/05/1899	28/10/1922	1386				
Amândio Correia Barbosa	1458	21/11/1899						18/12/1977
Maria Dias Sá	1489	15/05/1899	15/08/1951	2742				22/03/1987
Silvestre	1845	13/08/1899						
Manuel	2027	16/01/1899						
Tomás	2451	05/03/1899						
Abílio	2654	08/10/1899						
Maria Emília	2984	17/10/1899						
Bernardino	247	30/03/1900						
Isilda Barbosa	269	07/09/1900						28/11/1986
Maria Silva	327	10/04/1900	06/04/1929	998			3011	
Silvestre	359	05/02/1900						27/06/1901
Joaquina	488	29/01/1900						
M.ª Conceição S. Fernandes	749	05/08/1900		838				21/10/1962
Arnaldo Freitas Coelho	870	01/10/1900	08/12/1937	610				02/07/1969
Ramiro	1023	05/03/1900						

Apêndice Geneológico

Nome	Cód. Fam.	Data de Nascimento	Data do 1.º Casamento	Cód. 1.º Cas.	Cód. 2.º Cas.	Cód. 3.º Cas.	Cód. Outros	Data do Óbito
Manuel Alves Silva	1325	31/01/1900		2183				
Armindo	2364	04/12/1900						
Júlio	2451	15/01/1900						
Francisco	2556	15/09/1900						20/12/1901
Joaquim	2668	12/06/1900						
Maria Joaquina	2717	17/03/1900						
Joaquim Pinto	2985	24/05/1900	14/01/1922	1494				
Arminda Costa Mesquita	3114	02/01/1900		2463				

ÍNDICE

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	V
PREFÁCIO	VII
AGRADECIMENTOS	IX
INTRODUÇÃO	11

PARTE I

1. Da Villae à freguesia	15
2. Um Breve olhar sobre Avidos	15

II. AVIDOS REVISITADA

1. Pré - História da freguesia	21
1.1 Primeiros habitantes	21
2. Avidos segundo documentos do século XI	22
3. Avidos no século XIII	22
3.1 As Inquirições de 1220	22
3.2 As Inquirições de 1258	23
4. Avidos em documentos do século XIV	24
5. Avidos no século XV e XVI, segundo os censuais e livros de confirmações e mostras ..	24
6. O Tombo da freguesia	25
7. A Igreja paroquial	26
7.1 O Santo titular	26
7.2 A Igreja e o padroado	26
7.3 O Edifício com seus altares e as imediações do templo	26
7.4 O Sacrário do Santíssimo Sacramento	31
7.5 Paramentos, vasos sagrados, ornamentos e outras alfaias	32

7.6 Algumas Doações	35
7.7 Património fundiário	35
7.9 Os Direitos e encargos paroquiais	39
7.10 O Clero da freguesia	41
8. O Cemitério	50
9. As Capelas	53
9.1 Capela do Bom Jesus de Penso	53
9.2 Capela de S. João Baptista	57
9.3 Capela de S. José	58
9.4 Capela da Quinta de Penso	58
10. Os Cruzeiros	59
11. As Alminhas	62
12. As Confrarias	63
13. Uma Visão da economia através dos Prazos e das Memórias Paroquiais	63
14. Aproximação à estratificação social, marcas de desigualdade	64
14.1 Finais do Antigo Regime	64
14.2 Segunda metade do século XIX	66
15. Ofícios industriais	71
16. Evolução dos quantitativos populacionais	72

III. AVIDOS NOS DIAS DE HOJE

1. A Economia	74
2. As Actuais Quintas	74
2.1 A Quinta de Penso	75
2.2 A Quinta de Serufe	79
2.3 A Quinta das Devesas	79
2.4 A Quinta dos Reis	80

2.5 A Quinta de Paulinhos	81
2.6 A Quinta da Corredoura	82
3. As Principais Unidades industriais	83
4. As Associações	83
5. Estabelecimentos de educação e ensino	83
6. Novos Equipamentos	87
6.1 A Junta de Freguesia	87
6.2 O Centro Social e Paroquial	88
7. Acessibilidades	88

IV. APONTAMENTOS ETNOGRÁFICOS

1. Práticas de namoro	88
2. O Casamento	88
3. Os Nascimentos e baptizados	89
4. Os Funerais	90
5. As Principais Festas religiosas	90
6. Algumas Tradições	91

PARTE II

V. COMPORTAMENTOS DEMOGRÁFICOS

1. Nupcialidade	95
1.1 Sazonalidade dos Casamentos	96
1.2 Distribuição semanal dos casamentos	101
1.2.1 Distribuição semanal dos casamentos - comportamento diferencial	102
1.3 Idade média ao primeiro casamento	104
1.3.1 Idade média ao primeiro casamento - comportamento diferencial	107
1.4 Repartição por grupos de idade ao primeiro casamento	110

1.5 Idades combinadas dos nubentes celibatários	111
1.6 Posição relativa dos nubentes celibatários	113
1.7 Estado civil anterior dos nubentes	114
1.8 Contraentes segundo o estado civil combinado	115
1.9 Intervalo entre a viuvez e o posterior casamento	117
1.10 Idade média dos viúvos a um novo casamento	118
1.11 Celibato definitivo	119
1.11.1 Celibato definitivo: comportamento diferencial	120
1.12 Naturalidade dos nubentes	124
2. Fecundidade	128
2.1 Repartição dos nascimentos segundo os meses	129
2.2 Repartição dos nascimentos segundo os sexos	132
2.3 Fecundidade legítima	132
2.3.1 Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade e idade média da mãe ao nascimento do último filho	133
2.4 Idade média da mãe ao nascimento do último filho	137
2.5 Influência da idade ao casamento nas taxas de fecundidade legítima	138
2.6 Espaçamento dos nascimentos	141
2.6.1 Intervalo protogenésico	141
2.6.1.1 Intervalo protogenésico inferior a um ano segundo a idade da mulher ao casamento	143
2.6.2 Intervalos intergenésicos	143
2.7 Número de filhos por casamento e duração das uniões	145
2.8 Número médio de filhos por família completa segundo a idade da mulher ao casamento	148
2.8.1 Número médio de filhos por família completa segundo a idade da mulher ao casamento, em comparação com outras localidades	149

2.9 Número médio de filhos por família completa – comportamento diferencial	149
3. Concepções pré-nupciais	150
3.1 Concepções pré-nupciais segundo a idade ao casamento da mulher	153
4. Filiação natural	154
4.1 Ilegitimidade	155
4.1.1 Repartição dos nascimentos fora do casamento segundo os meses	159
4.1.2 Identificação dos pais dos filhos ilegítimos	161
4.1.3 Naturalidade das mães dos filhos ilegítimos em S. Martinho de Avidos	162
4.1.4 Estado civil das mães dos filhos ilegítimos	164
4.1.5 Idade média das mães solteiras ao nascimento do primeiro filho	165
4.1.6 Casamento posterior das mães de filhos ilegítimos	166
4.1.7 Casamento dos filhos ilegítimos das mães nascidas em S. Martinho de Avidos ..	167
4.1.8 Propensão para a bastardia	167
4.1.9 Ascendentes das mães dos filhos ilegítimos que foram naturais de S. Martinho de Avidos	168
5. Os Expostos ou enjeitados	171
6. O Outro Lado da comunidade	176
6.1 A Devassa e a sua relação com os desvios sexuais	177
6.2 O Roteiro dos Culpados da Visita - 1728-1824	180
7. Mortalidade - observação difícil	191
7.1 Sazonalidade ao óbito dos menores de 1 ano	192
7.2 Sazonalidade ao óbito dos menores de 7 anos	193
7.3 Sazonalidade ao óbito dos maiores de 7 anos	194
7.4 Mortalidade normal e mortalidade de crise	196
7.4.1 Mortalidade de crise dos menores de um ano	197
7.4.2 Mortalidade de crise dos menores de sete anos	198
7.4.3 Mortalidade de crise dos maiores de sete anos	199

7.5 Mortalidade infantil	201
7.6 Mortalidade dos menores de sete anos	202
7.7 Mortalidade adulta	203
7.8 Atitudes perante a morte	208
8. Mobilidade	213
8.1 A Emigração na segunda metade do século XIX e segunda metade do século XX	213
8.2 Ei-los que partem	217
8.3 Meses preferidos para emigrar	220
8.4 Visão da ambiência sócio-económica	221
8.5 As Profissões dos emigrantes	224
8.6 Alfabetização dos emigrantes	227
8.7 A Emigração no singular ou no plural	228
8.8 A Diáspora portuguesa – destinos de emigração	230
8.9 Reemigração	232
8.10 Emigração e aproximação ao retorno (1869-1926)	232
9. Visão global dos comportamentos demográficos	233
9.1 Movimento dos Baptizados	233
9.2 Movimento de Casamentos	235
9.3 Movimento de Óbitos	236
9.4 Movimento geral da população	236

CONCLUSÃO

Conclusão	239
-----------------	-----

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes e Bibliografia	247
1. Fontes Manuscritas	247
2. Fontes Impressas	249

3. Bibliografia	249
-----------------------	-----

ANEXOS

Anexos	261
--------------	-----

APÊNDICE GENEALÓGICO

Apêndice Genealógico	314
----------------------------	-----

ÍNDICE DOS QUADROS

Quadro 1 - Grupos Sociais de Avidos segundo a Décima	65
Quadro 2 - Grupos Sociais de Avidos segundo as diferentes contribuições ao Estado	66
Quadro 3 - Informações sobre quantitativos populacionais	73
Quadro 4 - Número médio de habitantes por fogo	74
Quadro 5 - Repartição dos casamentos segundo os meses do ano	97
Quadro 6 - Distribuição semanal dos casamentos	101
Quadro 7 - Dia escolhido para casar de acordo com a profissão do nubente (1730-1829)	103
Quadro 8 - Dia escolhido para casar de acordo com a profissão do nubente (1830-1930)	103
Quadro 9 - Dia escolhido para casar de acordo com a profissão do nubente (1931-1995)	103
Quadro 10 - Idade média ao primeiro casamento (observação longitudinal)	105
Quadro 11 - Idade média ao primeiro casamento (observação transversal)	106
Quadro 12 - Idade média ao 1º casamento comportamento diferencial	108
Quadro 13 - Repartição por grupos de idade ao 1º casamento (números proporcionais)	110
Quadro 14 - Tabela de idades combinadas dos nubentes celibatários (3 períodos)	112
Quadro 15 - Posição relativa dos nubentes celibatários	113
Quadro 16 - Estado civil anterior dos nubentes	114
Quadro 17 - Contraentes segundo estado civil combinado	116
Quadro 18 - Intervalo entre a viuvez e ulterior casamento	117
Quadro 19 - Idade média dos viúvos ao novo casamento	118

Quadro 20 - Celibato definitivo (observação longitudinal)	120
Quadro 21 - Celibato definitivo (observação transversal)	121
Quadro 22 - Celibato definitivo comportamento diferencial - 1623-1910	123
Quadro 23 - Naturalidade dos nubentes do sexo masculino	124
Quadro 24 - Naturalidade dos nubentes do sexo feminino	125
Quadro 25 - Naturalidade dos nubentes	126
Quadro 26 - Naturalidade dos nubentes do sexo masculino	126
Quadro 27 - Naturalidade dos nubentes do sexo feminino	127
Quadro 28 - Repartição dos nascimentos e das concepções segundo os meses do ano (índices)	129
Quadro 29 - Repartição dos nascimentos segundo os sexos	132
Quadro 30 - Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade e descendência teórica	135
Quadro 31 - Idade média da mãe ao nascimento do último filho	137
Quadro 32 - Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade da mulher ao casamento (1660-1930)	138
Quadro 33 - Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade da mulher ao casamento (1931-1995)	140
Quadro 34 - Intervalo protogenésico (2 períodos)	142
Quadro 35 - Intervalo protogenésico inferior a um ano segundo a idade da mulher ao casamento (dois períodos)	143
Quadro 36 - Intervalos intergenésicos médios sucessivos em famílias numerosas por grupos de idade da mulher/número de famílias	144
Quadro 37 - Número de filhos nascidos por união	145
Quadro 38 - Duração das uniões	146
Quadro 39 - Distribuição das famílias completas segundo o número de filhos, todas as idades da mulher	147

Quadro 40 - Número médio de filhos por família completa segundo a idade da mulher ao casamento	148
Quadro 41 - Número médio de filhos por família completa segundo a idade da mulher ao casamento comparação com outras localidades para antes de 1800	149
Quadro 42 - Número médio de filhos por família completa comportamento diferencial (1660-1910)	150
Quadro 43 - Concepções pré-nupciais (intervalos médios, observações e %)	151
Quadro 44 - Concepções pré-nupciais segundo a idade ao casamento da mulher % em relação às mulheres casadas em cada grupo de idades	153
Quadro 45 - Percentagem de ilegítimos	156
Quadro 46 - Ilegitimidade em algumas paróquias do Minho - comparação com Avidos (números absolutos e percentagens)	158
Quadro 47 - Repartição dos nascimentos e concepções ilegítimas segundo os meses do ano (índices)	160
Quadro 48 - Identificação dos pais dos filhos ilegítimos	161
Quadro 49 - Famílias ilegítimas segundo a naturalidade das mães	162
Quadro 50 - Estado civil das mães dos filhos ilegítimos	165
Quadro 51 - Idade média das mães solteiras ao nascimento do 1º filho	166
Quadro 52 - Casamento posterior das mães de filhos ilegítimos	166
Quadro 53 - Casamento dos filhos ilegítimos das mães nascidas em S. Martinho de Avidos	167
Quadro 54 - Mulheres com filhos ilegítimos e propensão para a bastardia	168
Quadro 55 - Ascendentes das mães dos filhos ilegítimos que foram naturais de S. Martinho de Avidos	168
Quadro 56 - Enjeitados baptizados na paróquia	173
Quadro 57 - Culpados segundo os Livros das Devassas do Arcediago de Vermoim (1824-1831)	178

Quadro 58 - As testemunhas nas Devassas do Arcediago de Vermoim (Avidos) 1816,1825 e 1831	179
Quadro 59 - Condenados na visita do Arcediago de Vermoim, 1728-1824 - freguesia de Avidos..	182
Quadro 60 - Comparação entre duas paróquias do Minho São Tiago de Ronfe e São Martinho de Avidos	184
Quadro 61 - Delitos na visita do Arcediago de Vermoim, 1728-1824 - freguesia de Avidos	185
Quadro 62 - Quantitativo de casamentos e indivíduos concubidados	189
Quadro 63 - Sazonalidade ao óbito dos menores de 1 ano	192
Quadro 64 - Sazonalidade ao óbito dos menores de 7 anos	193
Quadro 65 - Sazonalidade ao óbito dos maiores de 7 anos	195
Quadro 66 - Mortalidade infantil (observação longitudinal)	202
Quadro 67 - Mortalidade infanto-juvenil (observação longitudinal)	203
Quadro 68 - Esperança de vida dos indivíduos com mais de 25 anos casados (Gerações nascidas entre 1627-1758)	204
Quadro 69 - Esperança de vida dos indivíduos com mais de 25 anos casados (Gerações nascidas entre 1861-1898)	205
Quadro 70 - Esperança de vida dos indivíduos com mais de 25 anos casados (Gerações nascidas entre 1700 e 1789) - São Tiago de Ronfe	207
Quadro 71 - Óbitos de criados	212
Quadro 72 - Estado civil dos naturais e dos residentes à emigração	217
Quadro 73 - Estado civil dos naturais e dos residentes à emigração %	218
Quadro 74 - Idade média à presumível primeira ausência	218
Quadro 75 - Posição do emigrante masculino e solteiro na família (1869-1926)	219
Quadro 76 - Repartição dos emigrantes segundo a profissão dos pais (1869-1926)	221
Quadro 77 - Profissões dos emigrantes (1869-1926)	224
Quadro 78 - Saber escrever	227
Quadro 79 - Analfabetismo à emigração	228

Quadro 80 - Alfabetização dos emigrantes de Avidos segundo o destino (1904-1926)	228
Quadro 81 - Emigrantes isolados e emigrantes acompanhados (1ª aus.)	230
Quadro 82 - Destinos de emigração 1869-1896	230
Quadro 83 - Destinos de emigração 1904-1926	231
Quadro 84 - Destinos de emigração 1953-1982	231

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

Gráfico 1 - Sazonalidade dos casamentos (evolução dos comportamentos)	100
Gráfico 2 - Sazonalidade dos nascimentos	130
Gráfico 3 - Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade	135
Gráfico 4 - Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade da mulher ao casamento (1660-1930)	139
Gráfico 5 - Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade da mulher ao casamento (1931-1995)	140
Gráfico 6 - Delitos na visita do Arcediago de Vermoim, 1728-1824 - freguesia de Avidos	186
Gráfico 7 - Concubinato de acordo com o estado civil - sexo masculino	187
Gráfico 8 - Concubinato de acordo com o estado civil - sexo feminino	188
Gráfico 9 - Penas aplicadas aos denunciados	190
Gráfico 10 - Sazonalidade ao óbito dos menores de 1 ano	193
Gráfico 11 - Sazonalidade ao óbito dos menores de 7 anos	194
Gráfico 12 - Sazonalidade ao óbito dos maiores de 7 anos (três períodos)	196
Gráfico 13 - Crise de mortalidade infantil	198
Gráfico 14 - Crise de mortalidade infanto-juvenil	199
Gráfico 15 - Mortalidade adulta (média corrigida de 11 anos método Livi Bacci/Del Planta)	200
Gráfico 16 - Esperança de vida dos indivíduos com mais de 25 anos casados (Gerações nascidas entre 1627-1758)	205

Gráfico 17 - Esperança de vida dos indivíduos com mais de 25 anos casados (Gerações nascidas entre 1861 e 1898)	206
Gráfico 18 - Esperança de vida dos indivíduos com mais de 25 anos casados (Gerações nascidas entre 1700 e 1789) - S.Tiago de Ronfe	207
Gráfico 19 - Sazonalidade da emigração - 1869-1926	220
Gráfico 20 - Repartição dos emigrantes segundo a profissão dos pais (1869-1926)	222
Gráfico 21 - Profissões dos emigrantes (1869-1926)	225
Gráfico 22 - Evolução dos baptizados da paróquia de Avidos - média móvel de 9 anos	234
Gráfico 23 - Evolução dos casamentos na paróquia de Avidos - média móvel de 9 anos	235
Gráfico 24 - Evolução dos óbitos da paróquia de Avidos - média móvel de 9 anos	236
Gráfico 25 - Evolução dos baptizados, casamentos e óbitos	237

ÍNDICE DOS MAPAS

Mapa 1 - Localização no Concelho	17
Mapa 2 - Lugares actuais da Freguesia	19

ÍNDICE DOS ANEXOS

Anexo 1 - Fontes	261
Anexo 2 - Memórias paroquiais	262
Anexo 3 - Descrição da casa rural prevalecte até meados do século XX	274
Anexo 4 - A posse da terra em Avidos pela igreja de Santiago de Antas	278
Anexo 5 - Párcos de S. Martinho de Avidos	285
Anexo 6 - Visitação	287
Anexo 7 - Visitações segundo os livros de registo paroquial	289
Anexo 8 - Juntas de paróquia e de freguesia	295
Anexo 9 - Séries anuais de baptizados, casamento e óbitos de São Martinho de Avidos (1623-1995)	305